RBS

The Royal Bank of Scotland Group

Relatório e Contas Anuais 2009

rbs.com

O que há no interior

Leitura essencial
01 O que conseguimos
02 Mensagem do presidente
04 Análise do *Group Chief Executive*
06 Os nossos mercados
07 Perguntas e respostas sobre os progressos
08 Conselho de Administração e secretário
10 Comissão Executiva

12 O nosso plano estratégico e progresso
14 Roteiro para a recuperação
16 Como o nosso negócio trabalha em conjunto
18 Metas financeiras claramente definidas

20 Análise por divisão
22 UK Retail
24 UK Corporate
26 Wealth
28 Global Banking & Markets
30 Global Transaction Services
32 Ulster Bank
34 US Retail & Commercial
36 RBS Insurance
38 Business Services & Central Functions
40 Non-Core Division & APS

42 Sustentabilidade empresarial
44 *Fair banking*
45 Apoio a empresas
45 Empenho dos trabalhadores
46 Segurança e protecção
46 Cidadania global
47 Investimento na comunidade

48 Relatório e contas
49 Análise por actividade
207 Governo da sociedade
239 Demonstrações financeiras
349 Informação adicional
371 Informação aos accionistas

Porquê ir on-line?
www.rbs.com/annualreport2009

se ainda não experimentou, visite o nosso Relatório Anual fácil de usar, totalmente interactivo. Muitos accionistas beneficiam agora de informação mais acessível e também ajudam o ambiente.

Estamos no primeiro ano do nosso plano de recuperação de cinco anos e tomamos passos significativos nesta caminhada para a recuperação.

O que conseguimos

Os feitos de negócio de 2009

- Os problemas que enfrentamos foram avaliados, divulgados e mitigados.
- O valor essencial do RBS está intacto. Todos os nossos negócios principais (*Core)* estão a funcionar normalmente e as nossas franquias clientes comprovaram ser resilientes.
- Estabelecemos o roteiro para a recuperação, com uma clara estratégia que é apoiada dentro e fora do RBS.
- Temos agora as ferramentas para fazer o trabalho: a liderança certa, níveis apropriados de novo capital e protecção contra contingências.
- Estamos a realizar o nosso Plano Estratégico adiantados em relação a prazo, tanto em criação de valor (melhoramento da actividade bancária principal) como em redução de risco (liquidação dos *Non-Core*)
- Os maiores riscos já foram ultrapassados

Principais indicadores 2009

Perdas significativamente menores atribuíveis a accionistas ordinários e B	£3,6 mil milhões
Forte lucro operacional nas actividades bancárias principais (1)	£8,3 mil milhões
Forte rentabilidade dos capitais próprios das actividades bancárias principais (2)	13%
Total de activos reduzido em (3)	£696 mil milhões
Balanço financiado reduzido em (3)	£143 mil milhões
Rácio Core Tier 1 (3)	11,0%

Notas:

(1) Antes de impostos, amortização de activos intangíveis comprados, abatimento do goodwill, custos de integração e reestruturação, ganho no resgate da dívida própria, alienações estratégicas, ganhos na redução das pensões, bónus ficais e interesses minoritários RFS Holdings. Perda operacional legal antes de impostos de £2,6 mil milhões.

(2) Lucro *Core* atribuível indicativo, tributado em 28% sobre o capital tangível *core spot* (cerca 70% de capital tangível do Grupo baseado em activos ponderados em função do risco)

(3) Pró-forma, excluindo interesses minoritários RFS Holdings

A nossa visão 2013

Franquias de clientes duradouras

- Um banco universal, ancorado por actividades de retalho e comercial, com capacidades complementares de banca de investimento
- Um concorrente de topo nos mercados por nós escolhidos

Mais seguro e mais focalizado

- A força de capital e liquidez a cumprirem as normas internacionais mais elevadas
- Redução bruta em activos financiados de £500 mil milhões conseguido

Um valioso banco do sector privado

- Consistentemente rentável, com retorno accionistas sustentável orientado para 15% no nosso capital social tangível
- O Governo terá vendido ou, pelo menos, começado a vendar as suas acções com lucro.

Declaração do Presidente

Philip Hampton, Presidente

Veja ou ouça Philip Hampton em www.rbs.com/annualreport2009

Para biografias, **ver páginas 8-11**

"Espero que os resultados do Grupo o esclareçam acerca do nosso desempenho e orientação que lhe permitirá partilhar a confiança que eu tenho para um futuro mais brilhante para o RBS."

2009 foi um ano de profundas alterações e desafios substanciais para o RBS. Mas, no decorrer do ano, implementamos pedras angulares do nosso plano de recuperação e começámos o processo de restaurar a boa saúda da sociedade. O Grupo tem, agora, os níveis apropriados de novo capital e a nossa tarefa é que isso funcione em favor dos accionistas.

Contexto económico – uma recessão profunda, mas sinais de recuperação

O último ano foi um ano tumultuoso para a economia global. No nosso mercado mais importante, o Reino Unido, o produto interno bruto reduziu-se em 4,8% em termos reais. Foram também registadas contracções significativas nos EUA e, especial, Irlanda.

A recessão afectou muitos dos nossos clientes, com o desemprego a aumentar acentuadamente e a rentabilidade das empresas a ficar sob pressão, o que, por sua vez, levou a uma deterioração acentuada da qualidade de crédito. Além disso, taxas de juros mais baixas comprimiram as margens em muitos dos nossos produtos de poupança. Visto neste contexto, há aspectos resilientes no nosso desempenho em mais um ano decepcionante de perdas globais.

Mais positivamente, o ambiente económico começou a melhorar no segundo semestre do ano, com os EUA e Reino Unido a emergir da recessão, com muitos preços de activos a subirem acentuadamente. As expectativas de crescimento em 2010 são poucas e têm ainda que ser feitos importantes ajustes na economia global. Planeamos o futuro numa base conservadora. Mas ficamos confortados com o facto de parecer que estamos a mover-nos para a fase de recuperação.

Influências externas – um preço que vale a pena pagar

Os benefícios do envolvimento político do RBS, no sentido mais lato possível, são significativamente mais elevados do que os seus custos. Dito de modo mais simples, se o RBS não tivesse recebido o apoio governamental, não estaríamos aqui hoje. Além disso, a extensão do apoio que recebeu significa que estamos numa posição de reconstruir cuidadosamente as nossas forças.

Este apoio teve um preço, mais notoriamente os desinvestimentos que fomos obrigados a fazer como parte do nosso acordo com a Comissão Europeia. Estes relacionam-se em parte com a visão da Comissão sobre quota de mercado, com uma ênfase especial sobre o nosso negócio de pequenas e médias empresas (PME) no Reino Unido, e que levará à venda da rede de balcões RBS na Inglaterra e País de Gales e dos balcões NatWest na Escócia. Estão previstos outros desinvestimentos para agir

como um dissuasor para empresas que procuram a ajuda do estado, especialmente o caso da venda exigida do nosso negócios de seguros.

Isto não é como gostaríamos de ter escolhido mudar o RBS, porque a nossa prioridade absoluta é restaurar o valor para os investidores, incluindo os contribuintes do Reino Unido. Colectivamente, os negócios que vendermos representam menos de 15% do Grupo, e as alienações são uma distracção que preferiríamos evitar. No entanto, temos quatro anos para fazer todas as nossas alienações. Nesse intervalo de temos, estamos confiantes de que podemos minimizar qualquer impacto negativo e esperamos obter o valor adequado para accionistas.

O Programa de Protecção de Activos (Asset Protection Scheme - APS) do Governo vem com um elevado nível de preço, mas é um investimento que vale a pena por dois motivos. Em primeiro lugar, permite-nos passar os testes de stress da Financial Services Authority. O elemento seguro do plano foi a única maneira pela qual pudermos realisticamente conseguir isso, Em segundo lugar, preenche o vazio nos nossos rácios de capital criados pelas perdas que tivemos em 2009, os encargos suplementares que esperamos ter em 2010 e o aumento associado de activos ponderados em função do risco proveniente da prociclicidade e alteração regulatória. Precisamos do apoio do APS, se queremos atingir as nossas metas.

É entendimento do Conselho de Administração que as condições reestruturadas do APS, que foram aprovados por accionistas independentes em Dezembro 2009, representam um resultado melhor para os accionistas do que o acordo-quadro alcançado em Fevereiro 2009, quando as condições de mercado eram mais incertas e difíceis. Segura menos activos e custa menos. Não esperamos declarar perdas nos termos do APS, mas ele dá uma valiosa protecção no caso de condições económicas ainda mais difíceis. Também acordámos como, se o desejarmos fazer, cancelar o plano em qualquer altura. Por fim, os custos foram substancialmente reduzidos e mantemos os nossos activos por impostos diferidos.

Accionistas – reconstruir a confiança e esperança

Sabemos que temos que reconstruir a confiança e esperança dos investidos. Acreditamos que a melhor maneira de fazer isto é combinar metas de desempenho claras com divulgação melhorada. Uma transparência melhorada permitirá que os accionistas – tanto o governo como os privados – meçam e julguem os desempenhos enquanto trabalhamos para restaurar o desempenho financeiro do Grupo. UK Financial Investments tem sido um accionista exigente, empenhado e activo, mais proeminente em questões de remuneração. No entanto, agiu sempre de uma maneira consistente com o seu estatuto como um investidor independente e comercial, que pretende vender os seus interesses no RBS no primeiro momento mais atractivo.

Reforma da remuneração – liderar o caminho

Durante 2009, um dos maiores desafios que enfrentámos foi equilibrar as preocupações públicas e políticas com a remuneração dos banqueiros com os interesses de longo prazo de todos os nossos accionistas. Partilhamos os interesses do público e compreendemos que é impossível defender algumas das práticas de remuneração históricas do sector. É necessária uma reforma. Dissemos que lideraríamos essa reforma e acreditamos que o fizemos: as nossas políticas em *clawback* e diferimento dos bónus, anunciado em Fevereiro 2009, foram mais longe do que os outros bancos e mais longe o que as subsequentes propostas do G20.

As perdas que o Grupo registou este ano foram impulsionadas pela herança das acções tomadas no passado cuja responsabilidade foi atribuída. As pessoas em questão já não estão no Grupo. Os pagamentos de bónus feitos este ano estão direccionados para o pessoal que estão encarregados da tarefa de fazer o Grupo voltar aos lucros, através de um crescimento sustentável no nosso negócio *Core e* gerindo a redução das exposições herdadas na nossa divisão *Non-Core*.

Nos pagamentos de bónus para 2009, fomos orientados por uma política de pagar o mínimo necessário para manter e motivar o pessoal que é essencial para a recuperação do RBS. O Conselho de Administração acredita se teria minado o núcleo rentável do negócio e danificado o valor para o accionista se tivéssemos recomendado menos. É essencial que as pessoas com talento não se sintam em desvantagem ao trabalhar para a restauração do valor do RBS, em comparação com outros bancos. Não obstante, o Conselho de Administração acredita que a posição que alcançamos – desenvolvida pela Comissão de Remunerações, aprovada pelo CA e aceite pelo UKFI, que, por apenas um ano, tem o direito legal de o permitir – atinge um equilíbrio apropriado.

Em relação ao nosso *Group Chief Executive*, Stephen Hester foi contratado há 15 meses atrás para liderar a recuperação do RBS. A Comissão de Remunerações do CA considera que Stephen Hester ultrapassou significativamente as metas de desempenho que lhes foram estabelecidas em 2009 e pretendeu conceder-lhe um prémio proporcional a esta opinião. Ele decidiu renunciar a este prémio de bónus, dada a controvérsia pública sobre a remuneração dos banqueiros e a possibilidade do seu bónus desviar a atenção e enfraquecer o apoio para a reviravolta e recuperação do RBS. No entanto, mantém-

se a intenção do CA de, durante o período de recuperação, recompensar o Chief Executive de modo justo e apropriado, e aos níveis do mercado pelo que realizou em comparação com as metas que publicámos para tornar o banco seguro, bem-sucedido e valioso de novo. Gordon Pell, *Deputy Chief Executive*, que se retira no fim de Março 2010, também renuncia ao prémios de bónus de 2009.

Governo da sociedade – alterações global do Conselho de Administração e da Gestão Executiva
Fizemos alterações completas na equipa do Conselho de Administração e Gestão Executiva. O CA tem agora o tamanho certo – mais pequeno – e combina a competência e experiência necessária para reconstruir a sociedade. Sir Sandy Crombie, Bruce Van Saun e Phillip Scott juntaram-se a nós em 2009, enquanto Penny Hughes entrou em 2010.

A nossa estratégia envolve a introdução de novas disciplinas de gestão para garantir que o RBS de amanhã será, fundamentalmente, diferente do RBS de ontem – no risco, no enfoque nos clientes e na prestação de contas. A nossa nova Comissão de Risco do Conselho é um bom exemplo das alterações que já pusemos em movimento. Ela analisará regularmente o perfil de risco do Grupo, identificará quaisquer ameaças de longo prazo e fará recomendações ao CA conforme apropriado.

Servir as nossas comunidades
Estamos muitíssimo conscientes da nossa responsabilidade em pagar o apoio que recebemos e em permitir que o contribuinte britânico consiga sair do investimento no RBS. Mas há mais que podemos fazer para apoiar os nossos clientes e as comunidades mais amplas que serviços. Por exemplo, temos estado na vanguarda das medidas tomadas para minimizar as retomas de hipotecas e garantir preços de descoberto bancários para pequenos negócios.

O Grupo está justamente orgulhoso do seu programa MoneySense, agora no seu décimo sexto ano, que se esforça por aumentar a competência financeira e inclusão. Este programa tem uma ênfase especial em escolas, com 600 trabalhadores do RBS a darem novas lições a mais de um terço de milhão de alunos todos os anos.

Por fim, estamos satisfeitos por estarmos a cumprir o espírito e a letra dos nossos compromissos de empréstimos concedidos, que foram fazer uns adicionais £9 mil milhões disponíveis para o mercado de hipotecas e £16 mil milhões para negócios com valor creditício. No primeiro, batemos os nossos objectivos. No segundo, alcançamos os £60 mil milhões de novos empréstimos brutos a negócios, incluindo £39 mil milhões para PME, mas, no corrente ambiente económico, muito clientes concentraram-se fortemente em reduzir os seus empréstimos pedidos. Além disso, o abandono dos mutuantes estrangeiros foi menos pronunciada do que previsto, houve um aumento acentuado na emissão do mercado de capitais e a procura foi fraca apesar da recessão. Em resultado disso, não atingimos os nossos objectivos de £16 mil milhões de empréstimos líquidos. Mesmo assim, estamos prontos, com vontade e capazes de emprestar e aprovámos 85& dos pedidos de crédito durante 2009, uma taxa consistente com as dos anos anteriores.

Uma nova fase para o RBS
Estamos a mover-nos determinadamente para uma nova fase para o RBS. Temos uma equipa focalizada e uma estratégia clara. Removemos as principais barreiras que estavam no nosso caminho. Se fizermos as coisas certas para os nossos clientes, estaremos a fazer as coisas certas para os nossos accionistas. Espero que os resultados do Grupo lhe dêem clareza sobre o nosso desempenho e direcção, que lhe permita partilhar a confiança que temos num futuro mais brilhante para o RBS.

Philip Hampton
Presidente

Análise do Group Chief Executive

Stephen Hester, Group Chief Executive

Ver ou ouvir Stephen Hester at www.rbs.com/annualreport2009

Para biografias, ver páginas 8-11

"O RBS está a ser reestruturado e gerido para servir bem os clientes, ser seguro e estável e restaurar um valor para o accionista sustentável para todos".

Todos no RBS estão conscientes das responsabilidades que nos incumbem para garantir a recuperação do apoio que o Banco recebeu. Neste contexto, é um prazer ser capaz de comunicar alguns passos grandes no nosso caminho de recuperação, que esboço nesta análise.

Metas

Simplificando, temos três objectivos primordiais:

- Servir bem os nossos clientes;
- Restaurar o Banco numa força autónoma indubitável; e
- Reconstruir o valor sustentável para todos os accionistas e ao fazê-lo permitir ao Governo do Reino Unido venda, com o tempo, a sua participação com rentabilidade.

A parte mais perigosa da viagem do RBS está agora por trás de nós. Ainda temos quatro anos do nosso plano de recuperação. Em cada ano, esperamos comunicar um progresso forte e mensurável.

Estratégia

A nossa estratégia é simples e os seus conceitos estão bem comprovados nesta e em outras actividades. No entanto, a sua implementação constitui uma das maiores e mais profundas reestruturações, de sempre, de uma sociedade que o mundo viu.

Procuramos refazer o RBS como um dos bancos universais mais admirado, valioso e estável do mundo. Conduzidos pelos seus negócios líderes de mercado em grandes mercados impulsionados pelos clientes, o RBS visa +15% de rentabilidade de capital próprio sustentável de um perfil de categoria de risco AA estável e balanço.

Estamos a concentrar o RBS em redor de vantagens competitivas de que gozamos em cada uma das nossas Divisões C*ore business*. Estamos a concentrarmo-nos naquilo em que somos bons e fazê-lo melhor. Ao mesmo tempo, estamos a reduzir o nosso balanço, exposições de risco e financiamento através de uma reestruturação maciça e estamos a reduzir tanto a escala como o âmbito em áreas em que não somos naturalmente fortes. Estamos a fazer a reengenharia das estruturas de custos e começámos também os investimentos de negócios em atraso. Uma gestão transversal e mudança cultural também têm que ser globais.

Resultados e progressos

2009 viu um agradável progresso em relação às nossas três metas principais. Em cada medida publicada o Grupo está adiantado em relação ao nosso Plano Estratégico nesta fase. No entanto, os desafios do ponto de partida significa demorará até ao fim do nosso período de Plano para a rentabilidade global atingir as nossas aspirações.

Clientes

Em 2009, os nossos negócios *Core* sustentaram as nossas posições de mercado, com os números de clientes estáveis ou a crescerem nas linhas de negócio mais importantes do Grupo de retalho e de empresas, confirmando assim a saúde e valor essenciais que sublinha os negócios do RBS. Isto é também um testemunho dos esforços e resistência do nosso pessoal. No entanto, podemos e devemos fazer melhor. O novo RBS será conhecido pelo seu enfoque inflexível nos clientes.

Risco

Fizemos também substanciais progressos em restaurar a força e uma gestão de risco melhorada para o RBS – ambas pelos nossos próprios meios e graças ao apoio governamental e mercados a melhorar. O nosso balanço global já está £696 mil milhões abaixo do seu pico e o balanço financiado está £351 mil milhões abaixo, em termos de divisa constante; 70% da nossa redução prevista já está ultrapassada. O nosso financiamento e resiliência de liquidez melhoraram dramaticamente. O nosso rácio empréstimos/depósitos desceu de 154% no seu pico para 135%, e no nosso *Core business* é apenas 104% em comparação com a meta de 2013 de cerca 00%. O nosso rácio de capital Core Tier 1 está nuns robustos 11,0%, que esperamos ser suficiente para satisfazer os desafios futuros que antecipamos para 2010, antes da esperada retoma se tornar mais forte em 2011, e tomar em conta a direcção das alterações regulatórias.

O apoio do Governo do Reino Unido permitiu-nos melhorar o nosso capital. Este apoio também abrange o Asset Protection Scheme (APS) e relacionado Contingent Capital Line finalizado em Dezembro, e acompanhado pela aprovação da União Europeia, sujeita às medidas correctivas acordadas. Não esperamos receber qualquer pagamento líquido nos termos da APS ou ter que converter capital contingente em capital próprio, e prevemos sair dos acordos em 2012/13, sujeito a aprovação regulatória. No entanto, eles fornecem uma valiosa protecção contra o risco de cauda, enquanto saímos das restantes exposições de risco em excesso e até à recuperação económica estar completamente estabelecida.

Lucros

Meta número três, a restauração de um valor para o accionista sustentável, demorará mais tempo, embora a sua perspectiva se esteja a tornar mais clara. Para atingir esta meta, precisamos de nos assegurar que todas as nossas medidas de aperfeiçoamento das actividades principais têm sucesso e completarmos a saída dos Non-Core; também precisamos de uma recuperação económica. No entanto, o progresso em 2009 foi encorajador. As nossas actividades principais (c*ore business)* apresentaram um resultado de exploração de £8,3 mil milhões (até 89% em 2008). £5,7 mil milhões destes lucros vieram de Global Banking & Markets (GBM), o nosso braço de banca de investimento, que tirou partido com sucesso dos mercados flutuantes, apesar das desvantagens da sua própria reestruturação radical. Embora esperemos que este nível de lucros *core* diminuam em 2010, conforme os mercados GBM se normalizem, os nossos negócios de retalho e comercial, que acreditamos tenha atingido o seu cíclico durante 2009, deve recuperar nos próximos anos, constituindo eventualmente uns estáveis dois terços dos lucros do Grupo.

Na nossa Divisão Non-Core, um rápido progresso nos desinvestimentos, liquidação de activos e vendas reduziram o total de activos terceiros em 36% em 2009, mais do que previsto pelo Plano, para £221 mil milhões, incluindo derivados. Ao fazer isto, as perdas cristalizadas, e perdas posteriores, poderão ocorrer provavelmente nos próximos anos, embora diminuindo constantemente. No segundo semestre de 2009, as perdas Non-Core reduziram-se 44% em relação ao primeiro semestre, dando encorajamento acerca desta tendência. Após ganhos isolados, o RBS Group teve perdas atribuíveis líquidas de £3,6 mil milhões no global.

Perspectivas

Vemos as perspectivas como cautelosamente encorajadoras para o RBS e as economias que serviços, embora com riscos claros. Parece que as imparidades de empréstimo podem ter tido o seu pico em 2009 e a nossa margem de juros líquida, apesar de continuar a ser apertada pelas margens de passivo e custos de liquidez mais elevados, mostrou agora dois trimestres de melhoria. O nosso progresso em 2009 dá uma sensação de conforto aumentada na nossa capacidade em executar os desafios da reestruturação que se mantêm.

No entanto, hoje em dia, há importantes áreas de incerteza que se tornarão mais claras no decorrer de 2010. Como elas se resolverem farão o caso para o RBS mais certo.

- Em primeiro lugar, depende da forma e ritmo da recuperação económica e do modo como ela se alimenta através das actividades dos negócios, taxas de juros e imparidades de crédito.
- Em segundo lugar, mudança regulatória em perspectiva, sobre a qual se discute mais adiante, tomará forma, muito provavelmente, em 2010, ficando também mais claro o calendário de implementação. Isto afectará a actividade de cliente e formação de preços, bem como a estrutura de capital e a rentabilidade dos accionistas.
- Em terceiro lugar, conforme a perspectiva de vendas das acções se tornem mais realistas, o RBS pode transitar de um "problema" financeiro para uma "oportunidade". Isto também ajudará a sublinhar a mensagem para o pessoal, accionistas e clientes que o RBS está a ser gerido comercialmente em nome dos seus accionistas.
- Por fim, embora a parte mais perigosa do plano de recuperação já foi ultrapassada, 2010 será um ano de árduo caminho, com uma visibilidade limitada do nosso valor final. Embora se espere que as nossas imparidades e abatimentos dos Non-Core melhorem, provavelmente ainda continuarão elevadas e, mais uma vez, continuarão a pesar contra os nossos fortes lucros operacionais das actividades *Core*. Os nossos planos têm um risco de execução e há um risco de fadiga pela magnitude da mudança. Termos de nos assegurarmos de que nos mantemos acima destes riscos.

Pessoal

Há vários ingredientes necessários na viagem de uma instituição falhada para uma história de recuperação e, no final, para líder do mercado. Provavelmente o mais crucial destes ingredientes seja as pessoas.

Precisamos de fazer alterações profundas no topo e em toda a nossa organização e temos implantado estas alterações com determinação. Os desafios correntes das medidas de eficiência e redução de negócios são manifestas. Por fim, a mera magnitude e intensidade da mudança institucional, a pressão sobre o estado de espírito dos comentários sobre o passado e a incerteza dos clientes, os golpes no amor-próprio e poupanças pessoas, tudo sofre danos. O nosso pessoal enfrenta fortes ventos contrários. No entanto, pessoas boas, motivadas, bem geridas são essenciais para conseguirmos atingir todas as nossas três metas principais.

A recuperação do RBS é uma obra em curso. A maior tarefa da administração é a renovação e motivação do pessoal. Sofremos perdas prejudiciais de pessoal qualificadas e continuaremos a sofrê-las. Mas, à data, os sinais globais são positivos. A transição que precisamos de fazer está adiantada em relação ao plano. O nosso pessoal, novo e antigo, está a fazer o seu trabalho e a fazê-lo bem. Para ele o nosso elogio por o fazerem.

Regulação

A mudança é necessária e está a acontecer. Como banco sistémico, grande e diversificado, e como um exemplo do que precisa de ser reformado, o RBS é, ao mesmo tempo afectado mas também está emprenhado construtivamente. São discerníveis três vertentes de mudança. As mudanças em curso em redor das regras de Basileia sobre a qualidade e quantidade de fundos próprios, ponderação pelo risco e liquidez são, em geral, bem concebidas e apropriadas. No entanto, a sua combinação precisa de uma cuidadosa calibração, para garantir o equilíbrio certo entre eficácia e pôr em perigo o crescimento económico e estabilidade do sector. De igual modo, é essencial um calendário para a implementação. Feito correctamente, saudamos o sentido da mudança; adequa-se à nossa própria mudança auto-administrada e deve ser acomodada nos nossos planos nos próximos anos.

As alterações a Basileia são concebidas para reduzir a probabilidade de incumprimento nos serviços financeiros. Isto deixa uma outra vertente crítica de trabalho em redor do que acontece no caso de incumprimento, mesmo se o seu acontecimento é muito menos provável agora do que anteriormente. Temos que ter a certeza de que, em qualquer crise futura, o nosso sector não precisa do nível de apoio sistémico e específico que foi dado em 2008/09. Para permitir que os bancos possam falir sem paralisar o nosso sistema financeiro ou ter um desastroso efeito de dominó é um desafio complexo de reengenharia, especialmente quando o cenário em questão não é a falência de um banco específico, mas uma ameaça sistémica a muitos bancos. Creio que a resposta reside na criação de um regime de "Capítulo 11" para os bancos, um mecanismos de atribuição de perdas mais claro e rápido para além do capital próprio e uma redução do risco de contraparte. Tamanho e forma das mesmas são uma distracção, conforme, seguramente, todos os factos da crise corroborarão. Em qualquer caso, a mudança no campo da resolução da crise é uma obrigação. Mas as consequências podem ser profundas e podem ter efeitos colaterais imprevistos. Precisamos de um diálogo pensado e com sentido que leve a uma reforma que funcione e precisamos de evitar medidas apressadas que podem distrair.

Por fim, o sector dos serviços financeiros tem que fazer mais na questão da mudança cultural: reconexão com clientes e comunidades; restauração da excelência da gestão; reforma da estrutura de remuneração que se tornou difícil de defender. O sector dos serviços financeiros é integral para o nosso sistema económico. Como tal, o seu enfraquecimento é um perigo considerável para a criação de riqueza e estabilidade de toda a sociedade. Mas a nossa mais intangível licença para operar concedida pela

sociedade civil está, presentemente, bastante maltratada. O nosso papel integral exige que a restauremos.

Accionistas
RBS está a ser reestruturado e governado para servir os clientes bem, para ser seguro e estável e para restaurar um valor para o accionista sustentável para todos. É o nosso dever legal. É nossa intenção e desejo. É também a única maneira de os contribuintes recuperarem o apoio que nos confiaram.

Conforme avançamos na implementação do Plano Estratégico do RBS, o valor do RBS será determinado pela força dos ganhos sustentáveis melhorados do nosso *Core business*. As perdas da liquidação do Non-Core continuarão durante algum tempo, mas devem ser vistas cada vez mais como assumido na nossa estrutura financeira. Conforme a confiança cresce, seremos capazes de resolver as complexidades na nossa estrutura de capital e o Governo terá oportunidades de vender a sua quota, adicionando assim clareza e reduzindo o desconto de risco que é percebido hoje em dia.

No início de 2010, RBS continua a ser uma história complexa. Tornar-se-á mais simples, clara e mais valiosa conforme a nossa estratégia e acções mostrem mais resultados. Acreditamos que podemos fazer isto, para benefício de todos.

Stephen Hester
Group Chief Executive

Os nossos mercados

Mantenha-se actualizado com a nossa pesquisa e análise económica mais recente em www.rbs.com/economics

O contexto económico foi difícil, apesar de uma melhoria gradual conforme o ano foi avançando.

No início de 2009, a economia mundial estava à beira de uma recessão descrita pelo Fundo Monetário Internacional como “sem precedentes no pós-Segunda Guerra Mundial". Isto provocou uma resposta política coordenada pelos bancos centrais e governos em todo o mundo. As taxas de juro foram drasticamente reduzidas e alguns países deram passos extra para introduzir uma flexibilização quantitativa – incluindo a política fiscal do Reino Unido que foi também flexibilizada.

Estas políticas tiveram rapidamente um efeito calmante nos preços dos activos. Os valores mobiliários mundiais estabilizaram em Março 2009 e, desde então, têm crescido em cerca de 65% (FTSE +45%, S&P 500 +55%). De igual modo, os preços das habitações começaram a subir na Primavera e estão presentemente cerca de 5% e 10% acima dos seus mínimos nos EUA e Reino Unido, respectivamente.

As avaliações de imobiliário comercial demoraram mais tempo a recuperar. Tendo caído 44% durante os dois anos anteriores, as avaliações no Reino Unido começaram a subir de novo em Agosto 2009 e, desde então, recuperaram 9%, de acordo com o International Property Databank (IPD). No entanto, as avaliações continuaram a cair na Irlanda e EUA no quarto trimestre.

A política de flexibilização também levou a uma melhoria do desempenho económico, com o ritmo de declínio do produto interno bruto (PIB) a abrandar e, depois, a reverter nas nossas economias nucleares conforme 2009 foi avançando. Os EUA emergiram da recessão técnica no 3T de 2009 e o Reino Unido no 4T de 2009. Ainda assim, os resultados de crescimento do ano confirmam que 2009 foi, em geral, ao ano difícil nos nossos principais mercados:

- O PIB do Reino Unido diminuiu 4,8% – a maior queda registada e um resultado muito pioro do que os economistas esperavam quando comunicamos os nossos resultados de 2008 (-2,6%, de acordo com a Consensus Economics). A recessão pode atingir os nossos clientes, com o desemprego a crescer e a rentabilidade das empresas a cair.

- Na Irlanda, a recessão foi ainda mais pronunciada. O PIB caiu nuns estimados 7,3%, de acordo com a Consensus Economics. Isto deveu-se principalmente porque o imobiliário e a construção são mais proeminentes na economia irlandesa e sofreu correcções mais drásticas.

- Em comparação, o declínio do PIB dos EUA foi moderado (-2,4%), mas isto é ainda uma recessão profundas pelos padrões históricos dos EUA. A taxa de desemprego mais do que duplicou, dando origem às condições de mercado de trabalho mais fracas há quase 30 anos.

As perspectivas económicas

A retoma nascente tem mais a ver com a política de relançamento do que com uma redução nos desequilíbrios globais que ajudaram a causar a recessão. As taxas de poupança cresceram nos EUA e Reino Unido, mas as famílias, governo e – em menor extensão – as empresas continuam a ter um caminho para andar para baixar o endividamento para níveis mais confortáveis.

Consequentemente, a maioria dos economistas espera que a retoma nos nossos mercados principais será lenta pelos padrões históricos. Isto sugere que a inflação manter-se-á baixa que as taxas de juros subirão, apenas, gradualmente. Os mercados emergentes, especialmente na Ásia, irão provavelmente ter melhores desempenhos pois estão menos onerados por deformações do balanço.

N.B. Todos os dados são da Thomson Datastream, salvo indicação em contrário.

Perguntas e respostas sobre o progresso

Quando falamos com os nossos investidores algumas perguntas são feitas mais frequentemente de que outras. A seguir, apresentamos uma selecção das perguntas mais frequentes – e das suas respostas.

Qual é a política de dividendos a partir de agora?
À luz dos nossos resultados de 2009, não seria apropriado pagar quaisquer dividendos em acções ordinárias este ano, nem, sob os termos da aprovação da Comissão Europeia sobre a ajudas governamentais que recebemos, poderemos fazer isso por mais dois anos. O CA tem consciência de que os dividendos são uma parte extremamente importante da rentabilidade e rendimentos dos nossos accionistas. A nossa intenção, com o tempo, é de retomar o pagamento de um dividendo logo que seja prudente fazê-lo, tendo em conta a posição de capital do Grupo, resultados transitados e perspectivas, bem como os direitos de dividendos reforçados conexos às acções B detidos Governo do Reino Unido. Haverá pagamentos de dividendos em algumas acções preferenciais este ano, mas, depois, eles estarão sujeitos ao mesmo hiato de dois anos exigido pela Comissão Europeia.

Qual é o calendário exigido para os desinvestimentos exigidos pela Comissão Europeia?
Temos quatro anos para fazer todas as nossas alienações e determinar o momento de cada uma com referência aos seguintes critérios: obter o melhor valor para os accionistas, minimizar a perturbação para os nossos clientes e trabalhadores, condições de mercado e risco de execução.

Vamos procurar fazer algumas das alienações rapidamente. Por exemplo, RBS Sempra Commodities concordou em vender as suas linhas de negócios Metais, Petróleo e Energia Europeia à J.P. Morgan por $1,7 mil milhões, como anunciado em 16 de Fevereiro de 2010. Outras demorarão mais tempo. Estamos a fazer bons progressos na alienação dos balcões RBS na Inglaterra e País de Gales e dos balcões NatWest na Escócia; temos um objectivo de arranjar em comprador em 2010, através de complexas questões de separação que não esperamos concluir até 2011. Estamos a considerar as nossas operações na alienação do RBS Insurance, incluindo uma admissão na bolsa no segundo semestre de 2012.

Em que ponto está no ciclo de imparidade?
Acreditamos que as perdas por imparidade atingiram, provavelmente, o seu pico em 2009, tendo aumentado para £13.899 milhões de £7.432 milhões em 2008. Há indicações complementares que o ritmo de migração descendente da notação de risco de crédito para as empresas está a descer. No entanto, as circunstâncias financeiras de muitos consumidores e negócios mantêm-se frágeis e os custos crescentes de refinanciamento, quer como resultado de um estrangulamento monetário ou de uns crescentes requisitos de capitais regulatórios pode expor alguns clientes a dificuldades suplementares.

O que está a acontecer às margens e porquê?
A nossa margem de juro líquida mostrou agora dois trimestres de melhoria, apesar do aperto continuado das margens de passivo e custos de liquidez mais elevados. Em geral, em 2009, a margem de juros líquida diminuiu 14%, pois a margem de juros líquida do Grupo foi reduzida em 32 pontos-base para 1,76%. As margens dos depósitos mantêm-se sob pressão, com uma forte concorrência, especialmente para depósitos de longo prazo e taxas em muitos produtos já em *floors* no actual ambiente de baixas taxas de juros. No entanto, as margens dos activos foram gradualmente reconstruídas no decorrer do ano, levando a uma retoma a começar nas margens de juros líquidas globais nas Divisões de banca de retalho e comercial essenciais no segundo semestre.

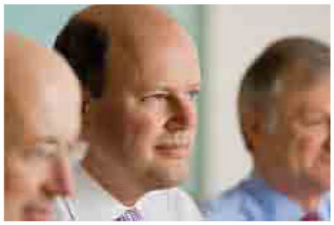
Até que ponto a interferência política no Reino Unido foi um problema?
Os benefícios do envolvimento político no RBS, no sentido mais amplo possível, são significativamente superiores aos seus custos. Simplificando, se o RBS não tivesse recebido o apoio do governo, não estaríamos aqui hoje em dia. É do interesse de todos os accionistas que o RBS seja gerido comercialmente e, em cada elemento de substância estratégica e operacional, que tenha sido o caso.

Em que medida a perda de trabalhadores altamente qualificados afectou o desempenho?
A perda de trabalhadores altamente qualificados foi prejudicial, mas, até à data, não destrutiva. Todos os anos, avaliamos os nossos funcionários numa escala de um a cinco, em que quatro e cinco são as classificações mais altas. As más notícias é que a percentagem de pessoas classificadas com quatro e cinco que nos deixaram no segundo semestre de 2009 foi, *grosso modo*, o dobro da taxa vigente no período 2005-07. As melhores notícias é que esse número está a crescer de uma base relativamente baixa. Também fomos capazes de contratar pessoas com talento para ajudar nos desafios de reestruturação que estão pela frente da sociedade.

A capacidade de motivar e manter os nossos melhores trabalhadores é essencial para o sucesso futuro do RBS pelo que, primeiro e antes de mais, precisamos de garantir que a percentagem de pessoal altamente qualificado que nos deixa não aumente mais. Idealmente, precisamos de reverter essa tendência, embora isto dependa em parte da nossa capacidade em convencer o pessoal e pretendentes que o RBS está a ser gerido comercialmente.

Como uma descida na notação do crédito soberano do Reino Unido afectar o Grupo?
Efectuamos exercícios de contingência numa gama de possíveis resultados. É verdade que a notação de risco de crédito do RBS Group é, em certa medida, apoiado pela notação de crédito soberano do Reino Unido, pelo que uma redução pode ter repercussões para a notação de crédito do RBS. Diligentemente utilizamos a supervisão de liquidez e planeamento de contingência concebidos para mitigar o impacto no Grupo de um certo número de stresses de liquidez, incluindo reduções da notação do risco de crédito, independentemente da notação de crédito soberano do Reino Unido.

Conselho de administração e secretário



Legenda das fotografias
1. Philip Hampton, Presidente
2. Stephen Hester, *Group Chief Executive*
3. Bruce Van Saun, *Group Finance Director*
4. Colin Buchan
5. Sandy Crombie
6. Archie Hunter
7. Joe MacHale
8. Penny Hughes
9. John McFarlane
10. Arthur "Art" Ryan
11. Philip Scott
12. Miller McLean

Abreviaturas
A membro da Comissão de Auditoria do Grupo
N membro da Comissão de Nomeações
R membro da Comissão de Remunerações
Ri membro da Comissão de Risco do Conselho
* administrador não executivo independente

Presidente

Philip Hampton (idade 56)
N (Presidente)
Nomeado para o Conselho de Administração em 19 de Janeiro de 2009 e como Presidente em 3 de Fevereiro de 2009. Philip Hampton foi anteriormente presidente da J Sainsbury plc e foi *Group finance director* do Lloyds TSB Group plc, BT Group plc, BG Grouo plc, British Gas e British Steel plc, um administrador executivo da Lazards e um administrador não executivo da RMC Grupo plc. Também foi antigo presidente da UK Financial Investments Limited, a empresa fundada para gerir as participações bancárias do governo do Reino Unido, subscrevendo o seu fundo de recapitalização e é administrador não executivo da Belgacom SA. Philip entrou para o Conselho de Administração da Anglo American plc como administrador não executivo em 9 de Novembro de 2009.

Administradores executivos

Stephen Hester (idade 49)
Group Chief Executive
Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2008 e como *Group Chief Executive* em 21 de Novembro de 2008, Stephen Hester foi *chief executive* da The British Land Company PLC. Anteriormente, foi *chief operating officer* do Abbey National plc e antes de isso teve cargos no Credit Suisse First Boston, incluindo *Chief Financial Officer*, *Head of Fixed Income* e *co-Head* do European

Investment Banking. Entre Fevereiro e Outubro de 2008, foi vice-presidente não executivo do Northern Rock plc. Também é curador de The Foundation and Friends of the Royal Botanical Gardens, Kew.

Gordon Pell (idade 60)
FCIBS, FCIB
Deputy Group Chief Executive
(Sem fotografia)
Nomeado para o Conselho de Administração em Março de 2000, Gordon Pell foi anteriormente administrador do Lloyds TSB UK Retail Banking antes de entrar para o National Westminster Bank Plc como administrador em Fevereiro de 2000 e de se tornar *Chief Executive* da divisão de Retail Banking. Também é administrador da Race for Opportunity e membro do FSA Practitioner Panel.
Foi nomeado presidente da Business Commission on Racial Equality in the Workplace em Julho de 2006 e vice-presidente do Board of the British Bankers Association em Setembro de 2007 Retirar-se-á do Conselho de Administração em 31 de Março de 2010.

Bruce Van Saun (idade 52)
Group Finance Director
Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2009, Bruce Van Saun tem mais de 25 anos de experiência nos serviços financeiros. De 1997 a 2008 deteve vários cargos superiores no Bank of New York e depois Bank of New York Mellon, mais recentemente como vice-presidente e *chief financial officer* e, antes disso, foi responsável pelos negócios de Gestão de Activos e Mercado Relacionado. Anteriormente, teve cargos superiores no Deutsche Bank, Wasserstein Perella Group e Kidder Peabody & Co. Esteve em vários conselhos de administração como administrador não executivo e tem estado activo em numerosas organizações comunitárias.

Conselheiro-geral e secretário do grupo

Miller McLean (idade 60)
FCIBS, FIB
Miller McLean foi nomeado para o Secretário do Grupo em Agosto de 1994. É administrador do Industry and Parliament Trust, presidente não executivo do The Whitehall and Industry Grupoo e presidente do Chartered Institute of Bankers na Escócia. Retirar-se-á do Grupo em 30 de Abril de 2010.

Administradores não executivos

Colin Buchan (idade 55)
A, N, R (Presidente), Ri
Nomeado para o Conselho de Administração em Junho de 2002, Colin Buchan formou-se na África do Sul e passou a parte inicial da sua carreira na África do Sul e no Extremo Oriente. Possui uma experiência considerável na banca de investimento internacional, assim como uma grande experiência na gestão de riscos no negócio de participações sociais. Já foi membro do conselho de administração do Grupo UBS AAG e director de participações do UBS Warburg e foi presidente da UBS Securities Canada Inc. É presidente do Standard Life plc e administrador da Standard Life plc e Black Rock Wolrd Mining Trust Plc. Colin é membro do Chartered Institute of Bankers of Scotland.

Sandy Crombie* (idade 61)
Administrador sénior independente
N, R, Ri
Nomeado para o Conselho de Administração em Junho 2009, Sandy Crombie retirou-se do seu cargo de *Group Chief Executive* da Standard Life Plc em 31 de Dezembro de 2009. Anteriormente, foi administrador da Association of British Insurers e membro do Chancellor of the Exchequer's High Level Group. Em 2007, foi Embaixador do Princípe de Gales para a Responsabilidade Social Empresarial na Escócia. Actualmente é Presidente do Edinburgh UNESCO City of Literature Trust, como Vice-Presidente da Royal Scottish Academy of Music and Drama e Presidente da The Cockburn Association.

Penny Hughes* (idade 50)
N, R
Penny Hughes entrou para o Conselho de Administração em 1 de Janeiro de 2010 e é actualmente uma administradora não executiva do Home Retail Group plc e Cable & Wireless plc. Penny entrou para o conselho de administração de Wm Morrisons Supermarkets plc em 1 de Janeiro de 2010. Ela é uma antiga administrador não executiva de Gap Inc, Vodafone PLC e Reuters PLC. Penny preside à Comissão de Remunerações do Home Retail Group. Penny foi administradora e presidente da Comissão de Remunerações do Skandinaviska Enskilda Banken AB até resignar em 20 de Outubro de 2009. Penny passou a maioria da sua carreira executiva na Coca-Cola, onde teve numerosos cargos de liderança. Em 1992, foi nomeada Presidente da Coca-Cola Great Britain and Ireland. També uma Curadora do British Museum e Presidente da Advertising Association.

Archie Hunter* (idade 66)
A (Presidente), N, Ri
Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Archie Hunter é um revisor oficial de contas. Foi o sócio sénior escocês da KPMG entre 1992 e 1999 e Presidente de The Institute of Chartered Accountants da Escócia em 1997/1998. Possui uma vasta experiência profissional no Reino Unido e Américas do Norte e do Sul. Actualmente é Presidente do Macfarlane Grupo plc, administrador do Edinburgh US Tracker Trust plc e governador do Beatson Institute for Cancer Research.

Joe MacHale* (idade 58)

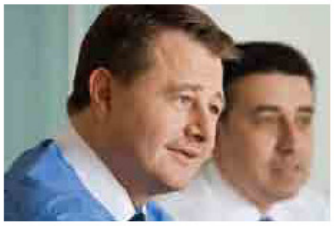
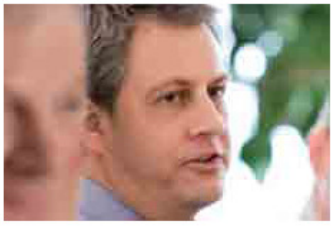
A, N, Ri
Nomeado para o Conselho de Administração em Setembro de 2004, Joe MacHale é actualmente administrador não executivo e presidente da comissão de remunerações da Brit Insurance Holdings plc, e administrador e tesoureiro da MacMillan Cancer Support. Exerceu uma série de cargos executivos de topo na J P Morgan entre 1979 e 2001 e ultimamente foi *chief executive* da J P Morgan Europe, Middle East and African Region. Ele é associado do Institute of Chartered Accountants e Presidente de Prytania Holdings LLP.

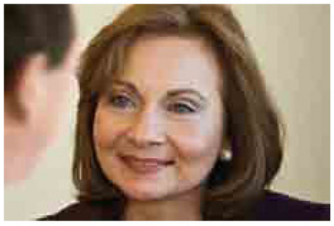
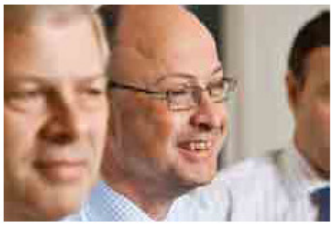
John McFarlane* (idade 62)
N, R
Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2008, John McFarlane é um antigo *chief executive officer* do Australia and New Zealand Banking Grupo Limited. Previamente, ele foi um *group executive director* da Standard Chartered e foi director-geral do Citicorp/Citibank no Reino Unido e Irlanda. Actualmente, é administrador não executivo da Westfield Holdings Limited e administrador da Old Oak Holdings Limited. Ele é um antigo presidente da International Monetary Conference e um antigo presidente da Australian Bankers Association. Previamente, foi administrador da Bolsa de Valores de Londres e membro do Auditing Practices Board.

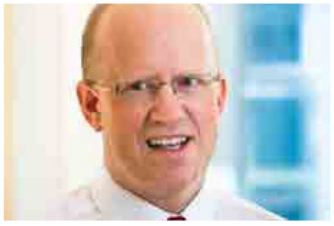
Arthur 'Art' Ryan* (idade 67)
Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Outubro de 2008, Arthur Ryan é o antigo presidente, *chief executive officer* e director-geral da Prudential Financial Inc. Previamente ele deteve cargos de topo no Chase Manhattan Bank NA. Actualmente, ele é administrador não executivo da Regeneron Pharmaceuticals Inc. e um activo membro de numerosos conselhos comunitários. Ele foi membro fundador do Financial Services Fórum.

Philip Scott* (idade 55)
A, N, Ri (Presidente)
Nomeado para o Conselho de Administração em 1 de Novembro de 2009, Philip Scott tem uma larga experiência em serviços financeiros e gestão de risco, incluindo anteriores responsabilidades pelos negócios de poupança a longo prazo e vida na Europa continental e internacionais da Aviva. Desempenhou várias posições executivas de topo durante a sua carreira na Aviva, incluindo o seu cargo como *Group Finance Director* até Janeiro 2010. Philip é também um experiente administrador não executivo e está actualmente no conselho da Diageo plc.

Comissão executiva



A Comissão Executiva dá a contribuição executiva ao CA do Grupo e monitoriza e reporta ao CA do Grupo todas as actividades operacionais e diárias relativas aos negócios do Grupo.

É responsável pela gestão questões ao nível do grupo e daquelas questões operacionais importantes para o Grupo mais amplo.

1 2 3
4 5 6
7 8 9
10

Legenda das fotografias
1. Stephen Hester, *Group Chief Executive*
2. Bruce Van Saun, *Group Finance Director*
3. John Hourican, *Chief Executive*, Global Banking & Markets
4. Brian Hartzer, *Chief Executive*, UK Retail, Wealth e Ulster Bank
5. Chris Sullivan, Chief Executive, UK Corporate
6. Ellen Alemany, *Chief Executive*, Citizens e Head of Americas
7. Ron Teerlink, *Chief Administrative Officer*
8. Nathan Bostock, *Head of Restructuring & Risk*
9. Paul Geddes, *Chief Executive*, RBS Insurance
10. Alan Dickinson, Presidente, UK Corporate

Comissão executiva

Stephen Hester, *Group Chief Executive*
Gordon Pell, *Deputy Group Chief Executive*
Bruce Van Saun, *Group Finance Director*

Para biografias **ver páginas 8-9**

Brian Hartzer (idade 43)
Chief Executive, UK Retail, Wealth e Ulster Bank
Brian Hartzer entrou para o The RBS Group em 2009. Um licenciado de Princeton, tem dupla nacionalidade, dos EUA e Austália. Brian entrou para o ANZ em 1999 e geriu o seu negócio de Crédito ao consumo (cartões de crédito, pagamentos electrónicos no comércio e empréstimos pessoais) até 2004. Ele assumiu toda a carteira bancária de Retail (incluindo PME e Wealth) e, em 2008, adicionou o cargo de *Chief Executive* Austrália para todas as linhas de negócio ANZ, bem como o Global Segment Lead for Retail. Antes de entrar no ANZ, Brian foi consultor de serviços financeiros em Nova Iorque, São Francisco e Melbourne durante 10 anos.

Chris Sullivan (idade 52)
Chief Executive, UK Corporate
Chris Sullivan foi nomeado Chief Executive da divisão de banca UK Corporate e a Divisão GTS em Agosto 2009. O seu cargo anterior era *Chief Executive* da RBS Insurance, a segunda maior seguradora generalista do Reino Unido. Antes disto, Chris era *Chief Executive* de Retail e *Deputy Chief Executive* de Retail Markets. Chris é Vice-Presidente da Association of British Insurers, Presidente do General Insurance Council e é membro da Comissão do Presidente da CBI. Durante cinco anos foi *Chief Executive* da Lombard Asset Finance, onde desenvolveu o negócio para uma posição de liderança no Reino Unido e Europa. Chris Sullivan obteve o seu Fellowship of Chartered Institute of Bankers Scotland pelos seus serviços à banca escocesa.

John Hourican (idade 39)
Chief Executive, Global Banking & Markets
Antes da sua recente nomeação como *Chief Executive*, Global Banking & Markets, John Hourican foi *Chief Financial Officer* e o administrador responsável pelo Group Finance após a sua nomeação para o conselho de administração do ABN AMRO em Novembro 2007. Antes da sua nomeação para o CA, John era *Head of Leveraged Finance*, Global Banking & Markets. Neste cargo, John foi responsável por liderar os negócios líderes de mercados de Leveraged Finance e High Yield do RBS na Europa e Ásia Pacífico. John entrou no RBS em 1997 e teve várias posições de topo dentro da Divisão de banca grossista do RBS, nomeadamente no conselho da Divisão como Director Financeiro e, mais recentemente, como *Chief Operating Officer* em que foi responsável por gerir, globalmente, 3000 pessoas.

Ellen Alemany (idade 54)
Chief Executive, Citizens e Head of Americas
Ellen Alemany entrou para The RBS Group em Junho 2007 proveniente do Citigroup, onde foi CEO para Global Transaction Services. Foi também membro da Comissão Operacional do Citigroup, Grupo de planeamento Empresa e Investimento e Comissão Operacional de Banca Global. Ellen começou a sua carreira bancária no Chase Manhattan Bank em 1977, trabalhando em Operações, Negócio Estruturado e o Departamento de Média e Electrónica como *Senior Lender*. Em Outubro 2009, ela ficou em 17.º lugar na lista de banqueiros norte-americanos sobre as 25 Mulheres Mais Poderosas no Sector Bancário.

Paul Geddes (idade 40)
Chief Executive, RBS Insurance
Paul Geddes licenciou-se em Oxford em 1990, onde cursou Política, Filiosofia e Economia. A sua carreira começou na Procter & Gamble, no Reino Unido e Europa. Entrou no retalho em 1997, tendo cargos de topo nos grupos Kingfisher e GUS antes de entrar no RBS Group em 2004 como Director-Geral, Produtos e Marketing, Banca de Retalho. Foi nomeado CEO, Banca de Retalho em Dezembro 2006 e CEO, UK Retail em Fevereiro 2009, antes de tomar a responsabilidade geral por algumas das marcas de seguro mais conhecidas do Reino Undo, incluindo Direct Line, Churchill, Privilege e Green Flag como CEO, RBS Insurance em Agosto 2009. Paul é um associado do Chartered Institute of Bankers in Scotland e um Curador de Dewar Arts Awards.

Ron Teerlink (idade 49)
Chief Administrative Officer
Em Abril 2008, Ron Teerlink entrou no The RBS Group como *Chief Executive* de Business Services, tornando-se *Group Chief Administrative Officer* em Fevereiro 2009. Ao mesmo tempo, voltou a ser nomeado para o Conselho de Administração do ABN AMRO para supervisionar o programa de integração. Ron começou a sua carreira no ABN Bank em 1986 como analista TI/Sistemas e deteve

vários cargos até se tornar *Chief Operating Officer* do Negócio Clientes Grossistas em 2002. Foi nomeado *Chief Executive Officer* dos Serviços Partilhados do Grupo em 2004 e entrou para o Conselho de Administração do ABN AMRO em Janeiro 2006, em que foi responsável por Serviços e Infra-estrutura de Mercado. Ron tem um Mestrado em Economia pela Vrije Universiteit de Amesterdão.

Nathan Bostock (idade 49)
Head of Restructuring & Risk
Nathan Bostock entrou no The RBS Group em Junho 2009 como *Head of Restructuring and Risk* com responsabilidade pela recentemente criada Divisão Non-Core & APS, o Grupo de Reestruturação Global e as funções de controlo de Departamento Jurídico e Secretariado do Grupo e Gestão de Risco. Antes de entrar para o RBS, Nathan esteve oito anos no Abbey National plc em vários cargos e era, ultimamente, o CFO ae principal administrador por Produtos & Marketing, RH, Seguros e Cartões. Antes de entar no Abbey em 2001, Nathan esteve dez anos com o RBS em vários cargos, incluindo *Chief Operating Officer* de Tesouraria e Mercados de Capital e Directo de Risco do Grupo. Nathan é um revisor oficial de contas que trabalhou na Coopers & Lybrand, antes de começar a sua carreira na banca. Esteve sete anos no Chase Manhattan Bank em várias áreas e funções, também tem uma licenciatura (BSc (Hons)) em Matemática.

Alan Dickinson (idade 59)
Presidente, UK Corporate
Alan Dickinson tornou-se Presidente de Corporate Banking em 1 de Agosto de 2009, tendo sido *Chief Executive*, Corporate Banking desde Março, no seguimento da reestruturação do Grupo. O negócio supervisiona os negócios PME e Empresas do Grupo no Reino Unido e a sua Divisão Global Transaction Services. Alan é membro da Comissão Executiva de Grupo no Banco. Ele entrou para o The Royal Bank of Scotland Group em 1973. A sua carreira abrangeu trabalho desde *front line* do Retail, Corporate e banca PME, bem como, em 1992 foi Director de Crédito abrangendo os negócios de clientes pessoais, comerciais e empresariais do Banco no Reino Unido.

Comissão de Gestão
A Comissão de Gestão, incluindo os nossos negócios mais importantes e líderes funcionais, reúne-se três a quatro vezes por ano, como um veículo para análise de estratégia e desempenho do negócio.

Inclui os membros da Comissão Executiva mais:

- Richard Hemsley, *Chief Operating Officer*, Business Services
- Jennifer Hill, *Head of Strategy and Corporate Finance*
- Marco Mazzucchelli, *Deputy CEO* ce Global Banking & Markets
- Cormac McCarthy, *Chief Executive*, Ulster Bank
- John McCormick, CEO Ásia
- Andrew McLaughlin, *Head of Communications* e *Group Chief Economist*
- Miller McLean, Conselheiro-geral do Grupo e Secretário do Grupo
- Peter Neilsen, *Global Head of Markets*
- Neil Roden, *Head of Human Resources*
- Brian Stevenson, *Chief Executive*, Global Transaction Services

---

A nossa estratégia é simples e os conceitos estão bem comprovados neste noutros sectores. No entanto, a sua implementação constitui uma das maiores e mais profunda reestruturação de empresas que já foi vista em todo o mundo.

Queremos refazer o RBS como um dos bancos universais mais admirado, valioso e estável do mundo. Conduzidos pelos seus negócios líderes de mercado em grandes mercados impulsionados pelos clientes, o RBS visa +15% de rentabilidade de capital próprio sustentável de um perfil de categoria de risco AA estável e balanço.

Estamos a concentrar o RBS em redor de vantagens competitivas de que gozamos em cada uma das nossas Divisões C*ore business*. Estamos a concentrarmo-nos naquilo em que somos bons e fazê-lo melhor. Ao mesmo tempo, estamos a reduzir o nosso balanço, exposições de risco e financiamento através de uma reestruturação maciça e estamos a reduzir tanto a escala como o âmbito em áreas em que não somos naturalmente fortes. Estamos a fazer a reengenharia das estruturas de custos e começámos também os investimentos de negócios em atraso. Uma gestão transversal e mudança cultural também têm que ser globais.

Andrew MacInnes
Cliente do RBS há 33 anos

Durante anos Andrew desejou andar na sua moto através de todo o Sul de África. Desta vez, no ano passado, ele veio ver-nos e nós ajudámo-lo a fazer um plano de poupanças em conjunto. Em breve, ele pôr-se-á mesmo a caminho.

Roteiro para a recuperação

Estratégia e objectivos de negócio: **Fazer o RBS gerar +15% de rentabilidade de capital próprio sustentável conduzido pelos seus negócios líderes de mercado em grandes mercados impulsionados pelos clientes**

Como vamos fazer isso?	Metas até 2013	Nosso progresso até agora
Franquias líderes de mercado Visar e mensurar todas as posições de mercado e a satisfação do cliente em todos os *core business*	Todos os nossos *Core business* têm posições de liderança	Cada um dos *Core Business* do Grupo manteve ou aumentou a sua posição de mercado em 2009. No Reino Unido, o RBS manteve as suas franquias líderes de mercado em retalho (n.º 2), pequenos negócios (n.º 1) e banca empresas e comércio (n.º 1)
Crescimento de proveitos Ênfase em negócios capazes de garantir um crescimento sustentável e atingir um crescimento ao nível de mercado em cada	5-10% de crescimento orgânico sustentável em tempos "normais"	2009 não foi um ano normal. Volatilidade e intervenções sem precedentes e não convencionais de política monetária produziram um forte crescimento do rendimento em alguns negócios, enquanto a recessão fazia outros estarem em depressão. Todas as franquias *Core business* mostraram a sua resistência através das difíceis condições económicas, e estão bem posicionados logo que as principais economias em que operam começar a recuperar.
Controlo de custos Alcançar mais de £2,5 mil milhões de economias de eficiência em 2011 através do novo programa de custos do Grupo, enquanto se mantém a realização dos investimentos essenciais em nossos negócios. Conseguir um rácio custo/proveitos que coloque o RBS entre os mais eficientes dos seus pares a nível mundial	Rácio custo/proveitos líquido, <50%	Realizado um bom progresso nas iniciativas de controlo de custos em todo o Grupo, incluindo as tecnologias principais e reestruturação de *back office*. Até ao final de 2009, tinham sido eliminados £1,3 mil milhões do RBS, nomeadamente nas áreas de TI e infra-estrutura imobiliária, e através de programas de melhoria da eficiência dos trabalhadores. O rácio custo/proveitos líquido do Core Bank melhorou de 66,2% em 2008 para 53,5% em 2009.
Alocação rigorosa de capital e custos Utilizar com precisão o capital do Grupo e alocar adequadamente os custos para focalizar as Divisões na rentabilidade, bem como no crescimento do lucro	Implementado em 2009	Metas para activos ponderados em função do risco, rentabilidade do capital próprio e rácio custo/proveitos totalmente alocados estabelecidas a nível de Divisão, bem como de Grupo.

Estratégia e objectivos de negócio: **RBS realiza a sua estratégia a partir de um perfil de risco de categoria AA e balanço estáveis**

Como vamos fazer isso?	Metas até 2013	O **Nosso progresso até agora**
Escala de balanço reduzida Retirar risco e diminuir o balanço do Grupo, incluindo um cuidadoso controlo do crescimento futuro dos activos	Conseguir a liquidação do Non-Core de £258 mil milhões de activos financiados (2008) Também se visa uma redução adicional de £ 85 mil milhões de exposição de derivados	Durante 2009, o total do activo foi cortado em £ 696 mil milhões com os activos financiados a diminuir em £143 mil milhões Non-Core reduziu o total de activos de terceiros, excluindo derivados, em £201 mil milhões. O rácio de alavancagem Tier 1 diminuiu de 21.2x em 2008 para 17.0x em 2009.
Programa de financiamento Planos para limitar o excesso de dependência nos mercados grossistas para cumprir os requisitos de financiamento do Grupo, enquanto constrói uma reserva de liquidez adequada	Rácio empréstimos/depósitos do Grupo c.100% Dependência de financiamento grossista <£150 mil milhões Reservas de liquidez de c. £150 mil milhões.	O rácio empréstimos/depósitos do Grupo, líquido de provisões, melhorou para 135% em 2009 de 151% em 2008. O rácio empréstimos/depósitos Core foi de 104% em comparação a 118% em 2008. O financiamento não garantido grossista a menos de um ano de duração diminuiu para £250 mil milhões de £343 mil milhões em 2008. As reservas de liquidez aumentaram em £81 mil milhões, para £171 mil milhões em 2009.
Suporte de capital estável e robusto Ênfase na implementação de controlos de risco avançados, eliminação das concentrações de riscos em excesso e manutenção de um capital próprio forte	Rácio de capital Core Tier 1 >8%	No final de 2009 o rácio de capital Core Tier 1 do Grupo foi de 11%. O Asset Protection Scheme, a que o RBS aderiu em Dezembro de 2009, sustenta a nossa força de capital ao oferecer protecção em caso de um stress grave nos mercados.

Estratégia e objectivos de negócio: **A combinação de negócio escolhida para produzir uma mistura atractiva de rentabilidade, estabilidade e crescimento sustentável**

Como vamos fazer isso?	Metas até 2013	O nosso progresso até agora
Focalização na banca de retalho e comercial Actividade centrada no Reino Unido, EUA e Irlanda e apoiada por planos de investimento de negócios significativos	Dois terços dos proveitos e rendimento do Grupo são provenientes da banca de retalho e comercial	No Reino Unido, o número de contas correntes de Retalho aumentou em mais de 3% no ano e o número de contas de hipotecas em 10%. A UK Corporate Banking abriu 100 mil contas de arranque em nove meses até Setembro de 2009. O Ulster Bank manteve estáveis os números de clientes PME e grandes empresas ao longo do ano passado e aumentou as contas de particulares em 3%, em comparação com Dezembro de 2008. O Retalho nos EUA adicionou 58 mil contas bancárias pessoais no decorrer do ano.
Recentragem da força principal do GBM O plano estratégico GBM é o mais radical no The RBS Group e recentrará o negócios nas suas franquias principais, com uma utilização disciplinada de capital para sustentar a sua base de clientes-alvo	GBM deverá representar cerca de um terço dos proveitos e rendimentos do Grupo	Os activos de terceiros, excluindo derivados, do GBM caíram 17%, ou 13% a taxas de câmbio constantes, em comparação com 31 de Dezembro de 2008, impulsionados por uma redução de 43% em empréstimos e adiantamentos, pois os clientes aproveitaram-se das condições favoráveis do mercado de capitais para arranjar formas alternativas de financiamento em relação endividamento bancário. Esta redução foi parcialmente compensada por um aumento dos activos líquidos. Os activos ponderados em função do risco do GBM diminuíram 19%, ou 15% a taxas de câmbio constantes, reflectindo a queda dos adtivos de terceiros e foacalização contínua do Grupo na redução do seu perfil de risco e utilização do balanço.
Saída da linha de negócios Non-core Liquidação expedita ou venda de negócios e carteiras de activos e maximizar o valor obtido para o Grupo	Eliminação da Divisão Non-Core	A Divisão Non-Core reduziu sua carteira de activos emr £122 mil milhões (36%) em 2009. O grupo vendeu sua participação de 50% seguradora do ramo automóvel espanhola Linea Directa em 2009, bem como a sua participação de 5% no Bank of China. O RBS também concordou em vender os seus negócios bancários de retalho e comercial na Indonésia, Hong Kong, Singapura e Taiwan e as operações GBM/GTS nas Filipinas, Taiwan e Vietname. Mantém-se empenhado em vender certas outras partes das franquias asiáticas O negócio Investment Strategies do RBS Asset Management foi vendido à Aberdeen Asset Management, em Janeiro de 2010. As operações fora dos EUA da RBS Sempra Commodities, a empresa *joint venture* do Grupo com a californiana Sempra Energy, foram vendidos à J.P. Morgan, em Fevereiro de 2010. Estão a avançar os processos de venda em relação ao negócio Merchant Global Business Services da GTS e aos balcões RBS na Inglaterra e no País de Gales e aos balcões NatWest na Escócia.

Estratégia e objectivos de negócio: **As marcas de gestão do RBS devem incluir uma abordagem aberta e amiga do investidor, disciplina e eficiência comprovada na execução, forte gestão de risco e focalização centralizada no cliente**

Como vamos fazer isso?	Metas até 2013	O **Nosso progresso até agora**
Publicação de metas para o equilíbrio risco/rentabilidade Dmonstrar eficácia de execução fixando metas claras de desempenho para o risco e rentabilidade, e fornecer atualizações regulares sobre os progressos em comparação com eles	Todas implementadas em 2009	O RBS tem publicado uma série de metas financeiras para o Grupo como um todo e para cada Divisão (ver página 18) Estamos a executar o nosso Plano Estratégico de modo adiantado ao previsto, tanto na criação de valor (melhoria do Core Bank) como na redução de riscos (liquidação Non-Core).
Melhoria dos níveis de divulgação Reconstruir a confiança dos investidores através da combinação de metas de desempenho claras com uma divulgação melhorada		O RBS definiu um novo marco de referência para a divulgação, entre os bancos do Reino Unido, tanto em termos de nível como de frequência (por exemplo, apenas os Bancos do Reino Unido fazem relatórios trimestrais completos).
Estabelecimento de metas das franquias de clientes para cada negócio		Cada divisão está a ser monitorizada contra uma variedade de métricas de posição de mercado e pontuações de satisfação do cliente.

Manter um serviço de cliente excelente como um objectivo central do grupo, agora definido por referência a uma série de metas	Foram feitos bons progressos no ano no ano passado. Por exemplo, a nossa participação no mercado de crédito hipotecário do Reino Unido (bruto) aumentou para 12%, partindo 7% em 2008. Também a Business & Commercial Banking e a Corporate & Institutional Banking mantiveram, ambas, as suas principais pontuações de satisfação do cliente líderes de mercado. Também foram avaliados os progressos na ligação conectividade/vendas cruzadas intragrupo. Por exemplo, foram vendidas 500 mil apólices de seguros através das redes de balcões do RBS e NatWest.
Gestão da mudança No centro dos seus esforços para reconstruir a força autónoma, o RBS reestruturou completamente o seu Conselho de Administração e a sua equipa de gestão de topo	O Conselho de Administração do Grupo foi significativamente alterado com um novo presidente, Group Chief Executive, Group Finance Director, Senior Independent Director e vários novos administradores. A nova Comissão Executiva foi criada em 2009 e inclui os *chief executives* das Divisões do Grupo que atendem os clientes, bem como o *Chief Financial Officer*, *Head of Restructuring and Risk* e o *Chief Administration Officer*.
Forte gestão do risco Introduzir um novo conjunto de disciplinas de gestão para garantir que o RBS de amanhã vai ser fundamentalmente diferente do RBS de ontem – nomeadamente na gestão de riscos	A nova Comissão de Risco do Conselho do Grupo analisará regularmente o perfil de risco do Grupo, identificar quaisquer ameaças a longo prazo e fazer recomendações ao CA, conforme apropriado. Ver página 19 para um resumo dos desenvolvimentos principais de risco em 2009 e os passos que demos para mitigá-los.

Como os nossos negócios trabalham em conjunto

As nossas actividades principais (*core businesses*)

Funções centrais

Global Transaction Services
Oferecemos serviços globais, gestão de caixa e liquidez, bem como financiamento ao comércio, e produtos e serviços de cartões comerciais
Meta 2013
Interveniente global líder, servindo os clientes do Grupo e com um papel central na captação de depósitos.

Global Banking & Markets
Oferecemos uma larga gama de serviços que permitem que as maiores empresas e instituições alcancem os seus objectivos financeiros.
Meta 2013
Forte banco grossista, construído em redor de clientes em mercados escolhidos, com um risco muito menor.

UK Corporate & Commercial
Somos um fornecedor líder de serviços bancários, financeiros e gestão de risco para os sectores das grandes empresas e PME
Meta 20123
Franquia líder concentrada em reconstruir um valor sustentável para os clientes e os bancos.

Citizens Bank
Os nossos produtos de serviços financeiros e serviços são distribuídos através das marcas Citizens e Charter One em 12 estados do nordeste e do Mid West dos Estados Unidos.
Meta 2013
Um banco super-regional líder nos Estados Unidos.

RBS Insurance
Detemos algumas das marcas mais conhecidas do mercado. E elas ajudam a dar tranquilidade de espírito aos nossos clientes nos Reino Unido e Europa.
Meta 2013
Tornar-se no negócio de segurador generalista líder mais rentável do Reino Unido.

Wealth
Oferecemos serviços bancários e de investimento a clientes no Reino Unido e em todo o mundo.
Meta 2013
Franquia líder no Reino Unido com um alcance global, fornecendo crescimento e subsequente financiamento ao Grupo.

Ulster Bank
Fornecemos uma gama completa de serviços financeiros na ilha da Irlanda.
Meta 2013
Reestruturação para uma rentabilidade sustentável conforme a economia irlandesa recupera.

UK Retail
Oferecemos uma gama de serviços bancários e financeiros a mais de 15 milhões de clientes individuais. Também serviços nos nossos balcões os clientes com pequenos negócios.
Meta 2013
Desbloquear o valor na nossa franquia cliente como os mais útil banco de retalho nas sinergias de vendas cruzadas de produtos no Reino Unido.

Sinergias de vendas cruzadas de produtos
Oportunidades potenciais de vendas cruzadas

Non-core

A nossa Divisão Non-Core gere activos que deixaram de ser essenciais para a nossa estratégica e as operações continuadas do RBS, e que planeamos vender ou liquidar.

Meta 2013

Um banco mais seguro e rentável sustentadamente.

Quando elaborámos o nosso plano estratégico, um dos testes que definimos era de que cada negócio estivesse ligado ao Grupo de modo que significasse que o todo fosse maior do que a soma das partes.

Conectividade do Grupo, vendas cruzadas e complementaridade

- **GTS/Wealth** fornecem uma forte fonte de financiamento para complementar as nossas franquias de banca de retalho. Os negócios aumentaram a sua base de depósitos em 2009 e contribuíram com quase £1 em cada £4 de depósitos detidos por clientes, sublinhando a força e profundidade das relações com os clientes que existem nas Divisões. Os baixos rácios empréstimos/depósitos (21% GTS e 38% Wealth) em cada negócio ajudam a equilibrar o perfil de financiamento do Grupo.

- Oferecemos Produtos de Retalho Estruturados a clientes de retalho em toda a Europa e Ásia através no nosso negócio GBM. Os produtos cotados RBS podem ser negociados como uma acção através de um corrector ou IFA. **GBM** trabalha com a nossa rede de vendas interna para distribuir estes produtos através de **RBS Private Banking, NatWest Private Banking, Coutts, RBS Coutts** e **Ulster Bank**.

- **GBM** ajuda os clientes da Divisão Corporate Banking a arranjar financiamento nos mercados de dívidas e acções. Participamos em mais de 80% das emissões de acções por grandes empresas do Reino Unido em 2009 e liderou mais emissões de dívidas de grandes empresas no Reino Unido do que qualquer outro banco.

- A nossa **Divisão Business Services** é uma função gerida centralmente que permite que as nossas Divisões que atende o cliente reduzem os custos ao explorar economias de escala.

- **GTS/GBM** – Criámos a Global Network Banking (GNB) para posicionar o RBS como banco de rede preferido dos nossos clientes de grandes empresas. GNB oferece conectividade de produto e um serviço contínua aos clientes através da nossa rede internacional. Faz isto ao fornecer uma gestão de relacionamento especializada e local em vários países das regiões Europa, Médio Oriente, Ásia Pacífico e Américas aos nossos clientes internacionais. No Reino Unido, temos estabelecida uma equipa de consultores de rede internacionais para aumentar a capacidade global dos nossos clientes empresariais do Reino Unido.

- **GBM** ajuda os clientes agrícolas a cobrir os seus pagamentos da Política Agrícola Comum da UE. Os pagamentos são estabelecidos em euros e os agricultores do Reino Unido podem ser expostos a flutuações nas taxas de câmbio. GBM oferece serviços que dão aos agricultores uma certeza sobre o pagamento que receberão.

- **Seguros** – Em 2009, foram vendidas 500.000 apólices de seguro através das redes de balcões do RBS e NatWest.

- A nossa **Divisão Retail** acolhe serviços para operações bancárias nos balcões.

Metas financeiras claramente definidas

Ver ou ouvir
Bruce Van Saun em www.rbs.com/annualreport2009

Indicadores chave de desempenho	Pior ponto	Reais 2009	Porquê?	Meta 2013
Rácio de capital Core Tier 1	4% (1)	11.0%	Precisamos de um elevado rácio de capital para cumprir as expectativas da sociedade para um sistema bancário mais seguro	>8%
Rácio empréstimos/depósito (líquido de provisões)	154% (2)	135%	Queremos pôr o nosso balanço num terreno mais seguro, em que os empréstimos são praticamente financiados por depósitos.	c100%
Dependência de financiamento grossista (3)	£343 mm (4)	£250 mm	Queremos reduzir esta vulnerabilidade, para que o financiamento grossista seja predominantemente utilizado para activos não empréstimos.	<£150bn
Reservas de liquidez (5)	£90 mm(4)	£171 mm	Queremos reconstruir os nossos amortecedores de liquidez, para protecção contra dificuldades de financiamento inesperadas.	c£150bn
Rácio de alavancagem (6)	28.7x (7)	17.0x	Visamos um rácio de alavancagem conservador a um nível consistente com outros bancos líderes.	<20x
Rentabilidade dos capitais próprios (RoE)	(31%) (8)	Core 13%(9)	Precisamos de cobrir os nossos custos de capital a longo prazo e justificar o apoio dos nossos accionistas.	Core>15%(9)
Rácio custo/proveitos líquido	97% (10)	Core 53%	Não podermos conseguir um RoE de 15% sem controlo de custos e reavaliação das margens de activos.	Core <50%

Notas:
1. Em 1 de Janeiro de 2008.
2. Em Outubro 2008.
3. Montante de financiamento grossista não garantido a menos de um ano. 2009 inclui £109 mil milhões de depósitos bancários e £141 mil milhões de outro financiamento grossista. A meta 2013 é para <£65 mil milhões em milhões de depósitos, <£85 mil milhões de outro financiamento grossista.
4. Em Dezembro 2008.
5. Os activos elegíveis detidos para fins de liquidez contingentes incluindo caixa, valores mobiliários emitidos pelo governo e outros valore mobiliários elegíveis com bancos centrais.
6. Activos tangíveis financiados divididos pelo capital de Tier.
7. Em Junho 2008.
8. Rentabilidade do grupo em capital tangível para 2008.
9. Core indicativo atribuível ao lucro tributado a 28% no capital próprio tangível *core spot* atribuível (cerca 70% do capital próprio tangível do Grupo baseado em RWA).
10. 2008.

UK Retail

	Rentabilidade dos capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/depósitos (%)
2009 real	4	60	115
2011	>1	<60	<120
2013	>15	c.50	<105

UK Corporate

	Rentabilidade dos capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/depósitos (%)
2009 real	10	43	126
2011	>5	<45	<135
2013	>15	<35	<130

Wealth

	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/depósitos (%)
2009 real	59	38
2011	<60	<35
2013	<50	<30

GBM

	Rentabilidade dos capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)
2009 real	31	42
2011	c.15	<65
2013	15-20	c.55

GTS

	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/depósitos (%)
2009 real	59	21
2011	<60	<25
2013	<50	<20

Ulster Bank

	Rentabilidade dos capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/depósitos (%)
2009 real	(13)	73	177
2011	>0	<75	<175
2013	>15	c.50	<150

US Retail and Commercial

	Rentabilidade dos capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/depósitos (%)
2009 actual	(2)	78	80
2011	c.10	<70	<90
2013	>15	<55	<90

Seguros

	Rentabilidade dos Capitais próprios (%)	Custos/proveitos menos sinistros (%)
2009 actual	2	92
2011	>15	<70
2013	>20	<60

Principais riscos e incertezas

Tipo de risco	Definição	Características	Principais desenvolvimentos em 2009	Mitigação de risco
Risco de crédito (incluindo riscos de país e político)	O risco resultante da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas pela incapacidade dos clientes em cumprirem as suas obrigações financeiras com o Grupo	• As características das perdas podem variar materialmente nas carteiras • Correlação significativa entre perdas e ambiente macroeconómico • Risco de concentração	Qualidade de activo deteriorada em todas as carteiras em 2009, com imparidades mais elevadas a afectar os nossos ganhos e activos mais fracos incorrendo em requisitos de capital aumentados. Em ambos os caos, o impacto foi maior nas carteiras de grandes empresas e a taxa de declínio foi maior no primeiro semestre do ano.	Aumentamos o investimento em funções de reestruturação de dívida e cobrança especializados. Melhorias em vários elementos do nosso quadro Risco de Crédito, que foram incorporadas em processos de negócios principais, permitirão que a dimensão e forma da carteira do Grupo esteja de acordo com as metas estratégicas.
Risco de financiamento e liquidez	O risco de ser incapaz de cumprir as suas obrigações à medida que vencem.	• Potencial para perturbar o modelo de negócio e parar o funcionamento normal do Grupo. • Significativamente correlacionado com as perdas por risco de crédito.	Reabertura dos mercados de crédito, focalização acrescida do mercado em acumular reservas de liquidez e liquidez a nível do mercado para o sistema bancário através de flexibilização quantitativa.	Acumulámos uma reserva de liquidez significativa (£171 mil milhões), vencimento médio aumentado do financiamento grossista e reduzimos o nosso défice de financiamento de clientes.
Risco de mercado	O risco que o valor de um activo ou passivo poder mudar como resultado de uma mudança nas taxas do mercado.	• Potencial para grandes perdas materiais. • Potencial para perdas devido a eventos de stress	Devido ao prolongado período de volatilidade do mercado desde Agosto 2007, o nível de risco de mercado modelado aumentou, apesar da redução da exposição na carteira de negociação.	Reduzimos a exposição da carteira de negociação com a reclassificação dos activos para a carteira não negociação e *write-downs*.
Risco de seguro	O risco de perda financeira devido a flutuações em oportunidade, frequência e/ou gravidade de eventos seguros, relativamente às expectativas no momento da subscrição da apólice.	• Perdas pequenas frequentes. • Perdas significativas não frequentes	Perdas acrescidas devido a sinistros de lesões corporais no ramo automóvel que afectaram tanto a RBS Insurance e o ramo automóvel do sector segurador do Reino Unido como um todo.	Demos vários passos para tratar do impacto actual e futuro da tendência das lesões corporais, incluindo alterações da taxas e prémios; optimização das vendas e gestão de sinistros.
Risco operacional	O risco de perdas financeiras ou impacto na reputação resultante de fraude, erro humano, processos ou sistemas com concepção ineficazes ou inadequados; comportamento impróprio, ou acontecimentos externos.	• Perdas pequenas frequentes. • Perdas significativas não frequentes	Níveis sem precedentes de mudança estrutural dentro do Grupo, o difícil ambiente económico e o nível crescente de ameaças externas (p. ex., fraude), tudo combinado, expõem o Grupo a um nível de risco operacional mais elevado.	Aumentámos o quadros e as normas da política para melhorar a identificação e gestão do risco operacional dentro de cada uma das nossas Divisões. Os eventos significativos sofrem uma escalada para o *Divisional e Group Executive*.
Risco de regulatório	Os riscos emergentes de alterações/implementações da regulamentação.	• Risco de alterações regulamentares. • Cumprimento com os regulamentos. • Potencial para multas e/ou restrições a	A escala das alterações regulatórias foi mantida em áreas-chave como: firmas com importância sistémica; questões prudenciais e de conduta; e tratamento justo dos clientes. Além	Temos uma estratégia de compromisso pró-activa com a FSA e outros reguladores, orientados por uma cultura isenta de surpresas e um

Tipo de risco	Definição	Características	Principais desenvolvimentos em 2009	Mitigação de risco
		actividades negociais.	disso, vimos o aumento do escrutínio regulatório e da supervisão em redor do governo da sociedade, capital, liquidez, remuneração.	quadro bem desenvolvido do regime de Desenvolvimento Regulatórios, que atribui a responsabilidade de Senior Executive para todos os riscos materiais.
Outros riscos	Os riscos emergentes da reputação e risco de fundo de pensões.	• Pode ser introduzida regulação adicional como resultado de outras perdas por riscos • Incapacidade de cumprir as expectativas das partes interessadas	Para a reputação, o apoio do governo trouxe um escrutínio público mais elevado para a nossa agenda de Sustentabilidade Empresarial mais ampla, p. ex., como gerimos os clientes, dados, diversidade e o nosso impacto ambiental.	Para a reputação, estabelecemos a Comissão de Sustentabilidade Empresarial do Grupo em Janeiro 2010, presidida por um dos nossos administradores não executivos.
	O risco de pensão é o risco de o Grupo poder ter que fazer contribuições adicionais para os seus programas de pensões com benefícios definidos.	• O risco de pensões emerge da incerteza das futuras rentabilidades dos do investimento e do valor projectado das responsabilidades dos planos	Espera-se que próxima avaliação formal do principal plano de pensões do Reino Unido, marcado para 31 de Março de 2010, mostre um défice. w a deficit. Isto pode levar a um aumento de contribuições em 2010.	Tomámos medidas para mitigar o custo e risco do nosso plano de pensões no Reino Unido e programas da República da Irlanda ao pôr um tecto no crescimento do salário na reforma.

Análise por divisão

Os nossos Core businesses mantiveram as suas posições no mercado, com o número de clientes estável ou a crescer através das principais linhas de negócios de retalho e empresariais do Grupo, confirmando assim a saúde e valor essenciais que sustentam os negócios do RBS.

Este é também um testemunho do esforço e resistência das nossas pessoas. No entanto, podemos e devemos fazer ainda melhor. O novo RBS será conhecido pelo seu enfoque imperturbável nos clientes.

Abertura do NatWest ao Sábado
Durante o ano, alterámos as horas de abertura de mais de 600 balcões para podermos satisfazer melhor as necessidades dos clientes.

UK Retail

UK Retail oferece uma vasta gama de produtos bancários e outros serviços financeiros relacionados para o mercado dos particulares. Serve os clientes através da rede de balcões RBS e NatWest e ATM, e também através de canais por telefone e Internet.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	3.452	3,187
Proveitos não provenientes de juros	1.495	1,751
Total de proveitos	4.947	4,938
Despesas	(3.039)	(3,196)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	1.908	1,742
Perdas por imparidade	(1.679)	(1,019)
Resultado operacional	229	723
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	51,3	45,7
Rentabilidade dos capitais próprios	4,2%	13,1%
Margem líquida de juros	3,59%	3,58%
Rácio custo/proveitos	59,8%	62,4%
Rácio empréstimos/depósitos (excluindo operações de reporte)	115%	116%

11%

Aumento dos depósitos de clientes neste ano

10%

Aumento de clientes hipotecas neste ano

Meta	Rentabilidade dos Capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/Depósitos (%)
2011	>1	<60	<120
2013	>15	c.50	<105

Brian Hartzer
Chief Executive,
UK Retail, Wealth
e Ulster Bank

Para biografias, ver páginas 8-11

As nossas marcas NatWest e RBS servem mais de 15 milhões de clientes de retalho, fazendo de nós o segundo maior interveniente no mercado bancário do Reino Unido. Oferecemos uma gama completa de produtos, incluindo contas-correntes, hipotecas, cartões de crédito/débito e contas de depósitos. Também ajudamos os nossos clientes com o seu planeamento financeiro.

A recessão fez de 2009 um ano muito difícil para os nossos clientes e para a UK Retail.Embora os números da linha de resultados sejam decepcionantes, continuamos a fazer o tipo de progresso que precisamos para voltar à condição saudável. Na banca de rede de balcões, os depósitos de clientes cresceram 11% em 2008, reflectindo a força das nossas franquias. Os clientes abriram contas de poupança extras de 2,2 milhões - um aumento de 20% - e os saldos de poupança subiram 11%. O número de contas-correntes aumentou 3%. Em Private Banking & Advice, vimos também rentabilidades resilientes, com o desempenho um desempenho particularmente bom do crédito hipotecário e das

poupanças. As vendas globais de investimentos aumentaram 3% em relação ao ano anterior e nosso negócio Independent Financial Services registou uma tendência similar. Nosso negócio de Planeamento Financeiro também teve um desempenho robusto, com uma quota de mercado de 14%.

Agradecemos o apoio que o contribuinte do Reino Unido continuou a dar ao RBS Group.Em contrapartida, o Grupo concordou com o Governo em apoiar o mercado de hipotecas ao emprestar, em função da procura, £9 mil milhões - líquidos - em 12 meses até o final de Fevereiro 2010. O Grupo está a caminho de superar esta meta de empréstimos líquidos por £3 mil milhões. Um resultado do nosso empenho em manter o mercado do crédito hipotecário em movimento é que a nossa quota de empréstimos hipotecários brutos quase duplicou, passando de 7% em 2008 para 12% em 2009.

Como compensação pelas ajudas estatais que recebemos, também chegámos a um acordo com a Comissão Europeia para alienar alguns negócios, incluindo os balcões RBS em Inglaterra e no País de Gales, e os balcões NatWest na Escócia. Foi criada uma equipa de gestão específica para gerir a transição com cuidado. O seu trabalho é cuidar das necessidades do dia-a-dia desses balcões e as funções de suporte de modo a apoia-los, para que os clientes continuem a receber o padrão certo de serviço.

Temos trabalhado duramente para abordar os desafios que enfrentamos. Em Julho de 2009, Brian Hartzer tornou-se o Chief Executive da Divisão UK Retail, Wealth e Ulster Bank. Brian veio do Australia and New Zealand Banking Group Ltd (ANZ), onde foi Chief Executive Austrália para todas as linhas de negócio ANZ.

Sabia que...

£ 10,2 mil milhões

Os nossos empréstimos hipotecários líquidos no Reino Unido foram de £10,2 mil milhões

---

Reconhecemos que há uma forte concorrência entre o bancos dos principais centros urbanos e precisamos de ajudar a restaurar a reputação do RBS Group. Pretendemos fazer isso, ao tornamo-nos no banco mais Útil e Sustentável do Reino Unido com um programa estratégico para:

• voltar a envolver os nossos clientes
• restaurar o amor-próprio do nosso pessoal
• simplificar radicalmente o negócio
• aumentar o rendimento de qualidade.

Nós já estamos a colocar a banca Útil e Sustentável na prática. Em Setembro, cortámos o preço do empréstimo não organizado e reduzimos as comissões que debitamos por itens não pagos £38 para £ 5 e a taxa mensal máxima caiu para metade. Também diminuímos as taxas de referência, as taxas de manutenção e as taxas de juros para empréstimos não organizados na maioria das contas.

Continuamos a aconselhar os clientes e outras pessoas que estão preocupados com as suas finanças pessoais através do nosso programa emblemático MoneySense. Através do MoneySense for Adults, 1.000 conselheiros qualificados ajudaram perto de 26.000 pessoas através de uma entrevista MoneySense. O nosso programa MoneySense for Schools, que funciona há 16 anos, ensina as crianças a gerir o seu dinheiro. Em 2009, foram dadas mais de 28 mil lições em mais de 1.500 escolas. O Scottish Financial Enterprise reconheceu o sucesso do MoneySense e atribuiu-nos o seu prémio Innovation for Investment in the Community Award em 2009. Para os clientes que se encontram em dificuldades financeiras, temos investido em mais pessoas para os ajudar, e também desenvolvemos um toolkit de rendimentos e despesas que já está a ser usado para ajudar os 40 mil clientes por mês a entender melhor como eles podem gerir o seu dinheiro.

Também é importante que prestemos um serviço que se adeqúe ao estilo de vida dos nossos clientes. Muitos de nossos clientes querem visitar um balcão, mas não o podem fazer durante a semana. É importante para eles poderem vir e conversar connosco num Sábado e, durante o ano, mudámos o horário de abertura de mais de 600 balcões, para que pudéssemos atender melhor as suas necessidades.

Para nos tornamos mais eficientes, investimos na banca on-line e o número de clientes activos de banca on-line aumentou em quase um quarto durante o ano. Os nossos clientes on-line têm beneficiado de facilidades de ajuda melhoradas e lançámos a nossa ferramenta de planeamento de reforma on-line para os clientes de Banca Privada, que irá ajudá-los a planear o futuro.

Mais de 5,5 milhões de contas optaram por converter-se às banca sem papel. Ao receber os seus extractos on-line em vez de pelo correio é melhor para o ambiente e poupou em custos de selos e de impressão.

Para aumentar as opções de serviços disponíveis para nossos clientes, introduzimos quase 450 máquinas de depósito automático em mais 250 balcões. Isto permite aos clientes fazer depósitos sem ir para a fila e, até agora, mais de £2 mil milhões foram depositados desta forma, o que libertou uma quantidade significativa do tempo de nossos funcionários para servir ainda melhor os clientes.

Continuamos a tirar partido dos desenvolvimentos tecnológicos para melhorar o serviço que prestamos aos nossos clientes. Durante o ano, fomos o primeiro banco do Reino Unido a lançar uma aplicação de banca móvel para iPhone. Ficamos encantados pela sua popularidade, pois recebemos mais 300% de registos de clientes do que tínhamos originalmente previsto.

Estão mais mudanças na calha através de nosso Programa de Transformação do Retalho conforme aplicamos o Pensamento Magro e suas técnicas em todo o negócio. Agora, os nossos primeiros programas-piloto já realizaram poupanças de eficiência entre as nossas equipas que atendem os clientes e esperamos que estes benefícios continuem a aplicar as lições aprendidas em todo o país.

Estamos empenhados em melhorar o que fazemos, para nos tornamos no banco mais Útil e Sustentável do Reino Unido e é encorajador que tanto o RBS como o NatWest mantenham uma posição forte pelo serviço prestado aos olhos dos nossos clientes. Sabemos que ainda temos um longo caminho a percorrer e que 2010 será um ano exigente. No entanto, estamos confiantes de que com as mudanças que estamos a fazer vamos construir um negócio bem-sucedido que irá desempenhar um enorme papel no retorno do Grupo à auto-suficiência.

UK Corporate

UK Corporate é o fornecer líder de serviços bancários, financeiros e de gestão de risco para o sector das grandes empresas e PME no Reino Unido. Ele oferece uma gama completa de produtos bancários e outros serviços financeiros através de uma rede nacional de gestores de relacionamento e também através dos canais telefónico e Internet. A gama de produtos inclui o financiamento de activos através da marca Lombard.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	2.292	2.448
Proveitos não provenientes de juros	1.290	1.289
Total de proveitos	3.582	3.737
Despesas	(1.530)	(1.637)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	2.052	2.100
Perdas por imparidade	(927)	(319)
Resultado operacional	1.125	1.781
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	90,2	85,7
Rentabilidade dos capitais próprios	10,3%	18,0%
Margem líquida de juros	2,22%	2,40%
Rácio custo/proveitos	42,7%	43,8%
Rácio empréstimos/depósitos	126%	142%

100.000
contas de arranque em nove meses até Setembro

7%
redução de custos no ano

Meta	Rentabilidade dos Capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/Depósitos (%)
2011	>5	<45	<135
2013	>15	<35	<130

Chris Sullivan,
Chief Executive,
UK Corporate

Para biografias, ver páginas 8-11

Pouco depois de tornar Chief Executive da nossa Divisão Corporate Banking em Agosto de 2009, Chris Sullivan afirmou numa reunião de colegas, "A única coisa que estamos aqui a fazer é apoiar os clientes empresariais a gerir com sucesso os negócios. "

A recessão e a necessidade de reconstruir o nosso próprio negócio poderiam ter-nos afastado dessa tarefa. Mas isso não aconteceu. Em vez disso, nós sabíamos que quanto mais negócios em arranque escolherem o RBS sobre qualquer outro banco, temos a responsabilidade de apoiar os nossos clientes em tempos difíceis - e é exactamente isso que fizemos.

Em Outubro, lançamos a Business Hotline. Formada por uma equipa de bancários de negócios experientes, das 08H00 às 20H00, cinco dias por semana, a Business Hotline oferece às pequenas e médias empresas (PME) um aconselhamento gratuito e uma segunda opinião nos casos em que os seus pedidos de crédito tenha sido recusado. A Business Hotline está aberta a todas as PME e não apenas aos clientes RBS e NatWest.

Nas suas horas de ponta, a Business Hotline recebeu mais de 100 chamadas por dia.
Apesar de acreditarmos que o RBS e NatWest acertem na maioria das vezes, mudámos algumas das nossas decisões de não emprestar, como resultado das chamadas para a Business Hotline e também fomos capazes de emprestar a empresas que nos contactaram e que tinham sido rejeitadas por outros bancos.

Em Novembro, nós publicamos a nossa primeira Carta Cliente PME. Ela diz o que as empresas podem esperar de nós e como nos comportaremos. Reafirmámos a nossa Promessa de Descoberto Acordado, que se estende até o final de 2010. Isso significa que as facilidades acordadas dos clientes permanecerão em vigor durante pelo menos 12 meses. Também prometemos não aumentar os preços descoberto a menos que haja um aumento significativo no risco associado ao empréstimo. Sempre que os riscos diminuam, nós reduziremos os preços PME.

Oferecemos aos nossos clientes uma combinação de um descoberto acordado e uma promessa de preços. Como resultado, nove em cada 10 clientes de pequenas empresas tiveram suas facilidades de descoberto renovadas com a mesma margem ou inferior.

Oferecemos dois anos de serviços bancários gratuitos para os arranques e abrimos mais de 100 mil contas de arranque nos nove meses até Setembro 2009.

Sabia que...

5.000

Estamos a fornecer novos empréstimos a mais de 5.000 empresas por semana

---

Uma das maneiras de responder às necessidades dos clientes é encontrar melhores métodos de os servir. Em 2008, gerimos um balcão-piloto dedicado a clientes empresariais, em Colchester.Funcionou bem, por isso, lançámos mais quatro balcões de negócios em 2009. Cada balcão, tem dois peritos do negócios colocados na frente da agência bancária, apoiados por equipas que receberam formação específica para satisfazer as necessidades dos nossos clientes empresariais.

Os nossos clientes gostam do que nós fizemos. Os seus comentários mostram que 91% estavam muito satisfeitos com o que os balcões de negócio ofereciam e 86% estavam dispostos a recomendar o serviço. A nossa pesquisa mostrou que em Dezembro 2009, os Gestores de Relação na Banca de Rede de Balcões que têm balcões de negócios dedicados obtiveram pontuações significativamente mais elevadas de satisfação dos clientes do que os seus pares que não têm esse serviço. Quatro dos cinco balcões receberam pontuações de 100% nos exercícios do comprador mistério.

Durante uma recessão, alguns clientes precisam de ajuda extra. Temos uma equipa de Gestão de Relacionamento Especializado composta por 500 bancários experientes, muitos dos quais já trabalharam durante crises anteriores. Eles monitorizam como os clientes estão a passar e podem detectar quando um cliente parece estar a enfrentar condições comerciais particularmente difíceis. Isso permite-nos dar a estes clientes uma ajuda mais próxima individual até os seus negócios voltarem a ser saudáveis.

Também apoiámos fortemente as acções do governo para manter os negócios em movimento. Através da Garantia de Financiamento de Empresas (EFG), o governo garante 75% de um empréstimo a empresas com um volume de negócios até £25 milhões. Liderámos o campo, oferecendo empréstimos que valem mais de £283 milhões para mais de 2500 PME no âmbito do programa. No início de Janeiro de 2010, £258 milhões deles já tinham sido utilizados, 42% do total utilizado no âmbito do EFG em todos os bancos.

Em Fevereiro 2009, lançámos os nossos Fundos Regionais PME. Valendo uns £3 mil milhões extras, são 12 fundos de £250 milhões cada, que disponibilizámos a todas as nove zonas das Agências de Desenvolvimento Regional (RDA), na Inglaterra e na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte (fornecido pelo Ulster Bank).

O nosso forte apoio ao EFG, os nossos Fundos Regionais PME e outras iniciativas demonstram a nossa determinação para atingir os nossos Compromissos de Empréstimos a Negócios acordados com o Governo. Criámos uma task force que é responsável por certificar-se que cumprimos os Compromissos. Desenvolvemos mais estreitos com as RDA e outras entidades governamentais.

E, claro, continuamos a procurar proactivamente formas de ajudar as PME. Estamos actualmente a aprovar 85% de todos os pedidos de negócios para crédito e concedemos novos empréstimos a mais de

5.000 novas empresas a cada semana. Mas a procura tem sido fraca, fazendo com que os nossos Compromissos sejam difíceis de cumprir. Se todos os nossos clientes de negócios tivessem utilizado as facilidades que lhes oferecemos, teríamos confortavelmente ultrapassado a nossa meta de Compromissos.

Continuamos a trabalhar com os nossos clientes também de outras maneiras. Em 2009, desempenhámos um papel de liderança em ajudar clientes empresariais do Reino Unido a obter financiamentos nos mercados de obrigações mais vezes do que qualquer outro banco. E participámos em 80% do total de captação de recursos de capital a partir do mercado de acções para as empresas do Reino Unido em 2009.

Essas acções demonstram que nós tomamos a sério o serviço que prestamos aos nossos clientes. Sem ser complacente, está a trabalhar. A Business & Commercial Banking e Corporate Banking & Institucional mantiveram ambas as suas pontuações de líder de mercado em satisfação do cliente. Isto diz-nos que o nosso pessoal estavam lá fora a fazer as coisas certas para os clientes, apesar dos desafios que enfrentamos.

2009 foi também o ano em que definimos em como lidar com o nosso passado e ter certeza que podemos crescer de forma sustentável no futuro. Os acordos APS e UE de desinvestimento foram celebrados. Completámos a nossa análise estratégica e estamos a implementar o plano. As nossas acções de redução de custos já pouparam montantes substanciais.

Estamos a investir no nosso pessoal e tecnologia e o nosso programa de imparidades está a permitir-nos gerir o impacto de dívidas incobráveis e *write-downs* de activos. Melhorámos o modo como gerimos risco, através da introdução de modelos melhores de governo de sociedades e de gestão de risco.

Colmatando a lacuna entre empréstimos e depósitos é uma parte importante do nosso plano. Os depósitos da Divisão Corporate Banking aumentaram em £6 mil milhões, em variação homóloga a partir do seu nível de Janeiro 2009, e um enfoque importante para nós é o auto-financiamento dos empréstimos nas nossas carteiras.

Wealth

A Divisão Wealth presta serviços de banca privada e de investimento no Reino Unido através da Coutts & Co e Adam & Company, banca off-shore através do RBS International, NatWest Offshor e Isle of Man Bank, e banca privada internacional através do RBS Coutts.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	663	578
Proveitos não provenientes de juros	446	481
Total de proveitos	1.109	1.059
Despesas	(656)	(695)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	453	364
Perdas por imparidade	(33)	(16)
Resultado operacional	420	348
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	11,2	10,8
Margem líquida de juros	4,38%	4,51%
Rácio custo/proveitos	59.2%	65,6%
Rácio empréstimos/depósitos	38%	36%

21%
Aumento no resultado operacional

> 1 milhão
de chamadas atendidas no ano pela Coutts24

Meta	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/Depósitos (%)
2011	<60	<35
2013	<50	<30

Brian Hartzer
Chief Executive,
UK Retail,
Wealth e Ulster Bank

Para biografias, ver as páginas 8-11

Algumas das nossas marcas mais famosas - Coutts, RBS Coutts, Adam & Company e RBS International - compõem o nosso negócio de Gestão de Fortunas. Elas têm uma presença internacional e oferecem um pacote de produtos comprovados. Mais importante ainda, em cada um dos nossos negócios, os clientes vêm em primeiro lugar. Coutts é um excelente exemplo dessa filosofia. Ouvimos os clientes e oferecemos o que eles querem, de serviços de gestão directa de fortunas a aconselhamento de como gerir suas actividades filantrópicas.

Exploramos um serviço telefónico para clientes, Coutts24, que lida com chamadas 24 horas por dia, sete dias por semana, em cada semana do ano. Em 2009, lidamos com mais de um milhão de chamadas de clientes.

Embora os clientes queiram falar connosco, às vezes eles preferem fazer seus negócios on-line. Uma média de 2.000 clientes por dia entram no nosso serviço de banca on-line. Eles fizeram 350 mil pagamentos e transferências em 2009, mais de 50 por cento de todas as operações deste tipo em todo o negócio.

O nosso sítio Web também se tornou uma ferramenta muito eficaz para atrair novos clientes. Convertemos 41% dos pedidos de informação que nos chegaram através do sítio Web Coutts.com em novos clientes para a Coutts.

Estamos conscientes de nossas responsabilidades mais amplas e sabemos que os nossos clientes, muitas vezes, desejam canalizar o seu dinheiro para onde ele irá fazer a maior diferença. Ajudamo-los a fazer isso. O nosso Wealth Institute trabalha com clientes que podem gerir uma empresa familiar ou expressaram o desejo de aumentar as suas doações filantrópicas. O Wealth Institute está a construir uma carteira de serviços que, acreditamos, irá construir a confiança em nós entre estes clientes. Em 2009, a Coutts lançou um fundo-piloto de microfinanciamento, que disponibiliza apoio financeiro de pequena escala a pessoas que têm os meios de ganhar a sua maneira de sair da pobreza. Convidamos os nossos clientes a contribuir para o fundo, que apoia projectos no Cambodja, Malawi, África do Sul, Nicarágua e Haiti.

Iniciativas como esta têm-se revelado um sucesso na Coutts, e estamos agora a começar a lançá-las ao nível global do negócio RBS Coutts.

Sabia que...

45%

das visitas aos nossos sítios Web aumentaram 45% durante o ano

---

Durante o ano, lançámos o Coutts Charitable Giving Account em resposta ao feedback dos clientes. Ele ajuda os clientes a manter o controle das suas doações a instituições de beneficência através dos nossos serviços bancários por telefone e on-line. Não cobramos nenhuma comissão de administração desta conta.

A nossa herança de séculos viu a Coutts progredir como um negócio sustentável e responsável. Continuamos a promover essa filosofia em 2009, quando lançámos uma iniciativa de empresa social para informar os clientes acerca deste crescente e vibrante sector. O CEO da Coutts, Michael Morley, também "trocou de trabalho" com Nigel Kershaw de The Big Issue. Nigel passou uns tempos na Coutts, aprendendo o que fazemos e como fazemos, antes de Michael visitar as instalações de Vauxhall da Big Issue. Aí, reviram a carteira da Social Enterprise Investment Fund, seguido de uma intervenção em directo a um potencial investidor.

Na Coutts, trabalhamos com muitos dos principais empreendedores do Reino Unido e estamos empenhados no crescimento de nossa quota nesse mercado. ma das maneiras como nós fizemos isso em 2009 foi através da publicação de uma nova pesquisa sobre um assunto que é extremamente importante para os nossos clientes empresariais: como sair do seu negócio. "The Long Goodbye - myths, realities and insights into the business exits process" " baseou-se em experiências de alguns empreendedores bem-sucedidos do Reino Unido, bem como de especialistas universitários e da Coutts. A mensagem essencial do relatório era simples: planeamento. Mais do que isso, "The Long Goodbye" incluiu orientações concretas sobre as medidas práticas que é preciso tomar se se estiver a procurar sair do um negócio que se construiu.

Coutts continuou a investir em pesquisa inovadora para aumentar as suas propostas aos clientes. Em Novembro, publicámos o relatório Coutts Million Pound Donors, em colaboração com o Centre of Philanthropy na Universidade de Kent.Ele mostrou a resiliência da filantropia, apesar das dificuldades económicas.

Coutts tem uma tradição de apoio às artes do espectáculo com mais de 300 anos. Continuámos esta tradição em 2009, pois passamos a ser o patrocinador principal do Almeida Theatre pelo sétimo ano consecutivo. Também em 2009, patrocinámos o desempenho da produção Phedre, que teve lotação esgotada, no National Theatre, em que foi protagonista a Dame Helen Mirren.

A prestação de um excelente serviço ao cliente esteve na primeira linha das actividades de RBS Internacional. Todos os nossos funcionários apoiaram a Semana Nacional de Serviço ao Cliente em Outubro. Entre outras coisas, envolveu executivos de topo a trocarem de lugar com os seus clientes por um dia. Os Premios Nacionais de Serviços ao Cliente para Serviços Financeiros do Reino Unido nomearam o nosso balcão Isle of Man Peel como "Equipa do Ano de Serviço ao Cliente". Para ganhar o reconhecimento, eles defenderam-se com sucesso de concorrência de 52 outros candidatos. Os nossos clientes classificaram o serviço que prestamos em Peel com uma pontuação superior a 96%, um resultado que coloca o balcão em pé de igualdade com o serviço das melhores firmas em todo o mundo.

Adam & Company tem sido um grande patrocinador das artes e enfatizamos isso ao , patrocinar a tournée do 40.º aniversário do Scottish Ballet.

Depois de descobrir que mulheres com grande valor líquido estavam a afastar-se das instituições financeiras para aconselhamento, RBS Coutts lançou uma nova proposta de banca privada tendo-as especificamente em mente. Como parte da iniciativa RBS Coutts Woman, patrocinámos os prémios Women in Asia, cujo objectivo é promover, inspirar e reconhecer o crescente número de mulheres bem-sucedidas nos negócios.

Tomámos também algumas decisões financeiras difíceis para apoiar clientes ao investir em negócios. Um dos maiores investimentos do The RBS Group em 2009 foi em Gestão de Fortunas, com o financiamento multimilionário para a implantação de uma nova plataforma tecnológica em toda a empresa. É parte do Programa Plataforma de Gestão de Fortunas e irá revolucionar a forma como os funcionários de banca privada darão apoio aos seus clientes. Será também a primeira vez que Adam & Company, Coutts e RBS Coutts terão uma única plataforma global. Os nossos funcionários de banca privada terão uma visão única de cada cliente e o número de tarefas administrativas que têm de empreender irá diminuir. Isto irá torná-los mais produtivos, reduzir os nossos custos e, esperamos, melhorar o serviço recebido pelos nossos clientes. Também nos dará informações de gestão muito melhores e apoiará todas as nossas marcas principais.

Global Banking & Markets

Global Banking & Markets (GBM) é um parceiro bancário líder de grandes empresas e instituições financeiras em todo o mundo, fornecendo uma ampla gama de financiamento de dívida e de capital, gestão de riscos e serviços de investimento para os seus clientes. A divisão está organizada ao longo de seis linhas de negócio principais: mercados monetários, taxas de *flow trading*, divisas e matérias-primas, mercados de acções, mercados de crédito e gestão e originação de carteiras.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	2.243	2.440
Proveitos não provenientes de juros	8.766	274
Total de proveitos	11.009	2.714
Despesas	(4.660)	(3.988)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	6.349	(1.274)
Perdas por imparidade	(640)	(522)
Resultado operacional	5.709	(1.796)
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	123,7	151,8
Rentabilidade dos capitais próprios	30,7%	(8,4)
Margem líquida de juros	1,38%	1,34%
Rácio custo/proveitos	42,3%	146,9%
Rácio empréstimos/depósitos	194%	192%

4.º
em moeda estrangeira, GBM melhorou a sua classificação proveniente do 5.º

£ 6.349 milhões
resultado operacional antes de imparidades

Meta	Rentabilidade dos Capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)
2011	>5	<45
2013	>15	<35

John Hourican
Chief Executive,
Global Banking & Markets

Para biografias, ver as páginas 8-11

Os nossos negócios tiveram um bom desempenho durante 2009. Enfrentamos os principais desafios do nosso passado, bem como aqueles enfrentados pela actividade da banca de investimento. E definimos a estratégia que, confiamos, nos permitirá competir com êxito no futuro.

Certificamo-nos de que os nossos clientes estão no centro dessa estratégia. Ao longo do ano, continuámos a apoiá-los de várias maneiras, incluindo serviços de consultoria, execução de mercado, gestão de risco e da aporte de capital.

Isso trouxe uma série de sucessos em 2009, incluindo:

- agindo como consultor financeiro conjunto da BAA na sua venda do Aeroporto de Gatwick;
- fornecer à Vattenfall o nosso pacote completo de produtos de banca de investimento em apoio da sua aquisição da Nuon; e
- apoiar a colocação de acções no valor HKD595 milhões da China WindPower.

Em 2009, participámos nas cinco maiores emissões de capital em todo o mundo e em seis de dez das maiores transacções de Mercados de Capitais de Dívida (DCM) globais. Sublinhando a força da nossa oferta de DCM, participámos em uma em cada oito de todas as obrigações emitidas por empresas e instituições financeiras em 2009. Antecipando tendências durante um período de turbulência nos mercados, reabrimos os mercados de obrigações de empresas em dólar norte-americano, euro, libra esterlina e franco suíço no início de 2009.

O nosso negócio Mercados teve um ano forte, capitalizando as condições voláteis que persistiram durante o primeiro semestre de 2009.

Consolidamos as nossas posições nas áreas principais de títulos de rendimento fixo, obrigações, taxas e divisas e obteve ganhos em mercados importantes como as acções.

A chave para nosso sucesso foi um enfoque incansável nos clientes. Implementámos uma iniciativa global de clientes prioritários, que harmonizou serviços na GBM e ajudou ainda a construir uma vantagem competitiva sustentável através de nossas áreas principais de produtos.

Sabia que...

5 e 6

RBS participou nas cinco maiores emissões de acções em todo o mundo e em seis das dez maiores emissões de mercado de capitais de dívida

---

Ao longo do ano, nossas equipas de vendas construíram fortes relacionamentos com clientes globais, proporcionando visões de mercado e trabalhando em parceria com pesquisadores, estrategas, estruturadores e operadores de mercado para satisfazer os objectivos de investimento e de gestão de risco dos clientes.

Temos vantagens persuasivas nos mercados em que escolhemos competir e é recompensador quando os outros reconhecem isso, também. IFR nomeou-nos "Sterling Bond House", a revista The Banker deu-nos o prémio de "Most Innovative in Loans & Leveraged Finance 2009" e a Euromoney nomeou-nos "Best Structured Products House".

Além de servimos os clientes, tivemos que lidar com os problemas do passado e certificarmo-nos que estamos na melhor forma para competir no futuro. O nosso balanço precisava de ser reduzido e tínhamos demasiados Activos Ponderados pelo Risco. Tivemos de enfrentar essas questões por uma questão de urgência e nós fizemo-lo, e estamos a progredir bem. Melhorámos o nosso perfil de liquidez no início do ano, deixando-nos menos susceptíveis a flutuações às extremas nos mercados monetários grossistas.

Durante o ano, lançámos um importante programa de investimento global de dois anos. Isto irá melhorar a qualidade e a eficiência do ambiente de controlo, ajudar-nos a cumprir metas de rendimentos e optimizar o modo como usamos a nossa tecnologia. O programa estabelecerá sistemas *front-to-back* líderes na classe para melhorar a gestão das transacções dos clientes e infra-estrutura de processo que vai suportar o crescimento dos negócios nos próximos anos. Também irá aumentar a capacidade da GBM para responder às cada vez mais sofisticadas exigências regulatórias em todo o mundo. Fizemos progressos nas fases iniciais e o programa está no bom caminho para cumprir os seus objectivos.

Risco e como gerimos as nossas exposições encontram-se sob investigação após os acontecimentos de 2008. Respondemos com uma abordagem mais ponderada à gestão de riscos, implementando novos sistemas e processos. Isto incluiu a concepção e implementação bem-sucedida de melhorias para a primeira linha de defesa do negócio, que incorpora as Comissões de Risco e Controlo, Política de Fiscalização de Front Office e Gestão de Exposição de Contraparte. Tornar-se o melhor na classe em gestão de risco +e uma característica importante no nosso programa de investimentos.

A nossa função de risco também foi instrumental na criação de uma cultura de auto-identificação e o levantamento de questões de risco em toda a divisão.

Como parte do Plano Estratégico do Grupo, a nossa equipa de suporte está focalizada para a implementação do modelo operacional comum transversal às divisões para o Suporte na Europa e no Médio Oriente, bem como movimentos importantes de propriedade e pessoal com o nosso escritório de Stanford nos EUA e o nosso edifício Bankside de Londres a abrir para os negócios em 2009.

Como parte do acordo a que chegámos com a Comissão Europeia, estamos a vender a nossa participação na RBS Sempra Commodities (RBSSC), uma *joint venture* com uma empresa de energia dos EUA. Em Fevereiro 2010, anunciou a venda das linhas de negócios de Metais, Óleos e Energia Europeia da RBSSC à J. P. Morgan. As discussões continuam com o nosso parceiro de *joint venture* Sempra Energy num leque de alternativas de propriedade para o remanescente do negócio.

Não teríamos sido capazes de enfrentar os desafios que enfrentámos durante 2009, sem os nossos trabalhadores.

O Programa de Pessoal GBM desenvolvido em 2009, sublinha o nosso objectivo de ser o parceiro preferencial dos nossos clientes, por terem os valores e comportamentos certos incorporados em nossa organização. Ele harmoniza os objectivos dos funcionários com as prioridades de negócio e concentra-se em atrair e manter as pessoas certas com as competências certas, nos lugares certos, motivadas, empenhadas e com elevado desempenho. Definimos claramente a nossa visão e valores para o futuro.

Após a aquisição dos negócios de banca grossista do ABN AMRO, foram feitos bons progressos na execução e desenvolvimento da integração em toda a divisão. Reforçámos os dados nas avaliações de desempenho de nossa função de risco e reforçámos ainda as práticas de avaliação para líderes de topo dos negócios.

Em 2009, demonstrámos que podemos competir ao mais alto nível nas nossas franquias principais e proporcionámos serviços de valor acrescentado aos nossos clientes em todo o mundo. Temos uma estratégia clara e focalizada no cliente em vigor e pretendemos manter esta dinâmica, executar o plano e permitir que The RBS Group regresse à auto-suficiência.

Global Transaction Services

Global Transaction Services está entre os cinco principais prestadores de serviços de transacções globais, oferecendo pagamentos, gestão de caixa e liquidez e financiamento ao comércio exterior e de produtos e serviços de cartões comerciais a nível global. Inclui as actividades de transferência de dinheiro de empresas do Grupo no Reino Unido e EUA, bem como Merchant Global Services, os serviços de aquisições comerciais do Grupo no Reino Unido e internacionais.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	912	937
Proveitos não provenientes de juros	1.575	1.494
Total de proveitos	2.487	2.431
Despesas	(1.475)	(1.375)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	1.012	1.056
Perdas por imparidade	(39)	(54)
Resultado operacional	973	1.002
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	19,1	17,4
Margem líquida de juros	9,22%	8,25%
Rácio custo/proveitos	59,3%	56,6%
Rácio empréstimos/depósitos	21%	25%

38
países na rede GTS

> 3 mil milhões
de transacções BACS processadas anualmente no Reino Unido

Meta	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/Depósitos (%)
2011	<60	<25
2013	<50	<20

Brian Stevenson,
Chief Executive, Global
Transaction Services

Nos Global Transaction Services (GTS) ajudamos os clientes a gerir a tesouraria e liquidez, e para fazer e receber pagamentos. Globalmente, somos um dos cinco maiores intervenientes. Os nossos negócios - financiamento ao comércio, aquisição comerciais, serviços de cartões de empresas e gestão de tesouraria - estão estreitamente ligados com as outras partes do RBS, nomeadamente Corporate Banking, Citizens, Ulster Bank e Global Banking & Markets (GBM).

Processamos mais de mil milhões de pagamentos e de pagamentos e cobranças todos os anos. O nosso negócio de gestão de tesouraria doméstico trata mais de três mil milhões de transacções BACS no Reino Unido por ano. No financiamento do comércio, processamos um milhão de cobranças, garantias e cartas de crédito por ano. O nosso negócio de cartões processa 6,4 mil milhões de transacções por ano, no valor de £236 mil milhões.

Durante o ano, desenvolvemos e começámos a implementar o nosso plano estratégico. Criámos a Global Network Banking (GNB) com o GBM para garantir que, em conjunto, oferecemos serviços de rede de forma eficaz para as filiais internacionais dos clientes do Grupo. Desenvolveremos a GNB no futuro. Em Global Trade Finance, estamos a trabalhar para trazer os benefícios da plataforma de comércio global MaxTrad para o mercado do Reino Unido. 2009 também nos viu a tomar medidas para o lançamento da

GTS SalesLine no Reino Unido. É um serviço telefónico de vendas para clientes de Business & Commercial Banking, que fornece gestão de tesouraria e soluções comerciais através de uma equipa de especialistas experientes.

O nosso plano estratégico já pensa em 2013. Durante esse tempo, pretendemos reforçar a nossa penetração nos mercados do Reino Unido e Citizens e para ganhar ainda mais benefícios das nossas ligações com o resto do Grupo fazendo vendas cruzadas as clientes RBS existente que poderiam beneficiar do uso dos nossos serviços. Também venderemos o nosso negócio Merchant Global Business Services, como parte do
acordo a que chegámos com a Comissão Europeia.

Em 2009, começamos a comercializar nossos novos produtos de e-facturação aos clientes do Reino Unido. A facturação electrónica pode reduzir significativamente os custos dos nossos clientes e aumentar a eficiência tanto nas contas a receber como nas actividades de aquisição comerciais. Melhora a experiência do utilizador para todos os participantes da cadeia de abastecimento.

Sabia que...

£236 mil milhões

Os nossos negócios de cartões processam 6,4 mil milhões de transacções anualmente, no valor de 3236 mil milhões

---

Assumimos um papel de liderança no desenvolvimento e implementação dos acordos de Faster Payments do Reino Unido. Fomos rápidos a reconhecer os benefícios que ele oferecia aos clientes e assegurarmo-nos que a nossa própria implementação permitia o número máximo de clientes a beneficiar imediatamente dele desde do seu lançamento. Rapidamente mudamos as nossas autorizações de débito permanentes para usar Faster Payments em vez do antigo sistema BACS. O serviço está disponível para nossos clientes de retalho através da banca on-line e por telefone, bem como nos nossos balcões. Os nossos clientes de pequenas e médias empresas podem usá-lo on-line ou por telefone. Para os clientes GTS, disponibilizámos Faster Payments 24 horas por dia e 365 dias por ano como um elemento padrão do nosso serviço de banca on-line Bankline. Tem sido muito popular, pois permite que os clientes maximizem o valor quer do Bankline como de Faster Payments, ao mesmo tempo que pode ser uma alternativa ou conveniente ou uma opção de reserva para uso ocasional ou não planeado.

Desenvolvemos o nosso ensaio bem-sucedido de 2008 de pagamentos sem contacto, em Londres, com mais um ensaio nos autocarros Stagecoach em Liverpool em 2009, trabalhando com a Mastercard.Este ensaio "Tap and Go" levou os pagamentos com cartão de crédito ou débito sem contacto aos utentes dos autocarros do Reino Unido pela primeira vez e reforçou a nossa posição como um líder inovador num mercado que nós acreditamos que tem grande potencial.

Uma das tarefas mais importantes que enfrentamos durante o ano foi a integração do negócio grossista do ABN AMRO no RBS. Este foi um desafio, não sendo menor por estarmos determinados a manter o melhor serviço possível para nossos clientes e evitar qualquer perturbação para eles. Conseguimos isso através da implementação de um programa de prontidão de cliente de primeira classe. Seis mil clientes foram notificados das mudanças BIC/IBAN, o que, como resultado, permitirá a GTS migrar mais de 40.000 clientes empresariais. Também foi celebrado um Acordo de Parceria Bancária entre o RBS N.V. e o ABN AMRO II. Isto significa que, para os próximos três anos, o RBS N.V. continuará a servir as subsidiárias das empresas-mãe do ABN AMRO II que tenham operações bancárias com a rede RBS fora da Holanda.Recebemos uma série de prémios em 2009, que reflecte a qualidade e a diversidade de nossos negócios em GTS.

Fomos nomeados os quintos gestores de tesouraria internacional mais utilizados por empresas no inquérito Euromoney 2009. A nossa oferta internacional de gestão de tesouraria também ganhou outros prémios, incluindo estes do Global Finance Magazine:

• Melhor Banco para Gestão de Liquidez Europa Ocidental; e

• Melhor Banco de Liquidação em Contínuo (CLS) na Europa.

O produtos de negócios de gestão de tesouraria doméstico do Reino Unido foi reconhecido no:

• Melhor inovação em Tesouraria e Tecnologia do The Banker 2009;

• Melhor feito de Banca de Transacções nos Banking Technology Awards; and

• Prémios Melhor Iniciativa de Pagamento e Canal Mais Eficaz nos Financial Innovation Awards.

A nossa classificação nos primeiros cinco lugares de *trade finance* global foi confirmada por vários prémios:

• Terceiro na Europa Ocidental em serviços de *trade finance* e segundo banco globalmente para Processamento Documentário da Global Trade Review;

• Melhor Fonte de Financiamento de Cadeia de Abastecimento, Europa Ocidental e Melhor Banco de *Trade Finance*, Holanda da Global Finance;

• Terceiro Melhor Fonte de *Trade Finance* On-line e Terceiro Melhor Banco para Financiamento à Exportação da Trade & Forfaiting Review;

• Best Deal 2009 for J Sainsbury da Global Trade Review;

• 2009 Transaction Banking Deal of the Year for J Sainsbury (UK – Global) da Trade Finance; e

• 2009 Deal of the Year for J Sainsbury da Trade and Forfaiting.

É bom ganhar estes prémios e receber o reconhecimento dos seus pares, mas o teste real do nosso serviço e como os nossos clientes reagem.

Ulster Bank

Ulster Bank é um banco líder de retalho e comercial na Irlanda do Norte e República da Irlanda. Ele fornece uma gama completa de serviços financeiros, tanto através da sua divisão de Retail Markets, que tem uma rede de balcões e opera nos sectores particulares e *bancassurance*, como da sua divisão Corporate Markets que presta serviços a clientes comerciais, empresas e mercados institucionais.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	780	773
Proveitos não provenientes de juros	254	266
Total de proveitos	1.034	1.039
Despesas	(753)	(715)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	281	324
Perdas por imparidade	(649)	(106)
Resultado operacional	(368)	218
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	29,9	24,5
Rentabilidade dos capitais próprios	(13,3%)	10,1%
Margem líquida de juros	1,87%	1,89%
Rácio custo/proveitos	72,8%	68,8%
Rácio empréstimos/depósitos	177%	179%

> 54.000
clientes de retalho captados durante o ano

€ 1,25 mil milhões
em depósitos comerciais captados durante o ano

Meta	Rentabilidade dos Capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/Depósitos (%)
2011	>0	<75	<175
2013	>15	c.50	<150

Cormac McCarthy,
Chief Executive,
Ulster Bank

2009 foi um ano de novos desafios significativos para as economias da Irlanda do Norte e República da Irlanda, bem como para o sector bancário em toda a ilha.

Em resposta a estas condições difíceis operacionais, o Ulster Bank teve uma acção decisiva e oportuna. No início do ano, anunciámos um programa de iniciativas destinadas a posicionar o negócio para enfrentar os desafios dos nossos mercados, o que nos permite continuar a servir as necessidades dos nossos clientes e para fortalecer os nossos negócios e o seu âmbito a toda Irlanda.

Um elemento importante desse programa foi a fusão dos activos dos negócios do First Active e Ulster Bank na República da Irlanda. O programa, que foi concluído em Fevereiro 2010, viu a integração da rede de balcões e operações do First Active com as do Ulster Bank e a transferência de todos os clientes do First Active para o Ulster Bank. Como resultado do programa de fusão, a presença do Ulster Bank em toda a Irlanda é agora 238 balcões (146 na República da Irlanda, 92 na Irlanda do Norte) e, agora, servimos os nossos 1,9 milhões de clientes sob uma única marca em toda a ilha.

Além disso, também melhorou a eficiência em todas as áreas de nossos negócios através da implementação de uma série de iniciativas de gestão de custos. Anunciámos um programa de saída voluntária, em Janeiro, que teve uma adesão acima do previsto e em que cerca de 700 pessoas deixaram a organização com mais 300 ou mais para sair no início de 2010.

Sabia que...

€ 1.000 milhões

O nosso Fundo de Apoio às PME para as empresas PME teve o valor de € 1000 milhões

Desde o início de 2009, deu prioridade à introdução de uma série de iniciativas destinadas a apoiar os nossos clientes durante esses tempos difíceis. A iniciativa "Flex é uma revisão financeira destinada a ajudar aqueles que estão a ter problemas em cumprir os seus compromissos de dívidas mensais devido à alteração das suas circunstâncias financeiras. Ministrámos uma formação especializada aos nossos funcionários, que lhes permite levar os nossos clientes a um processo de orçamentação passo a passo. Sempre que os rendimentos de um cliente ficam aquém das suas despesas, nós procuramos encontrar uma solução, tal como a extensão do prazo do empréstimo ou redução temporária dos pagamentos. Desde que introduzimos o Flex, em Julho 2009, avaliámos cerca de 5.700 casos de clientes. Em 87% destes casos, aprovámos novos regimes Flex, enquanto que para alguns clientes não foram necessários novos regimes.

Durante o ano, lançámos também o nosso programa MoneySense for Adults, que oferece a informação gratuita e equilibrada aos clientes para os ajudar a melhor compreender e gerir o seu dinheiro. O programa MoneySense é fornecido on-line, em versão impressa e pessoalmente em todos os balcões do Ulster Bank em toda a Irlanda. Estão disponíveis funcionários dedicados com formação especial MoneySense em todos os nossos balcões, para prestarem apoio individual tanto a cliente como a não clientes que querem ajuda para orçamentação e estão do dinheiro. O programa baseou-se no nosso bem-sucedido programa MoneySense for Schools, que foi apresentado em 19 escolas durante o ano.

Alargámos também o apoio dedicado aos nossos clientes das pequenas e médias empresas (PME) com o lançamento de €1.000 milhões no fundo para toda a Irlanda para PME que fornece às empresas acesso a fundo de maneio e financiamento do desenvolvimento.

Na Irlanda do Norte, nos termos do plano Garantia de Financiamento de Empresas (EFG), o governo garante 75% do valor do empréstimo a uma empresa pequena até ao valor de £ 1 milhão. O Ulster Bank forneceu cerca de 75% do valor total dos empréstimos EFG concedidos e utilizados na Irlanda do Norte em 2009.

Entendemos que apoiar empresas significa mais do que apenas fornecer apoio financeiro. É por isso que fornecemos o Small Business Can.com, a nossa rede social para pequenas empresas. Lançado em Maio 2009, este é um recurso on-line interactivo concebido para ajudar a comunidade das PME em toda a ilha da Irlanda a navegar com sucesso através da desaceleração económica. Small Business Can.com foi criada por empresários para empresários e tem como objectivo ajudar as pessoas das empresa a crescer as suas empresas através da partilha de conhecimentos, experiências e redes de contacto. Aberto para todas as empresas a título gratuito, o sítio atraiu 66 mil acessos durante o ano.

O PricewaterhouseCoopers Tracker Business Banking Survey, publicado em Novembro 2009, fornece uma indicação do nosso compromisso para com os nossos clientes. Isso mostra que, em comparação com outros bancos principais, recebemos classificações mais elevadas dos nossos clientes em toda a ilha da Irlanda, nas áreas de satisfação do cliente, fidelização e promoção Tudo isto foi conseguido num contexto de negociação difícil e dá-nos uma forte plataforma para desenvolver em 2010.

Estamos concentrados em aumentar os depósitos de clientes e a nossa quota de novos depósitos de empresas aumentaram em 18% na Irlanda do Norte e 22% na República da Irlanda. No mercado de retalho, introduzimos uma série de iniciativas, incluindo Bonus Saver, eSavings Plus, Pathway e uma série de produtos de prazo fixo e taxa fixa, que viu aumentar os depósitos de clientes de retalho em cerca de € 1.000 milhões durante o ano.

Enquanto a economia global está a mostrar alguns sinais de retoma, as condições na Irlanda continuam difíceis. Porém, as acções iniciais que temos tido têm-nos posicionado bem para operar nestas difíceis condições económicas e tirar o máximo partido da retoma, uma vez que aconteça. Entretanto, vamos mantendo o nosso compromisso em colaborar com o nosso pessoal e servir as necessidades dos nossos clientes.

US Retail & Commercial

US Retail & Commercial presta serviços financeiros principalmente através das marcas Citizens e Charter One. A US Retail & Commercial está envolvida em actividades bancárias de retalho e de empresas através da sua rede de balcões em 12 estados nos Estados Unidos e por intermédio de sucursais sem balcões em outros estados. Ela classifica-se entre os cinco maiores bancos na Nova Inglaterra.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira	1.775	1.726
Proveitos não provenientes de juros	949	861
Total de proveitos	2.724	2.587
Despesas	(2.135)	(1.622)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	589	965
Perdas por imparidade	(702)	(437)
Resultado operacional	(113)	528
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	59,7	63,9
Rentabilidade dos capitais próprios	(1,8%)	7,7%
Margem líquida de juros	2,37%	2,68%
Rácio custo/proveitos	78,3%	62,7%
Rácio empréstimos/depósitos	80%	96%

4%
aumento em depósitos de clientes no ano

> 3,7 milhões
clientes convertidos para a plataforma on-line actualizada

Meta	Rentabilidade dos Capitais próprios (%)	Custo/proveitos (%)	Empréstimos/Depósitos (%)
2011	c. 10	<70	<90
2013	>15	<55	<90

Ellen Alemany
Chief Executive,
Citizen e Head of Americas

Para biografias,
ver páginas 8-11

O nosso objectivo é ganhar a fidelidade dos nossos clientes e servir como seu parceiro bancário primário, fornecendo serviço local e útil e recursos globais. Seremos um líder de alto nível nos nossos mercados, com um desempenho consistente para nossos accionistas e investimento nos nossos colaboradores e comunidade. Se conseguirmos isso, vamos tornar-nos num importante banco super-regional.

Começámos este trabalho em 2009 e embarcámos num plano que nos leva para a nossa meta até 2013. Mas também teve de lidar com as fraquezas do nosso passado, bem como com os efeitos sobre nós e os nossos clientes da recessão mais aguda. Tomámos algumas medidas muito significativas para reforçar o capital do Citizen Financial Group ao converter $1.730 mil milhões de dívida subordinada e $1.585 mil milhões de acções preferenciais em acções ordinárias, o que, quando combinado com activos ponderados pelo risco mais baixos, aumentou o nosso capital de Tier 1 com base no risco para 11,62% a partir de 9,15% em Dezembro de 2008.

Se nos estamos a tornar num banco de topo super-regional, temos que nos concentrar nos nossos negócios principais. É por isso que saímos de todas as actividades em Indiana, vendendo 65 balcões do Old National Bank. Foram também identificadas várias linhas de negócios nos Estados Unidos e

designadas como Non-Core. Eles incluem o nosso negócio Marine / RV, o nosso negócio Dealer Finances e partes do nosso negócio Auto Lending. Ao isolar as actividades Non-Core que não se encaixam nos nossos planos a longo prazo, somos capazes de concentrar os nossos investimentos em infra-estruturas, tecnologia e marketing para alcançar posições de liderança nos mercados em que escolhemos competir.

Durante 2009, nós conseguimos o estatuto Top 20 em empréstimos hipotecários de retalho e Top 5 em financiamento automóvel entre os bancos credores para clientes *prime*. Também lançámos o crédito TruFit em 1 de Julho. Concebemos este novo produto de crédito privado a estudantes para preencher a lacuna depois dos estudantes deixarem de ser elegíveis para o empréstimo federal a estudantes.

A nossa penetração no mercado Commercial Banking aumentou, com a quota de negócios de banco líder a aumentar de 6% para 7% no segmento de negócios de $5 milhões a $25 milhões e de 6% para 8% no no segmento Middle Market e Empréstimos Especializados, para empresas com vendas anuais entre $25 milhões a $500 milhões..

Sabia que...

$6,5 milhões

O nosso programa Green$ense premiou os clientes de retalho com mais de §6,5 milhões

---

Tomámos uma série de medidas para recompensar a fidelidade dos nossos clientes e dar-lhes incentivos para gastar mais connosco, enquanto atingem as suas próprias metas de poupança. Homebuyer Savings, College Saver e GoalTrack Savings ajudam os clientes a poupar para os acontecimentos importantes nas suas vidas e as vidas das suas famílias e para definir os seus planos de poupança, e nós damos-lhes prémios quando atingem seus objectivos.

Estas iniciativas fazem parte da razão para o nosso sucesso em impulsionar os depósitos dos clientes durante o ano em 4%.

O nosso programa Green$ense recompensou os clientes de retalho com mais de §6,5 milhões em 2009 por ajudarem o ambiente, escolhendo as transacções electrónicas que reduzem a quantidade de papel que usamos. Os objectivos do programa e recompensa os clientes ambientalmente conscientes, que recebem 10 centavos para cada transacção electrónica que eles fazem, até um máximo de §120 por ano. Green$ense inclui a inscrição automática em nos extractos electrónicos e banca on-line gratuita com pagamento de facturas.

Damos o nosso melhor para servir os nossos clientes e é gratificante quando outras pessoas reconhecem os nossos esforços. Informa Research Services, uma empresa de pesquisa independente, designou os nossos programas de recompensas Green$ense e Everyday Points como os melhores da categoria no seu 2009 Retail Relationship and Reward Programs Account Acquisitiona and Summary.

Investimos no nosso serviço de banca on-line e isso valeu a pena. Mais de 3,7 milhões de clientes Citizen e Charter One foram convertidos para a nossa plataforma on-line actualizada. Ela dá aos nossos clientes acesso a mais contas e proporciona-lhes mais informações, incluindo alertas por telemóvel. Os clientes podem abrir novas contas, consultar transacções pendentes, pagar facturas e transferir dinheiro entre as diversas contas do Citizen Bank e Charter One, bem como com contas em outras instituições financeiras.

É claro que, embora a banca on-line seja importante para alguns clientes, outros gostam de ir ao balcão e falar connosco. Como um novo impulso na expansão da nossa rede de Citizens e Charter One com balcões dentro de lojas, abrimos o nosso primeiro balcão no interior de uma loja de café e pastelaria Dunkin 'Donuts. O novo local em Bellingham, Massachusetts, é parte de uma extensa rede no interior de lojas, com uma variedade de parceiros de retalho, principalmente em supermercados, que inclui mais de 475 locais em 12 estados.

A nossa divisão de Wealth Management criou um novo programa para os clientes “mass affluent” e começou com a experiência Premier Banking do Citizens Bank, no Massachusetts. Esta é uma oferta exclusiva de produtos, serviços e soluções criativas para clientes seleccionados que estão à procura de uma maneira mais eficiente e conveniente para gerir os seus fundos e que preferem a gestão de relacionamento mais dedicada. O Premier Banking foi concebido para nos ajudar a tirar partido de um mercado que é grande, mas em que não penetrámos muito no passado. Para nos ajudar a progredir, afectámos uma equipa dedicada de gestores de relacionamento para atingir o mercado “mass affluent”.

Nós utilizámos regularmente a experiência e o alcance global do RBS Group para apoiar os nossos clientes. Outras entidades do RBS Group, incluindo RBS Securities, colaboraram com o Citizens Bank, Charter One e RBS Citizenz em várias emissões de obrigações de alto perfil e empréstimos sindicações de empréstimos durante o ano.

É importante para nós e para nossos trabalhadores que nós no Citizens sejamos bons cidadãos nas nossas comunidades. Em 2009, lançámos o Energy$sense. É uma iniciativa multi-facetada para ajudar as organizações locais sem fins lucrativos e os clientes do Citizens Bank e Charter One a lidarem com os custos de calor, abastecimento energético e outros. Como parte do programa, o Citizens concedeu mais de $500.000 em doações de ajuda energética a instituições de apoio aos sem abrigo e a organizações sem fins lucrativos que oferecem isolamento para as casas e assistência ao pagamento do abastecimento energético aos consumidores. Fornecemos também empréstimos abaixo da taxa de mercado para os consumidores elegíveis que querem tornar suas casas mais eficientes em termos energéticos, com uma opção de prazo limitado para diferirem o seu primeiro pagamento em 90 dias. Também fornecemos aos consumidores informações sobre como eles podem manter-se quentes e seguros durante o inverno. Dicas úteis incluem a escolha de aquecedores eléctricos e cabos de extensão com classificação UL, o isolamento das tubulações e aquecedores de água e a instalação de detectores de monóxido de carbono e detectores de fumo.

A Dave Thomas Foundation for Adoption premiou o Citizens pelo terceiro ano consecutivo como o Melhor Amigo da Adopção no Local de Trabalho no sector dos serviços financeiros, bem como com o segundo lugar na lista do Top 100 dos empregadores EUA em 2009. Conceive é uma publicação nacional dedicada à saúde pré-gravidez e fertilidade. Ele classifica as empresas que continuam a ajudar os funcionários a construir as suas famílias e colocou-nos como a empresa de topo na oferta de benefícios de ajuda à construção da família.

RBS Seguros

RBS Insurance vende e subscreve seguros de retalho e seguros para PME através do telefone e internet, bem como através de corretores e parcerias. As suas marcas incluem Direct Line, Churchill e Privilege que vendem produtos de seguros em geral directo ao cliente, bem como a Green Flag e NIG. Através de sua divisão internacional, RBS Seguros vende seguros generalistas, principalmente do ramo automóvel, na Alemanha e na Itália. A Divisão Intermediary and Broker vende produtos de seguros generalistas através de corretores independentes.

	2009 £ m	2008 £ m
Proveitos de prémios de seguros líquidos	4.354	4.306
Total de proveitos	4.460	4.430
Despesas	(759)	(772)
Sinistros líquidos	(3.635)	(3.032)
Resultado operacional antes de perdas por imparidades	66	626
Perdas por imparidade	(8)	(42)
Resultado operacional	58	584
Rentabilidade dos capitais próprios	1,6%)	18,3%
Rácio custo/proveitos	17,0%	17,4%
Rácio custo/proveitos ajustado	92,0%	55,2%

Total	**Rentabilidade dos capitais próprios**	**Custo/proveitos menos sinistros %**
2011	>15	<70
2013	>20	<60

Paul Geddes
Chief Executive,
RBS Seguros

Para biografias, ver páginas 8-11

Esta é a maior seguradora para particulares no Reino Unido. Marcas como a Direct Line, Churchill e Green Flag são nomes consagrados. Ajudaram-nos a tornarmo-nos na maior seguradora no ramo automóvel no Reino Unido e na segunda maior seguradora para o lar. Posições de liderança de mercado como estas não acontecem por acaso. Nós merecemo-las porque nos focalizamos naquilo que os nossos clientes precisam.

Como parte do acordo a que chegámos com a Comissão Europeia, venderemos a RBS Insurance durante os próximos quatro anos. Não queríamos fazer isso. É um excelente negócio. Vemo-lo como uma parte importante do futuro do Grupo.

Enquanto ele continua a fazer parte do RBS, continuaremos a gerir a RBS Insurance com o mesmo cuidado e atenção como se a fossemos manter. Essa é a coisa certa a fazer para os nossos clientes e se os servimos bem, vamos maximizar o preço que obteremos quando vendermos o negócio.

Apesar do impacto significativo dos sinistros por lesões corporais nos resultados de 2009 da RBS iNsurance, o seu desempenho subjacente manteve-se forte. A apólices automóvel de marca própria aumentaram 8% em 2008, enquanto as apólices não automóvel de marca própria subiram 13% em 2008.

Quando ocorreram as inundações em Cumbria, enviámos mensagens de texto a 29.000 clientes que moram em áreas que o Met Office disse que tinha um de alto risco de mau tempo, com dicas e conselhos sobre como proteger suas casas das inundações. Após as enchentes, tentamos dar aos nossos clientes apoio quando eles mais precisavam dele. Uma equipa de conselheiros esteve no terreno a ajudar os clientes a lidar com as suas perdas e ajudá-los a fazer reclamações de sinistro.

Introduzido em 2008, a Telephony Virtualisation, um feito de tecnologia inteligente que permite que os 27 centros de contacto no Reino Unido ajam como um só, foi especialmente útil durante as enchentes. Se um dos nossos *call centres* estava a operar em plena capacidade, a chamada podia ser atendida por outro centro. Permitiu que as chamadas dos clientes fossem respondidas de forma mais rápida e o nosso pessoal e instalações fossem utilizadas de forma mais eficiente.

A neve que caiu em 2009 deu à Green Flag o seu mês mais ocupado do ano. Recebemos mais de 237 mil chamadas de clientes em Dezembro. A nossa rede de reboque de veículos no Reino Unido significa que fomos capazes de satisfazer os clientes em necessidade.

Quando o seu automóvel colide, o segurado precisa de saber que pode confiar na sua seguradora e deseja que a reparação seja feita logo quem possível. Em Junho, a RBS Insurance introduziu o PAS 125 Kite Mark a todos os nossos 16 centros de reparação. O PAS 125 é a norma de qualidade para a reparação de carroçaria de veículos e leva o símbolo Kite Mark concedido pela BSI, a organização independente de normalização britânica. O PAS 125 Kite Mark fornece um processo auditável, que garante que os carros são reparados com segurança de acordo com a sua notação original de segurança do Euro New Car Assessment Programme (NCAP). Isso significa que todas as nossas reparações de veículos devem satisfazer as normas mais elevadas de mão-de-obra e serviço.

Direct Line foi um dos pioneiros do seguro directo no Reino Unido há mais de duas décadas. Esse espírito de inovação ainda é forte na RBS Insurance porque é muito importante para nos dar uma vantagem com os nossos clientes. Com várias companhias de aviação a irem à falência em 2009, Direct Line foi uma das poucas empresas de viagens a introduzir uma cobertura para a falência de companhia de aviação nos seus produtos de seguro de viagem. A apólice protege os clientes contra perdas financeiras se a companhia de aviação deixar de operar. Também cobre o custo de um voo de regresso, se uma companhia de aviação falir enquanto os clientes estão de férias.

Green Flag lançou a sua aplicação iPhone Rescue Me em Dezembro. A aplicação oferece uma gama de características de avarias de automóveis, de actualizações de trânsito por live streaming gratuito até uma função um toque para chamar, bem como o fornecimento aos utilizadores do iPhone uma ligação directa à Green Flag.

NIG introduziu uma apólice de seguros com base em imobiliário concebidos paras os negócios PME. Este produto permite que os subscritores reflictam as características de risco positivo do cliente, o que significa preços melhores para os compradores.

O nosso compromisso com os clientes e com a inovação é demonstrado com os resultados de satisfação do cliente. Em Dezembro, The Leadership Factor, uma empresa de inquéritos, entrevistou clientes e descobriu que nós tivemos 86% no Índice de Satisfação em Vendas e Serviços e 85% em Sinistros.

Os nossos funcionários também estão satisfeitos e motivados, apesar das incertezas que enfrentaram nos últimos dois anos. O nosso inquérito anual aos trabalhadores, realizado de forma independente pela Towers Perrin ISR, mostrou que tínhamos melhorado ou mantido a nossa pontuação em 15 das 16 categorias em comparação com 2008. Os resultados foram especialmente fortes em Foco no Cliente, Cooperação e Relações de Trabalho, e Respeito e Diversidade.

O ano passado poderia ter sido um ano complicado por causa das incertezas em torno da RBS Insurance. Mas o nosso pessoal teve, mais uma vez, um forte desempenho, mostrando seu empenho em servir os clientes. Nós temos que vender a RBS Insurance, mas até lá, ela permanecerá nas nossas boas mãos.

Business Services & Central Functions

Business Services (ex-Group Manufacturing) apoia os negócios que atendem o cliente e fornece a tecnologia operacional, apoio telefónico ao cliente, gestão de contas, empréstimos e transferências monetárias, compras globais, imobiliário e outros serviços. Business Services impulsiona a eficiência e apoio o crescimento dos rendimentos através de várias marcas e canais utilizando uma única plataforma escalonável e processos comuns, sempre que possível. Também melhora o poder de compra do Grupo e é o centro de excelência do Grupo para gerir mudanças em grande escala e complexas.

Central Functions inclui as funções de grupo e administrativas, como a tesouraria, financiamento e finanças, gestão de risco, jurídica, comunicação e recursos humanos. O Centro gere os recursos de capital do Grupo e projectos de regulamentação a nível do Grupo e presta serviços a divisões operacionais.

40.000 m^2 de espaço economizado devido à nossa iniciativa Intelligent Working

---

Ron Teerlink,
Chief Administrative Officer

Para biografias, ver páginas 8-11

Business Services

Business Services é a divisão de serviços partilhados do Grupo RBS. Fornecemos uma gama de serviços de apoio de alta qualidade aos negócios do Grupo que atendem clientes.

• Technology Services concebe, constrói, implementa e apoio soluções tecnológicas globais para as nossas Divisões e funções de Grupo

• Group Operations forma e executa a prestação de serviços e processamento de transacções dos nossos clientes, da maneira mais eficiente, segura e eficaz possível.

• Property Services fornece gestão de carteira e soluções de design do local de trabalho, bem como os serviços de gestão das instalações diária em toda a nossa pegada global.

• Grupo Sourcing & Vendor Management selecciona, gere e desenvolve as melhores e mais adequadas relações com os fornecedores, certificando-se que as actuais e futuras necessidades de compra do Grupo são entregues em todos os locais e marcas.

• Security & Risk fornece apoio e consultoria para proteger os nossos clientes, a nossa informação e o nosso pessoal contra ameaças principais de segurança e de fraude.

Business Services cria valor através de economias de escala, aplicação das plataformas partilhadas, conhecimentos especializados e trabalho em parceria com cada uma das nossas divisões que atendem os clientes. As nossas estreitas relações de trabalho em todo o Grupo garantem um alinhamento das prioridades de negócio principais, com uma melhor compreensão da alocação de custos, preços de serviços e prioridade de investimentos dirigidos pelos negócios. O nosso enfoque é oferecer serviço de alta qualidade para o cliente e fazer continuamente as coisas em que somos bons, sempre melhor.

Business Services também desempenha um papel fundamental na reestruturação e redução de base de custos do Grupo e gere um considerável, e em algumas áreas, há muito esperado, programa de investimentos. Durante 2009, Business Services foi capaz de financiar novas tecnologias e investimentos imobiliários com eficiência e sinergias acrescidas geradas em todo o Grupo. Business Services está a reduzir o seu número de funcionários em cerca 9.000 durante o período 2009-2010, trabalhando intensivamente com os trabalhadores e várias partes interessadas internas, incluindo sindicatos e parceiros sociais. Ao fornecer o nosso pessoal com o apoio activo ao longo do processo, temos sido capazes de limitar o número de despedimentos forçados.

Bruce Van Saun,
Group Finance Director

Para biografias, ver páginas 8-11

Em 2009, iniciámos uma abrangente análise "Lean" de todos os nossos processos de Business Services. Está a gora a impulsionar um dos maiores programas de eficiência centrada no cliente já realizados pelo RBS. As equipas “Lean” avaliam os aspectos práticos dos nossos negócios e identificam e implementam as oportunidades para eliminar desperdícios, concentrando-se continuamente de como podemos melhorar o nosso serviço aos nossos clientes. Incorporámos o pensamento “Lean” no modo com o nosso pessoal trabalha.

Intelligent Working foi outro programa fundamental na Business Services, em 2009, verificando o modo como empregámos as pessoas, tecnologia e imobiliário a fim de fazermos o melhor uso de nossos activos e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade e a eficiência dos nossos serviços. Até agora, a nível mundial, foram poupados cerca de 40 mil metros quadrados de espaço de escritório, o equivalente a cinco campos de futebol de Wembley.

Business Services também opera processamentos de transacções e hubs de tecnologia bem estabelecidos e de alta qualidade na Índia e na Polónia. O hub de operações na Índia é um serviço partilhado, que apoia os nossos negócios principais no Reino Unido, EUA, Ásia e Europa. Os recursos incluem operações de *back-office* para banca de investimento, comércio e pagamentos, retalho, empresas e hipotecas, e as funções de desenvolvimento tecnológico. A centralização desses recursos, a criação de centros de conhecimentos e implantação de técnicas "Lean" permite-nos aumentar a eficiência do banco, enquanto, ao mesmo tempo melhora a experiência do cliente.

Na Technology Services, tecnologias de vanguarda, mas comprovadas, tais como virtualização de desktop, redes IP e consolidação do centro de dados são utilizadas para reestruturar o custo base, enquanto se desenvolvem níveis melhorados de agilidade e flexibilidade. Durante o ano, consolidámos a base de dados das funções centrais de Chicago (comércio e sistemas de pagamento internacionais) nos centros de dados nucleares em Edimburgo. Mais de 17 milhões de pagamentos por dia e 4,3 mil milhões de pagamentos anuais passam agora por Edimburgo. Ao deslocar este trabalho, aumentámos a utilização da capacidade dos nossos centros de dados existentes e gerámos economias até £100 milhões por ano em redução de custos.

2009 foi um ano intenso na concretização de uma mudança real global em Business Services, criando novas formas de trabalho para melhorar o serviço aos nossos clientes. A focalização nos clientes, realização, colaboração, investimento e capacitação do nosso pessoal, dá-nos sólidas bases sobre a qual podemos construir.

Central Funçtions

Risco

Temos feito progressos significativos para cumprir os requisitos pós-Walker Review para uma função de risco independente no interior dos bancos. A Comissão de Risco do Conselho composta por administradores não executivos está agora em funções. Acordámos uma estrutura revista de gestão de riscos, que irá reforçar as áreas identificadas como pontos fracos nos últimos anos. Estes incluem a comunicação funcional para a função de risco, a nomeação de um Deputy Chief Risk Officer, um Head of Firm Wide Risk e um Chief Administrative Officer. Criámos um novo cargo de Head of Operational Risk, que reconhece o risco de execução adicional associado com a realização de uma das maiores reestruturações de sempre realizada por um banco a nível global.

Finanças

Maior transparência e abertura são essenciais para a viagem do Grupo para a auto-suficiência e reconquista da confiança dos investidores. Durante 2009, começámos a realizar relatórios de gestão intercalares altamente detalhados, com frequência trimestral. Analistas e investidores têm recebido muito bem as nossas divulgações mais frequentes.

Recursos Humanos

Para ajudar a harmonizar a contribuição dos nossos executivos para a realização dos nossos planos estratégicos e a cumprir as novas exigências regulatórias, desenvolvemos e implementámos um novo quadro de Avaliação de Desempenho de Executivos (EPA). O quadro é uma abordagem segundo a metodologia *balanced scorecard* e focalizado em cinco áreas-chave do Progresso Estratégico, Execução de Negócio e Desempenho Financeiro, Expectativas dos Clientes, Risco, Eficiência e Controlo e Gestão de Pessoas.

O quadro EPA foi concebido para melhorar substancialmente a qualidade dos objectivos dos nossos Executivos e dos Planos de Desenvolvimento Pessoal.

Estratégia do Grupo

A nossa equipa de Estratégia do Grupo apoia o Chief Executive e a Comissão Executiva no desenvolvimento da estratégia do Grupo. O seu objectivo é garantir que o Grupo tem o portefólio certo de negócios, está activa nos mercados certos, é apoiada por uma apropriada atribuição de capital e outros recursos.

Comunicações do Grupo

A nossa equipa de Comunicações do Grupo administra as nossas relações com partes interessadas exteriores e certifica-se que mantemos os nossos colaboradores informados sobre os desenvolvimentos no negócio. A RBS quer ser mais aberto às partes interessadas do que fomos no passado e durante o ano as Comunicações do Grupo ajudou os eleitos. Comentadores e outros a obterem uma melhor compreensão do nosso negócio e de como planeamos regressar à auto-suficiência.

Divisão Non-Core e APS

A Divisão Non-Core controla separadamente os activos que o Grupo tem a intenção de liquidar ou alienar. A Divisão contém uma série de empresas e carteiras de activos principalmente de GBM, incluindo RBS Sempra Commodities, ligada à negociação por conta própria, activos com perfil de risco mais elevado, incluindo concentrações de excesso de risco e outras carteiras ilíquidas. Também inclui um certo número de carteiras e negócios de mercados regionais, que o Grupo concluiu que deixaram de ser estratégicos.

	2009 £ m	2008 £ m
Margem Financeira de actividades bancárias	1.534	2.156
Proveitos não provenientes de juros	(3.835)	(5.188)
Total de proveitos	(2.301)	(3.032)
Despesas	(2.447)	(2.683)
Resultado operacional antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidades	(4.748)	(5.715)
Sinistros de seguros líquidos	(588)	(700)
Perdas por imparidade	(9.221)	(4.936)
Resultado operacional	(14.557)	(11.351)
Activos ponderados pelo risco (£ mm)	171,3	170,9
Margem líquida de juros	0,69%	0,87%
Rácio custo/proveitos	(106,3%)	(88,5%)
Rácio empréstimos/depósitos	1,121%	683%

£56,9 mil milhões
Diminuição em Activos de Terceiros, excluindo derivados

£12,6 mil milhões
De alienações durante o ano

Nathan Bostock
Head of Restructuring & Risk

Para biografias, ver páginas 8-11

A nossa Divisão Non-Core é central para a estratégia que irá fazer regressar o RBS à auto-suficiência.

Por um lado, é a gestão dos activos que deixaram de ser essenciais para a nossa estratégia e operações continuadas da RBS, e que pretendemos vender ou liquidar. Por outro lado, em parte porque Non-Core vai reduzir o nosso lado do activo do balanço, vai melhorar a nossa posição de financiamento e fazer do RBS um banco mais seguro. A Divisão Non-Core foi criada para facilitar a reconfiguração da RBS na sua viagem para a auto-suficiência e é responsável por uma das maiores reestruturações do mundo de um banco e uma das maiores da história.

O Plano de protecção de activos (Asset Protection Scheme – APS) também é vital para nossos planos. É um plano de protecção de crédito. Dá-nos protecção, similar a uma apólice de seguro contra perdas futuras no caso da economia entrar numa recessão ainda mais grave e prolongada.

Administramos o Non-Core e APS em conjunto, sob a liderança de Nathan Bostock e Rory Cullinan, que se juntaram a nós durante o ano.

Estruturámos a Divisão Non-Core e APS em três áreas de negócios.

• Carteira & Banca é responsável pelos activos da banca grossista transferidos de GBM e representa a maior percentagem de activos em Non-core.

• Negócios e Carteiras Internacionais gere activos e inclui negócios de retalho e comerciais identificados como não-core, os países de que estamos a sair para reduzir nossa pegada geográfica e carteiras principalmente transferidas da nossa de Divisão UK Corporate Banking, Ulster Bank e Citizens. É o maior empregador na divisão com quase13 mil funcionários em todo o mundo.

• Mercados Non-Core inclui os activos comerciais do GBM, principalmente nossos derivados de crédito exóticos, *monoline* e posições de títulos garantidos por activos (ABS) e é responsável pelos activos mais voláteis colocado na Divisão Non-Core.

Além disso, temos um pequeno número de negócios independentes, como a Aviation Capital.

Sabia que...

3.000

Demos formação a mais de 3.000 trabalhadores em todo o mundo sobre o APS.

As medidas essenciais para o sucesso da nossa Divisão é a nossa capacidade de reduzir os Activos de Terceiros (TPA) e Activos ponderados pelo risco (RWA), reduzindo as nossas perdas de negociação e crédito através de uma sólida gestão do risco e do crédito, bem como uma gestão eficiente da alienação de activos.

Durante 2009, fizemos um início promissor na redução de TPA. Os RWA mantiveram-se estáveis ao longo do ano. A redução de *monolines* e sociedades de produtos de derivados de crédito (CPDC) e o impacto da prociclicalidade – condições económicas mais graves podem aumentar a quantidade de capital que temos de atribuir a um empréstimo – compensaram parcialmente a nossa gestão activa e de eliminação de RWA.

As imparidades cresceram em relação a 2008, reflectindo a posição em que estamos no ciclo económico. No entanto, vimos o nível de imparidades em constante diminuição em três trimestres consecutivos até o final de 2009.

O nosso programa de alienações atingiu uma certa dinâmica em 2009. Concluímos com sucesso um certo número de vendas de activos durante o ano, incluindo as participações do RBS no Bank of China e Linea Directa, a venda ao ANZ dos negócios Retalho e Comercial e grossista em negócios não essenciais em seis países da Ásia, bem como a venda à Aberdeen Asset Management do nosso negócio de Gestão de Activos.

Embora o nosso foco seja na eliminação bem-sucedida de activos, o encerramento e a gestão responsável destes activos durante os próximos quatro anos serão fundamentais para a manutenção de seu valor, pendentes de eliminação ou saída. Isto requer um alto nível de focalização em desafios de *business-as-usual* num ambiente económico e de mercado difíceis, num contexto de um ambiente de regulamentação em rápida evolução.

A natureza dos activos colocados na Divisão Non-Core e APS cria uma concentração muito elevada de risco numa área grupo e a gestão deste risco associado é uma prioridade fundamental. O nosso risco fundamental é o risco de crédito resultante da maior probabilidade de incumprimento dos activos que estamos a gerir. Temos também um risco de execução significativo associado com a dimensão da reestruturação que estamos a empreender e a alienação de activos no ambiente prevalecente. Por fim, temos de gerir o elevado nível de risco operacional, que surge naturalmente quando as empresas estão a ser vendidas e pessoal enfrenta uma considerável incerteza sobre o seu futuro.

A participação no APS do Governo do Reino Unido forneceu ao RBS uma injecção de capital de £25,5 mil milhões e seguro de catástrofe para os activos com maior risco que detemos actualmente no nosso balanço, no caso de uma prolongada recessão económica. O progresso que fizemos em relação ao nosso plano estratégico, bem como as melhorias nos mercados financeiros e as perspectivas económicas, significa que não antecipamos recorrer ao APS. No entanto, este seguro dá-nos força financeira em caso de grande stress económico e de mercado e dá-nos a confiança de que precisamos para navegar nos próximos anos.

Em condições mais favoráveis, acordámos com o Governo do Reino Unido, em Novembro de 2009, que o RBS suportaria os primeiros £ 60 mil milhões de perdas e o Tesouro suportaria 90% das perdas a partir

daí. A taxa cobrada por este seguro será de £700 milhões para os três primeiros anos e, depois, £500 milhões anualmente. As novas condições permitem que o RBS saia do APS em qualquer altura, desde que cumpra os requisitos de adequação de fundos próprios e reembolse o Tesouro para qualquer diferença nas taxas devidas.

A Divisão Non-Core também foi responsável pelo estabelecimento do APS. A tarefa de estabelecimento do governo e controlos, formação e aprovisionamento de pessoal, a fim de aplicar o plano foi um feito excepcional. Estamos a dar formação a mais de 3.000 funcionários em todo o mundo.

Continuamos a trabalhar em estreita colaboração com o Tesouro e a recém-formada Asset Protection Agency no desenvolvimento da nossa abordagem à gestão diária dos activos APS e do governo adequado para garantir o cumprimento.

Dedicámos um milhão de horas de pessoas para cumprir o APS e as suas normas, identificando e definindo os quatro milhões de activos abrangidos, formando e equipando o nosso pessoal, e criando uma infra-estrutura robusta para a gestão destes activos.

Reestruturação Global do Grupo

A nossa Reestruturação Global do Grupo (GRG) é responsável pelo apoio aos nossos clientes através das reestruturação de negócios e financeira, quando eles estão a enfrentar dificuldades durante a actual recessão económica. Para satisfazer a crescente procura, a GRG tem aumentado significativamente os seus níveis de recursos, mais do que duplicando os níveis de pessoal durante o ano, em especial, na sua presença regional em todo o Reino Unido, e esta tendência deverá continuar em 2010.O seu principal objectivo é devolver aos nossos clientes uma boa saúde financeira e às divisões nucleares do RBS de onde eles são originários. Durante 2009, mais de 800 negócios de pequenas e médias empresas baseados no Reino Unido foram reestruturados para salvaguardar o futuro de milhares de empregos e a GRG está a agir quer como líder, quer como coordenador em cerca de 140 reestruturações a nível mundial.

Sustentabilidade Empresarial

A sustentabilidade está no centro do modo como pretendemos fazer negócios.

"Sustentabilidade não é apenas sobre as muitas responsabilidades e obrigações que temos como empresa, mas sobre questões específicas que precisamos de abordar para garantir que temos uma operação comercial saudável e respeitada de uma forma sustentável, em todos os sentidos da palavra. "

Philip Hampton, Presidente

Sustentabilidade Empresarial é o bordão que nós usamos para descrever nossos esforços para resolver uma série de questões que dizem respeito ao nosso impacto alargado na sociedade. Esta secção descreve os principais desenvolvimentos nesta importante área do nosso negócio em 2009, baseada em cinco temas principais:

- Fair banking
- Apoio a empresas
- Empenho dos trabalhadores
- Segurança e protecção
- Cidadania Global

Programa de empréstimos de microfinanciamento na Índia

O nosso programa de Assistência Técnica ampliou o alcance do Microfinanciamento a umas adicionais 114 mil famílias na Índia.

O que é a Sustentabilidade Empresarial e porque é que isso importa?

Sempre procurámos que o nosso negócio tivesse um impacto positivo na sociedade e apoiarmos as comunidades nas quais estamos presentes. As nossas dificuldades nos últimos significam que agora mais do que nunca é importante para nós demonstrar isto. Dado o investimento público no RBS, há um escrutínio considerável - compreensivelmente - ao modo como gerimos questões tais como tratar os clientes de forma justa, apoiar as empresas, perdas de postos de trabalho e o nosso impacto sobre o ambiente. Embora nós sejamos capazes de desenvolvermos, em muitos anos, um bom trabalho em áreas como a educação financeira, reconhecemos que há sempre mais que podemos fazer e que precisamos trabalhar muito para reconstruir a confiança no nosso negócio.

A nossa abordagem

Para aumentar o perfil da sustentabilidade no nosso negócio e melhorar a governação da nossa estratégia, criámos uma nova Comissão de Sustentabilidade Empresarial do Grupo, presidida por Sandy Crombie, e que tem representantes das nossas áreas principais de negócios. Reúne-se pelo menos duas vezes por ano e supervisiona a nossa abordagem à sustentabilidade em todo o Grupo.

Estamos a concentrar o nosso trabalho em cinco temas principais, que sabemos, a partir de consulta em curso, serem de particular importância para muitas das nossas partes interessadas.

Fair banking
Apoio a empresas
Empenho dos trabalhadores
Segurança e protecção
Cidadania global

Em primeiro lugar, e antes de mais, nós orientamos a acção sobre estes temas através do trabalho diário das nossas unidades de negócios, para garantir que estamos a operar numa base socialmente sustentável. Nas páginas seguintes, destacamos o que isso significa na prática, com uma selecção de exemplos para cada uma dos nossos cinco grandes temas de sustentabilidade.

No entanto, em algumas áreas, acreditamos que devemos ir além daquilo que podemos conseguir nas nossas unidades de negócios. Juntamente com as nossas actividades diárias, nós estabelecemos uma série de programas dedicados que apoiámos com recursos adicionais - ver página 47 para obter mais pormenores sobre nosso programa de Investimento na Comunidade.

Sustentabilidade na prática: exemplos do dia-a-dia através dos cinco principais temas

Fair banking

Estamos empenhados em desenvolver relacionamentos duradouros com os clientes. Existem quatro vertentes principais para fazer isso: práticas responsáveis de empréstimos, serviço ao cliente, educação financeira e inclusão financeira.

Práticas responsáveis de empréstimo

A concessão responsável de empréstimos continuou a ser uma prioridade principal para todas as partes interessadas durante 2009 e as questões-chave foram a disponibilidade e acessibilidade de crédito e apoio aos clientes em dificuldades financeiras.

• Em Julho 2009, alargámos voluntariamente o compromisso 30 Days Breathing Space do cartão de crédito a todos os empréstimos pessoais não garantidos e descobertos do NatWest e RBS, que disponibiliza tempo aos clientes que lutam com dificuldades para fazer seus pagamentos regulares para receberem aconselhamento financeiros e ponderarem as suas opções.

• Lançámos uma ferramenta exclusiva on-line que se destina a incentivar os clientes a economizar. Lançada em Dezembro 2009, a ferramenta permite que os clientes elaborem um plano de poupança para os seus objectivo específicos e mostra aos clientes os progressos realizados e se estão a economizar o suficiente.

• Fizemos uma série de reduções de encargos e comissões para empréstimos não combinados. A despesa por devolução de um cheque, débito directo ou ordem permanente foi reduzido para £5. A taxa para o pagamento de um item quando em descoberto foi reduzida a metade para £15 por dia.

Serviço ao Cliente

Ouvimos as opiniões dos nossos clientes e estamos a fazer mudanças significativas para garantir que os clientes são sempre colocados em primeiro lugar.

• Vamos lançar uma Carta do Cliente em 2010 que faz compromissos claros para com os nossos clientes sobre o modo como vamos lidar com eles para alcançarmos um "banco útil" e como vamos apoiar as comunidades que servimos.

• Em Agosto 2009, iniciámos um programa para substituir todos os cartões de débito Maestro, Solo e Laser com cartões de débito Visa. Os clientes estão a beneficiar de um nível mais elevado de protecção de compra.

Sabia que...

60%

Foi a percentagem de escolas secundárias do Reino Unido em que o nosso programa MoneySense for Schools esteve presente em 2009.

• Lançámos no Reino Unido a primeira aplicação bancária por telemóvel para iPhone pelo NatWest, RBS e Ulster Bank (Irlanda do Norte).Milhares de clientes já utilizam serviços bancários por telemóvel para verificar seu saldo directamente no seu telemóvel e este é o próximo passo para desenvolver este serviço.

Educação financeira

Compreender como os produtos financeiros e os serviços funcionam é uma competência importante para a vida de qualquer pessoa - queremos que todos tenham a confiança necessária para tomar as decisões financeiras correctas.

• O nosso programa premiado MoneySense foi alargado para garantir que todos tenham acesso a orientação financeira sólida e imparcial. Em 2009, o MoneySense for Schools esteve presente em quase 60% das escolas secundárias do Reino Unido.

• Lançámos o YouthBank MoneySense na Irlanda através de Ulster Bank, com um fundo de aprendizagem de €150.000, fornecido como parte da iniciativa.

• A Citizens Charitable Foundation forneceu, aproximadamente, $1 milhão para apoiar mais de 300 iniciativas de literacia financeira em todos os locais onde estamos presentes na América.

Inclusão financeira

Garantir que todos tenham acesso a serviços financeiros tem sido uma prioridade do RBS Group.

• Em 2009, várias comunidades foram afectadas por inundações sem precedentes e nós agimos de imediato e enviámos bancos móveis para que os clientes continuassem a ter acesso a serviços bancários.

• Anunciámos um fundo de empréstimo £5 milhões, autónomo, para apoiar os fornecedores do terceiro sector de crédito acessível para ajudar particular.

• Estamos a trabalhar com o Governo para concretizarmos o plano Saving Gateway, em 2010, que visa ajudar as pessoas com baixos rendimentos e benefícios a desenvolverem hábitos de poupança.

• Na Irlanda, alargámos a nossa oferta para os compradores de habitação pela primeira vez com uma parceira com a Habitat for Humanity.Este programa oferece aos clientes com necessidades de habitação a oportunidade começarem a ser proprietários de uma forma acessível.

Apoio a empresas

Isto abrange como ajudamos as empresas a começar, como apoiamos quem entra em dificuldades, o nosso investimento na empresa social e o nosso programa de Microfinanciamento.

• Em Novembro 2009, lançámos a Carta de Cliente para as pequenas e médias empresas, que se concentrou em quatro áreas principais: ajudar as empresas a começar e desenvolver, proporcionar acesso ao financiamento, equidade e transparência no preçário, transparência quando se tomam decisões de empréstimos.

• Através da Coutts Wealth Management, temos uma das maiores redes de empreendedores de sucesso no Reino Unido e, em 2009, a Coutts lançou um programa de apoio a clientes que queriam envolver-se mais e ter um impacto significativo no sector das empresas sociais.

• Em 2009, 46 funcionários do RBS Group prestaram um apoio directo a jovens empreendedores em toda a Escócia, quer como voluntários Panel Members ou Aftercare Advisers com o Prince's Scottish Youth Business Trust.

• O programa de empréstimos de microfinanciamento na India continua de vento em popa.Alargamento do acesso financeiro a mais de dois milhões de famílias em áreas rurais dependendo de robustas e credíveis Instituições de Microfinanças (MFI), como rede de distribuição.

Empenho dos trabalhadores

O empenho dos nossos trabalhadores depende de darmos ao nosso pessoal um ambiente de trabalho que o encoraja a fazer aquele esforço extra pelos nossos clientes. É influenciado pela forma como contratamos, motivamos e apoiamos o nosso pessoal, com ênfase em questões como a diversidade, formação e remuneração.

• A remuneração é uma das questões mais difíceis que o RBS enfrenta actualmente, e uma que tem um impacto significativo no empenho dos trabalhadores. Em resposta a ela, revimos o nosso quadro de remunerações. Para mais informações sobre este assunto, consultar a carta do Presidente da Comissão de Remunerações.

Sabia que...

2,5 milhões

O número de clientes que descarregaram o Rapport, um pacote de software de prevenção de fraudes que introduzimos em 2009, gratuitamente.

• Continuamos a conseguir uma forte taxa de resposta ao nosso Inquérito de Opinião aos Empregados anual (87% em Setembro 2009), e utilizamos os resultados para identificar onde é que precisamos de investir mais tempo e energia para criar uma experiência laboral positiva. Embora os nossos resultados 2009 tenham demonstrado a resiliência de nossos trabalhadores em áreas como foco no cliente e eficiência, as respostas em torno da segurança e empenho diminuíram. Respondemos a isto lançando uma série de iniciativas para envolver e desenvolver a nossa equipa em todo o Grupo.

• Para melhorar as oportunidades de todos os grupos de trabalhadores, foi lançado um programa de diversidade e inclusão do Grupo para conseguir um desempenho líder no sector. O programa é apoiado e activado pelas nossas redes internas, Focussed Women Network e Rainbow, os quais visam ambos inspirar, liderar, treinar, motivar e criar oportunidades para satisfazer as potencialidades dos trabalhadores.

• Para permitir que os quadros superiores do Grupo compreendam, executem e mantenham o plano estratégico de negócios, foi lançado um novo Programa de Desenvolvimento de Liderança. Além disso, lançámos o produto Harvard Business Publishing Online em todo o Grupo, adaptada para o uso de todos os trabalhadores.

Segurança e protecção

Estamos empenhados em tornar as operações bancárias mais seguras e o nosso investimento em curso em matéria de novas medidas de segurança e tecnologias trabalha continuamente para atingir esse objectivo. Também asseguramos que um ambiente seguro e protegido seja fornecido pelo nosso pessoal.

• Para melhorar a segurança on-line dos nossos clientes, lançámos um pacote de software de prevenção de fraude gratuitamente para todos os que fazem operações bancárias on-line com o RBS ou NatWest. Desde Janeiro 2009, Rapport foi descarregado por mais de 2,5 milhões de clientes.

• Em 2009, apresentámos uma brochura "Safer Banking" nos balcões de todo o Reino Unido, indicando os possíveis riscos de crime financeiro, bem como tácticas de prevenção da fraude.

• Os clientes também podem subscrever alertas SMS em tempo real em relação depósitos de clientes e contas de cartão de crédito, permitindo que os clientes controlem as suas transacções dos cartões de débito e crédito.

• Aumentámos os controlos que protegem as informações do cliente através da conclusão de uma revisão de garantia global de mais de 800 dos nossos terceiros de alto risco em 2009, tomando acções para gerir os riscos identificados.

• Garantir a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores é fundamental para nosso negócio. Em 2009, actualizámos a política standard de Segurança e Saúde do Grupo para reflectir o nosso compromisso com a segurança e a saúde do nosso pessoal em todos os países em que operamos.

Cidadania global

Cidadania global significa assumir responsabilidade pela forma como gerimos o nosso impacto económico, social e ambiental mais amplo na sociedade. A sustentabilidade ambiental e concessão responsável de empréstimos são elementos fundamentais para isto.

Sustentabilidade ambiental

A transição para uma sociedade de baixo carbono já começou e nós levamos a sério o nosso papel no apoio a essa transição. Nós definimos a nossa estratégia ambiental através do Grupo de Trabalho de Ambiente liderado pelo Executivo, que tem representantes de todas as Divisões relevantes e relatórios para a Comissão de Sustentabilidade do Grupo.

• Temos desenvolvido uma forte focalização na prestação de serviços financeiros para clientes e projectos que operam no sector das energias renováveis e eficiência energética. No final de 2009, fomos confirmados como um dos três bancos do Reino Unido que vão participar em programa do Banco Europeu de Investimento para conceder empréstimos a projectos eólicos on-shore.

• No final de 2009, assinámos o Comunicado de Copenhaga, uma declaração colectiva de empresas que pediu um acordo entre os países que lhes desse a confiança necessária para investir em soluções para as alterações climáticas.

• Continuamos o nosso trabalho para reduzir os impactos de nossas próprias operações, abrangendo o consumo de energia, emissões de CO2, viagem, uso de água e papel. No Reino Unido e da Irlanda, adquirimos 92% da nossa energia contratada a partir de fontes renováveis e nosso papel de escritório padrão tem 80% de conteúdo reciclado.

• Mantivemos um forte desempenho dos índices externos que medem o desempenho de sustentabilidade e em 2009 obtivemos 77% no Carbon Disclosure Project e fomos incluídos no Índice de Sustentabilidade Dow Jones, com uma pontuação de 76%.

Sabia que...

2.500

O número de empregados envolvidos pela Fairbridge, uma instituição de beneficência que trabalha com jovens em algumas das zonas mais desfavorecidas do Reino Unido.

Concessão responsável de empréstimos

Prestamos serviços financeiros a várias grandes empresas globais que têm operações em áreas com um elevado potencial de riscos ambientais e sociais. Apenas prestamos serviços para aqueles cujas operações que cumprem todos os requisitos e normas legais estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes e em conformidade com as nossas próprias orientações sobre riscos ambiental, social e ético (ASE).

No final de 2009, iniciámos um processo de revisão das políticas e procedimentos que aplicamos às nossas decisões de concessão de empréstimos em relação às questões de riscos ASE. Essas políticas visam sectores de maior risco em que o banco realiza negócios, tais como petróleo e gás e mineração e metais. O Quadro de Política de Riscos ASE irá reforçar ainda mais o processo de assegurar que estas questões são levadas em consideração nas decisões concessão de empréstimos e de fornecimento de crédito.

Investimento na Comunidade

Ajudar a reconstruir a nossa reputação

O papel do Investimento na Comunidade é realizar programas que ajudem a reconstruir a reputação do Grupo, como uma empresa responsável, que tem um impacto sustentável nas comunidades em que operamos. Para garantir que fazemos os nossos investimentos na comunidade tão eficaz quanto possível,

concentramos os nossos recursos num pequeno número de programas estratégicos importantes. Estes programas centram-se em torno de questões que são importantes para os nossos negócios e importante para a nossa reputação. Eles complementam as actividades do dia-a-dia dos nossos negócios, mas permite que o Grupo vá mais longe em questões-chave, onde acreditamos que temos um papel e uma responsabilidade em fazê-lo. Ao direccionar recursos adicionais através destes programas, podemos fazer uma grande diferença para as comunidades em que operamos.

Os nossos programas de Investimento na Comunidade do Grupo relacionam-se em geral com a educação financeira, apoia a empresas e Microfinanciamento e os esforços de beneficência dos nossos trabalhadores. Além destes programas centrais, gerimos um vasto leque de outras actividades de investimento nas comunidades nos nossos negócios. Ao todo, investimos mais de £63 milhões por ano nas comunidades que servimos.

MoneySense

A educação financeira é uma questão fundamental no nosso tema de Fair Banking. O objectivo do MoneySense é aumentar a aptidão financeira e inclusão financeira. A parte central deste programa é o MoneySense for Schools, onde os trabalhadores do RBS ministram aulas nas escolas secundárias destinadas a ajudar os jovens a gerir o seu dinheiro; nós fornecemos recursos para que os professores façam o mesmo. Em 2009, mais de 700 trabalhadores do RBS dão aulas MoneySense e mais de um terço de um milhão de alunos foram abrangidos pelo programa. MoneySense for Adults oferece orientação imparcial sobre gestão do dinheiro através de nossos sítio Web MoneySense, que recebem mais de 60.000 visitantes por mês. Temos também uma série de parcerias com organizações do terceiro sector, onde nós podemos focalizar o apoio a grupos vulneráveis, por exemplo, o apoio às famílias monoparentais através de Gingerbread.

Apoio a empresas e Microfinanciamento

Estamos actualmente a construir um novo programa de Investimento na Comunidade no âmbito do tema de Apoio à Empresa que irá melhorar significativamente o nosso apoio às pequenas empresas para além de nossas actividades bancárias tradicionais. Por exemplo, no Reino Unido, nós somos um Platinum Patron of The Prince's Trust. O nosso apoio está concentrado no Business Programme do Trust, que ajuda os jovens oriundos de meios desfavorecidos para explorar as suas ideias de negócio e fornece acesso a aconselhamento, financiamento de empréstimo e apoio de um mentor de negócios, incluindo trabalhadores nossos, quando iniciam uma empresa. O Business Programme já ajudou mais de 70 mil jovens desde sua criação. Na Índia, a nossa RBS Foundation funciona em parceria com terceiros para prestar assistência técnica às novas instituições de microfinanciamento em zonas mal servidas e promover novas oportunidades económicas para as comunidades vulneráveis. Os 48 projectos até à data ajudaram mais de 178 mil famílias pobres na Índia.

Os esforços de beneficência dos nossos trabalhadores

Sob o tema Empenho dos Trabalhadores, apoiamos os esforços de beneficência dos nossos colegas. Fazemos isso de três formas. Primeiro, nós identificamos as doações que fazem para beneficência através dos seus salários. Em segundo lugar, fazer doações em dinheiro para as causas a que eles dão o seu tempo, quer como voluntários ou angariadores de fundos. Ao orientar os nossos recursos deste modo, apoiamos cerca de 3.800 instituições de beneficência e boas causas em todo o mundo. Terceiro, executamos um programa de voluntariado de trabalhadores considerável, onde incentivamos os trabalhadores a participar em oportunidades de formação de equipa durante o tempo de trabalho, em parceria com uma série de instituições de beneficência. Por exemplo, ao longo dos últimos cinco anos, a nossa parceria com Fairbridge, uma instituição de beneficência que trabalha com jovens em algumas das zonas mais desfavorecidas do Reino Unido, tem mobilizado mais de 2.500 trabalhadores do RBS. No total, mais de 50.000 de trabalhadores do RBS contribuem com as suas competências, tempo e dinheiro para fazerem a diferença nas comunidades onde operamos. O Grupo apoia estes esforços financeiramente e dando aos trabalhadores quase 155 mil horas vagas para voluntariado por ano.

Relatório e contas

Análise por actividade
Índice

50 Apresentação da informação
52 Declarações relativas ao futuro
53 Descrição da actividade
54 Concorrência
55 Factores de risco
72 Destaques financeiros
73 Resumo da demonstração de resultados consolidada
76 Análise dos resultados
86 Divisional performance

108 Balanço consolidado

111 Fluxo de caixa

112 Recursos de capital

113 Reconciliações das demonstrações de resultados e balanços pró-forma para oficiais

117 Gestão de risco, capital e liquidez

Apresentação da informação

No Relatório e Contas, e salvo especificado de outro modo, o termo "empresa" significa The Royal Bank of Scotland Grupo plc, "RBS" ou o "Grupo" significa a empresa e as suas subsidiárias, "the Royal Bank" significa The Royal Bank of Scotland plc e "NatWest" significa o National Westminster Bank Plc.

A empresa publica as suas publicações financeiras em libras esterlinas ("£" ou "esterlino"). As abreviaturas "£m" e "£mm" representam milhões e milhares de milhões de libras esterlinas, respectivamente, e as referências a "pence" representam os *pence* do Reino Unido (RU). A referência a "dólares" ou "$" são os dólares dos Estados Unidos da América (EUA). As abreviaturas "$m" e "$mm" representam milhões e milhares de milhões de dólares, respectivamente, e as referências a "cents" representam os cêntimos dos EUA. A abreviatura "€" representa o "euro", a moeda única europeia, e as abreviaturas "€m" e "€mm" representam milhões e milhares de milhões de euros, respectivamente.

Certas informações neste relatório são apresentadas separadamente para as actividades nacionais e estrangeiras. As actividades nacionais consistem principalmente nas transacções nacionais do Grupo no Reino Unido. As actividades estrangeiras compreendem as transacções realizadas pelo Grupo através de sucursais especificamente organizadas no Reino Unido para transacções de serviços bancários internacionais e transacções realizadas fora do RU.

A análise geográfica na média do balanço e das taxas de juro, as alterações da margem financeira e taxas de juros médias, os rendimentos, *spreads* e margens neste relatório foram compilados com base na localização do estabelecimento – Reino Unido e estrangeiro. A administração acredita que esta apresentação fornece informações mais úteis sobre os rendimentos, *spreads* e margens das actividades do Grupo do que a que seria fornecida pela apresentação com base na análise das actividades nacionais e estrangeiras utilizada noutras partes deste relatório, dado reflectir mais aproximadamente a base na qual o Grupo é gerido. 'RU' neste contexto inclui as transacções a nível nacional e as realizadas através dos estabelecimentos do RU que processam transacções bancárias internacionais

Os resultados, o activo e o passivo de cada unidade de negócios são classificados como de negociação ou não negociação com base na sua actividade predominante. Embora este método possa dar origem a que alguma actividade de não negociação seja classificada como de negociação e vice-versa, o Grupo acredita que qualquer classificação incorrecta daí resultante não é relevante

Normas Internacionais de Relato Financeiro

Conforme exigido pela Lei das Sociedades 2006 e o Artigo 4.º do Regulamento NIC da União Europeia (n.º 1606/2002), as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relato Financeiro) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações dadas pela International Financial Reporting Interpretations Committee do IASB (conjuntamente IFRS) adoptadas pela União Europeia. Também estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo IASB.

Aquisição do ABN AMRO

Em 17 de Outubro de 2007, a RFS Holdings B.V. (RFS Holdings), uma empresa detida conjuntamente pelo RBS, Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. (Fortis) e Banco Santander S.A. (Santander) (em conjunto, os "membros do consórcio") e controlada pelo RBS, concluíram a aquisição do ABN AMRO Holding N.V. (ABN AMRO)

Em 3 de Outubro de 2008, o Estado da Holanda adquiriu o Fortis Bank Nederland (Holding) N.V., incluindo a participação do Fortis na RFS Holdings que representa as actividades adquiridas do ABN AMRO e a sua participação nas actividades de seguros holandesas.

A RFS Holdings está a implementar uma separação metódica das unidades de negócios do ABN AMRO, com o RBS a manter as seguintes unidades de negócio do ABN AMRO:

- Negócios continuados da Unidade de Negócios América do Norte;
- Unidade de Negócios Clientes Globais e clientes grossistas na Holanda (incluindo os antigos clientes grossistas holandeses) e América Latina (excluindo Brasil);
- Unidade de Negócios Ásia (excluindo o Saudi Hollandi); e
- Unidade de Negócios Europa (excluindo o Antonveneta).

Há alguns outros activos que continuarão a ser partilhados pelos membros do consórcio.

Em preparação para a alienação dos negócios do ABN AMRO a serem adquiridos pelo Estado Holandês, em 6 de Fevereiro de 2010, estes negócios foram legalmente cindidos dos negócios adquiridos pelo RBS. Em resultado disso, há agora dois bancos separados dentro da ABN AMRO Holding N.V.: The Royal Bank of Scotland N.V. e a nova entidade chamada ABN AMRO Bank N.V., ambas licenciadas em separado pelo Banco Central holandês. Ambos os bancos continuam a ser governados pela actuais conselhos de administração e fiscal do ABN AMRO Holding N.V. até à separação jurídica do novo ABN AMRO Bank N.V. da ABN AMRO Holding N.V..

Resultados *pró-forma*

Os resultados pró-forma foram elaborados para incluir apenas aquelas unidades de negócios do ABN AMRO que serão conservados pela RBS. A análise financeira e o desempenho por divisão na Análise por actividade incluem os resultados pró-forma. As bases para a elaboração dos resultados *pró-forma* são pormenorizadas na página 113.

Dados os abatimentos significativos do goodwill e outros activos intangíveis em 2008 e de modo a providenciar uma base de comparação do desempenho subjacente, estes abatimentos e outros itens únicos são mostrados separadamente na demonstração de resultados pró-forma.

Resultados oficiais

A RFS Holdings é detida conjuntamente pelos membros do consórcio. É controlada pela empresa e, portanto, totalmente consolidada nas suas demonstrações financeiras. Por conseguinte, os resultados oficiais do Grupo incluem os resultados do ABN AMRO. As participações do Fortis, e do seu sucessor o Estado da Holanda, e do Santander na RFS Holdings estão incluídas em interesses minoritários.

Reexpressões

Os resultados por divisões para 2008 foram reexpressos para reflectir a nova estrutura de organização do Grupo que inclui a divisão Non-Core, incluindo activos, carteiras e linhas de negócios individuais que o Grupo pretende eliminar ou alienar. A divisão Non-Core é relatada em separado das divisões que foram os negócios essenciais do Grupo. Além disso, o relato separado dos resultados do Business Services (ex-Group Manufacturing) e Centre foi alterado e, com excepção de alguns itens de natureza isolada e única, os custos incorridos são agora alocados às divisões que atendem os clientes e incluídos nas mensurações dos retornos que elas geram. As alterações não afectam os resultados do Grupo. As comparações foram reexpressas em conformidade.

IAS 1 (Revisão 2007) “Apresentação de Demonstrações Financeiras” exigiu que o Grupo apresentasse um terceiro balanço (31 de Dezembro de 2007) como resultado da reexpressão da demonstração de resultados do Grupo, no seguimento da implementação da IFRS 2 (ver abaixo). Um quarto balanço (31 de Dezembro de 2006) não foi apresentado, pois não há impacto significativo nesse período.

Os resultados pró-forma e oficiais para 2008 foram reexpressos segundo a emenda à IFRS 2 “Pagamento com bases emAcções”. Isto resultou num aumento nos custos com pessoal que se eleva £169 milhões para 2008, sem efeito relevante nos períodos anteriores.

Glossário

Um glossário dos termos é pormenorizado nas páginas 383 a 387.

Declarações relativas ao futuro

Certas partes deste documento contém "declarações relativas ao futuro", conforme este termo é definido pelo United States Private Securities Litigation Reform Act de 1995, nomeadamente declarações que incluem palavras como "esperamos", "estimamos", "projectamos", "prevemos", "acreditamos", "devemos", "pretendemos", "plano", "probabilidade", "risco", "valor em risco" ("VaR")', "alvo", "meta", "objectivo", "irá", "esforçar-se", "observa", "optimista", "perspectiva" e expressões ou variações similares dessas expressões, incluindo, de forma não exaustiva, as partes como "Mensagem do Presidente" e "Análise do *Group Chief Executive*".

Em particular, este documento inclui declarações relativas ao futuro, referentes, de forma não exaustiva, aos planos de reestruturação do Grupo, capitalização, carteiras, rácios de capital, risco de liquidez, activos ponderados pelo risco, rentabilidade dos capitais próprios, rácio de custo/proveitos, rácios de alavancagem e empréstimos/depósitos, financiamento e perfil de risco; o desempenho financeiro futuro do Grupo; o nível e extensão das imparidades e *write-downs* futuros; a protecção garantida pelo APS; e as exposições potenciais do Grupo a vários tipos de risco de mercado, como o risco das taxas de juro, o risco das taxas de câmbio e o risco do preço das matérias-primas risco de preço de acções. Essas declarações estão sujeitas a riscos e incertezas. Por exemplo, certas divulgações dos riscos de mercado dependem de opções em termos das principais características e pressupostos do modelo e estão sujeitas a várias limitações. Pela sua natureza, algumas divulgações de riscos de mercado são apenas estimativas e, como tal, os ganhos e perdas futuros reais podem diferir materialmente daqueles que foram estimados.

Outros factores que podem causar divergência material dos resultados efectivos relativamente aos estimados pelas declarações relativas ao futuro contidas neste documento incluem, de forma não exaustiva: condições económicas gerais no Reino Unido e noutros países em que o Grupo exerce actividades comerciais ou investimentos significativos, incluindo os Estados Unidos; desenvolvimentos na crise actual nos mercados financeiros mundiais e o seu impacto na indústria financeira em geral e no Grupo em particular; a total nacionalização do Grupo ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária 2009; as políticas monetárias e de taxas de juro praticadas pelo Banco da Inglaterra, o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e outros bancos centrais do G-7; inflação; deflação; turbulência imprevista nos mercados de juros; taxas de câmbio de divisas estrangeiras; preços de matérias-primas e preços das acções; alterações das leis, regulamentos e impostos no Reino Unido ou estrangeiro; uma mudança no governo do Reino Unido ou alterações nas políticas do governo do Reino Unido; alterações nas notações de risco de crédito do Grupo; participação do Grupo no APS e o feito desse Programa na posição financeira e de capital do Grupo; a conversão das Acções B de acordo com as suas condições; a capacidade em aceder a acordos de capital contingente com o Tesouro britânico; limites, ou requisitos adicionais, sobre a actividade do Grupo como resultado do investimento do Tesouro britânico no Grupo; alterações nos ambientes de concorrência e preços; a estabilidade financeira de outras instituições financeiras, e contrapartes e mutuários do Grupo; o valor e eficácia de qualquer protecção de crédito comprado pelo Grupo; a extensão dos *write-downs* e encargos de imparidades causadas pela avaliação de activos em depressão; a capacidade de obter benefícios de rendimentos e poupanças de custos provenientes da integração de certos negócios e activos do ABN AMRO; desastres naturais e outros; a incapacidade de cobertura económica de certos riscos; a capacidade de aceder ao financiamento suficiente para satisfazer as necessidades de liquidez; a capacidade de concluir as reestruturações em devido tempo ou, em qualquer caso, incluindo a alienação de certos activos não essenciais e os necessários activos e negócios como parte da aprovação da Comissão Europeia das ajudas governamentais; a adequação das reservas para perdas; aquisições e reestruturações; alterações tecnológicas; alterações dos padrões de consumo e hábitos de poupança; e o sucesso do Grupo na gestão dos riscos envolvidos nas operações acima indicadas.

As declarações relativas ao futuro contidas neste documento são válidas apenas na data do presente relatório e o Grupo não se compromete a actualizar qualquer declaração relativa ao futuro de modo a reflectir acontecimentos ou circunstâncias após a data do presente documento ou a reflectir a ocorrência de acontecimentos imprevistos.

Para um maior esclarecimento de certos riscos enfrentados pelo Grupo, ver Factores de Risco nas páginas 55 a 71.

Análise por actividade

Descrição da actividade

Introdução

The Royal Bank of Scotland Group plc é a empresa holding de um dos maiores grupos mundiais de serviços bancários e financeiros. Com sede em Edimburgo, o Grupo opera no Reino Unido, Estados Unidos e internacionalmente através das suas duas principais subsidiárias, o Royal Bank e o NatWest. Tanto o Royal Bank como o NatWest são bancos de compensação importantes do Reino Unido cujas origens remontam há 275 anos. Nos Estados Unidos, a subsidiária do Grupo, o Citizens, é uma grande organização bancária comercial. O Grupo possui uma base de clientes vasta e diversificada e fornece uma ampla gama de produtos e serviços a clientes particulares, comerciais, grandes empresas e institucionais em mais de 50 países.

No seguimento de uma oferta em Dezembro 2008 e em Abril 2009, o Tesouro britânico (HM Treasury) detém, actualmente, aproximadamente 70,3% do capital de acções ordinárias aumentado da empresa.

Em Dezembro 2009, a empresa emitiu £25.5 mil milhões de novo capital para o Tesouro britânico. Este novo capital tomou a forma de acções B, que não têm, geralmente, direitos de voto nas assembleias-gerais ordinárias de accionistas, mas são convertíveis em acções ordinárias e são elegíveis como capital Core Tier 1.

No seguimento da emissão das acções B, a participação do Tesouro britânico em acções ordinárias da empresa manteve-se em 70,3%, embora o seu interesse económico tenha subido para 84,4%.

O Tesouro britânico concordou em não converter as suas acções B em acções ordinárias na medida em que a sua participação em acções ordinárias no seguimento da conversão representaria mais de 75% do capital de acções ordinárias emitidas da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo possuía um activo total de £1.696,5 mil milhões de libras e um capital próprio de £77,7 mil milhões. Os rácios de capital, que incluem uma participação de interesse minoritário do Estado Holandês e Santander no ABN AMRO, eram um rácio de capital total de 16,1%, um rácio de capital Core Tier 1 de 11,0% e um rácio de capital de Tier 1 de 14,1%, em 31 de Dezembro de 2009.

Estrutura da organização e resumo da actividade

No seguimento de uma análise estratégica global, foram feitas alterações aos segmentos operacionais do Grupo em 2009. Foi criada uma divisão Non-Core, incluindo aquelas linhas de negócio, carteiras e activos individuais que o Grupo pretende eliminar ou vender. Além disso, Business Services (ex-Group Manufacturing) deixa de ser relatada como uma divisão separada e os seus custos são agora alocados às divisões que atendem os clientes, juntamente com certos outros custos centrais. UK Retail & Commercial Banking foi dividida em três segmentos (UK Retail, UK Corporate e Wealth). Ulster Bank tornou-se um segmento específico. Os restantes elementos do Europe & Middle East Retail & Commercial Banking, Asia Retail & Commercial Banking e Share de activos partilhados são parte de Non-Core. A medição do segmento é agora Resultado operacional antes de impostos difere de Contribuição utilizado previamente; exclui certos itens pouco frequentes e o interesse minoritário de RFS Holdings, que não é um segmento operacional do Grupo. Os dados comparativos foram reexpressos em conformidade.

UK Retail oferece um gama global de produtos bancários e serviços financeiros relacionados ao mercado de particulares. Serve clientes através das redes de balcões do RBS and NatWest e ATM no Reino Unido e também através de canais de telefone e internet.

UK Corporate é um dos principais prestadores de serviços bancários, financeiros e de risco para o sector de grandes empresas e PME no Reino Unido. Oferce uma gama de produtos bancários e serviços financeiros relacionados através de uma rede nacional de gestores de relações e também, através, dos canais por telefone e internet. O gama de produtos iinclui o financiamento de activos através da marca Lombard.

Wealth presta serviços de banc privada e de investimento no Reino Unido através da Coutts & Co e Adam & Company, banca offshore através de RBS International, NatWest Offshore e Isle of Man Bank, e banca privada internacional através da RBS Coutts.

Global Banking & Markets é um importante parceiro bancário de grandes empresas e instituições financeiras de todo o mundo, prestando aos seus clientes uma extensa gama de serviços de financiamento de dívidas e capital próprio, gestão de riscos e investimentos. A divisão foi organizada em seis linhas de negócios principais: mercados monetários, *flow trading* de taxas, divisas e matérias-primas, acções, mercados de crédito e gestão de carteira e originação.

Global Transaction Services classifica-se entre os cinco maiores fornecedores de transacções globais, oferecendo serviços de pagamentos globais, gestão de tesouraria e liquidez, bem como *trade finance* e produtos e serviços de cartões. Inclui as actividades de transferência de dinheiro do Reino Unido e Estados Unidos, bem como Global Merchant Services, o negócio do Reino Unido e internacionais do Grupo para os serviços de aquisições comerciais.

Ulster Bank é o banco líder de retalho e comercial na Irlanda do Norte e e o maior grupo bancário na ilha da Irlanda. Fornece uma larga gama de serviços financeiros tanto pela sua divisão de Retail Markets, que tem uma rede de balcões e opera nos sectores de particulares e *bancassurance*, como pela divisão Corporate Markets que fornece serviços aos clientes comerciais PME, grandes empresas e mercados institucionais.

US Retail & Commercial Banking presta serviços financeiros, principalmente, através das marcas Citizens e Charter One. US Retail & Commercial Banking está envolvido nas actividades de banca de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 12 estados dos Estados Unidos e através de sucursais sem balcões em outros estados. Está entre os cinco maiores bancos da Nova Inglaterra.

RBS Insurance vende e subscreve seguros de retalho e PME por telefone e Internet, bem como através de corretores e parcerias. As suas marcas incluem Direct Line, Churchill e Privilege, que vendem produtos de seguro gerais directamente ao cliente, bem como Green Flag e NIG. Através da sua divisão internacional, a RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, na Alemanha e Itália. A divisão Intermediary and Broker vende produtos de seguro gerais através de corretores independentes.

Business Services (ex-Group Manufacturing) inclui as operações de produção do Grupo a nível mundial. Ela apoia os negócios com contacto directo com o cliente e oferece tecnologia operacional, apoio aos clientes por telefone, gestão de contas, crédito e transferências de dinheiro, compras globais, imobiliário e outros serviços. Ela cria óptimas eficiências e apoia o crescimento dos proveitos através de múltiplas marcas e canais, utilizando uma única plataforma escalável e processos comuns sempre que possível. Também aumenta o poder de compra do Grupo e tornou-se o centro de excelência para gerir mudanças de larga escala e complexas.

Central Functions inclui as funções de grupo e empresariais, tais como tesouraria, financiamento, gestão de riscos, departamento jurídico, comunicações e recursos humanos. Gere as necessidades de capital do Grupo e os projectos de regulamentação a nível do Grupo e presta serviços divisões operacionais.

Divisão Non-Core gere em separado activos que o Grupo pretende liquidar ou alienar. A divisão contém uma gama de negócios e carteiras de activos, principalmente da divisão GBM, incluindo a RBS Sempra Commodities, associada com a negociação por conta própria, carteiras de activos com perfil de risco mais elevado, incluindo concentrações de excesso de risco e outras carteiras ilíquidas. Também inclui várias outras carteiras e negócios, incluindo negócios de mercados regionais que o Grupo chegou à conclusão que deixaram de ser estratégicos.

Desinvestimentos de negócios

Para cumprir com os requisitos da CE sobre as ajudas governamentais, o Grupo acordou uma série de medidas de reestruturação, a serem implementadas num período de quatro anos. Isto irá complementar as medidas no plano estratégico anteriormente anunciado pelo Grupo. Entre elas, encontram-se o total desinvestimento na RBS Insurance, Global Merchant Services e RBS Sempra Commodities, bem como desinvestimento no negócio baseado em balcões RBS em Inglaterra e País de Gales e dos balcões NatWest na Escócia, juntamente com os clientes Direct SME em todo o Reino Unido.

Concorrência

O Grupo enfrenta uma forte concorrência em todos os mercados que serve. No entanto, a crise bancária global reduziu quer a capacidade, quer o apetite de empréstimo de muitas instituições e resultou no abandono ou desaparecimento de vários participantes do mercado e uma consolidação significativa de concorrentes, especialmente nos EUA e Reino Unido. A concorrência para os depósitos de retalho intensificou-se significativamente, pois as instituições reorientaram as estratégias de financiamento no seguimento das dificuldades experimentadas nos mercados monetários por grosso desde o final de 2007.

A concorrência pelos clientes empresariais e institucionais no Reino Unido vem dos bancos britânicos e de grandes instituições financeiras estrangeiras que também estão activos e oferecem capacidades bancárias de investimento e comerciais combinadas. No financiamento de activos, o Grupo compete com bancos e fornecedores de financiamento de activos especializados, tanto cativos como não cativos. Nos mercados bancários de grandes empresas e institucional europeus e asiáticos, o Grupo compete com os grandes bancos domésticos que estão activos nestes mercados e com os grandes bancos internacionais.

No mercado bancário das pequenas empresas, o Grupo compete com outros bancos de compensação do Reino Unido, fornecedores de financiamento especializados e sociedades de crédito para habitação.

No segmento da banca particular, o Grupo compete com bancos do Reino Unido e sociedades de crédito para habitação, grandes companhias de seguros de retalho e vida. No mercado hipotecário, o Grupo compete com os bancos e sociedade de crédito para habitação do Reino Unido. Vários concorrentes abandonaram ou reduziram os seus créditos nos mercados hipotecários e sem garantias. Os negócios de seguro de vida do Grupo concorrem com Consultores Financeiros Independentes e companhias de seguros vida.

No mercado de cartões de crédito no Reino Unido actuam grandes retalhistas e emitentes de cartões especializados, incluindo grandes operadores dos EUA, para além dos bancos do Reino Unido. Para além dos canais de distribuição físicos, os fornecedores competem através da actividade de marketing directo e a Internet.

Na gestão de fortunas, The Royal Bank of Scotland International compete com outros bancos do Reino Unido e internacionais, para oferecer serviços bancários *offshore*. O Coutts e Adam & Company competem com bancos privados com bancos de compensação e privados do Reino Unido e com bancos privados internacionais. A concorrência nas actividades de gestão de fortunas intensificou-se à medida que os bancos aumentavam o seu enfoque na concorrência pelos clientes abastados e com elevada situação líquida.

RBS Insurance compete nos seguros particulares e, até certo ponto, nos seguros comerciais. Há uma forte concorrência vinda de uma série de companhias de seguros que agora operam actividades de vendas directas por telefone e Internet. A concorrência no mercado de seguros automóvel no Reino Unido continua especialmente intensa e a comparação de preços nos sites Internet passou a ter agora um papel importante no mercado. O RBS Insurance também compete com seguradoras locais nos mercados de seguros directos do ramo automóvel em Itália e Alemanha.

Na Irlanda, o Ulster Bank compete na banca de retalho e comercial com os maiores bancos e sociedade de crédito para habitação irlandeses e com outros bancos e sociedades de crédito para habitação britânicos e internacionais que estão activos no mercado.

Nos Estados Unidos, o Citizens compete nos mercados bancários de retalho e *mid-corporate* da Nova Inglaterra, Mid-Atlantic e Mid West com bancos e outras instituições financeiras locais e regionais. O Grupo também compete nos EUA nos mercados de crédito às grandes empresas e de financiamento especializado e em actividades de negociação e vendas de rendimento fixo. A concorrência vem principalmente dos grandes bancos comerciais e de investimento dos EUA e de bancos internacionais activos nos EUA.

Factores de risco

A seguir, descrevem-se alguns factores de risco que podem afectar os resultados futuros do Grupo e torná-los materialmente diferentes dos resultados esperados. Os resultados do Grupo também são afectados pela concorrência e outros factores. Os factores discutidos neste relatório não devem ser vistos como uma exposição completa e abrangente de todos os potenciais riscos e incertezas.

Riscos relacionados com a empresa

A empresa e as suas subsidiárias bancárias do Reino Unido podem enfrentar o risco de uma nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária.

Segundo o disposto pela Lei Bancária, foram concedidos poderes substanciais às Autoridades, como parte do Regime de Resolução Especial para estabilizar os bancos que estão em dificuldades financeiras (SRR). O SRR confere poderes ao Banco de Inglaterra: (i) transferência para o sector privado, no todo ou em parte, o negócio de uma instituição constituída no Reino Unido com permissão para aceitar depósitos de acordo com a Parte IV da Lei dos Serviços e Mercados Financeiros 2000 (FSMA) (uma "entidade relevante"); (ii) transferência, no todo ou em parte, do negócio da entidade relevante para um “banco ponte” estabelecido pelo Banco de Inglaterra; e também confere poder ao Tesouro britânico para transferir para propriedade pública temporária (nacionalização) a entidade relevante ou a sua empresa holding constituída no Reino Unido. A Lei bancária também estabelece dois novos procedimentos de insolvência e administração para entidades relevantes.

A finalidade das opções de estabilização é resolver as situações em que todo ou parte do negócio de uma entidade relevante encontrou, ou irá provavelmente encontrar, dificuldades financeiras. Por conseguinte, as opções de estabilização apenas podem ser exercidas se a FSA estiver convencida de que uma (i) uma entidade relevante, tal como as subsidiárias bancárias da empresa constituída no Reino Unido, incluindo o Royal Bank e NatWest, não cumpre, ou irá provavelmente falhar o cumprimento, das condições-limite estabelecidas no Anexo 6 da FSA e (ii) tendo em consideração o momento e outras circunstâncias relevantes, não é razoavelmente possível (ignoradas as opções de estabilização) sejam tomadas medidas que permitirão que a entidade relevante cumpra essas condições-limite. As condições-limite são condições que uma instituição autorizada pela FSA tem que cumprir para poder manter a sua autorização FSA. Elas são relativamente de espectro amplo e tratam a maioria dos aspectos dos negócios da entidade relevante, incluindo, de forma não exaustiva, requisitos de recursos mínimos de fundos próprios. Por conseguinte, é possível que a FSA possa desencadear uma das opções de estabilização antes de um pedido de insolvência ou de administração possa ser feito.

As opções de estabilização podem ser exercidas por meio de poderes para transferências de propriedade, direitos ou responsabilidades de uma entidade relevante e acções e outros títulos emitidos pela entidade relevante. O Tesouro britânico também pode tomar a empresa-mãe da entidade relevante (tal como a empresa) em posse pública temporária, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na Secção 82 do Lei Bancária. A propriedade pública temporária é efectuada por meio de uma ordem de transferência de acções e pode ser accionada independentemente das condições financeiras da empresa-mãe.

Se o Tesouro britânico tomar a decisão de pôr a empresa em propriedade pública temporária, pode tomar várias medidas em relação aos títulos emitidos pela empresa sem o consentimento dos detentores dos títulos, incluindo (entre outras coisas):

- transferir os títulos isentos de quaisquer restrições, contratuais e jurídicas, sobre transferências;
- transferir os títulos isentos de qualquer *trust*, responsabilidade ou sujeição;
- extinguir quaisquer direitos para adquirir títulos;
- retirar os títulos da bolsa;
- converter os títulos em outras formas ou classe (incluindo, por exemplo em acções); ou
- não aplicar qualquer terminação ou direitos de vencimento antecipado ou eventos de incumprimento nos termos dos títulos que seriam desencadeados pela transferência

Quando o Tesouro britânico fizer uma ordem de transferência de acções em relação aos títulos emitidos pela empresa holding da entidade relevante, o Tesouro britânico pode dar uma ordem que preveja que a propriedade, direitos ou responsabilidade da empresa holding ou de qualquer entidade relevante no grupo da empresa holding sejam transferidos e, quando esse propriedade for detida num *trust*, sejam removidas ou alteradas as condições desse *trust*.

Por conseguinte, não há garantias de que a tomada de algumas dessas medidas não afectem negativamente os direitos dos proprietários dos títulos e/ou afectem negativamente o preço ou valor do seu investimento ou que a capacidade da empresa para satisfazer as suas obrigações contratuais relacionadas com os títulos não serão afectadas. Nestas circunstâncias, esses detentores de títulos podem fazer um pedido de indemnização sob uma dos esquemas de indemnização previstos, ou contemplados, pela Lei Bancária se alguma das acções tomadas em relação aos títulos (para os fins de determinação de um montante de indemnização, um avaliador independente deve pôr de parte a assistência financeira real ou potencial providenciada pelo Banco de Inglaterra ou Tesouro britânico). Não pode haver garantias que os detentores de títulos irão assim recuperar a indemnização prontamente e/ou que igualize a qualquer perdas actualmente incorridas.

Se a empresa fosse levada para propriedade pública temporária e fosse efectuada uma transferência dos seus negócios, ou dos negócios de alguma das suas entidades relevantes, ou se uma entidade relevante fosse sujeita ao SRR e fosse feita uma transferência parcial dos seus negócios para uma outra entidade, a transferência pode afectar directamente a empresa e/ou as empresas do Grupo ao criar, modificar ou cancelar os seus acordos contratuais com vista a garantir a prestação desses serviços e facilidades que são exigidas para permitir que o banco ponte ou comprador do sector privado opere os negócios transferidos (ou alguma parte dele) com eficácia. Por exemplo, a transferência pode (entre outras coisas) (i) exigir que a empresa ou empresas do Grupo apoiem e cooperem com o banco ponte ou comprador do sector privado, (ii) cancelar ou modificar contratos ou acordos entre a empresa ou negócios transferidos e uma empresa do Grupo, ou (iii) impor obrigações adicionais sobre a empresa nas condições de novos ou existentes contratos. Não há garantia que a tomada dessas medidas não afectem negativamente a capacidade da empresa em satisfazer as suas obrigações nos termos dos títulos emitidos ou contratos relacionados.

Se a empresa fosse levada para propriedade pública temporária e fosse efectuada uma transferência dos seus negócios, ou dos negócios de alguma das suas entidades relevantes, ou se uma entidade relevante fosse sujeita ao SRR e fosse feita uma transferência parcial dos seus negócios para uma outra entidade, a natureza e mistura dos activos e passivos não transferidos pode afectar negativamente a condição financeira da empresa e aumentar o risco de a empresa poder ser, por fim. Sujeita a procedimentos de administração ou insolvência nos termos da Lei Bancária.

Enquanto as disposições principais da Lei Bancária (Disposições Especiais) 2008 estiveram em vigor, que conferiam certos poderes de transferência ao Tesouro britânico, o Governo do Reino Unido tomou medidas, nos termos dessa Lei, em relação a várias instituições financeiras do Reino Unido, incluindo em circunstâncias extremas, uma nacionalização total ou parcial. Houve preocupações no mercado no passado mês em relação aos riscos dessa nacionalização relativamente ao Grupo e outros bancos do Reino Unido. Se as condições económicas no Reino Unido ou globalmente continuarem a deteriorar-se, ou se os eventos descritos nos factores de risco que se seguem ocorrerem numa dimensão em que eles tenham um impacto materialmente negativo na condição financeira, qualidade crédito percebida ou real, resultados das operações ou negócios de qualquer uma das entidades relevantes no Grupo, o governo do Reino Unido pode decidir tomar uma acção similar em relação à empresa nos termos da Lei Bancária. Dada a extensão dos poderes do Banco de Inglaterra ou Tesouro britânico nos termos da Lei Bancária, é difícil prever que efeito essas acções podem ter sobre o Grupo e quaisquer títulos emitidos pela empresa ou empresas do Grupo. No entanto, os impactos potenciais podem incluir uma nacionalização integral da empresa e a perda total do valor nos títulos emitidos pela empresa e a incapacidade da empresa em cumprir as suas obrigações nos termos dos títulos.

Se as opções de estabilização tiverem que ser efectuado em relação às empresas, exige-se ao Tesouro britânico que dê ordens de indemnização. A ordem que Tesouro britânico tem que fazer dependerá do poder de estabilização adoptado. Por exemplo, no caso do Banco de Inglaterra transferisse alguns dos negócios de uma entidade relevante para um banco ponte, o Tesouro teria que tomar uma ordem de fundos de resolução ou uma ordem de indemnização de terceiros incluindo, nos termos da Regulamentos da Lei Bancária (Acordos de Indemnização de Terceiros para Transferências Parciais de Propriedade) 2009. No entanto, não há garantias que uma indemnização seja avaliada para ser paga ou que os detentores dos títulos recuperarão qualquer indemnização prontamente e/ou que igualizem quaisquer perdas realmente incorridas.

Os negócios, ganhos e condição financeira do Grupo foram e continuarão a ser afectados pela deterioração continuada da economia mundial, bem como pela instabilidade actual nos mercados financeiros mundiais.

O desempenho do Grupo foi e continuará a ser influenciado pelas condições económicas dos países em que ele opera, sobretudo no Reino Unido, nos Estados Unidos e outros países na Europa e Ásia. As perspectivas para a economia mundial a curto e médio prazo continuam difíceis, particularmente no Reino Unido, Estados Unidos e outras economias europeias. Além disso, o sistema financeiro global ainda tem que ultrapassar as dificuldades que primeiro se manifestaram em Agosto de 2007 e os mercados financeiros ainda não se normalizaram completamente. Estas condições levaram a perturbações graves

dos mercados financeiros em todo o mundo e a uma crise de liquidez em 2008 e 2009 sem precedentes, resultando no desenvolvimento de problemas significativos em várias das maiores instituições empresariais do mundo numa larga gama de sectores industriais, muitas das quais são clientes e contrapartes do Grupo no curso normal do seu negócio. Em resposta a esta instabilidade económica e falta de liquidez do mercado, vários governos, incluindo o governo do Reino Unido, os governos de outros estados-membros da UE e o governo dos EUA, intervieram de modo a injectar liquidez e capital no sistema financeiro e, em alguns casos, evitar a falência destas instituições.

Apesar destas medidas, a volatilidade e perturbação dos mercados de capitais e de crédito continuaram e espera-se que as condições económicas mundiais se mantenham difíceis no curto e médio prazo, com muitas previsões a prever apenas níveis modestos de crescimento do PIB no decorrer de 2010. Condições semelhantes existirão, provavelmente, em vários dos mercados principais do Grupo, incluindo no Estados Unidos e Europa, particularmente a Irlanda. Estas condições produziram e continuarão a produzir uma pressão descendente nos preços dos activos e na disponibilidade e custo do crédito para as instituições financeiras, incluindo a empresa, e continuarão a ter impacto na qualidade de crédito dos clientes e contrapartes do Grupo. Essas condições, isoladas ou em combinação com alterações regulatórios ou acções de outros participantes do mercado, podem fazer com que o Grupo sofra mais reduções na actividade dos negócios, custos de financiamento aumentados e pressões de financiamento acrescidas, preços mais baixos das acções, valores de activos diminuídos, abatimentos e custos por imparidade adicionais e menor rentabilidade.

Além disso, o Grupo continuará a estar exposto ao risco de perdas se os mutuários empresariais mais importantes ou instituições financeiras de contraparte possam falir ou sejam incapazes de cumprir as suas obrigações. O Grupo sofre correntemente certos riscos de concentração de sectores de negócios e de país, primariamente focalizado no Reino Unido e o resto da Europa e relativamente às exposições a particulares, bancárias e instituições financeiras. O desempenho do Grupo também pode ser afectado pelas taxas de recuperação futuras nos activos e os pressupostos históricos subjacentes às taxas de recuperação dos activos que (como já ocorreu algumas vezes) podem já não ser exactas devido à perturbação sem precedentes do mercado e à instabilidade económica geral. A natureza precisa de todos os riscos e incertezas que o Grupo enfrenta em resultado das condições económicas actuais não se pode predizer e muitos destes riscos estão fora do controlo do Grupo.

O Grupo foi obrigado a obter a aprovação da ajuda do Estado, pela ajuda dada ao Grupo pelo Tesouro britânico e para o plano de reestruturado do Grupo com a ajuda do Estado, da Comissão Europeia (a "Comissão"). O Grupo está sujeito a uma variedade de riscos como resultado da implementação do plano de reestruturação com a ajuda do Estado. Este plano inclui uma proibição de fazer pagamento de um dividendo discricionário ou cupão nos instrumentos híbridos de capital existentes (incluindo acções preferenciais e acções B) por um período de dois anos a começar não depois de 30 de Abril de 2010, que pode prejudicar a capacidade do Grupo a captar novo capital Tier 1 através da emissão de acções ordinárias e outros valores mobiliários.
O Grupo foi obrigado a obter aprovação da ajuda do Estado, pela ajuda dada ao Grupo pelo Tesouro britânico como parte da Primeira Oferta e Colocação, a emissão de £25.5 mil milhões de acções B para o Tesouro britânico, um compromisso do HM Treausry em adquirir uns adicionais £8 mil milhões de acções B, se certas condições fossem cumpridas e a participação do Grupo no Programa de Protecção de Activos (APS) (a "ajuda do Estado").

Como resultado da Primeira Oferta e Colocação (aprovada como parte da aprovação da Comissão de um pacote de medida para o sector bancário no Reino Unido em Outubro 2008), o Grupo foi obrigado a cooperar com o Tesouro britânico para apresentar um plano provisório para a Comissão. O plano foi apresentado e fizeram discussões pormenorizadas entre o Tesouro britânico, o Grupo e a Comissão. O plano aprovado não tinha apenas que tratar da Primeira Oferta e Colocação, mas também com a questão das acções B (incluindo Subscrição Contingente) e a participação do Grupo no Plano de Protecção de Activos (APS) do Governo. Como parte da sua análise, a Comissão foi obrigada a avalia a Ajuda do Estado e a considerar se a viabilidade de longo prazo do Grupo estaria assegurada, se o Grupo fazia uma contribuição suficiente para os custos da sua reestruturação e que eram tomadas medidas para limitar as distorções à concorrência resultantes da ajuda do Estado fornecida ao Grupo pelo governo do Reino Unido. O Grupo, juntamente com o Tesouro britânico, acordou em princípio com a Comissão as condições da ajuda do Estado e as condições de um plano de reestruturação (o "plano de reestruturação de ajuda do Estado"). A aprovação formal da CE foi concedida em 14 de Dezembro de 2009. A proibição de fazer pagamentos discricionários de dividendos (incluindo acções preferenciais e acções B) ou cupões sobre os instrumentos de capital híbridos existentes para um período de dois anos a começar o mais tardar a 30 de Abril de 2010, impedirá a empresa de pagar dividendos sobre as acções ordinárias, acções preferenciais e cupões em outros títulos de capital Tier 1 pela mesmo período, e pode prejudicar a capacidade do Grupo em angariar novo capital de Tier 1 através da emissão de acções ordinárias e outros títulos.

É possível que um terceiro possa contestar a decisão de aprovação nos Tribunais Europeus (dentro dos prazos previstos). O Grupo não crê que qualquer contestação seja susceptível de ter sucesso, mas se o tivesse, a Comissão teria que reconsiderar a sua decisão, o que pode resultar num facto negativo para o Grupo, incluindo a proibição ou emenda de alguns ou de todas as condições da ajuda do Estado. A Comissão também pode impor condições que sejam menos vantajosas, potencialmente também significativa para o Grupo do que aquelas no plano de reestruturação de ajuda de Estado.

O Grupo está sujeito a uma variedade de risco como resultado da implementação do plano de reestruturação de ajuda do Estado. Não há garantia de que o preço que o Grupo recebe por quaisquer activos vendidos nos termos do plano de reestruturação da ajuda do Estado estarão ao nível que o Grupo considera adequado ou que poderia obter em circunstâncias em que o Grupo não fosse obrigado a vender esses activos de modo a implementar o plano de reestruturação de ajuda do Estado ou se essa venda não estivesse sujeita a restrições (incluindo em relação a potenciais compradores do desinvestimento dos balcões no Reino Unido) contidas nos termos do mesmo. Ademais, caso o Grupo falhe em realizar alguma das alienações exigidas dentro dos calendários acordados para essas alienações, nos termos da autorização da ajuda do Estado, pode ser nomeado um administrador de desinvestimento com o mandato de concluir as alienações sem preço mínimo.

Além disso, se o Grupo for incapaz de cumprir com os termos da aprovação da ajuda do Estado, isso constituiria uma utilização abusiva da ajuda. Em circunstâncias em que a Comissão duvide que o grupo está a cumprir com os termos da aprovação da ajuda do estado, pode abrir uma investigação formal. Na conclusão dessa investigação, se a Comissão decidir que houve uma utilização abusiva da ajuda, pode proferir uma decisão que exija ao Tesouro britânico que recupere a ajuda utilizada abusivamente, o que poderia ter um impacto significativamente negativo no Grupo.

Ao implementar o plano de reestruturação da ajuda do Estado, o Grupo perderá clientes existentes, depósitos e outros activos (tanto directamente através da venda como potencialmente através do impacto no resto do negócio do Grupo resultante da implementação do plano de reestruturação da ajuda do Estado) e o potencial para a realização de rendimentos e margens adicionais associados que de outro modo poderia conseguir na ausência dessas alienações. Além disso, a perda desses proveitos e rendimentos relacionados poderá prolongar o período de tempo em que o Grupo tenha que pagar quaisquer montantes devidos ao Tesouro britânico nos termos do APS ou outros. A implementação do plano de reestruturação da ajuda do Estado pode resultar também em perturbação para os negócios conservados e fazer elevar uma pressão significativa na administração, pessoal, recursos operacionais e financeiros e dar origem a custos de separação que podem ser substanciais.

A implementação do plano de reestruturação da ajuda do estado pode resultar na emergência de um ou mais novos concorrentes viáveis ou o reforço significativo de um ou mais concorrentes do Grupo nos mercados do Grupo. O efeito disto na posição competitiva futura do Grupo, rendimentos e margens é incerto e pode haver um efeito negativo nas operações e condições financeiras do Grupo e dos seus negócios, em geral. Se todos os alguns dos riscos acima, ou quaisquer outros riscos não previsíveis correntemente, se materializarem, pode haver um impacto significativamente negativo nas operações dos negócios do Grupo, sua condição financeira, posição de capital e posição competitiva.

A falta de liquidez é um risco para os negócios do Grupo e a sua capacidade para aceder a fontes de liquidez foi, e continua a ser, constrangida.

O risco de liquidez é o risco que um banco seja incapaz de cumprir as suas obrigações, incluindo compromissos de financiamento, à medida que vencem. Este risco é inerente às operações bancárias e pode ser agravado por uma série de factores empresariais específicos, como uma dependência excessiva numa determinada fonte de financiamento (incluindo, por exemplo, financiamento de curto prazo e *overnight*), alterações das notações de risco crédito ou fenómenos ao nível de todo o mercado como a perturbação do mercado e grandes desastres. Desde o segundo semestre de 2008 que os mercados de crédito em todo o mundo sofreram uma grave redução de liquidez e financiamento a prazo. Durante este tempo, a percepção do risco de contraparte entre bancos aumentou significativamente. Este aumento no risco de contraparte percebido levou a reduções em empréstimos interbancários e, por este motivo, tal como muitos outros bancos, o acesso do Grupo a fontes tradicionais de liquidez foi, e pode continuar a ser, restringido.

A gestão da liquidez do Grupo concentra-se na manutenção de uma estratégia de financiamento diversificada e apropriada para os seus activos, no controlo da variação dos vencimentos e na monitorização cuidadosa dos seus compromissos não utilizados e passivos contingentes. No entanto, a capacidade do Grupo em aceder a fontes de liquidez (por exemplo, através da emissão ou venda de instrumentos financeiros ou outros ou através do uso de empréstimos a prazo) durante o período recente de dificuldades de liquidez foram constrangidas até ao ponto de, tal como outros bancos, ter que depender do financiamento de prazo mais curto e *overnight* com uma consequente redução na liquidez global, e aumentar o seu recurso a esquemas de liquidez providenciada por bancos centrais. Embora no decorrer do ano de 2009 tenham melhorado as condições do mercado monetário, com o Grupo a assistir

a uma redução significativa do financiamento proveniente dos bancos centrais e a emissão de dívida a prazo garantida não governamental, Um novo aperto nos mercados de crédito pode ter um impacto negativo no Grupo.

Ademais, há também o risco de as contrapartes empresariais e institucionais com exposições a créditos possam procurar reduzir todas as exposições de créditos a bancos, dada as tendências actuais de aversão ao risco, É possível que a perturbação do mercado de crédito se torne tão grave que o financiamento *overnight* de fontes não governamentais deixe de estar disponível.

Tal como muitos outros bancos, o Grupo depende de depósitos de clientes para satisfazer uma parte considerável das suas necessidades de financiamento. Além disso, como parte da estratégia em curso para melhorar a sua posição de liquidez, o Grupo está a procurar activamente aumentar a proporção do seu financiamento representado por depósitos de clientes. No entanto, esses depósitos estão sujeitos a flutuações devidos a certos factores que estão fora do controlo do Grupo, tais como a perda de confiança, pressões da concorrência aumentadas ou repatriação encorajada ou obrigatória de depósitos por depositantes grossistas ou bancos centrais estrangeiros, que pode resultar numa significativa saída de depósitos num curto período de tempo. Há actualmente uma grande concorrência entre os bancos do Reino Unido por depósitos de clientes de retalho, o que aumentou o custo da captação de novos depósitos e afectou a capacidade do Grupo em fazer crescer a sua base de depósitos. Uma incapacidade de crescimento, ou qualquer diminuição relevante dos depósitos do Grupo poderá, particularmente se acompanhada por algum dos outros factores acima descritos, ter um impacto negativo na capacidade do Grupo para satisfazer a suas necessidades de liquidez, a menos que sejam tomadas as correspondentes medidas para melhorar o perfil de liquidez de outros depósitos ou reduzir activos. Em especial, a posição de liquidez do Grupo pode ser afectada negativamente se for incapaz de realizar a liquidação ou venda dos activos não essenciais e outros, conforme esperado. Qualquer atraso significativo nestes planos podem exigir que o grupo considere a alienação de outros activos não previamente identificados para alienação, a fim de conseguir o seu nível-alvo de balanço financiado

Os governos de alguns países onde o Grupo opera têm tomado medidas para garantir que as responsabilidades dos bancos e agências que operam nas suas respectivas jurisdições. Embora, em alguns casos, as operações do Grupo sejam cobertas por garantias governamentais juntamente com outros bancos locais, em outros países isto pode não ser necessariamente o caso. Isto pode colocar as subsidiárias do Grupo a operar nesses países, tal como o Ulster Bank Ireland Ltd, que não participou nesses programas de garantia governamentais, numa desvantagem competitiva em relação a outros bancos locais e, por conseguinte, podem exigir que o Grupo providencie financiamento e apoio de liquidez para essas operações.

Não pode haver garantia de que estas medidas, juntamente com outras medidas disponíveis, terão sucesso na melhoria do financiamento e da liquidez nos mercados onde o Grupo opera, ou que estas medidas, combinadas com qualquer custo acrescido de qualquer financiamento actualmente disponível no mercado, não irão conduzir a um novo aumento dos custos globais de financiamento do Grupo, o que poderia ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Os programas governamentais de apoio estão sujeitos a cancelamento, alterações ou retirada, ou podem não ser renovados, o que pode ter um impacto negativo sobre a disponibilidade do financiamento nos mercados onde o Grupo opera.

Os programas governamentais de apoio estão sujeitos a cancelamento, alterações ou retirada (numa base geral ou individual, sujeito aos contratos relevantes) ou podem não ser renovados, com base na evolução das condições económicas e políticas na jurisdição do respectivo programa. Além disso, alguns programas que foram anunciados, podem não ser de facto totalmente implementados, ou as suas condições ainda não foram finalizadas.

Na medida em que os programas governamentais de apoio são cancelados, alterados ou retirados de um modo que diminui a sua eficácia, ou à medida em que tais programas falhem em gerar liquidez adicional ou outro tipo de apoio nos respectivos mercados em que eles operam, o Grupo, tal como os outros grupos bancários, pode continuar a enfrentar um acesso limitado, ter um acesso insuficiente ou incorrer em custos associados mais altos, às alternativas de financiamento, o que poderia ter um impacto material adverso nos negócios do Grupo e na sua condição financeira, resultados operacionais, perspectivas ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

O desempenho financeiro do Grupo foi e será afectado pela qualidade de crédito do mutuário.

Os riscos decorrentes de alterações na qualidade de crédito e da recuperação de empréstimos e montantes em dívida das contrapartes são inerentes a uma vasta gama de empresas do Grupo. Enquanto algumas economias estabilizaram no decorrer de 2009, o Grupo pode continuar a ser alterações negativas na qualidade do crédito dos seus mutuários e contrapartes, por exemplo, como resultado da sua incapacidade em refinanciar o seu endividamento, com morosidades a aumentar, incumprimentos e

insolvências numa gama de sectores (tal como os sectores de particulares e bancos e instituições financeiras) e num certo número de zonas geográficas (tal como o Reino Unido, Estados Unidos, Médio oriente e resto da Europa, particularmente Irlanda). Esta tendência levou e pode levar a mais e acelerados encargos por imparidades, custos mais elevados, abatimentos adicionais e perdas para o Grupo ou resultar numa perda de valor nos seus títulos.

A falha real ou percebida ou o agravamento do crédito das contrapartes do Grupo afectou negativamente, e pode continuar a afectar negativamente, o Grupo.

A capacidade do Grupo para intervir em operações de financiamento de rotina foi e continuará a ser afectada negativamente pela falha real ou percebida ou agravamento de crédito das suas contrapartes, incluindo outras instituições financeiras e empresas mutuárias. O grupo está exposto a muitas indústrias e contrapartes diferentes e executa rotineiramente transacções com contrapartes do sector financeiro, incluindo corretores e intermediários, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos de investimento e de cobertura, e outros clientes institucionais. Como resultado, o incumprimento, ou mesmo a solvabilidade percebida ou preocupações acerca dela, de uma ou mais empresas mutuárias, instituições de serviços financeiros, ou da indústria de serviços financeiros em geral, levaram a problemas de liquidez ao nível do mercado e poderia levar a perdas ou incumprimentos pelo Grupo ou por outras instituições. Muitas destas transacções, expõem o Grupo ao risco de crédito no caso de incumprimento da contraparte ou cliente do Grupo e o grupo tem exposições significativas a certas contrapartes individuais (incluindo contrapartes em certos sectores e mercados enfraquecidos). Além disso, o risco de crédito do Grupo é agravado quando a garantia que ele detém não pode ser realizada ou é liquidada a preços que não são suficientes para recuperar o montante total da exposição do empréstimo ou derivado que é devido ao Grupo, cuja possibilidade de ocorrência é maior durante os períodos de crise de liquidez e avaliações de activos deprimidas, como aqueles que actualmente se vivem. Todas essas perdas poderiam ter um efeito adverso significativo sobre os resultados operacionais e a condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Os ganhos e condição financeira do Grupo foram, e os seus ganhos e condição financeira futuros continuarão provavelmente a ser, afectados por avaliações deprimidas de activos resultantes de más condições de mercado.

Os mercados financeiros estão actualmente sujeitos a condições de stress significativas, em que as quebras acentuadas dos valores percebidos ou reais dos activos são acompanhadas por uma forte redução de liquidez do mercado, como exemplificado pelos recentes acontecimentos que afectam as *collateralised debt obligations* (CDO) garantidas por activos, *residential mortgage-backed securities* e os mercado de créditos alavancados. Em mercados perturbados, as estratégias de cobertura e outras de gestão de riscos comprovaram-se como não sendo tão eficazes como são em condições normais do mercado, devido em parte à decrescente qualidade de crédito das contrapartes de cobertura, incluindo companhias de seguro *monoline* e outras, e sociedades de produtos derivados de crédito (CDPC). Graves acontecimentos de mercado resultaram em o Grupo ter registado grandes abatimentos nas suas exposições ao mercado de crédito em 2007, 2008 e 2009. Qualquer deterioração subsequente nas condições económicas e financeiras de mercado podem levar a novos encargos por imparidade e a abatimentos. Além disso, a volatilidade e iliquidez do mercado tornou difícil avaliar certas exposições do Grupo. As avaliações em períodos futuros, que reflectem, entre outras coisas, as condições então prevalecentes do mercado e as alterações nas notações de risco de crédito de alguns activos do Grupo, podem resultar em alterações significativas do justo valor das exposições do Grupo, mesmo em relação a exposições, tal como as exposições ao mercado de crédito, para os quais o Grupo tinha previamente registo abatimentos. Ademais, o valor finalmente realizado pelo Grupo poderá ser materialmente diferente do justo valor actual ou estimado. Qualquer um destes factores pode exigir que o Grupo reconheça mais abatimentos significativos ou realize encargos por imparidades acrescidos, sendo que qualquer um deles pode afectar negativamente a sua posição de capital, condição financeira e os seus resultados operacionais ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Mais informações sobre abatimentos em que o Grupo incorreu e os activos que foram reclassificados podem ser encontradas na secção “Gestão de risco, capital e liquidez” da Análise por actividade.

O valor ou a eficácia de qualquer protecção de crédito que o Grupo tenha comprado a seguradoras *monolines* e outras, e outras contrapartes do mercado (incluindo as sociedades de produtos derivados de crédito – CDPC) depende do valor dos activos subjacentes, da situação financeira das seguradoras e dessas contrapartes.

O Grupo tem exposição ao crédito resultante de contratos de derivados fora de bolsa, principalmente *credit default swaps* (CDS), que são escriturados pelo justo valor. O justo valor destes CDS, bem como a exposição do Grupo ao risco de incumprimento por parte das contrapartes subjacentes, depende da avaliação e do risco de crédito percebido do instrumento em comparação com a protecção que foi comprada. Desde 2007, as seguradoras *monolines* e outras, e outras contrapartes do mercado (incluindo as sociedades de produtos derivados de crédito) foram negativamente afectadas pela sua exposição às hipotecas residenciais associadas e produtos de créditos a empresas, quer sintéticos ou outros, e a sua solvabilidade real e percebida deteriorou-se significativamente, o que pode continuar. Se a condição

financeira destas contrapartes ou a sua solvabilidade real ou percebida se deteriorar ainda mais, o Grupo pode registar mais ajustamentos de avaliação do crédito nos CDS comprados a estas contrapartes nos termos dos CDS para além dos já registados e estes ajustamentos podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados das operações do Grupo.

As alterações das taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, cotações de obrigações, acções e matérias-primas, e outros factores de mercado afectaram significativamente, e continuarão a afectar, os negócios do Grupo.

Alguns dos riscos de mercado mais significativos que o Grupo enfrenta são os riscos de taxas de juro, taxas de câmbio *spreads* de crédito e as cotações de obrigações, acções e matérias-primas. As alterações dos níveis das taxas de juro, das curvas de rendimento e dos *spreads* podem afectar a margem da taxa de juro realizada entre os custos da concessão e da obtenção de empréstimos, cujo o efeito pode ser realçado durante os períodos de dificuldades de liquidez, tal como o experimentado nos últimos 18 meses. As alterações das taxas de câmbio, sobretudo das taxas de câmbio libra esterlina–dólar norte-americana e libra esterlina–euro, afectam o valor do activos, passivos, proveitos e despesas denominados em moeda estrangeira e os ganhos relatados pela subsidiárias do Grupo não localizadas no Reino Unido (principalmente Citizens e RBS Securities Inc.) e podem afectar os proveitos das operações cambiais. O desempenho dos mercados financeiros pode afectar as cotações das obrigações, acções e matérias-primas e, por conseguinte, provocar alterações no valor das carteiras de investimento e negociação do Grupo. Isto pode ter sido o caso durante o período, pois desde Agosto 2007, com as perturbações e volatilidade do mercado resultou em reduções significativas do valor destas carteiras. Embora o Grupo tenha implementado métodos de gestão dos riscos para mitigar e controlar estes e outros riscos de mercado a que o Grupo está exposto, é difícil, particularmente no ambiente actual, prever com exactidão as alterações das condições económicas ou de mercado e os efeitos que essas alterações podem ter no desempenho financeiro e nas operações económicas do Grupo.

Os custos de captação do Grupo e o seu acesso aos mercados de capital de dívida dependem significativamente das notações de risco de crédito.

A empresa e outros membros do Grupo foram sujeitas a várias reduções de notação no passado recente. Quaisquer reduções futuras nas notações de risco de crédito de longo e curto prazo da empresa ou de uma das suas principais subsidiárias (particularmente o Royal Bank) aumentaria ainda mais os seus custos de contracção de empréstimos, exige que o Grupo substitua o financiamento perdido devido à redução, o que pode incluir a perda de depósitos de cliente e, podem também limitar o acesso do Grupo aos mercados de capitais e monetários e desencadear a requisitos adicionais de garantia em contratos de derivados e outros acordos de financiamento protegidos. Além disso, dada a extensão do controlo do governo do Reino Unido e o suporte fornecido pelo Grupo através do Plano de Garantia de Crédito, qualquer redução nas notações de risco de crédito do governo do Reino Unido podem afectar negativamente as próprias notações de risco de crédito do Grupo e podem ter os efeitos acima mencionados. Todas as agências de notação de risco de crédito reafirmaram a nota AAA do governo do Reino Unido, embora a S&P tenha mudado o seu *outlook* para “negativo” em 21 de Maio de 2009. Fitch reafirmou o *outlook* “estável” para o governo do Reino Unido em 31 de Julho de 2009 e a Moody’s reiterou o *outlook* “estável” do governo do Reino Unido em 26 de Outubro de 2009. As notações de risco de crédito da empresa, o Royal Bank, ABN AMRO, Ulster Bank e Citizens também são importantes para o Grupo quando concorrem em certos mercados, tais como derivados fora de bolsa. Como resultado, quaisquer novas reduções nas notações de risco de crédito de longo e curto prazo da empresa ou de alguma das suas principais subsidiárias podem afectar negativamente o seu acesso à liquidez e posição competitiva do Grupo, aumentar os seus custos de financiamento e ter um impacto negativo nos ganhos e condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

O desempenho empresarial do Grupo pode ser afectado negativamente se o seu capital não for eficazmente gerido ou se houver alterações nos requisitos de fundos próprios e liquidez.

A gestão eficaz do capital do Grupo é fundamental para a sua capacidade de exercer as suas actividades, crescer organicamente e prosseguir a sua estratégia de voltar a ser uma força autónoma. O Grupo é obrigado, pelos reguladores do Reino Unido, Estados Unidos e de outras jurisdições em que realiza actividades regulamentadas, a manter recursos de fundos próprios adequados. A conservação de fundos próprios adequados também é necessária para aumentar a flexibilidade financeira do Grupo perante a contínua turbulência e incerteza na economia mundial. Consequentemente, a finalidade da emissão de £25,5 mil milhões de acções B, a Subscrição Contingente e as anteriores ofertas e colocação foi permitir que a empresa fortalecesse a sua posição de capital. A declaração recente de política de liquidez da FSA articula que as firmas têm que deter títulos elegíveis suficientes para sobreviver a um stress de liquidez e isto resultará em os bancos deterem uma maior quantidade de títulos governamentais, para assegurar que estas instituições têm uma liquidez adequada em tempos de stress financeiro.

Em 17 de Dezembro de 2009, o Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (o “Comité de Basileia”) propôs um certo número de reformas fundamentais para o acordo de fundos próprios regulamentares no seu documento consultivo intitulado "Fortalecer a resiliência do sector bancário". Se as propostas feitas pelo Comité de Basileia forem implementadas, isto pode resultar em o Grupo ficar sujeito a requisitos de

fundos próprios significativamente mais elevados. As propostas incluem: (a) promover *buffer* de capital de contra-ciclo em excesso do requisito de capital mínimo regulatório, que é suficientemente grande para permitir que o Grupo se mantenha acima do requisito de capital mínimo face às perdas em que se espera incorrer numa provável contracção económica grave; (b) um aumento do requisito de capital para exposições de risco contraparte decorrente de derivados, transacções de recompra e transacções de financiamento de títulos; (c) a imposição de um rácio de alavancagem como medida suplementar à medida existente de Basileia II baseada no risco; (d) a exclusão de instrumentos híbridos de capital como capital Tier 1 e o requisito de que a forma predominante de capital Tier 1 devem ser acções ordinárias e resultados transitados; e (e) a imposição de standards globais mínimos de liquidez que incluem o requisito de manter um stock de activos líquidos de alta qualidade e livres de ónus e encargos suficientes para cobrir fluxos de saídas de caixa líquidos acumulados durante um período de 30 dias no quadro de um cenário de stress prescrito. As reformas propostas estão sujeitas a um processo consultivo e a uma avaliação de impacto e não serão, com toda a probabilidade, implementadas antes do fim de 2012. O Comité de Basileia também está a estudar os acordos apropriados de transição e de anterioridade (*grandfathering*).

Estas e outras alterações futuras aos requisitos de adequação de fundos próprios e liquidez nas jurisdições em que ele opera, podem exigir que o Grupo angarie capital Tier 1 e capital Core Tier 1 adicional por meio de posteriores emissões de títulos, incluindo na forma de acções ordinárias e acções B. O requisito para angaria capital Core Tier 1 adicional pode ter várias consequências negativas para a empresa e os seus accionistas, incluindo prejudicar a capacidade da empresa para pagar dividendos ou fazer outras distribuições em relação a acções ordinárias e a diluição da propriedade dos accionistas existentes. Se o Grupo for incapaz de obter o capital exigido, ele pode ser obrigado a reduzir mais o montante dos seus activos ponderados em função do risco e comprometer-se na alienação de negócios essenciais e outros não essenciais, o que pode não ocorrer em tempo oportuno ou não atingir um preço que de outro modo seria atractivo para o Grupo. Além disso, nos termos do acordo alcançado com a Comissão, caso o capital Core Tier 1 do Grupo desça abaixo de 5%, em qualquer altura, antes de 31 de Dezembro de 2014, ou caso o Grupo não atinja o nível-alvo de balanço financiado (após ajustamentos) em 31 de Dezembro de 2013 por £30 mil milhões ou mais, o Grupo será obrigado a reduzir os seus activos ponderados em função do risco em mais £60 mil milhões em excesso do seu plano através de alienações complementares de negócios identificáveis e seus activos associados. O Grupo será sujeito a restrições nos pagamentos dos seus instrumentos de capital híbridos caso o seu rácio de Core Tier 1 descer abaixo de 6 por cento ou se caísse abaixo de 6 por cento devido a esse pagamento. Em 31 de Dezembro de 2009, os rácios de capital Tier 1 e Core Tier 1 eram de 14,1 por cento e 11,0 por cento, respectivamente, calculados de acordo com as definições FSA. Qualquer alteração que limite a capacidade do Grupo em gerir eficazmente os seus recursos de balanço e de capital no futuro (incluindo, por exemplo, reduções em lucros e resultados transitados como resultado de abatimentos ou de qualquer outro modo, aumentos nos activos ponderados pelo risco, atrasos na alienação de alguns activos ou incapacidade de sindicar empréstimos como resultado das condições de mercado, um crescimento em exposições de pensões não financiadas ou outras) ou aceder a fontes de financiamento pode ter um impacto material negativo na sua condição financeira e posição de capital regulamentar ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

O valor de certos instrumentos financeiros registados pelo justo valor é determinado utilizando modelos financeiros que incorporam pressupostos, opiniões e estimativas que podem alterar-se ao longo do tempo ou podem, finalmente, revelarem-se como inexactas.

De acordo com as IFRS, o Grupo reconhece pelo justo valor: (i) instrumentos financeiros classificados como “detidos para negociação” ou “designado ao justo valor através dos resultados”; (ii) activos financeiros classificados como “disponível para venda”; e (iii) derivados, conforme adiante descritos em “Políticas Contabilísticas” na página 252 das demonstrações financeiras. Em geral, para estabelecer o justo valor destes instrumentos, o Grupo baseia-se nas cotações do mercado ou, quando o mercado para um instrumento financeiro não estiver suficientemente activo, em modelos de avaliação internos que utilizam dados de mercado observáveis. Em certas circunstâncias, os dados para instrumentos financeiros individuais ou classes de instrumentos financeiros utilizados por tais modelos de avaliação podem não estar disponíveis ou ficar indisponíveis devidos as alterações em condições de mercado, como foi o caso durante a actual crise financeira. Nestas circunstâncias, os modelos de avaliação internos do Grupo exigem que o Grupo faça pressupostos, opiniões e estimativas para estabelecer o justo valor. Em comum com outras instituições financeiras, estes modelos de avaliação internos são complexos e os pressupostos, opiniões e estimativas que o Grupo é obrigado a fazer relaciona-se frequentemente com assuntos que são inerentemente incertos, tal como fluxos de caixa esperados, a capacidade dos mutuários para servir a dívida, apreciação e depreciação dos preços de imobiliário residencial e comercial e níveis relativos de incumprimentos e faltas. Tais pressupostos, opiniões e estimativas podem necessitar de ser actualizados para reflectir a evolução dos factos, tendências e condições de mercado. A alteração resultante nos justos valores dos instrumentos financeiros teve e pode continuar a ter um efeito material negativo nos ganhos e condição financeira do Grupo. De igual modo, a recente volatilidade e iliquidez do mercado questionou as bases factuais de certos pressupostos subjacentes e tornou difícil avaliar alguns dos instrumentos financeiros do Grupo. As avaliações nos períodos futuros, reflectindo as condições de

mercado prevalecentes, podem resultar em mais alterações significativas dos justos valores destes instrumentos, que poderão ter um efeito negativo nos resultados operacionais e condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

A capacidade do Grupo em implementar o seu plano estratégico depende do sucesso do Grupo recentrar-se nos seus pontos fortes essenciais e no programa de redução do balanço decorrente dos anteriormente anunciados plano de reestruturação de divisões não essenciais e plano de reestruturação da ajuda do Estado.

À luz das perspectivas económicas globais alteradas, o Grupo iniciou uma reestruturação financeira e do seu *core business* que está focalizada em conseguir retornos apropriados ajustados ao risco nos âmbito destas circunstâncias alteradas, reduzindo a dependência do financiamento grossistas e reduzindo a exposição a negócios de capital intensivo. Uma parte essencial desta reestruturação é o programa para liquidar e vender os activos não essenciais do Grupo anunciado em Fevereiro 2009, que visa uma redução bruta em activos financiados de £251 mil milhões e a análise continuada da carteira do Grupo para identificar mais alienações de certos activos não essenciais. Este programa de redução do balanço continuará juntamente com as alienações nos termos do plano de reestruturação de ajuda do Estado aprovado pela Comissão.

Porque a capacidade em alienar activos e preço conseguido para essas alienações dependerá das condições económicas e de mercado prevalecentes, que podem continuar difíceis, não há garantia que o Grupo seja capaz de vender ou liquidar (conforme aplicável) estes negócios de que está a procurar sair, quer em termos económicos favoráveis para o Grupo ou de qualquer maneira. Além disso, quando as transacções são realizadas para a finalidade de vender activos e negócios não essenciais, elas podem estar sujeitos a condições prévias, incluindo aprovações governamentais e de reguladores e a mecanismos de conclusão que, em certos casos, podem obrigar ao consentimento dos clientes. Não há garantia que essas condições prévias sejam satisfeitas ou que os consentimentos ou aprovações sejam obtidos, atempadamente ou de qualquer outro modo. Consequentemente, há um risco de que o Grupo possa não conseguir realizar essas alienações antes de qualquer prazo-limite acordado.

Além disso, no contexto da implementação do plano de reestruturação da ajuda do Estado, o Grupo está sujeito a certos prazos e outras restrições que podem resultar na venda de activos a preços abaixo daqueles que o Grupo teria, noutras condições, acordado, caso o Grupo não fosse obrigado a vender esses activos como parte do plano de reestruturação da ajuda do Estado ou se essa venda não estivesse sujeita a restrições incluídas nas disposições das condições da ajuda do Estado.

Ademais, o Grupo pode ser responsável por quaisquer deteriorações no negócio a ser vendido entre o anúncio da alienação e a sua conclusão. Em certos casos, o período entre o anúncio de uma transacção e a sua conclusão pode ser longo e pode estender-se por muitos meses. Outros riscos que podem emergir da alienação dos activos do Grupo incluem responsabilidades em curso até à conclusão da transacção relevante em relação aos activos e negócios alienados, riscos comerciais e outros associados em satisfazer os acordo com o comprador durante o período até ao fecho da venda, o risco de atritos com trabalhadores e clientes no período até ao fecho da venda, obrigações substanciais de indemnização em favor do comprador, o risco de responsabilidade pela quebra de garantia, a necessidade de continuar a prestar acordos de serviço de transição por período potencialmente longo após a conclusão da transacção relevante para os negócios a serem transferidos e os custos de despedimento e outros custos de transacção. Além disso, o Grupo pode ser obrigado a celebrar acordos em que concorde em não concorrer em certos mercados por períodos específicos de tempo. Adicionalmente, como resultado das alienações o Grupo perderá clientes existentes, depósitos e outros activos (quer directamente, quer através da venda e potencialmente através do impacto no resto do negócio do Grupo, resultante da implementação dos planos de reestruturação) e o potencial por realizar rendimentos e margens associados adicionais que, de outro modo, poderiam ser conseguidos na ausência dessas alienações.

Qualquer um dos factores acima, quer no contexto das alienações relacionadas com a ajuda do Estado, ou dos activos não essenciais ou de outros activos, pode afectar a capacidade do Grupo em implementar o seu plano estratégico e ter um efeito material negativo nos negócios do Grupo, resultado das operações, condição financeira, rácios de capital e liquidez e pode resultar numa perda de valor dos seus títulos.

A extensa reestruturação organizacional pode afectar negativamente o negócio, resultados das operações e condição financeiras do Grupo.

Como parte de sua reorientação nos pontos fortes essenciais e o seu programa de alienações, a empresa empreendeu e continua a empreender uma reestruturação organizacional extensa envolvendo a alocação de activos identificados como activos não essenciais para uma Divisão Non-Core separada, e a liquidação e venda desses activos durante um determinado período de tempo. Além disso, para dar cumprimento à autorização de ajuda do Estado, a empresa comprometeu-se a tomar uma série de medidas a serem implementadas ao longo de um período de quatro anos, que incluem a alienação da RBS Insurance (sujeita a manter potencialmente um interesse minoritário até o final de 2014). A empresa também irá

alienar até ao final de 2013, a Global Merchant Services, sujeita à empresa reter até 20 por cento de cada negócio dentro Global Merchant Services se exigido pelo comprador, e a sua participação na RBS Sempra Commodities, bem como a cessão do negócio Royal Bank baseado em balcões na Inglaterra e País de Gales e dos balcões NatWest na Escócia, juntamente com os clientes PME directos e determinados clientes *mid-corporate* em todo o Reino Unido. A fim de implementar essas reestruturações, vários negócios e divisões no seio do grupo serão reorganizados, transferidos ou vendidos, ou potencialmente fazer fusões com outros negócios e divisões dentro do Grupo. Como parte deste processo, o pessoal pode ser realocado, quando permitido, em todo o Grupo, novas tecnologias podem ser implementadas e novas políticas e procedimentos podem ser estabelecidos de forma a acomodar o novo formato do Grupo. Como resultado, o Grupo pode sofrer um elevado grau de interrupção dos negócios, despesas de reestruturação significativas, atrasos na implementação e pressão significativa sobre a gestão, trabalhadores, recursos operacionais e financeiros. Qualquer um dos factores acima pode afectar a capacidade do Grupo para atingir os seus objectivos estratégicos e têm um efeito material adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira ou poderia resultar numa perda de valor dos seus títulos.

O Grupo opera em mercados que são altamente competitivos e consolidados. Se o Grupo for incapaz de ter um desempenho eficaz, o seu negócio e resultados operacionais podem ser negativamente afectados.
A recente consolidação entre instituições bancárias no Reino Unido, Estados Unidos e em toda a Europa está a alterar a paisagem competitiva dos bancos e outras instituições financeiras. Se os mercados financeiros continuarem a ser voláteis, mais bancos podem ser forçados a consolidar. Esta consolidação, em combinação com a introdução de novos participantes nos mercados dos EUA e Reino Unido, provenientes de outros países europeus e asiáticos, poderá aumentar as pressões competitivas sobre o Grupo. Adicionalmente, certos concorrentes podem ter acessos a custos de financiamento mais baixos e serem capazes de oferecer depósitos em condições mais favoráveis do que o Grupo e podem ter operações multicanais mais fortes e mais eficientes como resultado de maiores investimentos históricos. Além disso, os concorrentes do Grupo podem ser capazes de atrair e reter clientes e talento, o que pode ter um impacto negativo no desempenho relativo e perspectivas futuras do Grupo.

Além disso, uma participação ou envolvimento governamental acrescido nos bancos pode, em geral, ter impacto no cenário de concorrência dos principais mercados em que o Grupo opera. Embora, no momento presente, seja difícil predizer quais serão os efeitos desta participação e envolvimento governamental aumentados ou como eles serão distintos de jurisdição para jurisdição, tal envolvimento pode fazer com que o Grupo sofra uma maior concorrência por clientes empresariais, institucionais e de retalho e uma maior pressão sobre as margens de lucro. Alienações e reestruturações futuras pelo Grupo e a estrutura de aprovação e restrições impostas ao Grupo também podem ter impacto na sua capacidade para competir com eficácia. Visto que se espera que os mercados em que o Grupo opera se mantenham altamente competitivos em todas as áreas, estas e outras alterações ao cenário de concorrência poderão afectar o negócio, margens, rentabilidade e condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Como condição para o apoio Tesouro britânico, a empresa concordou em certas acordos que podem servir para limitar as operações do Grupo, que pode ser obrigado a concordar com novas restrições no futuro.
Nos termos da Primeira Oferta e Colocação, a fez alguns entendimentos com vista a assegurar que a subscrição pela Tesouro britânico das acções ordinárias pertinentes da empresa e acções preferenciais e a participação do Grupo no Plano de Garantia de Crédito oferecido pelo Tesouro britânico, como parte do seu apoio ao sector bancário do Reino Unido são compatíveis com o mercado comum nos termos da legislação da UE. Esses entendimentos incluem: (i) apoiar algumas iniciativas em relação a empréstimos hipotecários e empréstimos às PME, até 2011, (ii) regulamentar a remuneração da administração (iii) a regular a taxa de crescimento do balanço do Grupo. Nos termos da Segunda Oferta e Colocação, os entendimentos do Grupo em relação aos empréstimos hipotecários e empréstimos às PME foram alargados às grandes empresas comerciais e industriais no Reino Unido. Estes entendimentos podem servir para limitar as operações do Grupo. Além disso, de acordo com determinados entendimentos celebrados entre a empresa e alguns departamentos do governo britânico, a empresa está sujeita a compromissos adicionais, que substituem os compromissos de empréstimo feito ao Tesouro britânico em Outubro 2008 e Janeiro 2009, concordando em emprestar a mutuários solventes em condições comerciais, £16 mil milhões acima do valor que a empresa tinha orçamentado para emprestar aos comércios do Reino Unido e £9 mil milhões aos proprietários de habitação no Reino Unido no ano que se inicia a 1 de Março de 2009. Há também um compromisso de conceder empréstimos em níveis semelhantes no ano que se inicia 1 de Março de 2010, embora isto seja sujeito a um ajustamento dos comitentes por acordo do governo do Reino Unido para reflectir as circunstâncias no início do período de compromisso de 2010. Não obstante, a disposição do grupo para emprestar aos clientes solventes e sua clareza de que os fundos necessários estão disponíveis, cumprindo assim os seus compromissos, ficam indicações que é pouco provável que os negócios de empréstimos líquidos do Grupo aumentem pelos £16 mil milhões que está a disponibilizar, à luz da procura moderada que o Grupo está actualmente a atravessar. O não cumprimento destes compromissos de empréstimo pode resultar na suspensão ou

restrição de elegibilidade do Grupo em alargar a sua participação no Plano de Garantia de Crédito de três para cinco anos, o que poderia ter um impacto material adverso nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas do Grupo.

O grupo também acordou certos outros compromissos, que são importantes para a estrutura do Grupo e suas operações, ao abrigo do plano de reestruturação de ajuda do Estado aprovado pela Comissão em relação à ajuda do Estado.

Além disso, o Grupo, juntamente com o Tesouro britânico, concordou com a Comissão a proibição da fazerem dividendos discricionárias (incluindo acções preferenciais e acções B) ou pagamentos de cupões em instrumentos de capital híbridos existentes por um período de dois anos, com início o mais tardar em 30 de Abril de 2010. É possível que o Grupo possa, no futuro, ser objecto de outras restrições sobre pagamentos de tais instrumentos de capital híbrido, quer como resultado de compromissos assumidos perante órgãos reguladores, alterações aos requisitos de capital, como pelas propostas apresentadas pelo Comité de Basileia em 17 de Dezembro de 2009 ou de qualquer outra forma.

O Grupo também concordou em alguns outros compromissos no Acordo de Aquisição e Capital Contingente.

O Grupo pode ser incapaz de atrair ou conservar gestores de topo, que pode incluir administradores, ou outros colaboradores essenciais e pode sofrer se não conseguir manter boas relações laborais.

A capacidade do Grupo em implementar a sua estratégia depende da capacidade e experiência dos seus gestores de topo, o que pode incluir os administradores, e outros colaboradores essenciais. A perda dos serviços de certos colaboradores essenciais, particularmente para a concorrência, pode ter um efeito negativo nos negócios do Grupo. O futuro sucesso do Grupo também dependerá da sua capacidade em atrair, conservar e remunerar pessoal altamente competente e qualificado competitivamente em relação com os seus homólogos. Isto não pode ser garantido, particularmente à luz da supervisão aumentada dos reguladores dos bancos e escrutínio aumentado, e (em alguns casos) das restrições impostas, sobre os acordos de remuneração das administrações, em especial naquelas instituições que receberam financiamento governamental (como a empresa). O Grupo anunciou recentemente alterações à sua estrutura de remunerações, para cumprir com o Código de Remunerações da FSA. Estas regras entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2010 e estão de harmonizados com o acordo atingido pelo G-20, estabelecendo normas globais para a implementação dos princípios de remuneração do Financial Stability Board. O Grupo concordou em estar na linha da frente da implementação dos princípios do G-20 e conferiu ao UK Financial Investments Ltd (UKFI) direitos de consentimento sobre a forma e dimensão do pacote remuneratório acumulado para o ano de desempenho de 2009. O nível do pacote de bónus de 2009 e as disposições de diferimento e *clawback* implementadas pelo Grupo podem prejudicar a capacidade do Grupo em atrair e manter pessoal adequadamente qualificado em várias partes dos negócios do Grupo.

O Grupo está também a alterar alguns dos benefícios de pensão que oferece ao pessoal. Além dos efeitos dessas medidas sobre a capacidade do Grupo para manter a gestão de topo e outros funcionários essenciais, o mercado de pessoal qualificado está a tornar-se cada vez mais competitivo, o que significa que o custo de contratação, formação e retenção de pessoal qualificado podem continuar a aumentar. A incapacidade em atrair ou reter um número suficiente de pessoal devidamente qualificado poderia colocar o Grupo em desvantagem competitiva significativa e impedir que o Grupo implementasse com sucesso a sua estratégia, que poderia ter um efeito material adverso na condição financeira e resultados das operações do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Além disso, alguns dos trabalhadores do Grupo no Reino Unido, Europa continental e em outras jurisdições nas quais o Grupo opera são representados por organismos representativos dos trabalhadores, incluindo os sindicatos. Os compromissos com seus trabalhadores e estes organismos é importante para o Grupo e uma quebra dessas relações pode afectar adversamente os negócios, reputação e resultados do Grupo. Conforme o Grupo implementa iniciativas de redução de custos e aliena, ou liquida, certos activos ou negócios (inclusive como parte de seus planos de reestruturação previstos), ele enfrenta maior risco nesta matéria e não pode haver garantia de que o Grupo será capaz de manter boas relações com seus trabalhadores ou entidades representativas dos trabalhadores em relação a todas as matérias. Como resultado, o grupo pode enfrentar greves ou outras acções industriais ao longo do tempo, o que poderia ter um efeito material adverso sobre seus negócios e resultados das operações e pode causar danos à sua reputação.

Todos os negócios do Grupo estão sujeitos a uma regulação e supervisão substancial. Quaisquer desenvolvimentos significativos de regulação podem ter efeito sobre como o Grupo conduz o seu negócio e nos seus resultados operacionais e condição financeira.

O Grupo está sujeito às leis de serviços financeiros, regulamentos, requisitos de governação das sociedades, acções e políticas administrativas em cada local em que opera. Todos eles estão sujeitos a

alterações, particularmente no clima actual do mercado, onde tem havido níveis sem precedentes de intervenção dos governos e alterações aos regulamentos que regem as instituições financeiras, incluindo as recentes nacionalizações no Reino Unido, Estados Unidos e outros países europeus. Como resultado destas e de outras alterações em curso, bem como de futuras alterações na paisagem de regulação dos serviços financeiros (incluindo as exigências impostas por força da participação do Grupo no APS ou qualquer outra iniciativa governamental ou liderada pelo regulador), o Grupo espera enfrentar uma maior regulação no Reino Unido, Estados Unidos e outros países em que opera, incluindo todo o resto da Europa. O cumprimento dessas normas pode aumentar os requisitos de fundos próprios e custos do Grupo e ter um impacto negativo sobre o seu negócio, nos produtos e serviços que oferece e o valor dos seus activos e nos seus resultados das operações e condição financeira ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Outras áreas onde as políticas governamentais e alterações regulamentares poderão ter um impacto adverso incluem, de forma não exaustiva:

- políticas monetárias, de taxas de juro, de adequação de fundos próprios, liquidez, balanço, alavancagem e outras políticas dos bancos centrais e autoridades reguladoras;

- alterações gerais na política de governo ou regulatória ou alterações nos regimes regulatórios que podem influenciar significativamente as decisões dos investidores, em mercados específicos em que o Grupo opera ou podem aumentar os custos de fazer negócios nesses mercados;

- alterações às normas de relato financeiro;

- alterações nos requisitos regulatórios em relação ao capital, tais como os limites no uso de activos por impostos diferidos no cálculo de capital Core Tier 1 e/ou Tier 1, ou regras prudenciais relativamente ao acordo sobre a adequação de fundos próprios.

- outras alterações em geral dos requisitos regulatórios, tais como a imposição de obrigações de cumprimento onerosas, restrições sobre o crescimento do negócio ou preços e as condições para operar de uma forma que privilegia outros objectivos que não a criação valor para o accionista;

- alterações nos ambientes e preços de concorrência;

- novos desenvolvimentos no ambiente de relato financeiro, governo das sociedades, condução do negócio e remuneração dos trabalhadores;

- diferenciação entre as instituições financeiras por parte dos governos no que diz respeito à extensão de garantias para depósitos bancários dos clientes e as condições inerentes a tais garantias, incluindo as exigências para que todo o Grupo aceite a exposição ao risco de que qualquer membro individual do Grupo, ou até mesmo de terceiros participantes nos programas de garantia, possa falir;

- implementação ou custos relacionados com esquemas de compensação ou reembolso de clientes ou depositantes locais;

- transmissibilidade e convertibilidade do risco cambial;

- expropriação, nacionalização, confisco de activos;

- alterações na legislação relativa à propriedade estrangeira, e

- outros desenvolvimentos políticos, militares ou diplomáticos desfavoráveis que produzam instabilidade social ou insegurança jurídica que, por sua vez, podem afectar a procura por produtos e serviços do Grupo.

Os resultados do grupo foram, e poderão ainda ser mais, afectados negativamente no caso de imparidade do goodwill.

O Grupo capitaliza goodwill, que é calculado como o excesso do custo de uma aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos identificáveis. O goodwill adquirido é reconhecido inicialmente pelo custo e posteriormente pelo custo menos quaisquer perdas por imparidade. Conforme exigido pelas IFRS, o Grupo testa a imparidade do goodwill anualmente, ou com maior frequência, a datas de relato externas, quando eventos ou circunstâncias indicam que ele pode estar em imparidade. Um teste de imparidade envolve a comparação do valor recuperável (o mais elevado valor em uso e justo valor menos o custo para vender) de uma unidade individual geradora de caixa com o seu valor contabilístico. O valor em uso e o justo valor das unidades geradoras de caixa do Grupo são afectadas pelas condições do mercado e o desempenho das economias em que o Grupo

opera. Quando o Grupo é obrigado a reconhecer uma imparidade de goodwill, é registado na demonstração dos resultados do Grupo, embora não tenha qualquer efeito sobre a posição do capital regulamentar do Grupo. Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo registou um abatimento contabilístico £363 milhões referente ao goodwill e de outros intangíveis relativamente às aquisições anteriores ao ano (ver página 301).

O Grupo poderá ser obrigado a fazer outras contribuições para os seus planos de pensões, se o valor dos activos dos fundos de pensão não for suficiente para cobrir potenciais obrigações.

O Grupo mantém vários planos de pensões com benefícios definidos para antigos e actuais trabalhadores. O risco de pensão é o risco que as responsabilidades dos diversos planos de pensões com benefícios definidos do Grupo, que são por natureza de longo prazo, venham a exceder os activos dos planos, em resultado de que o Grupo é obrigado ou opte por fazer contribuições adicionais para os planos. Os activos dos planos incluem carteiras de investimento que são detidas paras satisfazer as responsabilidades projectadas para com os membros dos planos. O risco emerge dos planos, pois o valor destas carteiras de activos e suas rentabilidades pode ser menor do que o esperado e porque pode haver aumentos maiores do que o esperado no valor estimado das responsabilidades dos planos. Nestas circunstâncias, o Grupo poderá ser obrigado a, ou poderá optar por, fazer contribuições adicionais para os planos e, durante períodos recentes, o Grupo tem feito voluntariamente tais contribuições. Dada a actual conjuntura económica, as dificuldades do mercado financeiro e as perspectivas de que elas persistam a curto e médio prazo, o Grupo pode sofrer défices de pensão crescentes ou ser obrigado ou a optar por continuar a fazer contribuições para os planos de pensões e essas défices e contribuições podem ser significativos e ter um impacto negativo sobre a posição de capital, resultados operacionais ou condição financeira do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos. A próxima avaliação de financiamento do maior plano de pensões de benefícios definidos do Grupo, The Royal Bank of Scotland Group Pension Fund, realizar-se-á como uma data efectiva de 31 de Março de 2010.

O Grupo está, e pode estar, sujeito a litígios e investigações do reguladores que podem ter impacto nos seus negócios.

As operações do Grupo são complexas e diversificadas e ele opera em ambientes jurídicos e regulatórios que o expõem a litígios potencialmente significativos, investigações dos reguladores e outros riscos de regulatórios. Assim sendo, o Grupo está, e no futuro pode estar, envolvido em vários contenciosos, acções judiciais e investigações dos reguladores no Reino Unido, UE, Estados Unidos e em outras jurisdições, incluindo acções judiciais colectivas e revisão pela Comissão Europeia segundo as regras das ajudas estatais. Além disso, o Grupo, como muitas outras instituições financeiras, tem sido objecto de um maior escrutínio regulatório durante o último ano e espera que esse ambiente se mantenha no futuro previsível, particularmente no que se refere ao cumprimento de novas e existentes leis e regulamentos sobre governo das sociedades, remuneração dos colaboradores, condução do negócio, branqueamento de capitais e antiterrorismo, bem como as disposições de programas de sanções aplicáveis. Litígios, acções judiciais e investigações regulatórios estão sujeitos a muitas incertezas, e os seus resultados são muitas vezes difíceis de prever, em particular nos estágios iniciais de um processo ou investigação. Acções regulatórias adversas ou sentenças adversas em litígios podem resultar em restrições ou limitações das operações do Grupo ou resultar num efeito adverso significativo sobre a reputação ou resultados operacionais do Grupo, ou resultar numa perda de valor dos seus títulos. Para mais informações sobre determinados litígios e investigações regulatórios em que o Grupo está envolvido, ver Nota 32 das demonstrações financeiras.

Os riscos operacionais são inerentes às actividades do Grupo.

As actividades do Grupo dependem da capacidade de processar um número muito elevado de transacções com eficiência e precisão, ao mesmo tempo que se cumprem as leis e regulamentos aplicáveis do local onde se faz negócio. O Grupo tem operações complexas e geograficamente diversas e riscos e perdas operacionais podem resultar de fraude, interna ou externa, erros de trabalhadores ou terceiros, não documentação correcta das transacções ou não obtenção das devidas autorizações, não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e das regras de condução do negócio (incluindo as que emergem de legislação contra o branqueamento de capitais ou antiterrorista, bem como as provisões dos programas de sanções aplicáveis), avarias do equipamento, desastres naturais ou inadequação ou falha de sistemas e controlos, incluindo os dos fornecedores ou contrapartes do Grupo. Embora o Grupo tenha implementado controlos de risco e acções de minimização das perdas e sejam dedicados recursos substanciais para o desenvolvimento de procedimentos eficientes e para a identificação e rectificação de pontos fracos nesses sistemas e controlos e para a formação do pessoal, não é possível ter a certeza que essas acções foram ou serão eficazes em controlar cada um desses riscos operacionais que o Grupo enfrenta. Qualquer ponto fraco nestes sistemas ou controlos, ou qualquer infracção ou alegada infracção das leis e regulamentos aplicáveis pode ter um impacto negativo significativo no negócio, reputação, resultados operacionais e cotação das acções do Grupo. Não obstante tudo o que está contido neste factor de risco, não deve ser tomado como implicando que quer a empresa quer o Grupo serão incapazes de cumprir as suas obrigações como sociedade com valores mobiliários admitidos ao Boletim Oficial de Cotações do UKLA ou como firma supervisionada regulada pela FSA.

O Grupo está exposto ao risco de alterações da legislação fiscal e da sua interpretação e a aumentos da taxa sobre as sociedades e de outros impostos nas jurisdições onde opera.

As actividades do Grupo estão sujeitas a tributação a várias taxas em todo o mundo, calculadas de acordo com a legislação e a prática locais. As medidas tomadas pelos governos para aumentar as taxas de imposto ou aplicar impostos adicionais diminuem a rentabilidade do Grupo. Quaisquer revisões da legislação fiscal ou da sua interpretação também podem afectar os resultados futuros do Grupo.

O Tesouro britânico (ou o UKFI em seu nome) pode ser capaz de exercer um grau significativo de influência sobre o Grupo

UKFI gere a relação do accionista Tesouro britânico com empresa. Embora o Tesouro britânico tenha indicado que pretende respeitar as decisões comerciais do Grupo e que o Grupo continuará a ter o seu próprio conselho de administração independente e a equipa de gestão determina a sua própria estratégia, caso altere estas suas correntes intenções, a posição do Tesouro britânico como accionista maioritário (e a posição do UKFI como gestor desta participação) significa que o Tesouro britânico ou UKFI podem ser capazes de exercer um grau significativo de influência sobre, entre outras coisas, a eleição dos administradores e a nomeação dos gestores do topo. Além disso, como fornecedor do APS, o Tesouro britânico tem uma gama de direitos que os outros accionistas não têm. Estes incluem direitos nos termos do APS sobre a política e prática de remuneração do Grupo, incluindo o direito (através do UKFI) em consentir com a forma e o montante do pacote de bónus variáveis acumulados do banco para o ano de desempenho de 2009. O modo como o Tesouro britânico ou UKFI exerce os direitos do Tesouro britânico como accionista maioritária ou como o Tesouro britânico exerce os seus direitos nos termos do APS pode levar a conflitos entre os interesses do Tesouro britânico e os interesses de outros accionistas. O Conselho tem o direito de promover o sucesso da empresa para o benefício dos seus membros como um todo.

As actividades de seguros do grupo têm riscos inerentes que envolvem reclamações.

As reclamações futuras na actividade de seguros gerais e de vida do Grupo podem ser superiores ao previsto como resultado da alteração das tendências na experiência das sinistros resultantes de catástrofes climatéricas, desenvolvimentos demográficos, alterações da natureza e seriedade dos sinistros reclamados, alterações da mortalidade e outras causas fora do controlo do Grupo. Estas tendências poderiam afectar a rentabilidade dos produtos e serviços de seguros actuais e futuros. O Grupo ressegura alguns dos riscos que assumiu e está, consequentemente, exposto ao risco de perda caso os seus resseguradores fiquem incapazes ou não estejam dispostos a pagar as reclamações feitas pelo Grupo contra eles.

As operações do Grupo têm um inerente risco de reputação.

O risco de reputação, que significa o risco para os lucros e capital provenientes de uma opinião pública negativa, é inerente ao negócio do Grupo. Uma opinião pública negativa pode resultar de um modo real ou percebido como o Grupo conduz as suas actividades de negócios, do desempenho financeiro do Grupo, ou das práticas reais ou percebidas no sector bancário e financeiro. Uma opinião pública negativa pode afectar negativamente a capacidade do Grupo para manter e atrair clientes e, em especial, depositantes empresariais e de retalho. O Grupo não pode garantir que terá sucesso em evitar danos ao seu negócio por risco de reputação.

No Reino Unido e em outras jurisdições, o Grupo é responsável por contribuir para esquemas de indemnização em relação aos bancos e outras empresas de serviços financeiros autorizados que são incapazes de cumprir suas obrigações para com os clientes.

No Reino Unido, o Financial Services Compensation Scheme (o "Esquema de indemnização") foi criado no âmbito da FSMA e é, no Reino Unido, o fundo regulamentar de último recurso para os clientes de firmas de serviços financeiros autorizadas. O Esquema de indemnização pode pagar indemnizações aos clientes, caso uma firma seja incapaz, ou susceptível de ser incapaz, de pagar as reivindicações de direitos contra ela e pode ser obrigado a fazer pagamentos, quer no âmbito do exercício de um poder de estabilização ou em exercício dos procedimentos de insolvência do banco ao abrigo dessa Lei Bancária. O Esquema de Indemnização é financiado por cotizações de firmas autorizadas pela FSA, incluindo o Grupo. No caso em que o Esquema de Indemnizações que angaria fundos de firmas autorizadas angarie esses fundos com maior frequência ou aumente significativamente as cotizações a serem pagas por essas firmas, os custos associados para o Grupo podem ter um impacto relevante sobre os seus resultados operacionais e condição financeira. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tem uma provisão de 135 milhões de libras referentes a cotização para o Esquema de Indemnização para os anos de 2009/10 e 2010/11 do Esquema de Indemnização.

Além disso, na medida em que outras jurisdições onde o Grupo opera introduziram ou planeiam introduzir esquemas de indemnizações, contributivos ou de reembolso semelhantes (tal como nos Estados Unidos com a Federal Deposit Insurance Corporation), o Grupo pode fazer novas provisões e pode incorrer em custos e responsabilidades adicionais, que podem ter um impacto negativo na sua condição financeira e resultados operacionais ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

O negócio e lucros do Grupo podem ser afectados por condições geopolíticas.

O desempenho do Grupo é significativamente influenciado por condições geopolíticas e económicas prevalecentes em qualquer dada altura nos países em que ele opera, particularmente no Reino Unido, Estados Unidos e outros países da Europa e Ásia. Por exemplo, o Grupo está presente em países onde os negócios podem ser expostos ao risco de interrupção do negócio e abrandamento económico no seguimento da irrupção de uma pandemia, o risco de incumprimento soberano no seguimento da assunção de certos governos das obrigações de instituições do sector privado. Além disso, o Grupo enfrenta o risco mais elevado de barreiras comerciais, controlos cambiais e outras medidas tomadas por governos soberanos que podem ter impacto na capacidade de pagamento dos mutuários. Actos e ameaças terroristas e a resposta a eles por parte dos governos em qualquer um destes países também podem afectar negativamente os níveis de actividade económica e ter um efeito negativo sobre o negócio do Grupo.

As propostas de reestruturação do ABN AMRO são complexas e podem não obter os benefícios previstos para o Grupo.

O plano de reestruturação em vigor para a integração e separação do ABN AMRO nos e entre os negócios e operações dos membros do consórcio é complexo, envolvendo uma reorganização substancial das operações e da estrutura jurídica do ABN AMRO. O plano de reestruturação está a ser implementado e elementos significativos já foram concluídos dentro o calendário planeado e a integração dos negócios do Grupo continua. O Grupo pode não obter os benefícios da aquisição ou da reestruturação quando previsto, nem na medida esperada. A ocorrência de alguns destes eventos, incluindo como resultado de perdas e pessoal ou questões de desempenho, ou como resultado de mais alienações ou reestruturações pelo Grupo, pode ter um impacto negativo na condição financeira e resultados das operações do Grupo. Não se espera que a aquisição das acções do Fortis Bank Nederland na RFS Holdings por parte do Estado Holandês afecte materialmente os benefícios de integração previstos pelo Grupo.

A recuperabilidade e o tratamento de capital regulamentar de certos activos por impostos diferidos reconhecidos pelo Grupo dependem da capacidade do Grupo em gerar lucros tributáveis futuros suficientes e não haver alterações negativas na legislação fiscal, requisitos regulatórios ou normas contabilísticas.

Em conformidade com as IFRS, o Grupo reconheceu activos por impostos diferidos sobre perdas disponíveis para aliviar os lucros futuros de impostos apenas na medida em que é provável que eles serão recuperados. Os activos por impostos diferidos são quantificados com base na actual legislação fiscal e normas contabilísticas e estão sujeitos a alterações futuras em relação à taxa de imposto ou as regras de cálculo dos lucros tributáveis e perdas admissíveis. A incapacidade em gerar lucros tributáveis futuros suficientes ou alterações na legislação fiscal pode reduzir o valor recuperável dos activos por impostos diferidos reconhecidos.

Não há actualmente qualquer restrição em relação aos activos por impostos diferidos reconhecidos pelo Grupo para fins regulatórios. Alterações nas regras de regulação podem restringir o montante dos activos por impostos diferidos que podem ser reconhecidos e tais alterações podem levar à redução no rácio de capital Core Tier 1 do Grupo. Em especial, em 17 de Dezembro de 2009, o Comité de Basileia publicou um documento consultivo estabelecendo certas propostas de alterações aos requisitos de capital (ver o factor de risco intitulado “O desempenho empresarial do Grupo pode ser afectado negativamente se o seu capital não for eficazmente gerido ou se houver alterações nos requisitos de fundos próprios e liquidez" acima). Estas propostas incluíam um exigência que os activos por impostos diferidos que dependam de rentabilidade futura do Grupo a ser realizada deverão ser deduzidos do componente de capital comum de Tier 1 e, por conseguinte, não contar como capital de Tier 1.

Riscos relativos à participação do Grupo no APS

Devido à escala de complexidade e natureza única do APS e a incerteza que rodeia a duração e gravidade da corrente recessão económica, pode haver questões e riscos imprevistos que são relevantes no contexto da participação do Grupo no APS e do impacto do APS nos negócios, operações e condição financeira do Grupo. Ademais, os activos ou exposições a serem cobertos pelo APS podem não ser aqueles com maiores perdas futuras ou com a maior necessidade de protecção.

Visto que o APS é uma forma única de protecção de crédito sobre uma gama complexa de Activos Cobertos diversificados em várias jurisdições e e há uma incerteza significativa acerca da duração e gravidade da actual recessão económica, pode haver questões imprevistas e riscos que podem emergir como resultado da participação do Grupo no APS e o impacto do APS no negócio, operações e condição financeira do Grupo não podem ser previstas com certeza. Estas questões e riscos podem ter um efeito adverso significativo no Grupo. Ademais, a escolha de activos ou exposições do Grupo cobertas pelo APS foi baseada em previsões na altura da sua adesão ao APS em relação ao desempenho das contrapartes e a pressupostos acerca da dinâmica do mercado e dos pelos de activos e passivos, Todos ou alguns deles podem vir a comprovar-se como inexactas. Há, por isso, o risco que os Activos Cobertos não serem aqueles com maiores perdas seguros ou com a maior necessidade de protecção e, como resultado, a

condição financeira, proveitos das operações e valor de quaisquer títulos do Grupo possam ainda sofrer devido a posteriores imparidades de *write-downs* de créditos.

Não há garantia que a participação do Grupo no APS e a emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se necessário, os £8 mil milhões de acções Contingentes B conseguirão atingir as metas do Grupo de melhoria e manutenção dos rácios de capital do Grupo no caso de mais peras. Consequentemente, a participação do Grupo no APS e a emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se necessário, os £8 mil milhões de acções Contingentes B podem não melhorar a confiança do mercado no Grupo e o Grupo pode continua a enfrentar o risco de nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária.

A participação do Grupo no APS juntamente com a recente emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se necessário, os £8 mil milhões de acções Contingentes B, melhorou os seus rácios de capital consolidados. No entanto, o Grupo mantém-se exposto a um primeiro montante substancial de perdas de £80 mil milhões em relação aos Activos Cobertos e a 10 por cento das perdas dos Activos Cobertos após o primeiro montante de perdas. Adicionalmente, como mencionado no anterior factor de risco, os activos ou exposições a ser cobertas pelo APS podem não ser aquelas com maiores perdas futuras ou com a maior necessidade de protecção. Ademais, o Grupo continua a suportar o risco de perdas, imparidades e *write-downs* em relação a activos não cobertos pelo APS. Por conseguinte, não pode haver garantia de que quaisquer benefícios de capital regulatório e o capital Core Tier adicional serão suficientes para manter os rácios de capital do Grupo nos níveis exigidos no caso de mais perdas (mesmo com os £8 mil milhões de acções Contingentes B). Se o Grupo for incapaz de melhorar os seus rácios de capital suficientemente ou manter os seus rácios de capital no caso de mais perdas, o seu negócio, resultados de operações e condição financeira sofrerão, as suas notações de risco de crédito podem cair, a sua capacidade de emprestar e aceder a financiamento será ainda mais limitada e o seu custo de financiamento pode aumentar. A ocorrência de algum ou todos estes eventos pode causar a queda substancial da cotação das acções da empresa e pode resultar em intervenção por parte das Autoridades, o que pode incluir a nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária. Qualquer indemnização pagável aos accionistas será sujeita às disposições da Lei Bancária e os Accionistas podem não receber qualquer valor pelas suas acções.

No caso do rácio de capital Core Tier 1 do Grupo descer abaixo de 5 por cento, o Tesouro britânico compromete-se a subscrever até uns adicionais £8 mil milhões de acções Contingentes B se certas condições fossem cumpridas. Se essas condições não forem cumpridas e o Grupo for incapaz de emitir os £8 mil milhões de acções Contingentes B, o Grupo pode ser incapaz de encontrar métodos alternativos de obter protecção para perdas sofridas contra períodos de recessão graves ou prolongados no ciclo económico e melhorando os seus rácios de capital, com o resultado de o Grupo poder enfrentar o risco aumento de nacionalização total ou outros procedimento no âmbito da Lei Bancária.
No caso do rácio de capital Core Tier 1 do Grupo descer abaixo de 5 por cento, o Tesouro britânico compromete-se a subscrever até uns adicionais £8 mil milhões de acções Contingentes B se certas condições fossem cumpridas. Essas condições incluem que a decisão da Comissão de que a ajuda do Estado é compatível com o artigo 87.º da versão consolidada do Tratado que estabelece a Comunidade Europeia continua em vigor, que a Comissão não abriu uma investigação formal nos termos do artigo 88.º (2) desse Tratado em relação ao possível abuso da ajuda do Estado, que não houve infracção por parte da empresa da Acta de Compromisso da Ajuda do Estado e nenhum Evento de Terminação ocorreu (conforme definido na circular aos accionistas).
Se essas condições não forem cumpridas, o Grupo será incapaz de emitir £8 mil milhões de acções Contingentes B, o Grupo pode ser incapaz de encontrar métodos alternativos de obtenção de protecção para perdas sofridas contra períodos de recessão graves ou prolongados no ciclo económico e melhorar os seus rácios de capital, com o resultado de o Grupo poder enfrentar um risco acrescido de nacionalização total ou outros procedimentos de resolução no âmbito da Lei Bancária.

Nestas circunstâncias, se o Grupo for incapaz de emitir os £8 mil milhões de acções Contingentes B, o Grupo precisará de avaliar a sua posição operacional e estratégia e será necessário encontrar métodos alternativos para alcançar os rácios de capital necessários. Esses métodos podem incluir uma redução acelerada de activos ponderados em função do risco, alienações de certos negócios, emissão aumentada de títulos de capital de Tier 1, dependência aumentada em programas de liquidez apoiados pelo governo alternativos e outras formas de assistência governamental. Não pode haver garantias de que estes métodos alternativos estarão disponíveis ou terão sucesso em aumentar os rácios de capital do Grupo para os níveis desejados ou exigidos. Se o Grupo for incapaz de emitir os £8 mil milhões de acções Contingentes B, o negócio, resultados das operações, condição financeira, posição financeira e rácios do Grupo serão afectados, as suas notações de risco de crédito caíram, a sua capacidade de emprestar e aceder a financiamento será ainda mais limitado e o seu custo de financiamento pode aumentar. A ocorrência de algum ou todos esses eventos pode a queda substancial da cotação dos títulos e pode resultar na intervenção pelas Autoridades ou outras entidades reguladoras em outras jurisdições em que a empresa e as suas subsidiárias operam, o que pode incluir a nacionalização total, outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária ou revogação das autorizações e licenças necessárias para

conduzir os negócios do Grupo. Qualquer indemnização pagável aos detentores de títulos será sujeita às disposições da Lei Bancária e os investidores podem não receber qualquer valor pelos seus títulos (ver o factor de risco intitulado "a empresa e as suas subsidiárias bancárias do Reino Unido podem enfrentar o risco de nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária" acima).

O Grupo pode ter incluído os Activos Cobertos que são inelegíveis (ou que mais tarde se tornam inelegíveis) para protecção nos termos do APS. A protecção nos termos do APS pode ser limitado ou pode cessar de estar disponível quando os Activos Cobertos não estão correcta ou suficientemente ligado ou descrito, em que o Activo Coberto é alienado (no todo ou em parte) antes de um Activador, onde os termos do APS não se aplicam ou são incertos na sua aplicação onde os termos da própria protecção dá potencialmente origem a incerteza jurídica, em que certas condutas criminais ocorreu ou pode ter ocorrido a quebra do sigilo bancário, confidencialidade, protecção de dados ou leis similares podem ocorrer. Além disso, certos activos incluídos no APS não satisfazem os requisitos de elegibilidade dos Documentos do Programa. Em cada caso, isto reduziria os benefícios antecipados do APS para o Grupo.
Os Activos Cobertos incluem uma larga variedade e um número muito grande de activos e exposições complexos. Como resultado de um volume, variedade e complexidade significativa dos activos e exposições da complexidade resultante dos Documentos do Programa, podem ter sido incluídos activos ou exposições nos Activos Cobertos que não são elegíveis para protecção nos termos do APS, com o resultado desses activos ou exposições não estarem protegidos pelo APS. Além disso, se os Activos Cobertos não estiverem correcta ou suficientemente registados ou descritos para os fins da protecção APS nos termos do APS pode, em certas circunstâncias e sujeita a certas condições, não ser disponível ou pode ser limitada, incluindo por potencialmente ser limitado nos termos dos activos "como registado". Se o Activo Coberto for alienado antes da ocorrência de um Activador em relação a esse Activo Coberto, o Grupo perderá também a protecção nos termos do APS em relação a esse activo alienado ou, se o Activo Coberto for alienado em parte, em relação a essa parte alienada do Activo Coberto ou em algumas circunstâncias a todo o Activo Coberto, em cada caso, sem desconto da taxa pagável ao Tesouro britânico, salvo acordo em contrário, é alcançado com o Tesouro britânico no momento em questão, Além disso, uma vez que os termos da protecção de crédito disponível nos termos do APS são amplas e gerais (dada a escala e finalidade do APS e a grande variedade e o número muito grande de activos e exposições que se pretende incluir como Activos Cobertos) e em alguns momentos operacionalmente restritivas, certas Condições do Programa pode não se aplicar a activos, exposições ou cenários operacionais particulares ou a sua aplicabilidade pode ser incerta (por exemplo, em relação aos descobertos). Além disso, muitas destas disposições aplicam-se a partir de 31 de Dezembro de 2008 e, por conseguinte, podem não ter sido cumpridas entre esta data e a data de adesão da empresa ao APS. Em todo o caso, isto pode resultar num perda ou redução de protecção. Há alguns termos e condições limitados nas Condições do Programa que são enquadrados de tal como que podem dar origem a falta de certeza jurídica. Além disso, se um membro do Grupo tomar conhecimento, após um devido e razoável inquérito, que houve qualquer conduta criminal material ou sistémica por parte do Grupo (incluindo os seus administradores, executivos e trabalhadores) relativamente ou afectando qualquer Activo Coberto, algum ou todos esses activos podem deixar de ser protegidos pelo APS. O Tesouro britânico pode também pedir a retirada ou a empresa pode ela próprio considerar ser necessário retirar Activos Cobertos detidos em certas jurisdições onde a divulgação de certa informação ao Tesouro britânico pode resultar numa quebra do sigilo bancário, confidencialidade, protecção de dados e leis semelhantes. Além disso, foram incluídos £3 mil milhões de activos financeiros derivados e estruturados no APS que, por razões técnicas, actualmente ou que antecipa que em alguma momento não satisfazem os requisitos de elegibilidade especificados nos Documentos do Programa. Tesouro britânico e o Royal Bank acordaram negociar em boa-fé para estabelecer, logo que praticável, se (e se sim, em que medida) a cobertura deveria estender a certos activos derivados. Ademais, o Grupo emitiu um aviso de retirada em relação a aproximadamente £1,2 mil milhões de Activos Cobertos numa larga gama de classes de activos de modo a tirá-los do APS. O efeito de (i) o não ser elegível e/ou não registar ou descrever correctamente os Activos Cobertos, (ii) alienações de Activos Cobertos antes de um Activador, (iii) a incerteza de certas Condições do Programa e a exclusão de alguns activos e exposições do APS e potencial falta de certeza jurídica, (iv) a ocorrência de conduta criminal material ou sistémica por parte da empresa ou seus representantes relativamente ou afectando os Activos Cobertos ou quebra do sigilo bancário, confidencialidade, protecção de dados ou leis similares e (v) falha ou potencial falha do Tesouro britânico e o Royal Bank para atingir um acordo em relação a se (e se sim, em que medida), a cobertura se deveria estender a certos activos inelegíveis, pode (ou, em relação a activos que o Tesouro britânico e a empresa acordaram ser inelegíveis, poderá) ter impacto na exigibilidade e/ou nível de protecção disponível para o Grupo e pode reduzir significativamente a protecção antecipada pelo Grupo para as suas perdas. Ademais, não há capacidade para nomear activos ou exposições adicionais ou alternativos em lugar daqueles que deixam de ser cobertos pelo APS. Se o Grupo então for incapaz de encontrar métodos alternativos para melhorar e manter os seus rácios de capital, o seu negócio, resultados das operações , condição financeira sofrerão, as suas notações de risco de crédito podem cair, a sua capacidade de emprestar e aceder a financiamento será ainda mais limitada e o seu custo de financiamento pode aumentar. A ocorrência de algum ou de todos os eventos pode causar a diminuição substancial da cotação dos títulos e podem resultar na intervenção pelas Autoridades, que poderá incluir a nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária. Qualquer

indemnização pagável aos detentores de títulos será sujeita às disposições da Lei Bancária e os investidores podem nada receber pelos seus títulos.

Durante a vida do APS, certos ou todos os Activos Cobertos podem cessar de ser protegidos devido ao incumprimento das obrigações contínuas nos termos do APS, reduzindo o benefício do APS para o Grupo.

O Grupo está sujeito às limitações em acções que pode tomar em relação aos Activos Cobertos e certos activos relacionados e a extensas obrigações continuadas no âmbito das Condições do Programa relativamente ao governo da sociedade, gestão de activos, auditoria e relato. O cumprimento do Grupo com as Condições do Programa está dependente da sua capacidade em (i) implementar eficiente e exactamente os novos processos de aprovação e relato, governo da sociedade e sistemas de gestão de acordo com as Condições do Programa e (ii) cumprir as leis e regulamentos aplicáveis onde faz negócios. O Grupo tem operações complexas e geograficamente dispersas e o risco operacional no contexto do APS pode resultar de erros por trabalhadores ou terceiros, falha em documentar transacções ou procedimentos adequadamente ou em obter as autorizações adequadas de acordo com as Condições do Programa, avarias de equipamentos ou a inadequação ou falha de sistemas e controlos. Embora o Grupo tenha dedicado recursos financeiros e operacionais substanciais, e pretenda dedicar mais recursos substanciais, o desenvolvimento de procedimentos eficientes para tratar com os requisitos do APS e formar pessoal, não é possível ter a certeza de que estas acções serão eficazes para controlar todos os riscos operacionais enfrentados pelo Grupo ou fornecer a informação nos períodos de tempo necessários no contexto do APS. Visto que os sistemas operacionais do Grupo não foram originalmente concebidos para facilitar o cumprimento com estas extensas obrigações continuadas, há o risco de que o Grupo não cumpra com algumas destas obrigações. O risco é particularmente agudo no período imediatamente a seguir ao APS entrar em vigor. Alguns dos requisitos de relato, em especial, são amplos no seu âmbito exigido e difíceis pelos prazos exigidos. Há, por isso, uma real possibilidade de a empresa, pelo menos inicialmente, não ser capaz de conseguir o cumprimento total. Quando o Grupo está em infracção às suas obrigações continuadas nos termos das Condições do Programa em relação a quaisquer Activos Cobertos, activos relacionados ou outras obrigações, ou de qualquer outro modo incapazes de proporcionar ou verificar a informação exigidas nos termos do APS dentro dos prazos estabelecidos, a recuperação das perdas nos termos do APS pode estar negativamente afectada, pode levar a um pedido de indemnização e o Tesouro britânico pode, além disso, ter o direito de exercer certos direitos de intervenção que pode exercer uma supervisão, direitos de administração directa e certos outros direitos, incluindo o direito de modificar certas estratégias, políticas ou sistemas do Grupo. Por conseguinte, há um risco de que os Activos Cobertos em relação aos quais o Grupo tenha falhado o cumprimento com as suas obrigações continuadas nos termos das Condições do Programa não estejam protegidos ou totalmente protegidos pelo APS. Como não há capacidade de nomear activos ou exposições adicionais ou alternativos para cobrir nos termos do APS, o efeito dessas falhas terá impacto no nível de protecção disponível para o Grupo e pode reduzir ou eliminar na sua totalidade a protecção antecipada pelo Grupo para as suas perdas sob pressão, caso em que os seus negócios, resultados de operações e condição financeira sofrerão, as suas notações de risco de crédito podem cair, a sua capacidade de emprestar e aceder a financiamento será ainda mais limitado e o seu custo de financiamento pode aumentar. A ocorrência de algum ou de todos os eventos pode causar a diminuição substancial da cotação dos títulos e podem resultar na intervenção pelas Autoridades, que poderá incluir a nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária. Qualquer indemnização pagável aos detentores de títulos será sujeita às disposições da Lei Bancária e os investidores podem nada receber pelos seus títulos.

As Condições do Programa podem ser modificadas pelo Tesouro britânico em certas circunstâncias prescritas, que podem resultar numa perda ou redução na protecção fornecida pelo APS em relação a certos Activos Cobertos, custos aumentados para o Grupo em relação ao APS ou limitações nas operações do Grupo.

O Tesouro britânico pode, no seguimento de consulta com a empresa, modificar ou substituir certas Condições do Programa da maneira que considerar necessária (agindo razoavelmente) para:

- remover ou reduzir (ou remediar os seus efeitos) qualquer conflito entre: (i) a operação, interpretação ou aplicação de certas Condições do Programa; e (ii) quaisquer princípios globais que regem o APS;
- corrigir qualquer erro manifesto contido em certas Condições do Programa; ou
- levar em consideração qualquer alteração na lei.

O Tesouro britânico apenas pode efectuar uma modificação ou substituição de uma Condição do Plano se (i) for consistente com todos os Princípios do Plano, (ii) não tenha havido notificação formal da FSA que essa modificação resultaria em que alguma protecção fornecida ao Royal Bank ao abrigo do APS deixasse de cumprir certos requisitos para mitigação de risco de crédito elegível e (iii) o Tesouro britânico considerou em boa-fé e teve em atenção quaisquer pedidos, comunicações ou declarações de ou feitas pelo Royal Bank em relação ao impacto antecipado da modificação da proposta ao abrigo de qualquer regime de adequação de fundos próprios fora do Reino Unido que seja obrigatório para o Royal Bank ou uma Entidade Coberta.

Essas modificações ou substituições podem ser retrospectivas e podem resultar numa perda ou redução na protecção esperada pelo Grupo nos termos do APS em relação a certos Activos Cobertos, um aumento nas ponderações de risco dos Activos Cobertos (quer no Reino Unido, quer no estrangeiro), um aumento significativo nas obrigações de relato continuadas ou condições de gestão de activos aplicáveis ao Grupo ao brigo das Condições do Programa ou um aumento significativo nas despesas incorridas ou custos pagáveis pelo Royal Bank nos termos do APS. As modificações feitas pelo Tesouro britânico às Condições do Programa podem resultar em restrições ou limitações às operações do Grupo. As consequências de quaisquer dessas modificações pelo Tesouro britânico são impossíveis de quantificar e são difíceis de predizer e podem ter um efeito negativo significativo na condição financeira e resultados de operações do grupo.

Devido à complexidade do APS e possíveis desenvolvimentos do capital regulamentar, a operação do APS e a emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se necessário, de £8 mil milhões de acções Contingentes B pode não conseguir atingir o efeito desejado na posição do capital regulamentar do Grupo. Isto pode significar que a participação do Grupo no APS e a emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se necessário, de £8 mil milhões de acções Contingentes B não melhorar suficientemente, ou mesmo nada, a confiança do mercado no Grupo. Isto pode resultar em o grupo enfrentar o risco de nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária.

Um dos principais objectivos do APS e a recente emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se necessário, de £8 mil milhões de acções Contingentes B era o de melhorar os rácios de capital a um nível consolidado para o Grupo e a um nível individual para certos membros relevantes do Grupo. O Royal Bank celebrará, ou poderá celebrar, no futuro certos acordos *back-to-back* com membros do grupo que detêm activos ou exposições a serem cobertos pelo APS, de modo a assegurar que os rácios de capital destas entidades também são melhorados em virtude do APS. Como o APS e alguns dos acordos *back-to-back* associados são uma forma única de protecção de crédito sobre uma gama complexa de Activos Cobertos diversificados em várias jurisdições. há o risco de que a interpretação do requisitos de capitais regulamentares relevantes por uma ou mais entidades reguladoras possam diferir da que é assumida pelo Grupo, com o resultado de que a antecipada melhoria dos rácios de capital do Grupo posssa não ser totalmente conseguida. Há ainda um outro risco de que, dado que os requisitos de capital regulamentar actual e os órgãos reguladores que regem estes requisitos estão sujeitos a níveis sem precedentes de análise e escrutínio, tanto mundial como localmente, o tratamento do capital regulamentar diferente do assumido pelo Grupo em relação ao APS, tratamento da emissão de acções B ou acordos *back-to-back* também pode ocorrer devido às alterações na lei ou regulamentação, entidades reguladoras ou interpretação dos regimes de capital regulamentar aplicável ao Grupo e/ou APS e/ou as acções B e/ou os acordos *back-to-back* acima descritos. Se a participação no APS e a emissão de £25,5 mil milhões de acções B e, se exigido, de £8 mil milhões de acções Contingentes B não forem suficientes para manter os rácios de capital do Grupo, isto pode fazer com que o negócio, resultados de operações e condição financeira do Grupo sofram, a sua notação de risco de crédito caia, a sua capacidade de emprestar e aceder ao financiamento seja ainda mais limitada e o seu custo de financiamento aumente. A ocorrência de algum ou de todos os eventos pode causar a diminuição substancial da cotação dos títulos e podem resultar na intervenção pelas Autoridades, que poderá incluir a nacionalização total ou outros procedimentos de resolução nos termos da Lei Bancária. Qualquer indemnização pagável aos detentores de títulos será sujeita às disposições da Lei Bancária e os investidores podem nada receber pelos seus títulos.

Os custos da participação do Grupo no APS podem ser maior do que os montantes recebidos no âmbito do mesmo.

Os custos de participação no APS incorridos pelo Grupo para com o Tesouro britânico incluem uma taxa de £700 milhões, paga adiantadamente para os primeiros três anos de APS e £500 milhões por ano a seguir até o primeiro dos seguintes factos ocorrer (i) a data de término do APS e (ii) 31 de Dezembro de 2099. A taxa pode ser paga em dinheiro ou, sujeita ao consentimento do Tesouro britânico, pela renúncia a certas isenções fiscais no Reino Unido que são tratadas como activos por impostos diferidos (nos termos dos três acordos que fornecem o direito, por opção das empresas, sujeita ao consentimento do Tesouro britânico, para satisfazer no todo ou em parte a taxa anual em relação ao APS e os £8 mil milhões de acções B e os pagamentos de dividendos (se feitos) sobre os £25,5 mil milhões de acções B, e a taxa de saída pagável em conexão com qualquer término da participação do Grupo no APS, ao renunciar ao direito de certas isenções fiscais no Reino Unido que são tratados como activos por impostos diferidos (Renúncia de Prejuízo Fiscal) ou ser financiado por mais um emissão de acções B para o Tesouro britânico. À saída, aplicar-se-ão as taxas descritas no factor de risco abaixo, intitulado "a empresa pode ter que reembolsar quaisquer pagamentos líquidos feitos pelo Tesouro britânico nos termos do APS de modo a terminar a sua participação no APS". Além disso, o Grupo pode estar sujeito a responsabilidades adicionais em conexão com os acordos intragrupo associados. Foram ou também podem ser incorridos custos significativos no (i) estabelecimento do APS (incluindo uma porção dos custos do Tesouro britânico atribuídos ao Royal Bank pelo Tesouro britânico), (ii) implementação do APS, incluindo a construção dos sistemas internos da empresa e, como consequência das suas obrigações de gestão e administração em curso nos termos das Condições do Programa, tal como cumprir com (a) as extensas obrigações continuadas de governo da sociedade, relato, auditoria e outras do APS e (b) o

objectivo de gestão de activos que é geralmente aplicado sempre aos Activos Cobertos e exigirá um aumento de empréstimos em certas circunstâncias e (iii) pagamento da taxa anual de cinco anos para as acções B iniciais e a Subscrição Contingente de £320 milhões menos 4 por cento de: (a) o valor de quaisquer acções B subscritas nos termos da Subscrição Contingente; e (b) o montante pelo qual a Subscrição Contingente foi reduzida nos termos de qualquer exercício pela Empresa de uma terminação parcial da Subscrição Contingente (pagável em dinheiro ou, com o consentimento do Tesouro britânico, ao renunciar a certas isenções fiscais do Reino Unido que são tratados como activos por impostos diferidos (nos termos da Renúncia de Prejuízos Fiscais), ou financiado para a emissão de mais acções B para o Tesouro britânico). Além disso, há despesas correntes associadas com o cumprimento das Condições do Programa, incluindo os custos e despesas dos consultores profissionais do Royal Bank e Tesouro britânico. Espera-se que estas despesas sejam significativas devido à complexidade do APS, a necessidade de melhorar os sistemas existentes do Grupo de modo a cumprir as obrigações de relato exigidas pelo APS e as obrigações do Royal Bank nos termos das Condições do Programa de pagar ao Tesouro britânico e aos consultores custos em relação ao APS. Além disso, o Grupo tem algumas outras exposições financeiras em conexão com o APS, incluindo (i) uma obrigação para indemnizar o Tesouro britânico, qualquer entidade governamental ou seus representantes e (ii) por um período mínimo de dois anos a partir de um Activador até o pagamento ser feito pelo Tesouro britânico nos termos do APS, a exposição aos custos de financiamento de manter os activos e exposições no seu balanço, enquanto recebe juros com base na "Sterling General Collateral Repo Rate" conforme exibida no serviço Bloomberg, ou qualquer outra taxa, como notificada pelo Tesouro britânico oportunamente como reflectindo os custos dos financiamentos. O efeito acumulado dos custos de adesão, estabelecimento e operacionais do APS e os custos e despesas permanentes, incluindo os custos de consultores profissionais, pode reduzir significativamente ou mesmo eliminar os montantes antecipados a serem recebidos pelo Grupo ao abrigo do APS.

Os montantes recebidos ao abrigo do APS, cujos montantes são difíceis de quantificar com precisão, podem ser inferiores aos custos de participação, como acima descrito. Não há outros benefícios não caixa antecipados da participação do Grupo, que inclui os benefícios de capital regulamentar acima referidos e a potencial protecção de perdas futuras, que são eles próprios, também, difíceis de quantificar.

A empresa pode ter que reembolsar quaisquer pagamentos líquidos feitos pelo Tesouro britânico no âmbito do APS de modo a terminar a sua participação no APS.

Durante a sua participação no APS, o Royal Bank pagará uma taxa de participação anual ao HM Treausry. A taxa anual, que é pagável antecipadamente, é de £700 milhões por ano nos primeiros 3 anos da participação da empresa no APS e de £500 milhões por ano depois disso, até à primeira das seguintes ocorrências (i) a data de terminação do APS e (ii) 31 de Dezembro de 2099. Nos termos do Acordo de adesão e da Renúncia de Prejuízos Fiscais, sujeito ao consentimento do Tesouro britânico, toda ou parte da taxa de saída (mas não o reembolso dos pagamentos líquidos recebidos pelo Royal Bank do Tesouro britânico ao abrigo do APS) pode ser paga pela renúncia a certas isenções fiscais do Reino Unido que são tratadas como activos por impostos diferidos (nos termos da Renúncia de Prejuízos Fiscais). Os administradores podem, no futuro, concluir que o custo desta taxa anual, em conjunto com outros custos da participação do Grupo no APS não compensa os benefícios da participação continuada do Grupo e, por conseguinte, que a participação do Grupo no APS deve ser terminada. No entanto, de modo a terminar a participação do Grupo no APS, o Grupo tem que ter a aprovação da FSA e pagar uma taxa de saída que é um montante igual a (a) o maior de (i) a taxa agregada acumulada de £2,5 mil milhões e (ii) 10 por cento da redução agregada anual nos requisitos de capital Pilar I em relação aos activos cobertos pelo APS até ao momento da saída menos (b) o agregado das taxas anuais pagas até à data de saída. No caso de o Grupo ter recebido pagamentos do Tesouro britânico ao abrigo do APS em relação a perdas de quaisquer Activos Disparados, deve ser negociado um pagamento de saída satisfatório do APS ou, na ausência desse acordo, reembolsar o Tesouro britânico de quaisquer pagamentos líquidos feitos pelo Tesouro britânico nos termos do APS em relação a perdas nos Activos Disparados.

O efeito do pagamento da taxa de saída e, potencialmente, o reembolso dos pagamentos líquidos que recebeu do Tesouro britânico ao abrigo do APS pode reduzir significativamente ou mesmo eliminar quaisquer benefícios complementares antecipados de capital regulamentar para o Grupo proveniente da sua participação no APS ou se a aprovação da FSA para o término proposto não for obtido ou pode ter um impacto negativo nos resultados de operação ou resultar na perda de valor dos seus títulos. Alternativamente, se o Grupo for incapaz de reembolsar o Tesouro britânico no total a taxa de saída e potencialmente os pagamentos líquidos que recebeu ao abrigo do APS e, por conseguinte, incapaz de terminar a sua participação no APS, o Grupo pode ser obrigado, nos termos das Condições do Programa, a continuar a pagar a taxa anual ao Tesouro britânico até 31 de Dezembro de 2099, o que pode ter um impacto negativo na condição financeira e resultados de operação no Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos.

Sob certas circunstâncias, a empresa não pode ter a certeza que os activos do ABN AMRO (e certas outras entidades) vão continuar a ser cobertos ao abrigo do APS, quer como resultado de uma retirada desses activos ou como resultado de uma infracção das obrigações relevantes.

Se o Tesouro britânico procurar exercer o seu direito de nomear um ou mais administradores de intervenção em relação à gestão e administração dos Activos Cobertos detidos pelo ABN AMRO ou suas subsidiárias detidas a 100%, o ABN AMRO irá, em certas circunstâncias, precisar de procurar o consentimento do Banco Central holandês para lhe permitir cumprir com essa intervenção. Se este consentimento não for obtido à data (que não será antes de 10 dias úteis após a comunicação do Tesouro britânico) em que os direitos de intervenção se tornam eficazes, e não são possíveis outras opções para efectivar o cumprimento (de modo algum ou porque os custos envolvidos se mostraram proibitivos), estes activos precisaram de ser retirados do APS pelo Royal Bank quando admissível nos termos das Condições do Programa ou, de qualquer outro modo, com o consentimento do Tesouro britânico. Se o Royal Bank não puder retirar esses Activos Cobertos do APS, provavelmente, irá perder a protecção em relação a esses activos ao abrigo do APS e/ou pode ser responsável nos termos da sua indemnização para com o Tesouro britânico. Se o Royal Bank perder cobertura ao abrigo do APS em relação a qualquer Activo Coberto detido pelo ABN AMRO ou pelas suas subsidiárias totalmente controladas, quaisquer perdas incorridas nessas activos continuarão a ser suportadas totalmente pela empresa e pode ter um impacto negativo significativo sobre a sua condição financial, rentabilidade e rácios de capital. Questões similares em certas outras jurisdições, mas os Activos Cobertos relevantes são de um valor inferior.

Os extensos requisitos de governo de sociedade, gestão de activo e informação nos termos das Condições do Programa e os direitos de intervenção do Tesouro britânico pode servir para limitar significativamente as operações do Grupo. Além disso, a reacção do mercado a esses controlos e limitações podem ter um impacto negativo na cotação dos títulos.

Ao abrigo das Condições do Programa, o Grupo tem extensas obrigações de governo da sociedade, gestão de activos, auditoria e informação que visam garantir (entre outras coisas) que (i) não há prejuízo, discriminação ou efeito negativo desproporcional na gestão e administração dos Activos Cobertos quando comparado com a gestão e administração de outros activos do Grupo que estão fora do APS e (ii) Tesouro britânico é capaz de gerir e avaliar a sua exposição ao abrigo do APS, executar quaisquer outras funções dentro das responsabilidades do Tesouro britânico ou proteger ou melhorar a estabilidade do sistema financeiro do Reino Unido. Qualquer informação obtida pelo Tesouro britânico através dos seus direitos de informação ao abrigo do APS pode ainda ser divulgada pelo Tesouro britânico a outras agências governamentais, o Parlamento do Reino Unido, a Comissão Europeia e, em sentido mais lato, se o Tesouro britânico determinar que fazer isso é necessário, por exemplo, para proteger a estabilidade do sistema financeiro do Reino Unido.

Ademais, o Tesouro britânico tem o direito, ao abrigo das Condições do Programa, nomear um ou mais administradores de intervenção (nomeados ou aprovados pelo Tesouro britânico) para exercer certos direitos de intervenção após a ocorrência de certos eventos especificados. Os direitos de intervenção são extensos e incluem uma certa supervisão, investigação, aprovação e outros direitos, o direito de exigir a modificação ou substituição de algum dos sistemas, controlos, processos e práticas do Grupo e extensos direitos em relação para a gestão e administração directa dos Activos Cobertos. Se o Royal Bank não cumprir as instruções do administrador de intervenção, uma vez nomeado, o Royal Bank pode perder protecção ao abrigo do APS em relação a todos ou alguns dos Activos Cobertos. O administrador de intervenção pode ser uma pessoa aprovada pelo Tesouro britânico e não pela empresa.

As obrigações de pagamento do Tesouro britânico ao abrigo dos Documentos de Plano são capazes de ser transferidas para qualquer terceiro 8desde que a transferência não afecte as ponderações de risco que a empresa tem o direito de aplicar às suas exposições para os Activos Cobertos). Os direitos de intervenção, juntamente com outros direitos, poderes e discrições de monitorização, administração e aplicação do Tesouro britânico nos termos dos Documentos do Programa, são capazes de ser transferidos para qualquer entidade governamental.

As obrigações do Grupo e os direitos do Tesouro britânico podem, individualmente ou em agregado, afectar o modo como o grupo gere os seus negócios e pode servir para limitar as operações do Grupo com o resultado do negócio, resultado de operações e condição financeira do Grupo irem sofrer.

Qualquer conversão das acções B, em combinação com qualquer compra futura pelo HM Tresury das acções ordinárias, aumentaria a participação de controlo do Tesouro britânico na empresa e poderia resultar na saída da bolsa das acções da empresa.

Em 22 de Dezembro a empresa emitiu £25,5 mil milhões de acções B para o Tesouro britânico. As acções B são convertíveis, por opção do detentor em qualquer altura, em acções ordinárias a um preço inicial de conversão de £0,50 por acção ordinária. Embora o Tesouro britânico tenha concordado em não converter quaisquer acções B que detém se, como resultado dessa conversão, ele detivesse mais de 75 por cento das acções ordinárias, se o Tesouro britânico fosse adquirir acções ordinárias adicionais que não através da conversão das acções B, essas aquisições adicionais podem aumentar significativamente a participação de controlo do Tesouro britânico na empresa acima dos 75 por cento do capital de acções ordinárias da empresa emitido, o que colocaria a empresa em infracção dos requisitos das Regras de Cotação de Bolsa de que pelo menos 25 por cento do seu capital em acções ordinárias emitidas esteja em mãos privadas. Embora a empresa possa pedir à UKLA por uma renúncia a essas circunstâncias, não há garantia que seja renúncia seja concedida, o que poderia resultar na saída de cotação da empresa do

Boletim Oficial da bolsa e potencialmente de outras bolsas onde os seus valores mobiliários estão correntemente cotados e são negociados. Em adição, o Tesouro britânico não terá direito a voto em relação às acções B ou em relação ao Dividend Access Share na medida, mas apenas na medida, que os votos expressos nessas acções B e/ou essa Dividend Access Share, juntamente com quaisquer outros votos que o Tesouro britânico tem o direito de expressar em relação a qualquer outras acções ordinárias detidas por ou em nome do Tesouro britânico, excederem os 75 por cento do total dos votos elegíveis a serem expressos numa resolução apresentada numa assembleia-geral da empresa.

Qualquer compra de acções B pelo Tesouro britânico irá, quando tomada em conjunto com a sua participação existente em acções ordinárias, aumentar o seu interesse económico na empresa terá um correspondente efeito de diluição nos outros accionistas da empresa em relação a dissolução da empresa e pagamento de dividendos.

A emissão da empresa para o Tesouro britânico de £25,5 mil milhões de acções B no momento em que acedeu ao APS aumentou o interesse económico do Tesouro britânico na empresa para 84,4 por cento. Além disso, o Tesouro britânico comprometeu-se a subscrever até uns adicionais £8 mil milhões em montante agregado de acções Contingentes B para o Período Contingente, se certas condições forem atingidas. No seguimento da emissão adicional, e assumindo a não existência de outras emissões dilutivas, o interesse económico do Tesouro britânico na empresa cresceria para 86,4 por cento. Além disso, o interesse económico do Tesouro britânico aumentaria também se a empresa decidir emitir acções B para o Tesouro britânico como meio de pagamento da taxa anual devida nos termos do APS ou Subscrição Contingente (ambas a exigirem o consentimento do Tesouro britânico), ou financiar pagamentos de dividendos nos termos do Dividend Access Share. Como as acções B se classificam *pari passu* com as acções ordinárias numa dissolução da empresa e o Dividend Access Share dá direito ao Tesouro britânico a um dividendo melhorado calculado com base no número de acções B emitidas, qualquer aumento no interesse económico do Tesouro britânico na empresa terá um correspondente efeito dilutivo nos outros accionistas no caso de uma dissolução da empresa e em relação ao pagamento de dividendos.

Uma proporção significativa do tempo e recursos da gestão de topo terão que ser empenhadas no APS, o que pode ter um efeito negativo significativo no resto de negócio do Grupo.

O Grupo espera que um tempo e recursos significativos da gestão de topo e de trabalhadores essenciais terão que ser dedicados na operação em curso do APS, incluindo governo da sociedade, gestão de activos e relato e, em geral, assegurar o cumprimento com as Condições do Programa. O tempo e recursos exigidos de dedicação ao APS pela gestão de topo e de outros trabalhadores essenciais do Grupo é susceptível de colocar exigências adicionais na gestão de topo em adição ao tempo e recursos necessários para se dedicarem ao resto dos negócios do Grupo. Além disso, e independente da participação do Grupo no APS, estão a ser introduzidas reduções significativas no pessoal em todos os níveis de gestão no contexto de uma reestruturação do Grupo. A capacidade do Grupo em implementar a sua estratégia global depende da disponibilidade da sua gestão de topo e de outros trabalhadores essenciais. Se o grupo for incapaz de dedicar recursos de gestão de topo suficientes para os negócios do Grupo fora do APS, o seu negócio, resultados de operações e condição financeira serão afectados.

O custo da Renúncia a Prejuízos Fiscais e compromissos relacionados é incerto e o Grupo pode ficar sujeito a responsabilidades fiscais adicionais em conexão com o APS.

É difícil valorar com precisão o custo para o Grupo se a empresa optar, sujeita ao consentimento do Tesouro britânico, para satisfazer a taxa anual em relação ao APS e à Subscrição Contingente e qualquer taxa de saída (pagável para terminar a participação do Grupo no APS) ao renunciar a certas isenções fiscais Reino Unido que são tratadas como activos por impostos diferidos nos termos da Renúncia de Prejuízo Fiscal. O Custo dependerá de factores indetermináveis, incluindo a medida de perdas futuras, a medida em que o Grupo volta a ser rentável e em quaisquer alterações nas leis fiscais. Para além de sofrer maiores responsabilidades fiscais em anos futuros como resultado da Renúnica a Prejuízos Fiscais, o Grupo também pode ser sujeito a outras responsabilidades fiscais no Reino Unido e no estrangeiro em conexão com o APS e os acordos intragrupo associados que de outro modo não emergiriam. A Renúncia a Prejuízos Fiscais dispõe que o Grupo não poderá realizar acordos que tenha como finalidade principal reduzir o custo líquido da Renúnica a Prejuízos Fiscais. É pouco claro como, precisamente, estas restrições se aplicarão, mas é possível que elas possam imitar as operações e a rentabilidade depois de impostos futura do Grupo.

De modo a cumprir as suas obrigações de divulgação nos termos do APS, o Grupo pode incorrer no risco de processos judiciais, responsabilidade criminal e acções do regulador.

As Condições do Programa exigem que certa informação relativa aos Activos Cobertos sejam divulgados em relação ao Tesouro britânico para permitir que este quantifique, faça a gestão e avalie a sua exposição nos termos do APS. A FSA emitiu avisos ao Royal Bank a pedir que a informação que o Tesouro britânico exige nos termos dos Documentos do Programa antes da adesão e participação do Grupo no APS (e certas outras informações que o Tesouro britânico exigiu nos termos dos Documentos do Programa, no seguimento da adesão do Grupo), seja fornecida por ele através dos poderes segundo a FSMA e a Lei Bancária. Na medida em que é regulado pela FSA, o grupo tem uma obrigação legal para

cumprir estes pedidos de divulgação da FSA. No entanto, ao cumprir com estas obrigações de divulgação e o fornecimento dessas informação à FSA, o Grupo pode, em certas jurisdições, incorrer no risco de processos judiciais ou acções do regulador (que podem incluir multas), na medida em que divulgar informação relacionada com os resultados dos Activos Cobertos no Grupo quebra a *common law* comum ou leis de confidencialidade regulamentares, compromissos contratuais, leis de protecção de dados, sigilo bancário e outras leis que restringem a divulgação. Não há garantia que futuros pedidos de informação serão feitos da mesma maneira pela FSA. Os pedidos feitos directamente pelo Tesouro britânico nos termos do APS são susceptíveis de expor o Grupo a um risco maior desses processos judiciais ou acção do regulador. Acções negativas do regulador ou opiniões adversas em litigação pode resultar num efeito negativo significativo na reputação ou resultados de operações do Grupo ou resultar numa perda de valor dos seus títulos. Em alternativa, de modo a evitar o risco desses processos judiciais ou acções dos reguladores ou evitar o risco de responsabilidade criminal, o Grupo pode escolher ou (no caso de responsabilidade criminal) obrigado a retirar Activos Cobertos do APS para assim não ser obrigado a divulgar ao Tesouro britânico essa informação, com os resultados desses activos não ficarem protegidos pelo APS. O efeito da remoção desses Activos Cobertos terá impacto no nível de protecção disponível para o Grupo e pode reduzir significativamente a protecção antecipada pelo Grupo para as suas perdas em tensão, caso em que os seus negócios, resultados de operações e condição financeira irão ser afectados.

Quando o Grupo divulgar informação ao Tesouro britânico como acima estabelecido, o Tesouro britânico pode divulgar esta informação a vários terceiros para certas finalidades específicas. Tais divulgações pelo Tesouro britânico pode pôr o Grupo em infracção da *common law* ou leis de confidencial regulamentares, compromissos contratuais, leis de protecção de dados, sigilo bancário ou outras leis que restringem a divulgação.

Destaques financeiros

	Pró-forma		Oficial	
	2009	Reexpresso (1) 2008	2009	Reexpresso (1) 2008
para o exercício findo a 31 de Dezembro	£m	£m	£m	£m
Total de proveitos (2)	29.425	20.599	38.690	25.868
Perda operacional (3)	(6.232)	(6.938)	(2.595)	(40.836)
Perda operacional antes de imposto (4)	(1.928)	(8.296)	(2.595)	(40.836)
Perda atribuível a accionistas ordinários e B	(3.607)	(24.306)	(3.607)	(24.306)
Rácio custo/proveitos (5)	59,1%	78,6%	55,5%	209,5%
Perda básica por acção de operações continuadas (pence)	(6,3p)	(146,2p)	(6,3p)	(146,2p)
Perda ajustada por acção (pence) (6)	(13,2p)	(43,1p)	–	–

		Pró-forma		Oficial	
		2009	2008	2009	2008
em 31 de Dezembro		£m	£m	£m	£m
Total de activo		1.522.481	2.218.693	1.696.486	2.401.652
Empréstimos concedidos e contas a receber – clientes		595.694	731.265	728.393	874.722
Depósitos		636.252	781.070	756.346	897.556
Situação líquida		77.736	58.879	77.736	58.879
Rácio risco/activo	– Core tier 1	11,0%	5,9%	11,0%	6,6%
	– Tier 1	14,4%	9,9%	14,1%	10,0%
	– Total	16,3%	14,2%	16,1%	14,1%

Notas:

(1) Os resultados pró-forma e oficial para 2008 foram reexpressos segundo a emenda de IFRS 2 "Pagamento com Base em Acções". Isto resultou num aumento de custos com o pessoal que se elevou a £169 milhões tanto nos resultados pró-forma como oficial.

(2) O total de proveitos de pró-forma exclui o ganho em resgate da dívida própria e alienações estratégicas. Na demonstração de resultados consolidada oficial, estes itens estão incluídos no total de proveitos.

(3) A perda operacional pró-forma representa as perdas antes de impostos, amortização dos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganho em resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em redução de pensões e bónus fiscais.

(4) Pró-forma exclui abatimento do goodwill e outros activos intangíveis.

(5) Pró-forma rácio custo/proveitos representa as despesas operacionais excluindo a amortização dos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e de outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscais expressos como percentagem do total de proveitos excluindo a redenção da dívida própria e alienações estratégicas.

(6) A perda ajustada por acção ordinária e B é baseada aos lucros das operações continuadas ajustadas pela amortização dos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganho em resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em redução de pensões e bónus fiscais.

Síntese dos resultados

Como discutido em na página 51, os resultados do ABN AMRO estão totalmente consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo. Consequentemente, os resultados oficiais do RBS para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 incluem os resultados do ABN AMRO. Os interesses do Estado Holandês e Santander na RFS Holdings estão incluídos em interesses minoritários.

Os resultados pró-forma foram elaborados para incluir apenas aquelas unidades de negócio do ABN AMRO que serão mantidas pelo RBS. A análise financeira e o desempenho por divisão na Análise por actividade concentra-se nos resultados pró-formas. As bases de elaboração dos resultados pró-forma são pormenorizadas na página 113.

Resumo da demonstração de resultados consolidada para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009

Na demonstração de resultados pró-forma abaixo estabelecida, a amortização dos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganho em resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em redução de pensões e bónus fiscais são mostradas em separado. Na demonstração de resultados consolidada oficial abaixo estabelecida e na página 241, estes itens estão incluídos em proveitos não provenientes de juros e despesas operacionais, como apropriado.

	Pró-forma 2009	Reexpresso (1) 2008	Oficial 2009	Reexpresso (1) 2008
Margem financeira	13.567	15.764	16.504	18.675
Serviços e comissões a receber	8.738	8.845	9.831	9.831
Serviços e comissões a pagar	(2.790)	(2.411)	(2.822)	(2.386)
Outros proveitos não provenientes de juros	4.644	(7.308)	9.633	(6.578)
Proveitos de prémios de seguros líquidos	5.266	5.709	5.544	6.326
Proveitos não provenientes de juros	15.858	4.835	22.186	7.193
Total de proveitos	29.425	20.599	38.690	25.868
Despesas de exploração	(17.401)	(16.188)	(21.478)	(54.202)
Resultado antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidade	12.024	4.411	17.212	(28.334)
Reclamações de seguros líquidas	(4.357)	(3.917)	(4.857)	(4.430)
Resultado operacional antes de perdas por imparidade	7.667	494	12.355	(32.764)
Perdas por imparidade	(13.899)	(7.432)	(14.950)	(8.072)
Perda operacional (2)	(6.232)	(6.938)	(2.595)	(40.836)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	(272)	(443)	—	—
Custos de integração e reestruturação	(1.286)	(1.357)	—	—
Ganho em resgate de dívida própria	3.790	—	—	—
Alienações estratégicas	132	442	—	—
Ganhos em reduções de pensões	2.148	—	—	—
Bónus fiscais	(208)	—	—	—
Perda operacional antes de imposto	(1.928)	(8.296)	(2.595)	(40.836)
Crédito fiscal	339	1.280	371	2.323
Perda de operações continuadas	(1.589)	(7.016)	(2.224)	(38.513)
Perda de operações descontinuadas líquidas de imposto	(72)	(86)	(99)	3.971
Perda do exercício	(1.661)	(7.102)	(2.323)	(34.542)
Interesses minoritários	(648)	(412)	(349)	10.832
Acções preferenciais e outros dividendos	(935)	(596)	(935)	(596)
Perda atribuível a accionistas ordinários e B antes de abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	(3.244)	(8.110)	(3.607)	(24.306)
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	(363)	(16.196)	—	—
Perda atribuível a accionistas ordinários e B	(3.607)	(24.306)	(3.607)	(24.306)
Perda básica por acção ordinária e B de operações continuadas	(6,3p)	(146,3p)	(6,3p)	(146,3p)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	0,4p	2,1p		
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	0,7p	97,8p		
Custos de integração e reestruturação	1,6p	5,9p		
Ganho em resgate de dívida própria	(6,8p)	—		
Alienações estratégicas	(0,3p)	(2,7p)		
Ganhos em reduções de pensões	(3,0p)	—		
Bónus fiscais	0,4p	—		
Perda ajustada por acção ordinária e B de operações continuadas	(13,2p)	(43,1p)		

Nota:

(1) Os resultados pró-forma e oficial para 2008 foram reexpressos segundo a emenda de IFRS 2 "Pagamento com Base em Acções". Isto resultou num aumento de custos com o pessoal que se elevou a £169 milhões tanto nos resultados pró-forma como oficial.

(2) A perda operacional pró-forma do Grupo exclui a amortização dos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganho em resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em redução de pensões e bónus fiscais.

2009 comparado com 2008 – resultados pró-forma

Perdas operacionais

As perdas operacionais do Grupo, excluindo amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação, ganho no resgate da dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscais foi de £6.232 milhões, em comparação com um perda de £6.938 milhões em 2008. A redução da perda foi, principalmente, o resultado de um substancial aumento dos proveitos não provenientes, parcialmente compensados por um aumento significativo nas perdas por imparidade e uma menor margem financeira.

Após a amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação, ganho no resgate da dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscais, o Grupo registou uma perda antes de imposto de £2.291 milhões em comparação uma perda antes de imposto de £25.207 milhões em 2008.

Após impostos, os interesses minoritários e dividendos de acções preferenciais outros, a perda atribuível a accionistas ordinários e B foi de £3.607 milhões, em comparação com uma perda atribuível de £24.306 milhões em 2008.

Total de proveitos

O total de proveitos, excluindo o ganho de resgate de dívida própria e alienações estratégicas, aumentou em 43% para £29.425 milhões, reflectindo principalmente uma redução significativa em perdas de crédito e outras perdas de mercado. Uma volatilidade de mercado aumentada e uma forte procura do cliente num ambiente de negociação positivo também contribuíram para esta melhoria. Enquanto os proveitos desceram marginalmente me UK Corporate e manteve-se firme em Retail & Commercial Banking e RBS Insurance, ocorreu uma melhoria significativa em Global Banking & Markets, reflectindo uma redução nas perdas de crédito e outras perdas de mercado e um mercado de negociação mais flutuante durante o ano em comparação com 2008.

Margem financeira

A margem financeira caiu em 14% para £13.567 milhões, com os empréstimos e adiantamentos médios a clientes a descer 4% com depósitos de clientes médios a descerem 7%. A margem financeira do Grupo caiu de 2,08% para 1,76%, reflectindo amplamente a pressão das margens de passivo, taxas dadas em muitos produtos de depósito já nos *floors* num ambiente de baixas taxas de juro e forte concorrência, particularmente para depósitos de longo prazo e acumulação da carteira de liquidez do Grupo.

Proveitos não provenientes de juros

Os proveitos não provenientes de juros aumentaram para £15.858 milhões, partindo de £4.835 milhões em 2008, reflectindo largamente uma forte melhoria nos proveitos da actividade de negociação, pois as melhores avaliações de activos levaram a menores perdas de mercado de crédito e a GBM beneficiou da reestruturação do seu negócio para se focalizar nas franquias de clientes essenciais. No entanto, os serviços e comissões desceram como resultado da retirada de um produto único de seguro de protecção de pagamento *premium* e a reestruturação das taxas de descoberto das contas-correntes no Reino Unido.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totais, excluindo amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração, custos de reestruturação, ganho no resgate da dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscais, aumentaram em 7% para £17.401 milhões, resultante largamente de custos com pessoal acrescidos. Os custos com o pessoal cresceram 14%, com a maioria do movimento relacionado com movimentos prejudiciais nas taxas de câmbio e alguma inflação dos salários. Alterações nos incentivos de remuneração, primariamente em Global Banking & Markets, representaram a maioria das alterações restantes. O rácio custos/proveitos do Grupo melhorou 59%, em comparação com 79% em 2008.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade aumentaram para £13.899 milhões de £7.432 milhões em 2008, com as imparidades em Core bank a subirem em £2.182 milhões e Non-Core em £4.285 milhões. Os sinais de que as imparidades podem ter atingido o seu máximo parecem ter sido confirmadas na parte final do ano e há indicações que o ritmo descendente da migração das notações de risco de crédito para empresas está a abrandar. No entanto, as circunstâncias financeiras de muitos consumidores e negócios continuam frágeis e, a subida dos custos de refinanciamento, quer como resultado do aperto monetário ou dos requisitos mais exigentes de capital regulamentar, pode expor alguns clientes a mais dificuldades.

As imparidades representaram 2,3% dos empréstimos e adiantamentos brutos, excluindo acordos de reversão de recompra (*reverse repos*), em 2009, em comparação com 0,9% em 2008.

Os elementos de risco nos empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos em 31 Dezembro de 2009 representaram 6,1% dos empréstimos e adiantamentos, excluindo *reverse repos*, em

comparação com 2,7% do ano anterior. A cobertura de provisões foi de 43%, em comparação com 50% em 31 de Dezembro de 2008, como consequência do crescimento dos elementos de risco nos empréstimos estarem a ser concentrados em empréstimos com garantias relacionadas com imobiliário. Estes empréstimos exigem provisões relativamente mais baixas, tendo em vista a sua natureza garantida.

Outras rubricas não operacionais

Os custos de integração e reestruturação diminuíram, principalmente porque a actividade de integração do ABN AMRO está perto de estar concluída, parcialmente compensada pela actividade de reestruturação que se seguiu à conclusão da análise estratégica.

Em 2009, o Grupo registou um ganho de £3.790 milhões num exercício de gestão de passivo para resgatar vários valores mobiliários de Tier 1 e upper Tier 2. Além disso, o ganho global em alienações estratégicas, £132 milhões, principalmente relacionados com ganhos na venda do Bank of China e Linea Directa, parcialmente compensadas por perdas emergentes da venda dos negócios asiáticos Retail and Commercial e da carteira de activos da América Latina.

Os ganhos nas reduções de pensões de £2.148 milhões foram reconhecidos durante o quarto trimestre de 2009, resultantes de alterações de benefícios de pensões futuros no plano de benefícios definidos e em certos planos de outras subsidiárias. Um encargo relacionado com as propostas de bónus fiscais de £208 milhões foi reflectido em 2009, com outros £160 milhões diferidos até 2010 e 2011.

Impostos

O Grupo registou um crédito fiscal de £339 milhões em 2009, em comparação com um crédito fiscal de £1.280 milhões em 2008.

Ganhos

A perda básica por acção ordinária e B de operações continuadas melhorou de 146,2p para uma perda de 6,3p. A perda ajustada por acção ordinária e B melhorou de 43,1p para uma perda de 13,2p por acção. O número de acções emitidas aumentou para 56.366 milhões em 31 de Dezembro de 2009, em comparação com 39.456 milhões emitidas em 31 de Dezembro de 2008, reflectindo os aumentos de capital a oferta de colocação de Abril 2009. O Grupo também emitiu 51 mil milhões de acções B para o Tesouro britânico em Dezembro 2009.

Balanço

O total do activo de £1.522,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 desceu £696,2 mil milhões, 31%, em comparação com 31 de Dezembro de 2008, reflectindo principalmente reembolsos substanciais de empréstimos e adiantamentos de clientes, pois a procura dos clientes empresariais diminuiu e as empresas procuraram desalavancar os seus balanços. Os empréstimos a bancos caíram, em linha com uma actividade de financiamento grossista significativamente reduzido. Houve também quedas significativas no valor dos activos derivados, com uma redução correspondente em passivos derivados.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram em £45,6 mil milhões, 35%, para £83,9 mil milhões, com as operações de reporte e empréstimo de acções (*reverse repos*) a desceram em £23,7 mil milhões, 40% para £35,1 mil milhões e menos colocações bancárias, desceram £22,0 mil milhões, 31%, para £48,8 mil milhões, largamente como resultado da actividade de grossista reduzida em Global Banking & Markets.

Empréstimos e adiantamentos a clientes desceram £135,6 mil milhões, 19%, para £595,7 mil milhões. Dentro deles, as *reverse repos* diminuíram em 4%, £1,8 mil milhões para £41,0 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, os empréstimos diminuíram em £137,3 mil milhões para £554,7 mil milhões ou por £131,6 mil milhões, 19%, antes das provisões por imparidades.

No seguimento da adesão ao Programa de Protecção de Activos (APS) e a emissão de acções B para o governo do Reino Unido em Dezembro 2009, o capital Core Tier do grupo numa base consolidada proporcional aumentou para 11,0%, de 5,9% em 31 de Dezembro de 2008. O rácio Core Tier 1 beneficiou de 260 pontos-base de libertação de activos ponderados em função do risco fornecido pelo PS. O rácio de Tier 1 foi de 14,4% em 31 de Dezembro de 2009 (2008 – 9,9%) e o rácio de capital total de 16,3% (2008 – 14,2%).

2009 comparado com 2008 – resultados oficiais

Perdas operacionais

As perdas operacionais antes de impostos do exercício foram £2.595 milhões em comparação com uma perda de £40.836 milhões em 2008.

Total de proveitos

O total de proveitos aumentou 50% para 338.690 milhões em 2009.

Margem financeira

A margem financeira diminuiu em12% para £16.504 milhões.

Proveitos não provenientes de juros

Os proveitos não provenientes de juros aumentaram em £22.186 milhões de £7.193 milhões em 2008. Isto incluiu um ganho em resgate de dívida própria de £3.790 milhões. Excluindo o ganho em resgate de dívida própria, os proveitos não provenientes de juros aumentaram em £11.203 milhões principalmente devido a um aumento nos proveitos das actividades de negociação.

Despesas operacionais

As despesas operacionais diminuíram em £54.202 milhões em 2008 para £21.478 milhões, em que os custos de integração e reestruturação foram de £1.286 milhões, em comparação com 31.357 milhões em 2008. O abatimento de goodwill e outros activos intangíveis foi de £363 milhões em comparação com £32.581 milhões em 2008.

Reclamações de seguros líquidas

As reclamações de *bancassurance* e de seguros gerais, após resseguro, aumentaram 10%, para £4.857 milhões.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade foram de £14.950 milhões, em comparação com £8.072 milhões em 2008.

Os elementos de risco d empréstimos e os empréstimos potencialmente problemáticos representaram 5,5% de empréstimos e adiantamentos brutos a clientes excluindo as *reverse repos* em 31 de Dezembro de 2009 (2008 – 2,5%).

A cobertura das provisões de elementos de risco em empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos foi de 44% (2008 – 51%).

Impostos

A taxa de imposto efectiva para 2009 foi de 14,3% em comparação com 5,7% em 2008.

Ganhos

Os ganhos por acção ordinária e B, incluindo operações descontinuadas, melhoraram de uma perda de 146,7p para uma perda de 6,4p.

Balanço

Total de activo de £1.696,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, desceram £705,2 mil milhões, 29%, em comparação com 31 de Dezembro de 2008.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram em £46,4 mil milhões, 34%, para £91,8 mil milhões com as operações de reporte e empréstimo de acções (*reverse repos*) a desceram em £23,7 mil milhões, 40%, para £35,1 mil milhões e menos colocações bancárias, desceram £22,0 mil milhões, 29%, para £56,7 mil milhões,

Empréstimos e adiantamentos a clientes desceram £146,3 mil milhões, 17%, para £728,4 mil milhões. Dentro deles, as *reverse repos* aumentaram £1,7 mil milhões, 4%, para £410 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, os empréstimos diminuíram em £148,0 mil milhões, 18%, para £687,4 mil milhões ou por £141,8 mil milhões, 17%, antes das provisões por imparidades.

Capital

Os rácios de capital em 31 de Dezembro de 2009 foram de 11,0% (Core Tier 1), 14,1% (Tier 1) e 16,1% (Total).

Análise de resultados
Margem financeira

	Pró-forma		Oficial	
	2009	2008	2009	2008
	£m	£m	£m	£m
Juros e proveitos equiparados (1, 2)	26.390	42.197	33.902	49.938
Juros e custos equiparados (1, 2)	(13.107)	(26.877)	(17.682)	(31.707)
Margem financeira (1, 2)	13.283	15.320	16.220	18.231
	%	%	%	%
Rendimento bruto do activo remunerado da actividade bancária (3)	3,50	5,72	3,75	5,63
Custo do passivo remunerado da actividade bancária	(1,95)	(3,88)	(2,16)	(3,81)
Spread de juros da actividade bancária (4)	1,55	1,84	1,59	1,82
Benefício de fundos não remunerados	0,21	0,24	0,20	0,23
Margem financeira líquida da actividade bancária (5)	1,76	2,08	1,79	2,05
Rendimentos, spreads e margens da actividade bancária	%	%	%	%
Rendimento bruto (3)				
Grupo	3,50	5,72	3,75	5,63
Reino Unido	3,33	5,77	3,36	5,72
Estrangeiro	3,71	5,66	4,08	5,56
Spread de juros (4)				
Grupo	1,55	1,84	1,59	1,82
Reino Unido	1,48	1,88	1,48	1,89
Estrangeiro	1,66	1,79	1,70	1,77
Margem financeira (5)				
Grupo	1,76	2,08	1,79	2,05
Reino Unido	1,74	2,28	1,73	2,29
Estrangeiro	1,80	1,86	1,85	1,88
Taxa base do The Royal Bank of Scotland plc (médio)	0,64	4,67	0,64	4,67
Taxas do mercado interbancário de Londres (LIBOR) a três meses (média):				
Libra esterlina	1,21	5,51	1,21	5,51
Eurodólar	0,69	2,92	0,69	2,92
Euro	1,21	4,63	1,21	4,63

Notas:

(1) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem os activos e passivos de *bancassurance* de Retalho atribuível aos tomadores de seguro, devido à sua natureza distinta. Como resultado, a margem financeira foi aumentada em £20 milhões (2008 – £84 milhões).

(2) Os juros e proveitos equiparados foram aumentados em £46 milhões (2008 – £332 milhões) e os juros e custos equiparados em £350 milhões (2008 – £860 milhões) para registar os juros sobre os activos e passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados. O activo remunerado e o passivo remunerado relacionados também foram ajustados.

(3) O rendimento bruto é a taxa de juro obtida sobre a média do activo remunerado da actividade bancária.

(4) O spread de juros é a diferença entre o rendimento bruto e a taxa de juro paga sobre a média do passivo remunerado da actividade bancária.

(5) A margem financeira líquida é a margem financeira da actividade bancária como percentagem da média do activo remunerado da actividade bancária.

Média do balanço e juros relacionados

		Pró-forma 2009			Pró-forma 2008		
		Média do balanço £m	Juro £m	Taxa%	Média do balanço £m	Juro £m	Taxa%
Activo							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	– Reino Unido	21.373	278	1,30	19.049	978	5,13
	– Estrangeiro	30.384	553	1,82	28.474	1.311	4,60
Empréstimos e adiantamentos a clientes	– Reino Unido	333.408	11.864	3,56	321.177	19.085	5,94
	– Estrangeiro	242.065	9.493	3,92	275.000	16.030	5,83
Títulos de dívida	– Reino Unido	53.955	1.466	2,72	36.395	1.679	4,61
	– Estrangeiro	71.851	2.736	3,81	57.998	3.114	5,37
Total de activos remunerados	– actividade bancária (2, 3)	753.036	26.390	3,50	738.093	42.197	5,72
	– actividade comercial (4)	291.092			425.454		
Total de activos remunerados		1.044.128			1.163.547		
Activo não remunerado (2, 3)		815.468			660.628		
Total do activo		1.859.596			1.824.175		
Percentagem do activo aplicável às operações no estrangeiro		42,0%			42,5%		
Passivo e situação líquida							
Depósitos por bancos	– Reino Unido	24.837	675	2,72	45.123	1.507	3,34
	– Estrangeiro	106.353	2.177	2,05	109.705	4.630	4,22
Contas de clientes: depósitos à ordem	– Reino Unido	109.756	559	0,51	99.840	2.794	2,80
	– Estrangeiro	38.287	408	1,07	36.108	672	1,86
Contas de clientes: depósitos de poupança	– Reino Unido	54.048	772	1,43	42.870	1.691	3,94
	– Estrangeiro	26.976	473	1,75	23.753	570	2,40
Contas de clientes: outros depósitos a prazo	– Reino Unido	67.728	807	1,19	95.181	3.964	4,16
	– Estrangeiro	58.168	1.618	2,78	88.570	3.426	3,87
Títulos de dívida em emissão	– Reino Unido	130.002	3.162	2,43	114.234	5.281	4,62
	– Estrangeiro	96.075	1.654	1,72	106.207	4.734	4,46
Passivos subordinados	– Reino Unido	25.001	852	3,41	26.799	1.369	5,11
	– Estrangeiro	10.347	458	4,43	8.068	413	5,12
Financiamento interno da actividade comercial	– Reino Unido	(60.284)	(317)	0,53	(85.664)	(3.445)	4,02
	– Estrangeiro	(14.845)	(191)	1,29	(18.090)	(729)	4,03
Total do passivo remunerado	– actividade bancária (2, 3)	672.449	13.107	1,95	692.704	26.877	3,88
	– actividade comercial (4)	331.380			466.610		
Total do passivo remunerado		1.003.829			1.159.314		
Passivo não remunerado:							
Depósitos à ordem	– Reino Unido	16.446			19.262		
	– Estrangeiro	20.043			14.759		
Outros passivos (3, 4)		761.975			572.296		
Situação líquida		57.303			58.544		
Total do passivo e situação líquida		1.859.596			1.824.175		
Percentagem do passivo aplicável às operações no estrangeiro		41,2%			43,1%		

Nota:

(1) A análise no Reino Unido e Estrangeiro foi efectuada com base na localização do estabelecimento.

(2) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem os activos e passivos de *bancassurance* de Retalho atribuível aos tomadores de seguro, devido à sua natureza distinta. Como resultado, a margem financeira foi ajustada em £20 milhões (2008 – £84 milhões).

(3) Os juros e proveitos equiparados foram ajustados em £46 milhões (2008 – £332 milhões) e os juros e custos equiparados em £350 milhões (2008 – £860 milhões) para registar os juros sobre os activos e passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados. O activo remunerado e o passivo remunerado relacionados também foram ajustados.

(4) Os juros proveitos equiparados e juros e custos equiparados nos activos e passivos circulantes estão incluídos nos proveitos das actividades de negociação.

Média do balanço e juros relacionados

		Oficial 2009			Oficial 2008		
		Média do balanço £m	Juro £m	Taxa%	Média do balanço £m	Juro £m	Taxa%
Activo							
Empréstimos e adiantamentos a bancos	– Reino Unido	21.385	312	1,46	18.909	943	4,99
	– Estrangeiro	32.362	613	1,89	31.680	1.465	4,62
Empréstimos e adiantamentos a clientes	– Reino Unido	333.707	11.952	3,58	321.066	19.066	5,94
	– Estrangeiro	377.019	16.339	4,33	393.724	22.893	5,81
Títulos de dívida	– Reino Unido	53.955	1.466	2,72	35.725	1.493	4,18
	– Estrangeiro	85.410	3.220	3,77	86.090	4.078	4,74
Total de activos remunerados	– actividade bancária (2, 3)	903.838	33.902	3,75	887.194	49.938	5,63
	– actividade comercial (4)	291.092			425.454		
Total de activos remunerados		1.194.930			1.312.648		
Activo não remunerado (2, 3)		828.550			728.037		
Total do activo		2.023.480			2.040.685		
Percentagem do activo aplicável às operações no estrangeiro		47,4%			48,6%		
Passivo e situação líquida							
Depósitos por bancos	– Reino Unido	24.837	679	2,73	46.217	1.804	3,90
	– Estrangeiro	104.396	2.362	2,26	113.592	4.772	4,20
Contas de clientes: depósitos à ordem	– Reino Unido	110.294	569	0,52	99.852	2.829	2,83
	– Estrangeiro	82.177	1.330	1,62	70.399	1.512	2,15
Contas de clientes: depósitos de poupança	– Reino Unido	54.270	780	1,44	42.870	1.708	3,98
	– Estrangeiro	83.388	2.114	2,54	72.473	2.203	3,04
Contas de clientes: outros depósitos a prazo	– Reino Unido	69.687	932	1,34	95.181	4.011	4,21
	– Estrangeiro	72.391	2.255	3,12	106.306	4.097	3,85
Títulos de dívida em emissão	– Reino Unido	130.002	3.162	2,43	111.099	4.617	4,16
	– Estrangeiro	122.247	2.500	2,05	138.297	6.171	4,46
Passivos subordinados	– Reino Unido	26.710	852	3,19	26.799	1.369	5,11
	– Estrangeiro	13.152	656	4,99	13.019	788	6,05
Financiamento interno da actividade comercial	– Reino Unido	(60.284)	(317)	0,53	(85.664)	(3.445)	4,02
	– Estrangeiro	(14.845)	(192)	1,29	(18.090)	(729)	4,03
Total do passivo remunerado	– actividade bancária (2, 3)	818.422	17.682	2,16	832.350	31.707	3,81
	– actividade comercial (4)	331.380			466.610		
Total do passivo remunerado		1.149.802			1.298.960		
Passivo não remunerado:							
Depósitos à ordem	– Reino Unido	16.456			19.796		
	– Estrangeiro	27.149			17.625		
Outros passivos (3, 4)		772.770			645.760		
Situação líquida		57.303			58.544		
Total do passivo e situação líquida		2.023.480			2.040.685		
Percentagem do passivo aplicável às operações no estrangeiro		45,8%			47,2%		

Nota:

(1) A análise no Reino Unido e Estrangeiro foi efectuada com base na localização do estabelecimento.

(2) O activo remunerado e o passivo remunerado excluem os activos e passivos de *bancassurance* de Retalho atribuível aos tomadores de seguro, devido à sua natureza distinta. Como resultado, a margem financeira foi ajustada em £20 milhões (2008 – £84 milhões).

(3) Os juros e proveitos equiparados foram ajustados em £46 milhões (2008 – £332 milhões) e os juros e custos equiparados em £350 milhões (2008 – £860 milhões) para registar os juros sobre os activos e passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados. O activo remunerado e o passivo remunerado relacionados também foram ajustados.

(4) Os juros proveitos equiparados e juros e custos equiparados nos activos e passivos circulantes estão incluídos nos proveitos das actividades de negociação.

Proveitos não provenientes de juros

	Pró-forma (1)		Oficial	
	2.009	2.008	2.009	2.008
	£m	£m	£m	£m
Serviços e comissões a receber	8.738	8.845	9.831	9.831
Serviços e comissões a pagar	(2.790)	(2.411)	(2.822)	(2.386)
Resultado de actividades comerciais	3.806	(8.829)	3.881	(8.477)
Ganho no resgate de dívida própria	–	–	3.790	–
Outros proveitos operacionais (excluindo proveitos de prémios de seguros líquidos)	838	1.521	1.962	1.899
	10.592	(874)	16.642	867
Receitas prémios de seguro	5.529	6.009	5.807	6.626
Parte de resseguro	(263)	(300)	(263)	(300)
	5.266	5.709	5.544	6.326
	15.858	4.835	22.186	7.193

Nota:

(1) Pró-forma exclui o ganho no resgate da dívida própria e alienações estratégicas.

2009 comparado com 2008 – pró-forma

Os serviços e comissões líquidos caíram em £486 milhões devido principalmente à retirada do produto de seguro de protecção de pagamento de prémio único e a reestruturação das actuais taxas de descoberto da conta-corrente no UK Retail durante o ano, bem como taxas reduzidas em Non-Core. Isto foi parcialmente compensado por um desempenho melhorado em GBM (£112 milhões) e US Retail & Commercial (£50 milhões).

Os proveitos das actividades de negociação subiram substancialmente durante o ano em £12.635 milhões, devido principalmente a menores perdas no mercado de crédito, reflectindo preços dos activos subjacentes melhorados em comparação com 2008. A volatilidade do mercado aumentada e a forte procura dos clientes num ambiente de negociação positivo também contribuíram para esta melhoria.

Os outros proveitos operacionais caíram em £683 milhões. O ajustamento para alterações no justo valor da dívida própria e um ganho de £600 milhões na venda de Angel Trains em 2008, os outros proveitos operacionais aumentaram em £843 milhões. Esta melhoria reflectiu um pequeno ganho no justo valor dos títulos e outros activos e passivos comparados com uma perda de £1,4 mil milhões em 2008, parcialmente compensada por menores lucros nas vendas dos títulos e propriedades e proveitos de dividendos reduzidos.
A receita de prémios de seguros líquidos caiu em £443 milhões reflectindo principalmente as menores receitas em bancassurance, £288 milhões, e menores prémios de seguros generalistas, £155 milhões.

2009 comparado com 2008 – oficial

Os serviços e comissões líquidos caíram em £436 milhões devido principalmente à retirada do produto de seguro de protecção de pagamento de prémio único e a reestruturação das actuais taxas de descoberto da conta-corrente no UK Retail durante o ano, bem como taxas reduzidas em Non-Core. Isto foi parcialmente compensado por um desempenho melhorado em GBM (£112 milhões) e US Retail & Commercial (£50 milhões).

Os proveitos das actividades de negociação subiram substancialmente durante o ano em £12.358 milhões, devido principalmente a menores perdas no mercado de crédito, reflectindo preços dos activos subjacentes melhorados em comparação com 2008. A volatilidade do mercado aumentada e a forte procura dos clientes num ambiente de negociação positivo também contribuíram para esta melhoria.

No segundo trimestre de 2009, o Grupo registou um ganho de £3.790 milhões num exercício de gestão de passivo para resgatar alguns títulos de Tier 1 e upper Tier 2.

Os outros proveitos operacionais aumentaram em £63 milhões. Esta melhoria reflectiu um pequeno ganho no justo valor dos títulos e outros activos e passivos em comparação com uma perda de 31,4 mil milhões em 2008. Isto foi parcialmente compensado por lucros mais baixos nas vendas de títulos e propriedades e rendimentos de dividendos reduzidos, juntamente com uma perda na venda de subsidiárias e associadas de £0,1 mil milhões, com um lucro de £0,0 mil milhões em 2008, que incluiu um ganho de £600 milhões na venda de Angel Trains.

A receita de prémios de seguros líquidos caiu em £782 milhões reflectindo principalmente as menores receitas em bancassurance e menores prémios de seguros generalistas.

Despesas de exploração

	Pró-forma (1)		Oficial	
	2.009	Reexpresso (1) 2.008	2.009	Reexpresso (1) 2.008
	£m	£m	£m	£m
Despesas administrativas:				
Custos com o pessoal				
– excluindo ganhos em reduções de pensões	9.081	7.990	11.783	10.410
– ganhos em reduções de pensões	-	-	(2.148)	-
Instalações e equipamento	2.468	2.099	3.087	2.593
Outras despesas administrativas	3.979	4.267	5.584	5.464
Total de despesas administrativas	15.528	14.356	18.306	18.467
Depreciação e amortização	1.873	1.832	2.809	3.154
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	-	-	363	32.581
	17.401	16.188	21.478	54.202

Notas:

(1) Pró-forma exclui amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscal.

(2) Os resultados pró-forma e oficiais para 2008 foram reexpressos segundo a emenda da IFRS 2 "Pagamento com Base em Acções". Isto resultou num aumento dos custos com pessoal que se elevou a £169 milhões tanto nos resultados pró-forma como oficiais.

2009 comparado com 2008 – pró-forma

Os custos com o pessoal aumentaram £1.091 milhões com a maioria do movimento relativa ao movimentos adversos nas taxas de câmbio e alguma inflação dos salários. As alterações no incentivo de remuneração, principalmente na Global Banking & Markets, representaram a maioria da restante alteração.

Os custos de instalações e equipamentos aumentaram £369 milhões devido ao impacto da ampliação das instalações do Grupo em Londres e nos EUA.

Outras despesas caíram £288 milhões devido aos benefícios de integração no GBM, parcialmente compensados pelo aumento dos taxas de seguro de depósito nos EUA

2009 comparado com 2008 – oficial

Os custos com o pessoal, excluindo os ganhos das reduções nos planos de pensão, aumentaram £1.373 milhões com a maioria do movimento relativa aos movimentos adversos nas taxas de câmbio e alguma inflação dos salários. As alterações no incentivo de remuneração, principalmente na Global Banking & Markets, representaram a maioria da restante alteração.

Os ganhos em reduções de pensões de £21.48 milhões foram reconhecidos em 2009, resultantes de alterações nos benefícios de pensão futuros no plano de benefícios definidos e em certos planos de outras subsidiárias.

Os custos de instalações e equipamentos aumentaram £494 milhões devido principalmente ao impacto da ampliação das instalações do Grupo em Londres e nos EUA.

Outras despesas caíram £120 milhões devido aos benefícios de integração no GBM, parcialmente compensados pelo aumento das taxas de seguro de depósito nos EUA

Custos de integração

	2.009 £m	2.008 £m
Custos com o pessoal	365	503
Instalações e equipamento	78	25
Outras despesas administrativas	398	486
Depreciação e amortização	18	36
	859	1.050

Os custos de integração em 2009 foram de £859 milhões em comparação com £1.050 milhões em 2008. Os custos de integração e reestruturação diminuíram principalmente devido à actividade de reestruturação resultante da análise estratégica empreendida no ano anterior. Isto foi mais do que compensado por uma menor actividade de integração do ABN AMRO.

Acréscimos em relação aos custos de integração são indicados em baixo.

	Em 31 de Dezembro de 2008	Ajustes de conversão cambial	Alteração à demonstração de resultados	Utilizado durante o ano	Em quinta-feira, 31 de Dezembro de 2009
	£m	£m	£m	£m	£m
Custos com o pessoal – despedimento	—	—	158	(158)	—
Custos com o pessoal – outros	5	—	207	(212)	—
Instalações e equipamento	1	—	78	(39)	40
Outro	3	—	416	(418)	1
	9	—	859	(827)	41

Custos de reestruturação

	2.009 £m	2.008 £m
Custos com o pessoal	328	251
Instalações e equipamento	48	15
Outras despesas administrativas	51	41
	427	307

Acréscimos em relação aos custos de reestruturação são apresentados a seguir.

	Em 31 de Dezembro de 2008	Ajustes de conversão cambial	Alteração à demonstração de resultados	Utilizado durante o ano	Em quinta-feira, 31 de Dezembro de 2009
	£m	£m	£m	£m	£m
Custos com o pessoal despedimento	284	(13)	299	(315)	255
Custos com o pessoal outros	—	—	29	(25)	4
Instalações e equipamento	15	—	48	(26)	37
Outro	51	(4)	51	(63)	35
	350	(17)	427	(429)	331

Perdas por imparidades

	Pró-forma (1)		Oficial	
	2.009	2.008	2.009	2.008
	£m	**£m**	**£m**	**£m**
Novas perdas por imparidades	14.224	7.693	15.349	8.391
menos: recuperações de montantes previamente abatidos	(325)	(261)	(399)	(319)
Alteração à demonstração de resultados	13.899	7.432	14.950	8.072
Incluindo				
Perdas por imparidades de empréstimos	13.090	6.478	14.134	7.091
Imparidade de títulos disponíveis para venda	809	954	816	981
Alteração à demonstração de resultados	13.899	7.432	14.950	8.072

2009 comparado com 2008 – pró-forma

As perdas por imparidade foram de £13.899 milhões em comparação com £7.432 milhões. As perdas por imparidade nas divisões Core aumentaram em £2.182 milhões, enquanto as perdas Non-Core aumentaram em £4.285 milhões.

No negócio Core, os maiores aumentos foram na UK Retail, UK Corporate e Ulster Bank, reflectindo o difícil ambiente económico.

As perdas Non-Core também aumentaram substancialmente, particularmente nos sectores empresariais e imobiliário.

2009 comparado com 2008 – oficial

As perdas por imparidade foram de £14.950 milhões em comparação com £8.072 milhões. As perdas por imparidade nas Divisões Core aumentaram em £2.182 milhões, as perdas Non-Core aumentaram em £4.285 milhões e as perdas dos interesses minoritários da RFS Holdings aumentaram em £411 milhões.

No negócio Core, os maiores aumentos foram na UK Retail, UK Corporate e Ulster Bank, reflectindo o difícil ambiente económico.

As perdas Non-Core também aumentaram substancialmente, particularmente nos sectores empresariais e imobiliário.

Exposições aos mercados de crédito

Perdas de crédito e outras perdas de mercado (1)	2009 £m	2008 £m
Exposições a *monolines*	2.387	3.093
CDPC	957	615
Produtos garantidos por activos (2)	288	4.778
Outros créditos exóticos	558	947
Acções	47	948
Leveraged finance	—	1.088
Coberturas de carteira bancária	1.727	(1.642)
Outro	188	268
Grupo	6.152	10.095

Notas:

(1) Incluído "Resultado das actividades comerciais".

(2) Inclui estruturas super sénior garantidas por activos e outros produtos garantidos por activos

2009 comparado com 2008

As perdas relativas a exposições a *monolines* eram de £2.387 milhões em 2009 em comparação com £3.093 milhões em 2008.

- A qualidade de crédito das *monolines* continuou a deteriorar-se e o nível de CVA detidos contra exposições a contrapartes *monolines* aumentou de 52% para 62% durante o ano. Isto foi impulsionado por uma combinação de spreads de crédito maiores e taxas de recuperação menores.
- A exposição bruta a contrapartes *monoline* diminuiu principalmente devido a uma combinação de preços mais elevados de instrumentos de referência subjacentes e reestruturação de certas exposições.
- O aumento em CVA resultante da deterioração da qualidade de crédito foi parcialmente compensado pela diminuição em exigência CVA após a redução em exposição bruta devido a preços mais elevados dos instrumentos de referência subjacentes. Consequentemente, as perdas líquidas incorridas desta forma foram inferiores às de 2008 quando houve um aumento em exposição bruta e uma deterioração de qualidade de crédito.

As perdas relativas a CDPC foram de £957 milhões em 2009 em comparação com £615 milhões em 2008.

- A qualidade de crédito das CDPC continuou a deteriorar-se e o nível de CVA detidos contra exposições a contrapartes CDPC aumentou de 27% para 39% durante o ano.
- A exposição bruta a contrapartes CDPC reduziu principalmente devido à combinação de spreads de crédito mais baixos dos empréstimos e obrigações de referência subjacentes, e uma diminuição no valor relativo das tranches *senior* comparada com as carteiras de referência de activo subjacente.
- A diminuição no requisito CVA no seguimento da redução da exposição bruta foi parcialmente compensada pelo aumento do requisito CVA resultante da deterioração da qualidade de crédito. Consequentemente, houve ganhos líquidos a este respeito em 2009 em comparação com as perdas em 2008, quando houve um aumento em exposição bruta e uma deterioração de qualidade de crédito.
- Ocorreram perdas líquidas em 2009 devido a cobertura colocadas no final de 2008 e durante 2009 que efectivamente puseram um tecto na exposição de certos CDPC. Conforme a exposição destes CDPC se reduziu, foram incorridas perdas nas coberturas.

As perdas relativas a produtos garantidos por activos foram de £288 milhões em 2009 em comparação com £4.778 milhões em 2008.

- As perdas relatadas em 2009 relacionam-se principalmente com *super senior CDO*. As diminuições significativas nas cotações de títulos subjacentes predominantemente garantidos por hipotecas em 2008 não se repetiram em 2009.

- As perdas em outros títulos garantidos por hipotecas foram grandemente reduzidas em 2009, pois muitas destas posições foram vendidas ou substancialmente abatidas em 2008, resultando numa exposição reduzida em 2009.

As perdas relativas a créditos exóticos foram de £558 milhões em 2009 em comparação com £947 milhões em 2008. Estas perdas foram reduzidas em 2009, pois foram colocadas coberturas para mitigar o risco.

Os activos de *leveraged finance* foram reclassificados em 1 de Julho de 2009. As alterações no justo valor destes activos apenas são reconhecidas na demonstração de resultados na medida em que forem consideradas imparidades.

As perdas relativas a coberturas da carteira bancária foram de £1,727 milhões em 2009 em comparação com £1.642 milhões em 2008. Este risco de contraparte de cobertura de negociação resulta de empréstimos e obrigações na carteira bancária de regulação. Conforme os *spreads* de crédito se aligeiraram em 2009, o valor destas coberturas diminuiu, resultando em perdas. Estas coberturas deram origem a ganhos em 2008 devido aos aumentos, em geral, nos *spreads* de crédito.
Divulgações adicionais destas e outras exposições podem ser encontradas nas seguintes secções:

Divulgação	Secção	Sub-secção	Página
Análise complementar das exposições dos mercados de crédito	Gestão de risco e capital	Exposições à turbulência do mercado	184
Aspectos de avaliação	Demonstrações financeiras	Nota 11 Instrumentos financeiros	278
	Demonstrações financeiras	Políticas de contabilísticas essenciais	256
Reclassificação de instrumentos financeiros	Demonstrações financeiras	Nota 11 Instrumentos financeiros	275

Impostos

	Pró-forma		Oficial	
	2.009	2.008	2.009	2.008
	£m	**£m**	**£m**	**£m**
Crédito fiscal	339	1.280	371	2.323
	%	%	%	%
Taxa de imposto sobre rendimento UK	28,0	28,5	28,0	28,5
Taxa de imposto efectiva	17,6	15,4	14,3	5,7

A taxa de imposto real difere do crédito fiscal esperado calculado pela aplicação da taxa normal do Reino Unido sobre as empresas da seguinte forma:

	Pró-forma		Oficial	
	2009	2008	2009	2008
	£m	**£m**	**£m**	**£m**
Crédito fiscal esperado	540	2.364	727	11.638
Imparidade de goodwill não dedutível	—	—	(102)	(8.292)
Diferenças temporárias não reconhecidas	274	(274)	274	(274)
Outros itens não dedutíveis	(508)	(371)	(508)	(378)
Itens não tributáveis				
– ganho no resgate de dívida própria	693	—	693	—
– outros	410	491	410	491
Movimentos cambiais tributáveis	1	(80)	1	(80)
Lucros no estrangeiro tributados a outras taxas	(332)	(271)	(320)	(203)
Perdas no exercício não reconhecidas	(715)	(942)	(780)	(942)
Perdas transitadas e utilizadas	94	11	94	11
Ajustamentos em relação a exercícios anteriores	(118)	352	(118)	352
Crédito fiscal real	339	1.280	371	2.323

Baseando-se nos resultados oficiais, a taxa de imposto efectiva do exercício foi de 14,3% (2008 - 5,7%) O crédito fiscal é inferior aquele resultante da aplicação da taxa normal de imposto sobre as empresas no Reino Unido de 28% para a perda para o exercício, devido principalmente a certas perdas transitadas em que nenhuma isenção redução fiscal foi reconhecida. A taxa de imposto efectiva numa base pró-forma foi de 17,6% (2008 - 15,4%).

Desempenho por divisão

Os resultados de cada divisão numa base pró-forma são apresentados a seguir. Os resultados são expressos antes de amortização de activos intangíveis adquiridos, abatimento do goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganho em resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscais.

Os custos de Business Services directamente atribuíveis foram alocados às divisões operacionais, com base no seu uso de serviço. Quando os serviços abrangem mais do que uma divisão, é utilizada uma mensuração apropriada para alocar os custos com base naquilo que a administração considera razoável. Os custos Businness Services estão totalmente alocados e não há custos residuais por alocar.

Os custos Group Centre directamente atribuíveis foram alocados às divisões operacionais, com base no seu uso de serviço. Quando os serviços abrangem mais do que uma divisão, é utilizada uma mensuração apropriada para alocar os custos com base naquilo que a administração considera razoável. Os custos Group Centre residuais não alocados relacionam-se com itens empresariais voláteis que não residem naturalmente dentro de uma divisão.

Os custos de tesouraria são alocados às divisões operacionais como se segue: custos de financiamento a prazo são alocados ou recompensados com base no *gap* ou excedente de financiamento de longo prazo; os custos de financiamento do *buffer* de liquidez são alocados na quota do *buffer* de liquidez global derivado dos stresses das divisões; e o custo ou benefício de capital é alocado com base na quota dos RWA ajustados pelo risco das divisões.

	2009	2008
	£m	£m
UK Retail	229	723
UK Corporate	1.125	1.781
Wealth	420	348
Global Banking & Markets	5.709	(1.796)
Global Transaction Services	973	1.002
Ulster Bank	(368)	218
US Retail & Commercial	(113)	528
RBS Insurance	58	584
Central items	292	1.025
Core	8.325	4.413
Non-Core	(14.557)	(11.351)
Perda operacional	(6.232)	(6.938)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	(272)	(443)
Custos de integração e reestruturação	(1.286)	(1.357)
Ganho no resgate da dívida própria	3.790	–
Alienações estratégicas	132	442
Ganhos na redução de pensões	2.148	–
Bónus fiscal	(208)	–
Perda operacional antes de imposto	(1.928)	(8.296)

O desempenho de cada divisão é analisado nas secções que se seguem.

A perda operacional pró-forma do Grupo é antes da amortização de intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação, ganhos no resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em reduções de pensões e bónus fiscal.

	2009	2008
Perdas por imparidade por divisão	£m	£m
UK Retail	1.679	1.019
UK Corporate	927	319
Wealth	33	16
Global Banking & Markets	640	522
Global Transaction Services	39	54
Ulster Bank	649	106
US Retail & Commercial	702	437
RBS Insurance	8	42
Central items	1	(19)
Core	4.678	2.496
Non-Core	9.221	4.936
Perda por imparidade do Grupo	13.899	7.432

Margem financeira por divisão	2009 %	2008 %
UK Retail	3,59	3,58
UK Corporate	2,22	2,40
Wealth	4,38	4,51
Global Banking & Markets	1,38	1,34
Global Transaction Services	9,22	8,25
Ulster Bank	1,87	1,89
US Retail & Commercial	2,37	2,68
Non-Core	0,69	0,87
Grupo	1,76	2,08

Activos ponderados pelo risco por divisão	2009 £mm	2008 £mm
UK Retail	51,3	45,7
UK Corporate	90,2	85,7
Wealth	11,2	10,8
Global Banking & Markets	123,7	151,8
Global Transaction Services	19,1	17,4
Ulster Bank	29,9	24,5
US Retail & Commercial	59,7	63,9
Outra	9,4	7,1
Core	394,5	406,9
Non-Core	171,3	170,9
Grupo antes benefício do APS	565,8	577,8
Benefício do APS	(127,6)	–
Total	438,2	577,8

UK Retail

	2009 £m	2008 £m
Margem financeira	3.452	3.187
Serviços e comissões líquidos – bancos	1.244	1.524
Outros proveitos não provenientes de juros (líquido de reclamações de seguros)	251	227
Proveitos não provenientes de juros	1.495	1.751
Total de proveitos	4.947	4.938
Despesas directas		
– custos com o pessoal	(845)	(924)
– outras	(421)	(421)
Despesas indirectas	(1.773)	(1.851)
	(3.039)	(3.196)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	1.908	1.742
Perdas por imparidade	(1.679)	(1.019)
Lucro operacional	229	723
Análise dos proveitos por produto		
Adiantamentos particulares	1.192	1.244
Depósitos particulares	1.349	2.037
Hipotecas	1.214	500
Bancassurance	246	217
Cartões	869	831
Outro	77	109
Total de proveitos	4.947	4.938
Análise de imparidades por sector		
Hipotecas	124	31
Particulares	1.023	568
Cartões	532	420
Total de imparidades	1.679	1.019
Encaro de imparidade de empréstimos como % de empréstimos e adiantamentos a clientes brutos por sector		
Hipotecas	0,15%	0,04%
Particulares	7,52%	3,71%
Cartões	8,58%	6,67%
	1,63%	1,09%
Performance ratios		
Rentabilidade dos capitais próprios (1)	4,2%	13,1%
Margem de juro líquida	3,59%	3,58%
Rácio custo/proveitos	59,8%	62,4%
	£mm	£mm
Capital e balanço		
Empréstimos e adiantamento a clientes – bruto		
– hipotecas	83,2	72,2
– particulares	13,6	15,3
– cartões	6,2	6,3
Depósitos de clientes (excluindo *bancassurance*)	87,2	78,9
Activos sob gestão (excluindo depósitos)	5,3	5,7
Elementos de risco em empréstimos	4,6	3,8
Rácio empréstimos/depósitos (excluindo *repos*)	115%	116%
Activos ponderados pelo risco	51,3	45,7

Nota:

(1) Rentabilidade dos capitais próprios baseada no lucro operacional da divisão após impostos, dividido pelo capital próprio nocional da divisão (baseado em 7% de activos ponderados pelo risco de divisão, ajustado para deduções de capital).

2009 comparado com 2008
Lucro operacional de £229 milhões, foi £494 milhões mais baixo do que em 2008. O lucro antes de imparidades subiu £166 milhões ou 10%, mas as imparidades subiram em £660 milhões conforme o ambiente económico se deteriorou, embora com sinais de estabilização das condições no segundo semestre do ano.

Em 2009, a divisão concentrou-se no crescimento de empréstimos com garantias para cumprir as metas governamentais, enquanto ao mesmo tempo acumulava depósitos dos clientes, reduzindo assim a dependência do Grupo no financiamento grossista. Os empréstimos e adiantamentos a clientes cresceram 10%, com uma alteração na mistura entre não garantidos e garantidos, pois o Grupo procurou activamente reduzir o seus perfil de risco, com 15% de crescimento em empréstimos de hipotecas e com uma redução de 8% em empréstimos não garantidos.

- O crescimento de hipotecas foi devido a uma boa retenção dos clientes existentes e novos negócios encontrados predominantemente entre a base de clientes existente. A quota de mercado de empréstimos hipotecários brutos aumentou 12% de 7% em 2008, com o Grupo no caminho para exceder as metas do seu governo em empréstimos líquidos em £3 mil milhões.

- Os depósitos de clientes cresceram 11% em 2008, reflectindo a força da clientela da franquia UK Retail, que ultrapassou a média do mercado num ambiente cada vez mais competitivo. Os saldos das poupanças cresceram em £6 mil milhões ou 11% e a captação de contas viu um aumento de 20%, com 2,2 milhões de contas abertas. Os saldos de contas-correntes de particulares aumentaram 12% em 2008, com um crescimento de 3% com contas em 12,8 milhões.

A margem financeira aumentou significativamente em 8%, para £3.452 milhões, impulsionados por um forte crescimento do balanço. A margem de juros líquida manteve-se estável em 3,59% com margens de passivos decrescentes face a uma forte concorrência pelos depósitos, anulando margens maiores. O crescimento em hipotecas e a redução no saldos naõ garantidos de margens maiores também teve um impacto negativo na margem de juros líquidas combinada.

Os proveitos não provenientes de juros diminuíram 15% para £1.495 milhões, reflectindo principalmente a retirada do produto de seguros de protecção de pagamento de prémio único e a reestruturação das taxas de descoberto dos descobertos de contas-correntes no último trimestre de 2009, com o impacto anualizado da reestruturação da taxa de descoberto, afectando ainda mais o s proveitos em 2010. O ambiente económico enfraquecido apresentou poucas oportunidades em 2009 para o crescimento de taxas de cartão de crédito, banca privada e *bancassurance*.

As despesas diminuíram em 5% com o rácio custos(/proveitos a melhorar de 62% para 60%.

- Os custos directos com o pessoal diminuíram em 9%, conforme a divisão beneficiou de um forte controlo de custos, um enfoque no processo de reengenharia e uma redução de 10% no quadro de efectivos.

- O RBS continua a progredir para um modelo operacional de custos mais baixos, mais conveniente, com mais de 4 milhões de utilizadores activos na banca on-line e quota recorde de novas vendas conseguidas através de canais directos. Mais de 5,5 milhões de contas mudaram para extractos electrónicos e 254 balcões utilizam agora máquinas de depósito automáticas.

As perdas por imparidade aumentaram 65%, para £1.679 milhões, reflectindo a deterioração no ambiente económico e o seu impactos nos financiamentos dos clientes.

- O encargo de imparidade de hipotecas foi de £124 milhões (2008 - £31 milhões) numa carteira total de £83,2 mil milhões. As taxas de mora em hipotecas estabilizaram no segundo semestre de 2009 e mantêm-se bem abaixo da média da indústria, conforme relatado no Council of Mortgage Lenders. As retomas de posse mostraram apenas um pequeno aumento em 2008, pois o Grupo continua a apoiar os clientes que enfrentam dificuldades financeiras.

- O encargo de imparidade de empréstimos não garantidos foi de £1.555 milhões (2008 - £988 milhões) numa carteira total de 19,8 mil milhões. As referências da indústria para as moras em cartões mostraram uma tendência de ligeira melhoria no último trimestre de 2009, o que é consistente com a experiência do Grupo. O RBS continua a ter um melhor desempenho melhor do que o mercado no que respeita a moras.

Os activos ponderados pelo risco aumentaram em 12% para £51,3 mil milhões, devido a mais empréstimos e uma pressão crescente de pró-ciclicidade, mais do que compensando a adopção de uma abordagem de perda dado o incumprimento *through-the-cycle* para as hipotecas.

UK Corporate

	2.009 £m	2.008 £m
Margem financeira	2.292	2.448
Serviços e comissões líquidos	858	829
Outros proveitos não provenientes de juros	432	460
Proveitos não provenientes de juros	1.290	1.289
Total de proveitos	3.582	3.737
Despesas directas		
– pessoal	(753)	(801)
– outros	(268)	(318)
Despesas indirectas	(509)	(518)
	(1.530)	(1.637)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	2.052	2.100
Perdas por imparidades	(927)	(319)
Lucro operacional	1.125	1.781
Análise dos proveitos por negócio		
Empréstimo a empresas e comercial	2.401	2.166
Financiamento de activos e facturas	232	241
Depósitos de empresas	985	1.266
Outro	(36)	64
Total de proveitos	3.582	3.737
Análise das imparidades por sectores		
Bancos e instituições financeiras	15	9
Hotéis e restaurantes	98	25
Construção de habitações e construção em geral	106	42
Indústria	51	14
Outro	150	53
Educação, saúde, trabalho social, lazer e serviços comunitários privados	59	15
Imobiliário	259	24
Negócio grossista e retalho, reparações	76	37
Financiamento de activos e facturas	113	100
Total de imparidades	927	319
Encargo de imparidade de empréstimos como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes brutos (excluindo operações de reporte) por sector		
Bancos e instituições financeiras	0,29%	0,17%
Hotéis e restaurantes	1,75%	0,41%
Construção de habitações e construção em geral	3,12%	0,81%
Indústria	1,38%	0,26%
Outro	0,36%	0,14%
Educação, saúde, trabalho social, lazer e serviços comunitários privados	0,80%	0,20%
Imobiliário	0,93%	0,08%
Negócio grossista e retalho, reparações	0,97%	0,41%
Financiamento de activos e facturas	1,33%	1,18%
	0,83%	0,27%
Rácios de desempenho		
Rentabilidade de capitais próprios (1)	10,3%	18,0%
Margem de juros líquida	2,22%	2,40%
Rácio custo/proveitos	42,7%	43,8%
	£mm	£mm
Capital e balanço		
Total de activos de terceiros	114,9	121,0
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto		
– Bancos e instituições financeiras	5,2	5,4
– Hotéis e restaurantes	5,6	6,1
– Construção de habitações e construção em geral	3,4	5,2
– Indústria	3,7	5,3
– Outro	42,0	38,1
– Educação, saúde, trabalho social, lazer e serviços comunitários privados	7,4	7,4
– Imobiliário	28,0	31,8
– Negócios grossistas e retalho, reparações	7,8	9,1
– Financiamento de activos e facturas	8,5	8,5
Depósitos de clientes	87,8	82,0
Elementos de risco em empréstimo	2,3	1,3
Rácio empréstimos/depósitos	126%	142%
Activos ponderados pelo risco	90,2	85,7

Nota:

(1) A rentabilidade dos capitais próprios é baseada no lucro operacional da divisão após imposto, dividido pelo capital próprio nocional de divisão (com base em 8% dos activos ponderados pelo risco da divisão, ajustado para deduções de capital).

2009 comparado com 2008

O lucro operacional de £1.125 milhões foi £656 milhões inferior ao de 2008, devido principalmente a um aumento de £608 milhões em imparidades.

Os níveis das margens de juros líquidos foram reconstruídos durante o segundo semestre conforme a formação de preço do activo foi emendada para reflectir os custos de financiamento e de crédito aumentados. Para o ano como um todo, a margem de juros líquida foi 18 pontos-base inferior à de 2008, reflectindo custos de financiamento mais elevados e um preçário competitivo continuado para depósitos.

Os novos empréstimos brutos para clientes mantiveram-se resilientes em 2009, com uma notável aceleração da actividade de empréstimo no segundo semestre do ano. No entanto, conforme os clientes fizeram uma desalavancagem e voltaram-se cada vez mais para os mercados de capitais, os reembolsos aceleraram-se ainda mais acentuadamente. Por conseguinte, os empréstimos e adiantamentos a clientes diminuíram em 5% para £111,5 mil milhões.

As iniciativas que visam aumentar os depósitos de clientes tiveram sucesso, com um saldo de crescimento de 7%, embora as margens tenham diminuído como resultado de uma maior concorrência aumentada pelos saldos.

Os proveitos não provenientes de juros estiveram estáveis, com um proveito de serviços estáveis das actividades de refinanciamento e estruturação.

Uma redução de custos de 7% foi impulsionada por menores despesas com pessoal, como resultado do programa de reestruturação do Grupo, juntamente com restrição de níveis de gastos discricionários.

As perdas por imparidade aumentaram substancialmente, reflectindo um aumento no número de moras de empresas que exigem uma imparidade específica e um maior encargo para reconhecer perdas ainda não especificamente identificadas.

Os activos ponderados pelo risco crescera 5% apesar da queda nos empréstimos a clientes, reflectindo o impacto da pró-ciclicidade, que foi mais pronunciado no primeiro semestre de 2009.

Wealth

	2009 £m	2008 £m
Margem financeira	663	578
Serviços e comissões líquidos	363	405
Outros proveitos não provenientes de juros	83	76
Proveitos não provenientes de juros	446	481
Total de proveitos	1.109	1.059
Despesas directas		
– custos com o pessoal	(357)	(377)
– outros	(139)	(156)
Despesas indirectas	(160)	(162)
	(656)	(695)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	453	364
Perdas por imparidades	(33)	(16)
Resultado operacional	420	348
Análises dos proveitos		
Banca privada	916	819
Investimentos	193	240
Total de proveitos	1.109	1.059
Rácios de desempenho		
Margem de juros líquida	4,38%	4,51%
Rácio custo/proveitos	59,2%	65,6%
	£mm	£mm
Capital e balanço		
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto		
– hipotecas	6,5	5,3
– particulares	4,9	5,0
– outros	2,3	2,1
Depósitos de clientes	35,7	34,1
Activos sob gestão (excluindo depósitos)	30,7	34,7
Elementos de risco em empréstimo	0,2	0,1
Rácio empréstimos/depósitos	38%	36%
Activos ponderados pelo risco	11,2	10,8

2009 comparado com 2008

Weatlh produziu um forte crescimento no lucro operacional, 21%, para £420 milhões, reflectindo o valor acrescido da base de depósito saudável da divisão, num mercado cada vez mais competitivo para o financiamento. Os saldos dos depósitos aumentaram em 5% em relação a 2008, embora o mercado de depósitos tenha continuado altamente competitivo.

O total de proveitos aumentou 5% (1% em termos de taxas de câmbio constantes), com um crescimento forte na margem financeira, um aumento de 12% em termos de taxas de câmbio constante, reflectindo o preçário interno aumentado aplicado à base de depósitos de Wealth. Isto foi compensado por uma diminuição acentuada nos proveitos de investimentos homólogos, pois os activos sob gestão diminuiu em 8% a taxas de câmbios constantes durante 2009, com os investidores a virarem-se para activos mais líquidos e afastarem-se dos investimentos de longo prazo.

Os empréstimos e adiantamentos aumentaram em 10% em relação a 2008, primariamente no Reino Unido. As margens de empréstimos melhoraram, particularmente para hipotecas, e as métricas de créditos para novos negócios mantêm-se satisfatórias.

As despesas desceram 6% (10% menos a taxas de câmbio constantes), reflectindo um enfoque rigoroso na gestão de custos, com os custos com o pessoal a diminuir em 11%, como resultado de uma redução planeada do quadro de pessoal. O rácio custo/proveitos melhorou de 65,6% para 59,2%.

As imparidades aumentaram em £17 milhões em relação a 2008, reflectindo algumas dificuldades isoladas no Reino Unido e carteiras de hipotecas offshore (representando as hipotecas para segundas propriedades para emigrantes) As provisões como percentagem de empréstimos a clientes aumentaram ligeiramente para 0,25%.

Global Banking & Markets

	2009 £m	2008 £m
Margem financeira de actividades bancárias	2.243	2.440
Serviços e comissões líquidos a receber	1.335	1.223
Resultado de actividades comerciais	7.763	(743)
Outros proveitos operacionais (líquidos de custos de financiamento relacionados)	(332)	(206)
Proveitos não provenientes de juros	8.766	274
Total de proveitos	11.009	2.714
Despesas directas		
– pessoal	(2.930)	(2.056)
– outros	(965)	(1.269)
Despesas indirectas	(765)	(663)
	(4.660)	(3.988)
Resultado operacional antes de perdas por imparidade	6.349	(1.274)
Perdas por imparidades	(640)	(522)
Resultado operacional	5.709	(1.796)
Análise dos proveitos por produto		
Taxas - mercados monetários	1.714	1.641
Taxas – fluxo	3.142	1.386
Divisas e matérias-primas	1.277	1.539
Acções	1.474	368
Mercados de crédito	2.255	(3.435)
Gestão e originação de carteiras	1.196	858
Justo valor de dívida própria	(49)	357
Total de proveitos	11.009	2.714
Análise das imparidades por sectores		
Indústria e infra-estrutura	91	39
Imobiliário e construção	49	12
Transporte	3	—
Bancos e instituições financeiras	348	186
Outro	149	285
Total de imparidades	640	522
Encargo de imparidade de empréstimos como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes brutos (excluindo operações de reporte)	0,59%	0,29%
Rácios de desempenho		
Rentabilidade de capitais próprios (1)	30,7%	(8,4%)
Margem de juros líquida	1,38%	1,34%
Rácio custo/proveitos	42,3%	146,9%

Nota:

(1) A rentabilidade dos capitais próprios é baseada no lucro operacional da divisão após imposto, dividido pelo capital próprio nocional de divisão (com base em 10% dos activos ponderados pelo risco da divisão, ajustado para deduções de capital).

	2009 £mm	2008 £mm
Capital e balanço		
Empréstimos e adiantamentos (incluindo bancos)	127,8	224,2
Reverse repos	73,3	88,8
Títulos	106,0	127,5
Caixa e efeitos elegíveis	74,0	20,2
Outros activos	31,1	38,0
Total de activos de terceiros (excluindo derivados *mark to market*)	412,2	498,7
Activos derivados líquidos (após compensação)	68,0	121,0
Depósitos de clientes (excluindo *repos*)	46,9	87,8
Elementos de risco em empréstimo	1,8	0,9
Rácio empréstimos/depósitos	194%	192%
Activos ponderados pelo risco	123,7	151,8

2009 comparado com 2008

O lucro operacional melhorou para £5.709 milhões em 2009, em comparação com uma perda operacional de £1.796 milhões em 2008. Apesar as condições flutuantes de mercado sofridas durante o primeiro trimestre se tenham estabilizado com o decorrer do ano, o recentragem do negócio nas suas franquias nucleares foi bem-sucedida. A GBM apertou a sua gestão do balanço no decorrer do ano, com uma aplicação metódica do capital para apoiar a base de clientes visada.

Num ambiente de mercado frequentemente volátil, o GBM respondeu rapidamente às necessidades dos seus clientes para fortalecer os seus balanços e tirar partido do ambiente atractivo para emissões de dívida e de acções. O RBS participou em cinco das maiores emissões de acções em todo o mundo em 2009 e em seis de dez das maiores transacções nos mercados de capital de dívida.

Os proveitos cresceram significativamente, reflectindo um primeiro trimestre muito forte, beneficiando da volatilidade do mercado, actividade do cliente e um acentuado melhoramento dos Credit Markets. O negócio de Flow Rates, que aumentou 127%, beneficiou de uma boa actividade de clientes, enquanto um forte mercado de capitais próprios impulsionou um aumento de quatro vezes em Títulos.

A gestão e originação de carteiras cresceu 39%, pois as instituições financeiras e os clientes empresariais refinanciaram-se através dos mercados de capital de dívida. A recentrada Credit Markets realizou um resultado muito melhorado proveniente de uma maior liquidez e um ambiente de negociação mais positivos.

Apesar do movimento trimestral nos *spreads* de crédito do Grupo, os *spreads* globais mantiveram-se, em geral, estáveis durante o ano, resultando numa pequena perda dos movimentos no justo valor da dívida própria em comparação com um ganho de £357 milhões em 2008.

As despesas aumentaram 17%, reflectindo custos maiores relacionados com o desempenho e o impacto dos movimentos adversos da taxa de câmbio, parcialmente compensado pelos benefícios da reestruturação e beneficência. Menos de metade da alteração dos custos com o pessoal está relacionada com aumentos nos prémios de bónus de 2009.

Os custos com o pessoal representaram 27% dos proveitos. O Grupo introduziu novas políticas de diferimento em 2009, que levaram a alterações nos padrões de capitalização. Ajustando os diferimentos para 2008 e 2009, o rácio de compensação do GBM teria sido de 28%.

As imparidades maiores reflectiram principalmente uma grande falha individual reconhecida no terceiro trimestre. As imparidades representaram 0,59% dos empréstimos e adiantamentos a clientes, em comparação com 0,29% no ano anterior, reflectindo uma redução acentuada em empréstimos e adiantamentos.

O total de activos de terceiros, excluindo derivados, desceram 17%, ou 13% a taxas de câmbio constantes, em comparação com 31 de Dezembro de 2008, impulsionadas por uma redução de 43% em empréstimos e adiantamentos, conforme os clientes tiram partido das condições de mercado de capital favoráveis para angariar formas de financiamento alternativas à dívida bancária. Esta redução foi parcialmente compensada por um aumento em activos líquidos.

Os activos ponderados pelo risco diminuíram 19%, ou 15% a taxas de câmbio constantes, reflectindo a queda nos activos de terceiros e o continuado enfoque do Grupo na redução do seu perfil de risco e uso do balanço.

Global Transaction Services

	2009 £m	2008 £m
Margem financeira	912	937
Proveitos não provenientes de juros	1.575	1.494
Total de proveitos	2.487	2.431
Despesas directas		
– custos com o pessoal	(371)	(362)
– outros	(161)	(149)
Despesas indirectas	(943)	(864)
	(1.475)	(1.375)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	1.012	1.056
Perdas por imparidades	(39)	(54)
Resultado operacional	973	1.002
Análise dos proveitos por produto		
Gestão de tesouraria nacional	805	795
Gestão de tesouraria internacional	734	722
Trade finance	290	241
Serviço de aquisições comerciais	528	554
Cartões comerciais	130	119
Total de proveitos	2.487	2.431
Rácios de desempenho		
Margem de juros líquida	9,22%	8,25%
Rácio custo/proveitos	59,3%	56,6%
	£mm	£mm
Capital e balanço		
Total de activos de terceiros	18,4	22,2
Empréstimos e adiantamentos	12,7	14,8
Depósitos de clientes	61,8	61,8
Elementos de risco em empréstimo	0,2	0,1
Rácio empréstimos/depósitos	21%	25%
Activos ponderados pelo risco	19,1	17,4

2009 comparado com 2008

O lucro operacional diminuiu em 3%, ou 6% a taxas de câmbio constantes, reflectindo largamente a pressão nos proveitos de depósitos. O desgaste nos saldos de depósitos sofrido no primeiro semestre foi invertido no segundo, mas as margens continuam comprimidas devidos a um mercado de depósitos competitivo, bem como um ambiente de taxas baixas.

Os saldos de depósitos de clientes em 361,8 mil milhões mantiveram-se estáveis no ano anterior, com crescimento no Reino Unido e negócios internacionais anulados por saldos internos mais fracos nos EUA. A taxas de câmbio constantes os saldos cresceram 3%. Os empréstimos e adiantamentos desceram 14% (11% a taxas de câmbio constantes) devido a uma utilização reduzida de descoberto e volumes de negociação mais baixos.

Em taxas de câmbio constantes, as taxas de pagamentos internacionais aumentaram 11%, enquanto os proveitos de *trade finance* aumentaram 8%, com uma penetração melhorada na região Ásia Pacífico. Os proveitos de serviços de aquisições comerciais, no entanto, diminuíram 9% a taxas de câmbio constante, pois os consumidores continuaram a mudar para transacções de cartões de crédito com margens menores de preferência em relação aos cartões de créditos.

As despesas subiram 7% em termos linha de rubrica, mas sem variação em termos de taxas de câmbio constantes, pois as economias e eficiências de custo ajudaram a mitigar o impacto do investimento em infra-estruturas. As despesas com pessoal foram 2% mais baixas em termos de taxas de câmbio constantes, com o quadro de pessoal inferior em 5%. O rácio de custo/proveitos foi de 59,3%, uma deterioração de 2,7 pontos de percentagem ou 1,9 pontos de percentagem em termos de taxas de câmbio constantes.

As perdas por imparidade foram de £39 milhões, menos £15 milhões em relação a 2008. Os incumprimentos globais mantiveram modestos, em 0,3% de empréstimos e adiantamentos.

Ulster Bank

	2009	2008
	£m	£m
Margem financeira	780	773
Serviços e comissões líquidos	228	238
Outros proveitos não provenientes de juros	26	28
Proveitos não provenientes de juros	254	266
Total de proveitos	1.034	1.039
Despesas directas		
– custos com o pessoal	(325)	(330)
– outros	(85)	(93)
Despesas indirectas	(343)	(292)
	(753)	(715)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	281	324
Perdas por imparidades	(649)	(106)
Resultado operacional	(368)	218
Análise dos proveitos por negócio		
Empresas	580	618
Retalho	412	396
Outro	42	25
Total de proveitos	1.034	1.039
Análise das imparidades por sectores		
Hipotecas	74	17
Empresas		
– imobiliário	306	37
– outros	203	7
Outro	66	45
Total de imparidades	649	106
Encargo de imparidade de empréstimos como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes brutos (excluindo operações de reporte) por sector		
Hipotecas	0,46%	0,09%
Empresas		
– imobiliário	3,03%	0,34%
– outros	1,85%	0,05%
Outro	2,75%	2,14%
	1,63%	0,24%
Rácios de desempenho		
Rentabilidade de capitais próprios (1)	(13,3%)	10,1%
Margem de juros líquida	1,87%	1,89%
Rácio custo/proveitos	72,8%	68,8%
	£mm	£mm
Capital e balanço		
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto		
– hipotecas	16,2	18,1
– empresas		
– imobiliário	10,1	10,9
– outros	11,0	12,9
– outros	2,4	2,1
Depósitos de clientes	21,9	24,3
Elementos de risco em empréstimo		
– hipotecas	0,6	0,3
– empresas		
– imobiliário	0,7	0,5
– outros	0,8	0,3
– outros	0,2	0,1
Rácio empréstimos/depósitos	177%	179%
Activos ponderados pelo risco	29,9	24,5

Nota:

(1) A rentabilidade dos capitais próprios é baseada no lucro operacional da divisão após imposto, dividido pelo capital próprio nocional de divisão (com base em 7% dos activos ponderados pelo risco da divisão, ajustado para deduções de capital).

2009 comparado com 2008

Os resultados operacionais estavam em linha com as expectativas, mas deterioraram-se durante 2009, pois as condições económicas na ilha da Irlanda pioraram, com uma perda operacional para o exercício de £368 milhões.

A margem financeira diminuiu 7%, em termos de taxas de câmbio constantes, largamente como resultado da compressão das margens de depósitos num ambiente de mercado cada vez mais competitivo, parcialmente compensado por iniciativas de reavaliação de activos. A margem financeira do exercício em 1,87% manteve-se, globalmente, estável, apesar das difíceis condições de mercado.

Em taxas de câmbio constantes, os empréstimos a clientes diminuíram 4% em relação ao ano anterior, pois a procura de novos negócios diminuiu. Os depósitos de clientes reduziram-se em 5%, em 2009, em termos de taxas de câmbio constantes, reflectindo um mercado irlandês de depósitos cada vez mais competitivo e reduções no financiamento grossista durante o primeiro trimestre. Durante o segundo semestre do ano, o mercado estabilizou e a divisão registou um forte crescimento nos saldos dos clientes, resultando num perfil de financiamento melhorado.

Os proveitos não provenientes de juros diminuíram 12% em termos de taxas de câmbio constantes, devido a menores proveitos de taxas, por níveis de actividade reduzidas em todas as linhas de negócio.

O total de custos do exercício manteve-se estável numa base de taxas de câmbio constantes. As despesas directas desceram 12%, em termos de taxas de câmbio constantes, durante 2009, impulsionados pelo programa de reestruturação do banco, que incorpora a fusão dos negócios do First Active e Ulster Bank. O desenvolvimento do programa resultou numa tendência descendente em despesas directas durante todo o ano de 2009. A redução nas despesas directas foi contrariada por um aumento de 17% em despesas indirectas, reflectindo principalmente provisões relativas ao imobiliário próprio do banco reconhecidas no quarto trimestre.

As perdas por imparidade aumentaram para £649 milhões, de £106 milhões, impulsionadas pela deterioração continuada no ambiente económico irlandês e impacto resultante no desempenho dos empréstimos nas suas carteiras de retalho e grossista.

Uma acção de orçamentação fiscal necessária aliada à profunda recessão nos mercados imobiliários na Irlanda levou a maiores perdas de empréstimos. As imparidades de hipotecas foram impulsionadas pelo desemprego crescente e rendimentos mais baixos. Os empréstimos ao sector imobiliário sofreram um aumento substancial em incumprimentos conforme o mercado imobiliário irlandês diminuiu, reflectindo o difícil contexto económico e a incerteza que rodeia o possível efeito da National Asset Management Agency do governo irlandês sobre os valores dos activos. Os sectores impulsionados pelo consumo dos particulares tem sido afectado pelo declínio de dois dígitos em 2009, com um evidente aumento das taxas de incumprimento.

Os números de contas de clientes aumentaram 3% durante 2009, com o crescimento alimentado por uma forte actividade das contas-correntes e novos clientes de poupança do banco.

US Retail & Commercial

	2009 £m	2008 £m
Margem financeira	1.775	1.726
Serviços e comissões líquidos	714	664
Outros proveitos não provenientes de juros	235	197
Proveitos não provenientes de juros	949	861
Total de proveitos	2.724	2.587
Despesas directas		
- pessoal	(776)	(645)
- outras	(593)	(354)
Despesas indirectas	(766)	(623)
	(2.135)	(1.622)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	589	965
Perdas por imparidades	(702)	(437)
Resultado operacional	(113)	528
Análise dos proveitos por produto		
Hipotecas e *home equity*	499	375
Empréstimos pessoais e cartões	451	333
Depósitos de retalho	828	1.000
Empréstimos comerciais	542	405
Depósitos comerciais	398	377
Outro	6	97
Total de proveitos	2.724	2.587
Taxa de câmbio média – US$/£	1,566	1,853
Análise das imparidades por sectores		
Hipotecas residenciais	72	41
Home equity	167	67
Empresas e Comercial	326	181
Outros particulares	137	148
Total de imparidades	702	437
Encargo de imparidade de empréstimos como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes brutos (excluindo operações de reporte) por sector		
Hipotecas residenciais	1,11%	0,43%
Home equity	1,08%	0,36%
Empresarial e Comercial	1,67%	0,76%
Outros particulares	1,84%	1,51%
	1,44%	0,71%
Rácios de desempenho		
Rentabilidade de capitais próprios (1)	(1,8%)	7,7%
Margem de juros líquida	2,37%	2,68%
Rácio custo/proveitos	78,3%	62,7%
	US$mm	US$mm
Capital e balanço		
Total do activo	121,3	127,8
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto		
– hipotecas residenciais	10,6	13,9
– *home equity*	25,0	27,2
– empresarial e comercial	31,6	34,7
– outros particulares	12,1	14,3
Depósitos de clientes	97,4	93,4
Elementos de risco em empréstimo		
– retalho	0,6	0,3
– comercial	0,4	0,2
Rácio empréstimos/depósitos	80%	96%
Activos ponderados pelo risco	96,9	93,2
Taxa de câmbio spot – US$/£	1,622	1,460

Notas:

(1) Excluindo operações de reporte por sector.

2009 comparado com 2008

O ambiente económico recessivo, taxas de juros em níveis historicamente baixos e condições de crédito em deterioração resultaram em perdas operacionais de §174 milhões. No entanto, o negócio recentrou-se com sucesso nas suas franquias nucleares de clientes na Nova Inglaterra, região Mid-Atlantic e Midwest.

A divisão conseguiu um forte crescimento em volume de originação de hipotecas, com uma significativa penetração elevada através da rede de balcões e rentabilidade melhorada em recentes *vintages* de originação. Vendas cruzadas de produtos de cartões, depósitos e contas-correntes aumentaram substancialmente, com mais de 65% de novos clientes de hipotecas a terem também uma conta-corrente. A divisão também aumentou a penetração no mercado na banca comercial, com quota de banco lídr dentro da sua implantação, aumentando de 6% para 7% no segmento $5 milhões a $25 milhões e de 6% para 8% no segmento $25 milhões a $500 milhões.

A margem financeira desceu 13%. A margem financeira desceu 31 pb em todo o ano, reflectindo o declínio nas margens de depósitos resultante do ambiente de baixas taxas de juros, embora as margens tenham sido parcialmente reconstruídas no segundo semestre dos pontos mais baixos ocorridos no primeiro semestre, pois os negócios reavaliaram as taxas de empréstimos e reduziram agressivamente o preçário nas condições e prazo dos depósitos.

As despesas aumentaram 11%, reflectindo as taxas aumentadas sobre os seguros de depósitos FDIC, custos mais elevados com benefícios de trabalhadores, bem como custos aumentados relacionados com a reestruturação de empréstimos e actividade de cobrança. A execução com sucesso das actividades de reestruturação das actividades resultou em poupanças aproximadas de $75 milhões em custos.

As perdas por imparidade aumentaram para $1.099 milhões pois os abatimentos subiram para 0,90% dos empréstimos, um aumento de 34 pb em comparação com 2008.

Os empréstimos e adiantamentos desceram 12%, reflectindo uma procura ténue dos clientes.

Os depósitos dos clientes aumentaram 4% em relação ao ano anterior. A mistura de depósitos melhoraram significativamente, com um crescimento significativo nos saldos correntes, combinado com migração dos depósitos a prazo mais caros, conforme a divisão foi ajustando as suas estratégias de preço. Mais de 58.000 contas-correntes foram adicionadas no decurso do ano, além de mais 13.000 contas-correntes de pequenas empresas. Os saldos das contas-correntes cresceram 8% e os saldos das pequenas empresas 12%.

RBS Insurance

	2009 £m	2008 £m
Prémios adquiridos	4.519	4.512
Parte de resseguro	(165)	(206)
Receitas de prémios de seguros líquidos	4.354	4.306
Serviços e comissões líquidos	(366)	(396)
Outros proveitos	472	520
Total de proveitos	4.460	4.430
Despesas directas		
– custos com o pessoal	(267)	(286)
– outros	(222)	(225)
Despesas indirectas	(270)	(261)
	(759)	(772)
Reclamações brutas	(3.690)	(3.136)
Parte de resseguro	55	104
Reclamações líquidas	(3.635)	(3.032)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	66	626
Perdas por imparidades	(8)	(42)
Resultado operacional	58	584
Análise dos proveitos por produto		
Automóvel, marca própria	2.005	1.942
Lar e Vida, marcas próprias	849	806
Automóvel, parcerias e corretores	577	686
Lar e Vida, parcerias e corretores	330	354
Outros (internacional, comercial e central)	699	642
Total de proveitos	4.460	4.430
Rácios de desempenho		
Rentabilidade de capitais próprios (1)	1,6%	18,3%
Rácio custo/proveitos	17,0%	17,4%
Rácio custo/proveitos ajustado (2)	92,0%	55,2%
Apólices em vigor (milhares)		
– Automóvel, marca própria	4.858	4.492
– Marca própria Não automóvel (casa, assistências, animais domésticos, HR24),	6.307	5.560
– Parcerias e corretores (automóvel, casa, assistência PME, animais domésticos, HR24)	5.328	5.898
– Outros (Internacional, comercial e central)	1.217	1.206
Reservas de seguros gerais – total (£m)	7.030	6.672

Notas:

(1) Baseado no lucro operacional após impostos da divisão, dividido pelo capital próprio nocional da divisão (baseado no capital regulamentar).

(2) Baseado no total de proveitos e despesas operacionais acima e após compensação de reclamações de seguros em relação aos proveitos,

2009 comparado com 2008

O lucro operacional foi gravemente afectado pelos custos crescentes das reclamações de lesões corporais, diminuindo em £58 milhões. Foram implementados aumentos significativos nos preços na parte final do ano para mitigar a tendência do sector de aumentos nos custos dos sinistros.

Os proveitos cresceram 1% com os proveitos de prémios estáveis, mas com custos de resseguros mais baixos. Os proveitos de investimento foram 16% inferiores, reflectindo o impacto das baixas taxas de juro e as rentabilidades da carteira de investimento são parcialmente compensados pelos ganhos realizados na venda de investimentos de participação de capital

As apólices em vigor cresceram 3% impulsionados pelo sucesso das marcas próprias, mais 11%. Churchill e Privilege beneficiaram do aparecimento de sítios Web com comparações de preços seleccionados, com os números das apólices de automóvel superiores em 19% e 3%, respectivamente, e apólices de casa em mais 32% e 109%, respectivamente, em comparação com o ano anterior. As apólices automóvel e casa da Direct Line cresceram 4% e 2%, respectivamente. O segmento parcerias e corretores diminuiu 10%, de acordo com a estratégia de negócio.

As despesas caíram 2% em 2009, com a inflação salarial, contribuições industriais e taxas profissionais mais elevadas compensadas por eficiências de custos, redução no quadro de efectivos e menores despesas de marketing,

As reclamações líquidas foram 20% superiores do que em 2008, impulsionadas por um aumento de £448 milhões em reclamações de lesões corporais, bem como por mau tempo ocorrido no quarto trimestre. Foram implementados aumentos significativos de preços na parte final do ano para mitigar as tendências da indústria de custos de reclamações ascendentes, e também foram tomadas iniciativas significativas adicionais para adaptar os modelos de preços e melhorar a gestão de sinistros.

O rácio operacional combinado do Reino Unido, incluindo custos de serviços de negócios, foi de 105,9%, em comparação com 93,6% no ano anterior, com o impacto do aumento em reservas para reclamações de lesões corporais e a ocorrência do mau tempo apenas mitigaram parcialmente por melhoramento do rácio de comissões e despesas.

Central Items

	2009	2008
	£m	£m
Justo valor de dívida própria	(93)	875
Outro	385	150
Itens centrais não alocados	292	1.025

2009 comparado com 2008

Os custos de financiamento e operacionais foram alocados a divisões operacionais, com base no uso de serviço directo, requisito para financiamento do mercado e outros impulsionadores apropriados quando os serviços abrangem mais do que uma divisão.

Os itens residuais não alocados relacionam-se com itens empresariais voláteis que não residem naturalmente numa divisão.

Os itens não alocados durante o exercício elevaram-se a um crédito líquido de £292 milhões. Os *spreads* de crédito de Grupo flutuaram no decorrer do ano, mas acabaram o ano ligeiramente mais apertados, resultando num aumento no valor contabilístico da dívida própria. Isto foi compensado por um crédito líquido de itens de tesouraria do Grupo não alocado, incluindo o impacto nas coberturas económicas que não se qualificam para contabilidade de cobertura do IFRS. Os resultados de 2008 incluíam algumas mais-valias significativas de alienações.

Non-Core

	2009 £m	2008 £m
Margem financeira de actividades bancárias	1.534	2.156
Serviços e comissões líquidos a receber	510	912
Perdas de actividades comerciais	(5.161)	(7.739)
Receitas de prémios de seguros líquidos	784	986
Outros proveitos de exploração	32	653
Proveitos não provenientes de juros	(3.835)	(5.188)
Total de proveitos	(2.301)	(3.032)
Despesas directas		
– pessoal	(851)	(988)
– outros	(1.044)	(1.156)
Despesas indirectas	(552)	(539)
	(2.447)	(2.683)
Perda operacional antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidades	(4.748)	(5.715)
Reclamações de seguros líquidas	(588)	(700)
Perdas por imparidades	(9.221)	(4.936)
Perda operacional	(14.557)	(11.351)
Análises dos proveitos		
Actividades e carteira bancárias	(1.338)	2324
Negócios de carteiras internacionais	2.262	2.980
Mercados	(3.225)	(8.336)
	(2.301)	(3.032)
Rácios de desempenho		
Margem de juros líquida	0,69%	0,87%
Rácio custo/proveitos	(106,3%)	(88,5%)
	£mm	£mm
Capital e balanço (1)		
Total de activos de terceiros (incluindo derivados) (2)	220,9	342,9
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto	149,5	191,4
Depósitos de clientes	12,6	27,4
Elementos de risco em empréstimo	22,6	11,1
Rácio empréstimos/depósitos	1121%	683%
Activos ponderados pelo risco (3)	171,3	170,9

Notas:

(1) Inclui grupos de alienação.

(2) Os derivados foram de £19,9 bmil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (30 de Setembro de 2009 – £30,9 mil milhões; 31 de Dezembro de 2008 – £85,0 mil milhões).

(3) Inclui Sempra: 31 de Dezembro de 2009 Activos de terceiros (TPA) £14,2 mil milhões, RWA £10,2 mil milhões (31 de Dezembro de 2008 TPA £17,8 mil milhões, RWA £10,6 mil milhões).

Non-core continuação

	2009 £m	2008 £m
Abatimentos de crédito e outros de mercado (1)		
Exposições a *monolines*	2387	3.121
CDPC	947	615
Produtos garantidos por activo (2)	288	3.220
Outros créditos exóticos	558	935
Acções	47	947
Leveraged finance	-	1088
Coberturas de carteira bancária	1613	(1.690)
Outro	(679)	(497)
	5161	7.739
Perdas por imparidades		
Actividades bancárias e carteira	4.215	938
Negócios de carteiras internacionais	4.494	1.832
Mercados	512	2.166
	9.221	4.936
Encargo de imparidade de empréstimos como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes brutos (3)		
Actividades bancárias e carteira	4,91%	0,90%
Negócios de carteiras internacionais	6,56%	2,28%
Mercados	5,34%	13,32%
Total	5,66%	2,18%
	£mm	£mm
Empréstimos e adiantamentos de clientes brutos		
Actividades bancárias e carteira	82,0	97,0
Negócios de carteiras internacionais	65,6	79,9
Mercados	1,9	14,5
	149,5	191,4
Activos ponderados pelo risco		
Actividades bancárias e carteira	58,2	63,1
Negócios de carteiras internacionais	43,8	50,1
Mercados	69,3	57,7
	171,3	170,9

Notas:

(1) Incluído em "Perdas de actividades de negociação" no topo da página.

(2) Produtos garantidos por activos incluem estruturas garantis por activos *super senior* e outros produtos garantidos por activos.

(3) Inclui grupos de alienação.

Perdas por imparidades de empréstimos por divisão e sector contribuinte	2009 £m	2008 £m
UK Retail		
Hipotecas	5	1
Pessoal	48	42
Outro	-	62
Total UK Retail	53	105
UK Corporate		
Indústria e infra-estrutura	87	42
Imobiliário e construção	637	281
Transporte	10	(3)
Bancos e instituições financeiras	101	4
Lombard	122	61
Financiamento de facturas	3	-
Outro	717	142
Total UK Corporate	1.677	527
Global Banking & Markets		
Indústria e infra-estrutura	1.405	1.280
Imobiliário e construção	1.413	710
Transporte	178	12
Telecomunicações, *media* e tecnologia	545	55
Bancos e instituições financeiras	567	870
Outro	619	177
Total Global Banking & Markets	4.727	3.104
Ulster Bank		
Hipotecas	42	6
Investimento e promoção comercial	302	9
Investimento e promoção residencial	716	229
Outro	217	60
Outros EMEA	107	116
Total Ulster Bank	1.384	420
US Retail & Commercial		
Auto e consumidor	136	140
Cartões	130	63
SBO/*home equity*	445	321
Hipotecas residenciais	55	6
Imobiliário comercial	228	54
Comercial e outros	85	20
Total US Retail & Commercial	1.079	604
Outro		
Wealth	251	174
Global Transaction Services	49	(2)
Central Items	1	4
Total outros	301	176
Total perdas por imparidades	9.221	4.936

Non-core continução

Empréstimos e adiantamentos a clientes brutos por divisão e sector contribuinte (excluindo operações de reporte)	2.009 £mm	2.008 £mm
UK Retail		
Hipotecas	1,9	2,2
Pessoal	0,7	1,1
Total UK Retail	2,6	3,3
UK Corporate		
Indústria e infra-estrutura	0,3	0,3
Imobiliário e construção	10,8	11,3
Lombard	2,7	3,7
Financiamento de facturas	0,4	0,7
Outro	20,7	22,1
Total UK Corporate	34,9	38,1
Global Banking & Markets		
Indústria e infra-estrutura	17,5	
Imobiliário e construção	25,7	
Transporte	5,8	
Telecomunicações, *media* e tecnologia	3,2	
Bancos e instituições financeiras	16,0	
Outro	13,5	
Total Global Banking & Markets	81,7	104,8
Ulster Bank		
Hipotecas	6,0	6,5
Investimento e desenvolvimento comercial	3,0	2,9
Investimento e promoção residencial	5,6	5,9
Outro	1,1	1,1
Outros EMEA	1,0	1,3
Total Ulster Bank	16,7	17,7
US Retail & Commercial		
Auto e consumidor	3,2	4,2
Cartões	0,5	0,7
SBO/*home equity*	3,7	5,2
Hipotecas residenciais	0,8	1,1
Imobiliário comercial	1,9	3,0
Comercial e outros	0,9	1,4
Total US Retail & Commercial	11,0	15,6
Outro		
Wealth	2,6	3,6
Global Transaction Services	0,8	1,4
RBS Insurance	0,2	0,2
Central Items	(3,2)	-
Total outros	0,4	5,2
Total de Empréstimos e adiantamentos a clientes	147,3	184,7

2009 comparado com 2008

As perdas de actividades de negociação diminuíram significativamente conforme os preços de activos subjacentes recuperaram. Os valores *mark to market* para exposições como *monolines*, *CDO super senior* de elevado grau, e muitas bases negativas de classes de activos de negociação elevaram-se no decorrer de 2009. No entanto, o ganho de £1,6 mil milhões registado na cobertura da carteira bancária em 2008 dissipou-se com o decorrer do ano para uma perda de 31,6 mil milhões em 2009, pois os *spreads* continuaram a apertar durante o ano, ficando quase em linha com os nível de originação.

As perdas por imparidades aumentaram para £9,2 mil milhões, reflectindo a fraqueza continuada no ambiente económico, particularmente através dos sectores empresariais e imobiliários. Há sinais de um abrandamento da taxa de provisionamento em direcção ao final do ano.

Os custos com o pessoal diminuíram 14% durante o ano, ou 20% a taxas de câmbio constantes, devido às reduções no quadro de pessoal e desinvestimento em negócios, nomeadamente Linea Directa e Tesco Personal Finance. Menores encargos de depreciação seguiram-se à venda do negócio Angel Trains em 2008.

Os activos de terceiros, excluindo derivados, diminuíram £56,9 mil milhões no ano, pois a divisão liquidou exposições e aproveitou oportunidades para alienar carteiras de empréstimos. Vendas de participações accionistas, incluindo Bank of China, foram concluídas enquanto mais alienações anunciadas em 2009, incluindo as operações de retalho e comercial na Ásia, estão a desenvolver-se para a sua conclusão em 2010.

Os activos ponderados pelo risco aumentaram 0,2% em 2009 e a taxas de câmbio constantes aumentaram 3%. A redução de 15% desde 30 de Setembro de 2009 reflecte a gestão activa para reduzir as exposições da carteira de negociação, largamente compensadas pelo impacto da pró-ciclicidade, reduções de *monolines* e risco de mercado adverso.

Número de trabalhadores em 31 de Dezembro

(equivalentes a tempo inteiro arredondados ao milhar mais próximo)

	2009	2008
UK Retail	25.500	28.400
UK Corporate	12.300	13.400
Wealth	4.600	5.200
Global Banking & Markets	16.800	16.500
Global Transaction Services	3.500	3.900
Ulster Bank	4.500	5.400
US Retail & Commercial	15.500	16.200
RBS Insurance	13.900	14.500
Central Items	4.200	4.300
Core	100.800	107.800
Non-Core	15.100	19.000
	115.900	126.800
Business services	44.200	47.600
Integração	500	900
Interesses minoritários RFS Holdings	23.100	24.500
Total do Grupo	183.700	199.800

Balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2009

	Pró-forma		Oficial	
	2009	**2.008**	**2.009**	**2.008**
	£m	**£m**	**£m**	**£m**
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51.548	11.830	52.261	12.400
Empréstimos e adiantamentos a bancos líquidos	48.777	70.728	56.656	79.426
Operações de reporte e empréstimos de acções	35.097	58.771	35.097	58.771
Empréstimos e adiantamentos a bancos	83.874	129.499	91.753	138.197
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	554.654	691.976	687.353	835.409
Operações de reporte e empréstimos de acções	41.040	39.289	41.040	39.313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	595.694	731.265	728.393	874.722
Títulos de dívida	249.095	253.159	267.254	267.549
Acções	15.960	22.198	19.528	26.330
Saldos de compensação	12.024	17.812	12.033	17.832
Derivados	438.199	991.495	441.454	992.559
Activos intangíveis	14.786	16.415	17.847	20.049
Activos tangíveis	17.773	17.181	19.397	18.949
Impostos diferidos	6.492	5.786	7.039	7.082
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	18.604	21.573	20.985	24.402
Activos de grupos de alienação	18.432	480	18.542	1.581
Total do activo	1.522481	2.218.693	1.696.486	2.401.652
Passivo				
Depósitos de bancos	115.642	178.943	104.138	174.378
Acordos de recompra e empréstimos de acções	38.006	83.666	38.006	83.666
Depósitos por bancos	153.648	262.609	142.144	258.044
Depósitos de clientes	414.251	460.318	545.849	581.369
Acordos de recompra e empréstimos de acções	68.353	58.143	68.353	58.143
Contas de clientes	482.604	518.461	614.202	639.512
Títulos de dívida em emissão	246.329	269.458	267.568	300.289
Saldos de compensação e posições curtas	50.875	54.264	50.876	54.277
Derivados	421.534	969.409	424.141	971.364
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	24.624	24.140	30.327	31.482
Passivos com benefícios de reforma	2.715	1.564	2.963	2.032
Impostos diferidos	2.161	3.177	2.811	4.165
Passivos de seguros	7.633	7.480	10.281	9.976
Passivos subordinados	31.538	43.678	37.652	49.154
Passivo de grupos de alienação	18.857	138	18.890	859
Total passivo	1.442.518	2.154.378	1.601.855	2.321.154
Interesses minoritários	2.227	5.436	16.895	21.619
Situação líquida	77736	58.879	77.736	58.879
Total Capital Próprio	79.963	64.315	94.631	80.498
Total do passivo e capital próprio	1.522.481	2.218.693	1.696.486	2.401.652

Comentário sobre o balanço consolidado – pró-forma

O total do activo de £1.522,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, desceram £696,2 mil milhões, 31%, em comparação com 31 de Dezembro de 2008, reflectindo principalmente os substanciais reembolsos de empréstimos e adiantamentos de clientes, conforme a procura de clientes empresariais caiu e as empresas procuraram desalavancar os seus balanços. Emprestar a bancos também caiu, de acordo com a significativamente redução de actividade de financiamento grossista. Há também quedas significativas no valor dos activos derivados, com uma correspondente redução nos passivos derivados.

Caixa e saldos em bancos centrais aumentaram £39,7 mil milhões, para £51,5 mil milhões, devido à colocação de excedentes de curto prazo de caixa, incluindo os proveitos da emissão das acções B em Dezembro, em bancos centrais.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram £45,6 mil milhões, 35%, para £83,9 mil milhões, com operações de reporte e empréstimos de acções (*reverse repos*) a descerem £23,7 mil milhões, 40%, para £35,1 mil milhões e menor colocações em bancos, descida de £22,0 mil milhões, 31%, para £48,8 mil milhões, largamente como resultado de actividade de financiamento grossista reduzida em Global Banking & Markets.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes desceram £135,6 mil milhões, 19%, em £595,7 mil milhões. Dentro disto, as *reverse repos* aumentaram 4%, £1,8 mil milhões, para £41,0 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, os empréstimos diminuíram £137,3 mil milhões para £554,7 mil milhões ou por £131,6 mil milhões, 19%, antes de provisões por imparidade. Isto reflectiu as reduções em Global Banking & Markets de £71,4 mil milhões e planeou reduções em Non-Core de £30,1 mil milhões, incluindo uma transferência de £3,2 mil milhões para grupos de alienação relativos à RBS Sempra Commodities e a negócios na Ásia e América Latina. Há também reduções em US Retail & Commercial, £7,4 mil milhões; UK Corporate & Commercial, £5,4 mil milhões; Ulster Bank, £1,8 mil milhões; e o efeito dos movimentos das taxas de câmbio, £22,8 mil milhões, no seguimento do fortalecimento da libra esterlina durante o ano, compensadas parcialmente pelo crescimento em UK Retail de £9,2 mil milhões e em Wealth de £1,4 mil milhões.

Os títulos de dívida diminuíram £4,1 mil milhões, 2%, e títulos de participação diminuíram £6,2 mil milhões, 28%, para £16,0 mil milhões, devido principalmente à venda do investimento no Bank of China e com menores participações em Global Banking & Markets e Non-Core, largamente compensados pelo crescimento da Tesouraria do Grupo, reflectindo parcialmente um aumento de £18,0 mil milhões na carteira de liquidez do empréstimo estatal.

Os saldos de compensação desceram £5,8 mil milhões, 32%, em £12,0 mil milhões, como resultado de uma actividade mais baixa por parte dos clientes.

Os movimentos no valor dos activos derivados, que desceram £553,3 mil milhões, 56%, para £438,2 mil milhões, e passivos, que desceram para £547,9 mil milhões, 57%, para £421,5 mil milhões, reflectem a baixa da volatilidade do mercado, o fortalecimento da libra esterlina e um aperto significativo nos *spreads* de crédito num ambiente continuado de taxas de juros baixas.

Os aumentos no activo e passivo dos grupos de alienação reflectem a inclusão do negócio RBS Sempra Commodities e a venda planeada em várias actividades de banca de retalho e comercial do Grupo na Ásia e América Latina.

Os depósitos por bancos diminuíram £109,0 mil milhões, 41%, para £153,6 mil milhões, devido a uma diminuição em acordos de recompra e empréstimos de acções (*repos*), desceram £45,7 mil milhões, 55%, para £38,0 mil milhões e redução nos depósitos interbancários, desceram £63,3 mil milhões, 35%, para £115,6 mil milhões, principalmente em Global Banking & Markets reflectindo a dependência reduzida no financiamento grossista,

As contas de clientes desceram £35,9 mil milhões, 7%, para £482,6 mil milhões. Dentro disso, as *repos* aumentaram £10,2 mil milhões, 18%, para £68,4 mil milhões. Excluindo *repos*, os depósitos desceram £46,1 mil milhões, 10%, para £414,3 mil milhões, principalmente devido a reduções em Global Banking & Markets, desceram £43,6 mil milhões; Non-Core, £13,0 mil milhões, incluindo a transferência de £8,9 mil milhões para grupos de alienações; e Ulster Bank, £1,2 mil milhões, juntamenre com movimentos de taxa de câmbio, £11,3 mil milhões, compensados em parte por crescimento em todas as outras divisões, subiram £23,0 mil milhões.

Os títulos de dívida desceram £23,1 milhões, 9%, para £246,3 milhões, principalmente como um resultado de movimento nas taxas de câmbio, juntamente com reduções em Global Banking & Markets e Non-Core.

As responsabilidade por benefícios de reforma aumentaram £1,2 mil milhões, 74%, para £2,7 mil milhões, com perdas actuariais líquidas de £3,8 mil milhões, resultante de taxas de desconto mais baixas e

inflação assumida mais elevada, parcialmente compensadas por ganhos de redução de £2,1 mil milhões devido a alterações em benefícios de pensão futuros.

Os passivos subordinados desceram £12,1 mil milhões, 28%, para £31,5 mil milhões, reflectindo o resgate de £5,0 mil milhões de capital de empréstimos perpétuos, £1,5 mil milhões, de valores mobiliários preferidos de *trust* e 2,7 mil milhões de capital de empréstimo a prazo, juntamente com o efeito dos movimentos da taxa de câmbio e outros ajustes, £2,9 mil milhões.

Os interesses minoritários diminuíram £3,2 milhões, 59%, para £2,2 mil milhões. As retiradas de participações sociais de £3,1 mil milhões, devido à alienação do investimento no Bank of China atribuível a accionistas minoritários e resgate, em parte, de certos títulos preferenciais de *trust*, a reciclagem de reservas disponíveis para venda relacionadas para proveitos, £0,4 mil milhões e dividendos pagos de £0,3 mil milhões, foram parcialmente compensados por lucros atribuíveis de £0,6 mil milhões.

A situação líquida aumentou £18,9 mil milhões, 32%, para £77,7 mil milhões. A emissão de acções B para o Tesouro britânico em Dezembro de 2009 angariou £25,1 mil milhões, líquido de despesas, e foi compensado em parte pela criação de uma reserva de £,12 mil milhões em relação às acções de capital contingente B. A oferta de colocação de Abril 2009 aumentou £5,3 mil milhões para financiar mo resgate de £5,0 mil milhões de acções preferenciais emitidas para o Tesouro britânico em Dezembro 2008. As perdas actuariais, líquidas de imposto, de £2,7 mil milhões, a perda atribuível para o período, £2,7 mil milhões, movimentos na taxa de câmbio de £1,9 mil milhões, o pagamento de outros dividendos de accionistas de £0,9 mil milhões, incluindo £0,3 mil milhões para o Tesouro britânico no resgate das acções preferenciais, e parcial resgate de capital realizado, £0,3 mil milhões, foram parcialmente compensados por aumentos em reservas disponíveis para venda £1,8 mil milhões, reservas de cobertura de fluxos de caixa,, £0,6 mil milhões, e o ganho dos accionistas na retirada de interesses minoritários, líquido de imposto, de 30,5 mil milhões, resultantes do resgate dos títulos preferidos do *trust*.

Comentário sobre o balanço consolidado – oficial

O total do activo de £1.696,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, desceram £705,2 mil milhões, 29%, em comparação com 31 de Dezembro de 2008, reflectindo principalmente os substanciais reembolsos de empréstimos e adiantamentos de clientes, conforme a procura de clientes empresariais caiu e as empresas procuraram desalavancar os seus balanços. Emprestar a bancos também caiu, de acordo com a significativamente redução de actividade de financiamento grossista. Há também quedas significativas no valor dos activos derivados, com uma correspondente queda nos passivos derivados.

Caixa e saldos em bancos centrais aumentaram £39,9 mil milhões, para £52,3 mil milhões, devido à colocação de excedentes de curto prazo de caixa, incluindo os proveitos da emissão das acções B em Dezembro, em bancos centrais.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos diminuíram £46,4 mil milhões, 34%, para £91,8 mil milhões, com operações de reporte e empréstimos de acções (*reverse repos*) a descerem £23,7 mil milhões, 40%, para £35,1 mil milhões e menor colocações em bancos, descida de £22,7 mil milhões, 29%, para £56,7 mil milhões, largamente como resultado de actividade de financiamento grossista reduzida em Global Banking & Markets.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes desceram £146,3 mil milhões, 17%, em £728,4 mil milhões. Dentro disto, as *reverse repos* aumentaram 4%, £1,7 mil milhões, para £41,0 mil milhões. Excluindo as *reverse repos*, os empréstimos diminuíram £148,0 mil milhões, 18%, para £687,4 mil milhões ou por £141,8 mil milhões, 17%, antes de provisões por imparidade. Isto reflectiu as reduções em Global Banking & Markets de £71,4 mil milhões e planeou reduções em Non-Core de £30,1 mil milhões, incluindo uma transferência de £3,2 mil milhões para grupos de alienação relativos à RBS Sempra Commodities e a negócios na Ásia e América Latina. Também foram experimentadas reduções em US Retail & Commercial, £7,4 mil milhões; UK Corporate & Commercial, £5,4 mil milhões; Ulster Bank, £1,8 mil milhões; e o efeito dos movimentos das taxas de câmbio, £33,1 mil milhões, no seguimento do fortalecimento da libra esterlina durante o ano, compensadas parcialmente pelo crescimento em UK Retail de £9,2 mil milhões e em Wealth de £1,4 mil milhões.

Os títulos de dívida mantiveram-se estáveis em £267,3 mil milhões e títulos de participação diminuíram £6,8 mil milhões, 26%, para £19,5 mil milhões, devido principalmente à venda do investimento no Bank of China e com menores participações em Global Banking & Markets e Non-Core, largamente compensados pelo crescimento da Tesouraria do Grupo, reflectindo parcialmente um aumento de £18,0 mil milhões na carteira de liquidez do empréstimo estatal e nos interesses minoritários RFS Holdings.

Os saldos de compensação desceram £5,8 mil milhões, 33%, em £12,0 mil milhões, como resultado de uma actividade mais baixa por parte dos clientes.

Os movimentos no valor dos activos derivados, que desceram £551,1 mil milhões, 56%, para £4441,5 mil milhões, e passivos, que desceram para £547,2 mil milhões, 56%, para £424,1 mil milhões, reflectem a baixa da volatilidade do mercado, o fortalecimento da libra esterlina e um aperto significativo nos *spreads* de crédito num ambiente continuado de taxas de juros baixas.

Os aumentos no activo e passivo dos grupos de alienação reflectem a inclusão do negócio RBS Sempra Commodities e a venda planeada em várias actividades de banca de retalho e comercial do Grupo na Ásia e América Latina.

Os depósitos por bancos diminuíram £115,9 mil milhões, 45%, para £142,1 mil milhões, devido a uma diminuição em acordos de recompra e empréstimos de acções (*repos*), desceram £45,7 mil milhões, 55%, para £38,0 mil milhões e redução nos depósitos interbancários, desceram £70,2 mil milhões, 35%, para £104,1 mil milhões, principalmente em Global Banking & Markets reflectindo a dependência reduzida no financiamento grossista,

As contas de clientes desceram £25,3 mil milhões, 4%, para £614,2 mil milhões. Dentro disso, as *repos* aumentaram £10,2 mil milhões, 18%, para £68,4 mil milhões. Excluindo *repos*, os depósitos desceram £35,5 mil milhões, 6%, para £545,8 mil milhões, principalmente devido a reduções em Global Banking & Markets, desceram £43,6 mil milhões; Non-Core, £13,0 mil milhões, incluindo a transferência de £8,9 mil milhões para grupos de alienações; e Ulster Bank, £1,2 mil milhões, juntamente com movimentos de taxa de câmbio, £213 mil milhões, compensados em parte por crescimento em todas as outras divisões, subiram £23,0 mil milhões e nos interesses minoritários da RFS Holding, o teste de £20,6 milhões.

Os títulos de dívida desceram £32,7 milhões, 11%, para £267,6 milhões, principalmente como um resultado de movimento nas taxas de câmbio, juntamente com reduções em Global Banking & Markets, Non-Core e interesses minoritários RFS Holding.

As responsabilidade por benefícios de reforma aumentaram £0,9 mil milhões, 46%, para £3,0 mil milhões, com perdas actuariais líquidas de £3,7 mil milhões, resultante de taxas de desconto mais baixas e inflação assumida mais elevada, parcialmente compensadas por ganhos de redução de £2,1 mil milhões devido a alterações em benefícios de pensão futuros.

Os passivos subordinados desceram £11,5 mil milhões, 23%, para £37,7 mil milhões, reflectindo o resgate de £5,0 mil milhões de capital de empréstimos perpétuos, £1,5 mil milhões, de valores mobiliários preferidos de *trust* e 2,7 mil milhões de capital de empréstimo a prazo, juntamente com o efeito dos movimentos da taxa de câmbio e outros ajustes, £2,9 mil milhões, parcialmente compensados pela emissão de £2,3 mil milhões de empréstimos de capital aos interesses minoritários RFS Holding.

Os interesses minoritários diminuíram £4,7 milhões, 22%, para £16,9 mil milhões. As retiradas de participações sociais de £3,1 mil milhões, devido à alienação do investimento no Bank of China atribuível a accionistas minoritários e resgate, em parte, de certos títulos preferenciais de *trust*, movimentos de taxa de câmbio de £1,4 mil milhões, a reciclagem de reservas disponíveis para venda relacionadas para proveitos, £0,5 mil milhões e dividendos pagos de £0,3 mil milhões, foram parcialmente compensados por lucros atribuíveis de £0,3 mil milhões.

A situação líquida aumentou £18,9 mil milhões, 32%, para £77,7 mil milhões. A emissão de acções B para o Tesouro britânico em Dezembro de 2009 angariou £25,1 mil milhões, líquido de despesas, e foi compensado em parte pela criação de uma reserva de £,12 mil milhões em relação às acções de capital contingente B. A oferta de colocação de Abril 2009 aumentou £5,3 mil milhões para financiar mo resgate de £5,0 mil milhões de acções preferenciais emitidas para o tesouro britânico em Dezembro 2008. As perdas actuariais, líquidas de imposto, de £2,7 mil milhões, a perda atribuível para o período, £2,7 mil milhões, movimentos na taxa de câmbio de £1,9 mil milhões, o pagamento de outros dividendos de accionistas de £0,9 mil milhões, incluindo £0,3 mil milhões para o Tesouro britânico no resgate das acções preferenciais, e parcial resgate de capital realizado, £0,3 mil milhões, foram parcialmente compensados por aumentos em reservas disponíveis para venda, £1,8 mil milhões, reservas de cobertura de fluxos de caixa,, £0,6 mil milhões, e o ganho dos accionistas na retirada de interesses minoritários, líquido de imposto, de 30,5 mil milhões, resultantes do resgate dos títulos preferidos do *trust*.

Fluxos de caixa

	2009 £m	2008 £m
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	(992)	(75.338)
Fluxos de caixa líquidos de actividades investimento	54	16.997
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	18.791	15.102
Efeitos dos movimentos das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(8.592)	29209
Resultados líquidos em caixa e equivalentes de caixa	9.261	(14.030)

2009

Os principais factores que contribuíram para as saídas de caixa líquidas de actividades operacionais de £992 milhões foram a perda operacional líquida antes de impostos de £2.696 milhões de operações continuadas e descontinuadas, a diminuição de £15.964 milhões em passivos operacionais menos activos operacionais, parcialmente compensado pela eliminação de diferenças de taxa de câmbio de £12.217 milhões e de outros elementos não monetários, £5.451 milhões

Os fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento de £54 milhões relacionam-se com as vendas líquidas e vencimentos dos títulos de £2.899 milhões e entrada de caixa líquida de £105 milhões em relação a outras aquisições e alienações, menos a saída de caixa líquida em alienações de propriedade, edifícios e outro equipamento de £2.950 milhões.

Os fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento de £18.791 milhões provêem principalmente do capital angariado pela emissão de acções B de £25.101 milhões, a oferta de colocação de £5.274 milhões e a emissão de passivos subordinados de £2.309 milhões. Isto foi compensado em parte pela saída de caixa para pagamento dos passivos subordinados de £5.145 milhões, resgate de acções preferenciais de £5.000 milhões, juros pagos em passivos subordinados de £1.746 milhões e dividendos pagos de £1.248 milhões.

2008

Os principais factores que contribuíram para as saídas de caixa líquidas de actividades operacionais de £75.338 milhões foram a perda operacional líquida antes de impostos de £36.628 milhões de operações continuadas e descontinuadas, a diminuição de £42.219 milhões em passivos operacionais menos activos operacionais, bem como a eliminação de diferenças de câmbio de £41.874 milhões, parcialmente compensado pelo abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, £32.581 milhões e de outros elementos não monetários, £8.772 milhões.

Os proveitos com a alienação das actividades descontinuadas de £20.113 milhões foram o principal elemento que dá origem a fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento de £16.997 milhões. A saída de caixa de compras líquidas de títulos de £1.839 milhões e alienações líquidas de activos tangíveis, £3.529 milhões menos a entrada de caixa líquida de £2.252 milhões em relação a outras aquisições e alienações representaram os outros factores principais.

Os fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento de £15.102 milhões estão principalmente relacionados com o aumento de capital da Oferta e Colocação de £19.741 milhões e a emissão dos direitos de subscrição de £12.000 milhões, a emissão dos passivos subordinados de £2.413 milhões e os proveitos dos interesses minoritários, £1.427 milhões. Isto foi compensado em parte pelo dinheiro da saída de caixa no resgate dos interesses minoritários de £13.579 milhões, o reembolso de passivos subordinados de £1.727 milhões, os dividendos pagos de £3.193 milhões e os juros pagos sobre passivos subordinados de £1.967 milhões.

Recursos de capitais

O quadro seguinte analisa os recursos de capital regulamentar do Grupo numa base totalmente consolidada em 31 de Dezembro:

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Capital base					
Capital de Tier 1	76.421	69.847	44.364	30.041	28.218
Capital de Tier 2	15.389	32.223	33.693	27.491	22.437
Capital de Tier 3	-	260	200	-	-
Menos:	91.810	102.330	78.257	57.532	50.655
- Deduções de supervisão	(4.565)	(4.155)	(10.283)	(10.583)	(7.282)
Total capital	87.245	98.175	67.974	46.949	43.373
Activos ponderados pelo risco					
Risco de crédito	513.200	551.300			
Risco de contraparte	56.500	61.100			
Risco de mercado	65.000	46.500			
Risco operacional	33.900	36.900			
	668.600	695.800			
Auxílio APS	(127.600)	-			
	541000	695.800			
Carteira bancária					
Patrimonial	480.200	318.600	303.300		
Extrapatrimonial	84.600	59.400	51.500		
Carteira de negociação	44.200	22.300	16.200		
	609.000	400.300	371.000		
Rácios de risco activos	%	%	%	%	%
Core tier 1	11,0	6,6	4,5		
Tier 1	14,1	10,0	7,3	7,5	7,6
Total	16,1	14,1	11,2	11,7	11,7

Notas:

(1) Os dados para 2009 e 2008 são numa base Basileia II; os exercícios anteriores são baseados em Basileia I.

É política do Grupo manter um forte capital de base, para expandi-lo conforme for apropriado e utilizá-lo eficientemente em todas as suas actividades para optimizar a rentabilidade do investimento para os accionistas enquanto mantém uma relação prudente entre o capital base e os riscos subjacentes da actividade. Ao aplicar esta politica, o Grupo tem em conta os requisitos de supervisão da Financial Services Authority ("FSA"). A FSA utiliza o Rácio de Solvabilidade como parâmetro de avaliação da adequação do capital no sector bancário britânico, comparando os recursos de capital de um banco com os seus activos ponderados pelo risco (os activos e as exposições extrapatrimoniais são 'ponderados' de modo a reflectirem o risco de crédito e os outros riscos inerentes); por convenção internacional, o rácio de solvabilidade não deve ser inferior a 8% com um componente Tier 1 de pelo menos 4%. Em 31 de Dezembro de 2009, o rácio de solvabilidade total do Grupo era de 16,1% (2008 – 14,1%) e o rácio de solvabilidade Tier 1 era de 14,1% (2008 – 10,0%).

Reconciliações das demonstrações de resultados e balanços pró-forma e oficiais

Base de elaboração dos resultados pró-forma

As informações financeiras pró-forma apresentam o desempenho subjacente do Grupo incluindo os resultados dos negócios do ABN AMRO que serão conservados pelo RBS. Esta informação está a ser dada para dar uma melhor compreensão de como os resultados das operações poderiam ter sido caso a aquisição do ABN AMRO, bem como as transferências de negócios para outros Membros do Consórcio, tivesse ocorrido em 1 de Janeiro de 2008.

O resultado operacional do Grupo numa base pró-forma exclui:

- amortização de activos intangíveis adquiridos;
- abatimento do goodwill e outros activos intangíveis;
- custos de integração e reestruturação;
- ganho no resgate de dívida própria;
- alienações estratégicas;
- ganhos em reduções de pensões; e
- bónus fiscal.

Demonstração de resultados para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009

	Pró-forma	Interesses minoritários RFS	Realocação de itens únicos	Oficial
	£m	£m	£m	£m
Margem financeira	13.567	2.937	—	16504
Proveitos não provenientes de juros (excluindo proveitos de prémios de seguros líquidos)	10.592	2.128	3.922	16.642
Receitas de prémios de seguros líquidos	5.266	278	—	5544
Proveitos não provenientes de juros	15.858	2.406	3.922	22.186
Total de proveitos	29.425	5.343	3.922	38.690
Despesas de exploração	(17.401)	(4.096)	19	(21.478)
Lucro antes de outros encargos operacionais	12.024	1.247	3.941	17.212
Reclamações de seguros líquidas	(4.357)	(500)	—	(4.857)
Lucro operacional antes de perdas por imparidade	7.667	747	3.941	12.355
Perdas por imparidades	(13.899)	(1.051)	—	(14.950)
Resultado operacional	(6.232)	(304)	3941	(2.595)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	(272)	—	272	—
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	(363)	—	363	—
Custos de integração e reestruturação	(1.286)	—	1286	—
Ganho no resgate de dívida própria	3.790	—	(3.790)	—
Alienações estratégicas	132	—	(132)	—
Ganhos em reduções de pensões	2.148	—	(2.148)	—
Bónus fiscal	(208)	—	208	—
Perda operacional antes de impostos	(2.291)	(304)	—	(2.595)
Crédito fiscal	339	32	—	371
Perda de operações continuadas	(1.952)	(272)	—	(2.224)
Perda de operações descontinuada, líquidas de imposto	(72)	(27)	—	(99)
Perda do exercício	(2.024)	(299)	—	(2.323)
Interesses minoritários	(648)	299	—	(349)
Acções preferenciais e outros dividendos	(935)	—	—	(935)
Perda atribuível a accionistas ordinários e B	(3.607)	—	—	(3.607)

Demonstração de resultados para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008

	Pró-forma	Interesses minoritários RFS	Realocação de itens únicos	Oficial
	£m	£m	£m	£m
Margem financeira	15.764	2.911	—	18675
Proveitos não provenientes de juros (excluindo proveitos de prémios de seguros líquidos)	(874)	1299	442	867
Receitas de prémios de seguros líquidos	5.709	617	—	6326
Proveitos não provenientes de juros	4.835	1.916	442	7.193
Total de proveitos	20.599	4.827	442	25.868
Despesas de exploração	(16.188)	(19.303)	(18.711)	(54.202)
Resultado antes de encargos operacionais	4.411	(14.476)	(18.269)	(28.334)
Reclamações de seguros líquidas	(3.917)	(513)	—	(4.430)
Resultado operacional antes de perdas por imparidade	494	(14.989)	(18.269)	(32.764)
Perdas por imparidades	(7.432)	(640)	—	(8.072)
Perda operacional	(6.938)	(15.629)	(18.269)	(40.836)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	(443)	—	443	—
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis	(16.911)	—	16911	—
Custos de integração e reestruturação	(1.357)	—	1357	—
Alienações estratégicas	442	—	(442)	—
Perda operacional antes de impostos	(25.207)	(15.629)	—	(40.836)
Crédito fiscal	1995	328	—	2323
Perda de operações continuadas	(23.212)	(15.301)	—	(38.513)
Resultado de operações descontinuada, líquidas de imposto	(86)	4.057	—	3971
Perda do exercício	(23.298)	(11.244)	—	(34.542)
Interesses minoritários	(412)	11.244	—	10832
Acções preferenciais e outros dividendos	(596)	—	—	(596)
Perda atribuível a accionistas ordinários e B	(24.306)	—	—	(24.306)

Balanço a 31 de Dezembro de 2009

	Pró-forma £m	Transferências (1) £m	Oficial £m
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51.548	713	52.261
Empréstimos e adiantamentos a bancos líquidos	48.777	7.879	56.656
Operações de reporte e empréstimos de acções	35.097	—	35097
Empréstimos e adiantamentos a bancos	83.874	7.879	91.753
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	554.654	132.699	687.353
Operações de reporte e empréstimos de acções	41.040	—	41040
Empréstimos e adiantamentos a clientes	595.694	132.699	728.393
Títulos de dívida	249.095	18.159	267.254
Acções	15.960	3.568	19.528
Saldos de compensação	12.024	9	12.033
Derivados	438.199	3.255	441.454
Activos intangíveis	14.786	3.061	17.847
Activos tangíveis	17.773	1.624	19.397
Impostos diferidos	6.492	547	7.039
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	18.604	2.381	20.985
Activos de grupos de alienação	18.432	110	18.542
Total do activo	1522481	174.005	1.696.486
Passivo			
Depósitos de bancos	115.642	(11.504)	104138
Acordos de recompra e empréstimos de acções	38.006	—	38006
Depósitos por bancos	153.648	(11.504)	142144
Depósitos de clientes	414.251	131.598	545.849
Acordos de recompra e empréstimos de acções	68.353	—	68353
Contas de clientes	482.604	131.598	614.202
Títulos de dívida em emissão	246.329	21.239	267.568
Saldos de compensação e posições curtas	50.875	1	50.876
Derivados	421.534	2.607	424.141
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	24.624	5.703	30.327
Passivos com benefícios de reforma	2.715	248	2.963
Impostos diferidos	2.161	650	2.811
Passivos de seguros	7.633	2.648	10.281
Passivos subordinados	31.538	6.114	37.652
Passivo de grupos de alienação	18.857	33	18.890
Total passivo	1.442.518	159.337	1.601.855
Interesses minoritários	2.227	14.668	16.895
Situação líquida	77736	—	77736
Total Capital Próprio	79.963	14.668	94.631
Total do passivo e capital próprio	1.522.481	174.005	1.696.486

Nota:

(1) Negócios a serem transferidos para outros membros do consórcio em devido tempo.

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

	Pró-forma	Transferências (1)	Oficial
	£m	£m	£m
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11.830	570	12.400
Empréstimos e adiantamentos a bancos líquidos	70.728	8.698	79.426
Operações de reporte e empréstimos de acções	58.771	—	58771
Empréstimos e adiantamentos a bancos	129.499	8.698	138.197
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	691.976	143.433	835.409
Operações de reporte e empréstimos de acções	39.289	24	39.313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	731.265	143.457	874.722
Títulos de dívida	253.159	14.390	267.549
Acções	22.198	4.132	26.330
Saldos de compensação	17.812	20	17.832
Derivados	991.495	1.064	992.559
Activos intangíveis	16.415	3.634	20.049
Activos tangíveis	17.181	1.768	18.949
Impostos diferidos	5.786	1.296	7.082
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	21.573	2.829	24.402
Activos de grupos de alienação	480	1.101	1.581
Total do activo	2218693	182.959	2.401.652
Passivo			
Depósitos de bancos	178.943	(4.565)	174378
Acordos de recompra e empréstimos de acções	83.666	—	83666
Depósitos por bancos	262.609	(4.565)	258.044
Depósitos de clientes	460.318	121.051	581.369
Acordos de recompra e empréstimos de acções	58.143	—	58143
Contas de clientes	518.461	121.051	639.512
Títulos de dívida em emissão	269.458	30.831	300.289
Saldos de compensação e posições curtas	54.264	13	54.277
Derivados	969.409	1.955	971.364
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	24.140	7.342	31.482
Passivos com benefícios de reforma	1.564	468	2.032
Impostos diferidos	3.177	988	4.165
Passivos de seguros	7.480	2.496	9.976
Passivos subordinados	43.678	5.476	49.154
Passivo de grupos de alienação	138	721	859
Total passivo	2.154.378	166.776	2.321.154
Interesses minoritários	5.436	16.183	21.619
Situação líquida	58879	—	58879
Total Capital Próprio	64.315	16.183	80.498
Total do passivo e capital próprio	2.218.693	182.959	2.401.652

Nota:

(1) Negócios a serem transferidos para outros membros do consórcio em devido tempo.

Gestão de risco, capital e liquidez*

Nas páginas 117 a 208 da Análise por actividades algumas informações foram auditadas e são partes das demonstrações financeiras do Grupo, conforme permitido pela IFRS 7. Outras divulgações são não auditadas e mencionadas como (*). Os pontos-chave nesta secção relacionam-se em geral com o Grupo antes de interesses minoritários da RFS Holdings.

Resumo*

As condições durante o ano continuaram a ser difíceis com uma deterioração permanente das condições económicas e dos mercados financeiras durante 2008 a continuam em 2009. O stress do mercado teve o seu pico durante o primeiro trimestre de 2009, com um grande melhoramento desde então. Isto reflecte o esforço global realizado por muitos governos e bancos centrais para flexibilizarem as condições, aumentar a liquidez no sistema financeiros e apoiar os bancos com uma combinação de capital, garantias aumentados e seguros de depósito reforçados. Um resultado benéfico para os bancos foi um melhoramento significativo na liquidez dos mercados monetários e de dívida. Ao mesmo tempo, a supervisão dos reguladores do sector bancário aumentou globalmente e é esperado que continue num nível elevado.

Mais recentemente, as maiores economias começaram a demonstrar uma melhoria gradual da posição macroeconómico, embora as condições se mantenham frágeis. Áreas de particular incerteza incluem os possíveis efeitos dos governos terminarem as suas iniciativas de estímulos financeiros e dos bancos centrais saírem das posições de taxas de juro historicamente muito baixas, bem como a reversão da flexibilização quantitativa. Isto parece muito provável que vá acontecer sobre um contexto de fundo de insolvência das pessoas e empresas elevadas, bem como o aumento do desemprego.

O Grupo tem estado a desenvolver-se e adaptar-se para um ambiente económico em evolução, num contexto de fundo da análise estratégica que inclui uma ambição claramente afirmada para alcançar uma força autónoma. As metas principais do plano estratégico são melhorar o perfil de risco do Grupo e reposicionar o saldo em redor dos pontos fortes nucleares do Grupo. As declarações e limites do nível de apetite de risco do Grupo foram revistos para garantir que estão de acordo com a estratégia. Quaisquer potenciais áreas de desalinhamento entre o apetite de risco e a estratégia do Grupo foram discutidos pelo Fórum de Risco Executivo e os planos de correcção foram implantados.

Fora feitas melhorias a vários quadros de risco, incluindo:

- Foi introduzido um novo processo de aprovação de créditos durante o ano, com base na conjugação de gestores de negócios e de risco autorizados a aprovar o crédito. Isto substitui o antigo processo de comissão de crédito;
- A exposição a países com risco mais alto foi reduzida e um novo quadro de limites de risco foi implementado em todo o Grupo;
- Concentrações de crédito em nomes individuais e a nível do sector continuam a receber um elevado nível de atenção e foram acordados melhorias complementares aos quadros no quarto trimestre do ano;
- Em adição à movimento para o valor em risco (VaR) baseado num nível de confiança de 99%, partindo de 95%, o Grupo melhorou e reforço o seu quadro de limite de risco de mercado aumentando a transparência de risco de mercado em todos os negócios do Grupo tanto nas carteiras de negociação e não negociação;
- O perfil de financiamento e liquidez do Grupo é suportado por metas e métricas explícitas para controlar a dimensão e extensão do risco de liquidez de curto e longo prazo; e
- Um melhor programa de relato foi implementado para aumentar a transparência e melhorar a gestão das exposições de risco.

As imparidades de crédito em 2009 foram significativamente mais elevadas do que no ano anterior. Conforme o ano progrediu, o nível de imparidades foi-se moderando, com o maior encargo trimestral incorrido no segundo trimestre. Espera-se que os resultados de 2010 e 2011 continuarão a ser afectados por um nível elevado de imparidades de crédito, conforme as exposições da divisão Non-Core estão a ser reduzidas e o ambiente económico continua a ter impacto nos negócios Core. Também se espera que aumentem as ponderações de crédito aplicadas aos activos devido à pró-ciclicidade e como resultado do montante de capital que os bancos geralmente são obrigados a deter ir aumentar. Também se espera que as futuras alterações na regulação aumentem os requisitos de fundos próprios do sector bancário. É neste contexto de fundo que a carteira de Non-Core está a reduzir-se e o Grupo reforçou significativamente o seu capital base através da emissão de acções B em Dezembro 2009.

* não auditado

Governo do risco, capital e liquidez*

As estratégias de gestão de risco e capital e liquidez pertencem e são estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo, e implementada pela gestão executiva liderada pelo Group Chief Executive. Há um certo número de comissões e executivos que apoiam a execução do plano de negócios e estratégia conforme abaixo estabelecido. A representação e a interacção entre as disciplinas de risco individual é uma característica principal da estrutura de governo da sociedade com a meta de promover as ligações entre riscos.

Conselho de administração do Grupo

Comissão de Auditoria do Grupo
Comissão Executiva
Comissão de Risco do Conselho
Executivo de Crédito do Grupo

Fórum de risco executivo

Comissão de gestão de activos e passivos do Grupo
Comissão de risco do Grupo

Nota:
Para alterações principais na estrutura de governo do risco, capital e liquidez, consultar o quadro na página seguinte.

* não auditado.

As funções e competências destas comissões são as seguintes:

Comissão	Ênfase	Composição
Comissão de Auditoria do Grupo (GAC)	Relato financeiro e aplicação das políticas de contabilidade como parte do controlo interno e processo de avaliação de riscos. A GAC, numa perspectiva histórica, monitoriza a identificação, avaliação e gestão de todos os riscos significativos em todo o Grupo	Administradores não executivos independentes
Comissão de Risco do Conselho (BRC)	Uma nova comissão, formada para supervisionar e aconselhar o Conselho de Administração do Grupo em relação às exposições de risco actuais e futuras do Grupo e estratégia de risco futura. Reporta ao CA do Grupo, identificando quaisquer assuntos dentro da sua competência em relação à qual se está a considerar uma acção ou é necessário um melhoramento, e dar recomendações conforme as medidas são tomadas. Fornece conselho quantitativo e qualitativo à Comissão de Remunerações sobre a Política de Remunerações do Grupo e as implicações para a gestão de risco.	Pelo menos três administradores não executivos, um dos quais é o Presidente da Comissão de Auditoria do Grupo
Executivo de Crédito do Grupo (ECG)	Formado para substituir a Comissão de Adiantamentos e a Comissão de Crédito do Grupo, O ECG decide sobre pedidos para a extensão de limites de crédito existentes ou novos em nome do CA que excedem as autorizações delegadas de funcionários em todo o Grupo, conforme determinado pela grelha de aprovações de créditos. O Head of Restructuring and Risk ou o Group Chief Credit Officer devem estar presentes com pelo menos um outro membro para garantir que a reunião tem quórum.	Group Chief Executive Head of Restructuring and Risk Group Chief Risk Officer Group Chief Credit Officer Chief Executive Officer de cada divisão Group Finance Director
Comissão Executiva (ExCo)	Uma comissão recém-formada responsável pela Gestão de questões a nível do grupo, bem como questões operacionais significativas para o Grupo em geral.	Group Chief Executive Chefes de negócios e funções, conforme determinado pelo Group Chief Executive/Conselho de Administração Head of Restructuri and Risk Group Finance Director
Comissão de Risco do Grupo (GRC)	Recomenda limites e aprova processos e políticas importantes para gerir eficazmente de riscos importantes em todo o Grupo.	Head of Restructuring and Risk Group Chief Risk Officer Group Head de cada função de risco Group Head of Country Risk Global head of Risk Architecture Deputy Group Finance Director Chief Operating Officer. Gestão de risco RBS Chief executive e Chief Risk Officer de cada divisão
Comissão de Gestão de Activo e Passivo do Grupo (GALCO)	Identifica, gere e controla os riscos de balanço do Grupo	Group Finance Director Deputy Group Finance Director Head of Restructuring and Risk Chief Executive de cada divisão Group Chief Accountant Group Treasurer e Deputy Group Treasurer Chief Financial Officer, ABNA AMRO Director, Group Corporate Finance Director, Group Financial Planning & analysis Head of Balance Sheet management, Group Treasury
Fórum Executivo de Risco (ERF)	Age sobre todos os risco estratégicos e controla as questões no Grupo incluindo, de forma não exaustiva, o risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de cumprimento e regulamentar, risco de empresa, risco de tesouraria e liquidez, risco de reputação, risco de seguro e risco de país.	Group Chief Executive Head of Restructuring and Risk Group Chief Risk Officer Group Finance Director Group executive Officer de cada divisão

Nota:
Estas comissões são suportadas ao nível de divisão por um estrutura de governo de risco incorporada nos negócios.

Governo do risco, capital e liquidez* continuação

Responsabilidades de gestão

Todo o pessoal tem um papel a desempenhar na gestão quotidiana dos capital, liquidez e risco que é definida e gerida por pessoal especializado em:

- Gestão de riscos: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de regulamentação, risco de reputação, risco de seguros e risco de país, juntamente com análise de riscos; e

- Tesouraria do Grupo: políticas de balanço, de gestão de capital, exposição intragrupo, financiamento, liquidez e cobertura.

A independência caracteriza a abordagem de gestão de riscos, que é reforçada em todo o Grupo por linhas de reporte apropriadas. As funções de Gestão de Riscos e Tesouraria do Grupo são independentes das actividades geradoras de proveitos. Como parte da realização de uma maior independência funcional, os Chief Risk Officers das divisões têm agora uma linha de reporte directo à Head of restructuring and Risk, bem como aos CEO das suas divisões.

A Auditoria Interna do Grupo (GIA) apoia o GAC a dar uma avaliação independente da concepção, adequação e eficácia dos controlos internos relativos à gestão de riscos.

Apetite de risco

O apetite de risco é uma expressão do nível máximo de risco que o Grupo está preparado para aceitar de modo a realizar os seus objectivos de negócio. A gestão de risco e capital no Grupo baseia-se no apetite pelo risco definido pelo Conselho de Administração, que em tem a última palavra na aprovação dos planos anuais para cada divisão e revê e monitoriza regularmente o desempenho do Grupo em relação ao risco.

O apetite de risco é definido em termos quantitativos e qualitativos como se segue:

- Quantitativos: abrange o teste de stress, concentração de risco, valor em risco (VaR), liquidez e métricas relacionada com o crédito.

- Qualitativos: concentra-se em garantir que o Grupo aplica os princípios, políticas e procedimentos correctos.

São utilizadas diferentes técnicas para garantir que o Grupo alcance o apetite pelo Grupo. A Comissão de Risco do Conselho pondera e recomenda para aprovação do CA do Grupo, o quadro de apetite de risco do Grupo e a tolerância para a estratégia corrente e futura, tendo em conta a adequação de fundos próprios do Grupo e o ambiente de risco externo. O ERF é responsável por garantir que a implementação da estratégia e operações estão de acordo com o apetite de risco determinado pelo Conselho de Administração. Isto é reforçado através de um quadro político e de limites garantindo que todos os membros do pessoal no seio do Grupo fazem escolhas apropriadas de risco e recompensa dentro dos limites acordados.

O planeamento de negócios anual e os processos de gestão de desempenho e actividades associadas garante que a expressão do apetite de risco se mantém apropriada. Tanto a GRC e a GALCO apoiam este trabalho.

Estratégia e alto nível de Apetite de Risco	Estratégia do Grupo Perfil de risco estratégico	Conselho de Administração do Grupo
Apetite de Risco pormenorizado	Medidas principais de apetite de risco	Comissão de Risco do Conselho
	Limites de risco	Fórum de Risco Executivo

Responsabilidades de remuneração*

Em Agosto 2009, a Financial Services Authority (FSA) publicou o seu Código de Práticas de Remuneração (o Código). O Código exige que o Grupo estabeleça, implemente e mantenha políticas, procedimentos e práticas de remuneração que promovem e são consistentes com uma gestão de risco efectiva.

A função Gestão de Risco fornece dados para a Comissão de Remunerações sobre a política de remunerações para o Grupo. Cada divisão tem objectivos de risco atribuídos como parte o plano estratégico e a realização destes objectivos é avaliada como parte do processo de gestão de desempenho anual.
Durante 2009, a Gestão de Risco forneceu um feedback de 360º foram e independente para pessoas-chave, revendo a sua capacidade e desempenho em relação à gestão de risco. As pessoas seleccionadas executam funções de influência significativa e as suas actividades têm, ou podem ter, um impacto grande no perfil de risco do Grupo.

É fornecido à Comissão de Remunerações um relatório anual sobre o desempenho de risco de cada divisão, incluindo informação qualitativa e quantitativa, para permitir uma ponderação sobre os ajustamentos relativos à remuneração para o ano de desempenho.

Capital *

Recursos de capital

É política do Grupo manter um forte capital de base, para utilizá-lo eficientemente em todas as suas actividades para optimizar a rentabilidade dos accionistas, enquanto mantém uma relação prudente entre o capital base e os riscos subjacentes da actividade. Ao aplicar esta politica, o Grupo tem em conta os requisitos de supervisão da FSA. A FSA utiliza o Rácio de Solvabilidade como parâmetro de avaliação da adequação do capital no sector bancário britânico, comparando os recursos de capital de um banco com os seus activos ponderados pelo risco (os activos e as exposições extrapatrimoniais são 'ponderados' de modo a reflectirem o risco de crédito e os outros riscos inerentes); por convenção internacional, o rácio de solvabilidade não deve ser inferior a 8% com um componente Tier 1 de pelo menos 4%. Em 31 de Dezembro de 2009, o rácio de solvabilidade total do Grupo era de 16,1% (2008 – 14,1%) e o rácio de solvabilidade Tier 1 era de 14,1% (2008 – 10,0%).

Como parte do planeamento anual e ciclo de orçamentação, a divisão é atribuído um capital baseado nos RWA e deduções de regulamentares associados. O processo de orçamentação considera o apetite de risco, recursos de capital disponíveis, resultados de testes de stress e estratégia de negócio. O orçamento é acordado pelo CA e e atribuído às divisões para gerirem os seus RWAS atribuídos.

A Tesouraria do Grupo e a GALCO monitorizam o capital disponível e a sua utilização pelas divisões. A GALCO toma as decisões necessárias relativamente à realocação de orçamento e alterações nas alocações de RWA.

Os recursos de capital regulamentar do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 em bases proporcionais e totalmente consolidadas, e de acordo com as definições da Financial Services Authority (FSA) foram os seguintes:

	2009	2008
Composição de capital regulamentar (proporcional)	£mm	£mm
Tier 1		
Capital próprio acções ordinárias e B	69.890	45.525
Interesses minoritários	2.227	5.436
Ajustamentos para:		
– Goodwill e outros activos intangíveis – continuadas	(14.786)	(16.386)
– Goodwill e outros activos intangíveis de negócios descontinuados	(238)	–
– Menos-valias não realizada em títulos disponíveis para venda	1.888	3.687
– Reservas resultantes na reavaliação de imobiliário e mais-valias não realizadas em acções disponíveis para venda	(207)	(984)
– Realocação de acções preferenciais e títulos inovadores	(656)	(1.813)
– Outros ajustamentos regulamentares	(950)	9
Menos excesso de perdas esperadas em provisões líquidas de impostos	(2.558)	(770)
Menos posições de titularizações	(1.353)	(663)
Menos primeira perda APS	(5.106)	–
Total capital de Tier 1	48.151	34.041
Acções preferenciais	11.265	16.655
Títulos Tier inovadores	2.772	6.436
Imposto sobre o excesso de perdas esperadas sobre provisões	1.020	308
Menos deduções de capital Tier 1	(310)	(316)
Total capital de Tier 1	62.898	57.124
Tier 2		
Reservas resultantes na reavaliação de imobiliário e mais-valias não realizadas em acções disponíveis para venda	207	984
Provisões para imparidades colectivas	796	666
Dívida subordinada perpétua	4.200	9.079
Dívida subordinada a prazo	18.120	20.282
Interesses minoritários e outros em capital Tier 2	11	11
Menos deduções de capital Tier 2	(5.241)	(2.055)
Menos primeira perda APS	(5.106)	–
Total capital de Tier 2	12.987	28.967
Tier 3	–	260
Deduções de supervisão		
Investimentos não consolidados		
– RBS Insurance	(4.068)	(3.628)
– Outros investimentos	(404)	(416)
Outro	(93)	(111)
Deduções de capital total	(4.565)	(4.155)
Total capital regulamentar	71.320	82.196
Activos ponderados pelo risco		
Risco de crédito	410.400	433.400
Risco de contraparte	56.500	61.100
Risco de mercado	65.000	46.500
Risco operacional	33.900	36.800
	565.800	577.800
Auxílio APS	(127.600)	–
	438.200	577.800
Rácio risco/activo		
Core Tier 1	11,0%	5,9%
Tier 1	14,4%	9,9%
Total	16,3%	14,2%

Os recursos de capital regulamentar do Grupo numa base de consolidação total em 31 de Dezembro de 2009 e de acordo com as definições da FSA foram os seguintes:

	2009	2008
Composição do capital regulamentar (oficial)	£mm	£mm
Tier 1		
Capital próprio acções ordinárias e B	69.890	45.525
Interesses minoritários	16.895	21.619
Ajustamentos para:		
– Goodwill e outros activos intangíveis - continuadas	(17.847)	(20.049)
– Goodwill e outros activos intangíveis de negócios descontinuadas	(238)	–
– Menos-valias não realizadas em títulos de dívida disponíveis para venda	1.888	3.687
– Reservas resultantes da reavaliação de imobiliário e mais-valias não realizadas em acções disponíveis para venda	(207)	(984)
– Realocação de acções preferenciais e títulos inovadores	(656)	(1.813)
– Outros ajustamentos de regulação	(1.184)	(362)
Menos excesso de perdas esperadas sobre provisões líquidas de imposto	(2.558)	(770)
Menos posições de titularização	(1.353)	(663)
Menos primeira perda APS	(5.106)	–
Capital Core Tier 1	59.524	46.190
Acções preferenciais	11.265	16.655
Títulos inovadores Tier 1	5.213	7.383
Imposto sobre o excesso de perdas esperadas sobre provisões	1.020	308
Menos deduções de capital de Tier 1	(601)	(689)
Total de capital Tier 1	76.421	69.847
Tier 2		
Reservas resultantes da reavaliação de imobiliário e mais-valias não realizadas em acções disponíveis para venda	207	984
Provisões para imparidades colectivas	796	666
Dívida subordinada perpétua	4.950	9.829
Dívida subordinada a prazo	20.063	23.162
Interesses minoritários e outros em capital Tier 2	11	11
Menos deduções de capital de Tier 2	(5.532)	(2.429)
Menos primeira perda APS	(5.106)	–
Total de capital Tier 2	15.389	32.223
Tier 3	–	260
Deduções de supervisão		
Investimentos não consolidados	(4.472)	(4.044)
Outro	(93)	(111)
Deduções de capital total	(4.565)	(4.155)
Total capital regulamentar	87.245	98.175
Activos ponderados pelo risco		
Risco de crédito	513200	551.300
Risco de contraparte	56500	61.100
Risco de mercado	65000	46.500
Risco operacional	33900	36.900
	668.600	695.800
Auxílio APS	(127.600)	–
	541000	695.800
Rácio risco/activo		
Core Tier 1	11,0%	6,6%
Tier 1	14,1%	10,0%
Total	16,1%	14,1%

O Grupo continuou a ver um mercado financeiro e condições económicas difíceis durante 2009. Embora haja alguns sinais de melhoramento que começaram a aparecer, o desempenho das principais economias mantém-se incerto e o Grupo continuou a sofrer perdas por imparidades importantes e abatimentos de mercado de crédito, incluindo abatimentos complementares em relação a exposições de *monolines*. A maioria delas são na divisão Non-Core, que em devido tempo será eliminada, reduzindo significativamente a dimensão do balanço do grupo e requisitos de capital associados.

Em Abril 2009, foram resgatadas £5 mil milhões de acções preferenciais e substituídas por acções ordinárias, utilizando os proveitos da Segunda Oferta e Colocação. isto reforçou o capital Core Tier 1 do Grupo, aumentando a sua estabilidade financeira durante um difícil período económico e de mercado.

Como medida intercalar, pendente do total cumprimento com Basileia 2, o Grupo, com o acordo dos reguladores, consolida os RWA do ABN AMRO com base em Basileia 1, mais um factor de ajustamento. O grupo está avançado na sua preparação para mudar para uma abordagem em conformidade com Basileia 2 para os negócios ABN AMRO que conservará. Como parte desta transição, o grupo concordou com a FSA em aumentar o factor de ajusta com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2009, para reflectir as circunstâncias em evolução. Esta alteração aumentou os RWA em aproximadamente 38 mil milhões, reduzindo assim o rácio Core Tier 1 em 31 de Dezembro de 2009 em 20 pontos-base.

Programa de Protecção de Activos

Em 22 de Dezembro de 2009, o Grupo acedeu ao Programa de Protecção de Activos (APS ou o Programa). Os principais termos e detalhes comerciais dos activos cobertos pelo Programa são estabelecidos na página 174.

No seguimento à adesão do APS, o Tesouro britânico proporciona uma protecção de perdas contras perdas potenciais resultantes de um conjunto de activos. O Tesouro britânico também subscreveu £25,5 mil milhões de capital na forma de acções B e um Dividend Acces Share com mais £8 mil milhões de capital na forma de acções B, disponível potencialmente como capital contingente. O grupo paga uma taxa anual em relação à protecção e capital contingente. O grupo tem a opção, sujeita a permissão do Tesouro britânico, para pagar o prémio anual, capital contingente e taxa de saída pagável em conexão com qualquer terminação da participação do Grupo no APS, no todo ou em parte, renunciando aos direitos dos membros do Grupo a certas isenções fiscais do Reino Unido.

No seguimento da adesão do APS, foram estabelecidos acordos dentro do Grupo que estendem efectivamente a protecção APS a todas as outras entidades reguladas que detêm activos cobertos pelo APS.
Em 19 de Janeiro de 2009, a FSA anunciou que espera que cada banco participante no programa de recapitalização do governo do Reino Unido tenha um mínimo rácio Core Tier 1 de 4% numa base sob stress. Em 31 de Dezembro de 2009, o rácio de Core Tier 1 do grupo foi de 11,0% (2008 - 6,6%). Enquanto o alívio de RWA do APS permitiu que o Grupo mantivesse rácios de capitais robustos, é claro que os próximos anos põe desafios permanentes em relação a níveis de imparidades, desempenho de negociação e regresso à rentabilidade, volatilidade RWA, incluindo efeitos pró-cíclicos e aumento de requisitos regulatórios.

A política do Grupo será a de continuar a manter um forte capital de base, para expandi-lo conforme for apropriado e utilizá-lo eficientemente em todas as suas actividades para optimizar a rentabilidade dos accionistas enquanto mantém uma relação prudente entre o capital base e os riscos subjacentes da actividade.

A subscrição para £25,5 mil milhões de acções B melhorou o rácio de capital Core Tier 1 do Grupo em 580 pontos-base em 31 de Dezembro de 2009.

Impacto do capital regulamentar do APS

Metodologia

Os requisitos de capital regulamentar para activos cobertos pelo Programa são calculados utilizando o quadro de titularização segundo as regras prudenciais da FSA. O cálculo é o seguinte (conhecido como "Montante não limitado"):

- *Primeira perda* – a primeira perda residual, após imparidades e abatimentos, à data, é deduzida do capital disponível – dividida igualmente entre capital Core Tier 1 e Tier 2;

- *Quota do Tesouro britânico de perdas cobertas* – após a primeira perda ter sido deduzida, 90% dos activos cobertos pelo Tesouro britânico são ponderados pelo risco a 0%; e

- *Quota do RBS de perdas cobertas* – a parte restante da perda, 10%, é suportada pelo RBS e é ponderado pelo risco da maneira normal.

Caso o Montante não nivelado seja superior aos activos subjacentes (ignorando o Programa), os requisitos de capital para o Progrma são limitados ao nível dos requisitos para os activos subjacentes (Montante limitado). Quando limitado, o Grupo partilha o Montante limitado até ao nível da Primeira Perda como acima calculado; qualquer Montante limitado não utilizado após a dedução de capital de Primeira Perda será tomada como RWA para a quota de perdas cobertas do Grupo.

Os ajustamentos ao cálculo de capital regulamentar podem ser feitos quer para desajustes de divisa quer de vencimento. Estes ocorrem quando há uma diferença entre a divisa ou vencimento da protecção e aquela do activo subjacente. Estes desajustes terão impacto sobre a oportunidade de remoção do limite e nível do benefício do capital regulamentar sobre o Montante limitado, mas este efeito não é importante.

Impacto da adesão

O Grupo espera, inicialmente, calcular os seus requisitos de capital de acordo com a base Limitada. Consequentemente, o próprio APS (visto em separado da emissão de acções B) na adesão não teve impacto no requisito de capital regulamentar Pilar 1 em relação aos activos cobertos pelo APS. No entanto, melhorará os rácios de capital total e os rácios Core Tier 1 do Grupo como um todo. Também se espera que a protecção dada pelo APS assistirá o Grupo em satisfazer o quadro de teste de stress para o futuro aplicado pela FSA.

Efeitos do futuro capital regulamentar

Conforme as imparidades no conjunto de activos aparecem, estes serão obrigados a ser deduzidos no todo de capital Core Tier 1 no modo normal. O Grupo terá o direito de aplicar estas imparidades para reduzir a dedução de Primeira Perda para o Programa, levando potencialmente a uma posição em que o requisito de capital Base Não Limitada deixaria para os activos cobertos pelo APS de exceder o Requisito Não APS e, como resultado, o Grupo terá que esperar começar a relatar o tratamento de capital regulamentar em Base Não Limitada.

Para mais informação sobre o APS, consultar páginas 174 a 183.

Desenvolvimentos regulamentares

Directivas Europeias

O Grupo está a tomar os preparativos necessários para cumprir com as novas Directivas Europeias que entrarão, ou se espera que entrem, em vigor em ou antes de 1 de Janeiro de 2011. Estas tratam, *inter alia*, da elegibilidade do capital híbrido, restrições em grandes exposições, gestão de risco melhorada das exposições de titularizações (incluindo um requisito de que os bancos não possam investir numa titularização em que o originador não reteve um interesse económico), requisitos de capital mais elevados para retitularizações e reforço dos requisitos de capital para a carteira de negociação.

Comité de Basileia de Supervisão Bancária

Em Dezembro 2009, o Comité de Basileia emitiu propostas de reforço do capital e liquidez dos bancos. Os principais elementos são: elevar a qualidade, consistência e transparência de capital regulamentar; requisitos de capital aumentado para exposições de contraparte em derivados, acordos de recompra e actividades de financiamento de valores mobiliários; introdução de um rácio de alavancagem; promoção de medida contra-cíclicas para encorajar a construção de *buffer* de capital e um provisionamento mais prospectivo com base em perdas esperadas em vez do modelo actual de "perdas incorridas"; e a introdução de um padrão de liquidez mínima mundial para bancos activos internacionalmente, incluindo um requisito de rácio de cobertura de liquidez de curto prazo sublinhado por um rácio de liquidez estrutural de prazo mais longo. O Comité está a realizar uma avaliação de impacto na primeira parte de 2010 para calibrar os novos requisitos antes de emitir propostas definitivas no final de 2010 para uma implementação faseada a começar em 2012.

O Grupo está a trabalhar com organismos comerciais na resposta a várias consultas e participará totalmente na avaliação de impacto.

Basileia II

O Grupo adoptou Basileia II em 1 de Janeiro de 2008. O Pilar 1 concentra-se no cálculo de requisito de capital mínimo para apoiar os riscos de créditos, mercado e operacional no negócio. Para o risco de crédito, a maioria do Grupo utiliza a Abordagem baseada em modelos internos avançados para calcular os RWA.

O Grupo gere o risco de mercado nas carteiras de negociação e não negociação (tesouraria) através do quadro de gestão de risco de mercado. O quadro inclui limites VaR, *back-tests*, teste de stress, análise de cenários e análise posição/sensibilidade.

Para o risco operacional, o Grupo usa a Abordagem Normalizada, que calcula os RWA operacionais com base nos proveitos brutos. Tal como outros bancos, o Grupo está a considerar adoptar a abordagem de mensuração avançada para todos ou parte dos negócios.

Utilizando estas abordagens, os requisitos RWA por divisão numa base proporcional são os seguintes:

	2009	2008
Activos ponderados pelo risco (RWA)	£mm	£mm
UK Retail	51,3	45,7

UK Corporate	90,2	85,7
Wealth	11,2	10,8
Global Banking & Markets	123,7	151,8
Global Transaction Services	19,1	17,4
Ulster Bank	29,9	24,5
US Retail & Commercial	59,7	63,9
Outro	9,4	7,1
Core	394,5	406,9
Non-Core	171,3	170,9
	565,8	577,8
Benefício do APS	(127,6)	n/a
	438,2	577,8

Para além do cálculo de requisitos de capital mínimo para riscos de crédito, mercado e operacional, os bancos são obrigados a assumir um Processo de Auto-Avaliação da Adequação de Fundos Próprios Interno (ICAAP) para outros riscos. O ICAAP do Grupo, em especial, concentra-se no risco de financiamento de pensões, risco de taxa de juro na carteira bancária, juntamente com testes de stress para avaliar a adequação de capital num ano e o ciclo económico.

O Grupo publica o seu Pilar 3 (Divulgações de mercado) no sítio Web, prestando uma gama de informações adicionais em relação a Basileia II e a gestão de risco e capital em todo o Grupo. O enfoque das divulgações é nos recursos e adequação de capital ao nível do Grupo, discutem várias abordagens ao risco de crédito e seus activos ponderados pelo risco associados, segundo várias abordagens de Basileia II, tal como mitigação do risco de crédito, risco de contraparte e provisões. São também feitas divulgações detalhadas sobre acções, titularização, risco operacional e de mercado, bem como proporcionando divulgações do Risco da Taxa de Juro na Carteira Bancária.

Teste de stress e cenário

O teste de stress é essencial para as regras sobre risco e fundos próprios do Grupo e parte integral da Basileia II Como ferramenta de gestão de risco essencial, o teste de stress sublinha à gestão de topo os potenciais resultados adversos inesperados relacionados com uma combinação de risco e fornece uma indicação de quanto capital pode ser necessário para absorver perdas, caso ocorram cenários adversos. O teste de stress é utilizado ao nível das divisões e do Grupo para avaliar concentrações de riscos, estimar o impacto de ganhos sob stress, imparidades e abatimentos em capital. Ele determina a adequação de fundos próprios global sob uma variedade de cenários adversos. Os principais benefícios de negócio das regras de testes de strees são: compreensão do impacto de cenários recessivos; avaliação concentrações de risco relevantes; e previsão do impacto dos cenários de stress de mercado na liquidez do balanço do Grupo.
Ao nível do Grupo, uma série de eventos de stress são monitorizados numa base regular para avaliar o impacto potencial de um evento extremo, mas ainda assim plausível, no Grupo. Há quatro elementos essenciais num teste de cenário de stress:

- Os testes de stress macroeconómicos considera o impacto tanto nos ganhos como no capital para uma gama de cenários. Eles originam choques sistémicos multianuais para avaliar a capacidade do Grupo para satisfazer os seus requisitos de capital e responsabilidade conformem eles vencem num contexto recessivo no ciclo de negócio e/ou ambiente macroeconómico.
- Testes de stress a nível da empresa considera cenários que não são macroeconómicos por natureza, mas são suficientemente amplos em natureza para ter impacto em vários riscos ou divisões e irão provavelmente ter impacto nos ganhos, capital e financiamento.
- O teste de stress entre divisões inclui cenários que têm impactos em todas as divisões relativas à sensibilidade a factor(es) de riscos comum(ns). Isto incluiria testes de stress baseado em sectores em carteiras empresariais e análise de sensibilidade ao stress em factores de mercado. Estes testes de stress são discutidos com a gestão superior da divisão e são reportados às comissão de topo em todo o Grupo; e
- O teste de stress específico de riscos e divisões são realizados para suportar a identificação e gestão de risco. Os exemplos actuais incluem o teste diário de stress baseado em produto, utilizando um híbrido de cenários hipotéticos e históricos dentro do risco de mercado.

Análise de carteira, utilizando o desempenho histórico e indicadores prospectivos de variação, utiliza o teste de stress para facilitar a medição de exposição potencial a eventos e procura a quantifica o impacto de uma alteração adversa em factores que orientem o desempenho e rentabilidade da carteira.

Cobertura de risco

Os principais riscos que o Grupo enfrenta são mostrados a seguir.

Tipo de risco	Definições	Características
Risco de crédito (incluindo riscos de país e político)	O risco resultante da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas pela incapacidade dos clientes em cumprirem as suas obrigações financeiras com o Grupo	As características das perdas podem variar materialmente nas carteiras. Correlação significativa entre perdas e ambiente macroeconómico Risco de concentração - potencial para grandes perdas materiais.
	O risco resulta de acontecimentos no país.	Riscos de país correlacionados com desenvolvimentos macroeconómicos. As vulnerabilidades mudarem estruturalmente no seguimento da crise financeira.
Risco de financiamento e liquidez	O risco de o Grupo ser incapaz de cumprir as suas obrigações à medida que vencem.	Potencial para perturbar o modelo de negócio e parar o funcionamento normal do Grupo.
Risco de mercado	O risco que o valor de um activo ou passivo poder mudar como resultado de uma mudança nas taxas do mercado.	Potencial para grandes perdas materiais. Significativamente relacionado com o risco accionista e o ambiente macroeconómico. Potencial para perdas devido a acontecimentos de tensão.
Risco de seguro	O risco de perda financeira devido a flutuações em oportunidade, frequência e/ou gravidade de eventos seguros, relativamente às expectativas no momento da subscrição da apólice	Perdas pequenas frequentes. Perdas relevantes não frequentes
Risco operacional	O risco de perdas financeiras, perdas de clientes ou reputacionais resultantes de processos ou sistemas internos inadequados ou falhados, comportamento impróprio, ou acontecimentos externos.	Perdas pequenas frequentes. Perdas relevantes não frequentes
Risco de regulamentação	Os riscos resultantes de alterações regulamentares e sua aplicação.	Risco de alterações regulamentares Cumprimento com os regulamentos. Potencial para multas e/ou restrições em actividades negociais
Outros riscos	Riscos que resultam do risco de reputação.	Regulamentação adicional pode ser introduzida como resultado de outros riscos. Incapacidade de satisfazer as expectativas das partes interessadas
	O risco de pensão +e o risco de que o Grupo possa ter que fazer contribuições adicionais para os seus planos de pensões de benefícios definidos.	Os riscos de pensão resultam da incerteza das rentabilidades futuras dos investimentos e do valor projectados das responsabilidades dos planos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que emerge da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido à incapacidade dos clientes em satisfazer as suas obrigações financeiras. O montante e natureza do risco de crédito assumido nos diferentes negócios do Grupo varia consideravelmente, enquanto o resultado do risco de crédito global exibe um alto grau de correlação com o ambiente macroeconómico. Certas divulgações nesta secção (páginas 127 a 148) não são auditadas e estão marcadas com um asterisco (*).

Princípios de gestão de risco de crédito

Os princípios fundamentais para a gestão do risco de crédito no Grupo são os seguintes:

- Uma avaliação do risco de crédito do cliente e facilidades de crédito é realizada antes da aprovação da exposição do crédito. Tipicamente, isto inclui elementos quantitativos e qualitativos, incluindo: a finalidade do crédito e fontes de reembolso, cumprimento com os testes de acessibilidade, histórico de reembolsos, capacidade de reembolsar, sensibilidade aos desenvolvimento económico e do mercado e retorno ajustado ao risco com base nas medidas de risco de crédito apropriadas ao cliente e tipo de facilidade;

- A autoridade de risco de crédito é especificamente concedida por escrito às pessoas envolvidas na concessão da aprovação do crédito. No exercício da autoridade de crédito, as pessoas são obrigadas a actuar independentemente de considerações comerciais e devem declarar quaisquer conflitos de interesse:

- As exposições de crédito, uma vez aprovadas, são monitorizadas, geridas e revistas periodicamente em relação aos limites aprovados. As exposições de qualidade mais baixa são sujeitas a análises e avaliações mais frequentes;

- A gestão de risco de crédito trabalha com funções de negócio na gestão corrente da carteira de crédito, incluindo decisões para mitigar as acções tomadas em relação a exposições individuais ou carteiras maiores.

- Os clientes com problemas de crédito emergentes são identificados na fase inicial e classificados em conformidade. São prontamente implementadas acções correctivas e têm a intenção de repor o cliente no estado satisfatório e minimizar quaisquer perdas potenciais para o Grupo.

- São realizados testes de stress das carteiras para avaliar o potencial impacto no crédito de cenários não sistémicos e acontecimentos maiores macroeconómicos nos proveitos e capital do Grupo.

Organização do risco de crédito

A função de risco de crédito está organizada numa estrutura alinhada na divisão para garantir uma proximidade apropriada com os negócios que abrange e para desenvolver e fornecer uma especialização necessária para gerir o risco de crédito associado. A função inclui várias actividades: aprovação de crédito; avaliação transacção/cliente; formulação e desenvolvimento de políticas (no contexto do quadro de política a nível do Grupo); relato da carteira; e, análise quantitativa da carteira.

Para além das actividades assumidas dentro das funções da divisão, uma função de risco ao nível do Grupo estabelece o quadro global e as normas mais elevadas da política do risco de crédito, produz um relato e análise da carteira de risco de crédito a nível de Grupo; e aprovar as transacções de crédito que excedam a autorização de crédito a nível de divisão.

A Comissão de Risco do Grupo (GRC) avalia os relatórios detalhados do desempenho do risco de crédito, tal como a informação de tendências de desempenho mensal da carteira de risco. A Comissão da Política de Risco de Crédito do Grupo, uma subcomissão da GRC, aprova as novas normas importantes da política de risco de crédito.

Para carteiras de crédito grossistas, foi introduzido um quadro de aprovação e autorização de créditos a nível do Grupo no início de 2009, substituindo a anterior estrutura de comissões de crédito. A autoridade detida por uma pessoa em relação a uma concessão específica de crédito é determinada por uma grelha de aprovação de crédito ao nível do Grupo que liga o montante de limite de crédito total para um grupo de clientes com a qualidade de crédito do cliente (expresso como uma nota de crédito) e a experiência e conhecimento de crédito da pessoa (que determina o nível de autoridade que lhe é concedido). O Executivo de Crédito do Grupo (ECG) avalia as decisões de crédito que excedem as autorizações delegadas das pessoas em todo o Grupo.

Grupo de Reestruturação Global (GRG)

O GRG gere as exposições problemáticas ou potencialmente problemáticas nas carteiras de crédito grossistas do Grupo. A sua função primária é trabalhar estritamente com os negócios do Grupo que

atendem clientes para apoiar a gestão pró-activa de qualquer problema na concessão de crédito. Isto pode incluir dar assistência na reestruturação do negócio de um cliente e/ou renegociação do seu crédito.

O GRG reporta ao Head of Restructuring and Risk e está estruturado com equipas especializadas que se concentram em: casos de grandes empresas (valor maior, múltiplos mutuantes); casos de pequenas e médias empresas (valor menor, relações bilaterais); e recuperação/contencioso.

As unidades de negócios originadoras contactam com GRG após o aparecimento de um acontecimento ou tendência potencialmente negativo que podem ter impacto na capacidade do mutuário em servir a dívida. Isto pode ser uma deterioração significativa em algum aspecto da actividade do mutuário, tal como negociação, em que a infracção de uma cláusula é provável ou em que o mutuário falhou ou espera-se que falhe um pagamento contratual importante ao grupo ou outro credor.

Na transferência de uma relação para o GRG é concebida uma estratégia para:

- Trabalhar com o mutuário para facilitar as alterações que maximizarão o potencial para dar à volta à sua situação e fazê-los regressar à rentabilidade;

- Definir a função do Grupo no dar à volta da situação e avaliar a dimensão risco/rentabilidade da participação do Grupo;

- Fazer regressar os clientes às suas unidades de negócio originadoras numa condição sólida e estável ou, se essa recuperação não puder ser realizada, evitar perdas adicionais e maximizar as recuperações; e

- Garantir que as lições essenciais aprendidas comunicadas para as politicas e procedimentos de originação.

Cobranças e recuperações no retalho

Há funções de cobranças e recuperações em todos os negócios de consumidores. O seu papel +e dar apoio e assistência aos clientes que estão, actualmente, a passar por dificuldades no cumprimento das suas obrigações financeiras. Quando possível, o objectivo das equipas de cobranças e recuperações é de fazer regressar o cliente a uma posição satisfatória, trabalhando com ele para reestruturar as suas finanças. Se isso não for possível, a equipa tem o objectivo de reduzir as perdas do Grupo.

O investimento em curso em operações de cobranças e recuperações continuou em 2009. O investimento aumentou os quadros de pessoal em todas as funções de cobranças e recuperações, maior formação para o pessoal para melhorar a eficiência e eficácia, bem como tecnologia e infra-estruturas actualizadas.

No Reino Unido e Irlanda, o grupo introduziu novas políticas de carência para clientes em dificuldades financeiras, baseadas em vários programas patrocinados pelos governos, acessibilidade do cliente e perspectivas. Nos EUA, tem havido um aumento em programas de modificação de empréstimos acordados, incluindo os patrocinados pelo governo dos EUA.

Quadro de risco de crédito

A abordagem tomada para gerir o risco de crédito varia significativamente entre carteiras grossistas (empréstimos e outros produtos que dão origem ao risco de crédito, para todas as empresas excepto os clientes empresariais mais pequenos, instituições financeiras e entidades governamentais) e carteiras de retalho (empréstimos garantidos ou não e produtos relacionados a particulares e pequenas empresas).

Carteiras grossistas

Os limites do risco grossista são agregados ao nível de contraparte para determinar o nível de aprovação de crédito necessário e facilitar a gestão do risco de crédito consolidado.

O processo de aprovação de crédito tem duas fases, avaliação e decisão. Os pedidos dos clientes empresariais são preparados pela equipa de gestão de relação nas unidades que originam as exposições de crédito ou pela equipa de gestão de relações com a responsabilidade principal pela contraparte onde um cliente tem relações com diferentes divisões e unidades de negócios do Grupo. Isto inclui a atribuição de estimativas de parâmetros de risco (probabilidade de incumprimento, perda dado o incumprimento e exposição do incumprimento) utilizando modelos aprovados.

A autoridade de aprovação de crédito é apurada por meio de um quadro de autoridades delegadas individuais que exigem pelo menos que duas pessoas aprovem cada decisão de crédito, um da unidade de negócio e a outra da função de gestão do risco de crédito. Ambas as partes devem deter autoridade delegada suficiente segundo a grelha de autoridade ao nível do Grupo. O nível de autoridade concedido a uma pessoa depende da sua experiência e conhecimento, com apenas um pequeno número de executivos de topo a deterem a mais alta autoridade concedida através desse quadro.

É realizada a monitorização diária dos limites de contraparte individuais. Para certas contrapartes também estão instalados alarmes precoces para detectar tendências preocupantes de deterioração em utilização de limites ou desempenho da conta. Também está implantado um quadro que monitoriza as alterações na qualidade de crédito ao nível da carteira.

Como mínimo, as relações de crédito são revistas e reaprovadas anualmente. O processo de renovação trata de: desempenho do mutuário, incluindo a reconfirmação ou ajuste das estimativas dos parâmetros de risco; a adequação da segurança; e cumprimento com os termos e condições.

Carteiras de retalho

As operações de negócios de retalho exigem um grande volume de decisões de crédito de pequena escala, tipicamente um pedido para um novo ou adicional produto ou uma alteração nas facilidades de um novo produto. A maioria destas decisões é baseada em estratégias automatizadas utilizando as boas práticas de crédito e técnicas de classificação de comportamento. As pontuações e estratégias são tipicamente segmentadas por produtos, marca e outros motores importantes de risco de crédito. Estas estratégias orientadas por dados utilizam uma ampla gama de informação de crédito relativamente a um cliente, incluindo, quando apropriado, a informação das posses do cliente.

Um pequeno número de decisões de crédito está sujeita a uma subscrição manual adicional por aprovadores autorizados em unidades especializada. Isto inclui as transacções de pequenas empresas com valores mais importantes e mais complexas e alguns pedidos de hipotecas residenciais.

As comissões de gestão de risco das divisões concentram-se em decisões a nível das carteiras que originam alterações de qualidade de crédito à política e estratégia e à definição a cortes nas notações de crédito. As comissões de gestão de risco das divisões são também responsáveis por analisar o desempenho corrente do negócio e, se necessário, fazer ou recomendar ajustes ao apetite de risco.

Mensuração do risco de crédito

Os modelos de risco de crédito são utilizados em todo o Grupo para apoiar elemento de avaliação de risco quantitativo do processo de aprovação de crédito, a gestão do risco de crédito em curso, monitorização e relato da análise de carteira. Os modelos de risco de crédito utilizados pelo Grupo podem ser divididos em três categorias.

Prrobabilidade de incumprimento de crédito do cliente (PD)

Estes modelos avaliam a probabilidade de que cliente irá falhar o pagamento total e atempado das suas obrigações. A probabilidade de um cliente falhar em fazê-lo é mensurado por um período de um ano através do ciclo económico, embora certas pontuações de retalho utilizem período mais longos para fins de gestão de negócios.

- Negócios grossistas: a cada contraparte é atribuído uma nota de crédito interna que é, por sua vez, atribuída a um intervalo de probabilidade de incumprimento. Há vários modelos diferentes de notação de crédito em uso no Grupo, cada um considerando características de riscos específicas para o seu tipo de cliente. Os modelos de classificação de crédito fazem uma combinação de dados quantitativos (por exemplo, desempenho financeiro recente) e dados qualitativos (por exemplo, desempenho de gestão ou perspectivas do sector). As pontuações são então transformadas em notas dentro de cada modelo. Os graus são calibrados centralmente para probabilidades de incumprimento. As notas do devedor podem, sob certas circunstâncias, ser declinadas para outras entidades que pedem empréstimo dentro do grupo do devedor, se houver dependência suficiente para com a entidade classificada. As notas de crédito para entidades soberanas e bancos centrais são atribuídos por uma equipa de análise especializada de risco de país utilizando um modelo de classificação soberano. Esta equipa é independente da função de originação e tem economistas na sua composição. Certos modelos de classificação também cobrem clientes ou transacções categorizados como empréstimos especializado (por exemplo, certos tipos de investimentos imobiliários e financiamento de activos como transportes marítimos).

- Negócios de retalho: cada conta de cliente é pontuada em separado utilizando modelos baseados na maioria dos principais motores de incumprimentos. Em geral, as pontuações são estatisticamente derivadas utilizando dados de clientes. Aos clientes é atribuído uma pontuação que, por sua vez, é depois mapeada para uma probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é utilizada dentro do processo de aprovação de crédito e gestão de risco de crédito em curso, monitorização e relato em curso. As probabilidades de incumprimento são utilizadas para clientes do grupo em conjuntos de risco. Os conjuntos são então atribuídos a uma probabilidade média ponderada de incumprimento utilizando definições de incumprimento regulamentares.

Exposição ao incumprimento (EAD)

Os modelos de uso de facilidade estimam o nível esperado de utilização de uma facilidade de crédito na altura do incumprimento do mutuário. Para produtos do tipo *revolving* e de levantamento variável que não estão totalmente utilizados, o EAD será tipicamente mais elevado do que a utilização corrente. As metodologias utilizadas na modelação EAD fornece uma estimativa de exposição potencial e reconhece que os clientes podem fazer mais uso das suas facilidades de crédito existentes conforme se aproximam do incumprimento.

Os modelos de mensuração de exposição ao risco de crédito de contraparte calculam a exposição do risco de crédito orientada pelo mercado para produtos onde a exposição não é baseada apenas sobre o capital e os juros devidos. Estes modelos são mais comummente utilizados para derivados e outros instrumentos negociados onde o montante de exposição ao risco de crédito pode estar dependente de um ou mais variáveis de mercado subjacente, tais como as taxas de juro ou de câmbio. Estes modelos orientam as actividades de risco de crédito, tal como gestão de limites e excedentes.

Perda dado o incumprimento (LGD)
Estes modelos estimam a perda económica que pode ser sofrida – o montante que não pode ser recuperado – pelo Grupo numa facilidade de crédito na eventualidade de um incumprimento. Os modelos LGD do Grupo tomam em consideração tanto as características do mutuário como das facilidades para facilidades sem garantia ou parcialmente sem garantia, bem como a qualidade de qualquer mitigação de risco que podem estar em vigor para facilidades garantidas, mais o custo das cobranças e um factor de desconto de tempo para o atraso em recuperação de dinheiro.

Mitigação do risco de crédito
O grupo utiliza várias estruturas e técnicas para mitigar o risco de crédito:

- A compensação dos saldos devedor e credor é utilizada de acordo com as políticas reguladoras e internas relevantes e exige um acordo formal com o cliente para compensar os saldos e um direito legal de compensação;
- Segundo a documentação padrão do mercado, a exposição líquida em transacções de derivados fora de bolsa (OTC) e financiamento garantido é ainda mitigada pelo intercâmbio de uma garantia financeira;
- O Grupo melhora a sua posição como mutuante numa gama de transacções, de empréstimos de hipotecas de retalho até grandes financiamentos grossistas, pela estruturação de garantia real num activo físico e financeiro.
- Os derivados de crédito, incluindo *credit default swaps*, instrumentos de dívida ligados a crédito e estruturas de titularização são utilizados para mitigar o risco de crédito; e
- Garantia e instrumentos similares (por exemplo, seguro de crédito) de partes relacionados e terceiras são utilizados na gestão das carteiras de crédito, tipicamente para mitigar concentrações de crédito em relação a um devedor individual, um mutuário do grupo ou a uma cobrança de mutuários relacionados.

O uso e abordagem para a mitigação do risco de crédito varia por tipo de produto, cliente e estratégia de negócio. Os padrões mínimos aplicados em todo o Grupo cobrem:

- Os requisitos gerais, incluindo tipos de mitigação de risco crédito aceitável e quaisquer condições ou restrições aplicáveis a esses mitigantes;
- As percentagens máximas do rácio do principal sobre o valor (LTV), margem de segurança mínimas ou outros ajustes de volatilidade aplicáveis para cada tipo de mitigante incluindo, quando apropriado, ajustamentos para desajuste de divisa, obsolescência e qualquer sensibilidades de tempo em valores de activos;
- O meio pelo qual a certeza jurídica é estabelecida, incluindo a documentação exigida e todos os passos e todos os passos necessários exigidos para estabelecer os direitos jurídicos.
- Metodologias aceitáveis para a avaliação inicial e quaisquer outras subsequentes de garantia e a frequência com que eles têm que ser reavaliados (por exemplo, diariamente na carteira de negociação).
- Acções a serem tomadas no caso do valor actual da mitigação descer abaixo dos níveis exigidos;
- Gestão do risco de correlação entre alterações no risco de crédito do cliente e o valor da mitigação do risco de crédito, por exemplo, quaisquer situações em que o incumprimento tenha um impacto importante no valor de um mitigante e aplicando a margem de segurança ou ajustamento de valor de recuperação que reflecte o risco de correlação potencial;
- A gestão dos riscos de concentração, por exemplo, estabelecimento de limiares e controlos da aceitabilidade dos mitigantes de risco de crédito e nas linhas de negócios que são caracterizadas por um tipo ou estrutura específico de garantia; e
- Gestão de colateral para garantir que a mitigação do risco de crédito é juridicamente eficaz e executável.

Activos de risco de crédito*

Os activos de risco de crédito consistem em empréstimos e adiantamentos (incluindo facilidades de descoberto), crédito por prestações, contas a receber de locações financeiras e outros instrumentos negociados com todos os tipos de clientes. Estão excluídas as operações de reporte e risco de emitente (primariamente títulos de dívida – ver página 151). Quando relevante e salvo de mencionado o contrário, os dados reflectem o efeito das técnicas de mitigação de crédito. Todas as divulgações nesta secção (páginas 130 a 141) não são auditadas e estão assinaladas com um asterisco (*).

Activos de risco de crédito (não auditado)	2009 £m	2008 (1) £m
UK Retail	103.029	97.069
UK Corporate	109.908	126.736
Wealth	15.951	17.604
Global Banking & Markets	224.355	450.321
Global Transaction Services	7.152	8.995
Ulster Bank	42.042	64.695
US Retail & Commercial	52.104	82.862
Outros	2.981	6.594
Core (1)	557.522	n/a
Non-Core	151.264	n/a
	708.786	854.876

Nota:

(1) A análise 2008 entre Core e Non-Core não está disponível.

Pontos principais

- O total dos activos de risco de crédito reduziu-se £146 mil milhões, ou 17%, durante 2009 ou 13% numa base taxa de câmbio constante.
- As reduções ocorreram através de sectores da indústria e na maioria das regiões. As maiores reduções foram nos balanços de empréstimos e derivados.
- Como parte da análise estratégica, a designação entre divisões Core e Non-Core foi concluída durante o primeiro semestre de 2009, pelo que a carteira é relatada de acordo com a estrutura das divisões em 31 de Dezembro de 2009 no quadro acima.

Risco de concentração de crédito

O Grupo define quatro áreas principais de concentração no risco de crédito que são monitorizadas, relatadas e geridas ao nível do Grupo e de divisão. Estas são as concentrações de nome único, indústria/sector, país e classe de produto/activo. Os quadros para tratar das concentrações de nome único, indústria/sector, país e classe de produto/activo foram estabelecidas e continuam a ser melhoradas e incorporadas nos processos de negócios em todo o Grupo. Aspectos do quadro de classe produto/activo estão em vigor, enquanto outros serão desenvolvidos durante o decorrer de 2010.

Segundo o quadro de aprovação de crédito do Grupo, o nível de aprovação exigido está associado à dimensão da exposição com as exposição acima de um determinado nível a exigirem o nível mais elevado de aprovação, detido por um número muito pequeno de executivos. Além disso, o quadro de concentração em nome único inclui requisitos de aprovação específicos, relato de relato e monitorização e o requisito para desenvolver planos para tratar e reduzir exposições de excessos.

O Grupo também desenvolveu uma abordagem mais robusta e o quadro para gerir as concentrações do sector, do qual um resultado importante é a análise regular das concentrações mais importantes no Fórum de Risco Executivo (ERF). Estas análises incluem uma avaliação da franquia do grupo num sector específico, uma análise das perspectivas (incluindo resultados em baixa), identificação das principais vulnerabilidades e testes de stress/cenários.

As análises concluem com limites de sector específicos e outras estratégias de carteira para alinhar o perfil de exposição do Grupo com o seu apetite.

Risco de país

O risco de país resulta de eventos soberanos (por exemplo, incumprimento ou reestruturação); eventos económicos (por exemplo, contágio do incumprimento soberano a outras partes da economia, choque económico cíclico); eventos políticos (por exemplo, restrições de convertibilidade, e expropriação ou

nacionalização) e desastres naturais ou conflitos. As perdas são amplamente definidas e incluem as perdas relacionadas a riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de franquia.

O apetite do Grupo pelo risco de país é estabelecido pelo ERF na forma de limites por nota de risco de crédito, com sublimites na exposição de prazo. Os países onde as exposições excederam este limite definido são aprovados pelo ERF enquanto a autoridade é delegada à Comissão de Risco de País de Grupo (GCRC) para gerir as exposições dentro o quadro. Os limites específicos são estabelecidos para cada país com base numa avaliação de risco, levando em conta a franquia do Grupo e o *business mix* nesses país. Limites adicionais – em tipos de produtos com um potencial de perda mais elevado, por exemplo – são estabelecidos para tratar vulnerabilidade específicas no contexto das perspectivas do país e/ou a estratégia de negócios do Grupo num país específico. É implantado uma lista de observação de países para monitorizar proactivamente as questões emergentes e facilita o desenvolvimento das estratégias de mitigação.

O quadro abaixo sobre risco de país mostra os activos de risco de crédito superiores a mil milhões de libras por mutuários domiciliados em países com uma notação de risco A+ e inferior quer da Standard & Poor's ou Moody's e é expressa bruta com a acção de mitigação incluída, que pode ser tomada para reduzir ou eliminar a exposição aos acontecimentos do risco de país.

	2009							2008				
	Pessoal	Soberano	Bancos e instituições financeiras	Empresa	Total	Core	Non-Core	Pessoal	Soberano	Bancos e instituições financeiras	Empresa	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Itália	27	104	1.999	5.636	7.766	3.827	3.939	23	131	3.263	7.555	10.972
Índia	547	5	476	2.578	3.606	2.887	719	1.020	6	738	3.800	5.564
Rússia	41	–	395	2.928	3.364	2.803	561	51	–	362	5.361	5.774
Coreia do Sul	1	–	1.038	2.308	3.347	3.238	109	2	–	1.743	1.104	2.849
Turquia	11	301	590	1.906	2.808	2.412	396	25	364	603	3.035	4.027
Polónia	6	62	113	1.840	2.021	1.847	174	7	38	309	1.309	1.663
China	21	49	798	1.096	1.964	1.695	269	25	61	1.146	2.027	3.259
Roménia	512	47	452	874	1.885	64	1.821	584	145	160	917	1.806
Portugal	5	42	281	1.119	1.447	943	504	6	34	405	1.914	2.359
Chile	–	41	447	865	1.353	526	827	–	26	384	1.251	1.661
Brasil	3		767	439	1.209	1.151	58	4	–	1.012	642	1.658
México	1	7	227	934	1.169	740	429	4	57	211	2.000	2.272
Cazaquistão	45	15	365	646	1.071	91	980	69	17	901	859	1.846
Hungria	3	23	56	956	1.038	579	459	5	74	101	831	1.011

Principais pontos

- Houve um enfoque sustentado em exposições de país, tanto em termos daqueles países que representam uma concentração maior como aqueles que, sob o processo da lista de observações de países, foram identificados como exibindo sinais de um stress real ou potencial.
- Este processo, associado com a focalização estratégica do Grupo num número reduzido de países, produziu reduções importantes na exposição.
- Estas reduções são ampliadas pela relativa força da libra esterlina durante o ano, quando ela ganhou 9% numa base de negociação ponderada contra outras divisas.

A maioria das economias entra em 2010 numa fase incipiente de recuperação, atribuída largamente aos estímulos oficiais, consumo resiliente e uma reconstituição global. As perspectivas internacionais variam e mantêm-se riscos significativos, particularmente em redor do suporte governamental existente, níveis avançados de dívidas soberanas e crescentes pressões inflacionárias. Os baixos rendimentos actuais podem não durar conformem estas tendências desaparecem. A Ásia mantém-se como a região com melhor desempenho, graças a uma dívida soberana e alavancagem das empresas limitadas. No entanto, as perspectivas de crescimento mantêm-se ligadas aos fluxos comerciais globais. As dívidas soberanas do Médio Oriente são geralmente fortes, mas o sector privado continua a sentir o impacto da fraqueza no imobiliário e construção. A América Latina provou estar relativamente isolada da crise, e os ganhos políticos parecem estar bem sustentados. As dívidas soberanas periféricas à zona Euro com elevados encargos de dívida enfrentam riscos acrescidos, com necessidade de programas de ajustamento credíveis, A Europa Oriental fez alguns progressos na abordagem dos principais pontos fracos, mas as vulnerabilidades em alguns países mantêm-se e as perspectivas de crescimento são modestas.

Qualidade de activos por actividade e geografia

A análise por actividade desempenha uma parte importante na avaliação do risco de concentração potencial na carteira de empréstimos. É dada uma atenção especial aos sectores de actividade onde o Grupo acredita haver um maior grau de risco ou potencial de volatilidade no futuro.

O quadro abaixo analisa os activos de risco de crédito por sector de actividade e geografia.

	2009								2008
	Reino Unido	Europa Ocidental (excl. RU)	América do Norte	Ásia Pacífico	América Latina	Outra (1)	Total	dos quais Core	Total
Sector de actividade	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Pessoal	120.720	23.530	37.680	2.948	63	1.361	186.302	165.562	197.888
Bancos e instituições financeiras	38.775	66.698	18.817	13.158	10.216	5.305	152.969	133.900	180.504
Imobiliário	61.779	27.736	8.315	2.478	2.924	507	103.739	57.073	112.980
Transporte e armazenamento (2)	14.565	7.954	7.514	5.841	2.917	7.370	46.161	30.863	58.995
Indústria	9.309	14.646	7.965	3.627	1.643	3.948	41.138	31.199	67,846
Comércio grossista e retalhista	15.584	7.458	5.497	945	829	1.704	32.017	25.180	35.180
Tecnologia, *media*, telecomunicações	8.956	7.956	5.312	2.232	804	1.528	26.788	18.554	42.374
Sector público	11.091	4.448	6.016	2.109	279	760	24.703	21.823	39.890
Construção	10.303	7.494	1.852	836	183	1.098	21.766	16.642	29.297
Turismo e lazer	11.396	3.268	2.700	755	586	481	19.186	15.583	19.528
Energia, água e resíduos	4.745	6.197	3.502	1.179	1.215	941	17.779	12.055	26.628
Recursos naturais e nuclear	2.554	3.546	5.511	1.861	844	2.895	17.211	12.479	25.318
Serviços comerciais	8.981	2.056	2.324	675	1.029	588	15.653	13.395	14.497
Agricultura e pescas	921	618	1.671	18	64	82	3.374	3.214	3.951
Total 2009	319.679	183.605	114.676	38.662	23.596	28.568	708.786	557.522	854.876
dos quais Core	271.758	133.824	89.487	28.718	14.048	19.687	557.522		
Total 2008	326.639	225.870	178.139	56.074	31.235	36.919	854,876		

Nota:

(1) "Outros" inclui Europa Central e Oriental, Médio Oriente, Ásia Central e África.

(2) Exclui o investimento líquido em leasings operacionais em carteiras de Navegação e Aviação, pois eles são contabilizados como parte dos activos tangíveis, no entanto, os leasings operacionais estão incluídos na monitorização e gestão destas carteiras.

(3) Certas classes do sector e subsector foram melhorados em 2009.

Principais pontos

- As exposições diminuíram significativamente em todos os sectores de actividade e zonas geográficas, com excepção do Reino Unido, onde a exposição é apenas 2% inferior em 31 de Dezembro de 2009 em comparação com o ano anterior.

- No Reino Unido, a exposição aos sectores empresariais desceu 8%. Bancos, instituições financeiras e sector público manteve-se inalterada e a exposição a clientes pessoais subiu 6% em 2009.

Concentrações de nome único

Durante o primeiro semestre, o Grupo implementou um quadro melhorado para abordar o risco resultante das concentrações da exposição a grupo de mutuários relacionados. Apesar da falta de liquidez do mercado que reduziu o âmbito para estratégias de gestão de exposição contra certos activos, e migração negativa de crédito, que criou casos adicionais em excesso dos parâmetros do quadro, foram feitos alguns progressos em relação às excepções resultantes do quadro. Globalmente, houve 9% menos de excepções no fim do período do que no início. Foram desenvolvidos planos, que continuam a ser melhorados, para fornecerem o alinhamento com o quadro no curso do plano estratégico do ano.

* não auditado

Qualidade do activo de risco de crédito

Utilizando modelos PD acima descritos, são atribuídos aos clientes notas e pontuações de crédito, que são utilizados para relatórios de gestão internos nas carteiras, incluindo a escala de qualidade do activo a nível do Grupo, como abaixo mostrado.

O reporte e vigilância internos dos activos de risco é diferenciado principalmente por notações de crédito. São atribuídas notações de crédito aos clientes baseadas em vários modelos de classificação de crédito que reflectem os principais factores de incumprimento por tipo de cliente. Todas as notações de crédito no Grupo se baseiam numa escala de qualidade do activo ao nível do Grupo, utilizada para relato financeiro externo, e uma escala de classificação principal para exposições de grossistas utilizada para relatório de gestão interno através de várias carteiras. Em conformidade, a mensuração do risco é facilmente agregada e pode ser reportada em níveis crescentes de granulosidade, dependendo da necessidade de audiência e negócio

		2009				2008	
		Core	Non-Core	Total	%	Total	%
Banda de qualidade de activo	Gama PD	£m	£m	£m	do total	£m	do total
AQ1	0% – 0,03%	124.172	20.570	144.742	20,3	208.033	24,4
AQ2	0,03% – 0,05%	13.470	1.958	15.428	2,2	29.939	3,5
AQ3	0,05% – 0,10%	27.456	6.462	33.918	4,8	44.724	5,2
AQ4	0,10% – 0,38%	84.594	17.032	101.626	14,3	159.067	18,6
AQ5	0,38% – 1,08%	107.960	27.135	135.095	19,1	157.138	18,5
AQ6	1,08% – 2,15%	78.048	19.050	97.098	13,7	107.191	12,5
AQ7	2,15% – 6,09%	42.611	14.449	57.060	8,1	48.271	5,6
AQ8	6,09% – 17,22%	21.484	4.479	25.963	3,7	25.682	3,0
AQ9	17,22% – 100%	10.597	5.845	16.442	2,3	12.034	1.4
AQ10	100%	16.316	23.118	39.434	5,6	19.130	2,2
Outros (1)		30.814	11.166	41.980	5,9	43.667	5,1
		557.522	151.264	708.786	100	854.876	100

Note:

(1) "Outros" inclui largamente activos cobertos pela abordagem normalizada em que uma PD equivalente à atribuída aos activos cobertos pela abordagem baseada nos ratings internos não está disponível.

Pontos principais

- Para além da contracção da carteira global, o quadro acima evidencia a migração de rating negativa observada nas carteiras do Grupo no decorrer de 2009, com bandas de qualidade inferiores (AQ7 e abaixo) todas a mostrar exposição acrescida.

- Uma maioria significativa deste aumento ocorreu no primeiro semestre de 2009. A exposição nas bandas AQ7 e abaixo cresceu 23% nos primeiros seis meses do ano e mais 6% desde 30 de Junho de 2009.

Carteiras de crédito principais

	2009 £m	2008 £m
UK Retail		
– Hipotecas	85.529	74.528
– Cartões, empréstimos e descobertos	20.316	22.475
Ulster Bank:		
– Hipotecas	22.304	24.531
– Outros particulares	1.172	1.350
Citizens:		
– Hipotecas	26.534	34.394
– Auto e cartões	6.917	9.126
– Outros (1)	4.205	5.286
Non-Core EMEA e Ásia Pacífico	3.084	3.942
Outros (2)	16.241	22.256
	186.302	197.888

Notas:

(1) Principalmente empréstimos a estudantes e veículos/barcos recreativos.

(2) Exposições a particulares em outras divisões, incluindo Wealth e RBS Insurance.

Hipotecas residenciais

O quadro abaixo analise a distribuição das hipotecas residenciais pelo rácio do principal sobre o valor (LTV) (indexado)

	UK Retail		Ulster Bank		Citizens	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Hipotecas residenciais – distribuição por LTV médio LTV (1) (indexado)	%	%	%	%	%	%
<= 50%	39,2	46,0	40,7	47,1	26,3	29,7
> 50% e <= 60%	10,1	10,9	7,6	8,7	7,9	9,0
> 60% e <= 70%	10,9	10,6	7,6	8,4	9,0	10,7
> 70% e <= 80%	13,3	10,5	7,5	8,6	12,7	16,3
> 80% e <= 90%	11,2	9,2	8,0	9,6	14,5	15,5
> 90% e <= 100%	7,6	7,8	9,0	8,5	12,2	9,5
> 100%	7,7	4,9	19,6	9,1	17,4	9,3
Total carteira LTV médio LTV em 31 de Dezembro	59,1	54,5	62,5	54,3	72,0	69,1
LTV médio em novas originações durante o ano	67,2	67,2	72,8	71,1	62,4	64,3

Notas:

(1) LTV médios calculados por volume de transacção.

O quadro abaixo detalha as hipotecas residenciais a três ou mais em moras (por volume)

	2009	2008
	%	%m
UK Retail (1)	1,8	1,5
Ulster Bank	3,3	1,6
Citizens	1,5	0,9

Nota:

(1) A análise UK Retail abrange as marcas Royal Bank e NatWest e cobre 77% da carteira de hipotecas do UK Retail (o remanescente opera sob as mesmas políticas de crédito).

Hipotecas residenciais do Reino Unido

A carteira de hipotecas residenciais no Reino Unido totalizaram £85,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, um aumento de 15% em relação a 31 de Dezembro de 2008, devido a um forte crescimento das vendas e baixas taxas de resgate Do total da carteira, 98% é designada como negócio Core, com as principais marcas a serem o Royal Bank of Scotland, NatWest, One Account e First Active. Os activos incluem crédito hipotecário prime e incluem 6,6% (£5,6 mil milhões) de exposição a "comprar para arrendar". Há uma carteira de autocertificação legada muito pequena (0,4% dos activos) que foi retirada de venda em 2004.

Os novos empréstimos hipotecários líquidos do Reino Unido em 2009 foi forte, com £11 mil milhões, e o Grupo excedeu o seu compromisso com o governo do Reino Unido em novos empréstimos hipotecários. O LTV médio para novos negócios, durante 2009, manteve-se inalterado a 67,2% O LTV máximo disponível para novos clientes mantém-se em 90%.

A taxa de mora (três ou mais pagamentos falhados) nas marcas combinadas Royal Bank e NatWest foi de 1,5% as 31 de Dezembro de 2009. Após um período de deterioração impulsionado pelo ambiente económico, houve uma estabilização no segundo semestre de 2009 (a taxa de mora ficou em 1,8% em 30 de Junho de 2009 e 1,5% em 31 de Dezembro de 2008). A taxa de moras na carteira comprar para arrendar foi de 1,6% em 31 de Dezembro de 2009. (1,6% em 30 de Junho de 2009 e 1,5% em 31 de Dezembro de 2008).

O encargo das imparidades de hipotecas foi de £129 milhões em 2009, em comparação com £33 milhões em 2008, atribuível à descida dos preços das casas, levando a recuperações mais baixas e a um aumento dos incumprimento, reflectindo as difíceis condições económicas. As taxas de incumprimento mantiveram-se sensíveis à evolução económica, nomeadamente às taxas de desemprego. As provisões como uma proporção dos saldos em 31 de Dezembro de 2009 foram de 0,3% e 0,2% em 31 de Dezembro de 2009.

Em 2008, foram implementadas várias iniciativas que visaram aumentar os níveis de apoio aos clientes que passam por dificuldades económicas que continuarão em 2010. O Grupo não inicia procedimentos de retoma da bems, pelo menos, nos seis meses seguintes à mora se tornar evidente e participa em várias iniciativas impulsionados pelo governo como o programa de socorro a hipotecas e o apoio a hipotecas de proprietários de habitação.

Hipotecas residenciais Ulster Bank

A carteira de hipotecas residenciais nas marcas Ulster Bank e First Active totalizaram £22,3 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, com 91% na República da Irlanda e 9% na Irlanda do Norte. Isto representa uma diminuição de 4% na República da Irlanda e um aumento de 13% na Irlanda do Norte, em relação a 31 de Dezembro de 2008. 27% da carteira é Non-Core.

A taxa de moras aumentou 3,3% em 31 de Dezembro de 2009, em relação a 1,6% em 31 de Dezembro de 2008. Como resultado, o encargo por imparidade para 2009 foi de £115 milhões contra £23 milhões em 2008. As retomas de bens totalizaram 96 em 2009 em comparação com 37 em 2008, com a maioria delas a serem voluntárias.

Durante 2009, as originações de novos negócios na República da Irlanda foram muito baixas em todos os segmentos. O banco introduziu novos produtos – Momentum e SecureStep – na Irlanda do Norte e na República da Irlanda, que visam apoiar a actividade do mercado para novos imóveis construídas. Na Irlanda do Norte, os empréstimos aumentaram no segundo semestre de 2009, conforme o grau de confiança regressou ao mercado imobiliário.

Imobiliário Citizens

A carteira total de imobiliário residencial do Citizens totalizou $42 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - $50 mil milhões). A carteira de imobiliário inclui $11 mil milhões de primeiras hipotecas e $31 mil milhões de empréstimos e linhas *home equity* (carteira Core, 48% de primeiras hipotecas). 83% da carteira são negócio Core, $10 mil milhões de hipotecas e $25 mil milhões de empréstimos e linhas *home equity* (48% das primeiras sendo primeira hipoteca) A carteira *serviced by others* (SBO), 96% em segunda hipoteca, é o maior componente da carteira Non-Core.

O Citizens concentrou os seus esforços de originação em mercados mais maduros e estáveis da Nova Inglaterra e Mid Atlantic ("estados da pegada" do Citizens", visando produtos de baixos riscos e adopção de políticas de risco conservadoras. Os critérios de aceitação de empréstimos foram apertados durante 2009 para dar resposta às condições económicas e de mercado que se deterioram. Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira consistia em $34 mil milhões (80% da carteira total) nestes estados de pegada.

Activos de risco de crédito*

A carteira SBO consiste em *pools* adquiridas de empréstimos e linhas de *home equity* cujo LTV correntes (95,6% numa base média ponderada em 31 de Dezembro de 2009) e perfis geográficos (74% fora dos estados de pegada do Citizens e 30% de concentração na Califórnia, Arizona e Nevada) resultaram, nas actuais condições económicas, num *write-off* anualizado de 10,7% em 2009. A carteira SBO foi fechada a novas aquisições desde o terceiro trimestre de 2007 e está em eliminação, com a exposição a descer de $7,0 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 para $5,5 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008.

O LTV médio ponderado actual da carteira de imobiliário aumentou ligeiramente durante o ano para 72,0% em 31 de Dezembro de 2009 (67,5%, excluindo a carteira SBO), impulsionado por descidas de preço significativas em todos os EUA. Com base na mais recente previsão Case-Shiller para o mercado EUA, os economistas continuam a antecipar diminuições significativas no primeiro semestre de 2010 com melhorias esperadas nos finais de 2010 ou início de 2011.

A taxa de moras aumentou significativamente de 0,9% em 31 de Dezembro de 2008 para 1,5% em 31 de Dezembro de 2009. Em parte, isto reflecte a contracção da carteira, causada pela adição de menos empréstimos novos, tendo o Citizens escolhido exercer a sua opção para vender certas hipotecas para o mercado secundário sob acordos de longo prazo e maiores taxas de liquidação ou amortizações em todos os produtos residenciais.

Empréstimos pessoais

A carteira de empréstimos pessoais do Grupo inclui cartões de crédito, créditos sem garantias, financiamento automóvel e descobertos. A maioria das exposições de empréstimos pessoais está no Reino Unido e EUA. Os novos incumprimentos como proporção de empréstimos e contas a receber médios foram:

	2009		2008	
	Empréstimos e contas a receber médios	Encargo por imparidade como % de empréstimos e conta a receber	Empréstimos e contas a receber médios	Encargo por imparidade como % de empréstimos e conta a receber
Empréstimos pessoais	£m	%	£m	%
Cartões UK Retail (1)	6.101	8,7	6.617	6,4
Empréstimos UK Retail (1)	12.062	5,9	13.545	3,3
	$m	%	$m	%
Cartões Citizens (2)	2.286	8,9	2.275	4,9
Empréstimos auto Citizens (2)	9.759	1,2	11.386	1,1

Notas:

(1) O encargo para os activos UK Retail refere-se à imparidade em activos no ano.
(2) O Encargo para os activos Citizens refere-se a abatimentos do ano, líquidos de recuperações realizadas no ano.

A carteira de empréstimos pessoais no Reino Unido, dos quais 97% está no negócio Core, inclui cartões de créditos, empréstimos não seguros e descobertos e totalizaram £20,3 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, uma diminuição de 10% em relação a 31 de Dezembro de 2008 (£22,5 mil milhões), devido a uma tendência geral do mercado dos clientes reembolsarem as dívidas nos cartões de crédito e saldos de empréstimos e uma redução em novos empréstimos.

O apetite de risco continua a ser activamente gerida em todos os produtos não garantidos, reflectindo um ambiente económico difícil. Continua o apoio aos clientes em dificuldades financeiras através de iniciativas de alargamento de prazos em todos os produtos não garantidos, em que um período de trinta dias permite ao cliente trabalhar com uma agência de aconselhamento sobre dívidas não lucrativa para estabelecer um plano de pagamento das dívidas. Durante este tempo, o Grupo suspende a actividade de cobrança. Uma extensão posterior de trinta dias pode ser concedida se tiverem sido feitos progressos e as conversações continuarem. O investimento em processos de cobrança e recuperação continua, abordando o apoio continuado aos nossos clientes e a gestão das imparidades.

As taxas de incumprimento tanto em cartões e incumprimentos no Reino Unido aumentaram em 2009, impulsionadas pela deterioração do ambiente económico e, em menor medida, a redução no total de saldos. As taxas de incumprimento continuam sensíveis à evolução económica, nomeadamente às taxas de desemprego.

A carteira de cartão de crédito do Citizens totalizou US$2,3 mil milhões, em 31 de Dezembro de 2009. Os activos Core constituíram 58% da carteira.

O negócio de cartões do Citizens adopta estratégias de risco conservadoras em comparação com o mercado dos EUA, como ilustrado pelo facto do negócio ter um melhor desempenho do que as referências do sector (fornecidos pela VISA). As métricas mais recentes disponíveis (Dezembro 2009) mostram a taxa para atrasos de 60+ dias como uma percentagem do total pendente em 4,4% (em comparação uma um valor do sector de 4,7%) e abatimentos contratuais líquidos como uma percentagem dos pendentes totais em 7,1% (em comparação com um valor de 7,4%).

Para novos clientes, os critérios de empréstimos foram apertados e as linhas de créditos iniciais reduzidas. Os clientes existentes são regularmente monitorizados por alterações na qualidade e comportamento dos activos e, quando apropriado, são tomadas medidas proactivas para limitar ou reduzir a exposição de crédito.

O Citizens é um dos principais fornecedores no financiamento de retalho de automóveis para consumidores do EUA, através de uma rede de 3500 concessionários automóveis localizados em 23 estados. Mantém um programa de crédito conservador para empréstimos auto prime, indirecto, com taxas de perdas que estiveram, historicamente, abaixo das médias nacionais. Os saldos actuais de empréstimos auto de retalho por pagar totalizaram $8,8 milhões em 31 de Dezembro de 2009, enquanto a taxa de atraso de 30 dias manteve-se em 2,6%. Isto compara-se com os dados comunicados pela American Bankers Association (a mais recente disponível é de 30 de Dezembro de 2009), mostrando uma taxa nacional de atraso em empréstimo auto indirecto de 2,8%. O Citizens alterou recentemente a sua focalização no financiamento automóvel, passando de uma ênfase nacional para uma pegada de empréstimos regional. Isto, juntamente com actividades de cobranças melhoradas, resultou em resultados de perdas melhores do que os esperados. As perdas totais da carteira caíram de $129,6 mil milhões para $120,6 milhões em 2009.

*não auditado

Sectores empresariais

Esta secção discute os componentes de imobiliário, transporte e armazenamento (automóvel, navegação, aviação) e sectores de retalho, dado a sua importância no actual ambiente de mercado.

Imobiliário grossista

A exposição do grupo ao sector imobiliário grossista totaliza £104 mil milhões, dos quais £85 mil milhões são financiamento de imobiliário comercial e analisado em detalhe abaixo. O restante inclui o empréstimo a sectores relacionados com imobiliário, incluindo cooperativas de habitação, agentes imobiliários e sociedades de gestão e exposições de não empréstimo em instrumentos extrapatrimoniais e FX/derivados

Imobiliário comercial

A carteira de financiamento de imobiliário comercial totalizou £85 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, uma diminuição de £11 mil milhões ou 12% durante o ano. A parte Non-Core da carteira totalizou £38 mil milhões, ou 44%, da carteira.

	2009		2008	
Domicílio do devedor	£m	%	£m	%
Reino Unido	55904	66	55.986	58
Europa Ocidental	19.212	22	28.439	30
Américas	6.520	8	7.996	8
RdM	3.575	4	4.250	4
	85.211	100	96.671	100

	2.009		2.008	
Segmento	£m	%	£m	%
Investimento:				
Comercial	47.371	56	54.028	56
Residencial	12.921	15	13.937	14
	60.292	71	67.965	70
Desenvolvimento				
Comercial	11.081	13	11.843	12
Residencial	11.271	13	12.154	13
	22.352	26	23.997	25
Outro	2567	3	4.709	5
	85.211	100	96.671	100

Os empréstimos especulativos representam menos de 1% da carteira. O apetite do Grupo para originar empréstimos de imobiliário comercial especulativo é limitado e quaisquer negócios desses exigem uma aprovação excepcional nos termos do quadro de aprovação de crédito.

A diminuição nas avaliações de activos colocação pressão na carteira, com mais clientes a procurarem renegociações de cláusulas LTV no contexto de concessão de melhorias estruturais ou injecções de capital. O LTV médio é 91% ao passo que os rácios de cobertura médios dos juros das carteiras de investimentos originados pela GBM e UK Corporate (Core e Non-Core combinados) são 1,60 vezes e 1,64 vezes, respectivamente.

Embora as avaliações de activos tenham estabilizado durante a parte final de 2009, as perspectivas mantém-se difíceis, com a liquidez a suportar o refinanciamento ainda reduzida e com elevados níveis de preocupação em relação a falências de locatários. Quando possível, o Grupo trabalha estreitamente com clientes para reestruturar os empréstimos enquanto alcança benefícios mútuos.

As carteiras estão sujeitas a uma monitorização apertada dentro da divisão originadora e uma unidade dedicada na GRG concentra-se no imobiliário comercial para garantir que estão prontamente disponíveis as competências para gerir esta carteira activamente numa base coordenada a nível global.

Transporte e armazenamento

As carteiras automóvel, navegação e aviação fazem parte do sector de actividade transporte e armazenamento, que chegou a £46,2 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, menos 22% durante o ano. A carteira remanescente é largamente composta por empresas de transportes terrestres, armazenamento e logística.

Automóvel

A exposição ao sector automóvel diminuiu de £13,3 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 para £8,9 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009.

	2009				2008	
Segmento	Core £m	Non-Core £m	Total £m	%	Total £m	%
Fabricantes de equipamento original (OEM)	1.204	60	1.264	14	2.681	20
Sociedades de financiamento cativo	609	84	693	8	1.131	9
Fornecedores de componentes	750	81	831	9	1.854	14
Retalhistas/Serviços	4.040	766	4.806	54	5.099	38
Aluguer	1.150	147	1.297	15	2.533	19
	7.753	1.138	8.891	100	13.298	100

	2009				2008	
Domicílio do devedor	Core £m	Non-Core £m	Total £m	%	Total £m	%
Américas	1.325	402	1.727	19	3.520	26
Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África	373	152	525	6	872	7
Reino Unido	3530	426	3.956	45	3.884	29
Outra Europa	1.949	97	2.046	23	4.098	31
Ásia	576	61	637	7	924	7
	7.753	1.138	8.891	100	13.298	100

A indústria automóvel mundial continua a enfrentar desafios estruturais de longo prazo de sobrecapacidade, fraca procura dos consumidores devido às condições económicas, disponibilidade de crédito reduzida e grandes custos de factores produtivos. Os OEM mundiais estão a experimentar padrões de procura em evolução com uma maior focalização nos mercados em desenvolvimento em vez dos seus mercados estabelecidos. A deslocalização da capacidade de produção para locais no estrangeiro de custos mais baixos mantém-se uma prioridade, mas isso pode ter o risco de levantar problemas laborais. O sector também é afectado por uma legislação ambiental cada vez mais severa, que está a forçar a mudança para veículos mais pequenos e com menores emissões. Em 2009, a indústria automóvel beneficiou de um apoio governamental considerável na forma de intervenção directa (construtores dos EUA) e por outras formas (por exemplo, programas de abate de veículos). Embora haja alguns sinais emergentes de recuperação e estabilidade, ainda que com volumes em níveis historicamente baixos, as perspectivas mantêm-se frágeis, conforme o apoio governamental vai sendo retirado e a procura é susceptível de se manter ténue.

A carteira foi reduzida em tamanho em um terço desde 31 de Dezembro de 2008 e embora a qualidade de crédito média tenha sido afectada pela reestruturação dos grandes fabricantes norte-americanos no

início de 2009, esta reestruturação forneceu um grau de estabilidade à carteira que foi largamente mantido no resto do ano. As provisões para imparidades até à data não têm sido significativas.

Navegação

	2009				2008	
Sector	Core £m	Non-Core £m	Total £m	%	Total £m	%
Granel	2.568	777	3.345	28	3.775	28
Navios-tanques	3.103	1.640	4.743	39	4.975	37
Porta-contentores	756	685	1.441	12	1.256	10
Gás/offshore	137	1.851	1.988	16	1.786	13
Outro	168	419	587	5	1.549	12
	6.732	5.372	12.104	100	13.341	100

Nota:

(1) Os números mostrados relacionam-se com a exposição de financiamento à navegação directo e não inclui leasings operacionais relacionados e exposições de contraparte de £1.1 mil milhões em 2009 e £3,3 mil milhões em 2008.

A carteira de navegação do Grupo está principalmente centrada no negócio de financiamento totalmente garantido por hipoteca nos sectores de granel e navios-tanques, com uma exposição limitada a porta-contentores.

O desempenho do sector nos últimos doze meses foi materialmente afectado pela contracção económica mundial e no elevado volume de nova capacidade que foi entregue e que continuará a sair até 2011.

A estratégia do Grupo é focalizar-se em fluxos de caixa relacionados com navios financiados e trabalhar com intervenientes na indústria há longo tempo na Europa e América do Norte, onde o Grupo tem relações de longa duração e em que as empresas demonstraram capacidade de suportar contracções económicas cíclicas com um histórico consistente durante a volatilidade cíclica. A selecção dos activos centrou-se em navios novos (a idade média dos navios é oito anos).

O grupo melhorou a sua estratégia no decorrer de 2009, para definir um negócio essencial centrado numa base de clientes bem estabelecida de proprietários na Europa e América do Norte em que o grupo tem relações de longa duração com empresas que demonstraram capacidade em suportar contracções económicas cíclicas.
O desempenho da carteira reflecte um nível crescente de stress em várias transacções reestruturadas em resposta a reduções dos preços dos activos e infracções a cláusulas de segurança. O valor da frota é revisto numa base trimestral e uma grande maioria dos negócios mantêm-se totalmente garantidos. Houve alguns casos de incumprimento de pagamentos e, na maioria dos casos, os proprietários suportaram as transacções com injecções de dinheiro. Os casos na lista de observação do Grupo são monitorizados e controlados de um modo mais apertados e aumentaram, elevando-se agora a mil milhões de libras, ou 7% da carteira total.

Aviação

	2009				2008	
	Core £m	Non-Core £m	Total £m	%	Total £m	%
Leasings operacionais (1)	–	7126	7.126	46	10.270	50
Dívida garantida	1.360	3.352	4.712	30	5.252	26
Dívida soberana garantida	–	2774	2.774	18	3.324	17
Dívida não garantida	910	–	910	6	1.093	5
Outro	–	–	–	–	405	2
	2.270	13.252	15.522	100	20.344	100

Nota:

(1) Os activos de leasing operacionais, que estão incluídos em activos tangíveis, representam um investimento líquido em aeronaves detidas e em encomenda. Um valor mais pequeno, mil milhões de libras, está incluído nos activos de risco de crédito, representando o risco do incumprimento do cliente em acordos de leasing.

A carteira de aviação inclui várias actividades, mas está principalmente focalizada no negócio Aviation Capital baseado em Dublin, que foi designado como Non-Core.

O sector de aviação tem estado sob considerável pressão devido à contracção económica global e em combinação com o impacto do vírus H1N1 (particularmente na América do Sul), sobrecapacidade (notavelmente na Índia e América do Norte) e intensa concorrência. Apesar da falência publicitada de várias companhias aéreas, dentro da carteira do Grupo há muito poucos incidentes de incumprimentos de pagamento e exposições que exijam reestruturação.

A estratégia do Grupo é concentrar-se em activos modernos que são largamente utilizados pelas companhias aéreas e manter as relações com os operadores mais fortes com uma base de custos mais flexível. A maior parte da carteira está garantida nas aeronaves mais modernas, embora os preços dos activos tenham enfraquecido, e as exposições mantêm-se totalmente garantidas.

A exposição de aviação na lista de observação do Grupo, onde um nível aumentado de controlo e supervisão da gestão, totaliza £1,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009. Não obstante os volumes de passageiros mais reduzidos, a frota em leasing mantém-se em total utilização. A pouca idade e a natureza de mercadoria dos activos e a qualidade dos locatários, resultaram numa expectativa limitada de devolução das aeronaves.

Retalho

A carteira de retalho do Grupo é um componente do sector de actividade do comércio grossista e retalhistas, para os quais os activos de risco de crédito totalizaram £32 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009. O retalho constitui £16,3 mil milhões ou 51% da carteira total, com o restante a ser exposição de grossistas e clientes orientados para o serviço.

	2009				2008	
	Core	Non-Core	Total		Total	
Domicílio do devedor	£m	£m	£m	%	£m	%
Américas	2.406	146	2.552	15	4.088	22
Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África	394	74	468	3	589	3
Reino Unido	6810	1.180	7.990	49	7.483	41
Outra Europa	3.160	1.889	5.049	31	5.531	30
Ásia	211	64	275	2	643	4
	12.981	3.353	16.334	100	18.334	100

	2.009				2.008	
	Core	Non-Core	Total		Total	
Segmento	£m	£m	£m	%	£m	%
Artigos para o lar	2.127	338	2.465	15	3.117	17
Alimentação, bebidas e tabaco	3.191	162	3.353	21	4.235	23
Vestuário e calçado	1.176	379	1.555	9	2.345	13
Farmacêutico, saúde e beleza	1.424	236	1.660	10	2.049	11
Outros retalho	5.063	2.238	7.301	45	6.588	36
	12.981	3.353	16.334	100	18.334	100

A exposição do Grupo ao sector de retalho foi de £16,3 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, menos 11% em relação ao ano anterior. A carteira está bem espalhada geograficamente e pelos subsectores.

O enfraquecimento económico e a reduzida confiança do consumidor está a afectar o sector, com o impacto mais forte nas lojas que dependem de uma despesa altamente discricionária e nos retalhistas mais pequenos. Os retalhistas de alimentação, em geral, tiveram bons resultados durante o ano, tal como o "valor" final do sector no contexto de um consumo das famílias mais reduzido.

Embora tenha havido algum fluxo de clientes de retalho para o GRG, o valor total de dívida gerida por essa
equipara manteve-se baixo. As condições económicas estão, no entanto, a pôr a descoberto aqueles que no sector têm modelos operacionais fracos e balanços em esforço. Os operadores com maior sucesso continuam a adaptar a sua proposta aos clientes, modelos operacionais e estrutura de capital para o novo ambiente, enquanto mantêm um controlo apertado do fundo de maneio.

Elementos de risco e imparidade

Todas as divulgações nesta secção são auditadas. O Grupo classifica os activos depreciados como Elementos de Risco do Empréstimo (REIL) ou Empréstimos Potencialmente Problemáticos (PPL) Os REIL representam empréstimos não contabilizados, empréstimos que estão contabilizados mas em mora de 90 dias e empréstimos reestruturados. Os PPL representam o activo depreciado que não está incluído nos REIL, mas em que a informação sobre possíveis problemas de crédito leva a gestão a ter sérias dúvidas sobre a capacidade futura do mutuário em cumprir as condições de reembolso do empréstimo.

Tanto os REIL como os PPL são reportados brutos e não têm em conta o valor de qualquer garantia detida, que possa diminuir a perda final se ela ocorrer, nem qualquer provisão feita. Por conseguinte, os activos depreciados que estão altamente colateralizados, como as hipotecas, terão um baixo rácio de cobertura de provisões para saldos de imparidades reportados.

As análises dos elementos de risco e dos encargos de imparidades como discutido abaixo são uma parte essencial dos dados fornecidos à gestão de topo sobre o desempenho de crédito das carteiras do Grupo.

Os elementos de risco em empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos

	REIL £m	PPL £m	REIL & PPL £m	Total provisão £m	Total provisão como % de REIL %	Total provisão como % de REIL & PPL %
2009						
UK Retail	4641	—	4641	2.677	58	58
UK Corporate	2330	97	2.427	1.271	55	52
Wealth	218	38	256	55	25	21
Global Banking & Markets	1800	131	1.931	1.289	72	67
Global Transaction Services	197	4	201	189	96	94
Ulster Bank	2260	2	2.262	962	43	43
US Retail & Commercial	643	—	643	478	74	74
Core	12089	272	12.361	6.921	57	56
Non-Core	22900	652	23.552	8.252	36	35
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	34.989	924	35.913	15.173	43	42
Interesses minoritários RFS Holdings	3.260	85	3.345	2.110	65	63
	38.249	1.009	39.258	17.283	45	44
2.008						
UK Retail	3832	—	3832	2.086	54	54
UK Corporate	1254	74	1.328	696	56	52
Wealth	107	24	131	34	32	26
Global Banking & Markets	869	18	887	621	71	70
Global Transaction Services	53	—	53	43	81	81
Ulster Bank	1196	1	1.197	491	41	41
US Retail & Commercial	424	—	424	298	70	70
Core	7735	117	7.852	4.269	55	54
Non-Core	11056	109	11.165	5.182	47	46
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	18.791	226	19.017	9.451	50	50
Interesses minoritários RFS Holdings	2.470	—	2470	1.565	63	63
	21.261	226	21.487	11.016	52	51
2.007						
UK Retail	3369	—	3369	2.048	61	61
UK Corporate	1187	16	1.203	737	62	61
Wealth	45	11	56	26	58	46
Global Banking & Markets	830	67	897	493	59	55
Global Transaction Services	73	—	73	22	30	30
Ulster Bank	442	1	443	314	71	71
US Retail & Commercial	229	—	229	220	96	96
Outro	—	—	—	30	—	—
Core	6175	95	6.270	3.890	63	62
Non-Core	2076	36	2.112	1.082	52	51
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	8.251	131	8.382	4.972	60	59
Interesses minoritários RFS Holdings	2.480	540	3.020	1.480	60	49
	10.731	671	11.402	6.452	60	57

Pontos principais

- A cobertura da provisão caiu durante o ano de 52% para 45% (a cobertura REIL & PPL caiu de 51% para 44%) como consequência do crescimento no REIL estar concentrado em empréstimos garantidos relacionados com o imobiliário. Estes empréstimos exigem provisões relativamente mais baixas tendo em vista a sua natureza colateralizada. Com muitos deles a serem Non-Core, o rácio de cobertura de provisão é inferior em Non-Core do que em Core.
- A cobertura de provisão nos negócios Core melhorou de 55% para 57%.
- O REIL nos negócios Core aumentou em £4,4 milhões para £12,1 mil milhões, enquanto o REIL em Non-Core mais do que duplicou para £22,9 mil milhões.

Elementos de risco em empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos

	2009					2008		2007	
	Core £m	Non-Core £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m
Empréstimos não contabilizados (2):									
Nacionais	6.348	7.221	13.569	3	13.572	8.579	8.588	5.599	5.599
Estrangeiros	4.383	13.859	18.242	3.211	21.453	8.503	10.891	2.350	4.763
	10.731	21.080	31.811	3.214	35.025	17.082	19.479	7.949	10.362
Empréstimos contabilizados que estão contratualmente em mora 90 dias ou mais para com juros de capital (3):									
Nacionais	1.135	1.089	2.224	—	2224	1.201	1.201	217	217
Estrangeiros	223	731	954	46	1.000	508	581	85	152
	1.358	1.820	3.178	46	3.224	1.709	1.782	302	369
Total REIL	12.089	22.900	34.989	3.260	38.249	18.791	21.261	8.251	10.731
Empréstimos potencialmente problemáticos (4):									
Nacionais	137	287	424	—	424	218	218	63	63
Estrangeiros	135	365	500	85	585	8	8	68	608
Total PPL	272	652	924	85	1.009	226	226	131	671
REIL como % de empréstimos brutos a clientes, excluindo *reverse repos* (5)	2,8%	15,1%	6,1%	2,4%	5,4%	2,7%	2,5%	1,5%	1,6%
REIL e PPL como % de empréstimos brutos a clientes, excluindo *reverse repos* (5)	2,9%	15,5%	6,2%	2,5%	5,5%	2,7%	2,5%	1,5%	1,6%

Notas:

(1) Para a análise acima, "Nacionais" consiste nas transacções nacionais do Grupo no Reino Unido. "Estrangeiros" inclui as transacções do Grupo realizadas por estabelecimentos fora do Reino Unido e aqueles estabelecimentos no Reino Unido especialmente organizados para servir transacções de banca internacional.

(2) Todos os empréstimos para os quais é detida uma provisão de imparidade são reportados na categoria não contabilizados.

(3) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não foi reconhecida qualquer imparidade. Esta categoria é utilizada para facilidades de crédito não renováveis totalmente colateralizadas.

(4) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não é necessária qualquer provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para adiantamentos e facilidades de crédito renováveis totalmente colateralizados em que a identificação como crédito em mora de 90 dias não é exequível.

(5) Inclui empréstimos brutos relativos a grupos de alienação em 2009.

Pontos principais

- Em 31 de Dezembro de 2009, os REIL eram 80% mais do que em 31 de Dezembro de 2008. A maioria deste crescimento foi atribuível a activos imobiliários, particularmente em Non-Core que teve um aumento de 107% em REIL.

- Os PPL também aumentaram em comparação a 31 de Dezembro de 2008.

- O crescimento dos REIL abrandou no segundo semestre do ano (15%), em comparação com o primeiro semestre (57%), reflectindo a moderação da tendência de qualidade de activo observada conforme o ano progrediu. Os níveis de REIL no quarto trimestre manteve-se estável em relação ao terceiro trimestre.

- Os REIL e PPL representam 5,5% do empréstimos brutos a clientes, mais 2,5% do que no final de 2008.

Metodologia de provisões para perdas por imparidades

As provisões para perdas por imparidade são avaliadas em três categorias:

- Provisões avaliadas individualmente: provisões necessárias para activos individualmente significativos depreciados que são avaliados numa base caso a caso, tendo em conta a situação financeira da contraparte e de qualquer garantia ou outro colateral detido após terem ficado em tensão, para baixar a exposição ao risco. Incorpora uma estimativa do valor descontado de quaisquer recuperações e realização de uma garantia ou colateral. O activo continua a ser avaliado numa base individual até ser reembolsado na totalidade, transferido para a carteira produtiva ou abatido.

- Provisões avaliadas colectivamente: provisões para créditos depreciados abaixo de um limite acordado que são avaliados numa base de carteira, para reflectir a natureza homogénea dos activos, tal como cartões de crédito ou empréstimos pessoais. A provisão é determinada a partir de uma análise quantitativa da respectiva carteira, tendo em conta o nível de mora, a garantia e a experiência média de perdas ao longo do período de recuperação.

- Provisões para perdas latentes: provisões detidas para imparidade na carteira produtiva, que foram incorridas como resultado de eventos que ocorrem antes da data do balanço, mas que não tinham sido identificadas à data do balanço. O grupo desenvolveu metodologias para estimar as provisões para perdas latentes que reflectem:

  – Experiência de perdas históricas ajustadas quando apropriado, à luz das condições económicas e de crédito correntes; e

  – O período ("o período de emergência") entre a ocorrência de um evento de imparidade e um em préstimo ser identificado e relatado como depreciado.

  Os fluxos de caixa recuperáveis são estimados utilizando dois parâmetros: perda dado o incumprimento (LGD) – é o montante de perda estimado, expresso como percentagem, que será incorrido se o mutuário entrar em incumprimento; e a probabilidade do mutuário entrar em incumprimento (PD).

  Os períodos emergentes são estimados ao nível da carteira e reflectem as características dos produtos da carteira, tal como o período do cupão e as condições de reembolso e a duração do processo administrativo necessário para reportar e identificar um empréstimo em imparidade como tal. Os períodos de emergência variam nas diferentes carteiras e vão de dois a 225 dias. São baseados na experiência real numa dada carteira e são analisados regularmente.

  O negócio de retalho do Grupo segmente os livros de empréstimos em carteiras homogéneas como hipotecas, cartões de créditos ou empréstimos não garantidos, para reflectir as suas diferentes características de crédito. As provisões latentes são calculadas por aplicação de LGD, PD e períodos de emergência ao nível de carteiras. O cálculo grossista é baseado em princípios similares, mas não há segmentação em carteiras. Os PD e LGD são calculados numa base individual.

Análise das provisões

As carteiras de consumidores do Grupo, que consiste em créditos de elevado volume e pequeno valor, tem processos de alta eficiência e largamente automatizados para identificar créditos problemáticos e prazos muito curtos, tipicamente três meses, antes da resolução ou adopção de vários métodos de

recuperação. As carteiras empresariais consistem em créditos com valores mais elevados, menor volume, que tendem a ser estruturados para satisfazer os requisitos individuais do cliente.

As provisões são avaliadas numa base caso a caso por especialistas experientes com contribuição de avaliadores e contabilistas profissionais. O grupo opera um quadro de governo de provisões transparentes, estabelecendo limiares para fazer activar uma supervisão e controlo reforçados.

Encargo por imparidade

O quadro seguinte mostra as perdas por imparidade imputadas na demonstração de resultados.

	2009					2008	2007
	Core £m	Non-Core £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	2008 Grupo £m	2007 Grupo £m
Novas perdas por imparidades	4867	9.357	14.224	1.125	15.349	8.391	2.310
menos: recuperações de montantes previamente abatidos	(189)	(136)	(325)	(74)	(399)	(319)	(342)
Alteração à demonstração de resultados	4678	9.221	13.899	1.051	14.950	8.072	1.968
Incluindo:							
Perdas por imparidades de empréstimos	4567	8.523	13.090	1.044	14.134	7.091	1.946
Perdas por imparidade em títulos disponíveis para venda	111	698	809	7	816	981	22
Alteração à demonstração de resultados	4678	9.221	13.899	1.051	14.950	8.072	1.968

Encargo de imparidade por divisão

Divisão	2009 £m	2008 £m	2007 £m
UK Retail	1679	1.019	975
UK Corporate	927	319	178
Wealth	33	16	3
Global Banking & Markets	640	522	66
Global Transaction Services	39	54	14
Ulster Bank	649	106	46
US Retail & Commercial	702	437	246
RBS Insurance	8	42	—
Central Items	1	(19)	3
Core	4678	2.496	1.531
Non-Core	9.221	4.936	399
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	13.899	7.432	1.930
Interesses minoritários RFS Holdings	1.051	640	38
Grupo	14.950	8.072	1.968

Ponto principal

- As perdas por imparidade aumentaram em £6,9 mil milhões para £15,0 mil milhões. Non-Core contou com 62% (£4,3 mil milhões) para o aumento Os negócios de retalho e comercial no Reino Unido, Irlanda d EUA também registaram aumentos significativos em imparidades de empréstimos.

Análise do encargo com imparidade de empréstimos

	2009					2008		2007	
	Core £m	Non-Core £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m
Perda latente	991	193	1.184	128	1.312	769	822	25	88
Colectivamente avaliado	2.545	1.449	3.994	203	4.197	2.391	2.606	1.813	1.584
Individualmente avaliadas (1)	1.019	6.859	7.878	713	8.591	3.200	3.545	244	274
Imputado na demonstração de resultados (2)	4.555	8.501	13.056	1.044	14.100	6.360	6.973	2.082	1.946
Encargo como % dos empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto (3)	1,1%	5,7%	2,3%	0,8%	2,0%	0,9%	0,8%	0,4%	0,3%

Notas:

(1) Exclui o encargo de imparidade de créditos contra empréstimos e adiantamentos a bancos £34 milhões (2008 – £118 milhões; 2007 – nada).

(2) Exclui imparidades de títulos disponíveis para venda de £816 milhões (2008 – £981 milhões; 2007 – £22 milhões).

(3) Bruto de provisões e exclui operações de reporte. Inclui empréstimos brutos relativos a grupos de alienação.

Análise das provisões por imparidades de empréstimos em empréstimos a clientes

	2009					2008		2007	
	Core £m	Non-Core £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m
Perda latente	2.005	735	2.740	336	3.076	1.719	1.944	734	1.050
Colectivamente avaliado	3.509	1.266	4.775	479	5.254	3.692	2.606	3.162	3.845
Individualmente avaliadas (1)	1.727	6.229	7.501	1.295	8.796	3.913	4.843	1.073	1.554
	6.786	8.230	15.016	2.110	17.126	9.324	10.889	4.969	6.449

Notas:

(1) Exclui a provisão de £157 milhões em relação a empréstimos e adiantamentos a bancos (2008 – £127 milhões; 2007 – £3 milhões).

Movimento em provisões para imparidades de empréstimos

O quadro seguinte mostra o movimento na provisão para perdas por imparidades para empréstimos e adiantamentos.

	Avaliadas individualmente		Avaliadas colectivamente	Latente	Total 2009	Total 2008	Total 2007
	Bancos £m	Clientes £m	£m	£m	£m	£m	£m
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings							
Em 1 de Janeiro	127	3.913	3.692	1.719	9.451	4.972	4.501
Transferência para grupos de alienação	—	(152)	(111)	(58)	(321)	—	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(4)	(263)	(56)	(105)	(428)	1007	72
Aquisição de subsidiárias	—	—	—	—	—	—	129
Alienações	—	(65)	—	—	(65)	(178)	—
Montantes abatidos	—	(3.609)	(2.869)	—	(6.478)	(2.897)	(1.914)
Recuperações de montantes previamente abatidos	—	38	287	—	325	261	275
Imputado na demonstração de resultados (1)	34	7.878	3.994	1.184	13.090	6.478	2.082
Compensação do desconto	—	(239)	(162)	—	(401)	(192)	(173)
Em 31 de Dezembro (2)	157	7.501	4.775	2.740	15.173	9.451	4.972
Grupo							
Em 1 de Janeiro	127	4.843	3.692	1.944	11.016	6.452	3.935
Transferência para grupos de alienação	—	(155)	(111)	(58)	(324)	(767)	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(4)	(326)	(56)	(122)	(530)	1441	183
Aquisição de subsidiárias	—	—	—	—	—	—	2221
Alienações	—	(65)	—	—	(65)	(178)	—
Montantes abatidos	—	(3.940)	(2.999)	—	(6.939)	(3.148)	(2.011)
Recuperações de montantes previamente abatidos	—	94	305	—	399	319	342
Imputado na demonstração de resultados (1)	34	8.591	4.197	1.312	14.134	7.091	1.946
Compensação do desconto	—	(246)	(162)	—	(408)	(194)	(164)
Em 31 de Dezembro (2)	157	8.796	5.254	3.076	17.283	11.016	6.452

Notas:

(1) Inclui o encargo relativo a empréstimos e adiantamentos a bancos de £34 milhões (2008 – £118 milhões; 2007 – nada).

(2) Inclui regularização do fim de exercício relativa a empréstimos e adiantamentos a bancos de £157 milhões (2008 – £127 milhões; 2007 – £3 milhões).

Movimento em provisões para imparidades de empréstimos

No quadro abaixo, mostra-se o movimento no saldo das provisões por divisão.

	UK Retail £m	UK Corporate Banking £m	Wealth £m	Global Banking & Markets £m	Global Transaction Services £m	Ulster Bank £m	US Retail & Commercial £m	Non-Core £m	Interesses minoritários RFS Holdings £m	2.009 £m	2.008 £m	2.007 £m
Em 1 de Janeiro	2.086	696	34	621	43	491	298	5.182	1.565	11.016	6.452	3.935
Transferência para grupos de alienação	—	—	—	(16)	—	—	—	(305)	(3)	(324)	(767)	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos	67	5	1	365	128	(109)	(34)	(851)	(102)	(530)	1441	137
Aquisição de subsidiárias	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2221
Alienação de subsidiárias	—	—	—	(62)	—	—	—	(3)	—	(65)	(178)	—
Aumento líquido em provisões de operações descontinuadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	46
Montantes abatidos	(1.150)	(352)	(12)	(169)	(23)	(34)	(546)	(4.192)	(461)	(6.939)	(3.148)	(2.011)
Recuperações dos montantes previamente abatidos	97	20	—	11	2	1	58	136	74	399	319	342
imputado na demonstração de resultados (1)	1.679	923	33	542	39	649	702	8.523	1.044	14.134	7.091	1.946
Compensação do desconto	(102)	(21)	(1)	(3)	—	(36)	—	(238)	(7)	(408)	(194)	(164)
Em 31 de Dezembro (2)	2.677	1.271	55	1.289	189	962	478	8.252	2.110	17.283	11.016	6.452

Pontos principais

- O encargo com provisões para 2009 foi aproximadamente o dobro do ano anterior.
- As carteiras grossistas continuam a impulsionar a tendência em provisões, com uma notável concentração no sector do imobiliário.

Análise de o encargo com imparidade de AFS

O seguinte quadro analisa o encargo com imparidades de AFS.

	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m
Títulos de dívida	601	601	851	878	20	20
Títulos de participação	208	215	103	103	2	2
Total	809	816	954	981	22	22
Encargo como % de activos AFS	0,6%	0,6%	0,7%	0,8%	—	—

Análise do balanço

Todas as divulgações nesta secção (páginas 149 a 153) são auditadas. Os seguintes proporcionam uma análise da qualidade de crédito e distribuição dos activos financeiros pelas classificações de qualidade de crédito internas do Grupo, geografia e sector de actividade. Os activos de risco de crédito analisados nas páginas precedentes são reportados internamente à gestão de topo, no entanto, excluem certas exposições e têm em conta os acordos de compensação, incluindo acordos-quadro de compensação que proporcionam um direito legal de compensação, mas não satisfaz os critérios para compensação in IFRS. A análise abaixo é, por conseguinte, fornecida para complementar a análise dos activos de risco de crédito e reconciliar com o balanço.

Qualidade de crédito

2009	Caixa e disponibilidades em bancos centrais £m	Empréstimos e adiantamentos a bancos (1) £m	Empréstimos e adiantamentos a clientes £m	Saldos de compensação £m	Derivados £m	Outros instrumentos financeiros £m	Compromissos £m	Passivos contingentes £m	Total £m
AQ1	52.234	79.453	115.738	6.592	390.786	754	62.488	9.792	717.837
AQ2	–	1873	14.025	306	11.740	9	27.984	4.854	60.791
AQ3	1	2.206	36.165	199	10.903	–	28749	6.417	84.640
AQ4	23	1.455	128.981	605	8.872	–	53979	16.174	210.089
AQ5	2	2.851	159.914	149	8.639	37	44.342	8.228	224.162
AQ6	1	471	111.588	49	2.674	–	31235	2.736	148.754
AQ7	–	122	64.724	26	2.326	98	27.057	2.605	96.958
AQ8	–	172	31.272	–	1448	–	12730	1.179	46.801
AQ9	–	237	21.411	–	2007	–	5379	1.465	30.499
AQ10	–	386	10.460	–	2019	–	3698	570	17.133
Juros contabilizados em mora	–	36	16.331	3.910	39	–	–	–	20316
Juros não contabilizados	–	115	34.910	197	1	–	–	–	35223
Provisão para imparidades	–	(157)	(17.126)	–	–	–	–	–	(17.283)
	52261	89.220	728.393	12.033	441.454	898	297.641	55.020	1.675.920
2.008									
AQ1	12.397	98.082	157.212	11.958	837.987	630	123.399	10.279	1.251.944
AQ2	3	7.250	21.656	535	27.225	–	23379	2.132	82.180
AQ3	–	14296	68.663	550	35.756	–	26797	2.851	148.913
AQ4	–	12792	141.857	34	46.318	–	64891	13.800	279.692
AQ5	–	1066	175.544	252	27.047	–	64308	19.124	287.341
AQ6	–	680	124.606	217	6.632	222	18.145	12.246	162.748
AQ7	–	201	107.624	248	4.547	–	17915	8.208	138.743
AQ8	–	305	28.517	–	1477	–	14603	1.269	46.171
AQ9	–	356	17.329	9	2.136	–	6298	1.160	27.288
AQ10	–	279	7.586	–	3423	–	1989	468	13.745
Juros contabilizados em mora	–	–	15667	4.029	11	–	–	–	19707
Juros não contabilizados	–	129	19.350	–	–	–	–	–	19479
Provisão para imparidades	–	(127)	(10.889)	–	–	–	–	–	(11.016)
	12400	135.309	874.722	17.832	992.559	852	361.724	71.537	2.466.935

Notas:

(1) Excluindo itens no decorrer da cobrança de £2.533 milhões (2008 – £2.888 milhões).

Os seguintes quadros mostram 2007 e 2008 com base nas faixas antigas de AQ1-5

2008	Caixa e disponibilidades em bancos centrais £m	Empréstimos e adiantamentos a bancos (1) £m	Empréstimos e adiantamentos a clientes £m	Saldos de compensação £m	Derivados £m	Outros instrumentos financeiros £m	Compromissos £m	Passivos contingentes £m	Total £m
AQ1	12.400	131.963	310.950	12.612	912.728	691	209.359	19.693	1.610.396
AQ2	–	872	141.849	516	36.528	–	55109	18.461	253.335
AQ3	–	1247	187.899	290	30.079	161	48.554	19.502	287.732
AQ4	–	282	150.705	129	5.181	–	23458	10.977	190.732
AQ5	–	943	59.191	256	8.032	–	25244	2.904	96.570
Juros contabilizados em mora	–	–	15667	4.029	11	–	–	–	19707
Juros não contabilizados	–	129	19.350	–	–	–	–	–	19479
Provisão para imparidades	–	(127)	(10.889)	–	–	–	–	–	(11.016)
	12400	135.309	874.722	17.832	992.559	852	361.724	71.537	2.466.935
2.007									
AQ1	17.866	204.083	275.715	14.491	240.114	669	131.750	26.120	910.808
AQ2	–	5797	174.074	98	23.333	–	89682	16.314	309.298
AQ3	–	4937	221.561	344	11.299	–	74126	11.740	324.007
AQ4	–	407	84.791	21	2.352	–	25320	4.032	116.923
AQ5	–	1119	55.273	68	304	143	17.301	3.714	77.922
Juros contabilizados em mora	–	–	13236	1.567	–	65	–	–	14868
Juros não contabilizados	–	25	10.337	–	–	–	–	–	10362
Provisão para imparidades	–	(3)	(6.449)	–	–	–	–	–	(6.452)
	17866	216.365	828.538	16.589	277.402	877	338.179	61.920	1.757.736

Notas:

(1) Excluindo itens no decorrer da cobrança de £2.533 milhões (2008 – £2.888 milhões).

Títulos de dívida

O quadro abaixo analisa os títulos de dívida por notações de risco de crédito externas, aplicadas a escala de notação de risco da Standard & Poor's.

2009	Governos do Reino Unido e EUA £m	Outros governos £m	Bancos e sociedade de financiamento imobiliário £m	Asset-backed securities £m	Empresas £m	Outro £m	Total £m
AAA	49.820	44.396	4.012	65.067	2.263	–	165.558
BBB- e acima	–	39.009	9.523	17.071	5.476	–	71.079
Non-investment grade	–	353	169	3.515	2.042	–	6079
Sem rating	–	504	289	1.949	2.601	1.036	6.379
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	49.820	84.262	13.993	87.602	12.382	1.036	249.095
Interesses minoritários RFS Holdings	904	11.871	3.803	580	906	95	18.159
Grupo	50724	96.133	17.796	88.182	13.288	1.131	267.254
2.008							
AAA	35.301	43.197	8.126	93.853	3.953	–	184430
BBB- e acima	–	15862	13.013	11.437	10.172	–	50484
Non-investment grade	–	242	127	3.678	2.259	–	6306
Sem rating	–	409	1.445	2.175	4.517	3.393	11.939
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	35.301	59.710	22.711	111.143	20.901	3.393	253.159
Interesses minoritários RFS Holdings	7	10.761	1.652	–	885	1.085	14.390
Grupo	35.308	70.471	24.363	111.143	21.786	4.478	267.549

Pontos principais

- 66% da carteira tem notação AAA; 95% é *investment grade*.
- Os títulos emitidos pelos governos centrais e locais compõem 54% da carteira em 31 de Dezembro de 2009.
- 63% de títulos de dívidas de empresas são *investment grade*. De £2,6 mil milhões de títulos de dívida sem rating, £1,1 milhões relacionam-se com a carteira de derivados de fundos dos EUA.
- Ver a secção de Turbulência do mercado para análise complementar de *asset-backed securities*.

Análise de montantes vencidos

Os seguintes empréstimos e adiantamentos a clientes estavam vencidos no balanço, mas não considerados em imparidade:

	Core £m	Non-Core £m	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings £m	Interesses minoritários RFS Holdings £m	Grupo £m	2008 Grupo £m	2007 Grupo £m
Em mora 1-29 dias	5.101	1.486	6.587	1.209	7.796	9.517	8.768
Em mora 30-59 dias	1.943	357	2.300	424	2.724	2.941	2.745
Em mora 60-89 dias	2.203	207	2.410	177	2.587	1.427	1.354
Em mora 90 dias ou mais	1.358	1.820	3.178	46	3.224	1.782	369
	10.605	3.870	14.475	1.856	16.331	15.667	13.236

Notas:

(1) Estes saldos incluem empréstimos e adiantamentos a clientes que estão em mora devido a atrasos administrativos ou outros no registo de pagamentos ou na finalização da documentação e outras ocorrências não relacionadas com a qualidade de crédito.

Risco de actividade – análise geográfica

O quadro abaixo analisa os activos financeiros por localização da sucursal e por tipo de actividade.

2.009	Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes £m	Títulos £m	Derivados £m	Outros (1) £m	Total £m	Compensação (2) £m
Reino Unido	446.590	142.919	280.943	6.537	876.989	252.352
EUA	102.106	55.796	128.756	5.920	292.578	113.670
Europa	248.204	71.016	5.228	149	324.597	–
RdM	40.529	18.529	26.527	848	86.433	19.803
	837.429	288.260	441.454	13.454	1.580.597	385.825
Governo central e local	9.006	155.118	7.013	205	171..342	1.725
Indústria	48.683	2.260	5.420	116	56.479	3.184
Construção	15.214	615	928	63	16.820	1.452
Sector financeiro (3)	201.779	107.116	411.017	12.118	732.030	372.343
Indústrias de serviço e actividades comerciais	154.657	15.403	12.025	795	182.880	5.824
Agricultura, silvicultura e pescas	8.665	282	65	9	9.021	76
Imobiliário	103.013	4.509	4.517	108	112.147	1.114
Particulares:						
Hipotecas de residências	234.598	50	18	–	234.666	52
Outro	55.960	279	272	25	56.536	84
Locações financeiras e créditos a prestações	20.103	306	16	–	20.425	39
Acréscimos de juros	2.556	1.921	–	–	4.477	–
	837.429	288.260	441.454	13.454	1.580.597	385.825

Para as notas, ver a página seguinte

2.008	Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes £m	Títulos £m	Derivados £m	Outros (1) £m	Total £m	Compensação (2) £m
Reino Unido	538.917	135.668	569.098	8.059	1.251.742	499.426
EUA	132.107	64.476	366.113	6.829	569.525	326.473
Europa	293.498	71.293	12.209	3.718	380.718	843
RdM	59.413	22.652	45.139	552	127.756	31.926
	1.023.935	294.089	992.559	19.158	2.329.741	858.668
Governo central e local	15.712	102.293	6.382	197	124.584	1.987
Indústria	75489	2.136	14.160	308	92.093	6.498
Construção	20.907	214	984	32	22.137	1.488
Sector financeiro	285.550	160.842	939.154	16.039	1.401.585	836.428
Indústrias de serviço e actividades comerciais	190.537	24.355	25.933	2.470	243.295	10.858
Agricultura, silvicultura e pescas	9.055	144	45	16	9.260	87
Imobiliário	106633	2.512	5.586	71	114.802	1.067
Particulares:						
Hipotecas de residências	230.412	729	241	–	231382	7
Outro	43341	1	212	40	43.594	61
Locações financeiras e créditos a prestações	22.355	23	25	–	22403	119
Acréscimos de juros	7.139	1.241	–	–	8380	–
	1023935	294.089	992.559	19.158	2.329.741	858.668
2.007						
Reino Unido	595.347	161.873	254.797	12.746	1.024.763	202.503
EUA	143.805	69.921	9.708	3.308	226.742	23.059
Europa	232.049	78.044	7.322	157	317.572	109.071
RdM	83.249	37.918	5.575	1.255	127.997	6.166
	1.054.450	347.756	277.402	17.466	1.697.074	340.799
Governo central e local	10.077	103.205	4.148	212	117.642	1.540
Indústria	51.719	3.418	6.010	–	61147	4.259
Construção	18.760	631	757	–	20148	1.685
Sector financeiro	442.532	204.587	259.294	17.178	923.591	299.705
Indústrias de serviço e actividades comerciais	151.822	21.356	5.787	1	178.966	31.456
Agricultura, silvicultura e pescas	9.181	72	100	–	9353	104
Imobiliário	88837	5.013	1.005	7	94.862	2.033
Particulares:						
Hipotecas de residências	185.095	1.813	5	–	186913	–
Outro	68179	4.432	15	23	72.649	10
Locações financeiras e créditos a prestações	19.498	131	281	45	19.955	5
Acréscimos de juros	8.750	3.098	–	–	11848	2
	1.054.450	347.756	277.402	17.466	1.697.074	340.799

Notas:

(1) Inclui saldos de compensação de £12.033 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £17.832 milhões; 2007 - £16.589 milhões).

(2) Esta coluna mostra o montante pelo qual a exposição ao risco de crédito do Grupo é reduzida através de acordos, como acordos-quadro de compensação, que dão ao Grupo o direito legal de compensar o activo financeiro por contrapartida de um passivo financeiro devido à mesma contraparte. Além disso, o Grupo detém colaterais relativamente aos empréstimos e adiantamentos individuais a bancos e a clientes. Estes colaterais incluem hipotecas sobre imóveis (pessoais e comerciais); encargos sobre o activo das actividades, nomeadamente instalações, existências e devedores comerciais; e garantias de empréstimos de partes que não são o mutuário. O Grupo obtém colaterais sob a forma de títulos em operações de compra com acordo de revenda. O caixa e os títulos são referidos como colateral referente às transacções de derivados.

(3) Os empréstimos feitos pelos *conduits* consolidados do Grupo a sociedades detentores de activos são incluídos dentro do sector financeiro.

Risco de financiamento e liquidez

Todas as divulgações nesta secção são auditadas (páginas 154 a 160), salvo se indicado em contrário com um asterisco (*).

A política de liquidez do Grupo destina-se a garantir que este possa, a qualquer momento, cumprir as suas obrigações à medida que elas vencem.

A gestão da liquidez no Grupo concentra-se na estrutura global do balanço e no controlo, dentro de limites prudentes, do risco resultante da discrepância dos vencimentos no balanço e da exposição a autorizações não utilizadas e outras obrigações contingentes.

No seguimento de um primeiro trimestre difícil de 2009, a maioria dos indicadores de stress nos mercados financeiros estão perto ou melhores do que no final de 2008. As condições de liquidez nos mercados monetários e de dívida melhoraram significativamente desde o início do segundo trimestre de 2009. A contribuir para o melhoramento esteve uma combinação dos programas de apoio a liquidez correntes dos bancos centrais e de outras entidades oficiais, programas de garantia e cortes nas taxas. Os sinais das tendências macroeconómicas subjacentes, tal como a estabilização da economia do Reino Unido, também ajudou a sustentar a recuperação nos mercados de dívida.

Quadro e gestão do risco de liquidez

O Grupo tem um apetite de risco aprovado, apoiado por metas explícitas e métricas para controlar a dimensão e extensão do risco de liquidez a curto e longo prazo. Estas métricas são revistas pelo CA e a Comissão de Gestão de Activos e Passivos do Grupo (GALCO) numa base regular. O Grupo utiliza testes de stress para melhorar e actualizar o apetite de risco à luz das condições em evolução.

A GALCO, presidida pelo Director Financeiro do Grupo, tem a responsabilidade de estabelecer a política do Grupo e garantir que ela é transmitida e comunicada pelas divisões de negócios. A Tesouraria do Grupo é a área funcional com responsabilidade por monitorização e controlo das posições de financiamento e liquidez do Grupo.

A Tesouraria do Grupo é apoiada por um processo de gestão que inclui um Fórum de Risco de Liquidez, inclui áreas funcionais de toda a organização que são responsáveis peka gestão de liquidez, incluindo a monitorização através de comissão de activos e passivos de divisão e de região.

O Grupo usa preços de transferência de fundos para garantir que os custos de liquidez, bem como o financiamento são integrados nos processos de tomada de decisão do negócio.

O Grupo continua a melhorar e aumentar as práticas de gestão de financiamento e risco de liquidez à luz da experiência do mercado nos últimos dois anos e a emergência de normas reguladoras e da indústria tal como a declaração de política FSA no reforço das normas de liquidez.

Gestão da estrutura

O Grupo avalia regularmente o seu risco de liquidez estrutural e aplica uma variedade de estratégias de gestão do balanço e dos fundos a prazo para manter esse risco dentro dos seus parâmetros de política normais. O grau de desencontro de maturidades dentro da estrutura global a longo prazo do activo e do passivo do Grupo é gerido segundo directrizes de política interna, que visam assegurar que os compromissos de activos a prazo sejam financiados numa base económica ao longo da sua vida. Ao gerir a sua estrutura global a prazo, o Grupo analisa e tem em conta o efeito do comportamento dos clientes de retalho e empresariais nos vencimentos efectivos dos activos e dos passivos em que diferem materialmente dos vencimentos contratuais subjacentes.

O Grupo visa a diversificação das suas fontes de financiamento para reduzir o risco de financiamento. A fonte principal de financiamentos do Grupo são os depósitos dos seus clientes essenciais, recolhidos pelas suas franquias de banca de retalho, clientes privados, empresariais e pequenas e médias empresas. A oferta multimarca do Grupo e uma forte focalização do cliente é uma parte essencial da estratégia de financiamento e continua a beneficiar da posição de financiamento do Grupo.

O Grupo também acede ao mercado de financiamento grossista para fornecer uma flexibilidade adicional em fontes de financiamento. O Grupo procurou activamente gerir a sua posição de liquidez através do aumento da duração do financiamento grossista de curto prazo, diversificação continuada de investidores e depositantes de dívida grossistas, complementada por uma emissão de longo prazo, dívida garantida pelo governo e um programa que garante que os activos detidos são elegíveis como garantia para aceder a programas de liquidez do banco central.

Gestão do fluxo de caixa

A estrutura de vencimento de curto prazo dos activos e passivos do Grupo é gerida diariamente para garantir que todos os fluxos de caixa reais ou potenciais, autorizações não utilizadas e outras obrigações

contingentes podem ser satisfeitas. A focalização principal da actividade de gestão diária é garantir o acesso a uma liquidez suficiente para satisfazer as obrigações de fluxos de caixa dentro dos principais horizontes temporais, incluindo com um mês de antecedência e os horizontes-alvo da FSA como os de 90 dias.

As potenciais fontes de liquidez incluem entradas de caixa de activos vencidos, novos empréstimos contraídos ou a venda de vários títulos de dívida detidos. O risco de liquidez a curto prazo é normalmente gerido numa base consolidada com limites de desencontros em vigor para subsidiárias e filiais não situadas no RU que têm actividades de tesouraria locais materiais, assegurando assim que a manutenção diária da posição de risco de liquidez geral do Grupo não fique comprometida.

Gestão de volume

O Grupo também monitoriza e gere activamente os volumes de negócios futuros para avaliar os requisitos de financiamento e liquidez e garantir que o Grupo opera dentro do apetite de risco e métricas definidas pelo CA. Isto inclui a gestão de autorizações não utilizadas, *conduits* e facilidades de liquidez dentro de níveis aceitáveis.

Reservas de liquidez

O Grupo acumulou um stock diversificado de activos líquidos altamente comercializáveis, incluindo dívida de governos centrais com notação de risco elevada que pode ser utilizada como *buffer* contra impactos imprevistos no fluxo de caixa ou em ambientes sob pressão. A constituição desta carteira de activos está subdividida em camadas com base na liquidez dos activos, com margens de segurança para garantir que são utilizados valores de liquidação realísticos nas principais métricas. A carteira inclui um *buffer* detido centralmente contra stresses de liquidez muito graves e *buffers* localmente detidos para satisfazer necessidades de auto-suficiência.

Teste de stresse

O Grupo executa testes de stresse para simular como os eventos podem ter impacto nas suas capacidades de financiamento e liquidez. Esses testes dão assistência no planeamento da estrutura global do balanço, ajudam a definir limites adequados para o controlo do risco resultante do desencontro de vencimentos no balanço e de autorizações não utilizados e outras obrigações contingentes, e passadas para o apetite de risco e financiamento de contingência. A forma e o conteúdo dos testes de stresses são actualizados quando necessários conforme as condições de mercado evoluem. Estes stresses incluem os seguintes cenários:

- Stresse idiossincrático: um stresse de liquidez imprevisto, específico a uma entidade, com o período inicial de curto prazo do stresse durante pelo menos duas semanas;
- Stresse de mercado: um stresse de liquidez imprevisto, ao nível do mercado, com uma duração de três meses;
- Stresses idiossincrático e de mercado: uma combinação dos stresses idiossincrático e de mercado;
- Degradação da notação de crédito: cenários de redução da notação de crédito de longo prazo de um ou dois pontos; e
- Bloqueio de mercado diário: sem acesso a financiamento sem garantia e nenhumas renovações de financiamento são possíveis.

Planeamento de contingência

Foram desenvolvidos planos de financiamento de contingência que incorporam indicadores de aviso precoce para monitorizar as condições do mercado. O Grupo revê os seus planos de financiamento de contingência à luz da evolução das condições do mercado e dos resultados dos testes de stresses. Os planos de financiamento de contingência cobrem: as fontes disponíveis de financiamento de contingência para suplementar as carências de fluxo de caixa; os prazos necessários para obter esse financiamento; as funções e responsabilidade dos envolvidos nos planos de contingência; os requisitos de comunicação e escalada quando os indicadores de aviso precoces assinalam a deterioração das condições do mercado; e a capacidade e circunstâncias em que o Grupo acede à liquidez dos bancos centrais.

Monitorização

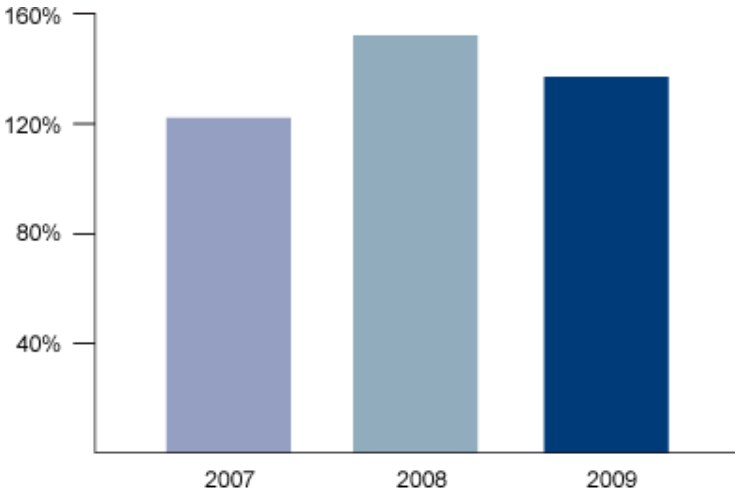
O risco de liquidez é constantemente monitorizado para avaliar a posição do Grupo em relação ao seu apetite de risco e principais métricas. Estão implantados processos de monitorização e controlo diários, semanais e mensais, que permitem a gestão para tomar a acção apropriada. As medidas tomadas para melhorar o risco de liquidez inclui um enfoque no melhoramento do rácio de empréstimos/depósitos, emissão de financiamento grossista de prazo mais longo, tanto garantido como não garantido, e a dimensão dos compromissos dos *conduit*. As métricas incluem, de forma não exaustiva:

Financiamento no mercado por grosso > um ano: Os mercados de financiamento no mercado por grosso melhoraram no decorrer de 2009, o Grupo foi capaz de gerir os seus requisitos de financiamento de curto e longo prazo e reduziu significativamente a sua dependência no financiamento dos bancos centrais. Em

2009, o Grupo emitiu títulos de dívida públicos, privados e estruturados não garantidos no valor de 321 mil milhões, com um vencimento a mais de um ano, incluindo emissões com vencimentos a dez anos e cinco anos no valor de £3 mil milhões e £2 mil milhões, respectivamente. Para fornecer protecção contra o risco de liquidez nestes mercados, o Grupo visa um rácio de financiamento grossista superior a um ano. A proporção de instrumentos de dívida com saldos vivos com um vencimento restantes superior a 12 meses aumentou de 45% em 31 de Dezembro de 2008 para 50% em 31 de Dezembro de 2009, reflectindo um aumento do perfil do vencimento da emissão de dívida durante o exercício. O Grupo também está a visar uma dependência de financiamento absoluta (financiamento grossista não garantido com um vencimento residual inferior a um ano) inferior a £150 mil milhões em 2013. A meta de 2013 também pode ser segmentada ainda em depósitos bancários inferiores a £65 mil milhões e outro financiamento grossista não garantido inferior a £85 mil milhões. A dependência no financiamento grossista melhorou de £343 milhões em 31 de Dezembro de 2008 para £249 mil milhões em Dezembro 2009 (e este número inclui £109 mil milhões de depósitos bancários).

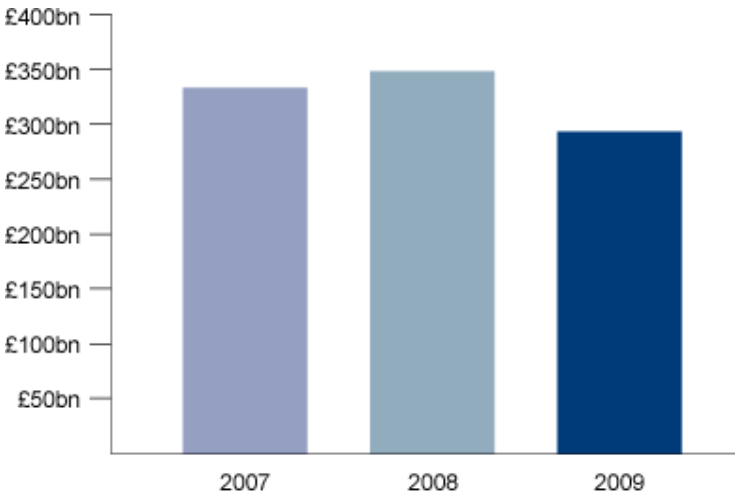
Em comum com outros bancos no Reino Unido, o Grupo beneficiou do programa do governo do Reino Unido para garantir a emissão de dívida. Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tem títulos de dívida em emissão que se eleva a £52 mil milhões (2008 - £32 mil milhões), que é aproximadamente 38% de total da dívida garantida pelo governo dos Reino Unido.

Rácio empréstimos/depósitos: O Grupo monitoriza o rácio de empréstimos/depósito como uma métrica principal: O rácio diminuiu de 118% em 31 de Dezembro de 2008 para 104% em 31 de Dezembro de 2009, para Core e de 151% em 31 de Dezembro de 2008 para 134% em 31 de Dezembro de 2009 para o Grupo. O grupo tem uma meta de 100% para 2013. A diferença entre os empréstimos de clientes e os depósitos de clientes (excluindo *repos*) estreitou em £91 mil milhões desde £233 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 para £142 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009.



Monitorização continuação

Autorizações não utilizadas: O Grupo reduziu activamente o montante de autorizações não utilizadas a que estava exposto. As autorizações não utilizadas diminuíram de £349 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 para £289 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009.

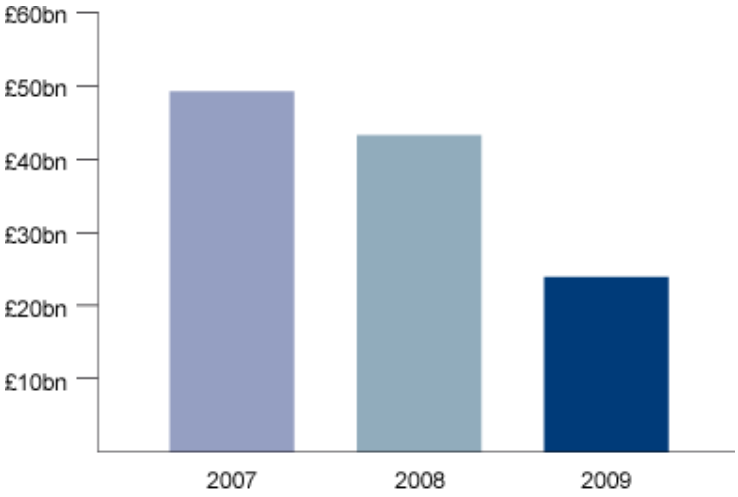


Acordos de recompra (repo): Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo teve um financiamento garantido de clientes de £68 mil milhões e um financiamento garantido bancário de £38 mil milhões, que inclui a contracção de empréstimos utilizando os programas de financiamento dos bancos centrais. Com os mercados a continuarem a estabilizar no decorrer de 2009, o grupo reduziu significativamente a sua dependência no financiamento garantido dos programas de liquidez dos bancos centrais.

Reservas de liquidez: O stock total de activos líquidos aumentou em £81 mil milhões durante 2009, de 390 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008, para £171 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009; isto reflecte a injecção de £25,5 mil milhões de acções B no final de Dezembro 2009, fornecidos como bilhetes de tesouro e dinheiro. O grupo está a visar uma *pool* de liquidez de £150 mil milhões em 2013. O quadro abaixo mostra a repartição destes activos. para além dos activos líquidos disponíveis, o Grupo tem um conjunto de activos isentos de encargos que estão disponíveis para titularização para angariar fundos se e quando necessário.

Os tipos de activos que podem ser utilizados em titularização podem ser activos de empréstimos e o Grupo beneficia de não ter, historicamente, montantes significativos com encargos em activos de empréstimos.

Compromissos de conduits: O grupo tomou medidas adicionais para melhorar a estrutura do balanço. Uma área de enfoque foi reduzir a dimensão dos negócios dos *conduits multi-seller*, que depende de activos de financiamento através da emissão de papel comercial garantido por activos de curto prazo. As facilidades totais diminuíram £17,9 mil milhões para £25,0 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009. Isto reduziu o risco de liquidez do Grupo através dos compromissos fornecidos por este tipo de negócio.



	2009	2008
Reservas de liquidez	£m	£m
Títulos do estado	57.407	27.303
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51.500	11.830
Garantia isenta de encargos (1)	42.055	30.054
Outros activos líquidos	19.699	20.647
Total da reserva de liquidez	170.661	89.834

Notas:

(1) Inclui activos garantidos que são elegíveis para desconto em bancos centrais.

Perfil de financiamento

O vencimento contratual do activo e passivo do balanço, mostrado nos quadros da página seguinte, sublinham a transformação do vencimento que realçam o papel dos bancos para emprestar a prazos mais longos, mas financiados predominantemente por passivos de curto prazo como os depósitos de clientes. Isto é conseguido através de uma franquia de financiamento diversificado do grupo através de uma extensa base de clientes de retalho, gestão de fortunas e PME e por uma rede geograficamente vasta. Na prática, o perfil comportamental de muitos activos e passivos exibem uma maior estabilidade e vencimento mais longo do que o vencimento contratual. O Grupo modela o vencimento comportamental dos passivos, para que possa visar uma base de financiamento diversificada e estável.

O quadro abaixo analisa os fluxos de caixa não descontados, a receber e a pagar, por um período de vinte anos, incluindo futuros recebimentos e pagamentos de juros nos activos do balanço por vencimento contratual.

2009	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
Activos por vencimento contratual						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52.239	–	–	1	25	–
Empréstimos e adiantamentos a bancos	42.615	1.757	966	282	868	71
Títulos de dívida	17.581	14.484	29.675	26.788	52.104	30.335
Saldos de compensação	12.020	6	1	–	8	1
Outros activos financeiros	265	215	402	127	421	–
Total de activos vencidos	124.720	16.462	31.044	27.198	53.426	30.407
Empréstimos e adiantamentos a clientes	126.238	65.946	130.323	101.984	180.595	202.809
Derivados detidos para cobertura	488	1.547	3.049	1.076	751	10
Total do activo	251.446	83.955	164.416	130.258	234.772	233.226
Passivos por vencimento contratual						
Depósitos por bancos	65.966	15.541	3.934	2.301	632	12
Títulos de dívida em emissão	100.220	49.300	56.869	25.915	27.326	3.819
Passivos subordinados	1.929	1.892	3.654	4.963	20.157	6.105
Saldos de compensação e outros passivos	12.048	100	139	104	239	83
Total do passivo vencido	180.163	66.833	64.596	33.283	48.354	10.019
Contas de clientes	521.400	15.619	5.944	4.221	8.490	4.392
Derivados detidos para cobertura	660	1.566	3.232	1.264	1.674	1.508
Total passivo	702.223	84.018	73.772	38.768	58.518	15.919
Diferencial de vencimentos	(55.443)	(50.371)	(33.552)	(6.085)	5.072	20.388
Diferencial de vencimentos acumulado	(55.443)	(105.814)	(139.366)	(145.451)	(140.379)	(119.991)
Montante nocional de garantias e compromissos						
Garantias (1)	39.952	–	–	–	–	–
Compromissos (2)	291.634	–	–	–	–	–
2008						
Activos por vencimento contratual						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12.333	25	–	–	2	29
Empréstimos e adiantamentos a bancos	61.630	19.369	2.673	921	111	70
Títulos de dívida	26.006	12.895	24.629	23.927	57.846	24.535
Saldos de compensação	17.830	–	–	–	2	–
Outros activos financeiros	621	193	58	111	343	–
Total de activos vencidos	118.420	32.482	27.360	24.959	58.304	24.634
Empréstimos e adiantamentos a clientes	195.553	81.054	138.378	125.621	160.271	152.084
Derivados detidos para cobertura	266	1.796	2.281	1.359	1.517	649
Total do activo	314.239	115.332	168.019	151.939	220.092	177.367
Passivos por vencimento contratual						
Depósitos por bancos	154614	14.347	3.345	2.754	2.048	34
Títulos de dívida em emissão	131714	48.652	40.067	38.223	38.667	5.626
Passivos subordinados	1753	4.271	6.824	5.793	24.503	13.030
Saldos de compensação e outros passivos	13.351	5	12	6	10	6
Total do passivo vencido	301.432	67.275	50.248	46.776	65.228	18.696
Contas de clientes	523268	33.450	6.577	6.337	7.298	5.319
Derivados detidos para cobertura	394	2.216	2.543	1.334	2.682	1.373
Total passivo	825.094	102.941	59.368	54.447	75.208	25.388
Diferencial de vencimentos	(183.012)	(34.793)	(22.888)	(21.817)	(6.924)	5.938
Diferencial de vencimentos acumulado	(183.012)	(217.805)	(240.693)	(262.510)	(269.434)	(263.496)

Notas:

(1) O Grupo apenas é obrigado a satisfazer uma garantia quando o beneficiário da garantia não cumpre as suas obrigações. O Grupo espera que a maioria das garantias que prestou se vençam sem serem utilizadas.

(2) O Grupo deu autorizações para fornecer fundos a clientes sob facilidades formais, linhas de créditos e outros compromissos não utilizados para emprestar caso certas condições sejam cumpridas pela contraparte. O Grupo não espera que todas as facilidades sejam utilizadas e algumas podem terminar antes de serem utilizadas.

Perfil de financiamento continuação

Os quadros abaixo mostram o momento das entradas e saídas de caixa para regularizar os activos e passivos financeiros. Eles foram elaborados nas seguintes bases:

Os activos financeiros foram reflectidos na faixa temporal da última data em que eles podem ser reembolsos, salvo se um pagamento antecipado for pedido pelo Grupo. Os passivos financeiros estão incluídos na primeira data em que a contraparte pode pedir o reembolso, independentemente de esse reembolso antecipado ter ou não como resultado uma penalização. Se o reembolso de um activo ou passivo financeiro for desencadeado ou estiver sujeito a critérios específicos, tal como barreiras aos preços de mercado que são atingidas, o activo é incluído na data na última data possível em em que ele pode reembolsar independentemente de reembolso antecipado, enquanto o passivo é incluído na primeira data possível em que as condições podem ser cumpridas sem considerar a probabilidade de as condições serem satisfeitas.

Por exemplo, se um título estruturado for amortizado antecipadamente de forma automática quando um índice de capital exceder um certo nível, a saída de caixa será incluída no período inferior a três meses seja qual for o nível do índice no final do ano. A data de liquidação dos títulos de divida em emissão, emitidos por certos veículos de titularização consolidados pelo Grupo, depende do momento em que os fluxos de caixa são recebidos do activo titularizado. Quando estes activos podem ser amortizados antecipadamente, a data da saída de caixa relacionada com os títulos pressupõe que cada activo seja antecipadamente amortizado na primeira data possível. Como o reembolso de activos e passivos estão ligados, o reembolso de activos em titularizações são apresentados na primeira data possível em que os activos podem ser pagos pois esta é a base utilizada para os passivos.

Activos e passivos com vencimento contratual superior a 20 anos - os montantes de capital dos activos e passivos financeiros que são reembolsáveis após 20 anos ou quando a contraparte não tem direito a reembolso do capital estão excluídos da tabela, tal como os pagamentos de juros após 20 anos.

Activos e passivos detidos para negociação - activos e passivos detidos para negociação, no valor de £651 mil milhões (activos) e £568 mil milhões (passivos) (2008 - 1.227 mil milhões em activos e £1.147 mil milhões em passivos) foram excluídos do quadro atendendo à sua natureza de curto prazo.

Repartição do financiamento por grosso

O quadro baixo mostra a composição das fontes de financiamento grossista do Grupo antes de interesses minoritários da RFS. O Grupo implementou uma estratégia de financiamento de redução da sua dependência em financiamento grossista de curto prazo. Os depósitos por bancos diminuíram £63 mil milhões para £116 mil milhões; constituindo 14,3% das fontes de financiamento totais em 31 de Dezembro de 2009, menos 18,.8% em relação a 31 de Dezembro de 2008. Os títulos de dívida a curto prazo como o papel comercial e certificados de depósitos em emissão também foram reduzidos em £41 mil milhões, para £103 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 em relação a £144 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008.

	2009		2008	
	£m	%	£m	%
Depósitos por bancos (1)	115.642	14,3	178.943	18,8
Títulos de dívida em emissão				
- Papel comercial	44.307	5,5	69.891	7,3
- Certificados de depósitos	58.195	7,2	73.925	7,8
- Notas de médio prazo e outras obrigações	125.800	15,6	108.529	11,4
- Titularizações	18.027	2,2	17.113	1,8
	246.329	30,5	269.458	28,3
Dívida subordinada	31.538	3,9	43.678	4,6
Total do financiamento grossista	393.509	48,7	492.079	51,7
Depósitos de clientes (1)	414.251	51,3	460.318	48,3
	807.760	100,0	952.397	100,0

Notas:

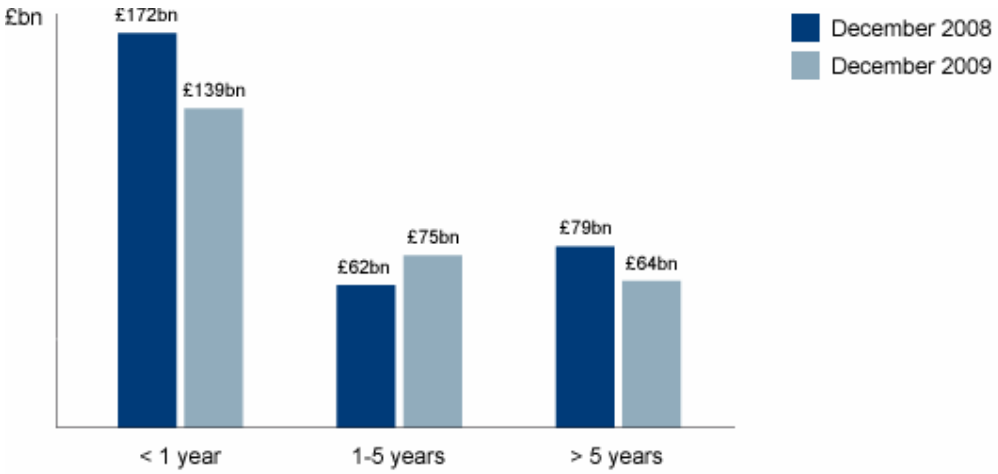
(1) Excluindo acordos de recompra e empréstimos de acções.

O nível total do financiamento grossista do Grupo reduziu-se na variação homóloga em £99 mil milhões com a maioria da redução atribuível a uma dependência reduzida no financiamento interbancário.

O quadro abaixo mostra o perfil de vencimento dos títulos de dívida em emissão e dívida subordinada do Grupo. A composição do perfil reflecte a proporção aumentada ddos títulos de dívida do Grupo em emissão superior a 1 ano de vencimento. Os títulos de dívida com um vencimento restante inferior a 1 ano reduziram-se em £33 mil milhões para £139 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £172 mil milhões). A proporção de títulos de dívida em emissão com vencimento restante superior a 1 ano aumentou de 45% em 31 de Dezembro de 2008 para 50% em 31 de Dezembro de 2009.

	2009				2008	
	Títulos de dívida em emissão	Dívida subordinada	Total		Total	
	£m	£m	£m	%	£m	%
Menos de um ano	136.901	2.144	139.045	50,0	172.234	55,0
1-5 anos	70.437	4.235	74.672	26,9	61.842	19,8
Mais de 5 anos	38.991	25.159	64.150	23,1	79.060	25,2
	246.329	31.538	277.867	100,0	313.136	100,0

Perfil de vencimento do financiamento no mercado por grosso



Perspectivas para 2010*

Embora tenha havido melhoramentos no estado da economia global no decorrer de 2009, as perspectivas para 2010 mantêm-se incertas. De acordo com a realização dos objectivos do plano estratégico, o Grupo está a centrar-se activamente no fecho do diferencial de financiamento de clientes, continuando a sair dos negócios Non-Core e focalizando-se na redução nos compromissos não autorizados e contingentes. Isto reduzirá a necessidade absoluta do financiamento no mercado por grosso com o Grupo a visar £150 mil milhões em 2013. Para além disso., o Grupo continuará a fazer progressos na transferência do seu financiamento grossista restante. O Grupo continuará a reduzir a dependência de programas apoiados pelo governo e será regido pelo estado dos mercados e economias em que opera. Estas estratégias garantirão que o Grupo seja mais resiliente a quaisquer perturbações ulteriores no mercado e fique mais bem colocado para tirar partido de condições de transacção favoráveis quando elas voltarem.

Ambiente regulamentar*

O grupo opera em múltiplas jurisdições em todo o mundo e está sujeita a diferentes regimes de regulamentares. O principal regulador do Grupo é a FSA do Reino Unido, com outras autoridades como o De Nederlandsche Bank e o Federal Reserve Bank dos EUA a desempenhar os papéis principais. O regime de liquidez aplicado pela FSA é o regime Sterling Stock. De acordo com a declaração de política PS09/16 da FSA, o Grupo estará sujeito a um novo regime de regulamentação de risco de liquidez no futuro. O Grupo tem estado a trabalhar em relação a este regime e cumprirá os requisitos quando eles entrarem em vigor.

Nos EUA, o Grupo é obrigado a satisfazer os requisitos de liquidez estabelecidos por todas as autoridades reguladoras relevantes, incluindo o Federal Reserve Bank, Office of the Comptroller of the Currency, Federal Deposit Insurance Corporation e Financial Industry Regulatory Authority. Na Holanda, o ABN AMRO está sujeito ao regime de regulação do De Nederlandsche Bank.

*Rácio de fuinancimanrto estável líquido**

O rácio de financiamento estável líquido mostrado a seguir é avaliado utilizando a medida proposta de Basileia. Esta medida procura mostrar a proporção dos activos a prazo estruturais que são financiados por financiamento estável, incluindo os depósitos de clientes, financiamento no mercado por grossos a longo prazo e capital. No decurso de 2009, a medida melhorou de 79% em 31 de Dezembro de 2008 para 90% em 31 de Dezembro de 2009. Com o tempo, isto será revisto conforme as propostas são desenvolvidas e normas da indústria implementadas.

		2009		**2008**	
		ASF (1)		ASF (1)	Ponderação
Passivos a prazo estruturais	£mm	£mm	£mm	£mm	%
Capital	80	80	62	62	100
Empréstimo grossista > 1 ano	144	144	149	149	100
Empréstimo grossista < 1 ano	249	–	343	–	–
Derivados	422	–	969	–	–
Repos	106	–	142	–	–
Depósitos de clientes	415	353	460	391	85
Outros (impostos diferidos, passivos de seguro, etc.)	106	–	94	–	–
Total do passivo e capital próprio	1522	577	2.219	602	
Activos a prazo estruturais					
Caixa	52	–	12	–	–
Empréstimo interbancário	49	–	71	–	–
Obrigações do Estado e das empresas	249	50	253	51	20
Derivados	438	–	991	–	–
Reverse repos	76	–	98	–	–
Adiantamentos < 1 ano	139	69	173	87	50
Adiantamentos > 1 ano	416	416	518	518	100
Outros (acréscimos de proveitos, custos antecipados, impostos diferidos)	103	103	103	103	100
	1.522	638	2.219	759	
Rácio de financiamento estável líquido		90%		79%	

Notas:

(1) ASF significa financiamento estável disponível.

Risco de mercado

Todas as divulgações nesta secção (páginas 161 a 166) são auditadas a não ser que seja indicado o contrário com um asterisco (*).

O risco de mercado resulta de variações nas taxas de juros, de câmbio, de crédito, de spread, cotações de acções e riscos relacionados com factores como a volatilidade dos mercados. O Grupo gere o risco de mercado centralmente nas carteiras de negociação e não negociação através de um quadro de gestão global de risco de mercado. O quadro inclui limites baseados, ma não limitado, no valor em risco (VaR), análise de cenário, análise de posição e sensibilidade.

Mensuração

Ao nível de Grupo, o apetite de risco é expresso na forma de combinação de limites do VaR, sensibilidade e cenário. O VaR é uma técnica que produz estimativas da potencial alteração negativa do valor de mercado de uma carteira ao longo de um horizonte de tempo especificado com certos níveis de confiança. Para efeitos da gestão interna do risco, o VaR do Grupo assume um horizonte de tempo de um dia de negociação e, em Junho 2009, o Grupo mudou o seu nível de confiança do VaR de 95% para 99%, pois considera que isto fornece uma maior clareza em relação aos resultados económicos mais severos possíveis. O modelo de VaR do Grupo é baseado num modelo de simulação histórica, utilizando dados dos resultados de negociação dos dois últimos anos.

O grupo continuou a actualizar e melhorar o seu quadro de gestão de risco de mercado durante 2009. Para além da mudança para o VaR baseado num nível de confiança de 99%, o Grupo melhorou e reforçou o seu quadro de limites de risco de mercado, aumentado a transparência do risco de mercado assumidos pelos negócios do Grupo tanto nas carteiras de negociação e não negociação.

O apetite de risco de mercado do Grupo é definido dentro deste quadro de limites que passa em cascata, através da entidade jurídica, divisão, unidades de negócios e, por fim, ao nível do operador os limites de risco do mercado.

A divulgação do VaR é repartida em negociação e não negociação, em que o VaR de negociação se relaciona com as principais actividades de negociação do Grupo e não negociação reflecte o VaR associado com activos reclassificados, negócios de mercado monetário e gestão de fluxo de fundos internos dentro dos negócios do Grupo.

Como parte da análise estratégica, a designação de activos entre divisões Core e Non-Core foi concluída durante 2009. Como a divisão Non-Core não estava estabelecida até `qa conclusão da análise estratégica no primeiro trimestre de 2009, a constituição do VaR médio, mínimo e máximo para Core e Non-Core foi elaborada numa base de melhor esforço, pois estas mensurações exigem dados diários.

O Grupo utiliza modelos de simulação históricos para calcular o VaR, mas não assume nada em relação à natureza ou tipo da distribuição de perdas subjacente para além daquilo implícito pela história.. A metodologia utiliza os 500 dias de negociação anteriores de dados de mercado e calcula tanto o risco de mercado geral (o risco devido ao movimento das referências gerais do mercado) como o risco de mercado idiossincrático (o risco devido a movimentos no valor dos títulos por referência a emitentes específicos). O VaR do grupo deve ser interpretado à luz das limitações da metodologia como se segue:

- A simulação histórica do VaR pode não fornecer a melhor estimativa dos futuros movimentos do mercado. Apenas pode fornecer uma previsão do futuro baseado em eventos que ocorreram na série do horizonte temporal. Por conseguinte, os eventos que são mais severos do que aqueles que estão nas séries de dados históricos não podem ser previsíveis.

- O VaR que utiliza um nível de confiança de 99% não reflecte a extensão das potenciais perdas para além desse percentil.

- O VaR que utiliza o horizonte temporal de um dia não captura as implicações de lucros e perdas das posições que não podem ser liquidadas ou cobertas num dia; e

- O Grupo calcula o VaR as carteiras de negociação no fecho do negócio. As posições podem mudar substancialmente durante o decorrer do dia de negociação e serão incorridas lucros e perdas intradiárias.

Foi desenvolvido um quadro "Riscos não em VaR" para lidar com os riscos de mercado não adequadamente capturados pela metodologia standard de mercado VaR. Quando os riscos não estão incluídos no modelo, estão em vigor vários controlos não VaR (por exemplo, monitorização da posição, limites de sensibilidade, triggers ou limites de stresse).

Estes limites significam que o Grupo não pode garantir que as perdas não excedem o VaR

Carteiras negociadas

A principal ênfase das actividades de negociação do Grupo é a facilitação de clientes. O Grupo também realiza actividades dentro da divisão Core da banca grossista, baseadas em clientes em mercados escolhidos, incluindo:

- Criação de mercado – fazer cotação de preços firme de proposta (compra) e oferta (venda) com a intenção de aproveitar a margem entre as cotações.

- Arbitragem – realizar posições de compensação em mercados diferentes, mas relacionados, de modo a aproveitar-se das imperfeições de mercado.

- Actividade de carteira própria – tomar posições em instrumentos financeiros como principal de modo a aproveitar condições de mercado antecipadas.

Os instrumentos financeiros detidos nas carteiras de negociação do Grupo incluem, de forma não exaustiva: títulos de dívida, empréstimos, depósitos, acções, acordos de venda e recompra de títulos e instrumentos financeiros derivados (futuros, forwards, swaps e opções).

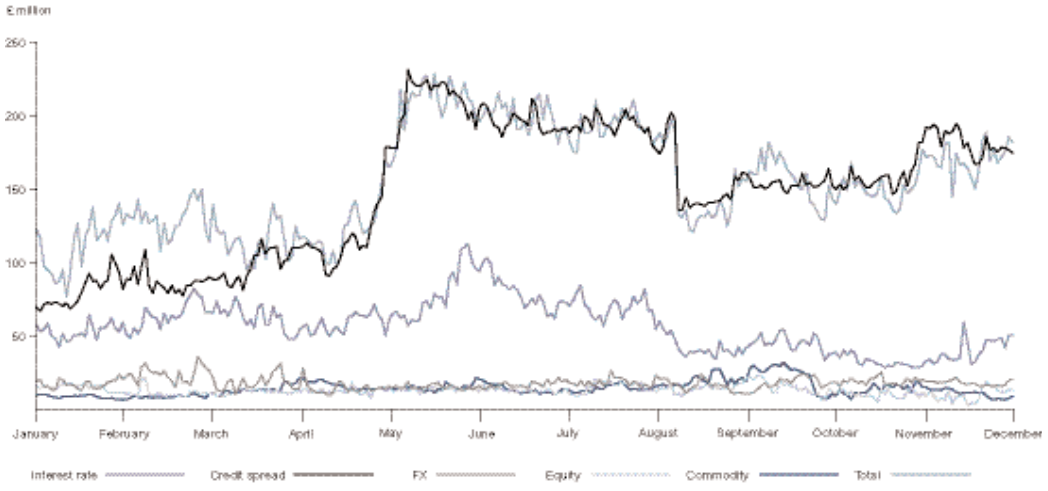
O Grupo participa mercados de derivados negociados na bolsa e fora da bolsa (OTC). O Grupo compra e vende instrumentos financeiros que são negociados ou compensados numa bolsa, incluindo swaps de taxas de juros, futuros e opções. Os possuidores de instrumentos negociados em bolsa proporcionam uma margem diária com caixa ou outra garantia na bolsa, com que os possuidores procuram a derradeira liquidação.

O Grupo também compra e venda instrumentos financeiros que são negociados OTC, em vez de o serem numa bolsa reconhecida. Estas gamas de instrumentos de transacções mais próximas das de mercadorias (commoditised) em mercados derivados a negócios entre termos específicos são dimensionadas à medida dos requisitos dos clientes do Grupo. Em muitos casos, é utilizada a documentação normalizada do sector, mais comummente na forma de um acordo-quadro de compensação, com confirmações de transacções individuais.

Os activos e passivos na carteira de negociação são mensuradas pelo seu justo valor. O justo valor é o montante a que o instrumento pode ser trocado numa transacção corrente entre partes conhecedoras e interessadas. Os justos valores são determinados seguindo a orientação da IAS39, que exige que os bancos usem preços de mercados cotados ou técnicas de avaliação (modelos) que fazem o máximo uso dos dados observáveis. Quando se fazia o mark-to-market usando um modelo, as metodologias de avaliação são revistas e aprovadas quer pela função de risco de mercado. O Risco de Grupo proporciona uma avaliação independente do modelo para transacções considerado pela Comissão de Revisão do Produto de Modelo do Grupo (GMPRC) como sendo grande, complexo e/ou inovador. Quaisquer lucros ou perdas na reavaliação de posições são reconhecidas nos lucros e perdas diários.

O VaR para as carteiras de negociação de 2009 do Grupo desagregadas por tipo de exposição ao risco de mercado é apresentado a seguir.

Gráfico diário do VaR*



Notas:

(1) O VaR do risco de mercado negociado exclui as tranches super sénior dos asset backed CDO e exposições de sociedades de produtos derivados de crédito (CDPC).

Pontos principais

- A utilização do VaR total médio aumentou em 2009 em comparação com 2008 largamente em resultado de uma volatilidade de mercado crescente desde que a crise de crédito começou em Agosto 2007, estando mais totalmente incorporada na série de tempo de dois anos utilizada pelo modelo VaR. A volatilidade teve um impacto assinalável sobre o VaR do spread de crédito. Este aumento foi parcialmente compensado por uma redução da exposição da carteira de negociação durante o período, devido a uma redução da dimensão do inventário detido no balanço como resultado de vendas, reclassificação de activos para a carteira de não negociação e abatimentos.

- O spread de crédito VaR aumentou significativamente durante Maio 2009 devido à compra de protecção adicional contra o risco de incumprimento de contraparte em exposições a CDPC. Como isto risco de contraparte não está, ele próprio, no VaR, estas coberturas têm o efeito de aumentar o VaR relatado.

- O spread de crédtio VaR diminui significativamente no fim de Agosto 2009, devido às posições relativamente de CDPC que estão a ser capitalizados nos termos da abordagem do Pilar II e, deste modo, excluídos da mensuração VaR a partir dessa data.

- A exposição de carteira de negociação de Gestão de Exposição de Contraparte (CEM) e a exposição de Core sem CEM foram divulgadas em separada. A CEM gere o risco de crédito decontraparte de derivados OTC na GBM ao controlar activamente as concentrações de risco e reduzindo as exposições de risco não desejadas. As transacções de cobertura que a CEM celebra são registadas na carteira de negociação e, por conseguinte, contribuem para a exposição de risco de mercado VaR do Grupo.

As exposições de contraparte em si não são capturadas pelo VaR para o capital regulamentar. No interesse da transparência a exposição da carteira de negociação CEM é divulgada em separado.

- A utilização do VaR de não negociação médio total foi superior em 2009 em £207 milhões, em comparação com £15 milhões em 2008. Isto deve-se principalmente aos activos de agora dissolvido *conduit* de arbitragem de titularização do Grupo, que transferido do ABN AMRO para o RBS foi incluído na mensuração do VaR do Grupo desde Janeiro 2009 e aumentou a volatilidade do mercado ao ser incorporado na série temporal de dois anos como previamente observado. Sem estes factores forem ambos excluídos, o VaR não negociação diminuiria para reflector as medidas tomadas durante o decorrer do ano para reduzir dinamicamente a sensibilidade de risco subjacente.

	2009 (99%il)				2008 (99%il)			
	Média	Final de período	Máximo	Mínimo	Média	Final de período	Máximo	Mínimo
Resumo VaR negociação (2008 e 2009)	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Taxa de juro	57,0	50,5	112,8	28,1	38,7	54,4	94,0	18,2
Sprea de crédito	148,3	174,8	231,2	66,9	71,5	61,5	130,8	51,7
Moeda	17,9	20,7	35,8	9,2	7,6	17,0	18,0	3,5
Capital	13,0	13,1	23,2	2,7	22,4	18,3	42,6	11,0
Matérias-primas	14,3	8,9	32,1	6,5	9,9	10,0	25,8	0,2
Diversificação	–	(86,1)	–	–	–	(52,4)	–	–
	155,2	181,9	229,0	76,8	82,3	108,8	155,7	49,3
Core	101,5	127,3	137,8	54,8				
CEM	29,7	38,6	41,3	11,5				
Core excluindo CEM	86,7	97,4	128,5	54,9				
Non-Core	86,3	84,8	162,1	29,3				

	2007 (ecalada para 99%il)				2007 (95%il)			
	Média	Final de período	Máximo	Mínimo	Média	Final de período	Máximo	Mínimo
VaR negociação (2007)	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Taxa de juro	17,7	21,2	30,9	10,8	12,5	15,0	21,8	7,6
Sprea de crédito	26,6	59,3	63,9	17,8	18,8	41,9	45,2	12,6
Moeda	3,7	4,2	9,8	1,6	2,6	3,0	6,9	1,1
Capital	7,6	19,8	31,1	2,0	5,4	14,0	22,0	1,4
Matérias-primas	0,3	0,7	2,2	–	0,2	0,5	1,6	–
Diversificação	–	(40,6)	–	–	–	(28,7)	–	–
	30,6	64,6	70,8	18,7	21,6	45,7	50,1	13,2

	2009 (99%il)				2008 (99%il)			
	Média	Final de período	Máximo	Mínimo	Média	Final de período	Máximo	Mínimo
VaR não negociação (2008 e 2009)	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Taxa de juro	15,5	16,5	26,1	9,5	10,6	24,4	32,9	5,2
Sprea de crédito	211,2	213,3	270,3	65,4	10,5	65,2	65,2	5,5
Moeda	1,4	0,6	7,0	0,2	0,6	2,2	5,7	0,1
Capital	3,6	2,3	7,2	1,7	3,4	7,0	8,0	0,8
Diversificação	–	(26,0)	–	–	–	(22,7)	–	–
	207,1	206,7	274,9	76,1	14,8	76,1	76,1	7,7
Core	105,1	129,4	142,7	55,0				
Non-Core	112,6	87,6	145,3	20,2				

	2007 (ecalada para 99%il)				2007 (95%il)			
	Média	Final de período	Máximo	Mínimo	Média	Final de período	Máximo	Mínimo
VaR não negociação (2007)	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Taxa de juro	4,5	5,9	6,9	1,8	3,2	4,1	4,9	1,3
Spread de crédito	2,5	6,3	7,3	0,5	1,8	4,5	5,1	0,4
Moeda	0,2	0,9	1,8	–	0,2	0,6	1,2	–
Capital	0,1	0,9	1,1	–	0,1	0,6	0,8	–
Diversificação	–	(6,1)	–	–	–	(4,3)	–	–
	5,2	7,9	9,1	1,9	3,7	5,5	6,4	1,3

Os dados de 2008 e 2009 sobre o VaR negociação nos quadros da página anterior excluem exposições a tranches super sénior de CDO *asset-backed*, o VaR não produz uma mensuração apropriada do risco para estas exposições devido à iliquidez e opacidade da formação de preços destes instrumentos durante um período prolongado. Para estas exposições, a perda potencial máxima é igual à exposição líquida agregada, que foi de £910 milhões em 31 de Dezembro de 2009.

Os dados de 2009 nos quadros da página anterior também excluem as exposições relativas aos CDPC a partir do final de Agosto 2009, quando eles foram excluídos do VaR e foram capitalizados segundo a abordagem do Pilar II.

RBS Sempra Commodities LLP, a *joint venture* de comercialização de matérias-primas entre o RBS e a Sempra Energy, foi constituída em 1 de Abril de 2008, e os seus riscos de negociação foram incluídos no VaR divulgados a partir desta data. Sempra foi designada como Non-Core nos dados de 2009.

O VaR negociação e não negociação para 2007 é mostrada com base no que foi anteriormente divulgado a um nível de confiança de 95% e utilizando um factor de escala normalizado convertido para um nível de confiança de 99%.

O VaR não negociação nos quadros na página previamente não inclui o risco de taxa de juros estrutural que é abaixo coberta.

Back-testing, teste de stresse e análise de sensibilidade

O Grupo realiza um programa de back-testing diário, que comparam o lucro ou perda efectivo realizado na actividade de negociação com a estimativa do VaR. Os resultados deste processo de back-testing são um dos métodos através dos quais o Grupo monitoriza a adequação contínua do seu modelo de VaR.

O Grupo realiza vários testes de stresse diários para identificar potenciais perdas em excesso do VaR. O teste de stresse é utilizado para calcular uma gama de exposições da carteira de negociação que resultam de acontecimentos de mercado excepcionais, mas plausíveis. O teste de stresse mensura o impacto de variações anormais nas taxas de mercado e preços no justo valor das carteiras de negociação do Grupo. O Grupo calcula os testes de stresse históricos e testes de stress hipotéticos.

Os testes de stresse históricos calculam a perda que seria gerada se os movimentos de mercado que ocorreram durante um acontecimento de mercado histórico se repetissem. Os testes de stresse hipotéticos calculam a perda que se geraria se ocorresse um conjunto específico de movimentos de mercado adversos.

Os testes de stresse também são realizados ao nível da principal estratégia de negociação, para as estratégias em que os riscos de mercado associados não são devidamente capturados pelo VaR. As exposições dos testes de stresse são discutidas com a gestão de topo e reportadas à GRC, ERF e Conselho de Administração. As infracções aos limites dos testes de stresse de risco de mercado do Grupo são monitorizadas e relatadas.

Para além do VaR e testes de stresse, o Grupo efectua uma grande variedade de medições da sensibilidade e medidas do risco de posição, por exemplo escalas de taxas de juro ou matrizes de reavaliação de opções. Estas mensurações proporcionam valiosos controlos adicionais, muitas vezes ao nível do balcão individual ou de estratégia.

Governo de validação de modelo

Os modelos de fixação de preços são desenvolvidos e detidos pelo *front office*. Quando os modelos de fixação de preço são utilizados como base das avaliações de carteiras e registos, eles são todos sujeitos a uma revisão e aprovação independentes. Os modelos são avaliados pelo GMPRC como tendo um risco de modelo imaterial ou material (incerteza de avaliação resultante da escolhas dos pressupostos do modelo), sendo a avaliação feita com base em opinião de peritos.

Aos modelos avaliados pelo GMPRC como tendo um risco de modelo material é-lhe dada prioridade para uma revisão independente quantitativa. Uma análise independente e quantitativa visa quantificar o risco de modelo (i.e. o impacto de falhar factores de risco no modelo do *front office* ou a possibilidade de que podemos estar a identificar erradamente estes produtos em relação a outros participantes do mercado que pode utilizar um modelo alternativo) ao comparar os resultados do modelo com outros modelos alternativos independentemente desenvolvidos. Os resultados da revisão independente quantitativa são utilizados pelo risco de mercado para informar os limites de risco e pelo departamento financeiro para informar a reservas. O governo do processo é fornecido pelo GMPRC, um fórum que reúne analistas quantitativos do *front office*, risco de mercado, departamento financeiro e QuaRC (Centro de Pesquisa Quantitativa, a função de revisão quantitativa independente de modelos do Risco do Grupo). Os modelos de risco (risco de mercado, risco de incumprimento incremental, risco de crédito de contraparte) são desenvolvidos tanto em unidades de negócio como nas funções de Grupo. Os modelos de risco também

são sujeitos a uma revisão e aprovação independentes. São realizadas reuniões com a FSA todos os trimestres para discutir o risco de mercado negociado, incluindo alterações de modelos, gestão, resultados de backtestings, outros risco não incluídos nos quadro do VaR e outros modelos de estatísticas de desempenho.

Controlo de risco

Todas as divisões que estão sujeitas ao risco de mercado no decurso da sua actividade são obrigadas a cumprir os requisitos das Normas de Políticas de Risco de Mercado (MRPS) do Grupo. As principais ferramentas de gestão dos riscos são autoridades delegadas, limites especificamente rígidos e elementos que desencadeiam a discussão, avaliação independente de modelos, um sistema de risco sólido e eficiente e informação de gestão atempada e precisa.

Os limites fazem parte das autoridades de negociação e constituem uma das pedras angulares da estrutura de gestão dos riscos de mercado. Após a notificação da violação de um limite, o organismo apropriado deve tomar uma das seguintes medidas:

- Dar instruções para reduzir as posições de modo a repor o Grupo dentro dos limites acordados;

- Estabelecer um aumento temporário do limite, para prosseguir uma estratégia de curto-prazo acordada; e

- Pode ser concedido um aumento permanente do limite se consistente com a estratégia e suportado pelo negócio e Gestão de Risco.

Carteiras não negociadas

Os riscos em carteiras não negociadas emergem principalmente nos activos e passivos da banca de retalho e comercial e de investimentos financeiros designados como disponíveis para venda e detidos até ao vencimento.

A Tesouraria do Grupo é responsável por estabelecer e monitorizar a adequação e eficácia da gestão, utilizado uma estrutura que identifica, mensura, monitoriza e controla o risco subjacente. A GALCO aprova o apetite de risco de mercado não negociado do Grupo, expresso em limites estatísticos e não estatísticos, que são delegados aos negócios responsáveis.

Vários reguladores bancários revêem o risco de mercado não negociado como parte da sua supervisão reguladora. Como regulador interno, a FSA tem a responsabilidade por rever o risco de mercado não negociado ao nível consolidado do Grupo.

O Grupo está exposto aos seguintes riscos não negociado:

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) representa as exposições aos instrumentos cujos valores variam com o nível ou volatilidade das taxas de juros. Estes instrumentos incluem, de forma não exaustiva, empréstimos, títulos de dívida, participações sociais, depósitos, certificados de depósitos e outros títulos de dívidas emitidos, capital de empréstimo e derivados. Os instrumentos de cobertura utilizados para mitigar estes riscos incluem derivados relacionados como opções, futuros, *forwards* e *swaps*. O risco de taxa de juro resulta das actividades de não negociação do Grupo em quatro formas principais:

- Risco de revisão de preço – emerge das diferenças nos termos de revisão de preços dos activos e passivos do Grupo;

- Opcionalidade – emerge quando um cliente tem uma opção para sair antecipadamente de um negócio;

- Risco de base – emerge, por exemplo onde os passivos, o juro sobre o qual está ligado à LIBOR é utilizada para financiar os activos remunerados ligados com a taxa base; e

- Risco da curva de rendimento – emerge como resultado de variações não paralelas na curva de rendimento.

É política do Grupo minimizar a sensibilidade às variações nas taxas de juro nos seus negócios de retalho e comercial e, onde o risco da taxa de juros é retido, para garantir que os recursos, medidas e limites apropriados são aplicados.

O risco da taxa de juro de não negociação é calculado em cada actividade com base na determinação do comportamento de revisão dos preços de cada produtos de activo, passivo e extrapatrimonial. Para

muitos produtos de retalho e comerciais, as características efectivas de revisão das taxas de juro diferem da revisão de preços contratual. Na maioria dos casos, o prazo da revisão de preços é determinada pela taxa de juro de mercado que melhor se enquadre no comportamento histórico da taxa de juro de um produto. Para as contas-correntes não remuneradas, o prazo de revisão dos preços é determinado pela estabilidade da carteira. Os prazos de revisão dos preços utilizados são aprovados pelo menos anualmente pela Tesouraria do Grupo e pelas comissões de activo e passivo das divisões. As principais convenções são anualmente revistas pela GALCO.

As exposições de taxa de juro de não negociação são controladas limitando as discrepâncias da revisão dos preços nos balanços individuais dos negócios. As potenciais exposições aos movimentos das taxas de juros a médio e a longo prazo são medidas e controladas utilizando uma versão da mesma metodologia VaR que é utilizada para as carteiras de negociação do Grupo. As exposições aos proveitos diferidos líquidos são mensuradas e controladas em termos de sensibilidade ao longo do tempo aos movimentos ocorridos nas taxas de juro.

O risco é gerido dentro dos limites do VaR, aprovados pela GALCO, através da execução do caixa e instrumentos derivados (ver Nota 13 nas contas, na página 294). A execução da cobertura está a cargo da respectiva divisão através das funções de tesouraria do Grupo. A posição de risco residual é reportada às comissões de activo e passivo das divisões, à GALCO e ao Conselho de Administração.

O risco cambial na carteira bancária (FXRBB) represents exposures to changes in the values of current holdings and future cash flows denominated in other currencies. Os instrumentos de cobertura utilizados para mitigar estes riscos incluem opções em divisas, *swaps* de divisas, futuros, *forwards* e depósitos. O risco cambial resulta dos investimentos do Grupo em subsidiárias, associadas e sucursais no estrangeiro em três formas principais:

- Exposições estruturais às divisas que emergem do investimento líquido em subsidiárias, associadas e sucursais no estrangeiro;

- Exposições transaccionais/comerciais a divisas que emergem de discrepâncias no balanço das divisas; e

- Fluxos de lucros de divisas;

O risco accionista na carteira de negociação (ERBB) é definido como uma potencial variação nos proveitos e reservas não negociação do Grupo emergentes de alterações nos preços/proveitos das acções. O risco pode cristalizar durante no decorrer das normais actividades de negócio ou em condições de mercado difíceis. As posições em acções na carteira bancária do Grupo são retidos para atingir objectivos estratégicos, apoiar transacções de capital de risco ou em relação aos acordos de reestruturação.

A decisão comercial para investir em participações sociais, incluindo reestruturações do cliente, é tomada por pessoas autorizadas com autoridade delegada nos termos do quadro de aprovação de crédito do Grupo. Os investimentos de natureza estratégica são enviados para a Comissão de Aquisições e Alienações do Grupo (ADCo), Comissão Executiva do Grupo (ExCo) e, quando apropriado, o Conselho de Administração; aquelas que envolvem a compra ou venda pelo Grupo ou empresas subsidiárias também exigem a aprovação do Conselho de Administração, após consideração pelo ExCo e ADCo.

Risco de taxa de juro estrutural

O VaR da taxa de juro não negociação para as actividades bancárias de retalho e comercial do Grupo a um nível de confiança de 99% foi de £101,3 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £76,7 milhões). Durante 2009, o VaR máximo foi de £123,2 milhões (2008 - £197,4 milhões), o mínimo foi de £53,3 milhões (2008 - £76,7 milhões) e a média foi £85,5 milhões (2008 - £130,0 milhões).

Uma repartição do VaR de não negociação do Grupo (incluindo interesses minoritários RFS Holdings) po divisa é mostrado aqui:

	2009 £m	2008 £m
EUR	32,2	30,9
GBP	111,2	26,0
EUR	42,1	57,9
Outro	9,0	14,0

No final do ano, o VaR da GBP foi aumentado pelo impacto da emissão de acções B.

Valor Económico do Capital Próprio (EVE) do Citizens*

Em geral, o Citizens é o principal contribuidor para o VaR da taxa de juros de não negociação global. O Citizen pretende, através da sua gestão de risco de mercado em carteiras de não negociação, para mitigar o efeito de movimentos de juros prospectivos que poderiam reduzir a margem financeira futura, enquanto equilibra o custo dessas actividades de cobertura no fluxo de proveitos líquidos corrente. Para isso utiliza uma variedade de mensurações de simulações de proveitos e avaliação de risco que capturam mais eficazmente do que uma metodologia com base em VaR o risco para os ganhos devido a pagamento antecipado das hipotecas e comportamento competitivo de preços de depósitos. O IRRBB é gerido quando os limites aprovados do risco de taxa de juros, liquidez e capitalização, com um objectivo de optimização do rendimento.

Para além da sensibilidade à margem financeira, o Citizens também mede a sensibilidade do valor da margem financeira às variações nas taxas de juros numa base mensal. Esta medida chama-se sensibilidade EVE. O quadro abaixo detalha esta sensibilidade no final de 2008 e os valores máximos e mínimos de fim de mês.

	Aumento/(diminuição) percentual em CFG EVE (1)	
	Movimento ascendente paralelo 2% nas taxas de juros EUA	Movimento descendente paralelo 2% nas taxas de juros EUA (2)
Final de período	(4,3)	(23,4)
Máximo	(4,3)	(24,6)
Mínimo	4,6	(18,4)
Média	(0,8)	(22,2)

Notas:

(1) O valor económico do capital próprio é o valor presente líquido (NPV) dos activos e passivos calculados pelo desconto esperado dos fluxos de caixa de cada instrumento durante a sua vida esperada. O risco para o EVE é quantificado pelo cálculo do impacto das variações da taxa de juros no valor presente líquido do capital próprio e é expresso como uma percentagem do capital regulamentar do CFG.
(2) Não são permitidas taxas negativas.

Sensibilidade da margem financeira*

Não houve variações materiais à mensuração, e à filosofia de gestão, do Grupo em relação à sensibilidade da margem financeira aos movimentos nas taxas de juros. O Grupo visa ser relativamente neutro às mudanças de direcção nas taxas de juros. Ele procura mitigar o efeito de movimentos de juros prospectivos que poderiam reduzir a margem financeira futura, enquanto equilibra o custo dessas actividades de cobertura no fluxo de proveitos líquidos corrente.

O quadro abaixo mostra a sensibilidade da margem financeira futura, nos próximos doze meses, a uma subida/queda imediata a 1% de variação em todas as taxas de juros.

	2009 £m	2008 £m
+ 100bp variação nas curvas de yield	510	139
- 100bp variação nas curvas de yield	(687)	(234)

O caso base de margem financeira projectada é baseado no balanço actual do Grupo, tendências das taxas futuras implcítias nas curvas de yield em 31 de Dezembro de 2009 e utilizando as datas de revisão de preços contratual. Quando as datas de revisão de preços contratual não são detidas, é utilizada uma estimativa do momento provável e extensão de qualquer variação de taxa. A projecção também inclui os efeitos esperados das opções comportamentais como o pagamento antecipado das hipotecas residenciais.

As sensibilidades acima mostra como esta margem financeira projectada se alteraria em resposta a uma mudança paralela imediata em todas as taxas de mercado.

Os cenários utilizados são simplificadas pois assumem todas as taxas de juros para todas as divisas e vencimentos se movem ao mesmo tempo e pelo mesmo montante e, por isso, não reflecte o potencial efeito na margem financeira de algumas variações de taxas, enquanto outras se mantêm iguais. Os cenários também não incorporam as acções que seriam tomadas pelas unidades de negócio que mitigam o efeito de risco de taxa de juro.

A posição sensível dos activos do Grupo aumentou em 2009. Os principais contribuidores para a mudança são a modelação melhorada de *floors* de depósitos incorporados, gestão activa da posição para beneficiar do impacto de um regime de política monetária mais rigoroso nos EUA pelo Citizens Financial

Group e o impacto de cobertura não total da exposição da taxa de juros relacionada com os proveitos de capital do APS que foram recebidos em final de Dezembro.

As projecções não tomem em conta o efeito na margem financeira das diferenças antecipadas nas variações entre taxas de juro e taxas de juros ligadas a outras bases (tal como taxas de bancos centrais ou taxas de produtos para as quais a entidade tem discrição sobre o momento e extensão das variações de taxa). As projecções assumem outros pressupostos simplificados, incluindo que todas as posições vão para o vencimento e não há taxas de juros negativas.

Risco de divisa

O Grupo não mantém posições cambiais abertas de não negociação relevantes que não sejam as exposições estruturais à conversão cambial decorrentes dos seus investimentos nas subsidiárias estrangeiras e nas empresas associadas e os seus fundos cambiais relacionados. A política do Grupo em relação às posições estruturais é equiparar a exposição estrutural em moeda estrangeira decorrente do valor líquido activo, incluindo o goodwill, nas subsidiárias estrangeiras, os investimentos contabilizados por equivalência e sucursais, excepto quando isso aumente de forma relevante a sensibilidade dos rácios de capital regulamentares do Grupo ou da subsidiária aos movimentos cambiais. A política requer que as posições cambiais estruturais sejam regulamente revistas pela Comissão de Activos e Passivos do Grupo.

As diferenças cambiais resultantes da conversão das operações estrangeiras são directamente reconhecidas no capital próprio, juntamente com a parte efectiva das diferenças cambiais decorrentes dos instrumentos de cobertura.

A classificação das emissões de acções preferenciais denominadas em moeda estrangeira no capital próprio exige que essas acções sejam mantidas no balanço pelo valor histórico. Consequentemente, essas emissões de acções produzem o efeito de aumentar a posição estrutural em divisas do Grupo.

Os quadros abaixo indicam as exposições estruturais do Grupo em divisas:

	Activos líquidos em operações estrangeiras	Interesses minoritários	Investimentos líquidos em operações estrangeiras	Coberturas de investimento líquidas	Exposições estruturais em divisas
2009	£m	£m	£m	£m	£m
Dólar EUA	15.589	(2)	15591	(3.846)	11745
Euro	21900	13.938	7.962	(2.351)	5.611
Outras não libras esterlinas	5.706	511	5.195	(4.001)	1194
	43.195	14.447	28.748	(10.198)	18550
2.008					
Dólar EUA	17.480	(19)	17499	(3.659)	13840
Euro	26943	15.431	11.512	(7.461)	4051
Renminbi chinês	3.928	1.898	2.030	(1.082)	948
Outras não libras esterlinas	5.088	621	4.467	(3.096)	1371
	53.439	17.931	35.508	(15.298)	20210
2.007					
Dólar EUA	14.819	303	14.516	(2.541)	11975
Euro	46629	28.647	17.982	(8.818)	9164
Renminbi chinês	2.600	–	2600	(1.939)	661
Real brasileiro	3.755	3.755	–	–	–
Outras não libras esterlinas	3.905	519	3.386	(1.219)	2167
	71.708	33.224	38.484	(14.517)	23967

Pontos principais

- A reconversão de ganhos e perdas nos investimentos líquidos do Grupo em operações juntamente com as dos instrumentos que cobrem estes instrumentos são reconhecidas directamente em capital próprio.

- A variação em taxas de câmbio afectará o capital próprio na proporção da exposição estrutural a divisas. Um reforço de 5% em divisas resultaria num ganho de £980 milhões (2008 – £1.010 milhões) reconhecido em capital próprio, enquanto um enfraquecimento de 5% resultaria numa perda de £880 milhões (2008 - £960 milhões) reconhecidos em capital próprio.

- Estes movimentos em capital próprio compensariam os efeitos de reconversão nos activos ponderados pelo risco do Grupo denominados em divisa, reduzindo a sensibilidade do rácio de capital de Tier do Grupo a movimento em taxas de câmbio.

Risco accionista

As posições das acções são medidas ao justo valor. O justo valor é baseado em preços de mercado disponíveis sempre que possível. No caso de não estarem disponíveis preços de mercado, o justo valor é baseado em técnicas de avaliação apropriadas ou estimativas da gestão.

Os tipos, natureza e montantes de exposições negociadas em bolsa, exposições de *private equity* e outras exposições variam significativamente. Tais exposições podem assumir a forma de acções de participação cotadas e não cotadas, fundos de investimentos indexados a acções, investimentos em *private equity* e capital de risco, acções preferenciais classificadas como capital próprio e Federal Home Loan Stock.

O quadro abixo mostra a carteira bancária de exposição a acções do Grupo em 31 de Dezembro de 2009.

	Cotada	Não Cotada	Total
Exposições accionistas (1)	£m	£m	£m
Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	401	2.388	2.789
Interesses minoritários RFS Holdings	60	211	271
Grupo	461	2.599	3.060

Notas:

(1) Exclui exposição a acções detidas para negociação e por entidades de seguros/garantia.

Controlo de risco*

O principal mecanismo de controlo de risco para exposições a riscos de mercados não negociados é a realização dos relatórios mensais ou trimestrais IRRBB e trimestrais FXRBB pela unidades de negócio do Grupo, recolhidas como parte de relato final de mês pelo Tesouraria do Grupo à GALCO.

As funções de controlo financeiro são obrigadas a confirmar com a Tesouraria do Grupo que os relatórios capturam materialmente todas as rubricas do balanço e, assim, reconciliam os sistemas de fontes esseciais.

Os relatórios mensais ou trimestrais das unidades de negócios dos Grupos, recolhidas como parte de um relato regular da Tesouratia do Grupo para o GALCO são utilizados para construir uma posição VaR IRRBB do Grupo e garantir que os negócios cumprem os limites materialmente numa base pré e pós-cobertura para taxas de juros, conforme estipulado pela Tesouraria do Grupo. Para FXRBB, a política do Grupo estabelece que qualquer exposição a divisas é gerida em limites “de minimus”. A Tesouraria do Grupo monitoriza a adesão a esta política através de uma relatório trimestral.

Tanto a informação IRRBB como FXRBB está incluída nas informações regulamentares e legais.

O Risco de Mercado do Grupo exerce uma supervisão e governação independente das exposições de taxas de juros e de câmbio geridas na Tesouraria do Grupo ao conceder limites de riscos de mercado para além de autorizar a Tesouraria do Grupo a negociar instrumentos específicos com a finalidade de gerir as exposições de taxas de juro e de câmbio de não negociação do Grupo. Todas as metodologias de risco de mercado que se relacionam a limites especificados sob esta autoridade delegada são aplicadas sob a direcção do Risco de Mercado do Grupo.

Risco de seguro*

As divulgações nesta secção não são auditadas a não ser que seja indicado o contrário com um asterisco (*). O Grupo está exposto ao risco de seguro directamente através das suas actividades de seguros gerais e de vida.

O risco de seguro resulta de flutuações em oportunidade, frequência e/ou gravidade de eventos seguros, relativamente às expectativas no momento da subscrição da apólice O risco de seguro é gerido de quatro formas distintas:

- Gestão de risco de subscrição e preço: é gerido através do uso de orientações de subscrição que pormenorizam a classe, natureza e tipo de negócios que podem ser aceitada, políticas de preço por linha de produto e marca e controlo centralizado do fraseado e quaisquer alterações subsequentes;

- Gestão do risco de reclamações: é processado através do uso de controlos automatizados e processos manuais;

- Gestão do risco de reserva: é o risco de as reservas técnicas estarem incorrectamente avaliadas de tal forma que possam ter sido retido fundos insuficientes para processar e pagar sinistros à medida que elas vencerem, tanto em relação aos sinistros que já ocorreram como aos que ocorrerão em período futuros do seguro. O risco de reserva é gerido através de uma análise histórica detalhada e dados de sinistros do sector e procedimentos de controlo robustos em redor de modelos de reservas; e

- Gestão do risco de resseguro: é utilizado para proteger contras experiências de reclamações negativas em negócios que excedem o apetite pelo risco interno. O Grupo utiliza vários tipos de resseguros para transferir o risco que está fora do apetite de risco do Grupo, incluindo excesso de perda de resseguro de riscos individuais, excesso de perda de resseguro por catástrofe e quota-parte de resseguro).

Em termos globais, o risco de seguro é previsível ao longo do tempo, tendo em conta os grandes volumes de dados. No entanto, há incerteza, especialmente em torno das previsões, por exemplo, das variações climatéricas. O risco é minimizado através da aplicação de políticas de risco documentadas, associadas a estruturas de governação. e a compra de resseguros.

Actividade de seguros de ramos reais

RBS Insurance subrecreve seguros de retalho e PME com um enfoque em volumes elevados e produtos relativamente sérios. Os principais riscos de seguros são os seguintes:

- Contratos de seguro automóvel (particulares e comercial): a experiência com sinistros varia devido as vários factores, que incluem a idade, o sexo e experiência de condução, assim como o tipo de veiculo e o local.

- Contratos de seguro de imóveis (residenciais e comerciais): a maioria das causas para sinistros em seguro de imóveis é motivada pelas condições atmosféricas (inundações, tempestades), furto, incêndio, subsidência e vários tipos de danos acidentais.

- Outros contratos de seguros comerciais: os riscos resultam da interrupção da actividade e de prejuízos decorrentes de negligência do segurado (seguro de responsabilidade civil).

A maioria dos contratos de seguros de ramos reais são assinados numa base anual, o que significa que a responsabilidade do Grupo se prolonga por um período de doze meses, após o que o Grupo tem o direito de recusar a renovação da apólice ou impor condições de renovação por alteração do prémio, termos e condições.

Uma análise das reclamações de seguros brutas e líquidas podem ser encontradas nas demonstrações financeiras (ver página 310).

Actividade de seguros de ramo vida

A três companhias de seguros de vida reguladas do grupo, National Westminster Life Assurance Limited, Royal Scottish Assurance plc e Direct Line Life Insurance Company Limited subscrevem produtos de seguro de vida no mercado de seguros de retalho do Reino Unido. Os principais riscos de seguros são os seguintes:

- Contratos de seguros temporários: a experiência de sinistros com mortalidade varia devido a uma grande gama de factores, incluindo idade, sexo e condição de ser ou não fumador. Os factores principais

que aumentam o nível de sinistros são as doenças pandémicas e alterações adversas dos estilos de vida; e

- Contratos de seguros de doença críticas: a experiência de sinistros com morbidade varia devido a uma grande gama de factores, incluindo idade, sexo e condição de ser ou não fumador. Os factores principais que podem aumentar o nível de sinistros são alterações adversas ao estilo de vida e melhorias nos métodos de diagnóstico médico.

Estes contratos de longo prazo com negócios de longo prazo são calculados de acordo coma norma de contabilidade do Reino Unido FRS 27 "Seguros de Vida".

As estimativas (pressupostos) que incluem mortalidade, morbidade, persistência e níveis de despesas futuros são realizados calculando reservas. O Grupo utiliza tabelas normalizadas de mortalidade e morbidade apropriadas para o tipo de contrato subscrito. Estes são ajustados conforme apropriado para reflectir uma experiência histórica e expectativas futuras. As taxas de mortalidade de amostra, expressas como mortes por milhões por ano, para produtos de seguros temporários (idade 40) são:

Mortalidade (por milhão)	2009 por ano	2008 por ano
Homem não fumador	674	723
Homem fumador	1.542	1.590
Mulher não fumadora	497	568
Mulher fumadora	1.136	1.277

Risco operacional*

As divulgações nesta secção (páginas 170 a 172) não são auditadas e indicadas com um asterisco (*).

O risco operacional é o risco de perda financeira, danos na reputação ou impacto nos clientes decorrentes de fraude, erro humano, processos ou sistemas ineficazes ou inadequadamente concebidos, comportamento impróprio ou ocorrências externas. O risco operacional é uma parte integral e inevitável do negócio do Grupo pois é inerente nos processos em que ele opera para prestar serviços a clientes e gerar lucros para os accionistas.

Um objectivo da gestão do risco operacional não é remover totalmente o risco operacional, mas gerir o risco num nível aceitável, tendo em conta o custo de minimizar o risco, com uma resultante redução na exposição. As estratégias para gerir o risco operacional incluem evasão, transferência, aceitação e mitigação por controlos.

Para garantir que seja atribuída uma responsabilidade apropriada para a gestão, reporte e escalada do risco operacional, o Grupo pratica um modelo de três linhas de defesa que descreve os princípios das funções e responsabilidades para a gestão dos riscos operacionais:

Modelo de três linhas de defesa do risco operacional

1.ª linha de defesa	2.ª linha de defesa	3.ª linha de defesa
O negócio	**Risco operacional**	**Auditoria Interna do Grupo**
Responsável pelo domínio e gestão de controlo diários do risco operacional Responsável por implementar os processos em cumprimento das políticas do Grupo. Responsável por testar os controlos principais e vigiar o cumprimento das políticas do Grupo.	Responsável pela implementação e manutenção do quadro, ferramentas e metodologias do risco operacional. Responsável pela supervisão e controlo sobre a adequação do risco e processos de controlo a funcionarem no negócio.	Responsável por providenciar uma garantia independente na concepção, adequação e eficácia do sistema do Grupo de controlos internos.

O modelo das três linhas de defesa e as Políticas e Princípios de Risco Operacional (ORPP) aplicam-se em todo o Grupo e são implementadas tendo em consideração a natureza e escala do negócio subjacente. As normas fornecem as directrizes para realizar uma gestão de risco operacional eficaz. Incorporam os princípios e processos que permitem a consistente identificação, avaliação, monitorização e relato do risco operacional em todo o Grupo. Os objectivos das normas são proteger o Grupo de perdas financeiras ou de danos na sua reputação, clientes ou pessoal e garantir que ele cumpre todos os requisitos necessários regulamentares e legais.

Os processos a nível do Grupo definidos nas ORPP são suportados pelas seguintes técnicas essenciais de gestão de risco operacional:

- Avaliações de risco e controlo: as unidades de negócios identificam e avaliam os riscos operacionais para garantir que eles são efectivamente geridos, ordenada a sua prioridade, documentados e alinhados com o apetite de risco;

- Análise de cenários: são utilizados cenários de risco operacional para avaliar o possível impacto de acontecimento de perdas por riscos operacionais extremos, mas plausíveis. As avaliações de cenários fornecem uma base prospectiva para gerir as exposições que estão para além do apetite de risco do Grupo.

- Gestão de perda de dados: o processo de gestão de perda de dados internos de cada unidade de negócios captura todos os acontecimento de perdas por risco operacional acima de certos limiares mínimos. Isto é utilizado para aumentar a adequação e eficácia dos controlos, identificar as oportunidades para evitar ou reduzir o impacto de voltar a ocorrer, identificar os temas emergentes, permitir o relato formal de acontecimento de perda e informar as avaliações de risco e controlo e análise de cenário. A escalada dos acontecimentos individuais para a gestão de topo é determinada pela gravidade do acontecimento. Os acontecimentos de perdas operacionais são categorizados segundo os seguintes títulos:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Falhas de tecnologia e de infra-estruturas;
- Práticas de emprego e segurança do local de trabalho;
- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Execução, realização e gestão de processos;
- Dano malicioso; e
- Desastres e segurança pública.

- Indicadores principais de risco: as unidades de negócio monitorizam os indicadores principais de risco contra os seus riscos materiais. Estes indicadores são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional e exposição a perdas contra limiares que irão desencadear acções de gestão de risco;

- Novos processos de aprovação de produtos: este processo garante que todos os novos produtos ou variações significativas para produtos existentes estão sujeitas a uma avaliação completa de risco. Os produtos são avaliados e aprovados por áreas especializadas e estão sujeitos a aprovação executiva antes de serem lançados.

- Processo de autocertificação: exige que a gestão monitorize e relate regularmente no quadro de controlo interno pelo qual é responsável e reveja regularmente e confirme a sua adequação e eficácia. Isto inclui o cumprimento de certificação com os requisitos das políticas do Grupo.

Cada unidade de negócios deve gerir a sua exposição ao risco operacional com um nível aceitável, testando a adequação e eficácia dos controlos e outros mitigantes de riscos (p. ex., seguro) regularmente testados e documentando os resultados. Onde forem identificados fraquezas de controlo inaceitáveis, deve ser elaborados planos de acção e acompanhada a sua realização.

O Grupo contrata seguros para providenciar os negócios com protecção financeira contra perdas específicas e cumprir os requisitos legais e contratuais. O seguro é primariamente utilizado como uma ferramenta de mitigação de risco adicional no controlo das exposições do Grupo. No entanto, o seguro apenas proporciona protecção contra perdas financeiras uma vez o risco cristalizado.

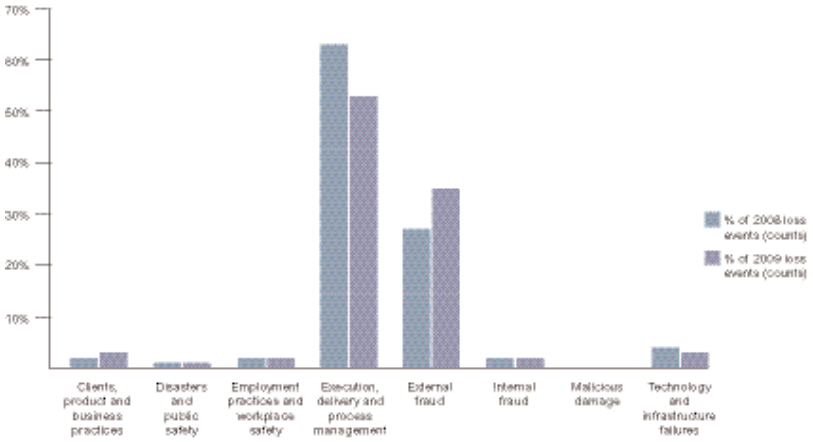
Métrica do risco operacional

O relato é parte integral da gestão do risco operacional. Os processos de gestão de risco do Grupo são concebidos para garantir que as questões são identificadas, escaladas e geridas numa base oportuna. As exposições de risco operacional para cada divisão são reportadas por relatórios de risco e controlo mensais, que proporcionam o pormenor nas exposições de risco e planos de acção.

Os acontecimentos que têm um impacto financeiro real ou potencial das finanças de Grupo, reputação ou clientes, são escalados e reportados para o executivo de divisão e do Grupo.

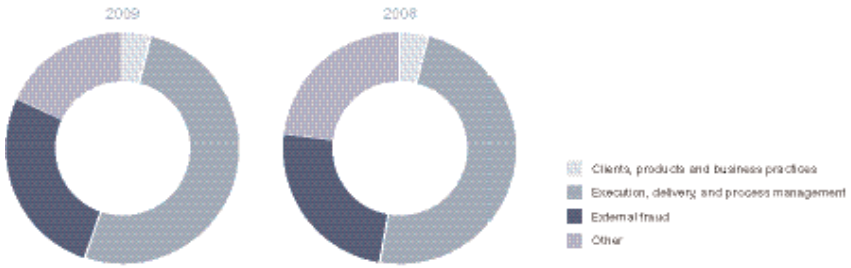
Acontecimentos de risco operacional por % do total dos acontecimento s de risco por número

O gráfico abaixo apresenta a execução, entraga e gestão de processos em 31 de Dezembro de 2009, juntamente com a fraude externa, contabilizado para cera de 90% de perdas por valor durante 2009.



Acontecimentos de risco operacional por % do total por valor

Os gráficos abaixo mostra uma distribuição semelhante de perdas por valor através das categorias de risco, capturada na data em que o acontecimento ocorreu e actualizado conforme as perdas cristalizam.



Prevenção de fraude

A prevenção de fraude mantém-se um grande desafio para o Grupo e para o resto da indústria dos serviços financeiros. O Grupo continua a responder a essas ameaças, ao continuar a investir nas pessoas e processos para medidas de detecção e protecção, especialmente as que se relacionam com o impacto do crimet organizado contra o Grupo. As iniciativas principais concentram-se em soluções de fraudes em pagamentos, segurança de ATM, identificação de detecção de documentação contrafeita e protecção da banca on-line para os nossos clientes. Isto resultou em poupanças de vários milhões de libras e, através de estreitos laços de trabalho com as forças da lei, proferindo um número significativo de sentenças de prisão.

Seguração física

O Grupo implementou fortes medidas para proteger os nossos clientes, o nosso pessoal e os nossos activos de lesões físicas. Estas medidas são mantidas em revisão constante em resposta a ameaças em evolução. Em especial, em 2009, houve um aumento significativo de manifestações contra o Grupo em relação a uma atenção acrescida dos meios de comunicação que o Grupo recebeu. Estão implantos processos robustos para garantir a segurança dos clientes e do pessoal durante essas manifestações.

Segurança da informação

O Grupo empenha-se em proteger as informações do cliente e do Grupo em relação à perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade. Todos os colaboradores e de agentes do Grupo são responsáveis pela protecção dos activos, sistemas e informações do Grupo. Toda a informação do cliente é tratada como confidencial e é aplicada a segurança apropriada para proteger a informação.

Adicionalmente, as Políticas de Segurança da Informação do Grupo são revistas com regularidade e inclui processos para gestão e monitorização em cumprimento da política. As mesmas normas aplicam-se a informações controladas pelo Grupo ou geridas por terceiros autorizados. O Grupo continua a investir em programas para melhorar e manter os controlos e sistemas de segurança das informações. Por exemplo, durante 2009, concluímos revisões de segurança de todas os nossos terceiros, bem como de sítios web virados para o exterior e e alojados.

Continuidade do negócio

A necessidade de assegurar a continuidade do negócio em todo o Grupo e a gestão das situações de crise é uma actividade principal dentro da função de risco.

Os riscos e ameaças principais que o Grupo está consistentemente a monitorizar numa perspectiva continuidade de negócio inclui pandemias, terrorismo, impactos ambientais e perturbações tecnológicas. Estão implementados planos de continuidade de negócios para garantir que o Grupo pode continuar com serviços, produtos e operações principais.

Foi desenvolvido um quadro de gestão de crises consistente que inclui uma metodologia em seis passos e permite que os incidentes sejam geridos e resolvidos através de equipas habilitadas de divisão, país, regional e mundial.

Outros riscos*

Risco de regulamentação

O risco regulamentar é gerido pela concepção, manutenção e implementação de políticas e sistemas de modo a garantir um cumprimento eficaz com todos os requisitos regulamentares e legais nas jurisdições em que o Grupo opera.

A abordagem do Grupo ao risco regulamentar tem três elementos distintos:

- Análise de potenciais alterações da regulamentação para assegurar que o Grupo enfrente os riscos decorrentes dessas alterações e lhes responda devidamente;

- Monitorização do cumprimento das regras e regulamentos existentes e mitigação das consequências de qualquer não cumprimento inadvertido; e

- Gestão de relações eficazes com os reguladores para garantir uma comunicação construtiva.

Através de uma estrutura de políticas de alto nível para todo o Grupo, o Grupo e as suas subsidiárias coopera com todas as entidades reguladoras em todas as jurisdições relevantes, em resposta a alterações regulamentares, requisitos de supervisão em curso ou investigações regulamentares

A escala e ritmo de alterações regulamentares continua, centrada numa gama de tópicos, incluindo Firmas Sistemicamente Importantes, questões Prudenciais (requisitos de Basileia de Capital e Liquidez) e Comportamentais. De particular interesse é o impacto acumulado das propostas em toda a indústria de serviços financeiros. Em too do mundo os reguladores alargaram a sua focalização através de uma gama de questões, nomeadamente, as estratégias, de governo das sociedades, capital, liquidez, sistemas, problemas com pessoal, remuneração, acções contra o branqueamento de capitais/sanções e financiamento do terrorismo e tratamento justo dos clientes. Isto é particularmente o caso no Reino Unido, em que a FSA (como regulador principal do Grupo) implementou um quadro de supervisão reforçado.

O Grupo tem um quadro de evolução da regulamentação bem desenvolvido, que atribua a responsabilidade do executivo de topo por todos os riscos materiais que o Grupo enfrenta numa gama global. O Grupo está envolvido com os organismos de elaboração de normas, legisladores, reguladores e associações comerciais para realizar uma regulamentação eficaz e bem proporcionada.

Risco de reputação

A reputação é o conjunto de percepções e opiniões das partes interessadas de uma organização: clientes, fornecedores, empregados, investidores, grupos de interesse, reguladores e governo. A reputação determina como as partes interessadas se comportarão provavelmente em relação a uma organização. O risco de reputação emerge de qualquer actividade que possa ter um impacto negativo na reputação do Grupo.

Há vários motores importantes da reputação de uma empresa (e risco de reputação) incluindo: desempenho financeiro; governo da sociedade e qualidade de gestão;, desempenho ético, social e ambiental; marketing, inovação e relações com os clientes; e cumprimento regulamentar e contencioso
.
O Grupo protege a sua reputação ao compreender e gerir os riscos de reputação, incluindo a incapacidade de satisfazer as expectativas das partes interessadas. O Grupo apenas celebrará uma transacção comercial ou uma relação com clientes que seja legal e cumpra os requisitos regulamentares, tenha substância económica ou finalidade comercial e não seja concebida ou usada para contabilidade ou fins fiscais impróprios. O Grupo preocupa-se em compreender as questões que mais importância têm para as partes interessadas, equilibra as perspectivas de todos as partes interessadas e trata-as de modo coerente. Os riscos para a reputação do Grupo são identificados, geridos, monitorizados e relatados. O Grupo presta particular atenção aos riscos de reputação associados com a introdução de novos produtos ou relações com clientes.

É responsabilidade da administração de todas as empresas do Grupo, agindo através de unidades de negócio individuais, garantir que os controlos e procedimentos apropriados estão implantados para identificar e gerir os riscos para a reputação do Grupo decorrente da sua actividade.

O Conselho de Administração tem a derradeira responsabilidade pela gestão de qualquer impacto sobre a reputação do Grupo resultante das suas operações. A Comissão de Sustentabilidade Comercial do Grupo foi estabelecido em Janeiro de 2010, presidida por um dos nossos administradores não executivos para reforçar o governo nesta área. No entanto, todas as partes do Grupo assumem a sua responsabilidade pela gestão da reputação

Risco de pensões

O Grupo está exposto ao risco dos seus planos de pensões de benefícios definidos, pois os activos incluem carteiras de investimento que são detidas para satisfazer as responsabilidades projectadas para com os membros do plano. O risco surge porque os rendimentos destes investimentos pode ser menor do que o esperado ou os aumentos podem ser maiores do que o esperado no valor estimado das responsabilidades do plano. Nestas circunstâncias, o grupo poderá ser obrigado, ou poderá escolher, fazer contribuições adicionais para os planos.

O maior dos planos, e a principal fonte de risco de obrigações de pensão, é o Fundo de Pensões do Grupo RBS. Em Outubro 2006, este plano foi fechado a novos empregados. Em Novembro 2009, o Grupo confirmou que estava a fazer alterações, propostas em Agosto 2009, no Fundo de Pensões do Grupo RBS e em vários outros planos de benefícios definidos, com vista a controlar o custo e o risco de operar estes planos de pensões. A alteração principal foi a introdução de um limite anual de 2% (ou inflação se inferior) para o montante de cada aumento salarial que contará para efeitos de pensão.

O apetite de risco e política de investimento são acordadas pelo Conselho de Trustees com contribuições quantitativas e qualitativas dos actuários do plano e conselheiros de investimento. O Conselho de Trustees também consulta com o Grupo para obter a sua opinião sobre o nível apropriado de risco dentro do fundo de pensões.

O Grupo mantém uma análise independente do risco dentro dos fundos de pensão.

A GALCO monitoriza o risco de obrigações de pensões que são avaliados por meio da posição de financiamento do plano com um horizonte de risco de doze meses e com um número de diferentes níveis de confiança. As simulações Monte Carlo são utilizadas, com base em pressupostos de distribuição de estatísticas de futuros retornos de capital, taxas de juros futuras reais e nominais, sensibilidade dos valores dos activos e passivos às variações nos retornos do capital e taxas de juros reais e nominais, o impacto de uma alteração adversa nos pressupostos de longevidade e mitigação disponível para o Grupo.

A cada três anos o Grupo e os Trustees reunem-se para acordar formalmente as bases apropriadas para calcular a avaliação do financiamento. A mais recente avaliação de financiamento foi efectuada em 31 de Março de 2007. Ela mostrou que o fundo é excedentário e, portanto, não havia necessidade de pagamentos suplementares em 2008 ou 2009, sobre e acima das contribuições regulares.

A próxima avaliação do fundo está programada para se realizar em 31 de Março de 2010 e o Grupo espera que esta avaliação mostre que as responsabilidades excedam o valor dos activos. No seguimento desta avaliação o Grupo e os Trustees acordarão o nível de contribuições a serem pagas para o plano. Isto pode fazer com que o montante das contribuições a pagar em 2010 e anos subsequentes sejam materialmente diferentes da esctimativa actual para 2010.

Sistema de protecção APS*

As divulgações nesta secção (página 174 a 183) não são auditadas e indicadas com um asterisco (*). A referência ao "Grupo" nesta secção diz respeito a "Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings".

Aspectos principais do Programa

Em 22 de Dezembro de 2009, o Grupo acedeu ao Programa de Protecção de Activos ("APS" ou "o Programa") com o Tesouro britânico ("HMT") agindo em nome do governo do Reino Unido. Nos termos do Programa, o Grupo comprou protecção de crédito sobre uma carteira de activos e exposições especificadas ("activos cobertos") ao HMT. A carteira de activos cobertos tinha um valor nominal de aproximadamente £282 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 e a protecção está sujeita a uma primeira perda de £60 mil milhões e cobre 90% das perdas subsequentes. Depois da primeira perda, quando um activo coberto tiver experimentado um acontecimento activador (1) as perdas e recuperações em relação a esse activo são incluídos no saldo a receber nos termos do APS. Os recebimentos provenientes do HMT elevar-se-ão, com o tempo, a 90% das perdas acumuladas (líquido de recuperações acumuladas) na carteira de activos cobertos menos o montante de primeira perda.

O Grupo tem o direito de terminar o Programa em qualquer altura desde que a Financial Services Authority tenha confirmado por escrito ao HMT que não tem objecções à términação proposto. Na terminação, o Grupo é responsável por pagar ao HMT uma taxa de terminação. A taxa de terminação será a diferença entre £2,5 mil milhões (ou, se superior, um montante relacionado com o benefício económico da redução dos fundos próprios como resultado de ter entrado no APS) e as taxas acumuladas pagas. Além diddos, o Grupo terá que reembolsar todas os montantes recebidos do HMT nos termos do APS (ou conforme acordado com o HMT). Em compensação pela protecção fornecida pelo APS, o Grupo pagou um prémio inicial de £1,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 para os anos de 2009 e 2010. Um prémio subsequente de £700 milhões é pagável em 1 de Janeiro de 2011 e, subsequentemente, prémios anuais de £500 milhões até a primeira das duas datas, 31 de Dezembro de 2099 ou a terminação do acordo.

O APS é um contrato único fornecendo problema de crédito em relação a uma carteira de activos financeiros: a unidade de conta é contrato como um todo. Nos termos do IFRS, a protecção de crédito é tratada como um contrato de garantia financeira (FGC) ou como um derivado, dependendo das condições do acordo e da natureza dos activos e exposições protegidas. A carteira contém mais do que um elemento insignifcativo de derivados e activos de recursos limitados e, por conseguinte, não satisfaz a definição de um FGC. O contrato APS é, por conseguinte, tratado como um derivado e é reconhecido pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido nos resultados. O derivado APS não tem qualquer efeito na demonstração de resultados de 2009 do Grupo, no entanto, nos exercícios seguintes as alterações de valor do derivado APS terão efeitos nos lucros ou perdas do Grupo.

Não há alteração no reconhecimento e medição dos activos cobertos como resultado do APS. As provisões por imparidade nos activos cobertos medidos ao custo amortizado são avaliados e imputados de acordo com a política de contabilidade do grupo; activos detidos para negociação, activos designados ao justo valor e activos disponíveis para venda na carteira APS continuam a ser medidas ao justo valor sem ajustamento reflectir a protecção fornecida pelo APS. Não há alteração em como os ganhos e perdas nos activos cobertos são reconhecidos na demonstração de resultados ou no outro rendimento integral.

Os acontecimentos activadores (sujeitos a regras específicas detalhadas nas condições do APS) incluem:

- incapacidade em pagar: a contraparte dos activos cobertos não pagou (sujeita a períodos de carência especificados) um montante devido nos termos do seu acordo com o Grupo.

- insolvência: a contraparte está sujeita um acontecimento especificados relacionado com insolvência ou falência.

- reestruturação: um activo coberto que está individualmente em imparidade e é sujeito a uma reestruturação.

A selecção de activos foi efectuada principalmente entre Fevereiro e Abril de 2009 e foi impulsionada por três critérios principais:

(1) Risco e grau de imparidade no cenário base e em cenários de stresse;

(2) Liquidez da exposição; e

(3) Intensidade de capital sob prociclicidade.
A abordagem para exposições comerciais e de retalho de elevado volume estava numa base de carteira. A selecção por grandes empresas e GBM estava ao nível de contraparte/activo. A seguir, estão estabelecidos os critérios de selecção para as divisões contribuidoras:

Global Banking Markets (GBM) (1)	Carteira bancária: selecção por conjuntos de activos individuais (empréstimos a empresas, financiamento de imobiliário e *leveraged finance*), contrapartes/activos e contrapartes/activos de grande risco da unidade de liquidação do Grupo de Reestruturação Global. Foram seleccionados contrapartes/activos adicionais através de uma análise de risco individual da carteira total.
	Carteira de negociação: selecção por activos individuais (*monolines*, derivados, negociação de hipotecas)
	Imobiliário comercial e das empresas: todos os activos em incumprimento na unidade de redução/reestruturação ou em faixas de risco elevado.
UK Corporate (1)	Empresas: todos os activos em incumprimento na unidade de redução/reestruturação. Os clientes da banca de empresas em sectores de risco elevado ou com elevado risco de concentração.
	Banca de negócios: carteiras na unidade de redução/reestruturação ou em faixas de risco elevado.

UK Retail (1)	Hipotecas: activos com um elevado rácio do principal sobre o activo (LTV) e em segmentos de risco mais elevados (p. ex. LTV >97% no livro geral, LTV >85% no livro comprar para alugar), e aqueles activos em mora (em 31 de Dezembro de 2008). Empréstimos e adiantamentos: clientes de maior risco com base em faixas internas e os activos em mora (em 31 de Dezembro de 2008). Hipotecas: activos com activos com um LTV superior a 85% de hiptecas de corretagem e juros apenas com uma probabilidade de incumprimento mais elevada.
Ulster Bank (1) (Empresas & Retalho)	Retalho: carteiras de contas em incumprimento, > 1 mês de mora, < 2 anos de antiguidade e uma elevada probabilidade de incumprimento. Empresas: contrapartes/activos em grupos de redução/reestruturação ou em faixas de alto risco e outros activos identificados como parte de uma análise de casos individual.

Notas:

(1) Incluindo activos transferidos para a divisão Non-Core.

Activos cobertos

Prorrogação para 31 de Dezembro de 2009

O quadro abaixo pormenoriza o movimento nos activos cobertos durante o ano.

	£mm
Activos coberts em 31 de Dezembro de 2009 - na adesão ao Programa	282,0
Alienações	(3,0)
Reembolsos antecipados não contratuais	(8,9)
Amortizações	(9,4)
Vencimentos	(16,7)
Renováveis e ajustamentos *caps* de montantes cobertos	(1,7)
Efeito dos movimentos das divisas	(11,8)
Activos cobertos em 31 de Dezembro de 2009	230,5

Nota:

(1) O montante coberto em 31 de Dezembro de 2009 acima inclui aproximadamente £2,1 milhões de activos em derivados e classes de activos de financiamento estruturadi que, por razões técnicas, não satisfazem actualmente, ou antecipa-se que em alguma altura não satisfaçam, os requisitos de elegibilidade do Programa. O HMT e o Grupo continua a negociar em boa-fé se (e, se sim, em que medida) a cobertura se deve estender a esses activos. De igual modo, o Grupo e o HMT estão a discutir sobre as classificações do HMT de alguns activos de créditos estruturados e isto pode resultar em ajustamentos nos montantes de algumas classes de activos; no entanto, os riscos subjacentes mantêm-se inalterados.

Pontos principais

- A maioria da redução (68%) nos activos cobertos reflecte os reembolsos pelos clientes.
- Adicionalmente, o Grupo tirou partido das condições de mercado e executou várias vendas de empréstimos.

Imparidades de crédito e abatimentos

O quadro abaixo analisa as perdas por imparidades de crédito acumuladas e ajustamentos ao valor nominal (incluindo reservas AFS) relativamente aos activos cobertos:

	2009	2008
	£m	£m
Empréstimos e adiantamentos	14240	7.705
Títulos de dívida	7816	7.942
Derivados	6834	6.575
	28.890	22.222
Por divisão:		
UK Retail	2431	1.492
UK Corporate	1007	285
Global Banking & Markets	1628	1.640
Ulster Bank	486	234
Non-Core	23338	18.571
	28.890	22.222

Nota:

(1) O total de reservas disponíveis de venda em títulos de dívidas de £1.113 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (£1.315 milhões em 31 de Dezembro de 2008 foram previamente incluídos nas autorizações não autilizadas e outros ajustamentos).

Ponto principal

- Do aumento em perdas acumuladas de £6.668 milhões, a maior foi as imparidades de empréstimos em Non-Core.

Utilização da primeira perda

O montante activado é equivalente ao montante de capital acumulado pendente na data de activação, excluindo juros, taxas, prémio ou qualquer outro montante que não seja do capital que é acumulável ou pagável, excepto quando se ele estiver capitalizado em ou antes de 31 de Dezembro de 2008. Na data de activação, em termos económicos, há uma troca de activos, com o Grupo a receber um valor do governo remunerado por juros de dois anos em troca pelo activo.

As recuperações APS incluem qualquer retorno de valor de um activo activado, embora estes sejam apenas reconhecidos para fins de relato do Programa quando são realizados em dinheiro. O montante activado líquido em qualquer altura apenas toma em consideração as recuperações de dinheito até à data. A captura dos montantes activados exigiu a implementação de novos processos e controlos extensos Isto continua a ser um trabalho em curso. Adicionalmente, como qualquer acordo legal feito à medida e altamente complexo, há várias áreas de interpretação que continuam a precisar de ser clarificadas e acordadas entre o grupo e a Agência de Protecção de Activos ("Asset Protection Agency" ou "APA"), algumas das quais podem ter impacto nos montantes activados identificados até à data. Também como parte dos termos e condições do APS, foi acordado voltar a caracterizar certos activos e as suas coberturas relativamente próximas nos termos do esquema e o Grupo continua a negociar com a APA em boa-fé para finalizar isto.

As regras do Programa são concebidas para permitir a correcção de dados durante a vida do Programa e o Grupo tem um período de carência durante 2010 para implementar processos para capturar activadores e refazer as declarações de pedidos trimestralmente para o HMT, retrospectivamente.

O quadro abaixo resume o montante total activado e recuperações de dinheiro relacionados por divisão em 31 de Dezembro de 2009.

	Montante activado £m	Recuperações de dinheiro à data £m	Montante activado líquido £m
UK Retail	3.340	129	3.211
UK Corporate	3.570	604	2.966
Global Banking & Markets	1748	108	1.640
Ulster Bank	704	47	657
Non-Core	18.905	777	18.128
	28.267	1.665	26.602

Nota:

(1) O montante activado num activo coberto é calculado quando um activo activado (devido a insolvência, incapacidade de pagamento após um período de carência e reestruturação com uma imparidade) e é o mais baixo do montante coberto e o montante em dívida em cada activo coberto Dado o período de carência para activação dos activos, o Grupo espera os activos adicionais para activar com base na notação de risco corrente e o nível de imparidades nos activos cobertos.

Pontos principais

- As recuperações APS incluem quase qualquer retorno de valor num activo activado mas são apenas reconhecidos quando são realizados em dinheiro, pelo que haverá um diferencial de tempo para a realização das recuperações.

- O Grupo espera que as recuperações am montantes activadps sejam aproximadamente 45% durante a vida dos activos relevantes.

- Nesta base, a perda esperada nos activos activados em 31 de Dezembro de 2009 é aproximadamente £15 mil milhões (25%) dos £60 mil milhões do limiar de primeira perda nos termos do APS.

- No caso do montante activado líquido exceder um nível de limiar especificado por cada classe activo coberto, o HMT mantém direitos de intervenção conforme definido nas regras do Programa.

Activos ponderados pelo risco

Os activos ponderados pelo risco foram os seguintes:

	2009 £m	2008 £m
APS	127,6	158,7
Não APS	438,2	419,1
Grupo antes de benefício APS	565,8	577,8

	2009		
Activos ponderados pelo risco por divisão	APS £m	Não APS £m	Total £m
UK Retail	16,3	35,0	51,3
UK Corporate	31,0	59,2	90,2
Global Banking & Markets	19,9	103,8	123,7
Ulster	8,9	21,0	29,9
Non-Core	51,5	119,8	171,3
Outras divisões	n/a	99,4	99,4
Grupo antes de benefício APS	127,6	438,2	565,8

Pontos principais

- Durante o ano os RWA cobertos pelo APS diminuiu globalmente devido à reestruturação de certas exposições, incluindo activos relacionados com *monolines*, e diminuiu no montante coberto pacialmente compensado pela redução da notação de crédito e prociclicidade.

Análise por divisão

O quadro seguinte analisa os activos cobertos pelas classes de activos definidas pelas condições do Programa e por divisão:

	UK Retal £m	UK Corporate £m	Global Banking & Markets £m	Ulster Bank £m	Non-Core £m	Montante coberto £m
2.009						
Hipotecas residenciais	9646	—	113	2.512	1.934	14.205
Crédito ao consumo	11.596	24.818	—	5.538	11.309	53.261
Financiamento imobiliário comercial	—	9.143	—	1.073	21.921	32.137
Leveraged finance	—	4.899	621	291	17.465	23.276
Locação financeira	—	449	—	—	1.080	1.529
Project finance	—	—	255	—	1.562	1.817
Financiamento estruturado	—	—	4.114	—	11.061	15.175
Empréstimos	—	9918	25.815	2.237	16.972	54.942
Obrigações	—	—	153	—	545	698
Derivados	—	—	12946	218	20.326	33.490
	21.242	49.227	44.017	11.869	104.175	230.530
2.008						
Hipotecas residenciais	10280	—	128	2.837	2.182	15.427
Crédito ao consumo	11.609	25.031	—	5776	12.127	54.543
Financiamento imobiliário comercial	—	12436	—	1268	26.146	39.850
Leveraged finance	—	4978	993	329	21.434	27.734
Locação financeira	—	594	—	—	1844	2.438
Project finance	—	—	425	—	1818	2.243
Financiamento estruturado	—	—	6897	—	12294	19.191
Empréstimos	—	9097	45.610	2.663	22.607	79.977
Obrigações	—	—	455	—	1108	1.563
Derivados	—	—	16.349	229	22.415	38.993
	21.889	52.136	70.857	13.102	123.975	281.959
Movimentos						
Hipotecas residenciais	(634)	—	(15)	(325)	(248)	(1.222)
Crédito ao consumo	(13)	(213)	—	(238)	(818)	(1.282)
Financiamento imobiliário comercial	—	(3.293)	—	(195)	(4.225)	(7.713)
Leveraged finance	—	(79)	(372)	(38)	(3.969)	(4.458)
Locação financeira	—	(145)	—	—	(764)	(909)
Project finance	—	—	(170)	—	(256)	(426)
Financiamento estruturado	—	—	(2.783)	—	(1.233)	(4.016)
Empréstimos	—	821	(19.795)	(426)	(5.635)	(25.035)
Obrigações	—	—	(302)	—	(563)	(865)
Derivados	—	—	(3.403)	(11)	(2.089)	(5.503)
	(647)	(2.909)	(26.840)	(1.233)	(19.800)	(51.429)

Notas:

(1) Segundo as regras do Programa, a definição de crédito ao consumo inclui empréstimos pessoas, bem como empréstimos empresariais e comerciais a PME.
(2) A leveraged finance de UK Corporate não inclui o empréstimo a patrocinadores mas, reflecte certos empréstimos para clientes empresariais segundo regras de Programa.
(3) O aumento líquido nos empréstimos UK Corporate reflecte as transferências de activos de navegação provenientes da GBM.
(4) Houve alguns acertos menores em divisões para os dados de 31 de Dezembro de 2008, primariamente entre os negócios Core e divisão Non-Core.

Classes de activos

Os quadros abaixo pormenorizam os saldos por classes de activos, conforme definido pelo Programa, com categorias de produtos subjacentes.

	Valor contabilístico (2)	Provisões e ajustamentos ao valor nominal (3)	Valor nominal (4)	Autorizações não utilizadas e outros ajustamentos (5)	Montante coberto
	£m	£m	£m	£m	£m
2.009	(a)	(b)	(a)+(b)=(c)	(d)	(c)+(d)=(e)
Hipotecas residenciais	14092	253	14.345	(140)	14205
Crédito ao consumo	38.101	4.574	42.675	10.586	53.261
empréstimos pessoais	7.986	2.610	10.596	2.613	13.209
empréstimos empresariais e comerciais	30.115	1.964	32.079	7.973	40.052
Financiamento imobiliário comercial	28.777	1.656	30.433	1.704	32.137
Leveraged finance	16.045	4.425	20.470	2.806	23.276
Locação financeira	1.229	232	1.461	68	1.529
Project finance	1.601	44	1.645	172	1.817
Financiamento estruturado	6.884	7.677	14.561	614	15.175
empréstimos estruturados	625	17	642	29	671
RMBS	1.251	1.657	2.908	55	2.963
CMBS	1.281	466	1.747	(6)	1741
CDO & CLO	1.568	4.641	6.209	119	6.328
outros ABS	2.159	896	3.055	417	3.472
Empréstimos	34.375	3.039	37.414	17.528	54.942
Obrigações (6)	545	156	701	(3)	698
Derivados	12510	6.834	19.344	14.146	33.490
seguradoras monoline	2.607	6.335	8.942	10.852	19.794
outras contrapartes	9.903	499	10.402	3.294	13.696
	154.159	28.890	183.049	47.481	230.530
Analisado mais profundamente:					
Empréstimos e adiantamentos	134845	14.240	149.085	32.753	181.838
Títulos de dívida	6804	7.816	14.620	582	15.202
Derivados	12510	6.834	19.344	14.146	33.490
	154.159	28.890	183.049	47.481	230.530
Por divisão:					
UK Retail	16599	2.431	19.030	2.212	21.242
UK Corporate	37710	1.007	38.717	10.510	49.227
Global Banking & Markets	26141	1.628	27.769	16.248	44.017
Ulster Bank	10152	486	10.638	1.231	11.869
Non-Core	63557	23.338	86.895	17.280	104.175
	154.159	28.890	183.049	47.481	230.530

	Valor contabilístico (2)	Provisões e ajustamentos ao valor nominal (3)	Valor nominal (4)	Autorizações não utilizadas e outros ajustamentos (5)	Montante coberto
	£m	£m	£m	£m	£m
2.009	(a)	(b)	(a)+(b)=(c)	(d)	(c)+(d)=(e)
Hipotecas residenciais	15283	144	15.427	—	15427
Crédito ao consumo	45.691	2.346	48.037	6.506	54.543
empréstimos pessoais	10.267	1.687	11.954	1.440	13.394
empréstimos empresariais e	35.424	659	36.083	5.066	41.149

comerciais					
Financiamento imobiliário comercial	32.131	847	32.978	6.872	39.850
Leveraged finance	19.792	2.875	22.667	5.067	27.734
Locação financeira	2.012	138	2.150	288	2.438
Project finance	1.761	58	1.819	424	2.243
Financiamento estruturado	10.370	8.012	18.382	809	19.191
empréstimos estruturados	2.761	155	2.916	597	3.513
RMBS	1.232	1.547	2.779	—	2779
CMBS	1.481	371	1.852	—	1852
CDO & CLO	2.390	5.168	7.558	212	7.770
outros ABS	2.506	771	3.277	—	3277
Empréstimos	50.563	1.142	51.705	28.272	79.977
Obrigações (6)	1.467	85	1.552	11	1.563
Derivados	21093	6.575	27.668	11.325	38.993
seguradoras monoline	5.620	5.892	11.512	10.758	22.270
outras contrapartes	15.473	683	16.156	567	16.723
	200.163	22.222	222.385	59.574	281.959
Analisado mais profundamente:					
Empréstimos e adiantamentos	169994	7.705	177.699	48.026	225.725
Títulos de dívida	9076	7.942	17.018	223	17.241
Derivados	21093	6.575	27.668	11.325	38.993
	200.163	22.222	222.385	59.574	281.959
Por divisão:					
UK Retail	18982	1.492	20.474	1.415	21.889
UK Corporate	39608	285	39.893	12.243	52.136
Global Banking & Markets	47230	1.640	48.870	21.987	70.857
Ulster Bank	11705	234	11.939	1.163	13.102
Non-Core	82638	18.571	101.209	22.766	123.975
	200.163	22.222	222.385	59.574	281.959

Notas:

(1) Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009 dentro de classes de activos específicas reflectem a aplicação do Grupo das definições de classes de activos nas regras do Programa, particularmente em relação com o crédito ao consumo, financiamento e empréstimos de imobiliário comercial.
(2) O valor contabilístico representa os montantes registados no balanço e inclui activos classificados como empréstimos e contas a receber (LAR), justo valor através dos resultados (FVTPL) e disponível para venda (AFS).
(3) Provisões e ajustamentos ao valor nominal incluem: Imparidades nos títulos de dívida em LAR e AFS.
- ajustamentos de avaliação de crédito em relação a derivados;
- ajustamento ao valor nominal em outros activos FVTPL;
- reintegração de write-offs de £6.079 milhões, conforme estes estão cobertos pelas regras do Programa; e
- reservas disponíveis para venda em títulos de dívida de £1.113 milhões (2008 - £1.315 milhões).

(4) Autorizações não utilizadas e outros ajustamentos incluem:
- autorizações não utilizadas e outros passivos contingentes:
- exposições futuras potenciais e outros ajustamentos a montante coberto para contratos derivados; e
- ajustamentos ao montante coberto de acordo com as regras do Programa (restrição de cobertura de renováveis (empréstimos e imobiliário comercial), manutenção do montante coberto em 31 de Dezembro de 2008 por dois anos (crédito ao consumo).

(5) Inclui títulos não garantidos por activos.

Análise do sector

O quadro abaixo analisa os activos cobertos por sector e divisão, e por sector e classe de activo HMT em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008.

	2009						
	UK Retail	UK Corporate	GBM	Ulster Bank	Non-Core	Montante coberto 2009	Montante coberto 2008
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Instituições financeiras	—	1427	11.303	35	35.985	48.750	64.027
Indústria	—	1673	6.849	230	8.127	16.879	20.053
Recursos naturais	—	629	2.530	45	2.117	5.321	8.122
Imobiliário	—	9990	8.349	1.550	27.931	47.820	60.217
Retalho e lazer	—	4.292	4.608	964	4.305	14.169	17.975
Serviços	—	1.885	1.159	324	2.689	6.057	8.484
TMT	—	608	3.985	263	5.852	10.708	14.535
Transporte	—	3962	5.118	116	3.579	12.775	15.726
Pessoal e PME	21.242	24.761	116	8.342	13.590	68.051	72.820
	21.242	49.227	44.017	11.869	104.175	230.530	281.959

2.009	Hipotecas residenciais £m	Crédito ao consumo £m	Imobiliário comercial £m	Leveraged finance £m	Locação financeira £m	Project finance £m	Financiamento estruturado £m	Empréstimo £m	Obrigações £m	Derivado £m	Montante coberto £m
Instituições financeiras	—	—	818	1.620	18	—	13.769	9.741	337	22.447	48.750
Produção	—	—	—	5.906	120	6	6	9.782	48	1.011	16.879
Recursos naturais	—	—	—	1260	41	1.065	9	2.458	46	442	5.321
Imobiliário	—	—	30636	1.810	564	298	486	9.058	53	4.915	47.820
Retalho e lazer	—	—	616	3.510	40	142	369	7.819	74	1.599	14.169
Serviços	—	—	29	3.213	320	104	191	1.572	6	622	6.057
TMT	—	—	—	5490	9	—	3	3.908	11	1.287	10.708
Transporte	—	—	35	465	273	202	342	10.171	123	1.164	12.775
Pessoal e PME	14.205	53.261	3	2	144	—	—	433	—	3	68.051
	14.205	53.261	32.137	23.276	1.529	1.817	15.175	54.942	698	33.490	230.530

2.008	Hipotecas residenciais £m	Crédito ao consumo £m	Imobiliário comercial £m	Leveraged finance £m	Locação financeira £m	Project finance £m	Financiamento estruturado £m	Empréstimo £m	Obrigações £m	Derivado £m	Montante coberto £m
Instituições financeiras	—	—	638	4.196	28	138	17.288	15.478	514	25.747	64.027
Produção	—	—	—	4895	196	14	7	13.233	60	1.648	20.053
Recursos naturais	—	—	—	1484	60	1.261	11	4.699	53	554	8.122
Imobiliário	—	—	38467	2.188	876	388	550	12.289	128	5.331	60.217
Retalho e lazer	—	—	679	4.067	63	151	443	10.417	165	1.990	17.975
Serviços	—	—	31	3.773	556	66	519	2.832	13	694	8.484
TMT	—	—	—	6591	13	—	3	5.918	406	1.604	14.535
Transporte	—	—	35	537	369	225	370	12.619	149	1.422	15.726
Pessoal e PME	15.427	54.543	—	3	277	—	—	2492	75	3	72.820
	15.427	54.543	39.850	27.734	2.438	2.243	19.191	79.977	1.563	38.993	281.959

Repartição geográfica

O quadro abaixo fornece a repartição geográfica de activos cobertos, com base no país de domicílio ou constituição do devedor e pla classe de activos HMT.

	Hipotecas residenciais £m	Crédito ao consumo £m	Imobiliário comercial £m	Leveraged finance £m	Locação financeira £m	Project finance £m	Financiamento estruturado £m	Empréstimo £m	Obrigações £m	Derivado £m	Montante coberto £m
2.009											
Reino Unido	10102	46.027	15.285	8.406	997	167	2.433	15.879	53	8.379	107.728
Europa Ocidental	3971	6.814	12.080	9.448	485	904	2.963	21.273	105	2.369	60.412
América do Norte	118	46	1.702	4.039	2	228	3.406	8.019	25	17.325	34.910
América Latina	1	282	2.042	476	17	40	5.628	2.593	7	4.068	15.154
Outro	13	92	1.028	907	28	478	745	7.178	508	1.349	12.326
	14.205	53.261	32.137	23.276	1.529	1.817	15.175	54.942	698	33.490	230.530

	Hipotecas residenciais £m	Crédito ao consumo £m	Imobiliário comercial £m	Leveraged finance £m	Locação financeira £m	Project finance £m	Financiamento estruturado £m	Empréstimo £m	Obrigações £m	Derivado £m	Montante coberto £m
2.008											
Reino Unido	10799	46.459	20.127	9.617	1.537	264	2.778	21.050	115	10.074	122.820
Europa Ocidental	4468	7.654	13.848	11.685	845	1.004	4.226	31.461	370	3.231	78.792
América do Norte	139	46	2.381	4.880	4	261	4.187	12.493	499	19.567	44.457
América Latina	1	287	2.201	601	19	45	6.550	4.365	18	4.486	18.573
Outro	20	97	1.293	951	33	669	1.450	10.608	561	1.635	17.317
	15.427	54.543	39.850	27.734	2.438	2.243	19.191	79.977	1.563	38.993	281.959

Repartição das divisas

O quadro abaixo mostra a repartição das divisas do activos cobertos.

	2009 £m	2008 £m
GBP	107.731	121.440
Euro	56.586	72.989
EUR	58.489	77.298
AUD	3.276	3.981
JPY	1.725	2.157
Outro	2723	4.094
	230.530	281.959

A análise por divisa não reflecte as coberturas que o Grupo possa ter em vigor.

Elementos de risco em empréstimos (REIL) e empréstimos potencialmente problemáticos (PPL)

Os REIL e PPL para o Grupo e o montante relativo aos activos no Programa são abaixo estabelecidos.

	2009		2008	
	Grupo £m	APS £m	Grupo £m	APS £m
Empréstimos não produtivos	31.811	22.335	17.082	12.679
Outros REIL	3.178	2.092	1.709	1.498
Total REIL	34989	24.427	18.791	14.177
PPL	924	580	226	187
REIL e PPL	35.913	25.007	19.017	14.364
Core	12.361	7.170		
Non-Core	23.552	17.837		
	35.913	25.007		

Qualidade de crédito dos empréstimos

O quadro abaixo analisa a qualidade de crédito dos activos de risco de crédito do Grupo por faixas de risco e proporção relativamente a activos no Programa.

		2009		2008	
Fiaxa qualidade activo	Probabilidade de incumprimento	Grupo £mm	% relativamente aos activos no programa	Grupo £mm	% relativamente aos activos no programa
AQ1	0% – 0,034%	95	2%	127	3%
AQ2	0,034% – 0,048%	12	9%	26	16%
AQ3	0,048% – 0,095%	29	7%	38	17%
AQ4	0,095% – 0,381%	97	12%	150	15%
AQ5	0,381% – 1,076%	130	24%	148	28%
AQ6	1,076% – 2,153%	95	28%	103	36%
AQ7	2,153% – 6,089%	55	37%	46	52%
AQ8	6,089% – 17,222%	23	44%	26	46%
AQ9	17,222% – 100%	15	66%	12	69%
AQ10	100%	38	76%	18	72%
Outros (1)		41	5%	41	8%
		630	23%	735	24%

Notas:

(1) "Outros" inclui largamente os activos cobertos pela abordagem normalizada para a qual uma probabilidade de incumprimento (PD) equivalente à aquelas atribuídas aos activos cobertos pelos a abordagem baseada em ratings internos não está disponível.
(2) As compras com acordo de revenda, valor contabilísitico a posições de derivados líquidos e títulos de dívida estão excluídos tanto dos números do Grupo e dos activos cobertos APS acima.

Exposições à turbulência do mercado

Todas as divulgações nesta secção são auditadas (páginas 184 a 206), salvo indicação em contrário com um asterisco (*).

Nota explicativa

Estas divulgações proporcionam informação para certos elementos de negócio do Grupo afectadas pelos acontecimentos de mercado sem precedentes do segundo semestre de 2007 e durante 2008 e 2009, a maioria dos quais aconteceram no âmbito da divisão de Non-Core e, em menor medida, Global Banking and Markets (GBM), US Retail & Commercial e Tesouraria do grupo. Para certas divulgações, a informação apresentada foi analisada nos negócios Core e Non-Core do Grupo.
As definições dos acrónimos utilizados nesta secção são explicadas no Glossário de Termos na página 383 a 387.

Asset-backed securities

O Grupo estrutura, origina, distribui e negoceia dívida na forma de empréstimos, obrigações e instrumentos derivados em todas as principais divisas e mercados de capital de dívida na América do Norte, Europa Ocidental, Ásia e principais mercados emergentes. O valor contabilístico dos títulos de dívida em 31 de Dezembro de 2009 foi de £249,1 mil milhões (2008 - £253,2 mil milhões). Isto incluiu:

	2009		2008		2007
	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	Grupo	Grupo antes de interesses minoritários RFS Holdings	Grupo	Grupo
	£mm	£mm	£mm	£mm	£mm
Títulos emitidos por governos centrais e locais	134,1	146,9	95,1	105,8	122,8
Asset-backed securities	87,6	88,1	111,1	111,1	100,1
Títulos emitidos por empresas, agências federais EUA e outras entidades	13,4	14,4	24,3	26,2	43,5
Títulos emitidos por bancos e sociedades de financiamento imobiliário	14,0	17,8	22,7	24,4	28,2
Títulos de títulos de dívida	249,1	267,2	253,2	267,5	294,6

Esta secção concentra-se nas *asset-backed securities*, uma área de interesse no seguimento das perturbações do mercado em 2007 e 2008. Os *asset backed securities* (ABS) são títulos que representam um interesse numa *pool* subjacente de activos referenciados. O processo pelo qual os riscos e recompensas da *pool* são passados para os investidores através da emissão de títulos com diferentes níveis de senioridade por uma entidade de finalidade especial

O Grupo tem exposições a ABS que são predominantemente títulos de dívida, mas pode ser detidos na forma de derivados. Estas posições foram adquiridas primariamente através das actividades do Grupo no mercado de *leveraged finance* dos EUA que foram expandidas durante 2007. Elas incluem *residential mortgage backed securities* (RMBS), *commercial mortgage backed securities* (CMBS), ABS *collateralised debt obligations* (CDO) CDO e *collateralised loan obligations* (CLO) outros ABS. Em muitos casos o risco destes activos é coberto por protecção de derivados de crédito comprada sobre activos específicos ou índices relevantes de ABS. As contrapartes de algumas destas transacções de cobertura são seguradoras monolines (ver seguradoras monoline na página 194).

O quadro seguinte resume as exposições brutas e líquidas e os valores contabilísticos destes títulos por zona geográfica – EUA, Reino Unido, outros Europa e resto do mundo (RdM) e pela classificação de mensuração – detido para negociação (HFT), disponível para venda (AFS), empréstimos e contas a receber (LAR) e designado ao justo valor através dos resultados (DFV) – dos activos subjacentes em 31 de Dezembro de 2009.

Asset-backed securities

2009	EUA £m	Reino Unido £m	Outros Europa (4) £m	RdM £m	Total £m	HFT £m	AFS £m	LAR £m	DFV £m
Exposição bruta: (1)									
RMBS: Governos G10 (2)	26.693	314	16.594	94	43.695	13.536	30.159	–	–
RMBS: prime (4)	2.965	5.276	4.567	222	13.030	6.274	5.761	848	147
RMBS: non-conforming	1.341	2.138	128	–	3607	635	1.498	1.474	–
RMBS: sub-prime	1.668	724	195	561	3.148	1.632	1.020	479	17
CMBS	3.422	1.781	1.420	75	6.698	2.936	1.842	1.711	209
CDO	12.382	329	571	27	13.309	9.080	3.923	305	1
CLO	9.092	166	2.169	1.173	12.600	5.346	6.581	673	–
Outros ABS	3.587	1.980	5.031	1.569	12.167	2.912	5.252	3.985	18
	61.150	12.708	30.675	3.721	108.254	42.351	56.036	9.475	392
Valor contabilístico:									
RMBS: Governos G10 (2)	27.034	305	16.183	33	43.555	13.397	30.158	–	–
RMBS: prime (4)	2.697	4.583	4.009	212	11.501	5.133	5.643	583	142
RMBS: non-conforming	958	1.957	128	–	3043	389	1.180	1.474	–
RMBS: sub-prime	977	314	146	387	1.824	779	704	324	17
CMBS	3.237	1.305	924	43	5.509	2.279	1.638	1.377	215
CDO	3.275	166	400	27	3.868	2.064	1.600	203	1
CLO	6.736	112	1.469	999	9.316	3.296	5.500	520	–
Outros ABS	2.886	1.124	4.369	1.187	9.566	1.483	4.621	3.443	19
	47.800	9.866	27.628	2.888	88.182	28.820	51.044	7.924	394
Exposição líquida: (3)									
RMBS: Fovernos G10 (2)	27.034	305	16.183	33	43.555	13.397	30.158	–	–
RMBS: prime (4)	2.436	3.747	3.018	172	9.373	3.167	5.480	584	142
RMBS: non-conforming	948	1.957	128	–	3033	379	1.180	1.474	–
RMBS: sub-prime	565	305	137	290	1.297	529	427	324	17
CMBS	2.245	1.228	595	399	4.467	1.331	1.556	1.377	203
CDO	743	124	382	26	1.275	521	550	203	1
CLO	1.636	86	1.104	39	2.865	673	1.672	520	–
Outros ABS	2.117	839	4.331	1.145	8.432	483	4.621	3.309	19
	37.724	8.591	25.878	2.104	74.297	20.480	45.644	7.791	382

Notas:

(1) As exposições brutas representam os montantes de capital relativos ao *asset-backed securities*.

(2) RMBS: Os títulos dos governos G10 incluem títulos que são:

(a) Garantidosou efectivamente garantidos pelo governo dos EUA, por meio do seu apoio para agências federais e empresas patrocinados pelo governo (GSE) dos EUA;
(b) Garantidos pelo governo holandês, e
(c) Obrigações cobertas, referenciando-se principalmente a empréstimos garantidos pelos governos holandês e espanhol.

(3) As exposições líquidas representam o valor contabilístico após tomar em conta a protecção de cobertura value comprada a seguradoras *monolines* e outras contrapartes, mas exclui o efeito de ajustamentos de avaliação de créditos de contraparte. As coberturas fornecem protecção de crédito dos fluxos de caixa de capital e juros no caso de incumprimento de contraparte. O valor desta protecção é baseado no instrumento subjacente a ser protegido.

(4) Inclui prime RMBS nos interesses minoritários RFS Holdings em 31 de Dezembro de 2009, incluindo exposições brutas: £558 milhões, valor contabilístico: £579 milhões, e exposição líquida: €579 milhões. Não há ABS em interesses minoritários RFS Holdings em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

O quadro abaixo resume as exposições brutas e líquidas e os valores contabilísticos do balanço em *asset-backed securities* por zona geográfica dos activos subjacentes e entre Core e Non-Core, em 31 de Dezembro de 2009.

	EUA		**Reino Unido**		**Outros Europa (4)**		**RdM**		**Total**	
	Core	Non-Core	Core	Non-Core	Core	Non-Core	Core	Non-Core	Core	Non-Core
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Exposição bruta (1)										
RMBS: Governos G10 (2)	26.644	49	17	297	2.679	13.357	94	–	29434	13.703
RMBS: prime	2.873	92	3.787	1.489	1.200	3.367	177	45	8.037	4.993
RMBS: non-conforming	1.166	175	2.108	30	–	128	–	–	3274	333
RMBS: sub-prime	820	848	516	208	128	67	8	553	1.472	1.676
CMBS	2.685	737	905	876	774	646	–	75	4.364	2.334
CDO	339	12.043	143	186	289	282	–	27	771	12.538
CLO	358	8.734	102	64	969	1.200	–	1173	1.429	11.171
Outros ABS	1.712	1.875	1.626	354	1.780	3.251	1.224	345	6.342	5.825
	36.597	24.553	9.204	3.504	7.819	22.298	1.503	2.218	55.123	52.573
Valor contabilístico:										
RMBS: Fovernos G10 (2)	26.984	50	17	288	2.632	12.972	33	–	29666	13.310
RMBS: prime	2.626	71	3.567	1.016	987	3.022	170	42	7.350	4.151
RMBS: non-conforming	946	12	1.928	29	–	128	–	–	2874	169
RMBS: sub-prime	703	274	237	77	101	45	6	381	1.047	777
CMBS	2.660	577	623	682	502	422	–	43	3.785	1.724
CDO	6	3.269	71	95	195	205	–	27	272	3.596
CLO	282	6.454	66	46	564	905	–	999	912	8.404
Outros ABS	1.435	1.451	831	293	1.168	3.201	936	251	4.370	5.196
	35.642	12.158	7.340	2.526	6.149	20.900	1.145	1.743	37.327	50.276
Exposição líquida (3):										
RMBS: Fovernos G10 (2)	26.984	50	17	288	2.632	12.972	33	–	29666	13.310
RMBS: prime	2.433	3	3.518	229	484	2.534	169	3	6.604	2.769
RMBS: non-conforming	946	2	1.928	29	–	128	–	–	2874	159
RMBS: sub-prime	450	115	236	69	92	45	6	284	784	513
CMBS	2.193	52	622	606	394	201	–	399	3.209	1.258
CDO	165	578	71	53	194	188	–	26	430	845
CLO	217	1.419	65	21	564	540	–	39	846	2.019
Outros ABS	1.301	816	623	216	1.169	3.162	916	229	4.009	4.423
	34.689	3.035	7.080	1.511	5.529	19.770	1.124	980	48.422	25.296

Notas:

(1) As exposições brutas representam os montantes de capital relativos ao *asset-backed securities*.

(2) RMBS: Os títulos dos governos G10 incluem títulos que são:

(a) Garantidos ou efectivamente garantidos pelo governo dos EUA, por meio do seu apoio para agências federais e GSE dos EUA;
(b) Garantidos pelo governo holandês, e
(c) Obrigações cobertas, referenciando-se principalmente a empréstimos garantidos pelos governos holandês e espanhol.

(3) As exposições líquidas representam o valor contabilístico após tomar em conta a protecção de cobertura value comprada a seguradoras *monolines* e outras contrapartes, mas exclui o efeito de ajustamentos de avaliação de créditos de contraparte. As coberturas fornecem protecção de crédito dos fluxos de caixa de capital e juros no caso de incumprimento de contraparte. O valor desta protecção é baseado no instrumento subjacente a ser protegido.

(4) O quadro exclui interesses minoritários RFS Holdings.

O quadro abaixo resume os valores contabilísticos ABS e as exposições líquidas por zona geográfica e classificação de emensuração em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

	EUA	Reino Unido	Outros Europa (3)	RdM	Total	HFT	AFS	LAR	DFV
2.008	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Valor contabilístico:									
RMBS: Fovernos G10 (1)	33.508	321	17.682	46	51.557	18.631	32.926	–	–
RMBS: prime	5.623	4.754	6.154	246	16.777	7.272	8.769	570	166
RMBS: non-conforming	1.111	2.906	–	–	4017	352	2.183	1.482	–
RMBS: sub-prime	1.824	445	439	381	3.089	1.594	913	566	16
CMBS	2.145	1.395	1.646	141	5.327	2.751	1.126	1.437	13
CDO	8.275	259	441	45	9.020	4.389	4.280	351	–
CLO	6.428	329	2.605	255	9.617	3.385	5.299	933	–
Outros ABS	3.582	1.622	5.098	1.437	11.739	1.505	6.572	3.621	41
	62.496	12.031	34.065	2.551	111.143	39.879	62.068	8.960	236
Exposição líquida: (2)									
RMBS: Fovernos G10 (1)	33.508	321	17.682	46	51.557	18.631	32.926	–	–
RMBS: prime	5.548	3.667	5.212	215	14.642	5.138	8.768	570	166
RMBS: non-conforming	1.106	2.906	–	–	4012	346	2.184	1.482	–
RMBS: sub-prime	358	408	380	313	1.459	346	571	526	16
CMBS	1.147	1.225	1.095	79	3.546	1.178	918	1.437	13
CDO	2.402	127	311	–	2840	1.618	873	349	–
CLO	874	259	2.139	171	3.443	845	1.665	933	–
Outros ABS	3.507	1.367	4.299	1.256	10.429	196	6.572	3.621	40
	48.450	10.280	31.118	2.080	91.928	28.298	54.477	8.918	235
2.007									
Valor contabilístico:									
RMBS: Fovernos G10 (1)	26.044	390	13.833	–	40267	15.627	24.640	–	–
RMBS: prime	2.739	3.357	9.488	391	15.975	13.666	2.237	–	72
RMBS: non-conforming	2.829	881	–	68	3.778	2.913	865	–	–
RMBS: sub-prime	4.277	180	324	454	5.235	5.073	138	5	19
CMBS	3.286	1.149	956	164	5.555	3.916	976	626	37
CDO	9.873	212	1.793	122	12.000	9.825	2.153	–	22
CLO	4.214	574	683	205	5.676	5.653	20	–	3
Outros ABS	4.942	1.483	4.567	603	11.595	5.758	5.579	72	186
	58.204	8.226	31.644	2.007	100.081	62.431	36.608	703	339
Exposição líquida: (2)									
RMBS: Fovernos G10 (1)	26.045	385	13.834	–	40264	15.903	24.361	–	–
RMBS: prime	2.739	3.029	9.214	392	15.374	12.792	2.510	–	72
RMBS: non-conforming	2.829	881	–	68	3.778	2.913	865	–	–
RMBS: sub-prime	2.953	180	321	205	3.659	3.497	139	5	18
CMBS	2.186	1.143	896	174	4.399	2.749	977	626	47
CDO	3.732	212	1.337	123	5.404	3.229	2.155	–	20
CLO	2.812	574	537	158	4.081	4.058	20	–	3
Outros ABS	2.881	1.402	4.500	533	9.316	3.480	5.578	72	186
	46.177	7.806	30.639	1.653	86.275	48.621	36.605	703	346

Notas:

(1) RMBS: Os títulos dos governos G10 incluem títulos que são:
(a) Garantidosou efectivamente garantidos pelo governo dos EUA, por meio do seu apoio para agências federais e GSE dos EUA;
(b) Garantidos pelo governo holandês, e
(c) Obrigações cobertas, referenciando-se principalmente a empréstimos garantidos pelos governos holandês e espanhol.

(2) As exposições líquidas representam o valor contabilístico após tomar em conta a protecção de cobertura comprada a seguradoras *monolines* e outras contrapartes, mas exclui o efeito de ajustamentos de avaliação de créditos de contraparte. As coberturas fornecem protecção de crédito dos fluxos de caixa de capital e juros no caso de incumprimento de contraparte. O valor desta protecção é baseado no instrumento subjacente a ser protegido.

(3) Inclui prime RMBS nos interesses minoritários RFS Holdings em 31 de Dezembro de 2009, incluindo exposições brutas: £558 milhões, valor contabilístico: £579 milhões, e exposição líquida: €579 milhões. Não há ABS em interesses minoritários RFS Holdings em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

O quadro abaixo resume as notações de risco de crédito e os níveis de hierarquia de avaliação dos valores contabilísticos ABS:

	Ratings (1)					Dos quais contabilizados por justo valor (2)		
	AAA (1)	BBB e acima (1)	Non-investment grade	Sem rating público	Total	Nível 2	Nível 3	Total
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
RMBS: Governos G10	43.005	550	–	–	43555	43.555	–	43555
RMBS: prime	9.211	1.731	558	1	11.501	10.696	221	10.917
RMBS: non-conforming	1.980	467	594	2	3.043	1.549	21	1.570
RMBS: sub-prime	578	514	579	153	1.824	1.371	128	1.499
CMBS	3.440	1.920	147	2	5.509	4.000	134	4.134
CDO	616	2.141	849	262	3.868	2.640	1.025	3.665
CLO	2.718	5.232	636	730	9.316	7.978	818	8.796
Outros ABS	4.099	4.516	152	799	9.566	5.177	946	6.123
	65.647	17.071	3.515	1.949	88.182	76.966	3.293	80.259
2.008								
RMBS: Governos G10	51.548	–	–	9	51.557	51.322	235	51.557
RMBS: prime	15.252	1.417	106	2	16.777	16.061	146	16.207
RMBS: non-conforming	3.532	337	146	2	4.017	2.486	50	2.536
RMBS: sub-prime	1.362	936	790	1	3.089	2.459	64	2.523
CMBS	3.702	1.586	38	1	5.327	3.315	574	3.889
CDO	4.510	2.041	2.088	381	9.020	6.922	1.748	8.670
CLO	7.299	1.601	268	449	9.617	7.721	963	8.684
Outros ABS	6.649	3.519	242	1.329	11.739	6.676	1.442	8.118
	93.854	11.437	3.678	2.174	111.143	96.962	5.222	102.184
2.007								
RMBS: Governos G10	40.142	–	–	125	40.267	40.267	–	40267
RMBS: prime	15.242	575	27	131	15.975	15.975	–	15975
RMBS: non conforme	2.958	530	146	144	3.778	3.598	180	3.778
RMBS: sub-prime	1.929	2.478	637	191	5.235	5.171	59	5.230
CMBS	4.286	1.212	35	22	5.555	4.929	–	4929
CDO	10.069	823	989	119	12.000	10.334	1.666	12.000
CLO	4.157	704	93	722	5.676	5.593	83	5.676
Outros ABS	8.568	1.285	177	1.565	11.595	11.391	130	11.521
	87.351	7.607	2.104	3.019	100.081	97.258	2.118	99.376

Notas:

(1) As notações de risco de crédito são baseadas nas notações das agências Standard & Poor's (S&P). Moody's e Fitch foram convertidas numa escala S&P.

(2) Os níveis 2 e 3 de hierarquia de justo valor conforme definido pelas IFRS.

Pontos principais

- O total de asset-backed securities diminuiu de £111,1 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 para £88,2 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, devido principalmente aos movimentos na taxa de câmbio e pela actividade signiticativa de actividade de *sell-down* que se realizou no primeiro semestre do ano. Além disso, os spreads de crédito aumentaram no primeiro semestre do ano, reduzindo ainda mais os valores contabilísticos, embora iso tenha sido compensado, em alguma medida, pela redução dos spreads no segundo semestre do ano. As vendas foram limitadas no segundo semestre do ano, no entanto, os vencimentos continuaram a reduzir as exposições do balanço.

- As perdas de avaliação líquidas acumuladas em ABS detidos em 31 de Dezembro de 2009, incluindo provisões por imparidades, foram de £20,1 mil milhões, compreendendo:

  - RMBS: £3,6 mil milhões, dos quais £0,7 mil milhões foi no sub-prime dos EUA e £2,3 mil milhões em activos europeus;

  - CMBS: £1,2 mil milhões;

  - CDOs: £9,4 mil milhões e CLO: £3.3 mil milhões, significativamente todos em Non-Core; e

  - Outros ABS: £2,6 mil milhões.

- A maioria da exposição do Grupo a ABS é através de RMBS garantidas por governos, cifrando-se em £43,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £51,6 mil milhões), e inclui:

  - Títulos garantidos pelo govenro dos EUA, incluindo principalmente posições v*intage* do ano corrente, foram £27,0 mil milhões (2008 - £33,5 mil milhões). Devido à garantia do governo dos EUA, explícito ou implícito, para estes títulos, a exposição ao risco de crédito de contraparte é baixo. São constituídos por:

  - Títulos HFT de £13,4 mil milhões (2008 - £18,6 milhões). Estes títulos são activamente transaccionados e possuem um grau elevado de liquidez. A negociação desta carteira alterou-se para *vintages* mais recentes;

  - Títulos AFS de £13,6 mil milhões (2008 - £14,9 mil milhões) relativos a carteiras de liquidez detidas pelo US Retail & Commercial; e

  - A diminuição em exposição durante o ano foi devida aos movimentos das taxas de câmbio impulsionadas pelo reforço da libra esterlina contra o dólar dos EUA no primeiro semestre do ano e uma diminuição nos saldos no segundo semestre do ano.

  - Outras exposições garantida spor governos europeus de £16,2 mil milhões. Estes são largamente constituídos por carteiras de liquidez de £15,6 mil milhões detidas pela Tesouraria do Grupo (2008 - £17,7 mil milhões) em RMBS garantidos por governos europeus, referenciando-se principalmente a empréstimos garantidas pelos governos holandês e espanhol e obrigações hipotecárias cobertas. A carteira reduziu-se durante o ano, impulsionadas primariamente por movimentos da taxa de câmbio, parcialmente compensado por preços melhorados, principalmente durante o segundo semestre do ano.

- O grupo tem outras carteiras de RMBS de actividade de negociação secundárias, posições armazenadas previamente adquiridas com a intenção de posterior titularização e uma carteira de activos provenientes da reforma de um *securities arbitrage conduit* em 2008.

- Durante o primeiro semestre do ano ocorreram alienações importantes de prime RMBS, em especial £1,5 mil milhões de títulos *vintage* 2005 dos EUA, £0,5 mil milhões de hipotecas espanholas e portuguesas e £0,6 mil milhões de posições que estavam cobertas.

- Os CDO diminuíram de £9,0 mil milhões em 31 de Dezembro de 2008 para 33,9 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009, impulsionados principalmente por diminuições significativas em preços, juntamente com movimentos de taxas de câmbio, no primeiro semestre do ano.

- Os saldos subprimes diminuíram pelos ratings, zonas geográficas e vintages, devido a pagamentos, vencimentos e vendas durante o ano, enquanto as exposições *non-conforming* caíram principalmente devido a resgates de AFS com rating AAA no Reino Unido. Durante o terceiro trimestre, preços melhorados compensaram os resgates em algumas carteiras.

- A US Mortgage negoceia em GBM, US Retail e Commercial estão em Core.

- Muitos dos activos, primariamente CDO e CLO, em negociação Non-Core têm coberturas de mercado em vigor o que origina uma diferença significativa entre o valor contabilístico e a exposição líquida.

- Os activos com rating AAA diminuíram de £93,9 milhões em 31 de Dezembro de 2008 para £65,6 milhões em 31 de Dezembro de 2009, primariamente como resultado da actividade de *sell-down* de títulos *prime* e garantidos pelo governo.

- Não houve alterações significativas na percentagem dos *asset-backed securities* classificados como activos de nível 2 e nível 3 homologamente (2009 - 87% e 4% respectivamente, 2008 - 87% e 5%, respectivamente).

- Houve reduções significativas de rating em em CLO com AAA que passaram para BBB durante o ano.

A parte restante desta secção fornece informação e análise adicionais sobre carteiras de ABS específicos.

Residential mortgage-backed securities (RMBS)

Os RMBS são títulos que representam um interesse numa carteira de hipotecas residenciais. Os reembolsos efectuados nas hipotecas subjacentes são utilizados para efectuar pagamentos aos detentores dos RMBS. O risco dos RMBS variará principalmente em função da qualidade e da região geográfica dos activos hipotecários subjacentes e pelo incremento da qualidade creditícia da estrutura de titularização. Várias tranches de obrigações são emitidas, cada uma garantida pela mesma carteira de hipotecas, mas fornecendo diferentes níveis de senioridade para adaptar-se ao apetite de risco dos investidores. As obrigações mais júnior (ou capital) sofrerão perdas de capital e juros iniciais experimentadas pelo colateral hipotecário referenciado, com cada obrigação mais sénior a beneficiar da protecção prevista pelas notas subordinadas abaixo. Incrementos de qualidade creditícia adicionais podem ser fornecidos ao titular das obrigações RMBS sénior, incluindo garantias sobre o valor das exposições, muitas vezes fornecidos pelas seguradoras *monolines*.

As principais categorias de hipotecas que servem como colateral para os RMBS detidos pelo Grupo são descritas abaixo. O mercado dos EUA tem definições mais estabelecidas de diferenciação da qualidade da hipoteca subjacente e estas são usadas como base para a classificação dos RMBS do Grupo.
RMBS:

Títulos de governos do G10 incluem títulos que são:

- Garantidos ou efectivamente garantidos pelo governos dos EUA, por meio do seu apoio a agências federais e GSE dos EUA.

- Garantidas pelo governo holandês; e

- Obrigações cobertas, referenciada principalmente a empréstimos garantidos pelos governos holandês e espanhol.

Hipotecas garantidas ou efectivamente garantidas são hipotecas que são parte de uma emissão de títulos garantidos por por agência governamental, ou nos EUA, uma entidade que beneficia de uma garantia (directa ou indirecta) prestada pelo governo dos EUA. Nos EUA, o RMBS esta categoria inclui os RMBS emitidas pelo Ginnie Mar, freddie Mac e Fannie Mae. Os RMBS europeus incluem as hipotecas garantidas pelo governo holandês.

Obrigações hipotecárias garantidas são títulos que recorrem a uma pool de activos hipotecários, onde os investidores têm preferência no caso de ocorrer um incumprimento. Estes activos subjacentes são separados dos outros activos detidos pela entidade emissora.

Hipotecas prime ão hipotecas com uma qualidade de crédito mais elevada do que as hipotecas não conformes e sub-prime e excluem obrigações hipotecárias garantidas.

Hipotecas não conformes (ou "Alt-A", usada para exposição nos EUA) têm uma maior qualidade de crédito do que as hipotecas sub-prime, mas inferiores aos mutuários prime. Dentro do sector das

hipotecas dos EUA, as hipotecas não conforme são aquelas que não cumprem os critérios de concessão de empréstimos para agências de hipotecas da EUA (abaixo descritos). Para os créditos hipotecários não EUA, aplica-se um parecer na identificação de empréstimos com características semelhantes aos empréstimos não conformes dos EUA e incluem os empréstimos autocertificados. Alt-A descreve uma categoria de hipotecas em que os mutuantes consideram que o risco é superior ao das hipotecas prime, embora menor do que o de sub-prime. A taxa de juro é geralmente representativa do nível de risco associado.

Hipotecas sub-prime ão os empréstimos para mutuários *sub-prime* tendo normalmente um mau histórico de crédito, que inclui atrasos no pagamento e problemas potencialmente mais graves, tais como sentenças judiciais e falências. Eles também podem apresentar capacidade de pagamento reduzida, conforme mensurada por scores de crédito, elevados rácios de endividamento ou outros critérios que indicam risco mais elevado de incumprimento.

O quadro abaixo analisa o *vintage* das participações do Grupo de carteiras RMBS (valor contabilístico) por zona geográfica.

	EUA	Reino Unido	Outra Europa	RdM	Total	Governos G10	Prime	Não conforme	Sub-prime
2.009	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
2004 e anteriores	8.505	293	1.760	33	10.591	8.703	1.461	99	328
2.005	4.221	783	4.252	74	9.330	6.383	2.173	510	264
2.006	1.847	3.116	7.449	216	12.628	6.826	4.514	690	598
2007 e posteriores	17.093	2.967	7.005	309	27.374	21.643	3.353	1.744	634
	31.666	7.159	20.466	632	59.923	43.555	11.501	3.043	1.824
2.008									
2004 e anteriores	6.839	887	2.122	102	9.950	6.661	2.507	122	660
2.005	9.666	1.694	5.265	65	16.690	10.172	4.794	1.371	353
2.006	3.136	3.273	9.139	234	15.782	8.274	5.376	872	1.260
2007 e posteriores	22.425	2.572	7.749	272	33.018	26.450	4.100	1.652	816
	42.066	8.426	24.275	673	75.440	51.557	16.777	4.017	3.089
2.007									
2004 e anteriores	3.848	946	2.420	243	7.457	3.492	2.750	187	1.028
2.005	4.988	523	5.257	252	11.020	6.486	2.910	448	1.176
2.006	9.496	1.416	9.540	311	20.763	11.151	6.244	1.351	2.017
2007 e posteriores	17.557	1.923	6.428	107	26.015	19.138	4.071	1.792	1.014
	35.889	4.808	23.645	913	65.255	40.267	15.975	3.778	5.235

Ponto principal

- A alteração na composição *vintage* é resultado do *sell-down* do balanço, bem como a acitvidade de negociação da US Mortgage.

Commercial mortgage-backed securities (CMBS)

Os CMBS são títulos que são garantidos por empréstimos hipotecários sobre terrenos e edifícios comerciais. Os títulos são estruturados da mesma forma que os RMBS, mas normalmente os activos subjacentes referenciados terão um maior valor individual. O desempenho dos títulos depende significativamente do sector imobiliário comercial referenciado e da região geográfica.

O Grupo acumulou CMBS para efeitos de titularização e negociação secundária. As maiores detenções de CMBS surgiram como resultado da compra do Grupo de tranches sénior em estruturas CMBS *mezzanine* e de alto grau a terceiros. Esses títulos são predominantemente cobertos por seguradoras *monolines*. Como resultado, o risco do Grupo é limitado à exposição de risco de crédito de contraparte pela cobertura. O grupo também detém CMBS decorrentes de operações de titularização de hipotecas comerciais europeias originadas pelo Grupo.

O quadro seguinte mostra a composição das carteiras CMBS do Grupo (valor contabilísitico) por zona geográfica e sector.

	2009					2008				
	EUA	Reino Unido	Outra Europa	RdM	Total	EUA	Reino Unido	Outra Europa	RdM	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Agência federal EUA	1.438	–	–	–	1.438	649	–	–	–	649
Escritório	557	696	231	–	1.484	428	915	402	–	1.745
Retalho	507	112	64	33	716	295	43	2	49	389
Uso misto	28	145	558	10	741	20	99	975	45	1.139
Multifamiliar	221	130	26	–	377	159	143	–	–	302
Hotel	166	36	–	–	202	40	35	–	–	75
Saúde	55	90	24	–	169	24	13	81	–	118
Outro	265	96	21	–	382	530	147	186	47	910
	3.237	1.305	924	43	5.509	2.145	1.395	1.646	141	5.327

Pontos principais

- Os valores contabilísticos CMBS diminuíram devido a movimentos nas taxas de câmbio impulsionadas pelo reforço da libra esterlina contra o dólar dos EUA e o euro, bem como pagamentos, vendas e abatimentos modestos. Isto foi mais do que compensado por classificações de activos revistos, incluindo ABS emitidos por agência federal dos EUA previamente classificada por títulos de dívida do governo dos EUA.

- Não houve aquisições materiais de CMBS pelo Grupo em 2009. Quando as exposições dentro dos tipos CMBS aumentaram, isto foid devido a uma mudança de exposição do sector de ubstituições permitidas, particularmente dentro de estruturas EUA e classificações de sector revistas.

Collateralised debt e loan obligations

As *collateralised debt obligations* (CDO) são títulos cujo desempenho está dependente de uma carteira de referência de activos titularizados subjacentes. Os activos de referência são compostos geralmente por ABS, mas podem incluir também outras classes de activos. Os *collateralised loan obligations* representam títulos em entidades de finalidade especial, cujos activos são primariamente fluxos de caixa de empréstimos alavancados subjacentes. Algumas das participações do Grupo dos títulos *asset-backed* foram originadas para estruturas CDO. Estas estruturas CDO inclui ABS extrapatrimoniais com coberturas para fornecer exposições líquidas *super sénior* CDO.

O Grupo reteve volumes significativos de posições super sénior em CDO. Estas posições representam as posições mais séniores no CDO e, no momento da estruturação, eram sénior para tranches com *rating* AAA por agências de *rating* independentes. No entanto, desde o início destas transacções, as tranches subordinadas diminuíram significativamente em valor tanto que, em 31 de Dezembro de 2009, não havia valor significativo em qualquer das posições subordinadas relacionadas com as posições abertas super sénior em ABS CDO. A exposição das posições abertas em 31 de Dezembro de 2009 é £910 milhões (2008 – £1.182 milhões). A exposição líquida representa o valor contabilístico após tomar em conta a protecção de cobertura comprada a seguradoras *monolines* e outras contrapartes, mas exclui o efeito de ajustamentos de avaliação de créditos de contraparte.

Outras *asset-backed securities*

Outras asset-backed securities são títulos emitidos de veículos de titularização semelhantes aos das estruturas RMBS e CMBS, com referência a fluxos de caixa geradoras de activos que não hipotecas. A grande variedade de activos subjacentes de referência resulta em diferentes níveis de desempenho dos activos.

O Grupo acumulou estes activos de uma gama de actividades de negociação e financiamento. O valor contabilístico dos outros *asset-backed securities* do Grupo por tipo de activo subjacente e região geográfica é mostrado a seguir.

	2009					2008				
	EUA £m	Reino Unido £m	Outros Europa £m	RdM £m	Total £m	EUA £m	Reino Unido £m	Outros Europa £m	RdM £m	Total £m
Obrigações garantidas	–	–	2200	–	2200	–	–	3301	–	3301
Consumidor	346	351	1.050	528	2.275	956	408	118	729	2.211
Empréstimos a estudantes	731	–	–	–	731	953	–	–	–	953
Outras locações	27	491	279	–	797	1	492	455	–	948
Locações de aeronaves	382	17	–	61	460	459	23	–	273	755
Automóvel e equipamento	78	26	384	308	796	160	30	466	29	685
Utilities e energia	104	37	159	32	332	47	19	48	143	257
Filme/entretenimento	12	–	1	–	13	86	–	–	–	86
Outro	1206	202	296	258	1.962	920	650	710	263	2.543
	2.886	1.124	4.369	1.187	9.566	3.582	1.622	5.098	1.437	11.739

Pontos principais

- A redução no valor contabilístico das exposições das Outras ABS do Grupo reflecte as alienações de activos e os movimentos das taxas de câmbio. Não houve aquisições materiais de Outras ABS pelo Grupo no ano. Onde as exposições dentro de tipos de activos específicos aumentaram, iso deveu-se a uma combinação de substituições permitidas dentro das estruturas e classificações do sector revistas, particularmente em relação a posições de consumidores.

- As obrigações garantidas incluem *asset-backed securities* emitidas primariamente por instituições financeiras espanholas. Estes títulos beneficiam de um reforço de crédito fornecido pelas instituições emitentes.

Ajustamentos de avaliações de crédito (CVA)

Os CVA representam uma estimativa do ajustamento para chegar ao justo valor que o participante de mercado faria para incorporar o risco de crédito inerente em exposições de derivados de contraparte. O grupo faz esses ajustamentos de créditos para exposições derivadas que têm para com contrapartes, bem como ajustamentos de avaliação de débito (DVA) para passivos emitidos pelo Grupo. A metodologia do Grupo utilizada para derivar DVA é diferente da utilizara para CVA e é discutida na Nota 11 Instrumentos financeiros - crédito próprio na página 281.

O Grupo comprou protecção a seguradores *monolines* ("*monolines*"), sociedades de produtos derivados de crédito (CDPC) e outras contrpartes, O grupo faz CVA a exposições que tem com estas contrapartes. Os CVA em 31 de Dezembro de 2009 estavam assim estabelecidos.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Seguradoras *monolines*	3.796	5.988	862
CDPC	499	1.311	44
Outras contrapartes	1.588	1.738	263
Total ajustamentos CVA	5.883	9.037	1.169

Pontos principais

- Durante 2009 houve uma redução significativa no nível de CVA contra exposições a seguradoras *monolines* e CDPC, primariamente impulsionada por uma redução nas exposições brutas a estas contrapartes devido a combinação da reestruturação de certas negociações e preços mais elevados de instrumentos de referência subjacentes.

- A redução no CVA detido contra as exposições a outras contrapartes foi primariamente impulsionada por uma redução no risco de contraparte devido à redução dos *spreads* de crédito.

Seguradoras *monolines*

O grupo adquiriu protecção a seguradoras monolines, principalmente contra *asset-backed securities* específicos. As seguradoras *monolines* especializam em fornecer protecção de crédito contra os fluxos de caixa de capital e juros devidos aos detentores de instrumentos de dívida em caso de incumprimento pela

contraparte dos títulos de dívida. Essa protecção é normalmente realizada sob a forma de derivados como os *credit default swaps* (CDS) referenciando-se aos riscos subjacentes detidos directa ou sinteticamente pelo Grupo.

O *mark-to-market* bruto da protecção *monoline* depende do valor dos instrumentos contra a protecção que foi comprada. Um justo valor positivo, ou um ganho de avaliação, na protecção +e reconhecida no justo valor do instrumento a que se referencia diminuir. Para a maioria dos negócios o *mark-to-market* bruto da protecção *monoline* é dterminado directamente do preço de justo valor do instrumento de referência subjacente. Para a maioria dos negócios o *mark-to-market* é determinado utilizando os modelos standards da indústria.

A metodologia utilizada para calcular o CVA *monoline* usa *spreads* CDS e níveis de recuperação para determinar os nível implícito de mercado de perda esperada em exposições *monoline* com vencimento diferentes. O CVA é calculado ao nível da negociação ao aplicar a perda esperada correspondente a cada vencimento esperado da negociação ao *mark-to-market* bruto da protecção *monoline*. O vencimento esperado de cada transacção reflecte a amortização nocional prevista dos instrumentos de referência subjacentes e se os pagamentos devidos da seguradora *monoline* são recebidos no ponto de incumprimento ou durante a vida dos instrumentos de referência subjacentes.

O quadro abaixo resume a exposição do Grupo a *monolines*; todas elas estão na divisão Non-Core.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Exposição bruta a *monolines*	6.170	11.581	3.409
Coberturas com instituições financeiras	(531)	(789)	–
Ajustamento da avaliação de crédito	(3.796)	(5.988)	(862)
Exposição líquida *monolines*	1.843	4.804	2.547
CVA como % da exposição bruta	62%	52%	25%

Pontos principais

- A exposição a seguradoras *monolines* diminuiu consideravelmente durante 2009 devido à combinação da reestruturação de certas exposições e preços mais elevados dos instrumentos de referência subjacentes. As transacções com seguradoras monolines são predominantemente em dólares norte-americanos e o fortalecimento da libra esterlina contra o dólar norte-americano em 2009 reduziu ainda mais a exposição.

- O nível global de CVA diminuiu, de acordo com a redução em exposição a essas contrapartes. No entanto, em relação à exposição a contrapartes *monoline, o CVA aumentou de 52% para 62% devido a uma combinação a maiores spreads* de crédito e taxas de recuperação mais baixas. Estes movimentos levaram a uma deterioração na qualidade de crédito das seguradoras *monoline* como evidenciado pelas reduções das notações de crédito (como mostrado no quadro da página seguinte, juntamente com a exposição do grupo a seguradoras *monoline* por categoria de activo).

RWA*

Contraparte e RWA de crédito relativamente a estruturas de risco incorporando exposições *monoline* brutas aumentaram de £7,3 mil milhões para £13,7 mil milhões durante o ano. O aumento foi impulsionado pelas avaliações de risco de crédito revistas destas contrapartes nos primeiros nove meses do ano, parcialmente compensada pelas reduções no último trimestre devido a reestruturação.

O quadro abaixo resume as exposições *monolines* por notação de risco:

2009	Montante nocional: activos protegidos £m	Justo valor: activos protegidos £m	Exposição bruta £m	Ajustamento de avaliação de crédito £m	Cobertura £m	Exposição líquida a monolines £m
AA	7.143	5.875	1.268	378	–	890
Sub-investment grade	12.598	7.696	4.902	3.418	531	953
	19.741	13.571	6.170	3.796	531	1.843
Dos quais						
CDO	2.284	797	1.487	1.059		
RMBS	82	66	16	2		
CMBS	4.253	2.034	2.219	1.562		
CLO	10.007	8.584	1.423	641		
Outros ABS	2.606	1.795	811	410		
Outro	509	295	214	122		
	19.741	13.571	6.170	3.796		
		2.008				
AA	8.937	6.537	2.400	1.067	–	1333
BBB	16.895	8.396	8.499	4.426	768	3.305
Sub-investment grade	2.188	1.506	682	495	21	166
	28.020	16.439	11.581	5.988	789	4.804
Dos quais						
CDO	5.779	1.395	4.384	2.201		
RMBS	93	65	28	10		
CMBS	4.849	2.388	2.461	1.429		
CLO	12.865	9.673	3.192	1.556		
Outros ABS	3.666	2.460	1.206	617		
Outro	768	458	310	175		
	28.020	16.439	11.581	5.988		
	2.007					
AAA	23.596	20.913	2.683	243	–	2440
AA	300	193	107	—		107
BBB	–	–	–	—		–
Sub-investment grade	1.072	453	619	619	–	–
	24.968	21.559	3.409	862	–	2547
Dos quais						
CDO	5.894	3.459	2.435	615		
RMBS	73	73	–	–		
CMBS	3.731	3.421	310	34		
CLO	9.941	9.702	239	44		
Outros ABS	4.553	4.388	165	14		
Outro	776	516	260	155		
	24.968	21.559	3.409	862		

As notações de risco de crédito são baseadas nas notações das agências Standard & Poor's (S&P) e Moody's. Quando as notações de risco diferen, aplica-se a mais baixa.

Pontos principais

- A maioria da exposição corrente é a contrapartes *monolines* de *sub-investment grade*. Quase todas dessas contrapartes tiveram redução de notação de risco durante o ano.
- A principal exposição relaciona-se com CMBS, CDO e CLO.
- Os preços CDO e CLO melhoraram durante o ano, a maioria durante o último trimestre, enquanto os CMBS se deterioram ligeiramente durante o ano, com um ligeiro melhoramento no quarto trimestre.

Certo número de instrumentos de dívida com protecção *monoline* foi reclassificado de detidos para negociação para disponíveis para venda com efeito a partir de 1 de Julho de 2008. As alterações no justo valor desta reclassificação apenas são reconhecidas na demonstração de resultados na medida em que forem consideradas imparidades. As alterações no justo valor da protecção *monoline* relacionada continuam a ser registadas na demonstração de resultados. Os preços mais elevados destes títulos de dívida em 2009 deram origem a perdas líquidas da diminuição correspondente no *mark-to-market* bruto da protecção *monoline* relacionada. A reclassificação deu origem a lucros em 2008. Um resumo dos títulos de dívida reclassificados detidos a 31 de Dezembro de 2009 são mostrados no quadro abaixo:

	£m
Justo valor em 1 de Julho de 2008 (1)	6.248
Justo valor em quinta-feira, 31 de Dezembro de 2009 (2)	5.022

Notas:

(1) Representa o justo valor dos títulos de dívida reclassificados, ajustados ao capital com base nos fluxos de caixa entre 1 de Julho de 2008 e 31 de Dezembro de 2009.

(2) Da variação líquida em justo valor, as perdas de justo valor de £563 milhões não foram reconhecidos na demonstração de resultados.

Se os títulos de dívida não tivessem sido reclassificados, todas as variações no justo valor teria sido reconhecido na demonstração de resultados e seria compensada pelas variações no junto valor do *monoline CDS* relacionado. Na medida em que o nível de imparidades registado difere das variações do justo valor dá origem a um lucro ou perda líquido que, mas não para reclassificação, deveriam ser registados para fins de contabilização.

O efeito da demonstração de resultados líquida relacionada a exposições *monoline* é mostrado abaixo:

	£m
Ajustamento de avaliação de crédito em 1 de Janeiro de 2009	(5.988)
Ajustamento de avaliação de crédito em quinta-feira, 31 de Dezembro de 2009	(3.796)
Diminuição em ajustamento de avaliação de crédito	2.192
Débito líquido relacionado com a realização, coberturas, divisas e outros movimentos	(3.290)
Bébito líquido relacionado com títulos de dívida reclassificados	(1.468)
Débito líquido na demonstração de resultados (1)	(2.566)

Notas:

(1) Inclui uma perda de £2.387 milhões registados como resultado de actividades de negociação, £239 milhões de perdas por imparidades e £60 milhões de outro rendimento relacionado com a reclassificação dos títulois de dívida.

Pontos principais

- Perdas realizadas resultantes da reestruturação de certas exposições, juntamente com o impacto do enfraquecimento do dólar norte-americano em relação à libra esterlina, são os principais componentes dos £,3 mil milhões acima.

- A perda líquida resultante da reclassificação dos títulos de dívida é devido à diferença entre as perdas por imparidade nestos títulos disponíveis para venda e os ganhos que teriam sido reportados na demonstração de resultados se estes activos tivessem continuado a ser contabilizados como detidos para negociação.

O Grupo também possui uma exposição indirecta a seguradoras *monolines* através de títulos e outros activos englobados que têm uma melhoria de qualidade creditícia intrínseca por uma seguradora *monoline*. Estes títulos são negociados com o benefício de melhoria da qualidade de crédito. Qualquer deterioração na notação de crédito da *monoline* reflecte-se no justo valor desses activos.

Sociedades de produtos derivados de crédito (CDPC)

Uma CDPC é uma sociedade que vende protecção para derivados de créditos. As CDPC são semelhantes às seguradoras monolines, no entanto, não são reguladas como seguradoras.
O Grupo comprou protecção de derivados de crédito às CDPC através de tranches e derivados de crédito de nome único. A exposição do Grupo para CDPC é predominantemente devida a derivados de crédito em tranches. Uma tranche é referente a uma carteira de empréstimos e obrigações e fornece protecção contra as perdas de incumprimento da carteira total que excedam uma certa percentagem da carteira nocional (o *attachment point*) até uma outra percentagem (o *detachment point*). O grupo tem transaccionado predominantemente tranches sénior com CDPC, sendo os pontos médios de *attachment* e *detachment* 15% e 51%, respectivamente (2008 - 16% e 50%, respectivamente), e a maioria dos empréstimos e obrigações nas carteiras de referência são *investment grade*.
O *mark-to-market* bruto da protecção CDPC é determinado pelo uso de modelos standards da indústria. A metodologia utilizada para calclar o CVA CPDC é diferente do delineado acima para as *monolines*, pois não há *spreads* de crédito observáveis no mercado e os níveis de recuperação para estas entidades. O nível de perdas esperadas sobre exposições CDPC é estimado analisando as transacções subjacentes e o custo de cobertura das perdas por incumprimento esperadas em excesso do capital disponível em cada veículo.

Um resumo da exposição do Grupo a CDPC é detalhado abaixo:

	2009	**2008**	**2007**
	£m	**£m**	**£m**
Exposição bruta a CDPC	1.275	4.776	863
Ajustamento da avaliação de crédito	(499)	(1.311)	(44)
Exposição líquida a CDPC	776	3.465	819
CVA como % da exposição bruta	39%	27%	5%

Pontos principais

- A exposição a seguradoras *monolines* diminuiu consideravelmente durante 2009 devido à combinação da reestruturação de certas exposições e preços mais elevados dos instrumentos de referência subjacentes. As transacções com seguradoras monolines são predominantemente em dólares norte-americanos e o fortalecimento da libra esterlina contra o dólar norte-americano em 2009 reduziu ainda mais a exposição.

- O nível global de CVA diminuiu, de acordo com a redução em exposição a essas contrapartes. No entanto, em relação à exposição a contrapartes *monoline, o CVA aumentou de 52% para 62% devido a uma combinação a maiores spreads* de crédito e taxas de recuperação mais baixas. Estes movimentos levaram a uma deterioração na qualidade de crédito das seguradoras *monoline* como evidenciado pelas reduções das notações de crédito (como mostrado no quadro da página seguinte, juntamente com a exposição do grupo a seguradoras *monoline* por categoria de activo).

RWA*

Contraparte e RWA de crédito relativamente a exposições CDPC brutas aumentaram de £5,0 mil milhões para £7,5 mil milhões durante o ano. Além disso, as deduções de capital regulamentar de £347 milhões foram tomadas no final do ano (2008 - nada).

O quadro abaixo resume as exposições CDPC por notação de risco:

2009	Montante nocional: activos protegidos £m	Justo valor: activos protegidos referência £m	Exposição bruta £m	Ajustamento de avaliação de crédito £m	Exposição líquida a CDPs £m
AAA	1.658	1.637	21	5	16
BBB	1.070	1.043	27	9	18
Sub-investment grade	17.696	16.742	954	377	577
Rating retirado	3.926	3.653	273	108	165
	24.350	23.075	1.275	499	776

	2.008				
AAA	6.351	4.780	1.571	314	1.257
AA	12.741	10.686	2.055	594	1.461
A	1.546	1.321	225	79	146
BBB	4.601	3.676	925	324	601
	25.239	20.463	4.776	1.311	3.465

	2.007				
AAA	20.605	19.742	863	44	819

Pontos principais

- Quase toda a actual exposição é a CDPC que são quer *sub-investment grade* ou tiveram a sua notação de risco retirada em 2009. A maioria das contrapartes CDPC sofreram reduções da notação de crédito durante o ano.

- £750 milhões de exposição líquida em 31 de Dezembro de 2009 está na divisão Non-Core, incluindo toda a exposição do *sub-investment grade*.

O efeito da demonstração de resultados líquida resultante de exposições CDPC é mostrado abaixo:

	2007 £m
Ajustamento de avaliação de crédito em 1 de Janeiro de 2009	(1.311)
Ajustamento de avaliação de crédito em 31 de Dezembro de 2009	(499)
Diminuição em ajustamento de avaliação de crédito	812
Débito líquido relacionado com coberturas, divisas e outros movimentos	(1.769)
Débito líquido na demonstração de resultados (resultado de actividades de negociação)	(957)

Pontos principais

- O Grupo tem coberturas adicionais em vigor que efectivamente limitam a exposição às CDPC quando o Grupo tem um risco significativo. Conforme a exposição destes CDPC se reduziu, foram incorridas perdas nas coberturas adicionais.

- Estas perdas, juntamente com as perdas emergentes en transacções que cobrem CVA são os componentes primários de £1,8 mil milhões acima.

CVA atribuível a outras contrapartes

O CVA para todas as outras contrapartes é calculado numa base de carteira reflectindo uma estimativa do montante que um terceiro debitaria para assumir o risco de crédito.

As perdas esperadas são determinadas pela probabilidade de incumprimento implícita do mercado e níveis de recuperação avaliados internamente. A probabilidade de incumprimento é calculada com referência a *spreads* de crédito observáveis e níveis de recuperação observáveis. Para contrapartes onde não existem dados observáveis, a probabilidade de incumprimento é determinada dos *spreads* de crédito médios e n´veis de recuperação de cabazes de entidades com *ratings* semelhantes. É aplicada uma ponderação de 50% a 100% para chegar ao CVA. A ponderação reflecte mistura a composição da carteira e varia de acordo com a qualidade de crédito de contraparte.

As perdas esperadas são aplicadas às posições futuras potenciais estimadas, que sºao modeladas para reflectir a volatilidade dos factores de merccado que impulsionam as exposições e a correlação entre estes factores. As exposições futuras potenciais emergentes de produtos *vanilla* (incluindo derivados de taxa de juro e taxa de câmbio) são modeladas em conjunto, utilizando os sistemas de risco de contraparte do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2009, mais de 75% dos CVA do grupo detidos em relação a outras contrapartes resulta destes produtos *vanilla*. As exposições resultantes de todos os outros tipos de produtos são modeladas e avaliadas individualmente. A exposição futura potencial de cada contraparte +e o acumulado das exposições resultantes dos tipos de produtos subjacentes.

A correlação entre exposição e risco de contraparte também é incorporada no cálculo CVA, quando este risco é considerado significativo. O risco resulta primariamente nas transacções com contrapartes de mercados emergentes em que o valor *mark-to-market* bruto da transacção, e por conseguinte a exposição de contraparte, aumenta conforme a força da divisa local diminui.

A garantia detida nos termos de um acordo de suporte de crédito é introduzida no cálculo do CVA. Nesses casos em que o Grupo detém a garantia contra exposições de contraparte, o CVA é detido na medida em que o risco residual se mantém.

O CVA é detido contra exposições a todas as contrapartes, com a excepção da protecção CDS, que o Grupo comprou ao HMT, como parte da sua participação no APS, devido às características únicas deste derivado.

O efeito da demonstração de resultados líquida da variação no nível de CVA para todas as outras contrapartes e transacções relacionadas é mostrado no quadro abaixo.

	£m
Ajustamento de avaliação de crédito em 1 de Janeiro de 2009	(1.738)
Ajustamento de avaliação de crédito em quinta-feira, 31 de Dezembro de 2009	(1.588)
Diminuição em ajustamento de avaliação de crédito	150
Débito líquido relacionado com coberturas, divisas e outros movimentos	(841)

	£m
Débito líquido na demonstração de resultados (resultado de actividades de negociação)(691)	

Pontos principais

- Emergiram perdas em transacções cobrindo o CVA detido contra outras contrapartes, devido à diminuição dos *spreads* de crédito. Estas perdas, juntamente com as perdas realizadas de incumprimentos de contrapartes, são a causa primária das perdas emergentes em câmbios, coberturas, realizações e outros movimentos.

- O efeito na demonstração de resultados líquido foi impulsionado pelas actualizações na metodologia CVA, coberturas e incumprimentos realizados compensando os movimentos CVA.

  - A actualização primária aplicada à metodologia CVA reflectiu um mudança ao nível do mercado na abordagem à formação de preços e gestão do risco de contraparte. A alteração na metodologia relacionada com o cálculo da probabilidade de incumprimento. A base para este cálculo deslocou-se numa mensuração de mercado implícito e histórico misturada com a metodologia de mercado implícita acima descrita. Outras actualizações à metodologia foram feitas para reflectir a correlação entre a exposição e risco de contraparte.

  - Antes da actualização da metodologia CVA, os movimentos CVA impulsionados por alterações ao elemento histórico da mensuração misturada não foram cobertos, resultando em perdas durantes durante o ano emergentes de aumentos de CVA relacionados.

  - O CVA é calculado numa base de carteira e reflecte uma estimativa das perdas que emergirão em toda a carteira, devido a incumprimentos de contrapartes. Não é possível cobrir perfeitamente os riscos que impulsionam o CVA e isto leva a diferenças entre o CVA e os movimentos de cobertura. As diferenças também emergem entre as perdas por incumprimentos realizados e a proporção de CVA detido em relação a contrapartes individuais.

Leverage finance

A *leveraged finance* é comumente empregada para facilitar as operações de finanças empresariais, tais como aquisições ou *buy-outs* e é assim chamada devido ao elevado rácio de dívida em relação ao capital próprio (alavancagem) comum nestas transacções Um banco na qualidade de *lead manager* para uma transacção de *leveraged finance* subscreverá tipicamente um empréstimo, sozinho ou com outros, e então sindicá-lo-á o a outros participantes. Tipicamente o Grupo detém uma porção destes empréstimos como parte da sua carteira de longo prazo uma vez concluída a sindicação primária (carteira detida) A maioria dos empréstimos de *leveraged finance* detidos como parte da carteira de empréstimos sindicados foram classificados como detidos para negociação para empréstimos e contas a receber com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

A *leveraged finance* fornecida pelo Grupo que foi utilizada pela contraparte é relatada no balanço em empréstimos e adiantamentos. Os montantes não utilizados da facilidade fornecida ao mutuário são relatados nos compromissos da conta extrapatrimonial para emrpestar.

O quadro abaixo mostra as exposições de *leveraged finance* patrocinadas em mercados globais do Grupo por actividade e geografia. A exposição bruta representa o montante total de *levareged finance* autorizados pelo Grupo (utilizados e não utilizados). A exposição líquida representa os valores contabilísticos do balanço da *levareged finance* utilizada e o montante não utilizado total. A diferença entre as exposições brutas e líquidas é principalmente devida ao efeito acumulado de provisões por imparidades e abatimentos históricos nos activos antes da reclassificação.

	2009					2008				
	Américas £m	Reino Unido £m	Outros Europa £m	RdM £m	Total £m	Américas £m	Reino Unido £m	Outros Europa £m	RdM £m	Total £m
Exposição bruta:										
TMT (2)	1.781	1.656	1.081	605	5.123	2.507	1.484	2.001	535	6.527
Industrial	1.584	1.523	1.781	207	5.095	1.686	1.612	1.924	188	5.410
Retalho	17	476	1.354	71	1.918	268	1.285	1.440	89	3.082
Outro	244	1.527	1.168	191	3.130	487	1.391	1.282	126	3.286
	3.626	5.182	5.384	1.074	15.266	4.948	5.772	6.647	938	18.305
Exposição líquida:										
TMT (2)	1.502	1.532	1.045	590	4.669	2.247	1.385	1.982	534	6.148
Industrial	524	973	1.594	205	3.296	607	1.157	1.758	186	3.708
Retalho	17	445	1.282	68	1.812	223	978	1.424	89	2.714
Outro	244	1.461	1.147	191	3.043	484	1.307	1.281	127	3.199
	2.287	4.411	5.068	1.054	12.820	3.561	4.827	6.445	936	15.769
Dos quais										
Utilizados	1.944	3.737	3.909	950	10.540	2.511	4.125	5.159	824	12.619
Não utilizados	343	674	1.159	104	2.280	1.050	702	1.286	112	3.150
	2.287	4.411	5.068	1.054	12.820	3.561	4.827	6.445	936	15.769

Notas:

(1) Todas as exposições acima são em Non-Core

(2) Telecomunicações, *media* e tecnologia

(3) Não há exposições detidas para negociação em 31 de dezembro de 2009 (2008 - £102 milhões).

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor contabilístico da carteira de empréstimos sindicados do Grupo foi de £14.582 milhões, incluindo £12.041 milhões de posições detidas para negociação e £.2.541 milhões classificados como empréstimos e contas a receber. Deste saldo, £8.874 milhões foram utilizados e £5.708 milhões não foram utilizados.

O quadro abaixo analisa os movimentos nas exposições de *leveraged finance* durante o ano.

	Utilizado £m	Não utilizado £m	Total £m
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	12.619	3.150	15.769
Transferências de entrada (de negócios de transacções de crédito)	563	41	604
Vendas	(247)	(144)	(391)
Reeembolsos e reduções de facilidades	(934)	(392)	(1.326)
Negócios financiados	166	(166)	–
Negócios prescritos/falhados	–	(19)	(19)
Alterações no justo valor	(31)	–	(31)
Acréscimo de juros	100	–	100
Provisões para imparidades	(1.041)	–	(1.041)
Câmbio e outros movimentos	(655)	(190)	(845)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	10.540	2.280	12.820

Pontos principais

- Desde o início da perturbação do mercado de crédito no segundo semestre de 2009, o apetite dos investidores por empréstimos alavancados e outros activos igualmente de risco elevado caiu drasticamente, com um risco mais percebido de incumprimento devido à alavancagem envolvida. Além disso, os preços secundários dos empréstimos alavancados negociados caíram devido à pressão vendedora e aumento daas margens, bem como actividade reduzida no mercado primário.

- Durante 2009, a exposição à libra esterlina do Grupo diminuiu, largamente como resultado do enfraquecimento do dólar norte-americano e euro contra a libra esterlina durante o período.

- Houve também um certo número de imparidades de crédito e *write-offs* durante 2009, incluindo alguns nomes que o Grupo deteve anteriormente como parte da sua carteira sindicada.

- Os reembolsos antecipados como resultado de refinanciamentos reduziram ainda mais a exposição.

Não incluídos no quadro acima estão:

- Exposições líquidas de *leveraged finance* da UK Corporate de £7,1 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 – £6,9 mil milhões) relacionados com facilidades de dívida e banca fornecidas em *mid-corporates* no Reino Unido. Destes, £1,4 mil milhões relacionadas com facilidades fornecidas a clientes no sector de retalho e £2,1 mil milhões ao sector industrial (2008 - £1,4 milhões e 2,5 mil milhões, respectivamente).

- As exposições líquidas de *leveraged finance* do Ulster Bank eram de £0,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £0,7 mil milhões).

Entidade de finalidade especial (SPE)

O grupo organiza titularizações para facilitar as operações dos clientes e realiza titularizações para vender activos financeiros ou financiar carteiras de activos específicas. O Grupo também actua como tomador firme e depositário em operações de titularização que envolvam o cliente e operações proprietárias. Numa titularização, activos ou juros numa *pool* de activos são geralmente transferidos para uma entidade de finalidade especial (SPE), que depois emite passivos para investidores terceiros. As SPE são veículos estabelecidas para uma finalidade específica e limitada, normalmente não realiza um negócio ou transacção e, tipicamente, não tem empregados. Elas tomam uma variedade de formas jurídicas – *trusts*, parcerias e sociedades – e cumprem muitas funções diferentes. Para além de serem um elemento-chave das operações de titularização, as SPE são também utilizados em actividades de gestão de fundos para segregar funções de custódia da assessoria de gestão do fundo prestada pelo Grupo.

É sobretudo a extensão dos riscos e recompensas assumidos que determina se essas entidades são consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo. A secção seguinte visa abordar as exposições significativas que decorrem as actividades do Grupo através de tipos específicos de SPE.

O Grupo patrocina e organiza operações de titularização de activos próprios, onde a venda de activos ou juros numa *pool* de activos numa SPE é financiada através da emissão de títulos aos investidores. A *pool* de activos detidos pela SPE pode ser originada pelo Grupo, ou (no caso de programas de empréstimo) adquiridos a terceiros e podem ter diferentes qualidades de crédito. Os investidores em títulos de dívida emitidos pela SPE são recompensados através de retornos ligados ao crédito, de acordo com o rating de

crédito dos seus títulos. A maioria das operações de titularização é suportada por facilidades de liquidez, outros incrementos de qualidade creditícia e coberturas de derivados realizados por instituições financeiras, algumas das quais oferecem protecção contra incumprimentos iniciais na *pool* de activos. Posteriormente, as perdas são absorvidas pelos investidores com as obrigações de *ranking* mais baixo na prioridade dos pagamentos. Os investidores com títulos de dívida mais alto do *ranking* estão normalmente protegidos contra perdas, já que perdas subsequentes podem desencadear o reembolso do seu capital inicial.

O Grupo emprega também estruturas sintéticas, onde os activos não são vendidos à SPE, mas os derivados de crédito são usados para transferir o risco de crédito dos activos para uma SPE. Os títulos poderão ser então emitidos pela SPE aos investidores, sobre a protecção de crédito vendida ao Grupo pela SPE.

Em geral, as hipotecas residenciais e comerciais e saldos de cartões de crédito formam os tipos de activos geralmente incluídos em operações de titularização de caixa, enquanto os empréstimos a empresas e hipotecas comerciais servem como obrigações de referência em titularizações sintéticas.

O Grupo patrocina titularizações de activos próprios, como forma de diversificar as fontes de financiamento, gerir concentrações de risco específicas e alcançar a eficiência do capital. O Grupo compra os títulos emitidos na titularização de activos próprios criados para fins de financiamento. Durante 2008, o Grupo era capaz de garantir *asset-backed securities* com classificação AAA como colateral para acordos de recompra com os principais bancos centrais ao abrigo de esquemas como o Esquema de Liquidez Especial do Banco de Inglaterra, lançado em Abril 2008, que permitiu aos bancos fazer o *swap* temporário de títulos garantidos por garantias e outros de alta qualidade por bilhetes de tesouro líquidos do Reino Unido. Esta prática tem contribuído para as fontes de financiamento do Grupo durante 2008 e 2009, em face da contracção no mercado do Reino Unido para os empréstimos interbancários e da base de investidores para efeitos de titularização.

O Grupo normalmente não retém a maioria dos riscos e recompensas da titularização de activos próprios, criado para fins de diversificação do risco e da eficiência do capital, onde a maioria dos investidores tendem a ser terceiros. Por conseguinte, o Grupo, tipicamente, não consolida as SPE relacionadas.
O Grupo também estabeleceu programas de titularização de empréstimo inteiro nos EUA e Reino Unido, onde os activos originados por terceiros são guardados pelo Grupo para titularização. A maioria desses veículos não está consolidada no Grupo, já que não estão exposta aos riscos e recompensas da propriedade.

O quadro abaixo estabelece as categorias de activo juntamente com o montante contabilístico dos activos e passivos associadso para essas titularizações e outras transferências de activos, para além de *conduits* (discutidos abaixo), em que os activos continuam a ser registados no balanço do Grupo.

	2009		2008		2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Hipotecas residenciais	69927	15.937	55.714*	20.075	23.652	23.436
Saldos de cartões de crédito	2.975	1.592	3.004	3.197	2.948	2.664
Outros empréstimos	36.448	1.010	1.679	1.071	1.703	1.149
Contas a receber de locações financeiras	597	597	1.077	857	1.038	823

* revisto

Pontos principais

- O aumento tanto em hipotecas residenciais como em outros activos de empréstimos no ano relacionam-se com activos titularizados para facilitar o acesso aos programas de liquidez do banco central.

- Como todas as notas emitidas por SPE de titularização de activo próprio são compradas pelas empresas do grupo, os activos são significativamente maiores do que os passivos titularizados.

Conduits

O Grupo de patrocina e administra uma série de *conduits* de *asset-backed commercial paper* (ABCP). O *conduit* é uma SPE que emite papel comercial e utiliza os proveitos para comprar ou financiar uma *pool* de activos. O papel comercial é garantido por activos e é resgatado, quer mediante a emissão de papel

comercial complementar, o reembolso dos activos ou financiamento de facilidades de liquidez. O papel comercial é tipicamente de curto prazo, usualmente até três meses.

Os conduits do Grupo podem ser divididos em *multi-seller conduits* e *conduits* de activos próprios. O Grupo consolida ambos os tipos de *conduit* onde a substância da relação entre o grupo e o veículo *conduit* é tal que o veículo é controlado pelo Grupo. O total de activos detido pelos *conduits* patrocinados pelo Grupo foi de £27,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £49,9 mil milhões) As autorizações de liquidez do Grupo para o *conduit* excederam o montante nominal dos activos financiados pelo *conduit*, pois as autorizações de liquidez são dimensionados para cobrir o custo de financimento dos activos relacionados.

Multi-seller conduits patrocinados pelo Grupo

Os *multi-seller conduits* foram estabelecidos pelo Grupo com a finalidade de proporcionar aos seus clientes o acesso a fontes de financiamento diversificadas e flexíveis. Um *multi-seller conduit* normalmente compra ou financia activos originados pelos clientes dos bancos. Os *multi-seller conduits* representaram 43% da liquidez e incremento da qualidade creditícia totais autorizadas pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - 69,4%).

O Grupo patrocina seis *multi-seller conduits* que financiam activos da Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico. Os activos adquiridos ou financiados pelos *multi-seller conduits* incluem crédito automóvel, hipotecas residenciais, saldos de cartões de créditos, crédito ao consumo e dívidas de clientes comerciais.

Os activos financiados por terceiros pelos *conduits* recebem incrementos de qualidade creditícia dos originadores dos activos. Este incremento de qualidade creditícia, que é específica a cada transacção, pode assumir a forma de excesso colateralização, excesso de *spread* ou empréstimo subordinado e, normalmente, assegura que o activo do *conduit* tem um *rating* equivalente, pelo menos, um único crédito single-A. Além disso, e em consonância com a prática generalizada do mercado, o Grupo oferece uma pequena camada de segunda perda da protecção do programa para *multi-seller conduits*. Dada a natureza e a qualidade equivalente a *investment grade* do incremento de primeira perda proporcionado pelos originadores dos activos, o Grupo tem apenas um risco mínimo de perda na exposição de todo o seu programa. O ABCP emitido é classificado como P-1/A1 pela Moody's e Standard & Poor's.
O Grupo fornece facilidades de liquidez de apoio aos *conduits* que patrocina. Estes *conduits* são capazes de utilizar financiamento nos termos destas facilidades no caso de uma ruptura no mercado de ABCP, ou quando determinados acontecimentos activadores ocorrem e que impedem a emissão de ABCP.

Pontos principais

- O vencimento do papel comercial emitido pelos *conduits* do Grupo é gerido para reduzir o risco de liquidez contingente de curto-prazo de fornecer facilidades de apoio. Os limites sancionados para estas facilidades em 31 de Dezembro de 2009 totalizaram cerca de £25,0 mil milhões (2008 - £42,9 mil milhões). Para um muito pequeno número de transacções num *multi-seller conduit* as facilidades de liquidez foi fornecida por bancos terceiros. Isto ocorre tipicamente nas transacções em que o banco terceiro não utilizada, ou tem, os seus próprios veículos *conduit*.

- O máximo de exposição do grupo à perda nos seus *multi-seller conduits* é de £25,2 mil milhões (2008 - £43,2 mil milhões), sendo o montante total as autorizações das facilidades de liquidez do Grupo, mais a extensão dos incrementos de qualidade creditícia ao nível de programa, que se referem a activos do *conduit* para os quais foram proporcionadas facilidades de liquidez por terceiros.

- O *multi-seller conduits* do Grupo continuaram a financiar a vasta maioria dos seus activos apenas através da emissão de ABCP. Não houve falências sistémicas significativas nos mercados financeiros semelhantes às ocorridas no segundo semestre de 2008 no seguimento da declaração de insolvência do Lehman Brothers em Setembro de 2008. A melhoria das condições de mercado permitiu que estes conduits se deslocassem para um financiamento mais normal por ABCP e reduziu assim a necessidade de financiamento contingente por parte do Grupo.

Conduits de activos próprios do Grupo

Os programas de *conduits* de activos próprios do Grupo foram estabelecidos para diversificar as fontes de financiamento do Grupo. Os *conduits* permite que o Grupo aceda a programas de financiamento de governos centrais e mercado ABCP.

O Grupo detém três *conduits* de activos próprios que têm activos que foram previamente financiados pelo Grupo. Estes veículos representam 56 (2008 - 25%) dos negócios de *conduits* do Grupo (como percentagem do total de liquidez e de incrementos de qualidade creditícia assumidos pelo Grupo), sendo £7,7 mil milhões de ABCP em circulação em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £14,8 mil milhões). O máximo de exposição do Grupo à perda nos seus *conduits* de activos próprios é de £34,2 mil milhões (2008 - £15,9 mil milhões), sendo o montante total realizado e não realizado das autorizações de liquidez

do Grupo para estes *conduits*. Isto inclui uma liquidez autorizada de $40,8 mil milhões (£25,1 mil milhões) para um *conduit* de activos próprios estabelecidos para aceder às operações de mercado aberto do Banco de Inglaterra e £9,1 mil milhões para outros *conduits* de activos próprios. Como a princípio estes *conduits* foram estabelecidos para financiamento contingente e em 31 de Dezembro de 2009 não há papel comercial em circulação, a autorização de liquidez do Grupo para este *conduit* não foi incçuído no quadro abaixo.

Exposição do grupo a *conduits* consolidados

A exposição a *conduits* que são consolidadas pelo Grupo é estabelecida abaixo.

	2009				
	Core £m	Non-Core £m	Total £m	2008 £m	2007 £m
Total de activos detidos pelos *conduits*	23.409	3.957	27.366	49.857	48.070
Papel comercial emitido	22.644	2.939	25.583	48.684	46.532
Liquidez e incremento de qualidade creditícia					
liquidez utilizada em negócio específico:					
utilizada	738	1.059	1.797	1.172	1.537
não utilizada	28.628	3.852	32.480	57.929	61.347
Liquidez a nível do programa: não utilizada	–	–	–	–	75
PWCE (1)	1.167	341	1.508	2.391	3.096
	30.533	5.252	35.785	61.492	66.055
Exposição máxima à perda (2)	29.365	4.911	34.276	59.101	62.959

Notas:

(1) Incremento de qualidade creditícia a nível do programa

(2) A exposição máxima a perdas é determinada como as autorizações de liquidez total do Grupo para os *conduits* e, adicionalmente, o suporte de crédito a nível do programa que absorverá a primeira perda das transacções onde a liquidez de suporte é fornecida por terceiros. O máximo de exposição de terceiros à perda é reduzido por transacções *repos* conduzidas com uma contraparte externa.

Durante o período, tantos os *multi-seller conduit* como o *conduit* de activos próprios foram reduzidos de acordo com a gestão mais ampla do balanço do Grupo.

Análise de colateral, perfil, notações de risco de crédito e anos de vida média ponderada para os *conduits* consolidados pelo Grupo são detalhados abaixo.

	Activos financiados					
2009	Empréstimo £m	Títulos £m	Total £m	Não utilizados £m	Liquidez para liquidez £m	Exposição total £m
Empréstimos automóvel	4.293	356	4.649	2.526	–	7175
Empréstimos a empresas	106	7.695	7.801	161	–	7962
Saldos de cartões de crédito	4.083	–	4.083	1.058	–	5141
Dívidas comerciais de clientes	806	–	806	1.351	–	2157
Empréstimos a estudantes	915	–	915	263	(132)	1046
Empréstimos ao consumo	1.686	–	1686	222	–	1908
Hipotecas:						
Prime	2.739	3	2.742	750	–	3492
Não conforme	1.548	–	1548	193	–	1741
Comercial	413	458	871	155	(22)	1004
Outro	872	1.393	2.265	232	(12)	2485
	17.461	9.905	27.366	6.911	(166)	34111
2008						
Empréstimos automóvel	9.924	383	10.307	1.871	–	12178
Empréstimos a empresas	430	11.042	11.472	534	–	12006
Saldos de cartões de crédito	5.844	–	5.844	922	–	6.766
Dívidas comerciais de clientes	2.745	–	2.745	1.432	(71)	4.106
Empréstimos a estudantes	2.555	–	2.555	478	(132)	2901
Empréstimos ao consumo	2.371	–	2371	409	–	2780
Hipotecas:						
Prime	4.416	2.250	6.666	1.188	–	7854
Não conforme	2.181	–	2181	727	–	2908
Comercial	1228	507	1.735	66	(23)	1778
Outro	1851	2.130	3.981	1.615	–	5596
	33.545	16.312	49.857	9.242	(226)	58873
2007						
Empréstimos automóvel	8.066	578	8.644	3.701	(102)	12243
Empréstimos a empresas	36	8.927	8.963	1.390	–	10353
Saldos de cartões de crédito	5.104	90	5.194	1.206	–	6.400
Dívidas comerciais de clientes	3.068	320	3.388	2.386	–	5774
Empréstimos a estudantes	335	262	597	1.082	(132)	1547
Empréstimos ao consumo	1.886	–	1886	403	–	2289
Hipotecas:						
Prime	4.424	2.263	6.687	664	–	7351
Não conforme	2.343	234	2.577	740	–	3317
Sub-prime	9	117	126	363	–	489
Comercial	799	1.094	1.893	168	(23)	2.038
Comprar para arrendar	–	61	61	8	–	69
CDO	–	2.129	2.129	268	–	2.397
Outro	2.976	2.947	5.923	2.433	–	8.356
	29.046	19.022	48.068	14.812	(257)	62.623

Exposição do grupo a *conduits* consolidados

	Activos financiados CP										
	Distribuição geográfica						Notações de crédito (equivalente S&P)				
2009	Reino Unido £m	Outros Europa £m	EUA £m	RdM £m	Total £m	Anos de vida média ponderada £m	AAA £m	AA £m	A £m	BBB £m	Abaixo BBB £m
Empréstimos automóvel	476	982	2.621	570	4.649	1,8	2.965	1.547	137	–	–
Empréstimos a empresas	312	5.213	1.411	865	7.801	1,0	7.584	111	106	–	–
Saldos de cartões de crédito	177	–	3.823	83	4.083	0,8	2.781	759	420	123	–
Dívidas comerciais de clientes	–	334	438	34	806	0,7	446	266	60	34	–
Empréstimos a estudantes	117	–	798	–	915	0,7	798	117	–	–	–
Empréstimos ao consumo	733	800	153	–	1686	1,5	68	50	1.553	15	–
Hipotecas:											
Prime	138	–	–	2604	2.742	3,1	949	1.746	28	3	16
Não conforme	599	949	–	–	1548	3,7	1.070	379	99	–	–
Sub-prime	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Comercial	641	194	–	36	871	14,7	25	3	840	–	3
Outro	121	670	298	1.176	2.265	2,3	170	249	950	896	–
	3314	9.142	9.542	5.368	27.366	1,9	16.856	5.227	4.193	1.071	19
2.008											
Empréstimos automóvel	801	1.706	7.402	398	10.307	1,7	6.075	883	3.349	–	–
Empréstimos a empresas	1.714	4.347	3.289	2.122	11.472	4,9	10.767	132	573	–	–
Saldos de cartões de crédito	633	–	4999	212	5.844	0,7	3.465	62	2.171	146	–
Dívidas comerciais de clientes	68	922	1.371	384	2.745	0,7	120	1.025	1.600	–	–
Empréstimos a estudantes	144	–	2411	–	2555	0,3	2.296	144	115	–	–
Empréstimos ao consumo	708	1.195	468	–	2371	1,7	387	993	923	68	–
Hipotecas:											
Prime	–	2244	–	4422	6.666	2,8	2.675	3.876	115	–	–
Não conforme	960	1.221	–	–	2181	4,6	351	368	475	987	–
Comercial	713	453	74	495	1.735	11,0	274	518	474	469	–
Outro	166	1.198	684	1.933	3.981	1,2	3	958	2.786	234	–
	5907	13.286	20.698	9.966	49.857	3	26.413	8.959	12.581	1.904	–
2007											
Empréstimos automóvel	2.250	1.259	4.793	341	8.643	1,9	1.457	3.184	3.940	62	–
Empréstimos a empresas	1.127	1.551	4.658	1.627	8.963	6,5	8.838	15	110	–	–
Saldos de cartões de crédito	654	–	4402	138	5.194	1,0	1.286	913	2.848	147	–
Dívidas comerciais de clientes	299	816	1.965	309	3.389	0,9	187	732	2.183	236	51
Empréstimos a estudantes	140	–	457	–	597	1,6	270	311	16	–	–
Empréstimos ao consumo	648	724	514	–	1886	1,2	1.018	473	395	–	–
Hipotecas:											
Prime	276	565	983	4.863	6.687	3,3	1.896	2.181	2.610	–	–

	Activos financiados CP										
	Distribuição geográfica						Notações de crédito (equivalente S&P)				
2009	Reino Unido £m	Outros Europa £m	EUA £m	RdM £m	Total £m	Anos de vida média ponderada £m	AAA £m	AA £m	A £m	BBB £m	Abaixo BBB £m
Não conforme	1.675	833	–	69	2.577	5,1	268	1.596	713	–	–
Sub-prime	–	–	9	117	126	0,2	117	–	9	–	–
Comercial	1023	233	198	439	1.893	9,6	746	630	401	116	–
Comprar para arrendar	61	–	–	–	61	–	37	24	–	–	–
CDO	137	520	1.473	–	2130	2,7	2.115	15	–	–	–
Outro	579	1.071	1.950	2.323	5.923	2,8	2.362	784	2.652	125	–
	8.869	7.572	21.402	10.226	48.069	3,3	20.597	10.858	15.877	686	51

Conduits patrocinados por terceiros

O Grupo também estende às autorizações de liquidez a *multi-seller conduits* patrocinadas por outros bancos, mas tipicamente não cconsidera estas entidades pois o Grupo não retém a maioria dos riscos e recompensas.

A exposição de grupo a *conduits* de terceiros é naliasa a seguir.

	2009				
	Core £m	Non-Core £m	Total £m	2008 £m	2007 £m
Liquidez e incremento de qualidade creditícia;					
liquidez utilizada em negócio específico:					
utilizada	223	120	343	3.078	2.280
não utilizados	206	38	244	198	490
Liquidez a nível do programa:					
utilizados	–	–	–	102	250
não utilizados	–	–	–	504	899
	429	158	587	3.882	3.919
Exposição máxima à perda (1)	429	158	587	3.882	3.919

Notas:

(1) A exposição máxima a perdas é determinada como as autorizações de liquidez total do Grupo para os *conduits* e, adicionalmente, o suporte de crédito a nível do programa que absorverá a primeira perda das transacções onde a liquidez de suporte é fornecida por terceiros.

Veículos de investimento estruturados*

O grupo não patrocina quaisquer veículos de investimento estruturado.

Fundos de investimento criados e geridos pelo Grupo*

O Grupo criou e gere vários fundos de mercado monetário para os seus clientes. Quando um novo fundo de mercado montetário é lançado, tipicamente, o Grupo fornece um montante limitado de capital de arranque para os fundos. O grupo tem investimentos nestes fundos de £776 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £107 milhões). Os investidores do mercado monetário, bem como do mercado não monetário, têm recurso aos apenas aos activos dos fundos. Estes fundos não são consolidados pelo Grupo. Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo teve exposição a um fundo, elevando-se a £145 milhões (2008 - £144 milhões).

Fundos de mercados monetários

Os fundos de mercados monetários tiveram um total de activos de £9,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £13,6 mil milhões). As três subcategorias de fundos de mercado monetário são:

- £8,0 mil milhões (2008 - £8,0 mil milhões) em fundos de mercados monetários geridos pelo Grupo denominados em libras esterlinas, dólares norte-americanos e euros. Os fundos investem em títulos de mercados monetários com elevada notação e de curto prazo, com o objecto de garantir a

estabilidade de capital e valor de activo líquido por acção, níveis apropriados de activos líquidos, juntamente com um rendimento que é comparável à taxa de juros dos mercados monetários de curto prazo na divisa relevante.

- £0,4 mil milhões (2008 - £0,7 mil milhões) em fundos de mercados monetários "Plus" geridos pelo Grupo denominados em libras esterlinas, dólares norte-americanos e euros. Os fundos investem em títulos de elevada notação e de longo prazo com o objectivo de fornecer rentabilidades maiores do que a média de rentabilidade em depósitos de caixa comparáveis.

- £1,2 mil milhões (2008 - £4,9 mil milhões) em fundos de mercados monetários a cargo de vários gestores terceiros denominados em libras esterlinas, dólares norte-americanos e euros. Os fundos investem em títulos de curto prazo com elevada notação, de curto prazo, com o objectivo de maximização no rendimento corrente, consistente com a preservação de capital e liquidez.

Fundos de mercados não monetários

O Grupo também estabeleceu vários fundos de mercados não monetários para permitir que os investidores invistam numa gama de activos, incluindo obrigações, acções, fundos de cobertura, *private equity* e imobiliário. Os fundos de mercados não monetários tiveram um total de activos de £14,9 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £18,7 mil milhões). As três subcategorias de fundos de mercado não monetário são:

- £1,1 mil milhões (2008 - £1,6 mil milhões) em capital comprometido para gerar retornos de investimentos de *private equity* e afins de *private equity* em empresas privadas.

- £13,4 mil milhões (2008 - £16,0 mil milhões) em fundos de vários gestores terceiros. Estes fundos oferecem vários gestores e fundos de produtos de fundos através de obrigações, acções, fundos de coberturas, *private equity* e classes de activos imobiliários. Em Janeiro 2010, o Grupo celebrou um acordo de venda com o Aberdeen asset Management plc para activos de £13,3 mil milhões destes fundos.

- £0,4 mil milhões (2008 - £1,1 mil milhões) em vários instrumentos derivados com o objectivo de fornecer rentabilidades associadas ao desempenho de índices de acções subjacentes.

Governo da empresa

208 Relatório dos administradores
214 Governo da empresa
223 Carta do Presidente da Comissão de Remunerações
225 Relatório sobre a remuneração dos administradores
237 Participações dos administradores em acções
238 Declaração de responsabilidades dos administradores

Relatório dos Administradores

Os administradores apresentam o seu relatório em conjunto com as contas auditadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Reestruturação do capital

Em Novembro de 2008, o Tesouro britânico anunciou a criação do UK Financial Investments Limited (UKFI), uma empresa integralmente detida pelo governo britânico, que irá gerir, numa base independente, a participação do governo do Reino Unido na empresa e em outros bancos que subscreveram o fundo de recapitalização do governo.

Em 19 de Janeiro de 2009, a empresa anunciou, em conjugação com o Tesouro britânico e UKFI, que as £5 mil milhões de acções preferenciais em esterlino não cumulativas detidas pela Tesouro britânico seriam substituídas por novas acções ordinárias. Os accionistas elegíveis podiam exercer os direitos de subscrição para aproximadamente £5 mil milhões em novas acções ordinárias na proporção das suas participações existentes a um preço fixo de 31,75 pence por acção, por meio de uma oferta pública. As acções não subscritas pelos accionistas na oferta pública (ou colocado em nome da empresa) foram subscritas pelo Tesouro britânico, a um preço fixo de 31,75 pence por acção e os proveitos totais da oferta pública foram utilizados para financiar o resgate das acções preferenciais detidas pelo Tesouro britânico, juntamente com o prémio de resgate das acções preferenciais, dividendo acumulado e comissões a pagar ao Tesouro britânico sobre a oferta. As acções preferenciais foram resgatadas em 14 de Abril de 2009 em 101% do seu preço de emissão. Isto resultou no aumento da participação do Tesouro britânico em 16.791.036.376 acções ordinárias para 70,3% do capital social ordinário alargado da empresa.

Em 27 de Novembro de 2009, a empresa anunciou, em conjugação com o Tesouro britânico e UKFI, que iria emitir £ 25,5 mil milhões de novo capital para o Tesouro britânico. Este novo capital, emitido em 22 de Dezembro de 2009, tomou a forma de acções B, que geralmente não conferem direitos de voto nas reuniões de accionistas ordinários, mas que são convertíveis em acções ordinárias e contam como capital Core Tier 1. Embora as acções B têm, elas próprias, direito aos mesmos dividendos das acções ordinárias, foi emitido um Dividendo Access Share em conjunção com eles. O efeito combinado é que o Tesouro Britânico vai gozar dos direitos de dividendos preferenciais, mas não transferíveis, na novo capital que ele proporciona. Embora a emissão do capital de £ 25,5 milhões deverá ser suficiente para fornecer ao RBS rácios de capital robusto de acordo com as previsões do cenário de base do Grupo, a FSA também exige que os bancos tenham capital suficiente para manter um rácio Core Tier 1 mínimo de pelo menos 4 por cento, mesmo num cenário fortemente sob stresse em que as condições económicas se deterioram muito para além de previsões de consenso. Para permitir que o RBS satisfaça este teste, o Tesouro britânico concordou em subscrever até um capital adicional de £8 mil milhões (na forma de acções adicionais B) se o rácio Core Tier 1 do RBS cair abaixo de 5 por cento (a "subscrição contingente"). Este Subscrição Contingente permitirá que o RBS mantenha a sua resiliência de capital, mesmo que tal cenário sob severo stresse irem ocorrer.

Após a aprovação na Assembleia-Geral realizada em 15 de Dezembro de 2009, a RBS aderiu ao Programa de Protecção de Activos, instituído pelo Tesouro britânico, que oferece protecção adicional ao rácio de capital e posição financeira do Grupo.

Resultados e dividendos

A perda atribuível aos accionistas ordinários da empresa para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2009 cifrou-se em £3.607 milhões, comparada a perda de £24.306 milhões no ano findo a 31 de Dezembro de 2008, conforme estabelecido na demonstração de resultado consolidados na página 241.

A empresa não pagará dividendos sobre acções ordinárias em 2009.

O Grupo comprometeu-se, salvo acordo em contrário com a Comissão Europeia, que nem a empresa nem qualquer uma das suas subsidiárias directas ou indirectas (excluindo as empresas do ABN AMRO Group) pagarão quaisquer dividendos aos investidores externos ou cupões sobre instrumentos de capital híbrido existentes (incluindo acções preferenciais, acções B e instrumentos de upper e lower tier 2) a partir da data de uma cujo o início será o mais tardar em 30 de Abril de 2010 e por um período de dois anos subsequentes ("o período de diferimento"), ou o exercício de quaisquer direitos de compra em relação a esses instrumentos de capital entre 24 de Novembro de 2009 e o final do período de diferimento, a menos que haja uma obrigação legal em fazê-lo. Os instrumentos de capital híbrido emitidos após 24 de Novembro de 2009, geralmente, não estão sujeitos à restrição de dividendos ou pagamento de cupões ou opções de compra.

Análise por actividade

Actividades

A empresa é uma sociedade holding que detém a totalidade do capital em acções ordinárias emitido do The Royal Bank of Scotland, a principal subsidiária operacional directa da empresa. O "Grupo" engloba a empresa e todas as suas subsidiárias e associadas, incluindo o Royal Bank of Scotland e NatWest. Pormenores sobre as principais subsidiárias da empresa encontram-se os dados na Nota 16 das demonstrações.

O Grupo dedica-se principalmente à prestação de um vasto leque de serviços bancários, de seguros e outros serviços financeiros. Mais informações sobre a estrutura organizacional e visão de negócio do Grupo, incluindo os produtos e serviços prestados por cada uma das suas divisões e os mercados concorrenciais em que operam, está contida na Análise por actividade, nas páginas 53 e 54.

Após a conclusão de uma análise estratégica, o Grupo realinhou suas divisões Core, nomeadamente a separação da RBS no Reino Unido em UK Retail e UK Corporate. Também foi criada a divisão Non-Core para gerir e liquidar ou alienar um certo número de activos e empresas que não cumprem os critérios-alvo do Grupo.

Factores de risco

O desempenho futuro do Grupo e os resultados podem ser materialmente diferentes dos resultados esperados, dependendo do resultado de certos riscos e incertezas potenciais. As informações sobre os principais factores de risco que o grupo enfrenta são dadas em Análise por actividade, nas páginas 55 e 71.

Os resultados reportados do Grupo também são sensíveis às políticas, pressupostos e estimativas contabilísticos em que a elaboração das suas demonstrações financeiras se baseou. As informações sobre as políticas financeiras básicas do Grupo e as principais fontes das apreciações contabilísticas encontram-se nas páginas 255 a 257.

A abordagem do Grupo relativamente à gestão de riscos, incluindo os seus objectivos e políticas de gestão dos riscos financeiros e a informação sobre a exposição do Grupo aos riscos relacionados com os preços, o crédito, a liquidez e os fluxos de caixa está explicitada na secção de gestão de risco, capital e liquidez da Análise por actividade, nas páginas 72 a 116.

Desempenho financeiro

A análise do desempenho do Grupo durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2009, incluindo informações sobre cada divisão, e da posição financeira do Grupo nessa data está contida na Análise por Actividades, nas páginas 86 a 107.

Desenvolvimentos dos negócios

A RFS Holdings B.V., uma sociedade detida conjuntamente pela empresa, o Estado Holandês e o Banco Santander S.A., e controlada pela empresa, está a implementar uma separação metódica das unidades de negócio do ABN AMRO, com a empresa a reter as seguintes unidades de negócio do ABN AMRO:

- Negócios continuados da Unidade de Negócios América do Norte;
- Unidade de Negócios Clientes Globais e clientes grossistas na Holanda (incluindo os antigos clientes grossistas holandeses) e América Latina (excluindo Brasil);
- Unidade de Negócios Ásia (excluindo o Saudi Hollandi); e
- Unidade de Negócios Europa (excluindo o Antonveneta).

Em 6 de Fevereiro de 2010, os negócios do ABN AMRO adquiridos pelo Estado Holandês foram legalmente cindidos dos negócios adquiridos pelo RBS. Em resultado disso, há agora dois bancos separados dentro da ABN AMRO Holding N.V., o The Royal Bank of Scotland N.V. e a nova entidade chamada ABN AMRO Bank N.V., ambas licenciadas em separado pelo Banco Central holandês. Ambos os bancos continuam a ser governados pela actuais conselhos de administração e fiscal do ABN AMRO Holding N.V. até à separação jurídica do novo ABN AMRO Bank N.V. da ABN AMRO Holding N.V., que se espera que se efective até dois meses após a cisão jurídica e está sujeita à aprovação do Banco Central Holandês. A partir desse ponto, o RBS deixará de consolidar o interesse dos Membros do Consórcio nos resultados oficiais do ABN AMRO.

Colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo empregava mais de 160.000 colaboradores (numa base equivalente a tempo inteiro) em todo o mundo. Pormenores sobre custos relacionados com o pessoal estão incluídos na Nota 3 das demonstrações, na página 261.

O Grupo oferece um pacote de remunerações e benefícios adequados para todos os funcionários, que visa equilibrar os interesses dos colaboradores, accionistas e as necessidades a longo prazo dos negócios e reflecte as reformas dos bónus bancários.

O Grupo está empenhado em liderar o caminho na implementação das reformas das remuneração bancárias, conforme aprovado pelo G20 em Pittsburgh e está a implementar melhorias na divulgação de informações, diferimento e *clawback* dos prémios de bónus, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 para o ano de desempenho de 2009. Uma grande focalização tem sido colocada em alcançar a conformidade com os desenvolvimentos regulamentares emergentes à escala mundial. Isto teve um grande impacto sobre a cultura do Grupo, e as mudanças têm atingido todos os níveis da organização.

Aprendizagem e desenvolvimento dos colaboradores

O Grupo mantém um forte compromisso para criar e fornecer oportunidades de aprendizagem para todos os seus colaboradores através de uma variedade de desenvolvimento pessoal e programas de formação e as redes de aprendizagem. Os colaboradores são incentivados a fazer trabalho voluntário com os parceiros da comunidade.

Comunicação com os colaboradores

O empenho dos colaboradores é incentivado através de uma série de canais de comunicação, tanto ao nível das divisões como do Grupo. Estes canais dão acesso a noticias e informações de vários modos, nomeadamente através da intranet, revistas, vídeos, reuniões de equipas lideradas por gestores hierárquicos, sessões de informação realizadas pelos gestores de topo e diálogo regular com os colaboradores e os seus representantes.

O Grupo Chief Executive e outros executivos de topo do Grupo comunicam regularmente com os colaboradores através de uma variedade de canais.

Consulta aos colaboradores

Todos os anos, os colaboradores são convidados a preencher o inquérito de opinião global aos colaboradores. O inquérito é confidencial e gerido de forma independente pela Towers-Perrin ISR 8agora Towers Watson). O inquérito constitui um canal para os colaboradores expressarem as suas ideias e opiniões acerca do Grupo numa grande variedade de assuntos importantes.

O inquérito 2009 realizou-se em Setembro de 2009 e a taxa de resposta final foi de 87%. Isso significa que mais de 144.000 colaboradores participaram no inquérito, em mais de 50 países.

O Grupo reconhece as organizações representativas dos trabalhadores, como os sindicatos e as comissões de trabalhadores numa série de unidades de negócios e países. O Grupo tem dois Fóruns Europeus de Trabalhadores que dá aos representantes eleitos a oportunidade de conhecerem melhor o impacto das suas operações na Europa. O envolvimento com os seus colaboradores e estes órgãos continua a ser importante para o Grupo

Diversidade e inclusão

O Grupo renovou o seu compromisso com os princípios da diversidade e da inclusão em 2009. O Grupo reconhece que a diversidade de sua força de trabalho é um recurso importante para a empresa e acredita que um ambiente inclusivo permitirá a todos que todos os colaboradores desenvolvam todo o seu potencial e permitirá que o RBS atraia e retenha os melhores talentos.

O Grupo já tem uma série de políticas e processos que se estendem ao longo do ciclo de vida dos trabalhadores, incluindo recrutamento, trabalho flexível e assistência para problemas de saúde e absentismo relacionado com deficiência. O desempenho da diversidade é acompanhado e revisto ao nível do executivo de divisão e do Grupo. Este compromisso estende-se para além do Grupo como parte do apoio comunitário e relações com fornecedores.

Segurança, saúde e bem-estar

O Grupo reconhece que o desempenho em segurança, saúde e bem-estar acrescenta valor aos trabalhadores e às empresas do Grupo a nível mundial. Conhecimento de vanguarda da indústria, ferramentas, produtos e serviços inovadores e uma abordagem prática para implementação são combinados para garantir que continua a ser conseguido um melhor desempenho.

Durante 2009, o Grupo continuou a centrar-se sobre o cumprimento, governo da sociedade e gestão de risco em todas as jurisdições. Foram implementados mecanismos de reforço para apoio à saúde e bem-estar dos trabalhadores, sobretudo tendo em conta o impacto do ambiente económico.

Exames antes da contratação

O Grupo pratica uma política de examinação completa antes da contratação para se precaver contra a possível infiltração e contra a fraude relacionada com os trabalhadores, aplicado a todo o pessoal, directa ou indirectamente, empenhados em negócios do Grupo.

Código de conduta

O Código de Conduta aplica-se a todos os trabalhadores a nível mundial e a todos aqueles utilizados pelo grupo, mas que não são seus empregados, tais como subcontratados e aqueles utilizados através de agências externas.

O código existe para promover um comportamento honesto e ético, incluindo o tratamento dos conflitos reais ou aparentes de interesses entre relações pessoais e profissionais. O Grupo reconhece que a conduta pessoal, a integridade do negócio e a segurança do Grupo é fundamental e o Código serve para informar os trabalhadores sobre as expectativas do Grupo de seus comportamentos e práticas.

Sustentabilidade Empresarial

A sustentabilidade está no centro da forma como o Grupo está a ser reformulado e o RBS mantém um forte compromisso para cumprir os elevados padrões de responsabilidade ambiental, social e ética.

As questões de sustentabilidade empresarial são regidas pela Comissão de Sustentabilidade Empresarial do Grupo (GCSC), criada em 2009. Esta comissão é apoiada pelo Grupo de Trabalho Ambiente, liderado pelo executivo, que tem representantes de todo o Grupo e reporta ao GCSC. O Grupo de Trabalho Ambiente monitoriza os riscos ambientais, oportunidades comerciais, impactos operacionais e comunicação e empenhamento.

O Conselho Consultivo de Microfinanciamento inclui quadros superiores de uma série de partes interessadas e fornece uma supervisão e apoio independentes aos programas de Microfinanciamento e Apoio a Empresas em negócios internacionais do Grupo.

Através do desenvolvimento do "MoneySense" o RBS tem procurado continuamente um aconselhamento independente. Isso foi agora formalizado através da formação do Conselho Consultivo MoneySense, que se baseia nas competências de peritos independentes e parciais para fornecer contribuições estratégicas para o programa MoneySense.

Mais informações sobre as políticas de Sustentabilidade Empresarial do Grupo estão disponíveis em www.rbs.com/sustentabilidade e no Relatório Anual de Sustentabilidade Empresarial.

Projecto de código de divulgação BBA

Em Outubro de 2009, a Associação de Banqueiros Britânicos ("British Bankers' Association" ou "BBA") publicou um projecto de código de Divulgação de Relato Financeiro. O projecto de código estabelece cinco princípios de divulgação em conjunto com orientações de apoio. Os princípios são que o Grupo e de outros grandes bancos do Reino Unido irão oferecer de divulgações de alta qualidade, significativas e úteis para a tomada de decisões; rever e melhorar as suas divulgações de instrumentos financeiros para as áreas-chave de interesse dos participantes do mercado; avaliar a aplicabilidade e pertinência das recomendações de boas práticas para as suas divulgações, reconhecendo a importância dessas orientações; procurar melhorar a comparabilidade das divulgações das demonstrações financeiras em todo o sector bancário do Reino Unido e diferenciar claramente nos seus relatórios anuais entre a informação que é auditada e informações que não é auditada.

O Grupo e os outros grandes bancos do Reino Unido adoptaram voluntariamente o projecto de código nas suas demonstrações financeiras de 2009. Por conseguinte, as demonstrações financeiras 2009 do Grupo foram elaboradas em conformidade com os princípios do código de projecto.

Continuidade operacional

As actividades comerciais e posição financeira do Grupo; os factores que provavelmente afectarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho e os seus objectivos e políticas na gestão dos riscos financeiros a que está exposto e o seu capital são discutidos na Análise por actividade. Os factores de risco que podem afectar significativamente os resultados futuros do Grupo são estabelecidos nas páginas 55 a 71. Os recursos de capital regulamentar do Grupo e os desenvolvimentos significativos de 2009 e desenvolvimentos futuros antecipados são pormenorizados nas páginas 120 a 126. As páginas 154 a 160 descrevem o perfil de financiamento e liquidez, incluindo as principais mudanças nas métricas, a construção de reservas de liquidez e as perspectivas para 2010.

Tendo revisto as previsões do Grupo, projecções e outros elementos relevantes, os administradores têm uma que o Grupo e a empresa continuarão em existência operacional por um futuro previsível. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Grupo e da empresa foram elaboradas numa base de continuidade operacional.

Governo da empresa

A empresa está empenhada em padrões elevados de governo da empresa. Para mais informações, consultar as paginas 214 a 222. As declarações de governo da empresa são parte deste Relatório dos administradores.

Capital social ordinário

Em Abril de 2009, a empresa emitiu 16.909.716.385 acções ordinárias de 25p por meio de uma colocação e oferta com base em três novas acções para cada sete acções já existentes, angariando £5,37 mil milhões.

Em Dezembro de 2009, a empresa emitiu 51 mil milhões de acções B de 1p para o Tesouro britânico a 50p por acção, angariando £25,5 mil milhões.

Em 2009, todos os exercícios de opção foram satisfeitos utilizado acções do mercado de compra. Por conseguinte, não houve aumentos do capital social ordinário em relação a quaisquer exercícios de opção.

As informações sobre o capital de acções ordinárias autorizado e realizado em 31 de Dezembro de 2009 são mostradas na Nota 27 das demonstrações.

Capital de acções preferenciais

Após a colocação e oferta em Abril 2009, a empresa resgatou as cinco milhões acções preferenciais esterlinas não cumulativas de £ 1, emitidas a £1.000 cada (£5 mil milhões no total) detidas pelo Tesouro britânico a 101 por cento do seu preço de emissão, os dividendos acumulados sobre as acções preferenciais de 1 de Dezembro de 2008 e a data de resgate e as comissões a pagar ao Tesouro britânico nos termos do Acordo da Segunda Colocação e Oferta.

As informações sobre o capital de acções preferenciais autorizado e realizado em 31 de Dezembro de 2009 são mostradas na Nota 27 das demonstrações.

Informações complementares

Se não tiverem sido fornecidas anteriormente no Relatório dos Administradores, o texto que se segue contêm informações adicionais de divulgação obrigatória ao abrigo da Parte 6 do Anexo 7 do Regulamentos sobre Relato e Contas 2008.

Os direitos e obrigações associados às acções ordinárias e acções preferenciais da empresa estão consignados nos Estatutos, cujas cópias podem ser obtidas na Companies House no Reino Unido ou em www.rbs.com.

Numa votação de braço no ar numa assembleia-geral da empresa, cada titular de acções ordinárias e acções preferenciais cumulativas presente pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terá um voto. Numa votação nominal, cada titular de acções ordinárias presente pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terá um voto por cada acção detida. Numa votação nominal, os titulares das acções preferenciais cumulativas presentes pessoalmente ou por procuração e com direito a voto terão quatro votos por cada acção detida. A Convocatória da Assembleia-Geral Anual e Assembleias-Gerais especifica os prazos para exercer os direitos de voto e nomear um ou mais procuradores para votar as resoluções a aprovar na assembleia-geral.
As acções preferenciais cumulativas representam menos de 0,01% dos direitos de voto totais da empresa, sendo os restantes representados pelas acções ordinárias.

Não existem restrições quanto à cessão de acções ordinárias na empresa para além daquelas que sejam oportunamente impostas pelas leis e regulamentos (por exemplo, leis sobre o abuso de informação

privilegiada). De acordo com as Regras de Cotação da Financial Services Authority, certos colaboradores da empresa necessitam da aprovação desta para negociar as acções da empresa.

Vários planos de acções da empresa incluem restrições às cessões de acções enquanto estas estivem ligadas aos planos, em particular ao Employee Share Ownership Plan.

Os direitos e obrigações dos titulares de acções preferenciais não cumulativas estão definidos na Nota 27 das demonstrações, páginas 325 a 327.

Excepto em relação ao Dividend Access Share, a empresa não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos entre accionistas que possam gerar restrições à cessão de títulos e/ou direitos de voto. Não existem pessoas que sejam detentoras de títulos com direitos especiais no que se refere ao controlo da empresa.

Segundo certos planos de acções dos trabalhadores, os trabalhadores elegíveis têm o direito de adquirir acções da empresa e estas ficam, em nome dos participantes, à guarda do The Royal Bank of Scotland e do Ulster Bank Dublin Trust Company como *Trustees*. Os direitos de voto são exercidos pelos *Trustees* após receberem instruções dos participantes. Se um participante não der instruções ao *Trustee*, o voto não é registado.

O Employee Share Trust de 1992 do The Royal Bank of Scotland plc, o Employee Share Trust de 2001 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc e o US Employee Share Trust de 2007 do The Royal Bank of Scotland Grupo plc detêm acções em nome dos planos de acções de trabalhadores do Grupo. Os direitos de voto podem ser exercidos pelos *Trustees* mas, de acordo com as directrizes de protecção dos investidores, os *Trustees* abstêm-se de votar. Os *Trustees* procuram aconselhamento independente antes de aceitarem qualquer oferta em relação às suas participações na empresa numa situação de uma oferta pública de aquisição.

Os prémios concedidos ao abrigo dos planos da empresa de acções de trabalhadores podem ser satisfeitas através de uma combinação de acções emitidas de novo e acções adquiridas no mercado pelos *trusts* de benefícios dos trabalhadores da empresa.

As regras que regem a nomeação dos administradores estão definidas na secção de Governo da Empresa, na página 215. Os Estatutos da empresa só podem ser alterados através de uma resolução especial numa assembleia-geral de accionistas.

Qualquer mudança de controlo da empresa na sequência de uma oferta pública de aquisição pode dar origem a que uma série de acordos em que a empresa participa entrem em vigor, sejam alterados ou resolvidos. Além disso, vários contratos de serviço de administradores executivos podem ser afectados no caso de uma mudança de controlo. Todos os planos de acções dos colaboradores da empresa contêm cláusulas relacionadas com uma mudança de controlo. Os prémios e opções a receber podem passar a ser irrevogavelmente adquiridos e exercidos numa situação de mudança de controlo, mediante, quando apropriado, o cumprimento de quaisquer condições de desempenho existentes nessa altura e na proporção dos prémios. No contexto da empresa no seu todo, estes acordos não são considerados significativos.

Administradores

Os nomes e biografias resumidas dos Administradores são apresentados nas páginas 146 e 147.

Colin Buchan, Stephen Hester, Archie Hunter, Joe Gordon Pell MacHale exerceram o cargo ao longo do ano e até à data de assinatura das demonstrações financeiras.

Philip Hampton foi nomeado como administrador e presidente indigitado em 19 de Janeiro de 2009 e como presidente em 3 de Fevereiro de 2009.

Sir Tom McKillop deixou de ser presidente em 3 de Fevereiro de 2009.

Jim Currie, Bill Friedrich, Bud Koch, Janis Kong, Sir Steve Robson, Bob Scott e Peter Sutherland cessaram de ser administradores, em 6 de Fevereiro de 2009.
Sandy Crombie foi nomeado como administrador independente sénior em 1 de Junho de 2009.

Guy Whittaker cessou de ser administrador em 30 de Setembro de 2009.

Bruce Van Saun foi nomeado administrador em 1 de Outubro de 2009.

Philip Scott foi nomeado como administrador em 1 de Novembro de 2009.

Penny Hughes foi nomeado como administradora em 1 de Janeiro de 2010.

Gordon Pell aposentar-se-á do Conselho em 31 de Março de 2010.

Sandy Crombie, Penny Hughes, Philip Scott e Bruce Van Saun, que foram nomeados desde a Assembleia-Geral Anual de 2009, irão apresentar-se para eleição na próxima Assembleia-Geral Anual. Além disso, Philip Hampton e Joe MacHale demitir-se-ão e apresentar-se-ão para reeleição na Assembleia-Geral Anual.

Archie Hunter, que foi administrador desde Setembro de 2004 e presidente da Comissão de Auditoria do Grupo desde Abril de 2005, retirar-se-á do Conselho no final de seu mandato actual na conclusão da Assembleia-Geral Anual do Grupo em Abril de 2010.

A nomeação de um sucessor para Archie Hunter como o presidente do Comissão de Auditoria do Grupo está bastante avançado e está sujeita à aprovação regulamentar final. O anúncio será feito em devido tempo.

Conselheiro geral do Grupo e Secretário do Grupo

Miller McLean retirar-se-á como Conselheiro Geral do Grupo e Secretário do Grupo em 30 de Abril de 2010, após 40 anos com o Grupo.

Participações dos administradores

As participações dos administradores nas acções da empresa em 31 de Dezembro de 2009 estão indicadas na página 237. Nenhum dos administradores detinha uma participação no capital de exploração da empresa ou em acções ou capital de exploração de qualquer uma das subsidiárias da empresa, durante o período de 1 de Janeiro de 2009 a 24 de Fevereiro de 2010.

Indemnizações aos administradores

Nos termos da secção 236 da Lei das Sociedades de 2006, os administradores da empresa, os membros das Comissões Executiva e Gestão do Grupo e as Pessoas Autorizadas FSA beneficiaram da concessão pela empresa da Cláusulas de Qualificação para Indemnização de Terceiros Habilitados.

Nos termos da secção 236 da Lei das Sociedades de 2006, as Cláusulas de Qualificação para Indemnização de Terceiros Habilitados pela empresa foram emitidas para todos os *trustees* de pensões dos planos de pensões do Grupo durante 2009.

Divulgação dos administradores aos auditores

Cada um dos administradores na data da aprovação deste relatório confirma que:

(a) tanto quanto é do seu conhecimento não existem informações de auditoria relevantes de que os auditores da empresa não sejam conhecedores; e

(b) o administrador tomou todas as medidas que lhe competiam como administrador para tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e certificar-se de que os auditores da empresa têm conhecimento dessa informação.

Esta confirmação é feita e deve ser interpretada de acordo com as cláusulas da secção 418 da Lei das Sociedades de 2006.

Acontecimento após o período de relato

Não houve acontecimentos significativos entre o final do ano e da data de aprovação destas contas que exigissem uma alteração ou divulgação nestas contas.

Participações

O quadro a seguir indica os accionistas que comunicaram ao Grupo deter mais de 3% dos direitos de voto nas classes de acções abaixo indicadas em 31 de Dezembro de 2009.

	Número de acções	% Detida
As acções ordinárias		
Representante de negócios do Tesouro de Sua majestade como nomeado pelo Tesouro de Sua Majestade	39.644.835.194	70,33
Acções B		
Representante de negócios do Tesouro de Sua majestade como nomeado pelo Tesouro de Sua Majestade	51.000.000.000	100,00
Acções preferenciais 11% cumulativas		
Guardian Royal Exchange Assurance plc	129.830	25,97
Windsor Life Assurance Company Limited	51.510	10,30
Cleaning Tokens Limited	25.500	5,10
Mr S J e Mrs. J A Cockburn	15.520	3,10
Mr. Stephen J Cockburn	15.290	3,06
Acções preferenciais 5 ½% cumulativas		
Mr P S e Mrs J M Allen, Miss Allen CL e Miss Allen JC	112949	28,23
Commercial Union Assurance plc	91.429	22,86
Bassett Securities Limited, Patrick (1)	46.255	11,56
E M Behrens CharitableTrust	20.000	5,00
Trustees of The Cockburn Stephen Limited Pension Scheme	19.879	4,97
Mrs Gina Wild	19.800	4,95
Miss Elizabeth Hill	16.124	4,03
Mr WT Hardison Jr.	13.532	3,38

Nota:

(1) A empresa recebeu uma notificação em nome de Mr A. W. R. Medlock e Mrs. H. M. Medlock de que cada um deles tem interesses na participação de 5½% das acções preferenciais cumulativas registadas em nome Bassett-Patrick Securities Limited acima referida e que existem outras participações de 5.300 e 5.000 acções dessa classe registadas, respectivamente, no nome de cada um deles.

Contribuições para instituições de beneficência

Em 2009, a contribuição para os programas de Investimento Comunitário do Grupo foi de £63,9 milhões (2008 - £66,3 milhões). O montante total doado para obras de beneficência pela empresa e suas subsidiárias durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi de £34,7 milhões (2008 – £24,8 milhões).

Para garantir que torna os seus investimentos comunitários tão eficazes quanto possível, a política do Grupo está a concentrar os seus recursos em um pequeno número de importantes programas estratégicos. Estes são as questões mais relevantes para uma instituição financeira e relacionam-se, de modo lato, a educação financeira, o apoia a empresas e microfinanças e os empreendimentos de beneficência dos trabalhadores.

Donativos políticos

Na Assembleia-Geral Anual de 2006, os accionistas deram autorização à empresa, por um período de quatro anos, para distribuir donativos políticos e incorrer em despesas para fins políticos até ao montante total máximo de £500.000, como medida de precaução ao abrigo das definições gerais contidas na Lei sobre os Partidos Políticos, Eleições e Referendos de 2000, disposições que foram largamente reformuladas pela Lei de Sociedades de 2006. Estas autorizações não foram utilizadas e serão reactualizadas na próxima Assembleia-Geral Anual.

Não foram realizados donativos políticos na UE, nem foram incorridas despesas políticas na UE, durante o ano e não está proposto alterar a política de longa data do Grupo de não dar contribuições para qualquer partido político.

Política e prática de pagamento aos credores

O Grupo está empenhado em manter uma relação comercial sólida com os seus fornecedores. Por conseguinte, a sua politica é negociar e acordar com os fornecedores termos e condições que incluam o compromisso de pagar aos fornecedores a 30 dias após a recepção de uma factura devidamente emitida, apresentada de acordo com os termos do contrato, a ou qualquer outro período de pagamento que seja acordado.

Em 31 de Dezembro de 2009, os credores comerciais do Grupo correspondiam a 30 dias (2008 – 30 dias) de montantes facturados pelos fornecedores.

Auditores

Os auditores Deloitte LLP indicaram a sua disponibilidade para se manterem em funções. Na próxima assembleia-geral anual será proposta uma resolução para renomear a Deloitte LLP como auditor da empresa.

Por ordem do Conselho de Administração.

Miller McLean
Secretário
245 de Fevereiro de 2010

The Royal Bank of Scotland Group plc
está registado na Escócia sob o Nº 45551.

Governo da empresa

A empresa está empenhada em elevados padrões de governo da empresa, integridade comercial e profissionalismo em todas as suas actividades.

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa cumpriu todas as disposições do Código Combinado publicado pelo Conselho de Relato Financeira em Junho de 2008 (o "Código"), excepto no seguinte:

- Primeiro, em relação às disposições de a Comissão de Remunerações ter que delegar a responsabilidade de estabelecer a remuneração do Presidente e administradores executivos, a empresa considera que isto é um assunto que deve estar devidamente reservada ao Conselho. Nenhum administrador está envolvido em decisões relativa à sua remuneração.

- Segundo, durante o período subsequente de 6 de Fevereiro de 2009 até 1 de Junho de 2009, a empresa não teve um administrador independente sénior e desde 6 de Fevereiro de 2009 a 4 de Agosto de 2009, a Comissão de Remuneração foi composto por dois administradores independentes não executivos e o Presidente do Conselho de Administração, não os três administradores independentes não executivos exigidos pelo Código. Desde a nomeação de Sandy Crombie como administrador independente sénior em 1 de Junho de 2009 e como membro da Comissão de Remunerações em 4 de Agosto de 2009, data em que o Presidente do Conselho de Administração demitiu-se da Comissão de Remunerações, a empresa está em conformidade com ambas as cláusulas do Código.

A empresa também cumpriu com a Financial Reporting Council Guidance nas Comissões de Auditoria, publicadas em Outubro 2008, em todos os aspectos relevantes.

Ao abrigo da Lei Sarbanes -Oxley de 2002 dos EUA (a "Lei"), às empresas com valores mobiliários registados nos EUA aplicam-se normas específicas de governo da empresa e divulgações económicas e financeiras. A empresa cumpre todas as secções aplicáveis da Lei.

A empresa apoia e envolveu-se plenamente na análise do governo de sociedades em bancos e instituições financeiras realizadas por Sir David Walker e tomou várias medidas, conforme descrito ao longo deste relatório para implementar as recomendações da revisão Walker, cujos pormenores podem ser encontrados no secção "Recent Publications" em www.hm-treasury.gov.uk.

Bolsa de Valores de Nova

Como emitente estrangeiro com Acções Depositárias Americanas (ADS) que representam acções ordinárias, acções preferenciais e títulos de divida cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), a empresa é obrigada a divulgar quaisquer aspectos significativos em que as suas práticas de governo da empresa difiram das adoptadas pelas empresas dos EUA ao abrigo das normas de governo empresarial para as empresas cotadas da NYSE. Além disso, a empresa tem de cumprir cabalmente as disposições das normas de cotação relativas à composição, às responsabilidades e ao funcionamento das comissões de auditoria. Estas disposições incorporam as regras aplicáveis às comissões de auditoria ao abrigo da Lei Sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934.

A empresa efectuou uma revisão das suas medidas de governo empresarial e está convicta de que as mesmas são consistentes com as práticas de governo empresarial das empresas cotadas na NYSE, à excepção do facto do Presidente do Conselho de Administrações ser o Presidente do Conselho de Administração e foi membro da Comissão de Remunerações até 4 de Agosto de 2009, sendo ambas as coisas permitidas pelo Código (dado que o Presidente foi considerado independente quando da nomeação). Por outro lado, as Comissões de Auditoria, Nomeações, Risco e Remunerações da empresa são compostas exclusivamente por administradores não executivos considerados pelo conselho de administração como independentes. As normas de governo empresarial das empresas cotadas na NYSE também exigem que uma comissão de remunerações tenha a responsabilidade directa de rever e aprovar a remuneração do Grupo Chief Executive. O Conselho de Administração e não a Comissão de Remunerações reserva-se o direito de efectuar a determinação final da remuneração do Grupo Chief Executive.

A Comissão de Auditoria do Grupo cumpre as disposições das normas de governo empresarial das empresas cotadas na NYSE relativas à composição, responsabilidade e funcionamento das comissões de auditoria. Em Maio de 2007, a empresa apresentou à NYSE a informação escrita anual exigida, confirmando o seu cabal cumprimento daquelas e outras disposições aplicáveis. Para mais informações sobre a Comissão de Auditoria e o seu funcionamento durante 2009, ver o relatório da Comissão de Auditoria nas páginas 219 e 221.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o principal fórum de tomada de decisão da empresa. Tem a responsabilidade global pela gestão dos negócios e assuntos do Grupo, o estabelecimento da estratégia do Grupo e aumento e alocação do capital e é responsável perante os accionistas pelo desempenho operacional. O Conselho avalia questões estratégicas e garante que o Grupo gere o risco eficazmente através da aprovação e monitorização do apetite de risco do Grupo, considerando os cenários de stresse e mitigantes acordados e identificando as ameaças estratégicas de longo prazo para as operações comerciais do Grupo. O Conselho tem um programa formal de temas, detalhando os principais aspectos dos assuntos da empresa que estão reservados à sua decisão. Este programa é revisto anualmente.

As funções do Presidente e do Grupo Chief Executive são distintas e separadas com uma clara divisão de responsabilidades. O Presidente dirige o Conselho e assegura a dedicação e contribuição efectiva de todos os administradores executivos e não executivos. O Grupo Chief Executive detém a responsabilidade de todas as actividades do Grupo e actua de acordo com a autoridade que lhe é delegada pelo Conselho de Administração. A responsabilidade pela elaboração das políticas e estratégias e a gestão operacional é delegada no Grupo Chief Executive e outros administradores executivos.

Todos os administradores participam na discussão da estratégia, do desempenho e da gestão financeira e de riscos da empresa. As reuniões do Conselho de Administração são estruturadas de modo a permitirem a discussão aberta.

No início do ano, foram marcadas várias reuniões do Conselho. Para 2009, programaram-se dez reuniões do Conselho de Administração. Os administradores receberam documentação completa antes de cada reunião do Conselho cobrindo as principais actividades económicas do Grupo. O Group Chief Executive fornece um relatório escrito sobre as actividades comerciais em cada reunião do Conselho. Os membros da gestão executiva assistem e fazem apresentações regulares nas reuniões do Conselho. O Presidente e os não executivos reúnem-se pelo menos uma vez por ano sem os administradores executivos presentes.

O Conselho de Administração tem conhecimento dos outros compromissos dos seus administradores e tem procedimentos estabelecidos para garantir que os poderes do Conselho para autorizar os conflitos de interesses dos administradores funcionem efectivamente. Com efeito a partir de 1 de Outubro de 2008, a Lei das Sociedades 2006 introduziu um dever regulamentar dos administradores evitarem conflitos de interesses. Desde essa data, o Conselho avaliou, e quando apropriado autorizou, quaisquer conflitos reais ou potenciais de interesses que os administradores pudessem ter. A revisão Walker recomenda que se deve esperar que o Presidente dedique uma proporção do seu tempo, não menos de dois terços, ao negócio. Em Novembro 2009, Philip Hampton entrou para o Conselho de administração da Anglo American plc como administrador não executivo. Esta nomeação foi totalmente divulgada ao Conselho que ficou convencido não haver problemas em relação ao seu empenho de tempo para com o RBS. Philip Hampton confirmou que o RBS se mantém como a sua prioridade.

Equilíbrio e independência do Conselho de Administração

A Conselho é actualmente composto pelo Presidente, três administradores executivos e oito administradores não executivos independentes. O Conselho funciona de forma eficaz e eficiente e considera-se que tem a dimensão adequada. Os administradores fornecem ao Grupo o conhecimento, a combinação de competência, experiência e redes de contactos necessários. As Comissões do Conselho são composta com administradores com uma variedade de competências e experiência relevantes para que não seja colocada num indivíduo uma dependência indevida.

Os administradores não executivos combinam uma ampla experiência de negócios e comercial com uma opinião independente e objectiva. O equilíbrio entre administradores não executivos e executivos permite que o Conselho proporcione uma liderança clara e eficaz e mantenha os mais elevados padrões de integridade em todas as actividades comerciais da empresa. Os nomes e biografias de todos os membros do Conselho podem ser consultados nas páginas 8 e 9.

O Conselho considera que o presidente era independente na data de nomeação e todos os administradores não executivos são independentes para efeitos do Código. Os termos e condições standards para a nomeação de administradores não executivos estão disponíveis no Web site do grupo (www.rbs.com) e estão disponíveis cópias sob pedido.

Reeleição dos administradores

A administração deve apresentar-se à reeleição pelos accionistas pelo menos uma vez em cada três anos. Todos os administradores não executivos que tenham cumprido mais de nove anos também se apresentaram para uma reeleição anual e o Conselho avaliará a sua independência nesse momento.

Os nomes dos administradores que se apresentam para eleição na Assembleia-Geral Anual de 2010 estão mencionados na página 212 e são dadas informações complementares na Carta do Presidente aos accionistas em relação à Assembleia-Geral Anual.

Informação, introdução e desenvolvimento profissional

Todos os administradores receberão informações precisas, oportunas e claras sobre todos os assuntos relevantes, e terão acesso aos serviços do Conselheiro Geral do Grupo e Secretário do Grupo que é responsável perante o Conselho para assegurar que os procedimentos do Conselho são seguidos e que as regras e regulamentos aplicáveis respeitados. Além disso, todos os administradores são capazes, se necessário, de obter conselhos de profissionais independentes, por conta da empresa.

Cada um novo administrador tem uma introdução formal ao entrar para o Conselho, incluindo visitas aos principais negócios do Grupo e reuniões com administradores e gestão de topo. A introdução é adaptada aos requisitos específicos do administrador. Os administradores são informados sobre as oportunidades de formação profissional e desenvolvimento profissional apropriados e fazem as formações e desenvolvimento profissionais que considerem necessários para ajudá-los a desempenhar as suas funções como administrador.

Em consonância com as recomendações da revisão Walker, a empresa está actualmente a realizar uma revisão completa do seu Conselho de Administração do seu programa de introdução e desenvolvimento contínuo para administradores. Como resultado, o programa de introdução foi recentemente ampliado para incluir sessões com consultores externos, bem como os dirigentes das principais áreas de negócios.

Avaliação do desempenho

No seguimento da avaliação pelo Conselho no ano passado, foram implementadas uma série de iniciativas em 2009, visando melhorar o desempenho e a eficácia globais da Administração, incluindo novas nomeações para o Conselho, reestruturação da agenda e funções do Conselho e permitir mais tempo em reuniões do Conselho para tratar de questões estratégicas. Além disso, foram melhorados os relatórios ao Conselho sobre questões de risco, capital, liquidez e financiamento.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação mais formal e rigorosa do seu próprio desempenho e o das suas comissões e administradores individuais.

Em 2009, esse processo foi independentemente facilitado por Spencer Stuart*, utilizando um quadro de perguntas detalhado que foi utilizado para estruturar as reuniões individuais realizadas com cada administrador. Entre as áreas analisadas estavam as funções e a organização do Conselho e suas Comissões, composição do Conselho e da constituição das Comissões, processos do Conselho, estrutura e periodicidade das reuniões, relato do Conselho e Comissões, relações externas, incluindo aqueles com os accionistas e reguladores. O Conselho analisou e discutiu os relatórios sobre os resultados das avaliações e está satisfeito com a maneira como as avaliações têm sido conduzidas.

A avaliação concluiu que o Conselho está a funcionar de forma eficaz e beneficiou da sua redução em tamanho e das mudanças na composição que foram implementadas com sucesso em 2009. A composição do Conselho e das principais Comissões, juntamente com forma das agendas do Conselho e dos formatos das reuniões estão sob revisão constante para tirar partido e aumentar ainda mais esta eficácia. A separação de responsabilidades entre a Comissão de Auditoria e ao recém-formado Comissão de Risco do Conselho para satisfazer as recomendações da revisão Walker vai ajudar o Grupo a concentrar-se na gestão do risco como um todo e continuar a melhorar em áreas tais como análise de risco e relato.

Em separado, o administrador independente sénior investigou a opinião dos administradores executivos e reuniu-se com os administradores não executivos, individualmente e em grupo, sem a presença do Presidente, para analisar seu desempenho. O administrador independente sénior também ouviu opiniões da UKFI, FSA e da Associação de Seguradoras Britânicas. Os resultados deste trabalho foram, depois, partilhados com o Presidente.

*O Conselho está convencido que não existe qualquer conflito de interesse potencial entre conduzir esta avaliação do conselho e os outros serviços de pesquisa de executivos que Spencer Stuart prestou ao Grupo em 2009 nas suas divisões operacionais.

Comissões do Conselho

A fim de garantir uma supervisão e liderança eficazes, o Conselho criou uma série de Comissões do Conselho, com responsabilidades específicas. A presidência e a composição das Comissões são revistas

numa base regular. Os nomes e biografias de todos os membros das comissões do conselho podem ser consultados nas páginas 8 a 11.

De acordo com as recomendações da revisão Walker, a empresa criou uma Comissão de Risco do Conselho para assessorar o Conselho em questões de risco.

Os termos de referência das comissões abaixo mencionadas estão disponíveis no sítio do grupo (www.rbs.com) e as estão disponíveis cópias sob pedido.

Comissão de Auditoria

Todos os membros da Comissão de Auditoria são administradores não executivos. A Comissão de Auditoria tem seis reuniões agendadas a cada ano. Em 2009, a Comissão de Auditoria realizou quatro reuniões adicionais. O relatório da Comissão de Auditoria está nas páginas 219 a 221. A Comissão de Auditoria é responsável por assessorar o Conselho no desempenho das suas responsabilidades relativas às políticas contabilísticas, controlo interno e relato financeiro.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Nomeações é constituída por administradores não executivos independentes. A Comissão de Remunerações realiza pelo menos quatro reuniões marcadas por ano. A Comissão de Remunerações realizou 16 reuniões adicionais em 2009. A Comissão de Remunerações é responsável por supervisionar a política de remunerações do Grupo, bem como avaliar a remuneração dos executivos e, se pedido, fazer recomendações ao Conselho de Administração em relação aos acordos de remunerações dos administradores executivos. Também é responsável por definir os acordos de remuneração da Comissão Executiva e Comissão de Gestão e de quaisquer trabalhadores que sejam abrangidos pela definição do princípio 8 do Código sobre Remunerações da FSA.

O relatório de remuneração dos administradores está nas páginas 225 a 236.

Comissão de Risco do Conselho

A Comissão de Risco do Conselho é composta por pelo menos três administradores não executivos independentes, um dos quais é o presidente da Comissão de Auditoria. É realizado um mínimo de seis reuniões por ano. A Comissão de Risco do Conselho é responsável pela supervisão e assessoria do Conselho em relação às exposições de risco futuras, actuais e potenciais, do Grupo e estratégia de risco futura, promovendo uma cultura de sensibilização para os riscos do Grupo, reportando ao Conselho, bem como pela identificação de quaisquer assuntos da sua competência em relação às quais se considera que é necessária uma acção ou melhoria e fazer recomendações quanto aos passos a dar. O relatório da Comissão de Risco do Conselho está na página 222.

Comissão de Nomeações

A Comissão de Nomeações é constituída por administradores não executivos independentes, sob a presidência do Presidente do Conselho de Administração. A Comissão de Nomeações reúne com a frequência necessária.

A Comissão de Nomeações é responsável por dar apoio ao Conselho de Administração na selecção formal e nomeação dos administradores, tendo em consideração o equilíbrio entres as competências, conhecimento no Conselho. A comissão relaciona-se com consultores externos, avalia os potenciais candidatos e recomenda as nomeações de novos administradores ao Conselho de Administração. As nomeações baseiam-se no mérito segundo critérios objectivos, incluindo o tempo disponível do potencial administrador e a dedicação que lhe será exigida. Além disso, a Comissão de Nomeações avalia o planeamento da sucessão do Presidente, do Grupo Chief Executive e dos administradores não executivos, tendo em conta os conhecimentos, o conjunto de competências, a experiência e a rede de contactos de que o Conselho de Administração pode vir a necessitar. O Presidente, o Grupo Chief Executive e os administradores não executivos reúnem-se para discutir o planeamento da sucessão dos executivos. Nenhum administrador participa nas decisões relativas à sua própria sucessão.

Comissão de Sustentabilidade Empresarial do Grupo

A Comissão de Sustentabilidade Empresarial do Grupo é presidida pelo administrador independente sénior e tem a presença do Presidente do grupo e membros da comissão executiva do Grupo e gestão de topo. Ele reporta ao Conselho de Administração e é responsável pela definição e revisão de estratégia de

sustentabilidade geral do Grupo, seus valores e políticas. Recebe relatórios do Grupo de Trabalho Ambiente e de outros programas internos relevantes.

Reuniões

O número de reuniões programadas do Conselho de Administração e das Comissões de Auditoria, Remunerações e Nomeações e as presenças individuais dos membros nestas reuniões programadas em são apresentadas a seguir.

Além das reuniões programadas, foram realizadas 39 reuniões *ad hoc* do Conselho e das Comissões do Conselho em 2009, muitas das quais relacionadas com a Segunda Colocação e Oferta e a participação do Grupo no Programa de Protecção de Activos. Houve ainda quatro outras reuniões da Comissão de Auditoria do Grupo realizadas durante o ano para analisar as Declarações de Gestão Intercalares do Grupo e a adesão ao Programa de Protecção de Activos. Houve 16 reuniões extraordinárias da Comissão de Remunerações em 2009, reflectindo o maior enfoque sobre as remunerações, a introdução do Código FSA, o recrutamento de quadros superiores e o desenvolvimento do plano de diferimento e planos de incentivos de longo prazo.

	Conselho	**Auditoria**	**Remuneração**	**Nomeações ***
Número total previsto reuniões em 2009	**10**	**6**	**4%**	**-**
Número de reuniões presenciadas em 2009:				
Philip Hampton (1, 2)	10	-	3	3
Stephen Hester	10	-	-	-
Colin Buchan (1)	9	5	4%	3
Sandy Crombie (3)	3	-	1	2
Hughes Penny (4)	-	-	-	-
Archie Hunter (5)	10	6	-	5
Joe MacHale (1)	10	6	-	3
John McFarlane (1,6)	10	-	3	3
Gordon Pell	10	-	-	-
Art Ryan (1)	10	-	-	3
Philip Scott (7)	1	-	-	-
Bruce Van Saun (8)	3	-	-	-
Ex-administradores				
Sir Tom McKillop (9)	1	-	1	2
Guy Whittaker (10)	8	-	-	-
Dr. Currie (11)	2	-	1	-
Bill Friedrich (11)	2	1	-	-
Bud Koch (11)	2	-	-	-
Janis Kong (11)	2	-	1	-
Sir Steve Robson (11)	2	1	-	-
Bob Scott (11)	2	-	1	2
Peter Sutherland (11)	2	-	1	2

* Reuniões não programada, mas realizada conforme exigido

Notas;

(1) Tornou-se membro da Comissão de Nomeações em 6 de Fevereiro de 2009.

(2) Cessou de ser membro da Comissão de Remunerações em 4 de Agosto de 2009.

(3) Nomeado como administrador em 1 de Junho de 2009. Tornou-se membro da Comissão de Remunerações em 4 de Agosto de 2009.

(4) Nomeado como administrador em 1 de Janeiro de 2010.

(5) Foi membro da Comissão de Nomeações ao longo de 2009.

(6) Tornou-se membro da Comissão de Remunerações em 6 de Fevereiro de 2009.

(7) Nomeado como administrador em 1 de Novembro de 2009.

(8) Nomeado como administrador em 1 de Outubro de 2009

(9) Cessou de ser administrador em 3 de Fevereiro de 2009.

(10) Cessou de ser administrador em 30 de Setembro de 2009.

(11) Cessou de ser administrador em 6 de Fevereiro de 2009.

Relações com os accionistas

A empresa comunica com os accionistas através do Relatório e Contas Anuais, ao fornecer informações em antecipação da Assembleia-Geral de Accionistas. Cada accionista pode levantar questões sobre as participações e a actividade do Grupo a qualquer momento ao longo do ano, principalmente, por carta, telefone ou e-mail através do sítio Web do Grupo (www.rbs.com/ir).

Os accionistas têm a oportunidade de fazer perguntas na Assembleia-Geral Anual ou apresentar antecipadamente questões por escrito. Os presidentes das comissões de Auditoria, Remunerações e Nomeações de Risco d Conselho estão disponíveis para responder às perguntas formuladas na Assembleia-Geral Anual.

A comunicação com os maiores accionistas institucionais processa-se no âmbito do programa de Relações com os Investidores:

- O Group Chief Executive reúne-se regularmente com o UKFI, a organização criada para gerir as participações governamentais em instituições financeiras, para discutir a estratégia e os assuntos financeiros do Grupo. Também realiza um programa anual de reuniões com os maiores accionistas institucionais, tal como o faz o Group Finance Director.

- Independentemente, o Presidente reúne-se com os maiores accionistas institucionais, anualmente, para ouvir os seus comentários sobre assuntos como a estratégia, o desempenho económico e a governo da empresa.

- O administrador independente sénior entrou no Grupo em Junho 2009 e estará disponível para ouvir os accionistas que consideraram que as suas preocupações não foram resolvidas através dos canais normais.

Durante o ano, o Presidente, Group Chief Executive e Group Finance Director comunicaram o feedback dos accionistas ao Conselho e os administradores receberam cópias dos relatórios dos analistas independentes e um relatório mensal que analise a cotação das acções e o desempenho do Grupo em comparação com o sector. Um feedback detalhado do mercado e dos accionistas é também fornecido ao Conselho de Administração após as divulgações públicas mais importantes como as divulgações dos ganhos.

Os acordos utilizados para garantir que os administradores desenvolvem uma compreensão das opiniões dos principais accionistas são considerados como parte da avaliação de desempenho anual do Conselho de Administração.

Controlo interno

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Grupo, que foi concebido de modo a facilitar operações efectivas e eficientes e garantir a qualidade do relato interno e externo e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Ao conceber os controlos internos, o Grupo tem em consideração a natureza e a extensão do risco, a probabilidade de este cristalizar e o custo dos controlos. Um sistema de controlo interno destina-se a gerir, mas não a eliminar, o risco de não consecução dos objectivos comerciais e só pode dar uma garantia razoável, não absoluta, contra o risco de declarações relevantes inexactas, fraude ou perdas.

O Conselho de Administração estabeleceu um processo para a identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o Grupo está exposto, processo que foi aplicado ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e até 24 de Fevereiro de 2010, data em que os administradores aprovaram o Relatório e Contas. Este processo é regularmente revisto pelo Conselho de Administração e cumpre os requisitos das directrizes “Controlo interno: Directrizes Revistas destinadas aos Administradores sobre o Código Combinado’, emitidas pelo Conselho de Informação Financeira em Outubro de 2005. Foram feitos melhoramentos o Quadro de Gestão de Risco durante 2009 e mais melhoramentos serão feitos em 2010.

A eficácia do sistema de controlo interno do Grupo é regularmente revista pelo Conselho, a Comissão de Auditoria e, desde Janeiro 2010, Comissão de Risco do Conselho. As comissões de gestão executiva ou os conselhos de administração em cada negócio do Grupo recebem relatórios regulares sobre os riscos significativos a que os seus negócios estão expostos e o modo como estão a ser controlados. Além disso, o Conselho de Administração do Grupo recebe mensalmente relatórios de gestão de riscos. São dados pormenores adicionais da abordagem do Grupo à gestão de risco na secção Gestão de risco, capital e liquidez da Análise por actividade. A Comissão de Auditoria do Grupo recebeu confirmação que a administração tomou, ou está a tomar, as acções necessárias para corrigir as falhas ou fraquezas identificadas durante o funcionamento do quadro de controlo do RBS Group.

Os auditores independentes do Grupo apresentam à Comissão de Auditoria relatórios que incluem dados de quaisquer assuntos de controlo interno importantes que tenham identificado. O sistema de controlos interno das instituições autorizadas e outras entidades reguladas no Grupo também está sujeito a vigilância pelas autoridades reguladoras no Reino Unido e no estrangeiro. São dados pormenores adicionais sobre a supervisão do Grupo pelas entidades reguladoras nas secções de análise e desenvolvimento da Supervisão e Regulação nas páginas 361 e 362.

Controles internos sobre o relato financeiro

O Grupo é obrigado a cumprir as disposições da secção 404 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, de 2002 e avalia a eficácia do controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2009.

O Grupo avaliou a eficácia do seu controlo interno sobre a informação financeira em 31 de Dezembro de 2009 com base nos critérios definidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission em “Internal Control – Integrated Framework”.

Com base na sua avaliação, a gestão concluiu que, em 31 de Dezembro de 2009, o controlo interno do Grupo sobre a informação financeira é eficaz.

Os auditores do Grupo auditaram a eficácia do controlo interno do Grupo sobre a informação financeira e emitiram um parecer sem reservas.

O relatório da administração referente ao controlo interno do Grupo sobre a informação financeira será apresentado à SEC juntamente com o Relatório Anual no formulário 20-F.

Controlos e procedimentos de divulgação

Conforme exigido pelos regulamentos dos EUA, a eficácia dos controlos e procedimentos de divulgação da empresa (definidos nas regras ao abrigo da Lei sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934) foram avaliados. Esta avaliação foi examinada e aprovada pelo Conselho, que deu instruções ao Grupo Chief Executive e ao Grupo Finance Director para se certificarem de que, em 31 de Dezembro de 2009, os controlos e procedimentos de divulgação da empresa eram adequados e eficazes e concebidos para garantir que a informação material respeitante à empresa e às suas subsidiárias consolidadas lhes seja comunicada por outras pessoas nessas entidades.

Alterações dos controlos internos

Durante o período abrangido por este relatório não se verificou qualquer alteração no controlo interno da empresa sobre a informação financeira, que tenha afectado materialmente ou que possa afectar razoavelmente de forma relevante o controlo interno da empresa sobre a informação financeira.

Relatório da Comissão de Auditoria

Os actuais membros da Comissão de Auditoria do Grupo são Archie Hunter (Presidente), Colin Buchan, Joe MacHale e Philip Scott. Todos serviram durante 2009, a excepção de Philip Scott, que se tornou membro da Comissão com efeitos a partir de 19 de Janeiro de 2010. Todos os membros da Comissão de Auditoria são administradores não executivos independentes. Art Ryan foi uma presença regular até Agosto 2009 e participou totalmente na actividade da Comissão.

A Comissão de Auditoria tem, pelo menos, seis reuniões programadas por ano. Uma reunião é realizada imediatamente antes da apresentação das demonstrações financeiras intercalares e anuais ao Conselho de Administração do Grupo e das Declarações Da Gestão intercalares trimestrais. Este programa básico é complementado com reuniões adicionais, conforme necessário. Em 2009, foi realizado um total de dez reuniões. As reuniões da Comissão de Auditoria são realizadas com a presença dos respectivos administradores executivos, dos auditores internos e externos e dos directores dos departamentos financeiro e de gestão de risco. Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão de Auditoria reúne em privado com os auditores externos. Desde 2000, a Comissão tem realizado um programa anual de visitas às divisões de negócios e às funções de controlo do Grupo. O objectivo do programa é permitir à

Comissão de Auditoria obter um melhor conhecimento do Grupo, sendo o convite para assistir às reuniões extensivo a todos os administradores não executivos. O programa de visitas futuras é analisado anualmente, mas a norma consiste em duas ou três visitas por ano. A Comissão realizou três visitas em 2009.

O Conselho está satisfeito por todos os membros da Comissão de Auditoria possuírem experiência financeira recente e relevante. Embora o Conselho tenha determinado que cada membro da Comissão de Auditoria é um "Perito Financeiro da Comissão de Auditoria" e é independente, como definido nas regras SEC ao abrigo da Lei Sobre a Bolsa de Valores dos EUA de 1934 e das directrizes relacionadas, os membros da Comissão de Auditoria são seleccionados com vista à especialização e experiência da Comissão de Auditoria no seu todo e esta reporta ao Conselho como entidade única. A designação de um ou mais administradores como "Perito Financeiro da Comissão de Auditoria" não impõe a esse administrador ou administradores quaisquer deveres, obrigações ou responsabilidades superiores às desses administrador do que os deveres, obrigações e responsabilidades impostas a esse administrador como membro Comissão de Auditoria e do Conselho na ausência de tal designação. Nem a designação de um administrador como "Perito Financeiro da Comissão de Auditoria" afecta os deveres, obrigações ou responsabilidades de qualquer outro membro do Conselho

A Comissão de Auditoria é responsável por:

- dar apoio ao Conselho no exercício das suas funções e nas divulgações relevantes a efectuar em relação aos assuntos financeiros do Grupo;
- rever a informação contabilística e financeira e o cumprimento dos regulamentos;
- rever os sistemas de controlo interno do Grupo; e
- monitorizar os processos de auditoria interna, gestão de riscos e auditoria externa do Grupo.

Além disso, a Comissão tinha a responsabilidade para avaliar as questões de risco ao longo de 2009.

Após a publicação das primeiras recomendações da revisão Walker em Julho de 2009, o Conselho aprovou a criação da Comissão de Risco do Conselho. A Comissão de Auditoria do Grupo será informada sobre as questões de risco através de uma representação adequada na Comissão de Risco do Conselho. Os termos de referência revistos para a Comissão de Auditoria do Grupo e os termos de referência para a Comissão de Risco do Conselho foram aprovados pela Conselho em 28 de Outubro de 2009.

Os termos de referência da Comissão de Auditoria estão disponíveis em site www.rbs.com e são apreciadas anualmente pela Comissão de Auditoria e aprovados pelo Conselho.

A Comissão de Auditoria aprovou uma política de contratação de auditores externos para prestar serviços de auditoria e de não auditoria, que leva em consideração a legislação relevante em relação à prestação desses serviços por uma empresa de auditoria externa. A Comissão de Auditoria revê a política anualmente de modo prospectivo aprova a prestação de serviços de auditoria e de certos serviços de não auditoria pelos auditores externos.

Os serviços de auditoria anual incluem todos os serviços especificados na carta de missão anual, incluindo a auditoria anual e as análises intercalares (incluindo as exigências de informação nos EUA), verificações e relatórios de lucros periódicos às entidades reguladoras, incluindo relatórios de pessoas especializadas requisitados pela Financial Services Authority (Relatórios de Contabilistas Consultados, etc.).

Os serviços de auditoria anuais também incluem as auditorias oficiais ou não oficiais exigidas por quaisquer empresas do Grupo que não estejam constituídas no Reino Unido. Os termos da missão para a realização destas auditorias são acordados separadamente com a gestão e são coerentes com os definidos na carta de missão de auditoria, na medida em que os regulamentos locais o permitam.

Os serviços de não auditoria aprovados prospectivamente incluem as seguintes classes de serviços:

- Aumento de capital, incluindo autorizações, cartas de conforto e as verificações das respectivas declarações de registo;
- Fornecimento de pareceres contabilísticos relacionados com as demonstrações financeiras do Grupo;
- Fornecimento de relatórios que, de acordo com as leis ou regulamentos, devem ser apresentados pelos auditores externos;

- Serviços relacionados com o cumprimento das obrigações fiscais;

- Serviços financeiros empresariais relativos às empresas que permanecerão fora do Grupo;

- Serviços de reestruturação relativos a clientes do Grupo; e

- Relatórios que forneçam garantias a terceiros sobre a certeza dos controlos internos do Grupo elaborados segundo as US Statement of Auditing Standards 70 ou normas de auditorias semelhantes em outras jurisdições.

Para todos os outros serviços de não auditoria permitidos, deve ser procurado a aprovação da Comissão de Auditoria, caso a caso, antes do seu início da sua prestação. Além disso, a Comissão de Auditoria analisa e monitoriza a independência e objectividade dos auditores externos quando aprova o trabalho de não auditoria a executar por eles, tendo em consideração a legislação aplicável, as orientações éticas e o nível de serviços de não auditoria em relação aos serviços de auditoria. O processo de aprovação é rigorosamente aplicado para evitar que os auditores funcionem nas funções da administração, auditando o seu próprio trabalho ou servindo um papel de promoção de causas. A informação sobre os serviços de auditoria e não auditoria prestados pelos auditores externos está especificada na Nota 5 às demonstrações do Grupo.

A Comissão de Auditoria do Grupo ficou satisfeita com o progresso demonstrado em relação à realização do plano estratégico do Grupo em 2009. No entanto, a permanente incerteza económica continuou a afectar gravemente o Grupo durante todo o período e foram registados abatimentos significativos em activos nas suas demonstrações financeiras de 2009.

Nestas circunstâncias, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção sobre as várias apreciações envolvidas na elaboração das contas:

- avaliação das metodologias e pressupostos para os instrumentos financeiros inscritos pelo justo valor, incluindo as exposições do Grupo ao mercado de crédito e as divulgações fornecidas;

- reservas de reclamações no negócio de seguros generalistas do Grupo;

- o tratamento contabilístico do bónus fiscal;

- as questões contabilísticas do Programa de Protecção de Activos;

- os pressupostos actuariais do Fundo de Pensões do Grupo;

- as perdas por imparidade na carteira de empréstimos e adiantamentos do Grupo e títulos disponíveis para venda;

- valor contabilístico do activos por impostos diferidos; e

- imparidades do goodwill e outros activos intangíveis adquiridos.

É tendo em consideração todas estas questões que os objectivos da Comissão de Auditoria foram:

- compreender e controlar a avaliação e outros pareceres contabilísticos feitas pela administração;

- rever as conclusões dos auditores externos e, quando aplicável, de outros peritos e compreender como eles chegaram a essas conclusões; e

- verificar se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre estas estimativas e avaliações são transparentes e adequadas.

Também tratada pela Comissão de Auditoria, dado o ambiente económico actual, foi a avaliação da administração da continuidade operacional. Em especial, a atenção da Comissão reviu os indícios usados para demonstrar que o Grupo teve acesso a financiamento e capital suficientes para os próximos 12 meses. A Comissão analisou e controlou os pressupostos subjacentes à análise e discutiu com os auditores externos a sua revisão da análise e conclusões da gestão.

A Comissão também dedicou uma parte significativa de tempo e atenção durante 2009 à apreciação e aprovação da adesão do Grupo ao Programa de Protecção de Activos ("Programa"). Foi realizada uma reunião específica, que contou com a presença da maioria do Conselho do Grupo, para analisar o sistema e seu impacto sobre o grupo.

Em resposta à crise económica, a Comissão de Auditoria do Grupo encomendou formalmente um relatório independente sobre o risco de relato dentro da organização. Como resultado, o formato e o conteúdo do relato de risco sofreu uma evolução significativa em 2009.

Tanto quanto se pode determinar, a Comissão de Auditoria do Grupo recebeu todas as informações e material de que necessitava para lhe permitir cumprir as suas obrigações em relação às demonstrações financeiras de 2009.

Durante 2009, a Comissão de Auditoria revê regularmente o trabalho da gestão de risco e as funções de auditoria interna do Grupo. Em 2009, foram realizadas reuniões adicionais da Comissão de Auditoria do Grupo, que incidiram apenas sobre questões de risco e de auditoria.

A Comissão de Auditoria realiza uma avaliação anual para avaliar a independência e objectividade dos auditores externos e a eficácia do processo de auditoria, levando em consideração as exigências profissionais e regulamentares. Os resultados desta avaliação são considerados pelo Conselho, juntamente com a recomendação da Comissão de Auditoria do Grupo sobre a renomeação dos auditores externos, ou se se deve iniciar um processo de concurso para a auditoria. A avaliação anual é realizada após a conclusão das contas anuais e de auditoria.

Deloitte LLP têm sido os auditores da empresa desde Março de 2000. É obrigatório que os auditores externos substituam o sócio principal responsável pela auditoria a cada cinco anos. O actual sócio principal de auditoria completou o seu quinto ano e, consequentemente, um novo sócio de auditoria vai liderar a revisão de contas para o ano a encerrar em 31 de Dezembro de 2010. Não há obrigações contratuais, restringindo a escolha da empresa a propósito dos auditores externos.

A Comissão de Auditoria é responsável para fazer recomendações ao Conselho de Administração e pela apresentação, por parte deste, das recomendações da Comissão de Auditoria aos accionistas para aprovação na Assembleia-Geral Anual no que se refere à nomeação, renomeação e destituição dos auditores externos. O Conselho de Administração aprovou a recomendação da Comissão de Auditoria de que os accionistas fossem convidados a aprovar a renomeação da Deloitte LLP como auditores externos na Assembleia-Geral Anual em Abril 2010.

A Comissão de Auditoria também define a remuneração dos auditores externos, conforme for autorizado pelos accionistas na Assembleia-Geral Anual.

A Comissão de Auditoria aprova os termos da missão dos auditores externos.

Pretende-se que seja efectuada uma análise externa da eficácia da Auditoria Interna do Grupo a cada 3-5 anos, de acordo com as boas práticas, sendo que as análises internas prosseguirão nos anos intermédios. Em 2010, a Ernst & Young efectuará uma análise externa do desempenho em 2009 da Auditoria Interna do Grupo. Foram realizadas revisões internas do desempenho de 2008 e 2009, tendo ambas concluído que a função funcionou com eficácia e o Conselho de Administração concordou com as conclusões da Comissão de Auditoria.

Pretende-se ainda que seja efectuada uma análise externa da eficácia da Comissão de Auditoria a cada 3-5 anos, com as análises internas do Conselho de Administração a prosseguir nos anos intermédios. A PricewaterhouseCoopers realizou uma análise externa da eficácia da Comissão de Auditoria em 2005. Em 2009, a avaliação do desempenho da Comissão de Auditoria do Grupo foi realizada externamente por Spencer Stuart como parte do processo de avaliação do Conselho de Administração e das Comissões de topo. A avaliação utilizou questionários pormenorizados e foram realizadas reuniões individuais com cada membro. Entre as áreas revistas, esteve a função do Conselho de Administração e Comissões, composição, reuniões e processos, desempenho e relato e relações externas. O Conselho avaliou e discutiu os relatórios dos resultados das avaliações e está satisfeito do modo como as avaliações foram realizadas, as conclusões e como as acções progrediram.

Desde 2005, as comissões de auditoria da divisões têm sido responsáveis pela revisão dos negócios de cada divisão. Durante 2009, a estrutura de comissões de auditorias das divisões foi revista para reflectir as mudanças organizacionais, incluindo a criação da Divisão de Non-Core. O relatório das comissões de auditoria das divisões reportam à Comissão de Auditoria e a Comissão de Auditoria está satisfeita que estas comissões continuem a cumprir os seus termos de referência.

Archie Hunter
Presidente da Comissão de Auditoria
24 de Fevereiro de 2010

Relatório da Comissão de Risco do Conselho

No seguimento da publicação das recomendações iniciais da revisão Walker em Julho de 2009, o Conselho aprovou a criação de uma Comissão de Risco do Conselho. Os termos de referência para a Comissão de Risco do Conselho, que são compatíveis com as recomendações finais da revisão Walker publicada em 26 de Novembro de 2009, estão disponíveis em www.rbs.com. Os termos de referência serão avaliados anualmente pelo Comissão de Risco do Conselho e aprovados pelo Conselho de Administração.

Os actuais membros da Comissão de Risco do Conselho são Philip Scott (presidente), Colin Buchan, Sandy Crombie, Archie Hunter e Joe MacHale. Todos os membros da Comissão de Risco do Conselho são administradores não executivos.

A Comissão de Risco do Conselho vai realizar pelo menos seis reuniões agendadas em cada ano. A Comissão de Risco do Conselho realizou sua primeira reunião em 19 de Janeiro de 2010 e uma segunda em 22 de Fevereiro de 2010. As reuniões são realizadas o mais rapidamente possível antes das reuniões da Comissão de Auditoria do Grupo para garantir que o trabalho das duas comissões seja coordenado e coerente. Será realizada uma reunião imediatamente antes da apresentação das demonstrações financeiras anuais e intercalares ao Conselho e as declarações de gestão intercalares trimestrais. Este programa básico será complementado por reuniões adicionais, conforme necessário. As reuniões da Comissão de Risco do Conselho terão a presença dos administradores executivos relevantes, directores de gestão de riscos e financeiros e auditores internos. Pode ser solicitada consultoria externa pela Comissão de Risco do Conselho sempre que considerado adequado. A Comissão de Risco do Conselho não solicitou assessoria externa até à data.

A Comissão de Risco do Conselho é responsável por:

- fornecer supervisão e aconselhamento ao Conselho em relação às actuais e potenciais futuras exposições de Grupo e estratégia de risco, incluindo a determinação do apetite de risco e tolerância;
- assessorar o Conselho em todos os outros assuntos que lhe possam ser apresentados pelo Conselho de Administração;
- promover uma cultura de sensibilização para os riscos no Grupo, e
- reportar ao Conselho, identificando todas as questões dentro da sua competência em relação às quais se considera que é necessário tomar uma medida ou fazer uma melhoria e fazer recomendações quanto aos passos a tomar.

Informação qualitativa e quantitativa sobre os riscos decorrentes dos instrumentos financeiros do Grupo, exigida nos termos da Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 7, é incorporada nas demonstrações financeiras e Análise por actividade.

A Comissão de Risco do Conselho irá desempenhar um papel principal na análise, concepção e implementação da gestão de riscos, estratégias de mensuração e políticas de gestão de risco em todo o Grupo.

A Comissão de Risco do Conselho analisará o perfil de risco do Grupo em relação Estratégia do Grupo actual e futura. A Comissão apresentará um relatório ao Conselho após cada reunião, com a sua análise do perfil de risco do Grupo e de quaisquer ameaças marco ou estratégicas percebidas de longo prazo para o Grupo e fará as recomendações adequadas.

O quadro de apetite de risco do Grupo continua em desenvolvimento e continua o trabalho sobre o melhoramento dos limites de risco e principais mensurações de risco. O apetite do risco será regularmente revisto pela Comissão e a Comissão fará recomendações ao Conselho sobre o apetite de risco e tolerância, como parte deste processo em curso.

A Comissão analisará igualmente a exposição do Grupo ao risco de país, nome único e concentração do sector e garantirá a realização de um rigoroso teste de stresse e de cenário dos negócios do Grupo. O resultado deste teste será analisado pela Comissão com vista a assegurar que sejam tomadas acções, quando necessário. Em devido tempo, ela fará recomendações ao Conselho de Administração do Grupo em relação a autoridades, limites e mandatos.
Tal como exigido no âmbito da revisão Walker, a Comissão reunir-se-á conforme necessário para rever a *due dilligence* de qualquer transacção estratégica proposta (envolvendo uma fusão, aquisição ou alienação) antes da aprovação da transacção por parte do Conselho de Administração do Grupo.

A Comissão aprovará o plano operacional para a Gestão de Risco do RBS. Ela irá analisar a adequação e eficácia dos recursos e o âmbito e a natureza do trabalho realizado pela função.

A Comissão analisará a adequação e eficácia da infra-estrutura tecnológica de apoio ao financiamento e ao quadro de gestão de risco.

A Comissão analisará a contribuição de risco em *pools* de bónus em divisões e prestará assessoria à Comissão de Remunerações nas ponderações de risco a aplicar aos objectivos de desempenho que são incorporados na estrutura de incentivos para executivos de topo do Grupo.

A Comissão garantirá que tem uma supervisão substancial do trabalho a ser realizado dentro das divisões através da estrutura de Comissões de Auditoria divisionais, em conjunto com a Comissão de Auditoria do Grupo.

Philip Scott
Presidente do Comissão de Risco do Conselho
24 de Fevereiro de 2010

Carta do Presidente da Comissão de Remunerações

Caro accionista,

A remuneração é um dos principais desafios que o RBS enfrenta actualmente. A Comissão de Remunerações tem procurado reflectir o sentimento público sobre esta questão e os resultados do Grupo, mantendo o equilíbrio com a necessidade de se manterem competitivas e reterem as pessoas que são fundamentais para o sucesso futuro do Grupo. Estamos especialmente conscientes da hostilidade do público a alguns dos níveis mais elevados de remunerações do sistema bancário e há um escrutínio especial nos casos como o do RBS, que está a relatar perdas globais. Estamos a tentar reagir a esta responsabilidade, mas se o pessoal necessário para restaurar as fortunas do Grupo sentir que serão tratados pior do que os concorrentes, vamos deixar de conseguir manter ou contratar e, assim, falhar as nossas metas de recuperação do RBS. Os responsáveis pelos erros graves já deixaram o Grupo. A nossa equipa restante está a ter um bom desempenho em negócios rentáveis ou empenhada na difícil tarefa de dar a volta nos nossos casos legados casos mais difíceis.

Os princípios, delineei-os eu na minha carta no ano passado, ligados a interesses de longo prazo dos accionistas e dos clientes com o desempenho da equipa. Estes princípios foram o início de uma reforma fundamental da remuneração dentro do Grupo. Em 2009, foi realizada uma revisão completa das políticas, processos e governo da empresa do RBS. Comprometemo-nos em posicionar o Grupo na vanguarda da reforma da remuneração do sector dos serviços financeiros e as mudanças que estamos a fazer vai-nos ajudar a atingir esta posição. O quadro que a Comissão de Remunerações estabeleceu reforçou tanto os processos de gestão de desempenho como a relação entre risco e recompensa. A base da estrutura é:

- um processo de gestão de desempenho, que garante a todos os funcionários saberem o que é esperado deles e inclui uma análise rigorosa do seus feitos;

- pagamento por desempenho - todos os prémios anuais e de longo prazo estão sujeitos ao controlo e aos critérios de desempenho mensuráveis e directamente relacionadas com o plano estratégico do Grupo;

- diferimento - uma proporção significativa dos prémios anuais são diferidos e os prémios de prazo mais longo estão sujeitos a um período de desempenho de três anos;

- *clawback* – os prémios podem ser objecto de *clawback* e podem ser suspensos se os resultados, depois, não reflictam um desempenho sustentado de longo prazo; e

- utilização de acções para bónus para harmonizar os interesses dos trabalhadores com o dos accionistas.

A Comissão de Remunerações reconhece que este tem sido mais um ano difícil para o nosso pessoal e suas famílias conforme estamos a reestruturar a empresa. A realidade é que foi o trabalho árduo do nosso pessoal durante muitos anos que resultou num conjunto de negócios essenciais resilientes e valiosos que impulsionarão a nossa recuperação. O desempenho dos negócios Core continua forte devido ao incrível enfoque que os nossos funcionários têm mantido nos nossos clientes. É por essa razão que continuamos a criar um ambiente no qual o nosso pessoal possa cumprir as suas ambições, pois trabalhamos com ele para restaurar e, depois, transformar o Grupo num dos bancos mais admirado, apreciado e estável do mundo.

A Comissão de Remunerações tem plena consciência das responsabilidades adicionais que suporta como consequência do apoio que o RBS recebeu do governo do Reino Unido. O RBS pretende totalmente ser um gestor responsável deste investimento. O Conselho considera que as remunerações devem ser devidamente moderadas, mas competitivas e justas. Os nossos planos têm em conta a necessidade de ter que ser alcançado um equilíbrio delicado que reflicta as posições dos concorrentes, o bónus fiscal do Reino Unido, os resultados globais do RBS e o apoio de capital que o Grupo recebeu.

A Comissão de Remunerações analisou as políticas, processos e práticas de remuneração em todo o Grupo para garantir que eles apoiam os objectivos estratégicos da RBS, que são o de servir bem as instituições, para regressar a uma força autónoma, dar rentabilidades aos accionistas e reflectir as melhores práticas e os requisitos regulamentares. Temos em conta as recomendações sobre

remunerações feitas pelo G20, a FSA e a revisão Walker e estamos a trabalhar na sua implementação. A Comissão de Remunerações tem muita esperança de que a aplicação destas recomendações crie condições de concorrência equitativas para todos os bancos a nível internacional. Não podemos definir a política de remunerações de modo isolado, pois se o fizéssemos não reflectiríamos o ambiente competitivo, nem conseguiríamos atrair e reter funcionários do calibre necessário para reconstruir o Grupo e entregar valor de longo prazo aos accionistas.
Durante o ano, as actividades da Comissão de Remuneração centrou-se em:

- assegurar que as políticas, procedimentos e práticas de remuneração do Grupo são eficazes e promovem os mais elevados padrões possíveis de gestão do risco;

- elaborar políticas para assegurar que a remuneração é adequadamente competitiva nos mercados, sectores e regiões geográficas em que o RBS opera, e está relacionada com a pessoa, a unidade de negócios e o desempenho do Grupo;

- reforçar a ligação entre a remuneração e o risco assumido e receber aconselhamento da recém-formada Comissão de Risco do Conselho;

- desenvolver e implementar uma abordagem rigorosa para a gestão de desempenho, recorrendo a mensurações de desempenho ajustadas de risco apropriadas e tendo em conta a totalidade dos custos e do capital alocado aos negócios individuais;

- rever a remuneração dos funcionários que têm um impacto significativo sobre o desempenho do Grupo. Inclui novos processos para a revisão da remuneração para os novos quadros superiores recrutados, que são críticos para o sucesso a longo prazo da RBS, e

- analisar e fornecer uma visão estratégica de todos os bónus e planos de incentivos de longo prazo em vigor no RBS para garantir a sua conformidade com os interesses dos accionistas, a prática da indústria e as exigências do Código de Práticas de Remuneração da FSA.

O resultado da análise da Comissão de Remunerações incluiu:

- um quadro claro de governo dos planos de incentivo em todo o Grupo, envolvendo as funções de Risco e RH em todos os principais pontos de decisão;

- uma estrutura de diferimento de incentivos até três anos, com a capacidade de restituir (*clawback*) quaisquer valores que tenham sido demonstrados como baseados em resultados incorrectos ou enganosos;

- acordo com o principal accionista do Grupo, UKFI, sobre o nível global dos bónus em relação ao desempenho de 2009 e os seus acordos para o seu diferimento em etapas até 2012, e

- um novo plano de incentivos de longo prazo que está a ser apresentado aos accionistas para aprovação na Assembleia-Geral Anual, após uma consulta detalhada com os principais accionistas institucionais. Este plano inclui uma nova abordagem para mensurações do desempenho de modo a garantir que os prémios apenas são conferidos se a Comissão de Remunerações estiver convencida de que o desempenho alcançado está em consonância com as políticas de risco do Conselho e que foi conseguida uma actuação equilibrada através de uma série de métricas de risco ajustado.

Durante o ano, o mandato da Comissão de Remunerações foi ampliada para incluir a supervisão das políticas de remuneração para todos os empregados em todo o Grupo. Para reflectir o seu trabalho, o relatório da Comissão de Remunerações contém não só informações sobre a remuneração dos executivos, mas também uma declaração das políticas de remuneração que serão aplicadas em todo o Grupo.

O ambiente de remuneração está a evoluir e embora reconheça que ainda há mais trabalho a fazer, já fizemos mudanças significativas e continuámos a ser um dos líderes no sector na reforma das nossas políticas de remuneração. A Comissão de Remunerações tem feito progressos significativos no controlo do desenvolvimento de políticas, processos e práticas que assegurem que a remuneração do empregado no RBS é devidamente controlada e harmoniza totalmente o desempenho sustentável com os interesses a longo prazo dos accionistas e dos clientes.

Colin Buchan AM
Presidente da Comissão de Remunerações
24 de Fevereiro de 2010

Relatório de remuneração dos administradores

A Comissão de remuneração

Os membros actuais da Comissão de Remunerações são Colin Buchan (presidente da comissão desde Fevereiro 2009), Sandy Crombie, Penny Hughes e John McFarlane. Os membros da Comissão de Remunerações são todos administradores não executivos independentes. A presença de cada membro nas reuniões da Comissão de Remunerações está ilustrada na página 217.

Durante 2009, Jim Currie, Janis Kong, Sir Tom McKillop, Bob Scott e Peter Sutherland foram membro da Comissão até Fevereiro de 2008, quando cessaram de ser administradores.

Philip Hampton foi membro da Comissão de Remunerações até 4 de Agosto de 2009, quando foi substituído como membro por Sandy Crombie.

A Comissão de Remunerações é responsável perla apreciação global da Política de Remunerações do Grupo, bem como pela avaliação da remuneração do executivo e, se necessário, dá recomendações ao Conselho de Administração do Grupo sobre os acordos de remuneração dos administradores executivos do Grupo. O Conselho de Administração reserva-se como um todo a autoridade para fazer a determinação final da remuneração dos administradores por considerar que este processo em dois níveis permite uma maior apreciação e avaliação e é consistente com o carácter unitário do Conselho. Nenhum administrador está incluído nas decisões relativas à sua própria remuneração.

A Comissão de Remunerações também é responsável por definir o regime de remuneração dos membros da Comissão Executiva do Grupo e da Comissão de Gestão e de qualquer funcionário abrangido pela definição do princípio 8 do Código FSA. Pormenores sobre o código FSA podem ser encontrados em www.fsa.gov.uk.

Os termos de referência para a Comissão de Remunerações foram revistos. Os termos de referência revistos aumentaram as competências da Comissão para fiscalizar a política de remuneração ao nível do Grupo para garantir que aos acordos de remuneração do Grupo são compatíveis e promovem uma gestão eficaz dos riscos. A Comissão procederá a uma revisão regular da adequação e eficácia da política de remuneração para garantir que está totalmente harmonizada com os objectivos de longo prazo do Grupo. A Comissão recebe vários de relatórios para auxiliar na sua fiscalização da política de remunerações, tal como sobre os riscos e desempenho da gestão relativos a todo o Grupo.

Durante o exercício, a Comissão de Remunerações recebeu apoio consultivo da Watson Wyatt (agora Towers Watson) em assuntos relacionados com a remuneração dos administradores no Reino Unido, juntamente com o conselho do Director do Grupo, Recursos Humanos e Conselheiro Geral e Secretário do Grupo em matérias relacionadas com as remunerações em geral. Além disso, a Comissão de Remunerações teve em conta as opiniões do Group Chief Executive sobre a avaliação de desempenho dos administradores executivos e dos membros da Comissão Executiva s Comissão de Gestão do Grupo.

Towers Watson são signatários do Código de Conduta voluntário em relação à consultoria de remuneração dos executivos no Reino Unido. A relação entre a Comissão de Remunerações e Towers Watson tem em conta este código.

Towers Watson também prestou serviços profissionais no decorrer normal dos negócios, inclusive conselho actuarial e serviços de administração de benefícios a subsidiárias do Grupo e consultoria de investimentos e assessoria actuarial aos *trustees* de alguns dos fundos de pensões do Grupo. Os consultores para a Comissão de Remunerações são nomeados independentemente pela Comissão, que revê a sua selecção de consultores anualmente. A Comissão está convencida de que os consultores da Towers Watson que assessoram a Comissão operam de forma independente das equipas de consultoria que realizam outros trabalhos para o Grupo.

Política de remuneração do Grupo

O objectivo da política de remunerações do Grupo é proporcionar, no âmbito da estratégia de negócio do Grupo, uma remuneração numa forma e quantidade que atraia, retenha, motive e recompense os quadros de alto nível para que eles realizem um desempenho superior de longo prazo dentro de parâmetros de risco aceitável. A política de remuneração é concebida para garantir que as métricas, as estruturas de recompensa e processos de governo da empresa do Grupo como um todo fornecem uma cobertura abrangente dos principais riscos de uma forma adequada.

Foi implementado um conjunto abrangente de princípios, que prevê um quadro para a concepção dos programas de recompensa em todo o grupo. As normas da política asseguram que são fornecidos pacotes de remuneração, benefícios e assistência que estão harmonizados com os objectivos de negócio e que estão alinhados com o mercado e devidamente alinhados com os interesses de longo prazo dos

accionistas. As aspirações do Grupo devem ser apoiadas por programas de remuneração que reconheçam as capacidades e os feitos de colaboradores individuais e que recompensem de modo significativo e sustentado o desempenho individual e da unidade de negócios.

Os aspectos fundamentais da política de remuneração são os estabelecidos a seguir:

Pagamento por desempenho

- Os sistemas de remuneração por desempenho devem ser suportados por um robusto sistema de gestão.
- A remuneração deve estar ligada ao desempenho dos negócios e devem serem tomados em devida conta os riscos associados a esse negócio.

Alinhada com o mercado

- As ofertas de remuneração nos mercados onde o Grupo opera deve ser compreendidas e os programas de remuneração devem ser concebidos e desenvolvidos de modo a oferecem um bom *value for money*.
- A remuneração global (salário base incluindo pagamentos progressivos e pagamentos variáveis), benefícios e incentivos de longo prazo devem, em geral, visar uma posição de mercado consistente de modo a assegurar a competitividade e que permite o maior posicionamento para os que tiverem melhor desempenho.

Permitir a personalização

- A composição da remuneração deve permitir a personalização através da escolha individual.
- A remuneração deve apoiar a diversidade de empregados do Grupo.

Cumprimento e governo da empresa

A concepção da recompensa e a sua realização devem respeitar a política e normas apropriadas, para estarem alinhadas com as melhores práticas da indústria, cumprir os critérios dos reguladores relevantes e ser coerente com a gestão eficaz dos riscos e dos interesses a longo prazo dos accionistas.

A política de remuneração no que diz respeito a elementos individuais de pacotes de remuneração de funcionários é a seguintes:

Salário base

Os salários de base são, geralmente, fixados em torno da competitividade no mercado médio, no âmbito da remuneração anual competitiva e remuneração total. Estes salários são adequadas no mercado específico para o negócio em que um indivíduo trabalha e para os talentos, conhecimentos e competências que o indivíduo traz para o grupo. O nível de remuneração fixa deverá ser suficiente para não seja incentivada uma a assunção de riscos inadequada.

Incentivos de curto prazo

A política em relação aos incentivos de curto prazo é recompensar o bom desempenho financeiro e não financeiro que apoia a estratégia de negócio, tendo em conta o apetite de risco do Grupo e a contribuição pessoal, numa forma clara e razoável em relação a metas que são específicas, mensuráveis, definidas no início do ano e comunicadas aos trabalhadores.

Estão em vigor princípios de concepção específicos para incentivos de curto prazo, com procedimentos rigorosos de governo que assegurem que todos os sistemas de incentivos existentes e futuros apoiem a estratégia de negócio do Grupo e do seu apetite de risco. Todos os incentivos de curto prazo estão sujeitos a um regime adequado, incluindo uma revisão pelas funções de gestão de risco, departamento financeiro e recursos humanos.

O modo como a despesa relativa aos incentivos de curto prazo está ligado ao desempenho do negócio foi significativamente alterado para ter em conta os princípios da FSA, tanto na concepção como na

atribuição aos colaboradores. As despesas serão analisadas pela Comissão de Remunerações, num contexto de uma série de métricas de desempenho. A métrica principal que será considerada é o lucro ajustado ao risco em excesso do custo de capital, com o custo de liquidez e de todos os riscos associados com o desempenho do negócio subjacente também tidos em conta. Quando os factores de risco não se prestarem rapidamente a uma análise quantitativa, então podem ser contabilizados como ajustes, por recomendação da Gestão de Riscos do Grupo. A Comissão de Risco do Conselho também proporciona garantias, numa base independente, quanto à adequação dos ajustes propostos para esses factores de risco adicionais. A afectação da despesa dependerá do desempenho individual e da nota de avaliação de desempenho cada funcionário. As classificações são baseadas numa avaliação de desempenho durante um único ano, em comparação com uma ampla gama de mensurações, incluindo tanto os aspectos financeiros e não financeiros que levem em conta o risco. O Grupo desencoraja o uso de bónus garantidos e não concorda com qualquer período que se estende por mais de um único ano financeiro.

Os prémios de desempenho para 2009, para aqueles que ganham mais de £39.000 serão diferidos e pagos em três tranches durante o período até Junho de 2012.

Quadros superiores seleccionados na divisão Global Banking & Markets receberão parte dos seus prémios de desempenho em 2009 em acções que exigem que os seus beneficiários as detenham até Janeiro de 2015. Os participantes serão capazes de vender acções suficientes para cobrir suas obrigações fiscais, que são incorridos na aquisição, mas as condições mantêm-se para quaisquer vendas suplementares antes de 2015. Para que ocorram vendas suplementares antes de 2015, os participantes terão que deter acções nos termos dos Planos do Grupo num valor bruto no mínimo igual aos seus prémios.

Prémio diferido

A finalidade dos prémios diferidos é apoiar uma cultura de desempenho em que os trabalhadores reconhecem a importância de um Grupo sustentável, em desempenho empresarial e individual. Uma proporção significativa quando comparada com a componente fixa dos prémios da pessoa seleccionada será diferida por um período de três anos.

Foi aprovado um novo plano de diferimentos pelos accionistas em 15 de Dezembro de 2009. Sob o novo plano, os incentivos de curto prazo serão diferidos em prémios de aquisição de bónus ao longo de um período de três anos na forma de acções RBS para os últimos anos. O diferimento em acções ajuda a alinhar a remuneração dos participantes com os interesses de longo prazo dos accionistas. Os termos do plano de adiamento prevê um "clawback" que permite que a Comissão de Remunerações, retrospectivamente, limite qualquer compensação no momento da aquisição, se considerar que os factores de desempenho em que o prémio se baseia revelaram-se não reflectir o desempenho correspondentes a longo prazo. A intenção é permitir que o Grupo ajuste a compensação histórica por problemas imprevistos emergentes durante o período de diferimento, em especial, aqueles que não se prestam facilmente a uma mensuração quantitativa.

Planos de incentivo de longo prazo

O Grupo oferece aos funcionários em funções superiores (nível executivo e gestores de topo por nomeação) uma oportunidade de receber prémios anuais de incentivos de longo prazo. O objectivo é incentivar a criação de valor a longo prazo e para alinhar as remunerações dos participantes com as rentabilidades dos accionistas.

Será solicitada a aprovação dos accionistas na Assembleia-Geral Anual de 28 de Abril de 2010 para um novo plano de incentivo de longo prazo que irá substituir os actuais Medium Term Performance Plan e o Executive Share Option Plan. As principais características da concepção do novo plano de incentivo de longo prazo são os seguintes:

- O prémio será estruturado como acções de aquisição diferido por desempenho;

- segundo o critério da Comissão de Remunerações, os beneficiários poderão optar por receber o seu prémio sob a forma de acções, ou converter uma parte do seu prémio em opções de acções com valor de mercado com as mesmas condições de desempenho. A taxa de conversão entre acções e opções será fixada de modo a ter amplamente um custo neutro. Não é a intenção da Comissão de Remunerações oferecer esta opção aos participantes para o prémio inicial;

- O principal requisito para a aquisição dos prémios é que a Comissão de Remuneração esteja convencida que a gestão de risco durante o período de desempenho foi eficaz ao nível funcional do Grupo e divisão. A determinação da Comissão de Remunerações será informada pelas informações da Comissão de Risco do Conselho d Grupo e do Chief Risk Officer do Grupo. Especificamente, antes da aquisição, a Comissão de Remunerações, terá em conta o risco e cumprimento em todo o Grupo e divisões e fará uma avaliação de riscos futuros, conforme apropriado. Também irá verificar se há qualquer indivíduo ou mais casos gerais quando tiver que fazer um *clawback*;

- para os participantes abaixo do nível do Conselho, a aquisição dos prémios de acções e opções será baseada na realização do plano estratégico. O desempenho será considerado contra as métricas que reflectem a cinco testes estratégicos no plano estratégico, incluindo:

    - medições de risco

    - Retornos

    - eficiência

    - crescimento

    - medição da franquia do cliente

Para funções mais de topo, a aquisição será baseada, em parte, no desempenho da divisão ou função e, por outro lado, no desempenho do Grupo RBS. Do ponto de vista comportamental, a Comissão de Remunerações deve também estar convencida de que os resultados financeiros foram obtidos sem risco excessivo. A Comissão de Remunerações irá considerar tanto o desempenho financeiro como o risco financeiro e avaliar se considera que o resultado impulsionado pela métrica em que a aquisição dos prémios de acções depende é apropriado nesse contexto;

- para os prémios concedidos em 2010, o desempenho será medido durante um período de três anos, e a Comissão de Remunerações reverá a presente abordagem para os prémios dos anos seguintes; e

- o *clawback* aplicar-se-á a todos os prémios. Isto permite que a Comissão de Remunerações, retrospectivamente, limite qualquer compensação no momento da aquisição, se considerar que os factores de desempenho em que as decisões de premiar foram se revelarem, mais tarde, como não reflectindo o desempenho correspondente a longo prazo.

Regimes de pensões

O Grupo proporciona benefícios de reforma competitivos de uma forma que não crie um nível de risco inaceitável para o Grupo. Os novos empregados são elegíveis para um subsídio em dinheiro em vez de prestação de uma pensão e a facilidade de escolher ter parte de sua remuneração na forma de contribuições para o The Royal Bank of Scotland Group Retirement Savings Plan.

Alguns funcionários continuam a participar nas modalidades de benefício definido. Foram feitas as duas seguintes alterações aos principais planos de pensões de benefício definidos:

- um limite anual sobre o montante de qualquer aumento salarial que irá contar para efeitos de reforma, e

- uma redução no montante fixo por término da relação laboral para aqueles que assumem de imediato uma pensão não descontada por despedimento.

Política de remunerações do executivo

Componentes da remuneração dos administradores executivos de 2010

Salário

Os salários base dos administradores executivos são revistos anualmente. Foi decidido que não será feito qualquer aumento nos salários base como parte da revisão de 2010.

Benefícios

Os administradores executivos são elegíveis para receber os diversos benefícios para colaboradores ou um equivalente em dinheiro de uma conta de benefícios flexíveis, numa base semelhante à dos outros colaboradores.

Os pormenores sobre os esquemas de pensões dos administradores são apresentados na página 236. Os administradores executivos também recebem cobertura adicional para os benefícios por morte em serviço.

Para todos os administradores executivos entrados em ou após 1 de Outubro de 2006, a disposição sobre pensões está na forma de um subsídio de pensões que poderá ser utilizado para participar no The Royal Bank of Scotland Group Retirement Savings Plan, que está aberto a todos os colaboradores, ou investir em planos alternativos de pensões, ou ficar com a totalidade ou parte do subsídio em dinheiro. Além disso, como funcionários, os administradores executivos são elegíveis para participar nos planos Sharesave e Buy As You Earn. Estes planos não estão sujeitos a condições de desempenho, dado serem aplicáveis a todos os funcionários.

O Relatório e Contas de 2008 comunicou a pensão paga ao anterior Group Chief Executive, Sir Fred Goodwin, à sua saída do Grupo em 31 de Janeiro de 2009. No seguimento de discussões entre Sir Fred e o Grupo, ele voluntariou-se a fazer uma redução substancial da sua pensão para um nível de £342.500 por ano.

Gordon Pell irá reformar-se do Grupo e do Conselho de Administração em 31 de Março de 2010, logo após a sua idade normal de reforma aos 60 anos. Os pormenores da sua pensão são mostrados neste relatório. Tal como acordado pelo Conselho em 2005, a sua pensão é baseada nos seus 39 anos de serviço com o Lloyds TSB e o Grupo, parte da qual foi financiada por um pagamento por transferência de um plano de pensão do Lloyds TSB.

No seguimento da reforma de Gordon Pell, nenhum administrador actual será membro de um dos planos de pensão de último salário do Grupo. O Fundo de Pensões do Grupo RBS está fechado aos empregados, incluindo administradores executivos, que tenham entrado no Grupo depois de 30 de Setembro de 2006. Qualquer novo administrador executivo será apenas membro, se ele ou ela já forem actualmente funcionário membros do plano. A provisão para uma pensão completa em reforma antecipada a pedido do empregador não se aplicará a qualquer administrador executivo nomeado no futuro.

Incentivos anuais

Os incentivos anuais concedidos aos administradores executivos em relação ao desempenho 2009 será concedido nos termos do novo plano de diferimento, que foi aprovada pelos accionistas em Dezembro de 2009. Em relação a 2009, a Comissão de Remunerações analisou o pagamento de incentivos anuais aos administradores executivos, tendo em conta o desempenho em relação a metas para o ano e as metas relacionadas com o plano estratégico. Como resultado, a Comissão de Remunerações propôs o pagamento de incentivos anuais para Stephen Hester, Gordon Pell e Bruce Van Saun.

O Group Chief Executive, Stephen Hester declinou o seu prémio de desempenho anual de 2009 à luz da controvérsia pública que prevalece sobre a remuneração e as potenciais repercussões negativas, pelo facto receber esses prémio, no apoio à recuperação do RBS para o qual ele foi contratado há 15 meses para liderar. A Comissão de Remunerações, considera que Stephen Hester superou significativamente as metas que ele estabeleceu para 2009 e pretendia atribuir um bónus proporcional com essa opinião. Em face do pedido de Stephen Hester, mas conscientes da importância da realização do plano de recuperação para que ele foi contratado para realizar, nenhum bónus lhe será concedido em relação a 2009. No entanto, permanece a intenção do Conselho de Administração ao longo do período de recuperação de recompensar o Group Chief Executive de forma justa, adequada e aos níveis de mercado para a realização das metas que publicámos fazer do banco, de novo, seguro, bem-sucedido e apreciado.

O Deputy Group Chief Executive, Gordon Pell, solicitou a renúncia ao seu prémio anual para 2009, e tendo em conta o seu pedido, o Conselho concordou que nenhum bónus lhe será concedido em relação ao desempenho em 2009.

Os administradores executivos têm uma oportunidade máxima normal de incentivo anual de entre 160% e 200% do salário (com um oportunidade máxima excepcional de 200-250% do salário). A oportunidade dentro dos objectivos é de 107% a 133% do salário.

Qualquer pagamento de incentivos aos administradores executivos em 2010 reflectirá o desempenho em cinco categorias de desempenho: Direcção Estratégica, Finanças e Operações, Partes interessadas, Eficiência e Controlo e de Capacitação e Desenvolvimento. A unidade de negócios do Grupo e o desempenho funcional serão consideradas conforme adequado. Aplicar-se-ão as cláusulas de *clawback*.

Incentivos de longo prazo

O Grupo oferece incentivos de longo prazo que se destinam a ligar o prémio com o sucesso a longo prazo do RBS Group. Os prémios são um investimento significativo nas pessoas por parte do RBS Group e o reconhecimento da responsabilidade desses participantes na condução de seu sucesso futuro e para realizar um crescimento na cotação das acções.

Em 2009, os administradores executivos receberam incentivos de longo prazo em dois planos, o Medium Term Performance Plan (MPP) e o Executive Share Option Plan (ESOP). Ambos os planos contêm cláusulas de *clawback* que permitem que a Comissão de Remunerações exerça o seu poder discricionário sobre a aquisição dos prémios feita em 2009. Mais informações sobre os planos podem ser encontrados nas páginas 233 a 235.

Será solicitada a aprovação dos accionistas na Assembleia-Geral Anual de 28 de Abril de 2010 para um novo plano de incentivo de longo prazo, para substituir os planos acima mencionados. As principais características de concepção deste plano estão descritas nas páginas 226 e 227.

Para os administradores executivos, as condições de desempenho propostas centram-se no valor para o accionista, enquanto que contam factores como a ênfase crescente de regulação sobre o risco ajustado das métricas financeiras. A proposta de prémio em 2010 é que 50% de todas as aquisições de prémios se basear na melhoria do lucro económico, 25% no Total Shareholder Return (TSR) relativo e 25% no TSR absoluto. Haverá também ponto de apoio em que os níveis de aquisição podem ser ajustados em função do desempenho de risco e as realizações relacionadas com os objectivos do plano estratégico.

Prevê-se que os prémios no âmbito do novo plano de incentivo de longo prazo serão concedidos as administradores executivos após a aprovação do plano por parte dos accionistas. Os prémios para administradores executivos terão um limite máximo normal de 400% do salário. No caso de circunstâncias excepcionais e se a política de prémios para os administradores executivos tiver que ser aumentada a partir deste nível, será realizada uma a consulta aos accionistas.

Directrizes sobre participações

O Grupo tem em vigor directrizes de participação para administradores executivos. O nível de participação visado é 200% do salário anual bruto para o Grupo Chief Executive e 100% do salário anual bruto para os administradores executivos. Os administradores executivos têm um período de cinco anos para construírem as suas participações de modo a corresponderem aos níveis das directrizes.

Presidente – Philip Hampton

Após consulta com UKFI e outros accionistas principais foi acordado que Philip Hampton receberá um prémio de acções limitado único na sua nomeação como presidente. Este prémio é na forma de acções ao preço zero. O prémio foi concedido em 27 de Fevereiro 2009 sobre 5.172.413 acções. Elas serão adquiridas, sujeita à satisfação das condições de desempenho, no terceiro aniversário da data da concessão. As condições de desempenho incluem medidas de governo e gestão eficaz doa RBS, as relações com os principais interessados e realização de valor e rentabilidade aos accionistas.

Na avaliação de desempenho para determinar a aquisição do seu prémio, a Comissão de Remuneração analisará um conjunto de factores que demonstrarão que Philip Hampton conseguir ter sucesso na reconstrução sustentável do Grupo. A Comissão exigirá também estar convencida de que o nível de aquisição é proporcional com o desempenho financeiro subjacente do Grupo.

Philip Hampton concordou voluntariamente em manter, pelo menos, metade das acções adquiridas por um período suplementar de 12 meses a contar da data de aquisição. Isto reflecte o seu empenho pessoal para impulsionar o desempenho do Grupo a longo prazo.

Group Chief Executive – Stephen Hester

Stephen Hester também recebeu certos prémios de acções na sua nomeação como Grupo Chief Executive e prémios de acções para substituir bónus e prémios de acções que ele perdeu ao deixar The British Land Company PLC. Foram-lhe concedidos prémios de acções condicionais num total de

10.407.081 acções. Sujeito aos seus termos, a maioria desses prémios serão adquiridos entre Fevereiro 2009 e o terceiro aniversário da sua nomeação como Grupo Chief Executive.

Em 2009, Stephen Hester recebeu um prémio de mais de 4.800.000 milhões de acções no âmbito do MPP e opções sobre 9.500.000 de acções no âmbito da ESOP. As condições de desempenho associadas à aquisição destes prémios são baseados nas métricas do Total Shareholder Return absoluto e relativo, conforme descrito na página 235. Antes da Comissão de Remunerações permitir que a aquisição de qualquer das acções de Stephen Hester, ela avaliará o desempenho financeiro subjacente do Grupo e se esse desempenho é realizado de modo consistente com uma gestão eficaz dos riscos.

Stephen Hester, concordou voluntariamente em manter as acções recebeu no âmbito do MPP em 2009 por mais dois anos após a data de aquisição. Isto reflecte o seu empenho pessoal para impulsionar o desempenho do grupo a longo prazo.

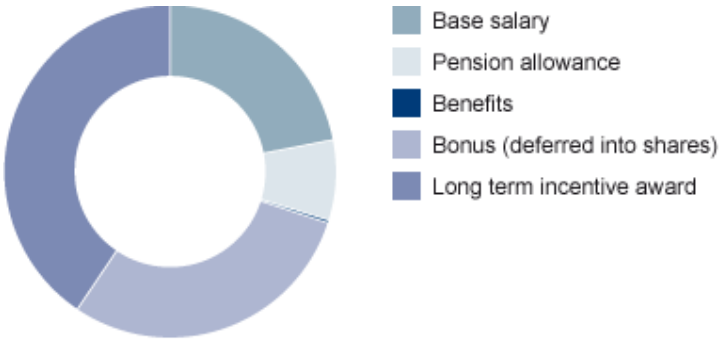
Group Finance Director – Bruce Van Saun

Ao entrar para o grupo, foi-lhe feita concessão de acções condicional de 1.810.611 acções no âmbito do MPP e opções sobre 905.306 acções no âmbito da ESOP. Ambos os prémios serão adquiridos em 8 de Setembro de 2012, o terceiro aniversário da sua entrada no Grupo, e estão sujeitos a condições de desempenho.

Os prémios ESOP e MPP concedidos a Bruce Van Saun estão sujeitos às mesmas metas TSR absolutos e relativos que se aplicam aos prémios de Stephen Hester, incluindo a avaliação de desempenho que permita que a Comissão de Remunerações ajuste os prémios se o resultado de aquisição não reflectir o desempenho subjacente do Grupo e a gestão de risco.

Repartição da remuneração dos administradores executivos baseados no Reino Unido

Pacote remunerativo dos administradores executivos (incluindo Chief Executive)



Salário base
Subsídio de pensão
Benefícios
Bónus (diferido em acções)
Prémio de incentivo de longo prazo

O gráfico acima mostra a composição da oportunidade de remuneração por um desempenho anual dentro dos objectivos e com prémios de incentivo de longo prazo apresentados pelo seu justo valor à data da concessão. Os pagamentos de incentivos de curto prazo ganhos em relação ao desempenho de 2010 serão diferidos e adquiridos, sujeitos ao desempenho satisfatório, ao longo dos três anos seguintes. O valor real dos prémios de incentivo de longo prazo dependerá do desempenho ao longo do período 2010 – 2012 e a cotação das acções momento da aquisição dos prémios

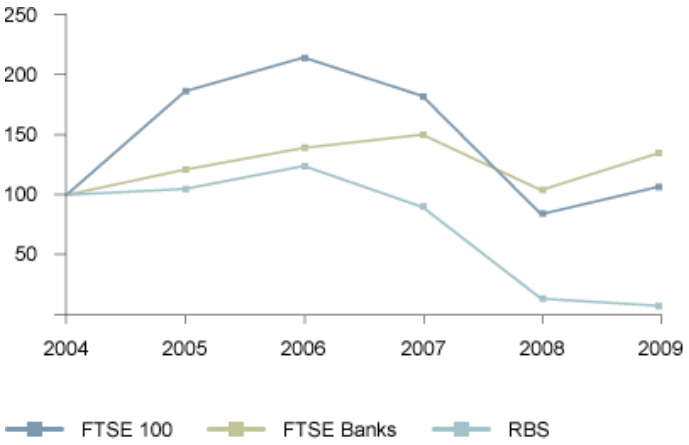
Administradores não executivos

O nível de remuneração dos administradores não executivos reflecte a responsabilidade e o compromisso do tempo dos administradores e o nível dos honorários pagos aos administradores não executivos de grandes empresas comparáveis no Reino Unido. Os administradores não executivos não participam em qualquer plano de incentivo ou desempenho. Os honorários dos administradores não executivos são revistos regularmente. Não houve alteração nos honorários ao longo de 2009.

Desempenho em termos de rendimento total do accionista (TSR)

O gráfico de desempenho abaixo ilustra o desempenho da empresa ao longo dos últimos cinco anos em termos de rendimento total para os accionistas comparativamente com o das empresas que fazem parte do Índice FTSE 100. Este índice foi seleccionado porque representa uma amostra das maiores empresas britânicas. O rendimento total para os accionistas dos bancos FTSE no mesmo período foi acrescentado para comparação. O rendimento total para os accionistas da empresa e os índices foram rebaseados para 100 em 2004.

Rendimento total do accionista



Rendimento total de accionistas - diário

Contratos de serviços

A política da empresa relativamente à duração dos contratos com os administradores é que os contratos com os administradores executivos geralmente se mantêm até à rescisão por qualquer uma das partes, mediante o aviso prévio exigido, ou até à reforma. O período de pré-aviso para os contratos de serviço dos administradores executivos não é normalmente superior a 12 meses. Em relação aos administradores executivos recém-contratados, mediante a aprovação prévia da Comissão de Remunerações, o período de pré-aviso da empresa empregadora pode ser superior a 12 meses se se justificar. Se no acto da nomeação for inicialmente aprovado um período de pré-aviso mais longo, este será normalmente estruturado de modo a diminuir automaticamente para 12 meses em devido tempo.

Todos os novos contratos de serviço para os administradores executivos estão sujeitos à aprovação pela Comissão de Remunerações. Estes contratos normalmente incluem cláusulas-tipo que abrangem o processo de avaliação do desempenho, os procedimentos disciplinares normais da empresa e as condições de demissão em caso de falhas de desempenho ou em situações que envolvam acções que infringem as políticas e normas do Grupo.

Qualquer pagamento de remunerações efectuado em relação com a saída de um administrador executivo está sujeito à aprovação da Comissão de Remunerações, atendendo às condições do contrato de serviço e às razões da rescisão. Todos os membros do Conselho de Administração que deixam a empresa no futuro receberão um pacote indemnizatório que é razoável e será entendido como justo.

Nenhum pagamento de indemnização foi feito ao Guy Whittaker em relação à sua cessação como administrador.

A informação relativa aos contratos de serviço dos administradores é apresentada a seguir:

	Data do Contrato actual	Período de pré-aviso da empresa	Período de pré-aviso do administrador
Os administradores executivos			
Stephen Hester	4 de Novembro de 2008	12 meses	12 meses
Gordon Pell	20 de Fevereiro de 2006	12 meses	6 meses
Bruce Van Saun (1)	8 de Setembro de 2009	12 meses	12 meses
Ex-administradores executivos			
Guy Whittaker (2)	19 de Dezembro 2005	12 meses	12 meses

Notas:

(1) Nomeado administrador em 1 de Outubro de 2009.

(2) Cessou de ser um administrador em 30 de Setembro de 2009.

Excepto conforme referido abaixo, em caso de despedimento em que não exista um período de pré-aviso contratual, a empresa empregadora pode pagar ao administrador executivo uma quantia em substituição desse período de pré-aviso. Nas situações que envolvam infracção das políticas da empresa empregadora que dêem origem a despedimento, o administrador executivo pode receber uma indemnização inferior ou nem sequer receber qualquer indemnização. Dependendo das circunstâncias da rescisão da relação laboral, o administrador executivo pode ter direito ou a Comissão de Remunerações pode exercer a sua opção de permitir ao administrador executivo exercer os direitos a receber ao abrigo do plano de incentivo a longo prazos mediante as regras do respectivo plano.

Stephen Hester

No caso da colaboração de Stephen Hester ser rescindida pela empresa (que não seja por motivo de seu mau desempenho pessoal), aplicar-se-á o seguinte. Primeiro, o Stephen Hester terá direito a receber um pagamento em vez de pré-aviso no valor do salário base, bónus e benefícios (incluindo contribuições de pensões). Em segundo lugar, os prémios de acções que lhe foram concedidos para substituir bónus e prémios de acções que ele perdeu ao deixar a The British Land Company PLC serão conferidos de imediato após a rescisão.

Se a colaboração de Stephen Hester for rescindida por motivo do seu mau desempenho pessoal, a empresa tem o direito de resolução, mediante pré-aviso escrito, com efeito imediato e sem fazer qualquer pagamento por esse motivo e o Stephen Hester perderá todas as atribuições de acções ainda não exercidas. Se ele se demitir voluntariamente e a empresa não o obrigar a trabalhar o tempo de pré-aviso, o Stephen Hester pode receber um pagamento em vez do pré-aviso apenas com base no salário (ou seja, sem bónus ou benefícios) e também perderá todos os prémios de acções não exercidos.

Gordon Pell

Gordon Pell irá passar à reforma do Grupo em 31 de Março de 2010. No caso da colaboração de Gordon Pell se rescindida por pré-aviso, qualquer pagamento em vez de pré-aviso teria sido baseado apenas no salário, ou seja, sem bónus ou benefícios. Gordon Pell é membro do Fundo de Pensões do The Royal Bank of Scotland Grupo (Fundo RBS) e tem contratualmente o direito de receber todos os benefícios de pensão de acordo com as suas condições. As regras do Fundo RBS permitem que todos os membros,

incluindo administradores, que se reformem antecipadamente a pedido de seu empregador, recebam uma pensão com base no serviço prestado, sem o desconto aplicado à reforma antecipada. Gordon Pell atingiu a idade de pensão normal de 60 anos de acordo com o Fundo de Pensões do Grupo em 23 de Fevereiro de 2010 e a partir dessa data nenhuns descontos serão aplicados ao pagamento da sua pensão.

Bruce van Saun

No caso da colaboração de Bruce Van Saun ser rescindida por razão por mau desempenho pessoa, a empresa tem o direito de rescindir, mediante aviso escrito, com efeito imediato e sem fazer qualquer pagamento, em vez de aviso. Qualquer pagamento em vez do aviso que possa ser feito a Bruce Van Saun seria baseado apenas salário só (ou seja, sem bónus ou benefícios).

A empresa concordou que, desde que estejam reunidas certas condições, ao deixar o cargo, Bruce Van Saun não perderá prémios ao abrigo das regras do Plano de Diferimento, o MPP e o ESOP.

Presidente e administradores não executivos

As datas originais de nomeação como administradores e as datas para a próxima eleição ou reeleição do Presidente e administradores não executivos são as seguintes:

	Data da primeira nomeação	Data para eleição ou próximo reeleição
Philip Hampton	19 Janeiro 2009	2010 (1)
Colin Buchan	1 de Junho de 2002	2011
Sandy Crombie	1 de Junho de 2009	2010
Penny Hughes	1 de Janeiro de 2010	2010
Archie Hunter	1 de Setembro de 2004	2010 (2)
Joe MacHale	1 de Setembro de 2004	2010
John McFarlane	1 de Outubro de 2008	2012
Art Ryan	1 de Outubro de 2008	2012
Philip Scott	1 de Novembro de 2009	2010

Nota:

(1) De acordo com as recomendações de revisão Walker e com efeitos a partir de Assembleia-Geral Anual de 2010, o presidente vai propor-se à reeleição anualmente.

(2) Não solicitar a reeleição na Assembleia-Geral Anual de 2010

Nos termos dos Estatutos da empresa, todos os administradores devem apresentar a demissão e solicitar a reeleição pelos accionistas pelo menos a cada três anos. As datas no quadro acima reflectem a última data para a eleição ou reeleição.

Os administradores não executivos não têm contratos de serviço ou períodos de pré-aviso embora tenham cartas de compromisso que reflectem as suas responsabilidades e compromissos. Estas cartas deixam claro para os administradores não executivos do compromisso do tempo que se espera que dediquem às suas funções no Conselho de Administração. As cartas de Philip Scott e Penny Hughes declaram claramente o compromisso do tempo deverão estar em consonância com a revisão Walker. Nenhuma indemnização será paga a qualquer administrador não executivo em caso de rescisão.

Philip Hampton terá direito a receber um pagamento em substituição do pré-aviso se a sua nomeação for rescindida como resultado da maioria dos accionistas do Grupo, procurando o efeito de terminar a sua nomeação. O período de pré-aviso é de 12 meses. No caso da empresa terminar a nomeação de Philip Hampton sem uma boa razão, ou a sua reeleição não for aprovada pelos accionistas na Assembleia-Geral resultando na terminação da sua nomeação, ele terá o direito de receber um pagamento em dinheiro em substituição do pré-aviso dos honorários de 12 meses.

Os quadros e notas explicativas contidos nas páginas 232 a 236 indicam a remuneração de cada administrador no exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 e foram examinadas pelos auditores da empresa, Deloitte LLP.

Remuneração dos administradores

	Salário / honorários £ 000	Bónus desempenho (1) £ 000	Benefícios £ 000	2009 Total £ 000	2008 Total £ 000
Presidente					
Philip Hampton	700	-	-	700	-
Administradores executivos					
Stephen Hester	1.220	-	7	1227	164
Gordon Pell	932	-	1	933	909
Bruce Van Saun (2)	333	363	4%	700	-
Ex-presidente e administradores executivos					
Sir Tom McKillop (3, 5)	72	-	-	72	787
Guy Whittaker (4, 5)	635	-	3	638	833

Notas:

(1) Bónus de desempenho pagável devido ao desempenho ao longo de 2009, que será concedido no âmbito do plano diferido de 2010 e diferido até 2012. O bónus de desempenho para Bruce Van Saun reflecte seu desempenho desde que entrou para o Grupo em Outubro de 2009, incluindo a conclusão da APS, orçamento no final do ano, o planeamento e a preparação das alienações.

(2) Nomeado como administrador em 1 de Outubro de 2009.

(3) Nomeado para o Conselho em Setembro de 2005 e retirou-se como presidente e administrador em 3 de Fevereiro de 2009.

(4) Cessou de ser um administrador em 30 de Setembro de 2009.

(5) Nenhum pagamento de perda de mandato foi feito a Sir Tom McKillop ou Guy Whittaker.

	Honorários do conselho £ 000	**Honorários das comissões do conselho £ 000**	**Total 2009 £ 000**	**Total 2008 £ 000**
Administradores não executivos				
Colin Buchan	73	79	152	130
Sandy Crombie (1)	88	-	88	-
Archie Hunter	73	93	166	174
Joe MacHale	73	38	111	106
John McFarlane	73	20	93	18
Art Ryan	73	19	92	18
Philip Scott (2)	25	-	25	-
Ex-administradores não executivos				
Dr. Currie (3)	8	2	10	89
Bill Friedrich (3)	8	4	12	106
Bud Koch (3)	8	-	8	73
Janis Kong (3)	8	2	10	89
Sir Steve Robson (3)	8	3	11	106
Bob Scott (3, 4)	18	-	18	174
Peter Sutherland (3)	8	3	11	102

Notas:

(1) Nomeado como administrador independente sénior em 1 de Junho de 2009. Os seus honorários incluem e cobrem todo o trabalho no Conselho de Administração e Comissão do Conselho.

(2) Nomeado como administrador em 1 de Novembro de 2009.

(3) Retirou-se de administrador em 6 de Fevereiro de 2009. Nenhuma compensação paga por perda de mandato.

(4) O honorário é inclusivo e abrange todo o trabalho do Conselho de Administração e Comissões do Conselho.

Nenhum administrador recebeu quaisquer ajudas de custo sujeitas a imposto sobre os rendimentos do Reino Unido nem qualquer indemnização por cessação de funções/despedimento. Os administradores não executivos não receberam qualquer bónus nem benefício.

Opções sobre acções

O Executive Share Option Plan (ESOP) foi aprovado pelos accionistas da empresa na Assembleia-Geral Anual de 2007. Em 2009, as opções foram concedidas a administradores executivos nos termos do ESOP sobre as acções com valores compreendido entre uma vez e meia e três vezes do salário.

As opções de subscrição de acções ordinárias da empresa, de 25p cada, concedidas aos administradores e exercidas por estes últimos durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 estão incluídos no quadro abaixo.

A intenção é que não mais concessões serão feitas nos termos do ESOP. Em vez disso, os prémios serão feitos nos termos do novo plano de incentivo de longo prazo, se aprovado pelos accionistas. Os detalhes sobre o plano de incentivos de longo prazo podem ser encontrados nas páginas 226 e 227.

			Opções exercidas em 2009				Opções detidas em 31 de Dezembro de 2009	
	Opções detidas em 1 de Janeiro de 2009	Opções concedidas em 2009	Número	Preço de mercado à data de exercício £	Opções caducadas em 2009	Preço de opção £	Número	período de exercício
Stephen Hester	-	9550000				0,37	9.550.000	22.06.12 - 21.06.19
Gordon Pell	104.252					4,80	104.252	14.08.04 - 13.08.11
	98.879					5,07	98.879	14.03.05 - 13.03.12
	178.412					3,45	178.412	13.03.06 - 12.03.13
	169.158					4,84	169.158	11.03.07 - 10.03.14
	181.304					4,83	181.304	10.03.08 - 09.03.15
	223.428				223.428	5,17	-	caducado
	310.364					4,70	310.364	16.08.10 - 15.08.17
	640.871					2,97	640.871	06.03.11 - 05.03.18
	1.906.668				223.428		1.683.240	
Guy Whittaker (2)	203.113				203.113	5,17	-	caducado
	335.269				335.269	4,70	-	Caducado
	582.803				582.803	2,97	-	caducado
	9.218 (1)				9.218 (1)	1,89	-	caducado
		45.592 (1)			45.592 (1))	0,38	-	caducado
	1.130.403	45.592			1.175.995		-	
Bruce Van Saun (3)	-	905.306				0,57	905306	08.09.12 - 07.09.19

Notas:

(1) Opções detidas em regimes de poupança-acções, que não estão sujeitos a condições de desempenho.

(2) Opções detidas em 30 de Setembro de 2009, quando Guy Whittaker cessou de ser administrador. Todos os prémios pendentes caducaram após a cessação do cargo.

(3) Prémios concedidos em 8 de Setembro de 2009, quando Bruce Van Saun se juntou ao Grupo. Foi nomeado como administrador em 1 de Outubro de 2009.

Nenhuma das opções foi objecto de alteração dos seus termos e condições durante o período terminado em 31 de Dezembro de 2009. Nenhum pagamento é exigido no momento da atribuição de uma opção.

O plano foi alterado para introduzir cláusulas *clawback* para os prémios concedidas em 2009.

No que diz respeito à concessão de opções em 2009, as condições de desempenho para os administradores executivos são baseados numa combinação de mensurações de Total Shareholder Return (TSR) relativo e absoluto. Mais informações podem ser encontrados na página 235.

O preço de mercado das acções ordinárias da empresa em 31 de Dezembro de 2009 foi 29.2p e o intervalo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi 10.3p a 57.7p.

No período de dez anos até 31 de Dezembro de 2009, os prémios concedidos que podiam exigir a emissão de novas acções ao abrigo dos planos de acções da empresa representaram 4,1% do capital social da empresa em acções ordinárias emitidas, deixando uma margem de diluição disponível de 5,9%. A empresa cumpre as suas obrigações de planos de acções através de uma combinação de emissão de novas acções e acções compradas no mercado.

Medium Term Performance Plan (MPP)

O MPP foi aprovado pelos accionistas em Abril 2001. Os executivos principais (membros da Comissão de Gestão e acima) são elegíveis para um prémio anual nos termos do plano na forma de acção ou prémios equivalentes a acção. Embora as regras do plano de permitam prémios sobre as acções no valor até uma vez e meia do vencimento, a Comissão de Remunerações tem adoptado uma política de concessão de prémios com base num múltiplo do salário. Nenhuma alteração será feita a essa política sem consulta prévia aos accionistas. A intenção é que mais nenhuns prémios sejam concedidos nos termos do MPP, em vez disso os prémios serão feitas no âmbito do novo plano de incentivos de longo prazo, se aprovado pelos accionistas. Mais informações sobre os incentivos de longo prazo podem ser encontradas nas páginas 226 e 227.

.

	Participação no plano (equivalentes a acção) em 1 de Janeiro de 2009	Prémios concedidos em 2009	Preço de mercado à data da atribuição £	Prémios adquiridos em 2009	Prémios exercidos em 2009	Participação no plano (equivalentes a acção) em 31 de Dezembro de 2009	Fim de período para a cumprimento das condições de qualificação
Stephen Hester	-	4.800.000	0,37			4.800.000	22.06.12
Gordon Pell	138.384		5,85			-	caducado
	305.177		2,97			305.177	31.12.10
	443.561					305.177	
Guy Whittaker (1)	128.134		5,85			-	caducado
	277.525		2,97			-	caducado
	405.659					-	
Bruce Van Saun (2)	-	1.810.611	0,57			1.810.611	22.06.12 (3)

Notas:

(1) Opções detidas em 30 de Setembro de 2009, quando Guy Whittaker cessou de ser administrador. Todos os prémios pendentes caducaram após a cessação do cargo.

(2) Prémios concedidos em 8 de Setembro de 2009, quando Bruce Van Saun se juntou ao grupo. Foi nomeado como administrador em 1 de Outubro de 2009.

(3) Fim do período de qualificação em 22 de Junho de 2012, porém prémio não disponível para o exercício até 8 de Setembro de 2012, 3 anos a partir da data de concessão.

Para todas os prémios que foram adquiridos, os participantes que detêm prémios podem exercer os seus direitos sobre os equivalentes de acções subjacentes em qualquer altura até dez anos da data de concessão.

Nenhuma variação foi feita para qualquer um dos termos do plano, durante o ano, para além da introdução da cláusula de *clawback* para os prémios concedidos em 2009.

Critérios de desempenho para os prémios ESOP e MPP concedidos aos administradores executivos em 2009

Os prémios são sujeitas a mensurações de TSR relativos e absolutos, ponderados de modo igual. As medidas de desempenho aplicam-se a ambos os prémios ESOP e MPP feita em 2009.

A medida TSR relativa compara o desempenho do grupo contra um cabaz de bancos do Reino Unido e no estrangeiro, ponderada para as empresas mais similares ao Grupo

	Comparador de empresas	Ponderação
1	Lloyds Banking Group	200%
2	Barclays	
3	Banco Santander	150%
4	HSBC	
5	Standard Chartered	
6	Citigroup	100%
7	Deutsche Bank	
8	JP Morgan Chase	
9	BNP Paribas	50%
10	Bank of America	
11	Société Générale	
12	Crédit Agricole	
13	Group Crédit Suisse	
14	Royal Bank of Canada	
15	Wells Fargo	
16	National Australia Bank	
17	BBVA	
18	UBS	
19	The Toronto Dominion Bank	
20	Unicredito Italiano	

Para receber qualquer uma das acções e opções sujeitas a esta mensuração de desempenho, o desempenho do Grupo deve ser pelo menos tão bom como a mediana das empresas de comparação, com a aquisição, como segue:

- Para receber 100% das acções e opções, o RBS terá de estar no quartil superior de seu grupo de TSR relativo.
- Para receber 25% das acções e opções, o RBS terá de estar na mediana do seu grupo TSR relativo.

A medida TSR absoluta baseia-se na concretização das metas preço das acções até ao final do período de desempenho. No que respeita a esta medida de desempenho, a aquisição é determinada como se segue:

- Para receber 100% das acções e opções, o preço da acção teria de chegar a 70 pence ou mais.
- Para receber 50% das acções e opções, o preço da acção teria de chegar a 55 pence ou mais.
- Para receber 25% das acções e opções, o preço da acção teria de chegar a 40 pence.

Além disso, se a Comissão de Remunerações do Conselho considerar que o resultado de aquisição calibrada em conformidade com as condições de desempenho acima descritas não reflectir os resultados subjacentes do Grupo, ou se Comissão considerar que os resultados financeiros foram obtidos com os riscos excessivos, então, os termos do os prémios permitem que seja utilizado um ponto de apoio para reduzir a aquisição de um prémio, ou permitir que a atribuição caduque na sua totalidade.

Prémio em acções com restrições

	Prémios detidos em em 1 de Janeiro 2009	Prémios concedidos em 2009	Preço do mercado à data de atribuição £	Prémios adquiridos em 2009	Preço do mercado na aquisição £	Valor dos prémios adquiridos £	Prémios detidos em 31 de Dezembro 2009	Fim da período para cumprimento das condições de qualificação
Stephen Hester	7.997.055 (1)		0,48	1.502.291	0,285	428.153	5.506.987	21.11.08 - 29.05.11
				608.805	0,4015	244.435		
				378.972	0,463	175.464		
	1.832.062 (2)		0,48	610.688	0,375	229.008	1.221.374	21.11.09 - 21.11.11
	9.829.117			3.100.756		1.077.060	6.728.361	
Guy Whittaker (3)	90.718		5,41	90.718	0,285	25.854	-	01.02.09
	44.500		5,41				-	caducado
	135.218			90.718		25.854	-	
Philip Hampton (4)	-	5172413	0,29				5.172.413	27.02.12

Notas:

(1) Prémios para substituir bónus e prémios de acções a que Stephen Hester renunciou ao deixar The British Land Company PLC, que reflectem as datas de aquisição dos prémios originais. Inicialmente, foram-lhe concedidas 10.407.081 acções restritas ao entrar no Grupo e 577.964 adquiridas em 2008.

(2) Estes prémios adquirem-se em 1/3 em cada primeiro, segundo e terceiro trimestre do prémio, sujeito às suas condições.

(3) Os prémios foram concedidos a Guy Whittaker, em vez de prémios de acções não adquiridos da sua entidade empregadora anterior. Cessou de ser um administrador em 30 de Setembro de 2009 e o prémio pendente caducou na cessação do cargo.

(4) Os pormenores do prémio de acções restritas a Philip Hampton estão descritos na página 228. A Comissão de Remunerações pode alterar este prémio se considerar adequado. No entanto, será necessária a aprovação dos accionistas para alterar algumas disposições em benefício de Philip Hampton. Estas disposições referem-se à base para determinar o seu direito a, e as condições de acções ou de outros benefícios e para a adaptação do mesmo (se houver), se houver um problema de capitalização, os direitos de emissão ou oferta aberta, subdivisão ou consolidação de acções ou redução de capital ou qualquer outra variação do capital e do próprio poder de alteração. A Comissão de Remunerações pode, sem aprovação dos accionistas, fazer pequenas alterações para facilitar a administração do prémio, para dar cumprimento ou tomar em conta qualquer legislação existente ou proposta ou para obter ou manter fiscal um tratamento favorável de impostos, troca de controlo ou regulamentar para Philip Hampton, ou a sua entidade empregadora. O benefício do prémio não é acumulável para a reforma.

Regime de pensões dos administradores

Em 2009, Gordon Pell acrescentou tempo de serviço no The Royal Bank of Scotland Group Pension Fund (o "Fundo RBS"). O Fundo RBS é um fundo de benefícios definidos registado no HM Revenue & Customs ao abrigo da Lei das Finanças de 2004.

Gordon Pell tem direito a benefícios de pensão complementar, numa base de benefício definido fora do Fundo RBS. Os números apresentados abaixo incluem o acréscimo em relação a esses regimes.

A divulgação destes benefícios foi efectuada de acordo com as Regras de Listagem da United Kingdom Listing Authority e com os Regulamentos das Sociedades e Grupos Médios e Grande (Contas e Relatórios) de 2008.

Regime de benefício definido	Idade em 31 de Dezembro 2009	Direitos acumulados em 31 de Dezembro 2009 £ 000 pa	Pensão adicional obtida durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2009 £ 000 pa	Pensão adicional obtida durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2009* £ 000 pa	Valor da transferência em 31 de Dezembro 2009 £ 000	Valor de transferência em 31 de Dezembro 2008 £ 000	Aumento do valor transferido durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2009	Valor de transferido para pensão adicional durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2009* £ 000
Gordon Pell	59	582	65	40	13581	9831	3750	923

* Líquido de reavaliação oficial aplicável às pensões diferidas.

Gordon Pell irá passar à reforma do Grupo no final de Março de 2010, pouco após a sua idade normal de reforma de 60m anos e a pensão acima foi calculada nessa base. A sua pensão na reforma será baseada nos seus 39 anos de serviço com a Lloyds TSB e com o Grupo, parte da qual foi financiada por um pagamento de transferência do plano de pensões do Lloyds TSB.

Há uma diferença significativa na forma de divulgação exigida pelo Regulamento de Listagem e o Regulamentos das Sociedades e Grupos Médios e Grande (Contas e Relatórios) de 2008. O primeiro exige a divulgação da pensão adicional obtida durante o ano, o valor de transferência equivalente a esta pensão com base nas condições financeiras no final do ano. A segunda exige a divulgação da diferença entre o valor da transferência no início e no final do ano e, portanto, dependente da alteração das condições financeiras ao longo do ano. Durante 2009, a taxa real de desconto usada para calcular todos os valores da transferência caiu de 2,8% para 1,5%. Como resultado, o valor da transferência de Gordon Pell aumentou em maior medida do que o montante da sua pensão. Não houve aumento de sua pensão em 2009 ou como resultado da sua reforma.

Os valores de transferência divulgados acima não representam uma quantia paga ou a pagar ao administrador individual. Em vez disso, representam um passivo potencial dos regimes de pensões do Grupo.

A proporção dos benefícios representados pelos regimes de pensões financiados para Gordon Pell é de 43%.

Stephen Hester e Bruce Van Saun são, e Guy Whittaker foi, providenciados com um subsídio de dinheiro em vez dos benefícios de pensão, conforme abaixo indicado:

	2009	2008
Subsídios em dinheiro em vez da pensão	**£ 000**	**£ 000**
Administradores executivos		
Stephen Hester	420	52
Bruce Van Saun	80	-
ex-administrador executivo		
Guy Whittaker	217	282

Colin Buchan AM
Presidente da Comissão de Remunerações
24 de Fevereiro de 2010

Participações dos administradores em acções

		31 de Dezembro de 2009	
Administradores executivos	Acções detidas beneficamente em 1 de Janeiro de 2009 ou da data de nomeação, se mais tarde	Acções detidas beneficamente	Valor (1) £
Stephen Hester	340.524	2.167.419	632.886
Gordon Pell	611.927	611.927	178.683

Nota.

(1) O valor é baseado no preço da acção em 31 de Dezembro de 2009, que foi 29.2p. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 o preço da acção variou entre 10.3pa e 57.7p.

		31 de Dezembro de 2009	
Administradores não executivos	Acções detidas beneficamente em 1 de Janeiro de 2009 ou da data de nomeação, se mais tarde	Acções detidas beneficamente	Valor (1) £
Colin Buchan	157.515	157.515	45.994
Sandy Crombie (2)	-	200.000	58.400
Hughes Penny (3)	8.175	8.175	2.387
Archie Hunter	41.344	41.344	12.072
John McFarlane	-	50.000	14.600
Joe MacHale	284.317	284.317	83.021
Art Ryan	50.000	50.000	14.600
Philip Scott (4)	500.000	500.000	146.000
Presidente			
Philip Hampton (5)	26.312	276.312	80.683

Notas

(1) O valor é baseado no preço da acção em 31 de Dezembro de 2009, que foi 29.2p. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 o preço da acção variou entre 10.3pa e 57.7p.

(2) Nomeado como administrador em 1 de Junho de 2009.

(3) Nomeado como administrador em 1 de Janeiro de 2010.

(4) Nomeado como administrador em 1 de Novembro de 2009.

(5) Nomeado como administrador em 19 de Janeiro de 2009.

Nenhum outro administrador detinha participações por conta de terceiros em acções da empresa durante o ano ou deteve um interesse não benéfico em acções da empresa em 31 de Dezembro de 2009, em 1 de Janeiro de 2009 ou data de nomeação, se posterior. As participações acima incluem as pessoas ligadas com os administradores.

À data de 24 de Fevereiro de 2010, não houve alterações nas participações dos administradores nas acções mostradas nos quadros acima.

Declaração das responsabilidades dos administradores

Os administradores são obrigados, por força do Artigo 4.º do Regulamento IAS (Regulamento da Comissão Europeia n.º 1606/2002) a elaborar as Contas do Grupo e, conforme permitido pela Lei das Sociedades de 2006, decidiram elaborar as contas da empresa, para cada exercício, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia. São responsáveis pela elaboração das contas de modo a reflectirem razoavelmente a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo e da empresa. Ao elaborarem essas demonstrações, os administradores são obrigados a:

- seleccionar políticas contabilísticas adequadas e aplicá-las de uma forma consistente;
- fazer apreciações e estimativas razoáveis e prudentes; e
- indicar se as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas, sujeitas a quaisquer discrepâncias relevantes divulgadas e explicitadas nas demonstrações.

Os administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados que reflictam com exactidão razoável, a qualquer momento, a situação financeira do Grupo e lhes permita assegurar que o Relatório e Contas Anuais cumpre com a Lei das Sociedades de 2006. Também são responsáveis pela salvaguarda do activo da empresa e do Grupo e, portanto, por tomar medidas razoáveis para a prevenção e detecção de fraudes e outras irregularidades.

Por ordem do Conselho de Administração.

Miller McLean
Secretário
24 de Fevereiro de 2010

Nós, os administradoras abaixo mencionados, confirmamos que segundo o nosso melhor conhecimento:

- as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, dão uma representação verdadeira e justa do activo, passivo, posição financeira e resultados da empresa e dos negócios incluídos na consolidação tomados como um todo; e
- a Análise por actividade, que está incorporada no relatório dos administradores, inclui uma análise justa do desenvolvimento e desempenho do negócio e da posição da empresa e dos negócios incluídos na consolidação como um todo, juntamente com uma descrição dos principais risco e incertezas que eles enfrenta.

Por despacho do Conselho

Philip Hampton	Stephen Hester	Bruce Van Saun
Presidente	*Group Chief Executive*	*Group Finance Director*

24 de Fevereiro de 2010

Conselho de Administração

Presidente	Administradores executivos	Administradores não executivos
Philip Hampton	Stephen Hester	Colin Buchan
	Gordon Pell	Sandy Crombie
	Bruce Van Saun	Penny Hughes
		Archie Hunter
		Joe MacHale
		John McFarlane
		Ryan Art Arthur '
		Philip Scott

240 Relatório dos auditores independentes
241 Demonstração de resultados consolidada
242 Demonstração de rendimento integral consolidada
243 Balanços
244 Demonstrações de alterações na situação líquida
247 Demonstração dos fluxos de caixa
248 Políticas contabilísticas
259 Notas sobre as demonstrações

1	Margem financeira	259
2	Proveitos não provenientes de juros (excluindo proveitos de prémios de seguros)	260
3	Despesas operacionais	261
4	Custos de pensões	263
5	Remunerações dos auditores	266
6	Impostos	267
7	Lucros atribuíveis a accionistas preferenciais e pago a accionistas	267
8	Dividendos ordinários	268
9	Lucro registado nas demonstrações da empresa	268
10	Lucro por acção ordinária e acção B	269
11	Instrumentos financeiros	270
12	Activos financeiros - imparidades	292
13	Derivados	294
14	Títulos de dívida	297
15	Acções	299
16	Investimentos em empresas do Grupo	300
17	Activos intangíveis	301
18	Activos tangíveis	304
19	Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	306
20	Operações descontinuadas e activos e passivos de grupos de alienação	306
21	Saldos de compensação e posições curtas	308
22	Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	308
23	Impostos diferidos	309
24	Actividade de seguros	310
25	Passivos subordinados	317
26	Interesses minoritários	324
27	Capital social	325
28	Reservas	328
29	Locações	328
30	Garantias e titularizações	330
31	Recursos de capitais	331
32	Rubricas para memória	332
33	Entrada/(saída) de caixa de actividades operacionais	337
34	Análise do investimento líquido em participações comerciais e activos intangíveis	338
35	Juros recebidos e pagos	339
36	Análises de alterações no financiamento durante o ano	340
37	Análise de caixa e equivalentes a caixa	340
38	Análise por segmento	341
39	Remunerações dos administradores e de quadros superiores de gestão	346
40	Transacções com administradores e quadros superiores de gestão	347
41	Partes relacionadas	347
42	Acontecimentos após o período de relato	348

Relatório dos auditores independentes aos accionistas do The Royal Bank of Scotland Group plc

Auditámos as demonstrações financeiras do The Royal Bank of Scotland Group plc ("a empresa") e as suas subsidiárias (conjuntamente "o Grupo") no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 que incluem as políticas contabilísticas, os balanços em 31 de Dezembro de 2009, a demonstração de resultado consolidada, a demonstração de rendimento integral consolidada, as demonstrações das alterações da situação líquida e dos fluxos de caixa do ano findo a 31 de Dezembro de 2009, as respectivas Notas 1 a 42 e a informação identificada como "auditada" na secção de Gestão de risco, capital e liquidez da Análise por actividade. O quadro de relato financeiro que foi aplicado na sua elaboração foi a lei aplicável e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) como adoptada pela União Europeia.

Este relatório destina-se exclusivamente aos membros da empresa, como órgão, segundo o capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Sociedades de 2006. O nosso trabalho de auditoria foi realizado única e exclusivamente para podermos expor aos membros da empresa os assuntos que somos obrigados a apresentar-lhes num relatório de auditoria. Na medida permitida pela lei, não aceitamos nem assumimos responsabilidade perante ninguém que não seja a empresa e os seus sócios, como entidade, pelo nosso trabalho de auditoria, por este relatório nem pelas opiniões que formulámos.

Responsabilidades respectivas dos administradores e auditores

Como explicado com maior pormenor na Declaração das responsabilidades dos administradores, os administradores são responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras e por estarem convencidos de que elas dão uma opinião verdadeira e justa.

A nossa responsabilidade consiste em auditar as demonstrações financeiras e a parte do relatório referente às remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Estas normas exigem o cumprimento das Normas Éticas de Auditoria das Práticas de Conselhos de Administração para Auditores.

Âmbito da auditoria às demonstrações financeiras

Uma auditoria envolver obter indícios sobre os montantes divulgações nas Demonstrações Financeiras suficientes para dar uma garantia razoável que as Demonstrações Financeiras estão isentas de declarações erradas, quer causadas por fraude ou erro. Isto inclui uma avaliação da razoabilidade das estimativas contabilísticas significativas feitas pelos administradores na elaboração das Demonstrações Financeiras; se as políticas contabilísticas são apropriadas para as circunstâncias da empresa e o Grupo e se foram coerentemente aplicadas e adequadamente divulgadas; e sobre a apresentação global das Demonstrações Financeiras:

Opinião:

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras do Grupo dão uma imagem fidedigna e razoável, do estado dos negócios do Grupo e da empresa em 31 de Dezembro de 2009 e das suas perdas no exercício então findo;

- as demonstrações financeiras do Grupo e da empresa foram elaboradas adequadamente de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela União Europeia; e

- as demonstrações financeiras e a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada foram elaboradas de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades de 2006 e, no que se refere às demonstrações financeiras do Grupo, com o Artigo 4.º do Regulamento IAS; e

Opinião separada em relação às IFRS conforme publicadas pelo IASB

Conforme está explicitado nas políticas contabilísticas, o Grupo elaborou demonstrações financeiras que cumprem as IFRS conforme adoptadas pela União Europeia e com as IFRS emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras do Grupo cumprem com as IFRS conforme publicadas pelo IASB.

Opinião em outros assuntos prescritos pela Lei das Sociedade 2006

Na nossa opinião:

- a parte do relatório sobre as remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada foi devidamente elaborada de acordo com a Lei das Sociedades de 2006; e

- a informação apresentada no relatório dos administradores para o exercício para os quais as demonstrações financeiras foram elaboradas é consistente com as demonstrações financeiras.

Assuntos sobre qos quais somos obrigados a relatar por excepção

Nada temos a relatar em relação ao seguinte:

Nos termos da Lei de Sociedade de 2006, somos obrigados a comunicar-lhes se, na nossa opinião:

- não foram mantidos pela empresa registos contabilísticos adequados, ou as declarações apropriadas para a nossa auditoria não foram recebidas de agências não visitadas por nós; ou

- as demonstrações financeiras da empresa-mãe e a parte do relatório das remunerações dos administradores descrita como tendo sido auditada não estão de acordo com os registos contabilísticos e declarações; ou

- certas divulgações da remunerações dos directores especifica por lei não foi feita; ou

- não recebemos toda a informação e explicações que precisamos para a nossa auditoria.

Nos termos das Regras para Admissão a Cotação, somos obrigados a analisar:

- a declaração dos administradores contida no relatório dos administradores relativamente à continuidade do negócio; e
- a parte da declaração de governo da empresa relativa ao cumprimento da empresa com as nove cláusulas do Código Combinado de Junho 2008 especificado para nossa análise.

Stephen Almond (Senior Statutory Auditor)
por e em nome da Deloitte LLP
Revisores Oficiais de Contas e Auditores Registados
Londres, Reino Unido
24 de Fevereiro de 2010

Nem o auditor nem o revisor dão a garantia da manutenção e integridade do sítio Web, incluindo controlos utilizados para conseguir isto, e em especial se ocorreram quaisquer alterações que possam ter ocorrido na informação financeira desde da sua primeira publicação. Estes assuntos são responsabilidade dos administradores, mas nenhuns procedimentos de controlo podem dar uma garantia absoluta nesta área.

A legislação do Reino Unido que rege a elaboração e disseminação das demonstrações financeiras diferem da legislação de outras jurisdições.

Demonstração de resultados consolidada
para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009

	Nota	2009 £m	Reexpresso 2008 £m	2007 £m
Juros e proveitos equiparados		33836	49.522	32.252
Juros e custos equiparados		(17.332)	(30.847)	(20.183)
Margem financeira	1	16.504	18.675	12.069
Serviços e comissões a receber	2	9.831	9.831	8.278
Serviços e comissões a pagar	2	(2.822)	(2.386)	(2.193)
Resultado de actividades comerciais	2	3881	(8.477)	1292
Ganho no resgate de própria dívida	2	3790	-	-
Outros proveitos operacionais (excluindo proveitos de prémios de seguros)	2	1962	1.899	4.833
Proveitos de prémios de seguro líquidos	24	5544	6.326	6.087
Proveitos não provenientes de juros		22186	7.193	18.297
Total de proveitos		38690	25.868	30.366
Custos com o pessoal - excluindo ganhos de redução		(11.783)	(10.410)	(7.338)
- ganhos de redução dos regimes de pensão		2148	-	-
Instalações e equipamento		(3.087)	(2.593)	(1.703)
Outras despesas administrativas		(5.584)	(5.464)	(2.969)
Depreciação e amortização		(2.809)	(3.154)	(1.932)
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis		(363)	(32.581)	-
Despesas operacionais	3	(21.478)	(54.202)	(13.942)
Resultado antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidade		17212	(28.334)	16424
Reclamações de seguros líquidas	24	(4.857)	(4.430)	(4.624)
Perdas por imparidades	12	(14.950)	(8.072)	(1.968)
Resultado operacional antes de impostos		(2.595)	(40.836)	9832
Crédito/(encargo) de Impostos	6	371	2.323	(2.044)
Resultado das operações continuadas		(2.224)	(38.513)	7788
Resultado de operações descontinuada, líquidas de imposto	20	(99)	3971	(76)
Resultado do exercício		(2.323)	(34.542)	7712
(perdas)/Lucro atribuível a:				
Interesses minoritários		349	(10.832)	163
Accionistas preferenciais	7	878	536	246
Pagamento a accionistas	7	57	60	-
Acções ordinárias e B		(3.607)	(24.306)	7303
		(2.323)	(34.542)	7712
Por acção ordinária e B (1) :				
(Perda)/lucro básico de operações continuadas	10	(6,3p)	(146,2p)	64,0p
(Perda)/lucro diluído de operações continuadas	10	(6,3p)	(146,2p)	63,4p
Perda básica de operações descontinuadas	10	(0,1p)	(0,5p)	-
Perda diluída de operações descontinuadas	10	(0,1p)	(0,5p)	-
Dividendos	8	-	19,3p)	(27,0p)

As notas acompanhantes nas páginas 259 a 348, as políticas contabilísticas nas páginas 248 a 258 e as secções auditadas da Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez nas páginas 117 a 206 formam são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Nota:

(1) Acções B classificação *pari-passu* com as acções ordinárias

Demonstração de rendimento integral consolidada
para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009

	Nota	2009 £m	Reexpresso 2008 £m	2007 £m
Resultado do exercício		(2.323)	(34.542)	7712
Outros rendimento integral				
Activos financeiros disponíveis para venda		2.016	(7.406)	(1.289)
Coberturas de fluxos de caixa		684	(1.456)	(564)
Conversão cambial		(3.300)	15.425	2.210
(Perdas)/ganhos actuariais em planos de definidos	4	(3.665)	(2.287)	2189
Outro rendimento/(perda) integral antes de impostos		(4.265)	4.276	2.546
Impostos		430	2.786	(170)
Outro rendimento/(perda) integral após impostos		(3.835)	7062	2.376
Total rendimento/(perda) integral do exercício		(6.158)	(27.480)	10088
Total (perda)/rendimento integral reconhecido na demonstração de alterações na situação líquida é atribuível como se segue:				
Interesses minoritários		(1.346)	(4.332)	1478
Accionistas preferenciais		878	536	246
Pagamento a accionistas		57	60	-
Acções ordinárias e B		(5.747)	(23.744)	8.364
		(6.158)	(27.480)	10088

As notas acompanhantes nas páginas 259 a 348, as políticas contabilísticas nas páginas 248 a 258 e as secções auditadas da Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez nas páginas 117 a 206 formam são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanços
em 31 de Dezembro de 2009

	Nota	Grupo 2009 £m	2008 £m	2007 £m	Empresa 2009 £m	2008 £m	2007 £m
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	52.261	12.400	17.866	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	11	91.753	138.197	219.460	31.238	27.031	7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11	728.393	874.722	828.538	2.777	-	307
Títulos de dívida sujeitos a venda com acordo de recompra	30	66.883	80.576	107.651	-	-	-
Outros títulos de dívida		200.371	186.973	187.005	1.286	-	-
Títulos de dívida	14	267.254	267.549	294.656	1.286	-	-
Acções	15	19.528	26.330	53.026	-	-	-
Investimentos em empresas do Grupo	16	-	-	-	64766	42.196	43.542
Saldos de compensação		12.033	17.832	16.589	11	-	-
Derivados	13	441.454	992.559	277.402	1.169	1.168	173
Activos intangíveis	17	17.847	20.049	49.916	-	-	-
Activos tangíveis	18	19.397	18.949	18.745	-	-	-
Impostos diferidos	23	7.039	7.082	3.119	2	3	-
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	19	20.985	24.402	15.662	43	489	127
Activos de grupos de alienação	20	18.542	1.581	45.850	-	-	-
Total do activo		1.696.486	2.401.652	1.840.829	101.292	70.887	51.835
Passivo							
Depósitos por bancos	11	142.144	258.044	312.294	93	1.802	5.572
Contas de clientes	11	614.202	639.512	682.363	13.264	26	-
Títulos de dívida em emissão	11	267.568	300.289	274.172	11.788	14.179	13.453
Saldos de compensação e posições curtas	21	50.876	54.277	91.021	-	-	-
Derivados	13	424.141	971.364	272.052	446	361	179
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	22	30.327	31.482	34.208	1.357	47	8
Passivos com benefícios de reforma	4	2.963	2.032	460	-	-	-
Impostos diferidos	23	2.811	4.165	5.400	-	-	3
Passivos de seguros	24	10.281	9.976	10.162	-	-	-
Passivos subordinados	25	37.652	49.154	38.043	8.762	10.314	7.743
Passivo de grupos de alienação	20	18.890	859	29.228	-	-	-
Total passivo		1.601.855	2.321.154	1.749.403	35.710	26.729	26.958
Interesses minoritários	26	16.895	21.619	38.388	-	-	-
Situação líquida	27,28	77.736	58.879	53.038	65.582	44.158	24.877
Total Capital Próprio		94.631	80.498	91.426	65.582	44.158	24.877
Total do passivo e capital próprio		1.696.486	2.401.652	1.840.829	101.292	70.887	51.835

As notas acompanhantes nas páginas 259 a 348, as políticas contabilísticas nas páginas 248 a 258 e as secções auditadas da Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez nas páginas 177 a 206 form são parte integrante destas demonstrações financeiras.

As contas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 24 de Fevereiro de 2010 e assinada em seu nome por:

Philip Hampton	Stephen Hester	Bruce Van Saun
Presidente	Group Chief Executive	Group Finance Director

The Royal Bank of Scotland Group plc
N.º de registo SC45551

Demonstrações das alterações na situação líquida
para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009

				Grupo		Empresa
	2009	Reexpresso 2008	2007	2.009	2.008	2.007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Capital exigido						
Em 1 de Janeiro	9.898	2.530	815	9.898	2.530	815
Acções ordinárias emitidas em relação às ofertas e colocações	4.227	5.728	–	4227	5.728	–
Acções ordinárias emitidas em relação à emissão de direitos de subscrição	–	1531	–	–	1531	–
Acções ordinárias emitidas em relação à emissão de recapitalização	–	101	–	–	101	–
Acções B emitidas	510	–	–	510	–	–
Acções preferenciais emitidas em relação à oferta e colocação	–	5	–	–	5	–
Outras acções emitidas durante o ano	–	3	139	–	3	139
Emissão de acções ordinárias gratuitas	–	–	1576	–	–	1576
Acções preferenciais resgate durante o ano	(5)	–	–	(5)	–	–
Em 31 de Dezembro	14.630	9.898	2.530	14.630	9.898	2.530
Capital realizado						
Em 1 de Janeiro	1.073	1.073	–	1073	1.073	–
Títulos (resgatados)/emitidos durante o ano	(308)	–	1073	(308)	–	1073
Transferência para resultados transitados	(200)	–	–	(200)	–	–
Em 31 de Dezembro	565	1.073	1.073	565	1.073	1.073
Conta de prémios de acções						
Em 1 de Janeiro	27.471	17.322	12.482	27.471	17.322	12.482
Acções ordinárias emitidas em relação à oferta e colocação líquida de £95 milhões de despesas		1047	–	–	1047	– –
Acções ordinárias emitidas em relação à emissão de direitos de subscrição líquida de £246 milhões de despesas		–	10469	–	–	10469 –
Acções ordinárias emitidas em relação à emissão de recapitalização	–	(101)	–	–	(101)	–
Despesas da oferta e colocação	–	(265)	–	–	(265)	–
Outras acções emitidas durante o ano	–	46	6.257	–	46	6.257
Emissão de acções ordinárias gratuitas	–	–	(1.576)	–		(1.576)
Acções preferenciais resgate durante o ano	(4.995)	–	159	(4.995)	–	159
Em 31 de Dezembro	23.523	27.471	17.322	23.523	27.471	17.322
Reserva para fusão						
Em 1 de Janeiro	10.881	10.881	10.881	–	–	–
Emissão de acções B, líquida de £399 milhões de despesas	24.591	–	–	24591	–	–
Oferta e colocação	–	14273	–	–	14273	–
Transferência para resultados transitados	(9.950)	(14.273)	–	(9.950)	(14.273)	–
Em 31 de Dezembro	25.522	10.881	10.881	14.641	–	–
Reserva disponível para venda						
Em 1 de Janeiro	(3.561)	1032	1.528	–	–	–
Ganhos/(perdas) não realizados no ano	1.202	(6.808)	(191)	–	–	–
Perdas/(ganhos) realizados no ano	981	842	(513)	–	–	–
Impostos	(377)	1.373	208	–	–	–
Em 31 de Dezembro	(1.755)	(3.561)	1032	–	–	–

				Grupo		Empresa
Reserva de cobertura de fluxos de caixa						
Em 1 de Janeiro	(876)	(555)	(149)	(4)	(5)	(7)
Montante reconhecido em capital próprio durante o ano	380	(603)	(460)	–	–	–
Montante transferido de capital próprio para ganhos no ano	513	198	(138)	3	2	3
Impostos	(269)	84	192	–	(1)	(1)
Em 31 de Dezembro	(252)	(876)	(555)	(1)	(4)	(5)
Reserva em divisas						
Em 1 de Janeiro	6385	(426)	(872)	–	–	–
Reconversão em activos líquidos	(2.322)	11970	1.339	–	–	–
Ganhos/(perdas) de divisas em coberturas de activos líquidos	456	(5.801)	(963)	–	–	–
Impostos	9	642	70	–	–	–
Em 31 de Dezembro	4.528	6.385	(426)	–	–	–
Reserva de resgate de capital						
Em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro	170	170	170	170	170	170
Reserva de capital contingente						
Em 1 de Janeiro	–	–	–	–	–	–
Contrapartida a pagar acordo de capital contingente	(1.208)	–	–	(1.208)	–	–
Em 31 de Dezembro	(1.208)	–	–	(1.208)	–	–
Resultados transitados						
Em 1 de Janeiro	7542	21.072	15.487	5.550	3.787	4.737
(Perda)/lucro atribuível a accionistas ordinários e B						
e outros titulares de capital	(2.672)	(23.710)	7549	(1.503)	(9.602)	2499
Dividendos ordinários pagos	–	(2.312)	(3.044)	–	(2.312)	(3.044)
Dividendos pagos a capital preferencial	(878)	(536)	(246)	(878)	(536)	(246)
Dividendos pagos de capital realizado, líquido de imposto	(57)	(60)	–	(57)	(60)	–
Transferência de capital realizado	200	–	–	200	–	–
Ganho de titulares na retirada de interesses minoritários						
- bruto	629	–	–	–	–	–
- impostos	(176)	–	–	–	–	–
Redenção de acções preferenciais classificadas como dívida	–	–	(159)	–	–	(159)
Transferência da reserva de fusão	9950	14.273	–	9950	14.273	–
(Perdas)/ganhos actuariais reconhecidos em planos de benefícios de reforma						
- bruto	(3.756)	(1.807)	2164	–	–	–
- impostos	1043	472	(647)	–	–	–
Custo líquido da acções compradas e usadas para satisfazer pagamentos com base em acções	(16)	(19)	(40)	–	–	–
Pagamentos com base em acções						
- bruto	325	177	65	–	–	–
- impostos	–	(8)	(57)	–	–	–
Em 31 de Dezembro	12134	7.542	21.072	13.262	5.550	3.787
Acções próprias detidas						
Em 1 de Janeiro	(104)	(61)	(115)	–	–	–
Acções compradas durante o ano	(33)	(64)	(65)	–	–	–
Acções emitidas no âmbito de planos de acções para trabalhadores	16	21	119	–	–	–
Em 31 de Dezembro	(121)	(104)	(61)	–	–	–
Total situação líquida em 31 de Dezembro	77736	58.879	53.038	65.582	44.158	24.877
Interesses minoritários						

				Grupo		Empresa
Em 1 de Janeiro	21619	38.388	5.263	–	–	–
Ajustamentos de conversão de divisa e outros movimentos	(1.434)	9256	1.834	–	–	–
Aquisição do ABN AMRO	–	356	32.245	–	–	–
Lucro/(perda) atribuível a interesses minoritários	349	(10.832)	163	–	–	–
Dividendos pagos	(313)	(285)	(121)	–	–	–
Activos financeiros disponíveis para venda						
- ganhos/(perdas) não realizado no ano	299	(1.288)	–	–	–	–
- ganhos realizados no ano	(466)	(152)	(585)	–	–	–
- impostos	(36)	(7)	21	–	–	–
Reserva de cobertura de fluxos de caixa						
- montante reconhecido em capital próprio durante o ano	(209)	(1.015)	–	–	–	–
- montante transferida de capital própria para ganhos no ano	–	(36)	34	–	–	–
- impostos	59	220	(8)	–	–	–
Ganhos/(perdas) actuariais reconhecidos em planos de benefícios de reforma						
- bruto	91	(480)	25	–	–	–
- impostos	1	2	(6)	–	–	–
Capital aumentado	9	1.071	76	–	–	–
Capital retirado e alienações	(2.445)	(13.579)	(553)	–	–	–
Transferência para resultados transitados	(629)	–	–	–	–	–
Em 31 de Dezembro	16895	21.619	38.388	–	–	–
Total capital próprio em 31 de Dezembro	94631	80.498	91.426	65.582	44.158	24.877
Total rendimento integral reconhecido na demonstração de alterações na situação líquida é atribuível como se segue:						
Interesses minoritários	(1.346)	(4.332)	1478	–	–	–
Accionistas preferenciais	878	536	246	878	536	246
Pagamento a accionistas	57	60	–	57	60	–
Acções ordinárias e B	(5.747)	(23.744)	8364	(2.435)	(10.197)	2255
	(6.158)	(27.480)	10088	(1.500)	(9.601)	2501

As notas acompanhantes nas páginas 259 a 348, as políticas contabilísticas nas páginas 248 a 258 e as secções auditadas da Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez nas páginas 177 a 206 formam são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009

	Nota	Grupo 2009 £m	Reexpresso 2008 £m	2007 £m	Empresa 2009 £m	2008 £m	2007 £m
Actividades operacionais							
Resultado operacional antes de impostos		(2.595)	(40.836)	9832	(1.286)	(10.017)	2372
Resultado operacional antes de impostos de actividades descontinuadas		(101)	4208	68	—	—	—
Ajustamentos para:							
Depreciação e amortização		2.809	3.154	1.932	—	—	—
Abatimento do goodwill e outros activos intangíveis		363	32.581	—	—	—	—
Abatimento de investimentos em subsidiárias		—	—	—	5139	14.321	—
Interesse em passivo subordinado		1.490	2.144	1.518	537	499	470
Encargos por planos de pensão de benefícios definidos		659	490	489	—	—	—
Ganhos de redução dos regimes de pensão		(2.148)	—	—	—	—	—
Contribuição em numerário para planos de pensão de benefícios definidos		(1.153)	(810)	(599)	—	—	—
Ganho em resgate de dívida própria		(3.790)	—	—	(238)	—	—
Eliminação de rubricas não caixa em actividades descontinuadas		—	592	62	—	—	—
Eliminação de diferenças cambiais		12.217	(41.874)	(10.282)	(753)	1778	(58)
Outros rubricas não caixa		7.940	8.772	(3.235)	20	(478)	1
Entrada/(saída) líquida de caixa de actividades de negociação		15.691	(31.579)	(215)	3419	6.103	2.785
Alterações em activos e passivos operacionais		(15.964)	(42.219)	28261	12.537	(22.254)	15562
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais antes de impostos		(273)	(73.798)	28046	15.956	(16.151)	18347
Impostos sobre proveitos (pagos)/recebidos		(719)	(1.540)	(2.442)	409	119	6
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	33	(992)	(75.338)	25604	16.365	(16.032)	18353
Actividades de investimento							
Venda e vencimento de títulos		76.492	53.390	63.007	—	—	—
Compra de títulos		(73.593)	(55.229)	(61.020)	—	—	—
Investimento em subsidiárias		—	—	—	(23.902)	(10.349)	(18.510)
Alienação de subsidiárias		—	—	—	7908	700	6
Venda de activos tangíveis		1.948	2.228	5.786	—	—	—
Compra de activos tangíveis		(4.898)	(5.757)	(5.080)	—	—	—
Proveitos na alienação das actividades descontinuadas		—	20113	(334)	—	—	—
Investimento líquido em participações comerciais e activos intangíveis	34	105	2.252	13.640	—	—	—
Reembolsos de subsidiárias		—	—	—	274	—	469
Fluxos de caixa líquidos de actividades investimento		54	16.997	15.999	(15.720)	(9.649)	(18.035)
Actividades de financiamento							
Emissão de acções ordinárias		—	49	77	—	49	77
Oferta e colocação		5.274	19.741	—	5274	19.741	—
Emissão de direitos de subscrição		—	12000	—	—	12000	—
Emissão de acções B		25.101	—	—	12801	—	—
Emissão de outras participações		—	—	3600	—	—	3600
Emissão de capital realizado		—	—	1073	—	—	1073
Emissão de passivos subordinados		2.309	2.413	1.018	—	—	—
Proveitos de interesses minoritários emitidos		9	1.427	31.095	—	—	—
Resgate de capital realizado		(308)	—	—	(308)	—	—
Resgate de acções preferenciais		(5.000)	—	—	(5.000)	—	—
Regaste de interesses minoritários		(422)	(13.579)	(545)	—	—	—
Acções compradas por fundos de trabalhadores		(33)	(64)	(65)	—	—	—
Acções emitidas no âmbito de planos de acções para trabalhadores		—	2	79	—	—	—
Reembolso de passivos subordinados		(5.145)	(1.727)	(1.708)	(458)	—	(469)
Dividendos pagos		(1.248)	(3.193)	(3.411)	(935)	(2.908)	(3.290)
Interesse em passivo subordinado		(1.746)	(1.967)	(1.522)	(557)	(466)	(455)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		18791	15.102	29.691	10.817	28.416	536
Efeitos dos movimentos das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(8.592)	29209	6.010	(83)	761	62
Resultados líquidos em caixa e equivalentes de caixa		9.261	(14.030)	77304	11.379	3.496	916
Caixa e equivalente a caixa em 1 de Janeiro		134.925	148.955	71.651	5.069	1.573	657
Caixa e equivalente a caixa em 31 de Dezembro		144.186	134.925	148.955	16.448	5.069	1.573

As notas acompanhantes nas páginas 259 a 348, as políticas contabilísticas nas páginas 248 a 258 e as secções auditadas da Análise por actividade: Gestão de risco, capital e liquidez nas páginas 177 a 206 formam são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Políticas contabilísticas

1. Apresentação das contas

As demonstrações são elaboradas numa base de continuidade operacional (ver página 11 do Relatório dos Administradores) de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações publicadas pela International Financial Reporting Interpretations Committee da IASB conforme adoptados pela União Europeia (UE) (conjuntamente IFRS). A UE não adoptou o texto completo da IAS 39 'Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração"; é menos exigente em relação a alguns dos requisitos de coberturas preconizados nas normas. O Grupo não aproveitou este abrandamento das exigências da norma e adoptou a IAS 39 publicada pelo IASB: as demonstrações financeiras do Grupo são elaboradas de acordo com as IFRS publicadas pelo IASB.

A IAS 1 (Revisão 2007) "Apresentação das demonstrações financeiras" introduziu várias alterações no formato e conteúdo das Demonstrações Financeiras do Grupo, incluindo uma demonstração das alterações da situação líquida (mostrando os componentes das alterações da situação líquida durante o exercício) como uma demonstração financeira primária e uma demonstração de rendimento integral imediatamente a seguir à demonstração de resultados. Adicionalmente, a norma revista exigiu que o Grupo apresentasse um terceiro balanço (31 de Dezembro de 2007) como resultado da reexpressão da demonstração de resultados do Grupo de 2008 no seguimento à emenda à IFRS 2 (ver abaixo).

O IASB publicou uma emenda, "Condições de aquisição e cancelamentos" à IFRS 2 "Pagamento com base em acções" em Janeiro 2008 que modificou a contabilização dos prémios em acções que têm condições de não aquisição. O justo valor destes prémios não tomava em conta o efeito das condições de não aquisição e quando essas condições não eram subsequentemente cumpridas, os custos são reconhecidos até à data de cancelamento eram revertidos. A emenda exige que os custos não reconhecidos até à data de cancelamento sejam reconhecidos imediatamente. A aplicação retrospectiva da emenda causou uma reexpressão dos resultados de 2008 do Grupo, reduzindo o lucro em £169 milhões, sem efeito relevantes nos exercícios anteriores; não teve efeitos no balanço. Não há efeito significativo na empresa.

O Grupo adoptou "Melhoramento das divulgações sobre instrumentos financeiros (Emendas à IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações)". Estas emendas aumentam as divulgações necessárias acerca da mensuração do justo valor e do risco de liquidez.

A empresa foi constituída no RU e registada na Escócia. As contas são elaboradas com base no custo histórico, excepto os seguintes activos e passivos que são contabilizados pelo seu justo valor: instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação, activos e passivos financeiro designados ao justo valor através dos resultados, activos financeiros e bens de investimento disponíveis para venda. Os activos e os passivos financeiros reconhecidos em coberturas ao justo valor são ajustados para alterações do justo valor relativamente ao risco que é coberto.

As demonstrações da empresa são apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades de 2006.

2. Base da consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da empresa e de entidades (incluindo algumas entidades para finalidades especiais) que são controladas pelo Grupo. Existe controlo quando o Grupo tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade; geralmente conferido quando detém a maioria dos direitos de voto. No momento da aquisição de uma subsidiária, os seus activos, passivos e passivos contingentes identificáveis estão incluídos nas demonstrações consolidadas ao seu justo valor. Qualquer excedente de custo (o justo valor do activo transferido, do passivo incorrido ou assumido e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo mais eventuais custos directamente imputáveis) de uma aquisição acima do justo valor do activo líquido adquirido é reconhecido como goodwill. A participação dos accionistas minoritários é contabilizada pela sua parte do justo valor do activo líquido da subsidiária.

Os resultados das subsidiárias adquiridas estão incluídos na demonstração de resultados consolidada a partir da data em que o controlo passa para o Grupo e até este deixar de as controlar através da venda ou de uma alteração significativa das circunstâncias.

Todos os saldos intragrupo, transacções, proveitos e despesas são eliminados com a consolidação. As demonstrações consolidadas são elaboradas através da aplicação de políticas contabilísticas uniformes.

3. Reconhecimento das receitas

Os proveitos de juros dos activos financeiros que é classificado como empréstimos e contas a receber, disponível para venda ou detido até ao vencimento e encargos com juros sobre os passivos financeiros que não estejam registados ao justo valor através dos resultados é determinado pelo método do juro efectivo. O método do juro efectivo é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro (ou grupo de activos ou passivos financeiros) e de imputação do proveitos de juros ou encargos com juros ao longo da vida útil esperada do activo ou passivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do montante inicial imputado ao instrumento. O cálculo de uma taxa de juro efectiva tem em conta as comissões a pagar ou a receber que fazem parte integrante dos *yields*, dos prémios ou dos descontos do instrumento no momento da aquisição ou da emissão, as taxas de resgate antecipado e os custos de transacção. Todas as condições contratuais de um instrumento financeiro são tidas em consideração ao estimar os fluxos de caixa futuros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos resultados são registados ao justo valor. As alterações do justo valor são reconhecidas em lucros ou perdas conjuntamente com os dividendos e juros a receber e a pagar.

As comissões de abertura do processo e utilização são determinadas como percentagem da facilidade em curso. Se for improvável ser celebrado um acordo de empréstimo específico, essas comissões são registadas em lucros ou perdas ao longo da vida útil da facilidade, de outro modo são diferidas e incluídas na taxa juro efectiva sobre o adiantamento.

As comissões relativas aos serviços são reconhecidas como o direito a acréscimos de pagamento através da prestação do serviço ao cliente. Os acordos são geralmente contratuais e o custo da prestação do serviço é incorrido à medida que este é prestado. O preço é normalmente fixo e sempre determinável. A aplicação desta política de tipos de taxas significativos está descrita abaixo.

Serviços de pagamento: compreendem os proveitos auferidos pelos serviços de pagamento, incluindo desconto de cheques, débitos directos, Clearing House Automated Payments (o sistema de pagamento electrónico do Reino Unido) e pagamentos CHAPs (a câmara de compensação automática que processa os débitos directos e os créditos directos). Geralmente são debitados por transacção. Os proveitos sãos auferidos quando o pagamento ou transacção ocorre. Os custos dos serviços de pagamento são normalmente debitados na conta do cliente, mensal ou trimestralmente após a conclusão dos serviços. Os acréscimos são cobrados por serviços fornecidos mas não debitados no fim do período.

Serviços relacionados com cartões: as comissões cobradas nos cartões de débito incluem*:*

- Comissão recebida dos retalhistas pelo processamento de transacções de cartões de crédito e de débito: o rendimento é contabilizado na demonstração de resultados à medida que o serviço é realizado.

- Taxas interbancárias recebidas: como emitente, o Grupo recebe uma taxa (interbancária) sempre que o titular de um cartão compra bens e serviços. Também recebe taxas interbancárias de outros emitentes de cartões por efectuar adiantamentos de dinheiro através das suas redes de balcões e máquinas ATM. Estas taxas são cobradas logo que a transacção é efectuada; e

- A anuidade a pagar pelo titular de um cartão de débito é diferida e imputada ou lucro ou perda ao longo do período do serviço, i.e., 12 meses.

Mediação de seguros: é constituída por taxas e comissões recebidas da mediação de seguros. A comissão sobre a venda de um contrato de seguro é auferida no início da apólice, no momento em o seguro é angariado e contratado. No entanto, constitui-se uma provisão para o caso de a comissão ser reembolsável se a apólice for cancelada de acordo com os cancelamentos estimados.

Comissões de gestão de investimentos: as comissões cobradas pela gestão de investimentos são reconhecidas como receitas à medida que os serviços são fornecidos. Os custos marginais que são directamente imputáveis à angariação de um contrato de gestão de investimentos são diferidos e debitados como despesas à medida que as receitas relacionadas são reconhecidas.

Prémios de seguro: ver política contabilística 12 abaixo.

4. Activos detidos para venda e operações descontinuadas

Um activo não corrente (ou grupo de alienação) é classificado como detido para venda se o Grupo recuperar o montante contabilístico, principalmente através de uma transacção de venda do que a continuidade de uso. Um activo não corrente (ou grupo de alienação) classificado como detido para venda é mensurado pelo o seu valor contabilístico mais baixo e justo valor menos custos para vender. Se o

activo (ou grupo de alienação) é adquirido como parte da concentração de negócios é inicialmente mensurado ao justo valor menos custos para vender. Os activos e passivos dos grupos de alienação classificados como detidos para venda e activos não correntes classificados como detidos para venda são mostrados em separado na face do balanço.

Os resultados das operações descontinuadas são mostrados num montante único na face das demonstrações de resultados incluindo os lucros e perdas após impostos de operações descontinuadas e o ganho e perda após impostos reconhecidos quer na mensuração ao justo valor menos os custos para vender ou na alienação da operação descontinuada. Uma operação descontinuada é uma unidade geradora de caixa ou um grupo de unidades geradoras de caixa que quer tenham sido alienadas, ou seja classificada para venda e (a) representa uma linha separada importante de negócio ou área de operações, (b) é parte de um plano único coordenado para alienar de uma linha importante separada de negócio ou área geográfica de operações ou (c) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista para revenda.

5. Pensões e outros benefícios pós-reforma

O Grupo concede benefícios pós-reforma sob a forma de pensões e planos de saúde aos colaboradores elegíveis.

Para os planos de benefício definido, o passivo do plano é avaliado numa base actuarial, através do método da unidade de crédito projectada e descontado a uma taxa que reflecte a actual taxa de retorno de uma obrigação societária de alta qualidade com prazo e divisa equivalente ao passivo do plano. Os activos do plano são avaliados ao seu justo valor. Qualquer excedente ou défice do activo do plano em relação ao passivo é reconhecido no balanço como activo (excedente) ou passivo (défice). O custo actual do serviço e quaisquer custos passados juntamente com o retorno esperado do activo do plano menos a compensação do desconto sobre o passivo do plano é debitado nas despesas operacionais. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos na totalidade no período em que ocorrem sem lucro ou perda e apresentados na demonstração do rendimento e das despesas reconhecidos. As contribuições para os planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas na demonstração de resultados quando forem pagáveis.

6. Activos intangíveis e goodwill

Os activos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo são registados pelo preço de custo menos amortização acumulada e perdas por imparidade. A amortização é imputada ao lucro ou perda sobre o período de vida útil estimado do passivo através dos métodos que melhor reflectirem o modelo de benefícios económicos é está incluído na depreciação e amortização. A vida útil estimada é a seguinte:

Activos intangíveis em depósito básicos:	6 a 10 anos
Outros intangíveis adquiridos	5 a 10 anos
Software informático	3 a 5 anos

Os gastos com goodwill e marcas gerados internamente são abatidos à medida que são incorridos. Os custos directos referentes ao desenvolvimento de software informático de uso interno são capitalizados depois de estabelecida a sua fiabilidade técnica e viabilidade económica. Estes custos incluem vencimentos, os custos de materiais e serviços e as despesas gerais imputáveis directamente. A capitalização dos custos cessa quando o software é capaz de operar conforme se pretende. Durante e após o desenvolvimento, os custos acumulados são revistos quanto a imparidades por contrapartida dos benefícios projectados que se espera que o software venha a gerar. Os custos incorridos antes da determinação da fiabilidade técnica e da viabilidade económica são registados como incorridos, assim como todos os custos de formação e despesas gerais. Os custos das licenças para utilizar o software informático do qual se espera que gere benefícios económicos para além de um ano também são capitalizados.

O goodwill adquirido, sendo o excesso do custo de uma aquisição acima do interesse do Grupo no justo valor líquido dos activos identificáveis e dos passivos contingentes da subsidiária, associada ou *joint venture* adquirido é inicialmente reconhecido pelo preço de custo e subsequentemente pelo preço de custo menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O goodwill resultante da aquisição de subsidiárias e *joint ventures* está incluído na rubrica do balanço “activos intangíveis” e o das associadas nos seus montantes registados. Os ganhos ou perdas da alienação de uma subsidiária, associada ou *joint venture* incluem o valor contabilístico de qualquer goodwill relacionado.

7. Outros activos tangíveis

As rubricas de activos tangíveis (excepto investimentos imobiliários – ver política contabilística 9) são registadas pelo preço de custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade. Quando uma rubrica de activos tangíveis engloba importantes componentes que têm vidas úteis diferentes, eles são contabilizados separadamente.

A depreciação é imputada aos resultados numa base linear, de modo a abater o valor depreciável dos activos tangíveis (incluindo o activos da empresa utilizado em regime de locações operacionais) ao longo das suas vidas úteis estimadas.

O montante depreciável é o custo de um activo menos o seu valor residual. Os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas são:

Edifícios próprios e arrendados	50 anos
Arrendamentos a curto prazo	período não expirado da renda
Custos de adaptação dos imóveis	10 a 15 anos
Equipamento informático	até 5 anos
Outro equipamento	4 a 15 anos

8. Imparidade de outros activos tangíveis

Em cada data de reporte, o Grupo avalia se existe qualquer indicação de que os seus activos intangíveis ou tangíveis estão depreciados. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do activo e a eventual perda por imparidade, se a houver. O goodwill é testado quanto a imparidade anualmente, ou mais frequentemente, se os acontecimentos ou as alterações de circunstâncias indicarem que pode estar depreciado. Se um activo não gerar fluxos de caixa que sejam independentes daqueles outros activos ou grupos de activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence. O valor recuperável de um activo é o mais elevado do seu justo valor menos o custo para a vendar e o seu valor de uso. O valor de uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros obtidos do activo ou da unidade geradora de caixa descontado a uma taxa que reflecte as taxas de juro do mercado ajustadas para riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa que não se reflectiram na estimativa dos fluxos de caixa futuros. Se o montante recuperável de um activo intangível ou tangível for inferior ao seu valor contabilístico é imediatamente reconhecida uma perda por imparidade nos resultados e o valor contabilístico do activo é deduzido do montante da perda. A inversão de uma perda por imparidade de activos tangíveis (excluindo goodwill) ou das imobilizações corpóreas é reconhecida à medida que surge, desde que o valor contabilístico aumentado não exceda o que teria sido se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade. As perdas por imparidade do goodwill não são reversíveis.

9. Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários compreendem os bens próprios e arrendados que são detidos para obter rendas ou para aquisição de mais-valias ou ambos. Não é depreciado, mas é expresso ao justo valor com base em avaliações efectuadas por avaliadores registados independentes. O justo valor baseia-se nos preços correntes para bens similares no mesmo local e condições. Qualquer ganho ou perda resultante de uma alteração do justo valor é reconhecido em lucros ou perdas. O rendimento de rendas dos bens de investimento é reconhecido numa base linear ao longo do período de locação. Os incentivos de locação concedidos são reconhecidos como parte integrante do rendimento de rendas total.

10. Divisas estrangeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são apresentadas em libras esterlinas, a moeda funcional da empresa.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para libras esterlinas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e os passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos em libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças cambiais decorrentes da conversão são registadas em proveitos de actividades de negociação, exceptuando as diferenças resultantes das coberturas dos fluxos de caixa e das coberturas dos investimentos líquidos em operações estrangeiras. As rubricas não monetárias denominadas em divisas estrangeiras que são expressas ao justo valor são convertidas em libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor nas datas em que os valores foram apurados. As diferenças de conversão resultantes das rubricas não monetárias mensuradas ao justo valor são reconhecidas em lucros ou perdas exceptuando as diferenças relacionadas com os activos financeiros não monetário disponíveis para venda, por exemplo, acções de participação que estão incluídas na reserva de capital disponível para venda, a menos que o activo seja o elemento com cobertura numa cobertura ao justo valor.

Os activos e os passivos das operações estrangeiras, incluindo o goodwill e os ajustamentos ao justo valor decorrentes da aquisição são convertidos para libras às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As receitas e despesas de operações estrangeiras são convertidas em libras às taxas de câmbio médias, excepto se estas não se aproximarem das taxas de câmbio em vigor na data das transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão de uma operação estrangeira são reconhecidas directamente no capital próprio e incluídas em lucro ou perda da sua alienação.

11. Locações

Os contratos de locação de activos são classificados como locações financeiras se transferirem substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade do activo para o cliente. Outros contratos de locação de activo são classificados como locações operacionais.

As contas a receber de locações financeiras são expressas no balanço no montante do investimento líquido na locação, sendo os pagamentos das rendas mínimos e qualquer valor residual não garantido descontado na taxa de juro implícita nesta locação. O rendimento de locações financeiras é imputado aos períodos contabilísticos de modo a proporcionarem uma taxa de retorno antes de impostos sobre o investimento líquido periódica constante. Os valores residuais não garantidos estão sujeitos a revisão regular para identificar potenciais imparidades. Se tiver ocorrido uma redução do valor residual não garantido estimado, a imputação do rendimento é revista e qualquer redução relativa aos montantes acrescidos é imediatamente reconhecida.

Os proveitos das rendas de locações operacionais é creditado na demonstração de resultados, numa base de contas a receber ao longo do período de vigência da locação. O activo da locação operacional é incluído em outros activos tangíveis e depreciado ao longo da sua vida útil (ver política contabilística 7 acima).

12. Seguros

Seguros gerais

Os seguros gerais incluem os contratos de curta duração, principalmente os contratos de seguros de bens imóveis e de responsabilidades. Devido à natureza dos produtos vendidos – contratos de seguro de imóveis e acidentes, automóvel, habitação e saúde pessoal – a protecção do seguro é dada numa base regular ao longo da vigência da apólice.

Os prémios dos contratos de seguro gerais são reconhecidos no período contabilístico em que têm início. Os prémios não obtidos representam a proporção dos prémios líquidos que estão relacionados com períodos de seguro após a data do balanço e são calculados ao longo do período de exposição previsto na apólice, numa base diária, ao longo das 24 horas, ou que permita a incidência estimada da exposição ao abrigo de apólices com duração superior a doze meses. Quando necessário, faz -se provisão para o valor estimado das reclamações acima dos prémios não obtidos, incluindo a referente a negócios futuros por escrito ou linhas descontinuadas ao abrigo da extinção de acordos de autoridade de subscrição delegada. A provisão destina -se a fazer face a futuras reclamações e despesas relacionadas e é calculada nas classes de negócios relacionadas com base no transitado separado para o exercício seguinte de despesas de aquisição deferidas após fazer uma provisão para o rendimento do investimento.

As despesas de aquisição relacionadas com um novo e renovado negócio para todas as classes são contabilizadas ao longo do período durante o qual os prémios são obtidos. Os principais custos de aquisição assim diferidos são comissões a pagar, custos associados às televendas e pessoal de subscrição e custos de processamento de reclamações pré-pagas relativos a acordos de processamento de reclamações delegados para reclamações que se espera que ocorram após a data de balanço. As reclamações e os resseguros relacionados são reconhecidos no período contabilístico em que a perda ocorre. Faz-se provisão para o custo total de liquidação de reclamações pendentes na data do balanço, incluindo reclamações que se estima terem sido incorridas mas que ainda não foram reportadas até à data e as despesas de processamento de reclamações. O resseguro relacionado a receber é reconhecido na mesma altura.

Seguro de vida

Os contratos de seguro a longo prazo do Grupo incluem contratos de seguro de vida inteira, seguro misto, flexível vida inteira, pensão e de anuidades que se espera permanecerem em vigor durante um longo período de tempo. Os contratos de seguros a longo prazo ao abrigo dos quais o Grupo não aceita um risco de seguro significativo são classificados como instrumentos financeiros.

O Grupo reconhece o valor dos contratos de seguro a longo prazo em vigor como um bem do activo. Os fluxos de caixa associados aos contratos em vigor e ao activo relacionado, incluindo fluxos de caixa de resseguros, são projectados utilizando pressupostos apropriados quanto à futura mortalidade, persistência e níveis de despesa e excluindo o valor de margens de futuros investimentos, para estimar os futuros excedentes atribuíveis ao Grupo. Estes excedentes, descontados a uma taxa ajustada ao risco, são reconhecidos como activo separado. As alterações do valor deste activo estão incluídas em lucros ou perdas.

Os prémios dos contratos de seguro a longo prazo são reconhecidos como proveitos quando são a receber. As reclamações referentes aos contratos de seguros a longo prazo reflectem o custo de todas as reclamações que surjam durante o exercício, incluindo os custos de processamento das reclamações. As reclamações são reconhecidas quando o Grupo toma conhecimento das mesmas.

Resseguros
O Grupo tem convenções de resseguros que transferem os riscos de seguros significativos. Os passivos pelos contratos ressegurados são calculados como o valor bruto do resseguro, sendo registado um activo de resseguro separado.

13. Provisões
O Grupo reconhece uma provisão para uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado quando é maior a probabilidade de que venha a ser obrigado a transferir benefícios económicos para liquidar a obrigação e que o montante da obrigação pode ser estimado com faibilidade.

A provisão é feita para custos de reestruturação, incluindo custos de despedimentos, quando o Grupo tem uma obrigação construtiva de reestruturar. Uma obrigação existe quando o Grupo tem um plano formal detalhado para a reestruturação e foi alimentada uma expectativa válida naqueles que serão afectados pelo começo da implementação do plano ou anúncio das suas características principais.

Se o Grupo tem um contrato que é oneroso, ele reconhece a presente obrigação ao abrigo do contrato como uma provisão. Um contrato oneroso é aquele em que os custos inevitáveis de cumprir as suas obrigações excedem os benefícios económicos esperados. Quando o Grupo tem vaga uma propriedade de locação, é reconhecida uma provisão para os custos sob as rendas menos quaisquer benefícios económicos esperados (tal como proveitos de arrendamento).

Os passivos contingentes são obrigações passíveis de surgirem de acontecimentos passados cuja existência será confirmada apenas por futuros acontecimentos incertos ou obrigações presentes emergentes de acontecimentos passados que não são reconhecidos porque nem uma saída dos benefícios económicos é provável, nem montante da obrigação pode ser fiavelmente mensurada. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas a informação sobre eles é divulgada, excepto se a possibilidade de qualquer saída de benefícios económicos em liquidação for remota.

14. Impostos
Faz-se provisão para os impostos às taxas correntes promulgadas sobre os lucros tributáveis, que surgem como proveitos ou no capital próprio, tendo em conta a isenção dos impostos no estrangeiro quando apropriado. Os impostos diferidos são contabilizados pelo valor total para todas as diferenças temporárias entre o valor contabilístico de um activo ou passivo para fins contabilísticos e o seu valor contabilístico para efeitos fiscais, excepto em relação aos ganhos no estrangeiro, em que a remessa é controlada pelo Grupo, e o goodwill.

O activo referente a impostos diferidos só é reconhecido na medida em que seja provável vir a ser recuperável.

15. Activos financeiros
No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados em investimentos detidos até ao vencimento, activos financeiros disponíveis para venda; detidos para negociação; designados ao justo valor através dos resultados ou empréstimos e contas a receber.

Investimentos detidos até ao vencimento – um activo financeiro pode ser classificado como investimento detido até ao vencimento apenas se tiver pagamentos fixos ou determináveis, um vencimento fixo e o Grupo tiver a intenção positiva e a capacidade de detenção até à maturidade. Os investimentos detidos ato vencimento são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima) menos quaisquer perdas por imparidade.

Detido para negociação – um activo financeiro é classificado como detido para negociação se for adquirido principalmente para efeitos de venda a curto prazo ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos conjuntamente e para os quais existe evidência de tomada de lucros a curto prazo ou é um derivado (não numa relação de cobertura de qualificação). O activo financeiro detido para negociação é reconhecido ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos nos resultados. Subsequentemente, são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre activo financeiro detido para negociação são reconhecidos em lucros ou perdas à medida que surgem.

Designado ao justo valor através dos resultados – os activos financeiros podem ser designados ao justo valor através dos resultados apenas se essa designação (a) eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento; ou (b) se aplicar a um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que o Grupo gere e avalia numa base de justo valor; ou (c) estiver relacionado com um instrumento que contem um derivado incorporado que não está claramente relacionado com o contrato principal.

Os activos financeiros que o Grupo designa no reconhecimento inicial como sendo ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre os activos financeiros que são designados ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nos resultados à medida que surgem.

A principal categoria de activos financeiros designados ao justo valor através dos resultados é o activo dos tomadores de seguros que está na base de contratos de seguro e investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo. A designação ao justo valor reduz significativamente a inconsistência de mensuração que surgiria se este activo fosse classificado como disponível para venda.

Empréstimos e contas a receber – os activos financeiros não derivados com reembolsos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo são classificados como empréstimos e contas a receber, excepto o que é classificado como disponível para venda ou detido para negociação ou designado ao justo valor através dos resultados. Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescidos dos custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima) menos quaisquer perdas por imparidade.

Disponível para venda – os activos financeiros que não são classificados como detido até ao vencimento; detidos para negociação; designados ao justo valor através dos resultados; ou empréstimos e contas a receber são classificados como disponíveis para venda. Os activos financeiros podem ser designados como disponíveis para venda no reconhecimento inicial. Os activos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao justo valor. Os investimentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser medido de maneira fiável são contabilizados ao preço de custo e classificados como activo financeiro disponível para venda. As perdas por imparidade e as diferenças cambiais resultantes da reconversão do custo amortizado dos activos financeiros monetários em divisa disponíveis para venda são reconhecidos em resultados, juntamente com o juro calculado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima). Outras alterações do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registadas num componente separado do capital próprio dos accionistas até à alienação, quando o ganho ou perca cumulativo é reconhecido nos resultados.

Reclassificações – os activos financeiros detidos para negociações e disponíveis para venda que satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber (activos não financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo) podem ser reclassificados como empréstimos e contas a receber se o Grupo tiver a intenção e capacidade de deter o activo financeiro por um futuro previsível ou até à maturidade. O Grupo considera tipicamente o futuro previsível como doze meses a partir da data reclassificação. Além disso, os activos detidos para negociação que não satisfazem a definição de empréstimos e contas a receber pode, em raras circunstâncias, ser transferidas para activos financeiros detidos para venda ou investimentos detidos até à maturidade.

As compras efectuadas regularmente de activos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidas na data da liquidação; emissões de acções ou passivos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos na data de regularização; todas as outras compras regulares são reconhecidas na data de negociação.

O justo valor para uma posição aberta líquida num activo financeiro que está cotado num mercado activo é o preço de oferta corrente vezes o número de unidades do instrumento detido. Os justos valores do activo financeiro não cotado no mercado activo são determinados através de técnicas de avaliação apropriadas, incluindo o desconto de fluxos de caixa futuros, modelos de preços de opções e outros métodos que são consistentes com metodologias económicas aceites para fixação de preços do activo financeiro.

16 Imparidade de activos financeiros

O Grupo avalia em cada data do balanço se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activo financeiro classificado como detido até à maturidade, disponível para venda ou empréstimos e contas a receber está depreciado. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está depreciado e afectado por uma perda por imparidade incorrida se existir evidência objectiva de que um ou mais acontecimentos desde o reconhecimento inicial do activo afectaram adversamente um montante ou o calendário dos fluxos de caixa futuros provenientes do activo.

Activo financeiro contabilizado pelo custo amortizado – se existir evidência objectiva de que foi incorrida uma perda por imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber ou como investimentos detidos até à maturidade, o Grupo avalia o montante da perda como a diferença entre o valor contabilístico do activo ou grupo de activos e o valor

actual dos fluxos de caixa futuros estimados resultantes do activo ou grupo de activos descontado à taxa de juro efectiva do instrumento no reconhecimento inicial.

As perdas por imparidade são avaliadas individualmente para os activos financeiros que são individualmente significativos e individual ou colectivamente para os activos que não são individualmente significativos. Ao efectuar a avaliação colectiva da imparidade, os activos financeiro são agrupados em carteiras com base em características de riscos similares. Os fluxos de caixa futuros provenientes destas carteiras são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas relacionadas com activos com características de riscos de crédito similares. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos dados actuais observáveis, para reflectir os efeitos das condições actuais que não afectam o período da experiencia histórica.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados e o valor contabilístico do activo financeiro ou grupo de activos financeiros é reduzido estabelecendo uma dotação para perdas por imparidade. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e for possível atribuir a redução a um acontecimento após a imparidade ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida ajustando a dotação. Uma vez uma perda por imparidade reconhecida num activo financeiro ou grupo de activos financeiros, o rendimento do juro é reconhecido no montante contabilístico utilizando a taxa de juro a que os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao medir a imparidade.

Os empréstimos e contas a receber são abatidos, i.e., a provisão para imparidade é aplicada para abater o valor contabilístico do empréstimo, parcial ou totalmente, quando o Grupo conclui que já não há uma perspectiva realística de recuperar o empréstimo, no todo ou em parte. Para carteiras cuja imparidade é avaliada colectivamente, o momento do abatimento reflecte a experiência de recuperação histórica de cada carteira. Para empréstimos avaliados individualmente por imparidade, o momento do abatimento é determinado numa base caso a caso. Esses empréstimos são revistos regularmente e os abatimentos serão originados por falência, insolvência e acontecimentos semelhantes. Os montantes recuperados de um empréstimo que tenha sido abatido são creditados para o encargo de imparidade por empréstimo para o período em que eles são recebidos.

Activo financeiro contabilizado ao justo valor – quando tiver sido directamente reconhecido no capital próprio um declínio do justo valor de um activo financeiro classificado como disponível para venda e existe evidência objectiva de que o activo está depreciado, a perda cumulativa é retirada do capital próprio e reconhecida em lucros ou perdas. A perda é medida como a diferença entre o custo amortizado do activo financeiro e o seu justo valor corrente. As perdas por imparidade sobre os instrumentos de capital próprio disponíveis para venda não são revertidas através de lucros ou perdas, mas as perdas por imparidade sobre instrumentos de dívidas disponíveis para venda são revertidas se ocorrer um aumento do justo valor que esteja objectivamente relacionado com um acontecimento subsequente.

17 Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados em detidos para negociação, designados ao justo valor através dos resultados, ou custo amortizado.

Detidos para negociação – um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se for incorrido principalmente para efeitos de venda a curto prazo ou fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos de modo conjunto e relativamente aos quais existe evidência de tomada de lucros a curto prazo ou for um derivado (não numa relação de cobertura de qualificação). Os passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos nos resultados. Subsequentemente, é mensurado ao justo valor. Os ganhos e perdas são reconhecidos nos resultados à medida que surgem.

Designados ao justo valor através dos resultados – os passivos financeiros podem ser designados ao justo valor através dos resultados apenas se essa designação (a) eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento; ou (b) se aplicar a um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que o Grupo gere e avalia numa base de justo valor; ou (c) se relacionar com um instrumento que contenha um derivado incorporado e que não está de forma evidente intimamente relacionado com o contrato principal.

Os passivos financeiros que o Grupo designa no reconhecimento inicial como sendo ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo os custos de transacção reconhecidos nos resultados, e é subsequentemente mensurado ao justo valor. Os ganhos e perdas sobre os passivos financeiros que são designados ao justo valor através nos resultados são reconhecidos nos resultados à medida que surgem.

As principais categorias de passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados são: (a) passivos estruturados emitidos pelo Grupo: a designação reduz significativamente a inconsistência de mensuração entre estes passivos e os derivados relacionados contabilizados ao justo valor; e (b) os

contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo: a designação ao justo valor reduz significativamente a inconsistência de mensuração que surgiria se esse passivo fosse medido ao custo amortizado.

Custo amortizado – todos os restantes passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método do juro efectivo (ver política contabilística 3 acima).

O justo valor para uma posição aberta líquida num passivo financeiro que está cotado no mercado activo é o preço de oferta corrente vezes o número de unidades do instrumento detido ou emitido. Os justos valores dos passivos financeiros não cotados num mercado activo são determinados através de técnicas de avaliação apropriadas, incluindo o desconto de fluxos de caixa futuros, modelos de preços de opções e outros métodos que são consistentes com as metodologias económicas aceites para a fixação do preço do passivo financeiro.

18 Compromissos de empréstimos

Faz-se provisão para compromissos de empréstimos, para além daqueles classificados como detidos para negociação, se for provável que a facilidade seja utilizada e o empréstimo resultante será reconhecido num valor menos o montante adiantado. Os compromissos de empréstimos sindicados em excesso do nível de empréstimos sob o compromisso aprovado para retenção pelo Grupo são classificados como detidos para negociação e mensurado ao justo valor.

19. Desreconhecimento

Um activo financeiro é desreconhecido quando foi transferido e a transferência o qualifica para desreconhecimento. Uma transferência exige que o Grupo: (a) transfira os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do activo; ou (b) retenha o direito aos fluxos de caixa do activo mas assuma a obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a terceiros. Após uma transferência, o Grupo avalia até que ponto reteve os riscos e recompensas da propriedade do activo transferido. Se todos os riscos e recompensas tiverem sido substancialmente retidos, o activo permanece no balanço. Se todos os riscos e recompensas tiverem sido substancialmente transferidos, o activo é desreconhecido. Se todos os riscos e recompensas não tiverem sido substancialmente retidos nem transferidos, o Grupo avalia se reteve ou não o controlo do activo. Se não reteve o controlo, o activo é desreconhecido. Se reteve o controlo, continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento contínuo.

Um passivo financeiro é removido do balanço quando a obrigação é cumprida, cancelada ou expira. No resgate ou liquidação dos títulos de dívida (incluindo passivos subordinados) emitidos pelo Grupo, o Grupo desreconhece o instrumento de dívida e regista um ganho ou perda sendo a diferença entre o montante escriturado da dívida e o custo do resgate ou liquidação. O mesmo tratamento aplica-se onde o título é trocado por uma nova emissão de dívida que tem condições substancialmente diferentes daqueles da dívida existente. A avaliação se as condições do novo instrumento de dívida são substancialmente diferentes toma em conta as características qualitativas e quantitativas, incluindo uma comparação do valor presente descontado dos fluxos de caixa segundo as novas condições com o valor presente descontado dos restantes fluxos de caixa da emissão de dívida existente.

20. Transacções de venda e recompra

Os títulos sujeitos a venda com acordo de recompra ao abrigo do qual todos os riscos e recompensas da propriedade são substancialmente retidos pelo Grupo continuam a figurar no balanço e as receitas da venda são registadas como passivo financeiro. Os títulos adquiridos numa transacção de compra com acordo de revenda ao abrigo da qual o Grupo não está exposto a substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade não são reconhecidos no balanço e o valor pago é registado como activos financeiro.

As transacções relacionadas com pedidos e concessões de empréstimos de títulos são normalmente garantidas por caixa ou títulos adiantados pelo mutuário. Os empréstimos de títulos obtidos não são reconhecidos no balanço ou os títulos emprestados são desreconhecidos. As garantias de caixa recebidas ou dadas são tratadas como empréstimo ou depósito; a garantia sob a forma de títulos não é reconhecida. Porém, quando os títulos obtidos por empréstimo são transferidos para terceiros, é registado um passivo relativo à obrigação de devolver os títulos à contraparte que emprestou o capital.

21. Compensação

Os activos financeiros e os passivos financeiros são compensados e o montante líquido é apresentado no balanço quando e apenas quando o Grupo possuir correntemente um direito legalmente aplicável de compensar os montantes reconhecidos e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo celebrou uma série de acordos, incluindo acordos-quadro de compensação, que lhe conferem o direito de compensar o activo financeiro e o passivo financeiro mas em

que não pretende liquidar os montantes líquidos ou simultaneamente e, por conseguinte, o activo e o passivo em causa são apresentados brutos.

22. Instrumentos de capital

O Grupo classifica um instrumento financeiro que emite como activo financeiro, passivo financeiro ou um instrumento patrimonial, de acordo com a substância do acordo contratual. Um instrumento é classificado como passivo se for uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou permutar activos financeiros ou passivos financeiros em termos potencialmente desfavoráveis. É classificado como capital próprio se evidenciar um juro residual nos activos do Grupo após a dedução do passivo. Os componentes de um instrumento financeiro composto emitido pelo Grupo são classificados e contabilizados separadamente como activos financeiros, passivos financeiros ou capital próprio, conforme for apropriado.

23. Derivados e cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores dos derivados são determinados com base nos preços cotados nos mercados activos quando disponíveis. Se não existir mercado activo para um instrumento, o justo valor baseia-se nos preços dos componentes do derivado, através de modelos de preços ou avaliação apropriados.
Um derivado incorporado num contrato é contabilizado como derivado autónomo se as suas características económicas não estiverem intimamente relacionadas com as características económicas do contrato principal; a menos que todo o contrato seja mensurado ao justo valor com alterações no justo valor reconhecido através dos resultados.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações do justo valor de um derivado são reconhecidos à medida que surgem nos resultados, salvo se o derivado for o instrumento de cobertura numa cobertura de qualificação. O Grupo participa em três tipos de relação de cobertura: coberturas de alterações do justo valor de um activo ou passivo reconhecido ou compromisso firme (coberturas de justo valor); coberturas da variabilidade dos fluxos de caixa de um activo ou passivo reconhecido ou uma transacção prevista (coberturas de fluxos de caixa); e coberturas do investimento líquido numa operação estrangeira.

As relações de cobertura são formalmente documentadas no início. A documentação inclui a identificação do elemento coberto e do instrumento de cobertura, dados do risco coberto e a forma como a eficácia será avaliada no início e durante o período da cobertura. Se a cobertura não for altamente eficaz na compensação de alterações de justos valores ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, de forma consistente com a estratégia de gestão de riscos documentada, a contabilização da cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor – numa cobertura de justo valor, o ganho ou perda do instrumento de cobertura é reconhecido nos resultados. O ganho ou perda do elemento coberto atribuível ao risco coberto é reconhecido nos resultados e ajusta o montante contabilístico do elemento coberto. A contabilização da cobertura é descontinuada se esta deixar de cumprir os critérios da contabilização de cobertura ou se o instrumento de cobertura expirar ou for vendido, rescindido ou exercido ou se a designação de cobertura for revogada. Se o elemento coberto for objecto de utilização do método da taxa de juro efectiva, qualquer ajustamento cumulativo é amortizado nos resultados ao longo da vida do elemento coberto, utilizando a taxa de jura efectiva recalculada.

Cobertura dos fluxos de caixa – quando um instrumento financeiro derivado é designado como uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de um activo ou passivo reconhecido ou uma transacção prevista altamente provável, a parte efectiva do ganho ou perda sobre o instrumento de cobertura é reconhecida directamente no capital próprio. A parte não efectiva é reconhecida nos resultados.
Quando uma transacção prevista tem como resultado o reconhecimento de um activo financeiro ou passivo financeiro, o ganho ou perda cumulativa é reclassificado a partir do capital próprio nos mesmos períodos em que o activo ou passivo afecta os resultados. De outro modo, o ganho ou perda cumulativa é retirado do capital próprio e reconhecido nos resultados ao mesmo tempo que a transacção coberta. A contabilização da cobertura é descontinuada se esta deixar de cumprir os critérios da contabilidade de coberturas; se o instrumento de cobertura expirar ou for vendido, rescindido ou exercido; se a transacção prevista já não for esperada; ou se a designação da cobertura for revogada. Com a descontinuação da contabilização da cobertura (excepto quando uma transacção prevista já não é esperada), o ganho ou perda não realizado cumulativo reconhecido no capital próprio é reconhecido nos resultados quando os fluxos de caixa cobertos ocorrem ou se a transacção prevista resultar no reconhecimento de um activo financeiro ou passivo financeiro nos mesmos períodos durante os quais o activo ou passivo afectar os resultados. Quando a transacção prevista já não é esperada, o ganho ou perda cumulativo não realizado é reconhecido imediatamente nos resultados.

Cobertura do investimento líquido numa operação estrangeira – na cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira, a parte das diferenças cambiais resultantes do instrumento de cobertura determinado como sendo uma cobertura efectiva é reconhecida directamente no capital próprio. Qualquer parte não efectiva é reconhecida nos resultados. O passivo financeiro não derivado, assim como os derivados, pode ser o instrumento de cobertura numa cobertura de investimento líquido.

24. Pagamentos com base em acções

O Grupo concede opções sobre acções no The Royal Bank of Scotland Group plc aos seus colaboradores ao abrigo de vários planos de opções de acções. A despesa relativa a estas transacções é avaliada com base no justo valor na data em que as opções são concedidas. O justo valor é estimado através de técnicas de avaliação que têm em conta o preço de exercício da opção, o seu prazo, a taxa de juro sem riscos e a volatilidade esperada do preço de mercado das acções do The Royal Bank of Scotland Group plc. As condições de aquisição não são tidas em conta ao avaliar o justo valor mas são reflectidas ajustando o número de opções incluído na mensuração da transacção de tal modo que o montante reconhecido reflicta o número realmente subscrito. O justo valor é contabilizado numa base linear ao longo do período de indisponibilidade. No seguimento da emenda à IFRS 2 para a contabilização dos períodos iniciados após 1 de Janeiro de 2009, o cancelamento de um prémio com condições de não aquisição activa de imediato o reconhecimento de uma despesa em relação a qualquer elemento não reconhecido do justo valor do prémio.

25. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa inclui o caixa e os depósitos à vista em bancos, juntamente com os investimentos a curto prazo altamente líquidos que são imediatamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a um risco de alteração de valor insignificante.

26. Acções em entidades do Grupo

Os investimentos da empresa nas suas subsidiárias são expressos pelo preço de custo menos qualquer imparidade.

Políticas contabilísticas críticas e principais fontes de incerteza das estimativas

Os resultados reportados do Grupo são sensíveis às políticas contabilísticas e aos pressupostos e estimativas que estão subjacentes à preparação das suas demonstrações financeiras. A legislação sobre as empresas britânica e as IFRS exigem que os administradores, ao elaborarem as demonstrações financeiras do Grupo seleccionem políticas contabilísticas adequadas, as apliquem consistentemente e façam apreciações e estimativas que sejam razoáveis e prudentes. Na ausência de uma norma ou interpretação aplicável, a IAS 8 “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”, exige que a gestão crie e aplique uma política contabilística que permita obter informação relevante e fiável à luz das exigências e das directrizes das IFRS que tratam de assuntos similares e relacionados e da Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras das IASB. As apreciações e pressupostos envolvidos nas normas contabilísticas do Grupo que são consideradas pelo Conselho de Administração como as mais importantes para retratar a sua situação financeira estão descritas abaixo. A utilização de estimativas, pressupostos ou modelos que diferem dos adoptados pelo Grupo afectaria os seus resultados reportados.

Provisões para imparidades de empréstimos

As provisões para imparidades de empréstimo feitas pelo Grupo são estabelecidas para reconhecer as perdas por imparidade incorridas na sua carteira de crédito classificado como empréstimos e contas e receber e contabilizadas pelo custo amortizado. Um empréstimo está afectado por imparidade quando existe evidência objectiva de que os acontecimentos ocorridos desde que o empréstimo foi concedido afectaram os fluxos de caixa esperados do empréstimo. A perda por imparidade é a diferença entre o valor contabilístico do empréstimo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados à taxa de juro efectiva original do empréstimo.

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos e adiantamentos a clientes brutos totalizavam £775.519 milhões (2008 – £885.611 milhões; 2007 - £834.987 milhões) e as provisões para imparidades dos empréstimos a clientes ascendiam a £17.126 milhões (2008 - £10.889 milhões; 2007 - £6.449 milhões).

Há dois componentes das provisões para imparidades de empréstimos do Grupo: individuais e colectivos.

Componente individual – todos os empréstimos afectados por imparidade que excedam limiares específicos são avaliados individualmente para imparidade. Os empréstimos avaliados individualmente compreendem principalmente a carteira de crédito comercial do Grupo às médias e grandes empresas.

As perdas por imparidade são reconhecidas como a diferença entre o valor contabilístico do empréstimo e o valor descontado da melhor estimativa de reembolsos e receitas de fluxos de caixa futuros estimados de qualquer título detido feita pela gestão. Estas estimativas têm em conta a capacidade de endividamento do cliente e a flexibilidade financeira; o nível e qualidade dos seus ganhos; o montante e as fontes de fluxos de caixa; a indústria em que a contraparte opera; e o valor realizável de qualquer título detido. Estimar o montante e o calendário de futuras recuperações envolve uma apreciação significativa. A dimensão dos recebimentos dependerá do desempenho futuro do mutuário e do valor do título, que serão ambos afectados por condições económicas futuras; além disso, a garantia pode não ser facilmente comercializável. O valor real dos fluxos de caixa futuros e a data em que são recebidos pode diferir destas estimativas e, consequentemente as perdas reais incorridas podem diferir das reconhecidas nestas demonstrações financeiras.

Componente colectiva – é constituído por dois elementos: provisões para imparidades de empréstimos referentes aos empréstimos que se situam abaixo dos limites de avaliação individuais (provisões colectivas para imparidades de crédito) e para perdas de empréstimos que foram incorridas mas não separadamente identificadas na data do balanço (provisões para perdas latentes). As provisões avaliadas colectivamente são estabelecidas numa base de carteira através de uma metodologia de valor actual, tendo em conta o nível de mora, a garantia, a experiência passada em termos de perdas, os scores de crédito e os incumprimentos baseados em tendências da carteira. Os factores mais significativos ao estabelecer estas previsões são as taxas de perda esperadas e a vida média relacionada. Estas carteiras incluem contas a receber de cartões de crédito e outros adiantamentos, incluindo hipotecas. A qualidade de crédito futura destas carteiras está sujeita a incertezas que podem dar origem a que as perdas de crédito reais difiram materialmente das provisões para imparidades de empréstimos reportadas. Estas incertezas incluem a envolvente económica, nomeadamente as taxas de juro e o seu efeito nos gastos do cliente, o nível de desemprego, o comportamento em termos de pagamento e as tendências de falência. As provisões para perdas latentes são detidas contra perdas por imparidade estimadas na carteira de desempenho que ainda tem que ser identificada no balanço. Para avaliar a perda latente nas suas carteiras, o Grupo desenvolveu metodologias para estimar o tempo que um activo pode manter-se em imparidade na carteira de desempenho antes de ser identificada e relatada como tal.

Pensões

O Grupo opera uma série de planos de pensão de benefício definido, descritos na Nota 4 destas demonstrações. Os activos dos planos são avaliados ao justo valor na data do balanço. Os seus passivos são avaliados através do método da unidade projectada, que tem em conta os aumentos de proveitos projectados, utilizando pressupostos actuariais que indicam a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros que resultantes tendo em conta os passivos do plano. Estes fluxos de caixa são descontados à taxa de juro aplicável às obrigações de alta qualidade emitidas por sociedades da mesma moeda e prazo que os passivos. Qualquer excedente ou défice reconhecível no activo sobre o passivo é reconhecido no balanço como activo (excedentes) ou passivo (défice). Para determinar o valor do passivo do plano utilizam-se pressupostos relacionados com a inflação dos preços, o crescimento dos dividendos, o aumento das pensões, o aumento dos proveitos e os colaboradores. Existe uma série de pressupostos que podem ser adoptados para avaliar o passivo dos planos. Pressupostos diferentes podem alterar significativamente o montante do excedente ou do défice reconhecido no balanço e o custo das pensões imputado à demonstração de resultados. Os pressupostos adoptados para os planos de pensão do Grupo estão indicados na Nota 4 nas demonstrações, juntamente com a sensibilidade dos montantes reportados às alterações nesses pressupostos. Um activo de pensão de £58 milhões e o passivo de £2.963 milhões foram reconhecidos no balanço de 31 de Dezembro de 2009 (2008: activo - £36 milhões, passivo - £2.032 milhões; 2007 activo - £575 milhões; activo - £460 milhões).

Justo valor – instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos resultados e o activo financeiro classificado como disponível para venda são reconhecidos nas demonstrações financeiras ao justo valor. Todos os derivados são avaliados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes de operações de justo valor dos instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor através dos resultados estão incluídos na demonstração de resultados. Os ganhos e perdas não realizados do activo financeiro disponível para venda são reconhecidos directamente no capital próprio, a menos que seja reconhecida uma perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros mensurados no justo valor incluem:

Empréstimos e adiantamentos (detidos para negociação e designados ao justo valor através doa resultados) – compreendem principalmente de compras com acordos de revenda (*reverse repos*) e garantias em numerário.

Títulos de dívida (detidos para negociação, designados ao justo valor através dos resultados e disponíveis para venda) – os títulos de dívida incluem os emitidos por governos, organismos autárquicos, entidades hipotecárias e instituições financeiras, assim como obrigações de empresas, obrigações não garantidas e participações residuais em titularizações.

Títulos de participação (detidos para negociação, designados ao justo valor através dos resultados e disponíveis para venda) – compreendem as acções de participação em empresas ou entidades cotadas e não cotadas.

Depósitos de bancos e contas de clientes (detidos para negociação e designados ao justo valor através dos resultados) – os depósitos avaliados ao justo valor incluem principalmente vendas com acordos de recompra (*repos*), garantias em numerário e contratos de investimento emitidos pelas actividades de seguros de vida do Grupo.

Títulos de dívida emitidos (detidos para negociação e designados ao justo valor através dos resultados) – são avaliados ao justo valor e compreendem principalmente os títulos a médio prazo.

Posições curtas (detidas para negociação) – resultam de actividades de negociação e criação de mercado em que são vendidos títulos de dívida e acções de participação que o Grupo não possui correntemente.

Derivados – estes incluem *swaps* (*swaps* cambiais, *swaps* de taxa de juro, *credit default swaps*, *swaps* de retorno total e *swaps* de capital), contratos *forwards* de divisas, acordos *forwards* de taxas, futuros (divisas, taxa de juros e capital) e opções (opções transaccionadas na bolsa em divisas, taxas de juros e acções e índices de acções e opções de divisas e capital fora de bolsa, *caps* e *floors* de taxas de juros e *swaptions*).

Os futuros são contratos de compra ou venda de quantidades uniformizadas de bens físicos ou financeiros subjacentes numa data específica negociados em bolsa. O Grupo compra e vende futuros de divisas, de taxas de juro e de acções.

As opções incluem operações negociadas em bolsa de opções cambiais, de taxas de juro, de acções e rendimento das acções e operações OTC de opções cambiais e acções, *caps* de taxas de juro e *floors* e *swaptions*. São contratos que dão ao titular o direito mas não obrigação de comprar (ou vender) uma quantidade especificada de um bem físico ou financeiro subjacente a um preço acordado numa data acordada ou ao longo de um período acordado.
O justo valor é um montante pelo qual um activo pode ser permutado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e interessadas numa transacção independente. Os justos valores são determinados com base nos preços de cotação nos mercados activos de activo financeiro ou passivo financeiro onde estes estão disponíveis. O justo valor de uma posição aberta líquida num activo financeiro ou passivo financeiro num mercado activo é o preço corrente de proposta ou oferta vezes o número de unidades do instrumento detido. Quando uma carteira de negociação contém activos financeiros e passivos financeiros que são derivados do mesmo instrumento subjacente, o justo valor é determinado avaliando as posições longas e curtas brutas a preços de mercado médios correntes, com um ajustamento ao nível da carteira à posição longa ou curta aberta para corrigir a avaliação da proposta ou oferta conforme for apropriado. Quando o mercado para um instrumento financeiro não está activo, o justo valor é estabelecido através de uma técnica de avaliação. Estas técnicas de avaliação envolvem um grau de estimativa cuja extensão depende da complexidade do instrumento e da disponibilidade de dados baseados no mercado. Mais pormenores acerca das metodologias de avaliação do Grupo e a sensibilidade a pressupostos alternativos razoavelmente possíveis do justo valor de instrumentos financeiros avaliados utilizando técnicas onde, pelo menos, um dado significativo é inobservável são dada na Nota 11 nas páginas 270 e 291.

Reclamações de seguros gerais

O Grupo faz provisões para o custo total da liquidação de reclamações pendentes decorrentes da sua actividades de seguros gerais na data do balanço, incluindo reclamações estimadas como tendo sido incorridas mas ainda não reportadas nessa data e as despesas de processamento de reclamações. As provisões para as reclamações de seguros gerais ascenderam a £5.802 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £5.478 milhões; 2007 – £5.466 milhões).

As provisões são determinadas pela gestão com base na experiência de reclamações líquidas e em modelos estatísticos que exigem certos pressupostos relativamente à incidência, timing e montante das reclamações e quaisquer factores específicos, como condições atmosféricas adversas. Para calcular o valor total da provisão necessária, analisa-se o desenvolvimento histórico das reclamações através de metodologias estatísticas para extrapolar, dentro de parâmetros de probabilidade aceitáveis, o valor das reclamações pendentes na data do balanço. Na estimativa das reclamações pendentes também estão incluídos outros pressupostos como o factor inflacionário utilizado para as reclamações por danos

pessoais que se baseia nas tendências históricas e, por conseguinte, permite um certo aumento devido a alterações na *common law* e dos estatutos. Os custos relativos às despesas de processamento das reclamações directas e indirectas também estão incluídos. As recuperações dos seguros cedidos são registadas no mesmo período contabilístico que as reclamações directas a que se referem. A provisão para as reclamações pendentes baseia-se na informação disponível para a gestão e o resultado final pode variar em relação à avaliação original. A experiência com reclamações reais pode diferir do modelo histórico em que a estimativa se baseou e o custo de liquidação de reclamações individuais pode exceder esse valor assumido.

Goodwill

O Grupo capitaliza goodwill resultantes da aquisição de negócios, como referido na política contabilística 6. O valor contabilístico do goodwill em 31 de Dezembro de 2009 era £14.264 milhões (2008 - £15.562 milhões; 2007 - £42.953 milhões).

Goodwill é o excedente de custo de uma actividade adquirida em relação ao justo valor do seu activo líquido. O apuramento do justo valor dos activos e dos passivos das actividades adquiridas requer o exercício de apreciações de gestão; por exemplo, os activos e passivos financeiros para os quais não existem preços cotados e o activos não financeiros em que as avaliações reflectem estimativas das condições do mercado como os bens imóveis. Justos valores diferentes resultariam em alterações do Goodwill e do desempenho pós-aquisição da aquisição. O Goodwill não é amortizado, mas sim testado quanto a imparidade anualmente ou com mais frequência se os acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem que pode existir imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de negócios é atribuído a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que venham beneficiar da concentração. Os testes de imparidade do goodwill envolvem a comparação do valor contabilístico de uma unidade geradora ou grupo de unidades geradoras com o seu montante recuperável. O montante recuperável é o valor mais elevado do justo valor da unidade e o seu valor de uso. O valor de uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados da unidade ou grupo de unidades geradoras de caixa. O justo valor é o montante obtido pela venda da unidade geradora de caixa numa transacção entre partes independentes, conhecedoras e dispostas.

Os testes de imparidade envolvem inerentemente uma série de áreas opinativas: a elaboração de previsões de fluxos de caixa durante períodos que ultrapassam os requisitos normais da informação da gestão; a avaliação da taxa de desconto apropriada para a actividade; a estimativa do justo valor das unidades geradoras de caixa; e a avaliação do activo separável de cada actividade cujo goodwill está a ser analisado. A sensibilidade às alterações nos pressupostos é discutida na Nota 17 na página 303.

Impostos diferidos

O Grupo faz provisões para impostos diferidos no curto prazo e outras diferenças temporárias onde o reconhecimento fiscal ocorrer num momento diferente do reconhecimento contabilístico. Foram reconhecidos activos por impostos diferidos de £7.039 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £7.082 milhões; 2007 - £3.119 milhões).

O Grupo reconheceu os activos por impostos diferidos em relação a perdas, principalmente no Reino Unido e diferenças de tempo de curto prazo. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos em relação a perdas ficais não utilizadas na medida em que é provável que no futuro haverá lucros tributáveis contra os quais essas perdas podem ser utilizadas. As projecções de negócio preparadas para as análises de imparidade (ver Nota17) indicam que haverá rendimentos tributáveis futuros suficientes disponíveis para compensar estes activos por impostos diferidos num prazo de oito anos. O número de anos no futuro para os quais se prevê que os lucros sejam considerados quando se avalia a recuperabilidade de um activo por imposto diferido é uma questão de opinião. Um período de oito anos é apoiado pelas projecções de negócios do Grupo, o seu histórico de operações rentável e a força continuada das suas franquias de negócios essenciais. As perdas acumuladas do Grupo são principalmente atribuíveis as recentes condições do mercado sem precedentes. Os activos por impostos diferidos de £2.163 milhões (2008 – £1.748 milhões; 2007 – £687 milhões) não foram reconhecidos em relação a perdas fiscais transitadas em jurisdições em que existem dúvida sobre a disponibilidade de futuros lucros tributáveis.

Desenvolvimentos contabilísticos

Normas Internacionais de Relato Financeiro

O International Accounting Standards Board (IASB) publiicou uma IFRS 3 "Concentrações de actividades empresariais" revista e revisões relacionadas na IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separas" no seguimento da conclusão em Janeiro 2008 do seu projecto de aquisição e alienação de subsidiárias. As normas melhoram a convergência com as US GAAP e fornecem nova orientação na contabilização para alterações de interesses em subsidiárias. O custo de uma aquisição incluirá apenas a contrapartida paga aos vendedores pela participação; outros custos serão despendidos imediatamente. O Grupo apenas contabilizará o goodwill na aquisição de uma subsidiária; alterações subsequentes no interesse serão reconhecidos em capital próprio e apenas numa perda de controlo, seja em lucro ou em perda na alienação, será reconhecida em rendimento. As alteração têm efeito para os períodos contabilísticos que começam em e depois 1 de Julho de 2009, mas ambas as normas podem ser adoptadas para períodos contabilísticos a começar em ou após de 1 de Julho de 2007. Estas alterações afectarão a contabilidade do Grupo em futuras aquisições e alienações de subsidiárias.

O IASB publicou emendas em várias normas em Abril 2009, como parte do seu projecto anual de melhoramentos. As melhorias têm eficácia para os períodos anuais que começam em ou depois de 1 de Julho de 2009 e não se espera que tenham um efeito relevante no Grupo ou empresa.

O IASB publicou uma emenda, "Transacções de pagamento intragrupo com base em acções e liquidadas financeiramente", à IFRS 2 "Pagamento com base em acções" em Junho 2009 que alterará a contabilização dos prémios em acções ao permitir a contabilização de liquidação por capital próprio apenas por entidades que concedem prémios sobre o seu próprio capital próprio ou não têm obrigação de liquida uma transacção com base em acções. A emenda tem eficácia para os períodos anuais que começam em ou depois de 1 de Janeiro de 2010 e não se espera que tenham um efeito relevante no Grupo ou empresa.

O IASB publicou uma emenda "Classificação das emissões de direitos" à IAS 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação" e consequentes revisões em outras normas em Outubro 2009 para melhorar a contabilização da emissão de acções por uma contrapartida fixa num moeda diferente da moeda funcional da entidade que faz o relato. A emenda tem eficácia para os períodos anuais que começam em ou depois de 1 de Fevereiro de 2010, mas pode ser adaptada antecipadamente. Não é de esperar que afecte de modo relevante o grupo ou a empresa.

O IASB republicou a IAS 24, "Divulgações de parte relacionada" em Novembro 2009, que clarifica a norma existente e forneça certas isenções para entidades sob controlo governamental. A norma revista tem eficácia para os períodos anuais que começam em ou de pois de 1 de Janeiro de 2011.

O IASB publicou a IFRS 9 "Instrumentos financeiros" em Novembro 2009, simplificando os requisitos de classificação e mensuração na IAS 39 "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração" em relação aos activos financeiros. A norma reduz as categorias de mensuração para activos financeiros a duas: justo valor e custo amortizado. Um activo financeiro é classificado com base do modelo de negócio da entidade para gerir o activo financeiro e as características de fluxos de caixa contratuais do activo financeiro. Apenas os activos com condições contratuais que dão origem a fluxos de caixa em datas especificadas que são apenas pagamentos de capital e juros do montante do capital pendente e que são detidos num modelo de negócios cujo objectivo é deter activos de modo a cobrar fluxos de caixa contratuais são classificados a custo amortizado. Todos os outros activos financeiros são mensurados ao justo valor. As alterações no valor dos activos financeiros mensurados ao justo valor são geralmente levados a lucros e perdas. Esta norma é eficaz para períodos anuais a começar em ou depois de 1 de Janeiro 2013; é permitida uma aplicação antecipada.

Esta norma faz alterações importantes ao quadro para a classificação e mensuração dos activos financeiros e terá um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras do Grupo. O Grupo está a avaliar este impacto que, provavelmente, dependerá do resultado das outras fases do projecto de substituição da IAS 30 do IASB.

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) publicou uma interpretação IFRIC 17 "Distribuções aos proprietários de activos que não são caixa" e o IASB fez as consequentes emendas à IFRS 5 "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" em Dezembro 2008. A interpretação exige que as distribuições sejam apresentadas ao justo valor com qualquer excedente ou défice a ser reconhecido em lucros ou prejuízos. A emenda IFRS 5 alarga a definição de grupos para alienação e unidades operacionais descontinuadas para alienações por meio de distribuição. A interpretação entra em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009, a ser adoptada ao mesmo tempo que a IFRS 3 "Concentrações de actividades empresariais" (revista em 2008) e não se espera que tenha um efeito significativo na empresa. A interpretação pode afectar o tratamento contabilístico nas demonstrações financeiras do Grupo dos negócios do ABN AMRO

a serem adquiridos pelo Estado Holandês no seguimento da reorganização do ABN AMRO Bank N.V. descrito na Nota 16.

O IFRIC publicou a interpretação IFRIC 18 “Transferências de Activos Provenientes de Clientes” em Janeiro 2009. A interpretação trata da contabilização por fornecedores que recebem activos provenientes de clientes, exigindo a mensuração por justo valor. A interpretação entra em vigor para activos recebidos dos clientes em ou após 1 de Julho de 2009 e não se espera que tenha um efeito relevante no Grupo ou empresa.

O IFRIC emitiu uma interpretação IFRIC 19 “Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital próprio” em Dezembro 2009. A interpretação clarifica que o lucro ou perda em passivos em extinção pela emissão de instrumentos de capital deve ser mensurado por referência ao justo valor, de preferência por instrumentos de capital. Não se espera que a interpretação, eficaz para o Grupo para os períodos anuais a começar em ou depois de 1 de Janeiro de 201, tenha um efeito significativo sobre o Grupo ou empresa.

1 Margem financeira

	Grupo		
	2009	2.008	2.007
	£m	£m	£m
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.279	41.812	28.568
Empréstimos e adiantamentos a bancos	923	2.356	1.570
Títulos de dívida	4.634	5.354	2.114
Juros e proveitos equiparados	33.836	49.522	32.252
Contas de clientes: depósitos à ordem	1.899	4.341	4.327
Contas de clientes: depósitos de poupança	2.894	3.911	2.560
Contas de clientes: outros depósitos a prazo	3.187	8.108	6.301
Depósitos por bancos	3.041	6.576	3.406
Títulos de dívida em emissão	5.330	9.941	5.687
Passivos subordinados	1.490	2.144	1.530
Financiamento interno da actividade comercial	(509)	(4.174)	(3.628)
Juros e custos equiparados	17.332	30.847	20.183
Margem financeira	16.504	18.675	12.069

2 Proveitos não provenientes de juros (excluindo proveitos de prémios de seguros)

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Serviços e comissões a receber	9.831	9.831	8.278
Serviços e comissões a pagar			
– banca	(2.456)	(1.985)	(1.727)
– relacionados com seguros	(366)	(401)	(466)
	(2.822)	(2.386)	(2.193)
Resultados em operações de negociação (1)			
Divisa	2.465	1.994	1.085
Taxa de juro	3.875	1.454	1.414
Crédito	(4.108)	(12.200)	(1.446)
Acções e matérias-primas	1.649	275	239
	3.881	(8.477)	1292
Ganho e resgate de dívida própria (2)	3.790	—	—
Outros proveitos operacionais			
Locação operacional e outros proveitos de rendas	1.391	1.525	1.671
Alterações no justo valor de dívida própria	51	977	152
Alterações no justo valor de títulos e outros activos e passivos financeiros	101	(1.730)	970
Alterações no justo valor de bens de investimento	(117)	(86)	288
Lucro na venda de activos financeiros disponíveis para venda	294	342	544
Lucro na alienação de activos tangíveis	43	167	741
(Perda)/lucro na alienação de subsidiárias e associadas	(135)	943	67
Lucro/(perda) em negócios Vida	156	(52)	187
Proveitos de dividendos	86	281	137
Parte dos lucros menos perdas de entidades associadas	(195)	69	25
Outros proveitos (3)	287	(537)	51
	1.962	1.899	4.833

Notas:

(1) A análise do resultado de operações de negociação baseia-se na forma como o negócio está organizada e os riscos subjacentes são geridos. Os resultados de negociação incluem os ganhos e perdas de instrumentos financeiros detidos para negociação, realizados e não realizados, proveitos de juros e dividendos e os custos de financiamento relacionados.

Os tipos de instrumentos incluem

– Câmbio: contratos de câmbio spot, swaps e opções de câmbio, mercados emergentes e coberturas e fundos relacionados.

– Taxa de juro: swaps de taxa de juro, contratos cambiais *forward*, contratos de taxa de juro *forward*, opções de taxas de juro, futuros de taxas de juro e coberturas e fundos relacionados.

– Crédito: *asset-backed securities*, obrigações de empresas, derivados de crédito e coberturas e fundos relacionados.

– Acções e matérias-primas: acções, matérias-primas, derivados de capital próprio, contratos de matérias-primas e coberturas e fundos relacionados.

(2) Em Abril 2009, o Grupo concluiu uma série de ofertas de troca e ofertas de adjudicação com titulares de um certo número de títulos de Tier 1 e Upper Tier 2. As trocas envolvendo instrumentos classificados como passivo cumpriram todos os critérios das IFRS em relação ao tratamento para a extinção a responsabilidade original e o reconhecimento do novo passivo financeiro. As mais-valias nestas trocas e o resgate dos títulos classificados como passivo para caixa, totalizando £3.790 milhões, foram créditos em proveitos. Nenhum montante foi reconhecido em proveitos em relação ao resgate de títulos classificados como capital próprio ou interesses minoritários nas Demonstrações Financeira do Grupo. A diferença entre a contrapartida e o valor contabilístico para estes títulos elevou-se a £829 milhões e foi registado em capital próprio.

(3) Outros proveitos incluem contribuições atribuíveis ao Grupo de actividades que não são bancárias nem de seguros.

3 Despesas operacionais

		Reexpresso	Grupo
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Salários, remunerações e outros custos com o pessoal	10.142	8.907	6.230
Encargos da segurança social	727	696	471
Compensação com base em acções	129	169	65
Custos de pensões			
– planos de benefícios definidos (ver Nota 4)	659	490	489
– ganhos em reduções (ver Nota 4)	(2.148)	–	–
– planos de contribuição definida	126	148	83
Custos com o pessoal	9.635	10.410	7.338
Instalações e equipamento	3.087	2.593	1.703
Outras despesas administrativas	5.584	5.464	2.969
Outros activos tangíveis (ver Nota 18)	1.616	1.584	1.297
Activos intangíveis (ver Nota 17)	1.193	1.570	635
Depreciação e amortização	2.809	3.154	1.932
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	363	32.581	–
	21.478	54.202	13.942

Os custos de integração incluídos nas despesas operacionais englobam os gastos incorridos com a redução de custos e os programas de aumento de receitas estabelecidos no âmbito das várias aquisições efectuadas pelo Grupo.

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Custos com o pessoal	365	503	18
Instalações e equipamento	78	25	4
Outras despesas administrativas	398	486	26
Depreciação e amortização	18	36	60
	859	1.050	108

Os custos de reestruturação incluídos nas despesas operacionais incluem:

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Custos com o pessoal	328	251	–
Instalações e equipamento	48	15	–
Outras despesas administrativas	51	41	–
	427	307	–

3 Despesas operacionais continuação

O número médio de pessoas empregadas, arredonda à centena mais próxima, nas operações continuadas do Grupo durante o exercício, excluindo pessoal temporário, era £192.000 (2008 – £197.100; 2007 – £157.200); na mesma base, as operações descontinuadas empregavam 2.500 pessoas (2008 – £32.200; 2007 – £13.300). O número médio de trabalhadores temporários durante 2009 foi de £9.700 (2008 – £7.000). O número de pessoas afectas às operações continuadas do Grupo em 31 de Dezembro, excluindo pessoal temporário, foi o seguinte:

	Grupo		
	2009	2008	2007
UK Retail	28.500	31.700	31.400
UK Corporate	12.600	13.600	13.200
Wealth	4.800	5.300	5.400
Global Banking & Markets	13.800	14.500	15.500
Global Transaction Services	3.200	3.600	3.700
Ulster Bank	4.600	5.600	6.100
US Retail & Commercial	16.400	17.300	17.400
RBS Insurance	14.600	15.300	16.400
Centre	3.800	4.300	3.800
Core	102.300	111.200	112.900
Non-Core	13.700	15.000	16.100
	116.000	126.200	129.000
Serviços comerciais	42.900	45.700	45.900
Integração	500	900	–
Interesses minoritários RFS Holdings	25.100	26.700	28.600
Total	184.500	199.500	203.500
Reino Unido	98.500	105.800	108.000
EUA	25.600	27.100	26.500
Europa	36.800	40.200	40.500
Resto do Mundo	23.600	26.400	28.500
Total	184.500	199.500	203.500

Não havia pessoas empregadas em operações descontinuadas em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - 2.600; 2007: 53.200).

4 Custo de pensões

Os membros do Grupo patrocinam uma série de planos de pensões no Reino Unido e no estrangeiro, predominantemente planos de benefícios definidos, cujos activos são independentes da função financeira do Grupo. Os planos de benefícios definidos do Grupo geralmente dão uma pensão de um sexto do salário final pensionável por cada ano de serviço antes da reforma até ao máximo de 40 anos. Os trabalhadores não fazem contribuições para as pensões básicas mas podem fazer contribuições voluntárias para garantir benefícios adicionais numa base de contribuições monetárias. Desde Outubro de 2006, o Fundo de Pensões do The Grupo Royal Bank of Scotland ('Plano principal') foi encerrado para os recém-contratados.

O Grupo também atribui benefícios pós-reforma para além das pensões, principalmente através de subscrições de planos de seguro privados no Reino Unido e nos EUA e planos de benefícios pós-reforma não sob a forma de fundos. A provisão para os custos destes benefícios é imputada à demonstração de resultados ao longo do tempo de serviço futuro residual médio dos colaboradores elegíveis. Os montantes não são relevantes.

Foram elaboradas avaliações intercalares dos planos do Grupo para 31 de Dezembro, nos termos da IAS 19 "Benefícios dos empregados" por actuários independentes, utilizando os seguintes pressupostos:

	Plano principal			Todos os planos		
Pressupostos actuariais principais em 31 de Dezembro	2009	2008	2007	2009	2008	2007
				Média ponderada		
Taxa de desconto	5,9%	6,5%	6,0%	5,7%	6,0%	5,8%
Retorno esperado dos activos do plano (média ponderada)	6,2%	7,1%	6,9%	5,9%	6,3%	6,8%
Taxa de aumento dos salários	1,8%	4,0%	4,5%	2,0%	3,4%	4,0%
Taxa de aumento das pensões em pagamento	3,5%	2,7%	3,2%	3,0%	2,4%	2,8%
Pressuposto de inflação	3,5%	2,7%	3,2%	3,0%	2,4%	2,9%

	Plano principal			Todos os planos		
Classes principais dos activos do plano como percentagem do total de activos do plano	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Acções de participação	47,6%	59,4%	61,0%	41,7%	42,2%	57,8%
Obrigações indexadas	23,7%	18,0%	18,2%	15,2%	11,4%	13,1%
Obrigações com juros fixados pelo governo	–	1,2%	1,2%	19,9%	26,8%	12,9%
Obrigações de empresas e outras	19,7%	18,5%	15,1%	14,8%	14,3%	12,0%
Imobiliário	3,5%	3,7%	3,8%	3,4%	3,9%	3,0%
Caixa e outros activos	5,5%	(0,8%)	0,7%	5,0%	1,4%	1,2%

Os planos de pensão do Grupo detêm acções ordinárias da empresa ao justo valor de £4 milhões (2008 - £15 milhões; 2007: £69 milhões); £4 milhões (2008 - £15 milhões; 2007 – £65 milhões) no Plano Principal que também detém outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo no valor de £192 milhões (2008 – £421 milhões; 2007 – £606 milhões).

O retorno esperado dos activos dos planos em 31 de Dezembro baseia-se na média ponderada dos seguintes retornos previstos das principais classes de activos dos planos:

	Plano principal			Todos os planos		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Acções	7,9%	8,4%	8,1%	7,8%	8,4%	8,1%
Obrigações indexadas	4,5%	3,9%	4,5%	4,5%	3,9%	4,5%
Obrigações com juros fixados pelo governo	–	3,9%	4,5%	4,0%	4,3%	4,7%
Obrigações de empresas e outras	5,9%	6,1%	5,5%	5,7%	5,7%	5,5%
Imobiliário	6,2%	6,1%	6,3%	6,0%	6,1%	6,3%
Caixa e outros activos	0,5%	2,5%	4,6%	1,4%	5,1%	4,5%

Pressupostos da mortalidade pós-reforma (Plano principal)	2009	2008	2007
Longevidade aos 60 anos para actuais pensionistas (anos):			
Homens	27,1	26,1	26,0
Mulheres	29,5	26,9	26,8

Longevidade aos 60 anos para futuro pensionistas (anos):			
Homens	29,2	28,1	28,1
Mulheres	30,8	28,2	28,2

A provisão da mortalidade de pós-reforma foi actualizada no seguimento de uma análise da experiência recente dos pensionistas no Plano principal:

	Plano principal			Todos os planos		
	Justo valor: do activo do plano	Valor actual das obrigações de benefício definido	Pensão Líquida défice/ (excedente)	Justo valor: do activo do plano	Valor actual das obrigações de benefício definido	Pensão Líquida défice/ (excedente)
Alterações no valor do défice/(excedente) líquido de pensões	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	18.575	18.099	(476)	27662	27.547	(115)
Transferência para grupos de alienação	–	–	–	(1)	(49)	(48)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	–	–	–	2497	2.692	195
Demonstração de resultados:						
Retorno esperado	1.271		(1.271)	1865		(1.865)
Encargos com juro		1.080	1.080		1.622	1.622
Custo actual do serviço		437	437		705	705
Custo anterior do serviço		21	21		28	28
	1.271	1.538	267	1.865	2.355	490
Demonstração do rendimento integral						
Ganhos e perdas actuariais	(4.784)	(3.389)	1.395	(6.051)	(3.764)	2287
Alienação de subsidiárias	–	–	–	(31)	(34)	(3)
Contribuições da entidade patronal	396	–	(396)	810	–	(810)
Contribuições por participantes dos planos	–	–	–	9	9	–
Benefícios pagos	(630)	(630)	–	(978)	(978)	–
Despesas incluídas no custo de serviço	(24)	(24)	–	(26)	(26)	–
Em 1 de Janeiro de 2009	14.804	15.594	790	25.756	27.752	1.996
Conversão de divisa e outros ajustamentos	–	–	–	(699)	(813)	(114)
Demonstração de resultados						
Retorno esperado	1.029		(1.029)	1553		(1.553)
Encargos com juro		999	999		1.614	1.614
Custo actual do serviço		300	300		583	583
Custo anterior do serviço		15	15		15	15
Ganhos em reduções		(1.947)	(1.947)		(2.148)	(2.148)
	1.029	(633)	(1.662)	1553	64	(1.489)
Demonstração do rendimento integral						
Ganhos e perdas actuariais	993	4.473	3.480	1.344	5.009	3.665
Contribuições da entidade patronal	536	–	(536)	1153	–	(1.153)
Contribuições por participantes dos planos e outros membros do regime	2	2	–	15	15	–
Benefícios pagos	(741)	(741)	–	(1.175)	(1.175)	–
Despesas incluídas no custo de serviço	(20)	(20)		(22)	(22)	–
Em 31 de Dezembro de 2009	16.603	18.675	2.072	27.925	30.830	2.905

O défice por pensões líquidos inclui:	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Activos líquidos de planos com excedentes (incluído em Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos, Nota 19)	(58)	(36)	(575)
Passivos líquidos dos planos em défice	2.963	2.032	460
	2.905	1.996	(115)

Os ganhos de redução de £2.148 milhões foram reconhecidas em 2009 resultantes de alterações nos benefícios de pensão no Plano principal e certos outros planos de subsidiárias devido à limitação dos futuros aumentos de salários que contarão para fins de reforma para menos de 2% ou a taxa de inflação

Em 31 de Dezembro de 2009, o plano principal de pensões do ABN AMRO na Holanda tinha um justo valor de activos de £8.118 milhões (2008 - £8.8.181 milhões; 2007 - £6.417 milhões) e valor actual de obrigações de benefícios definidos £8.298 milhões (2008 - £8.589 milhões; 2007 - £6.189 milhões). Os principais pressupostos actuariais em 31 de Dezembro de 2009 foram: taxa de desconto 5,25% (2008 – 5.4%); retorno esperado dos activos do plano (média ponderada) 5,25% (2008 – 4.7%); taxa de aumento em salários 2,5% (2008 – 2,5%); taxa de aumento em pensões em pagamento 2,0% (2008 – 2,0%); e pressuposto da inflação 2,0% (2008 – 2,0%).

O Grupo espera contribuir com £746 milhões para os seus planos de pensões de benefícios definidos em 2010 (Plano principal – £414 milhões). Dos passivos líquidos dos planos em défice, £198 milhões (2008 – £201 milhões; 2007 – £212 milhões) são relativos a planos não financiados.

A mais recente da avaliação de financiamento do plano principal do Reino Unido, em 31 de Março de 2007, mostrou um excedente de activos sobre passivos de £0,7 mil milhões. A próxima avaliação do fundo está programada para se realizar em 31 de Março de 2010 e o Grupo espera que esta avaliação mostre que as responsabilidades excedam o valor dos activos. No seguimento desta avaliação, o Grupo e os Trustees do plano concordarão o nível das contribuições a pagar para o plano. Isto pode resultar em que o montante de contribuição a pagar em 2010 e anos subsequentes seja materialmente diferente das taxas actuais baseadas na anterior avaliação.

Os ganhos actuariais cumulativos líquidos de £4,382 milhões (2008 – £717 milhões de perdas; 2007 – £1.570 milhões de ganhos) foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral, dos quais £3.296 milhões de perdas (2008 – £184 milhões de ganhos; 2007 – £1.579 milhões de ganhos) relacionadas com o plano principal

	Plano principal					Todos os planos				
	2009	2008	2007	2.006	2.005	2009	2008	2007	2.006	2.005
História dos planos de benefícios definidos	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Justo valor de activos do plano	16.603	14.804	18.575	17.374	15.914	27.925	25.756	27.662	18.959	17.388
Valor actual das obrigações de benefícios definidos	18.675	15.594	18.099	19.004	19.118	30.830	27.752	27.547	20.951	21.123
(Défice)/excedente líquido	(2.072)	(790)	476	(1.630)	(3.204)	(2.905)	(1.996)	115	(1.992)	(3.735)
Experiência ganhos/(perdas) em passivos do plano	135	(55)	(256)	(4)	(41)	328	(65)	(210)	(19)	(68)
Experiência ganhos/(perdas) em activos do plano	993	(4.784)	163	552	1.556	1.344	(6.051)	19	587	1.661
Retorno/(perda) efectivo em activos dos planos de pensões	2.022	(3.513)	1345	1.574	2.486	2.897	(4.186)	1413	1.660	2.677
Retorno/(perda) efectivo em activos planos de pensões – %	13,8%	(19,0%)	7,8%	9,9%	18,4%	11,4%	(14,5%)	6,9%	9,6%	18,1%

O quadro abaixo apresenta as sensibilidades dos custos de pensões do exercício e o valor presente das obrigações de benefícios detalhados nas datas de balanço para uma alteração nos pressupostos actuariais principais:

	Plano principal				Todos os planos			
	Aumento/(diminuição)				Aumento/(diminuição)			
	em custo com pensões do ano		em obrigações em 31 de Dezembro		em custo com pensões do ano		em obrigações em 31 de Dezembro	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
0,25% aumento na taxa de desconto	(21)	(37)	(790)	(696)	(41)	(53)	(1.261)	(1.161)
0,25% aumento em inflação	49	77	654	624	93	114	1.143	1.089
0,25% de taxa adicional de aumento em pensões em pagamento	33	41	442	383	47	63	596	695
0,25% de taxa adicional de aumento em pensões diferidas	16	8	214	94	25	15	366	227
0,25% de taxa adicional de aumento nos salários	8	28	66	168	17	35	125	219
Aumento de longevidade de 1 ano	29	31	416	302	50	50	734	700

5 Remuneração dos auditores

Os montantes pagos aos auditores do Grupo para a revisão oficial de contas e outros serviços são estabelecidos abaixo, Todos os serviços relacionados com auditoria e outros serviços são aprovados pela Comissão de Auditoria do Grupo. A Comissão reconhece que para certos serviços, os auditores estão em melhor posição para executar economicamente o trabalho; para outros trabalhos o Grupo selecciona o fornecedor mais bem colocado para satisfazer os seus requisitos; os auditores do Grupo são livres de concorrerem a esses trabalhos em concorrência com outras firmas.

	Grupo	
	2009	2008
	£m	£m
Honorários pagos pela auditoria das contas anuais do Grupo	4,4	4,8
Honorários pagos aos auditores e entidades associadas por outros serviços prestados ao Grupo de acordo com a legislação:		
– Auditoria das subsidiárias da empresa de acordo com a legislação (1)	36,9	39,3
– Outros serviços de acordo com a legislação (2)	3,3	3,1
Total de auditoria e serviços relacionados com auditoria	44,6	47,2
Honorários a pagar aos auditores e entidades associadas por outros serviços		
– Serviços relacionados com as obrigações fiscais	1,4	0,6
– Serviços relacionados com transacções financeiras de empresas, incluindo titularizações, efectuadas pelo Grupo (3)	2,5	7,4
Todos os outros serviços		
– Assessoria de contabilidade	0,6	1,0
– Análise de controlos internos	1,1	0,6
– Outros serviços de certificação	2,4	1,8
– Serviços de consultoria	0,9	0,1
Total de outros serviços	8,9	11,5
Honorários a pagar aos auditores e entidades associadas em relação a planos de pensão		
– Auditoria	0,4	0,1
Total	53,9	58,8

Notas:

(1) Inclui honorários de £21,9 milhões (2008 – £23,1 milhões) em relação à auditoria da ABN AMRO Holding N.V., do quais £8,8 milhões (2008 – £10,5 milhões) relacionam-se com os interesses do Estado Holandês e o Santander.

(2) Inclui honorários de £1,7 milhões (2008 – £2,0 milhões) em relação às revisões da informação financeira intercalar e £1,6 milhões (2008 – £1,1 milhões) em relação aos relatórios para os reguladores do Grupo no Reino Unido e estrangeiros.

(3) Inclui honorários de £2,1 milhões (2008 – £3,1 milhões) em relação ao trabalho executado pelos auditores como técnicos oficiais de contas em emissões de dívida realizadas pelo Gruopo, incluindo titularizações.

6 Impostos

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Impostos correntes:			
Encargo para o exercício	552	1.230	2.514
Sobre-provisão em relação a exercícios anteriores	(191)	(254)	(39)
Redução por impostos estrangeiros	–	(34)	(198)
	361	942	2.277
Impostos diferidos:			
(Crédito)/encargo do exercício	(1.041)	(3.167)	95
Sobre/(sub)provisão em relação a exercícios anteriores	309	(98)	(328)
(Crédito)/encargo de impostos do exercício	(371)	(2.323)	2.044

O (crédito)/encargo fiscal efectivo difere do (crédito)/encargo fiscal esperado que foi calculado aplicando a taxa normal de imposto sobre as sociedades do Reino Unido de 28% (2008 – 28,5%; 2007: 30%), como se segue:

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
(Crédito)/encargo fiscal esperado	(727)	(11.638)	2950
Imparidade de goodwill não dedutível	102	8.292	12
Diferenças temporárias não reconhecidas	(274)	274	29
Outros itens não dedutíveis	508	378	222
Rubricas não tributáveis			
– ganho no resgate de própria dívida	(693)	–	–
– outros	(410)	(491)	(595)
Movimentos cambiais tributáveis	(1)	80	16
Lucros no estrangeiro tributados a outras taxas	320	203	(25)
Redução das obrigações fiscais diferidas após a alteração da taxa sobre as sociedades do Reino Unido	–	–	(189)
Perdas no exercício não reconhecidas	780	942	2
Perdas transitadas e utilizadas	(94)	(11)	(11)
Ajustamentos em relação a exercícios anteriores (1)	118	(352)	(367)
(Crédito)/encargo fiscal efectivo	(371)	(2.323)	2044

Nota:

(1) Os ajustamentos relativos a períodos anteriores de 2008 e 2007 incluem principalmente as libertações de provisões fiscais em relações a transacções estruturadas e alienações de investimentos, e ajustamentos para reflectir cálculos de impostos apresentados no Reino Unido e estrangeiro.

A taxa de imposto efectiva do exercício foi de 14,3% (2008 – 5,7%; 2006: 20,8%).

7 Lucros atribuíveis a accionistas preferenciais e outros titulares de participações

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Accionistas preferenciais			
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01	342	293	152
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01	201	183	94
Acções preferenciais não cumulativas de £1			
– Emitidas para a UK Financial Investments Limited (1)	274	—	—
– Outro	61	60	—
Pagamento a accionistas:			
Juros sobre títulos classificados como capital próprio, líquido de imposto	57	60	—
Total	935	596	246

Notas:

(1) Inclui um prémio de resgate de £50 milhões no reembolso das acções preferenciais

(2) De acordo com a IAS 32, certas acções preferenciais emitidas pela empresa estão incluídas nos passivos subordinados e no custo financeiro relacionado nos juros a pagar.

(3) Entre 1 de Janeiro de 2010 e a data de aprovação destas demonstrações, foram declarados dividendos no valor de US$163 milhões referentes às acções preferenciais do capital para pagamento em 31 de Março de 2009.

8 Dividendos ordinários

Os dividendos ordinários do ano anterior por acção indicados no quadro abaixo foram reformulados para ter em conta o efeito da emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e emissão de capitalização de Setembro 2008.

	Grupo					
	2009 p por acção	2008 p por acção	2007 p por acção	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Dividendo final para o ano anterior declarado durante o ano corrente	—	19,3	18,5	—	2312	2.091
Dividendo intercalar	—	—	8,5	—	—	953
Total de dividendos pagos sobre acções ordinários	—	19,3	27,0	—	2312	3.044

9 Lucro registado nas demonstrações da empresa

Conforme permitido pela secção 408(3) da Lei das Sociedades de 2006, as demonstrações financeiras primárias da empresa não incluem a demonstração de resultados ou a demonstração de rendimento integral. Segue-se uma informação condensada:

	Empresa		
Demonstração de resultados	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Dividendos recebido da subsidiária bancária	2.523	4.639	2.330
Dividendos recebido da outras subsidiárias	408	163	415
Ganho no resgate de própria dívida	238	—	—
Total de proveitos	3.169	4.802	2.745
Juros a receber de subsidiárias	997	793	460
Juros a pagar a subsidiárias	(251)	(495)	(307)
Outros juros líquidos a pagar e despesas operacionais	(62)	(796)	(526)
Abatimento de investimentos em subsidiárias	(5.139)	(14.321)	—
Resultado operacional antes de impostos	(1.286)	(10.017)	2372
Impostos	(217)	415	127
Resultado do exercício	(1.503)	(9.602)	2499
(perdas)/Lucro atribuível a:			
Accionistas preferenciais	878	536	246
Pagamento a accionistas	57	60	—
Acções ordinárias e B	(2.438)	(10.198)	2253
	(1.503)	(9.602)	2499

	Empresa		
Demonstração do rendimento integral	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Resultado do exercício	(1.503)	(9.602)	2499
Outro rendimento integral			
Coberturas de fluxos de caixa	3	2	3
Imposto sobre rendimento integral	—	(1)	(1)
Outras rendimento integral do exercício, líquido de impostos	3	1	2
Total rendimento integral do exercício	(1.500)	(9.601)	2501
Atribuível a:			
Accionistas preferenciais	878	536	246
Pagamento a accionistas	57	60	—
Acções ordinárias e B	(2.435)	(10.197)	2255
Total rendimento integral do exercício	(1.500)	(9.601)	2501

10 Lucro por acção ordinária e B

O lucro por acção ordinária e B foi calculado com base no seguinte:

	Grupo		
	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Lucro:			
(Perda)/lucro atribuível a accionistas ordinários e B	(3.607)	(24.306)	7303
Somar perda de operações descontinuidades atribuíveis a accionistas ordinárias e B	72	86	—
Ganho no resgate de capital realizado	200	—	—
(Perda)/lucro atribuível de operações continuadas atribuíveis a accionistas ordinários e B	(3.335)	(24.220)	7303
Somar custo de financiamento em títulos convertíveis diluídos	—	—	60
(Perda)/lucro atribuível de operações continuadas atribuíveis a accionistas ordinários e B	(3.335)	(24.220)	7363
Número médio ponderado de acções (milhões):			

	Grupo		
Outras acções emitidas durante exercício	51.494	16.563	11.413
Acções B emitidas durante o exercício	1397	—	—
Número médio ponderado de acções ordinárias e B em emissão durante o exercício	52.891	16.563	11.413
Efeito das opções de acções diluíveis e títulos convertíveis	438	—	198
Número médio ponderado de acções ordinárias e B em emissão durante o exercício	53.329	16.563	11.611

Os números de acções ordinárias em emissão nos anos anteriores foram ajustados retrospectivamente para ter em conta o elemento de bónus das emissões de direitos de subscrição concluído em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008. O acordo contingente com o Tesouro britânico permitiu colocar 16 mil milhões novas acções B a 50p cada teve um efeito de diluição em 2009. Nenhum dos títulos convertíveis teve um efeito de diluição em 2009 ou 2008. Todos os títulos convertíveis tiveram um efeito de diluição em 2007 e foram incluídas no cálculo dos lucros diluídos por acção.

11 Instrumentos financeiros

Classificação

Os quadros seguintes analisam os activos financeiros e os passivos financeiros do Grupo de acordo com as categorias de instrumentos financeiros na IAS39. Os activos e os passivos fora do âmbito da IAS39 são apresentados separadamente.

	Grupo								
2009	Detido para negociação £m	Designado ao justo valor através dos resultados £m	Derivados de cobertura £m	Disponível para venda £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros instrumentos financeiros (custo amortizado) £m	Locações financeiras £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—		—	52.261				52.261
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	45.449	—		—	46.304				91.753
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2) (3)	42.277	1.981		—	671.037		13.098		728.393
Títulos de dívida (4)	111.482	2.603		143.298	9.871				267.254
Acções	14.443	2.192		2.893	—				19528
Saldos de compensação	—	—		—	12.033				12.033
Derivados	436.857		4.597						441.454
Activos intangíveis								17.847	17.847
Activos tangíveis								19.397	19.397
Impostos diferidos								7.039	7.039
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	—	—		—	1421			19.564	20.985
Activos de grupos de alienação								18542	18.542
	650.508	6.776	4.597	146.191	792.927		13.098	82.389	1.696.486
Passivo									
Depósitos por bancos (5)	53.609	—				88.535			142.144
Contas de clientes (6, 7)	52.868	8.580				552.754			614.202
Títulos de dívida em emissão (8, 9)	3.925	41.537				222.106			267.568
Saldos de compensação e posições curtas	40.463	—				10413			50.876
Derivados	417.634		6.507						424.141
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	—	—				1889	467	27.971	30.327
Passivos com benefícios de reforma								2.963	2.963
Impostos diferidos								2.811	2.811
Passivos de seguros								10.281	10.281
Passivos subordinados	—	1277				36.375			37.652
Passivo de grupos de alienação								18.890	18.890
	568.499	51.394	6.507	—	—	912.072	467	62.916	1.601.855
Capital									94631
									1.696.486

Para notas relativas a este quadro, ver página 272.

	Grupo								
2008	Detido para negociação £m	Designado ao justo valor através dos resultados £m	Derivados de cobertura £m	Disponível para venda £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros instrumentos financeiros (custo amortizado) £m	Locações financeiras £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—		—	12.400				12.400
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	56.234	—		—	81.963				138.197
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2, 3)	51.501	2.141		—	806.627		14.453		874.722
Títulos de dívida (4)	116.280	5.428		132.856	12.985				267.549
Acções	17.054	2.101		7.175	—				26330
Saldos de compensação	—	—		—	17.832				17.832
Derivados	985.700		6.859						992.559
Activos intangíveis								20.049	20.049
Activos tangíveis								18.949	18.949
Impostos diferidos								7082	7.082
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	—	—		—	1.326			23.076	24.402
Activos de grupos de alienação								1581	1.581
	1.226.769	9.670	6.859	140.031	933.133		14.453	70.737	2.401.652
Passivo									
Depósitos por bancos (5)	81.154	—				176.890			258.044
Contas de clientes (6, 7)	55.926	8.054				575.532			639.512
Títulos de dívida em emissão (8, 9)	3.992	47.451				248.846			300.289
Saldos de compensação e posições curtas	42.536	—				11.741			54.277
Derivados	963.088		8.276						971.364
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	260	—				1.619	22	29.581	31.482
Passivos com benefícios de reforma								2.032	2.032
Impostos diferidos								4.165	4.165
Passivos de seguros								9.976	9.976
Passivos subordinados	—	1509				47.645			49.154
Passivo de grupos de alienação								859	859
	1.146.956	57.014	8.276			1.062.273	22	46.613	2.321.154
Capital									80.498
									2.401.652

Para notas relativas a este quadro, ver página 272.

	Grupo								
2007	Detido para negociação £m	Designado ao justo valor através dos resultados £m	Derivados de cobertura £m	Disponível para venda £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros instrumentos financeiros (custo amortizado) £m	Locações financeiras £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—		—	17.866				17.866
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	71.639	—		—	147.821				219.460
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2, 3)	103.811	3.067		—	709.090		12.570		828.538
Títulos de dívida (4)	190.671	5.777		95.536	2..672				294.656
Acções	37.546	7.866		7.614	—				53.026
Saldos de compensação	—	—		—	16.589				16.589
Derivados	274.849		2.553						277.402
Activos intangíveis								49.916	49.916
Activos tangíveis								18.745	18.745
Impostos diferidos								3.119	3.119
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	—	—		—	877			14.785	15.662
Activos de grupos de alienação								45.850	45.850
	678.516	16.710	2.553	103.150	894.915		12.570	132.415	1.840.829
Passivo									
Depósitos por bancos (5)	65.491	—				246.803			312.294
Contas de clientes (6, 7))	60.426	7.505				614.432			682.363
Títulos de dívida em emissão (8, 9)	9.455	41.834				222.883			274.172
Saldos de compensação e posições curtas	73.501	—				17.520			91.021
Derivados	269.343		2.709						272.052
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	209	—				1.545	19	32.435	34.208
Passivos com benefícios de reforma								460	460
Impostos diferidos								5.400	5.400
Passivos de seguros								10.162	10.162
Passivos subordinados	—	897				37.146			38.043
Passivo de grupos de alienação								29.228	29.228
	478.425					1.140.329	19	77.685	1.749.403
Capital									91.426
									1.840.829

Notas:

(1) Inclui compras com acordo de revenda de £35.097 milhões (2008 – £58.771 milhões; 2007 – £175.941 milhões) e rubricas no curso de cobrança de outros bancos de £2.533 milhões (2008 – £2.888 milhões; 2007 – £3.095 milhões).

(2) Inclui compras com acordo de revenda de £41.040 milhões (2008 - £39.313 milhões; 2007 - £142.357 milhões).

(3) A alteração no justo valor em empréstimos e adiantamentos a clientes designado ao justo valor através dos resultados atribuível a alterações no risco de crédito foi de £157 milhões para o exercício e £140 milhões em acumulado (2008 - encargo £328 milhões; acumulado £440 milhões crédito; 2007 - não relevante).

(4) Inclui bilhetes de tesouro e títulos similares de £45.617 milhões (2008 - £31.509 milhões; 2007 £16.315 milhões) e outros bilhetes elegíveis de £34.794 milhões (2008 - £25.028 milhões; 2007 - £1.914 milhões).

(5) Inclui vendas com acordo de revenda de £38.006 milhões (2008 – £83.666 milhões; 2007 – £163.038 milhões) e rubricas no curso de cobrança para outros bancos de £770 milhões (2008 – £542 milhões; 2007 – £372 milhões).

(6) Inclui vendas com acordo de recompra de £68.353 milhões (2008 - £58.143 milhões; 2007 - £134.916 milhões).

(7) O valor contabilístico de outras contas de clientes designadas ao justo valor através dos resultados é £101 milhões superior (2008 – £47 milhões inferior; 2007 – £77 milhões superior) do que o montante do capital. Nenhuns montantes foram reconhecidos nos resultados para alterações em risco de crédito associado com estes passivos, uma vez que as alterações são irrelevantes, mensuradas como alteração em justo valor dos movimentos do prémio de risco de crédito a pagar no período. Os montantes incluem contratos de investimento com um valor contabilístico de £5.170 (2008 – £5.364 milhões; 2007 – £5.555 milhões).

(8) Inclui obrigações e notas de médio prazo de £164.900 milhões (2008 - £156.841 milhões; 2007 - £119.578 milhões) e certificados de depósito e outro papel comercial de £102.668 milhões (2008 - £143.448 milhões; 2007 - £154.594 milhões).

(9) Foram reconhecidos £155 milhões (2008 - £1.054 milhões; 2007 - £162 milhões) nos resultados para alterações do risco de crédito associado a títulos de dívida emitidos designados ao justo valor de movimentos no período do prémio do risco de crédito a pagar pelo Grupo. O valor contabilístico é £810 milhões (2008 - £1.145 milhões; 2007 – £317 milhões), inferior ao do valor do capital.

(10) Durante 2009 e 2008, o Grupo reclassificou activos financeiros das categorias detidos para negociação e disponíveis para venda para a categoria empréstimos e contas a receber e da categoria detido para negociação para a de disponível para venda (ver páginas 275 a 277).

Os quadros seguintes analisam os activos financeiros e os passivos financeiros do Grupo de acordo com as categorias de instrumentos financeiros na IAS39. Os activos e os passivos fora do âmbito da IAS39 são apresentados separadamente.

	Empresa					
2009	Detido para negociação £m	Derivados de cobertura £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros instrumentos financeiros (custo amortizado) £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	—		31.238			31.238
Empréstimos e adiantamentos a clientes (3)	—		2.777			2.777
Títulos de dívida (3)	—		1.286			1.286
Investimentos em empresas do Grupo					64.766	64.766
Saldos de compensação					11	11
Derivados (3)	930	239				1.169
Impostos diferidos					2	2
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	—		—		43	43
	930	239	35.301		64.822	101.292
Passivo						
Depósitos por bancos (4)	—			93		93
Contas de clientes (2)	—			13.264		13.264
Títulos de dívida em emissão	—			11.788		11.788
Derivados (2)	432	14				446
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	—			—	1357	1.357
Passivos subordinados	—			8.762		8.762
	432	14		33.907	1.357	35.710
Capital						65582
						101.292

2008	Detido para negociação £m	Derivados de cobertura £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros instrumentos financeiros (custo amortizado) £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	—		27.031			27.031
Investimentos em empresas do Grupo					42.196	42.196
Derivados (3)	975	193				1.168
Impostos diferidos					3	3
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	—		—		489	489
	975	193	27.031		42.688	70.887
Passivo						
Depósitos por bancos (4)	—			1802		1.802
Contas de clientes (2)	—			26		26
Títulos de dívida em emissão	—			14179		14.179
Derivados (2)	136	225				361
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	—			—	47	47
Passivos subordinados	—			10.314		10.314
	136	225		26.321	47	26.729
Capital						44.58
						70.887

11 Instrumentos financeiros continuação

2007	Detido para negociação £m	Derivados de cobertura £m	Empréstimos e contas a receber £m	Outros (custo amortizado) £m	Activos / passivos não financeiros £m	Total £m
Activo						
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	—		7.686			7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes (3)	—		307			307
Investimentos em empresas do Grupo					43.542	43.542
Derivados (3)	173					173
Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos	—		—		127	127
	173	—	7.993		43.669	51.835
Passivo						
Depósitos por bancos (4)	—			5.572		5.572
Títulos de dívida em emissão	—			13.453		13.453
Derivados (2)	125	54				179
Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos	—			—	8	8
Impostos diferidos	—				3	3
Passivos subordinados	—			7.743		7.743
	125	54		26.768	11	26.958
Capital						24.877
						51.835

Notas:

(1) Inclui montantes devidos a subsidiárias de £31.238 milhões (2008 - £27.031 milhões; 2007 - £7.130 milhões).

(2) Devidos a subsidiárias.

(3) Devido a subsidiárias.

(4) Inclui montantes devidos a subsidiários de £4 milhões (2008 - £1.706 milhões; 2007 - £5.572 milhões).

Montante incluídos na demonstração de resultados consolidada

	Grupo		
	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Ganhos/(perdas) em activos/passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados	1.441	(901)	1.074
(Perdas)/ganhos em alienações ou liquidações de empréstimos e contas a receber	(573)	4	3

Reclassificação de instrumentos financeiros

O Grupo reclassifica os activos financeiros das categorias detidos para negociação (HFT) e disponíveis para venda (AFS) para a categoria empréstimos e contas a receber (LAR) (conforme permitido pelo parágrafo 50D da IAS 39, como emendada) e da categoria detido para negociação para a de disponível para venda (conforme permitido pelo parágrafo 50B da IAS 39, como emendada).

A turbulência nos mercados financeiros durante o segundo semestre de 2008 foi vista pela administração com uma circunstância rara no contexto do parágrafo 50B da IAS 39, como emendada.

O quadro abaixo mostra o valor contabilístico e o justo valor e o efeito nos resultados da reclassificação realizada pelo Grupo em 2008 e 2009.

	2009					
	31 de Dezembro de 2009		Após reclassificação			
	Valor contabilístico £m	Justo valor £m	Income £m	Perdas por imparidade £m	Montante que deveria ter sido reconhecida £m	Redução em lucros ou perdas como resultado da reclassificação £m
Reclassificado de HFT para LAR						
Empréstimos						
Leveraged finance	2.574	2.257	109	(902)	482	1.275
Obrigações de empresas e outros empréstimos	5.302	4.114	99	(361)	(321)	(59)
	7.876	6.371	208	(1.263)	161	1.216
Títulos de dívida						
CDO	21	21	2	—	2	—
RMBS	1.532	1.168	(115)	—	(25)	90
CMBS	826	596	(44)	—	24	68
CLO	647	536	(43)	(16)	39	98
Outros ABS	1.145	1.070	(13)	—	—	13
Outro	886	882	34	—	254	220
	5.057	4.273	(179)	(16)	294	489
Total	12.933	10.644	29	(1.279)	455	1.705
Reclassificado de HFT para AFS (1)						
Títulos de dívida						
CDO	1.170	1.170	35	(226)	40	231
RMBS	3.042	3.042	335	(84)	460	209
CMBS	63	63	(2)	—	11	13
CLO	2.676	2.676	57	—	704	647
Outros ABS	508	508	20	—	44	24
Outro	142	142	(3)	(118)	34	155
	7.601	7.601	442	(428)	1293	1.279
Títulos de participação	28	28	(1)	—	—	1
	7.629	7.629	441	(428)	1293	1.280
Reclassificado de AFS para LAR: (2)						
Títulos de dívida	869	745	21	—	21	—
Total	21431	19.018	491	(1.707)	1769	2.985

Notas:

(1) O montante levado para reservas AFS foi de £1.067 milhões

(2) O montante que deveria ter sido levado para reservas AFS se não tivesses ocorrido a reclassificação £(73) milhões.

11 Instrumentos financeiros continuação

O quadro seguinte é para reclassificação em 2009. Os valores do balanço destes activos, o efeito da reclassificação na demonstração de resultados do período a partir da data de reclassificação até 31 de Dezembro de 2009 e os ganhos e perdas relativos a estes activos registados na demonstração de resultados para os anos terminados em 31 de Dezembro de 2009, 2008 e 2007 como se segue:

										2009	2008	2007
	2009 – na reclassificação			31 de Dezembro de 2009		Após reclassificação						
	Valor contabilístico	Taxa de juro efectiva	Fluxos de caixa esperados	Valor contabilístico	Justo valor:	Ganhos/(perdas) até à data de reclassificação	Proveitos	Perdas por imparidade	Montante que deveria ter sido reconhecido	Redução em lucros ou perdas resultantes da reclassificação	Ganhos/(perdas) reconhecidos na demonstração de resultados em exercícios anteriores	
	£m	%	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Reclassificado de HFT para LAR												
Empréstimos												
Leveraged finance	510	13,37	1.075	—	—	—	(70)	(71)	(141)	—	(76)	—
Obrigações de empresas e outros empréstimos	1230	2,85	1.565	887	924	(103)	26	(180)	(115)	39	14	25
	1.740		2.640	887	924	(103)	(44)	(251)	(256)	39	(62)	25
Títulos de dívida												
RMBS	86	3,30	94	78	74	(2)	2	—	(3)	(5)	(3)	—
CMBS	64	2,17	67	41	36	(3)	(6)	—	(10)	(4)	(14)	—
Outros ABS	39	2,51	41	7	7	1	1	—	—	(1)	(10)	—
Outro	66	13,19	147	64	71	(29)	3	—	11	8	(12)	—
	255		349	190	188	(33)	—	—	(2)	(2)	(39)	—
Total	1995		2.989	1.077	1.112	(136)	(44)	(251)	(258)	37	(101)	25

O quadro seguinte é para reclassificação em 2008. Os valores do balanço destes activos, o efeito da reclassificação na demonstração de resultados do período a partir da data de reclassificação até 31 de Dezembro de 2008 e os ganhos e perdas relativos a estes activos registados na demonstração de resultados para os anos terminados em 31 de Dezembro de 2008, 2007 e 2006 como se segue:

	2008										2007	2.006
	2008 – na reclassificação			31 de Dezembro de 2008		Após reclassificação						
	Valor contabilístico	Taxa de juro efectiva	Fluxos de caixa esperados	Valor contabilístico	Justo valor:	Ganhos/(perdas) até à data de reclassificação	Proveitos	Perdas por imparidade	Montante que deveria ter sido reconhecido	Redução em lucros ou perdas resultantes da reclassificação	Ganhos/(perdas) reconhecidos na demonstração de resultados em exercícios anteriores	
	£m	%	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Reclassificado de HFT para LAR												
Empréstimos												
Leveraged finance	3602	10,14%	6091	4.304	2.714	(456)	455	—	(1.015)	1470	(155)	—
Obrigações de empresas e outros empréstimos	5205	6,03%	7752	6.053	5.143	(74)	267	—	(639)	906	(46)	3
	8.807		13.843	10.357	7.857	(530)	722	—	(1.654)	2376	(201)	3
Títulos de dívida												
CDO	215	4,92%	259	236	221	4	5	—	(11)	16	5	6
RMBS	1765	6,05%	2136	2.059	1.579	(115)	171	—	(293)	464	(12)	—
CMBS	1877	4,77%	2402	2.144	1.776	(42)	50	—	(293)	343	(19)	—
CLO	835	6,34%	1141	1.121	851	(22)	104	—	(164)	268	(14)	(2)
Outros ABS	2203	5,07%	3203	2.242	1.943	(68)	129	—	(151)	280	3	(1)
Outro	2548	2,64%	2778	2.615	2.401	73	7	—	(162)	169	95	476
	9.443		11.919	10.417	8.771	(170)	466	—	(1.074)	1540	58	479
Total	18250		25.762	20.774	16.628	(700)	1.188	—	(2.728)	3916	(143)	482
Reclassificado de HFT para LAR												
Títulos de dívida (1)												
CDO	3592	10,32%	5607	1.346	1.346	(994)	(514)	(446)	(1.468)	508	(400)	—
RMBS	5205	8,03%	8890	5.171	5.171	(531)	21	—	(131)	152	(4)	74
CMBS	590	6,65%	836	256	256	(110)	(48)	—	(408)	360	4	—
CLO	3498	4,89%	4257	3.759	3.759	(353)	(797)	—	(1.633)	836	36	1
Outros ABS	1323	5,70%	2013	712	712	(185)	(36)	—	(5)	(31)	(42)	72
Outro	756	10,17%	1311	777	777	—	131	—	(3)	134	(1)	—
	14964		22.914	12.021	12.021	(2.173)	(1.243)	(446)	(3.648)	1959	(407)	147
Acções	34	—	32	26	26	(9)	—	—	(9)	9	13	—
	14998		22.946	12.047	12.047	(2.182)	(1.243)	(446)	(3.657)	1.968	(394)	147
Reclassificado de AFS para LAR:												
Títulos de dívida (1)	694	1,38%	760	1.016	956	(12)	6	—	6	—	—	—
Total	33942		49.468	33.837	29.631	(2.894)	(49)	(446)	(6.379)	5884	(537)	629

Notas:

(1) O montante levado para reservas AFS foi de£(2.193) milhões.

(2) O montante que estaria em reservas AFS se a reclassificação não tivesse ocorrido é £(37) milhões.

(3) O quadro acima foi reexpresso.

Avaliação de instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor

Ambiente de controlo

O ambiente de controlo do Grupo para determinação do justo valor de instrumentos financeiros inclui protocolos formalizados para revisão e validação independente dos negócios que realizam nas transacções. Há controlos específicos para garantir políticas e procedimentos de preços consistentes, incorporando uma verificação de preços disciplinada. O Grupo garante que é dada uma atenção especial para transacções à medida, produtos estruturados, produtos ilíquidos e outros activos a que é difícil determinar o preço.

Um elemento essencial no ambiente de controlo é o processo de verificação independente dos preços (IPV). As avaliações são, primeiro, calculadas pela divisão que realizou a transacção. Essas avaliações podem ser directas de preços disponíveis, ou podem ser derivados através de um modelo e dados de modelo variáveis. Estas avaliações são analisadas e, se necessário, alteradas por uma equipa, independente daqueles que negoceiam os instrumentos financeiros, revendo as avaliações à luz das evidências de determinação de preço. A IPV é executada com uma frequência que se adeqúe à disponibilidade dos dados independente. Para instrumentos líquidos, o IPV é executado diariamente. A frequência mínima de de análise no Grupo é mensal para exposições na carteira bancária regulamentar. O controlo IPV inclui relato e escalada formalizados e quaisquer diferenças de avaliação em infracção em limiares definidos. A Global Pricing Unit determina a política IPV, monitoriza a adesão à política e executa a análise independente adicional em questões de avaliação altamente subjectivas.para a GBM e Non-Core.

Certos activos na divisão Non-Core são comparativamente mais difíceis e subjectivos de avaliar. A avaliação destas carteiras estão sujeitas a um nível superior de análise através de uma comissão de avaliação Non-Core adicional que inclui representantes sénior da função de negociação, gestão de risco e Global Pricing Unit, que reúne regularmente e é responsável pela monitorização, avaliação e aumento da adequação das técnicas de avaliação a ser adoptadas para esses instrumentos.

Os modelos de avaliação estão sujeitos a um processo de revisão que exige níveis diferentes de documentação, teste e revisão de modelos, dependendo da complexidade do modelo e a dimensão da exposição do Grupo. Um elemento essencial do ambiente de controlo sobre o modelo em uso na Grupo é uma comissão de análise do produto modelado, constituída por peritos avaliados de várias funções do Grupo. Esta comissão estabelece a política para documentação, teste e análise do modelo, e dá prioridade a modelos com exposição significativa para análise pelo Centro de Pesquisa Quantitativa do Grupo. A avaliação potencial da incerteza é o dado de entrada principal na determinação da análise do modelo nessas reuniões. O Centro de Pesquisa Quantitativa, que é independente das operações de negociação, avalia a adequação da aplicação do modelo ao produto, a solidez matemática do modelo e (quando apropriado) considera abordagens de modelação alternativas.

A comissão de controlo das avaliações da gestão de topo da GBM, reúne-se formalmente todos os meses para discutir a questões de formação interna de preços, reserva e avaliação relativamente as exposições tanto de GBM como Non-Core. Todas as mudanças relevantes de metodologia exigem análise e ratificação pela comissão. A comissão inclui especialistas de avaliação que representam várias funções de revisão independente, incluindo Risco de Mercado, o centro de pesquisa quantitativa e financiamento.

A Comissão de Avaliação Executiva do Grupo discute as questões escaladas pela comissão de análise do produto modelado, comissão de controlo da avaliação de gestão de topo da GBM e outras questões relevantes. A comissão abrange questões importantes, materiais e subjectivas, dentro da actividade de negociação. A comissão dará a ratificação pela adequação das áreas com uma muito residual incerteza de avaliação. Os membros da Comissão incluem o Group Finance Director, Group Chief Accountant, Head of Group Market Risk, CFO da GBM e CFO da Non-Core e representação de negociação de *front office* e departamento de financiamento.

Técnicas de avaliação

O Grupo utiliza uma série de metodologias para determinar o justo valor de instrumentos financeiros relativamente aos quais não estão disponíveis no mercado preços observáveis nos mercados activos para instrumentos idênticos. Estas técnicas incluem metodologias de valor relativo baseadas em preços observáveis para instrumentos similares, metodologias de valor actual em que os futuros fluxos de caixa deste activo ou passivo são estimados e subsequentemente descontados utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco; e modelos de preços de opções (tal comos Black-Scholes ou modelos de preço de opções binomiais) e modelos como Monte-Carlo.

Os principais dados para estas técnicas de avaliação estão indicados abaixo. Os valores entre e para além dos pontos de dados disponíveis são obtidos por interpolação e extrapolação. Quando se utiliza técnicas de avaliação, o justo valor pode ser significativamente afectado pela escolha do modelo de avaliação e pressupostos subjacentes feitos em relação a factores como montantes e momentos dos fluxos de caixa, taxas de desconto e risco de crédito.

- Preços de obrigações – os preços cotados estão geralmente disponíveis para os títulos do tesouro, certos títulos de empresas e alguns produtos relacionados com hipotecas.

- *Spreads* de crédito – quando disponíveis, são derivados dos preços dos CDS ou outros instrumentos baseados no crédito, como os títulos de dívida. Para outros, os *spreads* de crédito são obtidos dos serviços de fixação de preço.

- Taxas de juro – são principalmente taxas de juro de referência, como a London London Inter-Bank Offered Rate (LIBOR) e taxas de juro cotadas nos mercados de *swaps*, obrigações e futuros.

- Taxas de câmbio – existem mercados observáveis, tanto contratos *spot* como *forward* e ainda futuros, nas divisas mais importantes do mundo.

- Preços das acções e de índices de acções – os preços cotados estão regra geral facilmente disponíveis para acções de participação cotadas nas maiores bolsas de valores mundiais e para os principais índices dessas acções.

- Preços de matérias-primas – muitas mercadorias são activamente negociadas em contratos *spot*, *forwards* e futuros nas bolsas de Londres, Nova Iorque e outras praças comerciais.

- Volatilidades e correlações de preço – a volatilidade é um parâmetro de avaliação da tendência de um preço para mudar ao longo do tempo. A correlação mede o grau até ao qual dois ou mais preços ou outras variáveis são observados no seu movimento conjunto. Se se movimentarem na mesma direcção existe uma correlação positiva. Se se movimentarem em direcções opostas existe uma correlação negativa. A volatilidade é o principal dado na avaliação das opções e do valor de certos produtos como os derivados com mais do que uma variável subjacente que está dependente da correlação. Os valores de volatilidade e correlação são obtidos com base nas cotações dos corretores, nos serviços de fixação de preços ou derivados das opções das acções.

- Taxas de pré-pagamento – o justo valor de um instrumento financeiro que pode ser pago antecipadamente pelo emitente ou mutuário difere do de um instrumento que o não pode ser. Na avaliação de instrumentos susceptíveis de pagamento antecipado que não estão cotados em mercado activo, o Grupo integra o valor da opção de pagamento antecipado.

- *Spreads* de crédito de contrapartes – é feito ajustamento aos preços (ou parâmetros) de mercado quando a solvabilidade da contraparte difere da contraparte pressuposta no preço de mercado (ou parâmetros).

- Taxas de recuperação / perda dada o incumprimento – são utilizadas como um parâmetro para os modelos de avaliação e reserva para os ABS e outros produtos de crédito como um indicador da gravidade das peras no incumprimento. As taxas de recuperação são principalmente retiradas de fornecedores de dados de mercado ou inferidas de *spreads* de crédito observáveis.

A fim de determinar um justo valor fiável, se for caso disso, o Grupo aplica ajustamentos à informação de preços derivada das fontes mencionadas. Esses ajustes reflectem a avaliação do Grupo de factores que os participantes do mercado considerariam na definição de um preço, na medida em que estes factores não tenham sido incluídos nas informações provenientes das fontes mencionadas. Além disso, em uma base contínua, o grupo avalia a adequação de qualquer modelo utilizado. Na medida em que o preço previsto por modelos internos não representa o justo valor do instrumento, por exemplo, condições de mercado muito difíceis, o Grupo faz ajustes ao modelo de avaliação para calibrar a outras fontes de preços disponíveis. Quando forem utilizados dados não observáveis, o Grupo pode determinar uma gama de valores possíveis e com base em cenários diferentes e de stress para determinar a sensibilidade associada à avaliação. Ao estabelecer o justo valor de um instrumento financeiro, utilizando uma técnica de avaliação, o Grupo considera alguns ajustamentos ao preço de modelo que os participantes do mercado fariam ao determinarem o preço desse instrumento. Estes ajustamentos incluem a qualidade de crédito da contraparte e ajustes para corrigir as avaliações do modelo para todas as limitações conhecidas.

No reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros avaliados utilizando técnicas de avaliação incorporando a informação que não os dados observáveis do mercado, qualquer diferença entre o preço de transacção e o que foi derivado pela técnica de avaliação é diferida. Tais montantes são reconhecidos nos resultados durante a vida da transacção; quando os dados do mercado se tornam observáveis; ou quando a transacção vence ou é fechada, conforme apropriado. Em 31 de Dezembro de 2009, os ganhos líquidos de £204 milhões (2008 - £102 milhões; 2007 - £72 milhões) foram transitados no balanço. Durante o ano, os ganhos líquidos de £127 milhões (2008 - £89 milhões; 2007 - £67 milhões) foram

diferidos e £25 milhões (2008 - £65 milhões; 2007 - £10 milhões) reconhecidos na demonstração de resultados.

Avaliação de reservas

Quando se avaliam instrumentos financeiros na carteira de negociação, os ajustamentos são feitos às avaliações de *mid-market* para cobrir a *spread bid/offer*, liquidez e risco de crédito.

As reservas e ajustamentos de avaliação incluem:

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Ajustamentos da avaliação de crédito:			
Seguradoras *monolines*	3.796	5.988	862
CDPC	499	1.311	44
Outras contrapartes	1.588	1.738	263
	5.883	9.037	1.169
Bid-offer e reservas de liquidez	2.814	3.260	1.154
	8.697	12.297	2.323
Ajustamentos da avaliação de débito:			
Títulos de dívida em emissão	(2.331)	(2.373)	(456)
Derivados	(467)	(450)	—
Total de ajustamentos da avaliação de débito:	(2.798)	(2.823)	(456)
Total reservas	5.899	9.474	1.867

Os ajustamentos de avaliação de crédito (CVA) representam uma estimativa do ajustamento ao justo valor que o participante de mercado faria para incorporar o risco de crédito inerente em exposições de derivados de contraparte. O grupo faz esses ajustamentos de créditos para exposições derivadas que têm para com contrapartes, bem como ajustamentos de avaliação de débito para passivos emitidos pelo Grupo. O CVA é discutido em Gestão de risco, capital e liquidez – Exposições à turbulência do mercado – Ajustamentos de avaliação de crédito (páginas 193 a 199). *Bid-offer* e reservas de liquidez e crédito próprio são discutidos abaixo.

Bid-offer e reservas de liquidez
As posições de negociação são ajustadas para níveis de compra (bid) - para activos -, ou venda (offer) - para passivos -, ao marcar posições individuais com base em caixa directamente para fazer *bid* ou a *offer* ou tomando reservas *bid-offer* calculadas numa base de carteiras para derivados.

A abordagem *bid-offer* é baseada nos *spreads* de mercado actuais e em categorias standard de mercado de risco. Os dados de risco são usados como fonte primária de informação nos cálculos *bid-offer* e é agregada quando é mais granular do que as categorias standards de mercado.

Os ajustamentos *bid-offer* para cada factor de risco são determinados pela agregação de exposições de risco similares resultantes em diferentes produtos. Reservas adicionais de base *bid/offer* são tomadas quando estas são imputadas no mercado. O risco associado com exposições subjacentes não idênticas não é compensado a menos que haja evidência de que o custo de fecho da exposição de risco combinado é inferior ao custo de fecho numa base individual. Por exemplo, a metodologia de taxa de juro *delta bid-offer* (quando vista isoladamente) permite a agregação do risco através de diferentes bases de tempo restante (tenor). As reservas *bid-offer* nesta base são então aplicadas para compensar dentro do cálculo (original) *delta bid-offer*.

Os *spreads bid-offer* variam por vencimento e tipo de risco para reflectirem diferentes *spreads* no mercado. Para posições onde não há cotação observável, os *spreads bid-offer* são aumentados em comparação com elementos aproximados para reflectir a liquidez ou observabilidade reduzidas. As metodologias *bid-offer* também incorporam activadores de liquidez onde forem aplicados *spreads* maiores aos riscos acima de limiares pré-definidos.

A compensação é aplicada por várias categorias de risco onde há indícios de mercado para suportar isto. Por exemplo, os efeitos da compensação de calendário e compensação *cross strike* são tomados em conta quando esses negócios ocorrem regularmente no mercado. A compensação também se aplica quando risco longo e risco curto em duas categorias diferentes de risco pode ser liquidada numa única transacção do mercado a menos custo do que através de duas transacções separadas (liquidação do risco categorizado individual em separado).

O risco *vanilla* em produtos exóticos é tipicamente reservado como parte da carteira global baseada no cálculo, p. ex., o risco delta e veja é incluído dentro dos cálculos da *bid-offer* delta e vega. A agregação de risco resultante de modelos diferentes está em linha com as práticas de gestão de risco do Grupo; o processo de controlo da análise do modelo considerar a adequação da selecção do modelo a este respeito.

Os riscos relacionados com os produtos, tais como o risco de correlação reservas específicas de bid-offer. São fornecidas reservas adicionais para produtos exóticos para garantir que as reservas globais se adequam aos custos de fecho do mercado. Estes custos incorporam inerentemente a deterioração dos discos e os efeitos transversais, que dificilmente serão adequadamente reflectidas na cobertura estática baseada em instrumentos *vanilla*.

Quando há uma informação *bid-offer* limitada por um produto, é assumida uma abordagem conservadora, tomando em conta a abordagem de formação de preços e a estratégia de gestão de riscos.

Os custos de fecho de risco de mercado excluindo CVA foram £2.814 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £3.260 milhões; 2007 - £1.154 milhões).

Crédito próprio

Quando avalia passivos financeiros registados ao justo valor, o Grupo tem em conta o efeito da sua própria posição de crédito. As categorias de passivos financeiros em que são feitos os ajustamentos de *spread* de crédito próprio são a dívida emitida detida ao justo valor, incluindo obrigações de notas estruturadas, e derivados. Um ajustamento de crédito próprio é aplicado a posições, quando se acredita que as contrapartes considerarão a solvabilidade do Grupo quando fixar os preços do modelo.

Para a dívida emitida e obrigações estruturadas, este ajustamento é baseado em cotações independentes de participantes de mercado para *spreads* de emissão de dívida acima das taxas interbancárias médias (numa gama de tempos restantes) que o mercado procuraria quando comprasse novas emissões *senior* ou *sub-debt* do Grupo. Quando necessário, estas cotações são interpoladas utilizando uma forma de curva para os preços CDS.

O ajustamento de crédito próprio:

- não altera os fluxos de caixa
- não é utilizados para gestão de desempenho; e
- não é considerado para os processos de relato do capital regulamentar.

O justo valor dos passivos financeiros derivados do Grupo reflecte o risco de crédito próprio do Grupo. Os ajustamentos tomando em conta o colateral colocado pelos Grupo e os efeitos de acordos-quadro de compensação.

O momento de reserva entre períodos não será igual ao lucro ou perda relatado por crédito próprio. As reservas do balanço são formuladas por conversão dos saldos de divisas subjacentes a taxas *spot* para cada período enquanto a demonstração de resultados inclui cessões de divisas intra-período.

O efeito na alteração nos *spreads* de crédito pode ser revertida em períodos futuros.

O quadro abaixo mostra os ajustamentos aos *spreads* de crédito próprio em passivos próprios.

	Títulos de dívida em emissão				
Ajustamento crédito próprio cumulativo	Detido para negociação (1) £m	Designado ao justo valor através dos resultados £m	Total £m	Derivados (2) £m	Total £m
Em 31 de Dezembro de 2009	1.237	1.094	2.331	467	2.798
Em 31 de Dezembro de 2008	1.346	1.027	2.373	450	2.823
Em 31 de Dezembro de 2007	304	152	456	—	456
Valores contabilísticos dos passivos subjacentes	£mm	£mm	£mm	£mm	£mm
Em 31 de Dezembro de 2009	36,6	13,3	49,9	16,8	66,7
Em 31 de Dezembro de 2008	25,5	16,9	42,4	43,5	85,9

Notas:

(1) A carteira detida para negociação consiste em emissões de nota de mercado por grosso e de retalho.

(2) O efeito das taxas de câmbio, novas emissões e resgates não são capturados em separado.

11 Instrumentos financeiros continuação

Hierarquia da avaliação

O quadro abaixo mostra os instrumentos financeiros contabilizados ao justo valor por hierarquia – nível 1, nível 2 e nível 3. As técnicas de avaliação, os principais pressupostos na avaliação destes instrumentos e os aumentos e diminuições razoavelmente possíveis em justo valor, baseado em pressupostos alternativos razoavelmente possíveis para instrumentos financeiros de nível 3 estão abaixo indicados;

2009	Total £mm	Nível 1 £mm	Nível 2 £mm	Nível 3 £mm	Nível 3 sensibilidade (2) £m	£m	Técnica de avaliação e pressupostos associados Nível 3
Activo							
Empréstimos e adiantamentos:							
- bancos	45,4	–	45,4	–	–	–	n/a
- clientes	44,3	–	43,2	1,1	80	(40)	Modelo proprietário: spreads de crédito, índices
Títulos de dívida							
Governo	146,8	130,1	16,7	–	–	–	n/a
RMBS	57,7	–	57,2	0,5	30	(10)	Modelo standard indústria taxa de pagamentos antecipados, probabilidade de incumprimento, severidade da perda e yield
CMBS	4,1	–	4,0	0,1	30	–	n/a
CDO	3,6	–	2,6	1,0	130	(80)	Modelo proprietário: avaliação de colateral implícito, taxas de incumprimento, preços da habitação correlação
CLO	8,8	–	8,0	0,8	80	(50)	Modelo de simulação standard do sector spreads de crédito, taxas de recuperação, correlação
Outros ABS	6,1	–	5,2	0,9	120	(40)	Modelo proprietário: spreads de crédito,
Empresas	11,4	–	10,8	0,6	70	(20)	Modelo proprietário: spreads de crédito
Outros ((3)	18,9	0,2	18,5	0,2	10	(30)	Modelo proprietário: spreads de crédito
	257,4	130,3	123,0	4,1	470	(230)	
Acções	19,5	15,4	2,6	1,5	280	(220)	Declarações de avaliação: avaliação de financiamento
Derivados							
Divisa	69,4	–	69,2	0,2	10	–	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Taxa de juro	323,6	0,3	321,8	1,5	80	(100)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Acções	6,5	0,4	5,8	0,3	20	(20)	Modelo proprietário; volatilidade, correlação, dividendos
Matérias-primas	0,3	–	0,3	–	–	–	n/a
Crédito - APS	1,4	–	–	1,4	1.370	(1.540)	Modelo proprietário: correlação, perdas esperadas, taxas de recuperação, spreads de crédito
Crédito - outro	40,3	0,1	37,2	3,0	420	(360)	Modelo proprietário, opção de sector e modelos de correlação: risco de crédito de contraparte, correlação, volatilidade
	441,5	0,8	434,3	6,4	1.900	(2.020)	
Total do activo	808,1	146,5	648,5	13,1	2.730	(2.510)	
Passivo							
Depósitos:							
- bancos	53,6	–	53,6	–	–	–	n/a
- clientes	61,4	–	61,3	0,1	–	(10)	Modelo proprietário: spreads de crédito correlação
Títulos de dívida em emissão	45,5	–	43,2	2,3	50	(10)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Posições curtas	40,5	27,1	13,2	0,2	10	(20)	Modelo proprietário: spreads de crédito, correlação
Derivados							
Divisa	63,9	–	63,9	–	–	–	n/a
Taxa de juro	311,4	0,1	310,5	0,8	40	(60)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Acções	9,5	1,0	8,3	0,2	20	(70)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação, dividendos
Matérias-primas	0,2	–	0,2	–	–	–	n/a
Crédito	39,1	–	38,1	1,0	80	(100)	Modelo CVA proprietário, opção de sector e modelos de correlação: risco de crédito de contraparte, correlação, volatilidade
	424,1	1,1	421,0	2,0	140	(230)	
Outros passivos financeiros (4)	1,3	–	1,3	–	–	–	n/a
Total passivo	626,4	28,2	593,6	4,6	200	(270)	

2008	Total £mm	Nível 1 £mm	Nível 2 £mm	Nível 3 £mm	Nível 3 sensibilidade (2) £mm	£mm	Técnica de avaliação e pressupostos associados Nível 3

Assets							
Empréstimos e adiantamentos:							
- bancos	56,2	–	56,2	–	–	–	n/a
- clientes	53,6	–	50,5	3,1	70	(50)	Modelo proprietário: spreads de crédito, indices
Títulos de dívida							
Governo	105,9	68,7	37,2	–	–	–	n/a
RMBS	72,8	–	72,3	0,5	40	(90)	Modelo standard indústria taxa de pagamentos antecipados, probabilidade de incumprimento, severidade da perda e yield
CMBS	3,9	–	3,3	0,6	30	(30)	n/a
CDO	8,6	–	6,9	1,7	410	(440)	Modelo proprietário: avaliação de colateral implícito, taxas de incumprimento, preços da habitação correlação
CLO	8,7	–	7,7	1,0	40	(40)	Modelo de simulação standard do sector spreads de crédito, taxas de recuperação, correlação
Outros ABS	8,1	–	6,6	1,5	10	(10)	Modelo proprietário: spreads de crédito
Empresas	18,0	0,9	15,8	1,3	40	(40)	Modelo proprietário: spreads de crédito
Outros (3)	28,6	4,1	24,2	0,3	–	–	Modelo proprietário: spreads de crédito
	254,6	73,7	174,0	6,9	570	(650)	
Acções	26,3	15,4	9,8	1,1	80	(160)	Declarações de avaliação: avaliação de financiamento
Derivados							
Divisa	173,3	2,2	171,0	0,1	–	–	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Taxa de juro	654,8	0,4	652,9	1,5	80	(80)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Acções	9,2	0,5	8,6	0,1	–	(10)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação, dividendos
Matérias-primas - Sempra	11,6	–	11,0	0,6	50	(50)	n/a
Matérias-primas - outros	1,3	–	1,3	–	–	–	Modelo proprietário: spreads de crédito, correlação, perdas e recuperações esperadas
Crédito	142,4	0,8	133,6	8,0	1.030	(1.200)	Modelo proprietário, opção de sector e modelos de correlação: risco de crédito de contraparte, correlação, volatilidade
	992,6	3,9	978,4	10,3	1.160	(1.340)	
Total do activo	1383,3	93,0	1.268,9	21,4	1.880	(2.200)	
Passivo							
Depósitos:							
- bancos	81,1	–	81,1	–	–	–	n/a
- clientes	64,0	–	63,7	0,3	–	–	Modelo proprietário: spreads de crédito, correlação
Títulos de dívida em emissão	51,4	–	47,0	4,4	190	(170)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Posições curtas	42,5	36,0	6,5	–	–	–	Modelo proprietário: spreads de crédito, correlação
Derivados							
Divisa	173,4	2,2	171,2	–	–	–	n/a
Taxa de juro	641,0	0,4	639,7	0,9	90	(90)	Modelo proprietário: volatilidade, correlação
Acções	12,2	0,9	11,2	0,1	–	–	Modelo proprietário: volatilidade, correlação, dividendos
Matérias-primas - Sempra	10,9	–	10,5	0,4	30	(30)	n/a
Matérias-primas - outros	1,2	–	1,2	–	–	–	Modelo proprietário: spreads de crédito, correlação, perdas e recuperações esperadas
Crédito	132,7	0,1	130,0	2,6	180	(160)	Modelo proprietário, opção de sector e modelos de correlação: risco de crédito de contraparte, correlação, volatilidade
	971,4	3,6	963,8	4,0	300	(280)	
Outros passivos financeiros (4)	1,8	–	1,5	0,3	60	(40)	
Total passivo	1212,2	39,6	1.163,6	9,0	550	(490)	

Montantes classificados como disponíveis para venda incluem:

	Total	Nível 1 (1)	Nível 2 (1)	Nível 3 (1)	Nível 3 sensibilidade (2)	
	£mm	£mm	£mm	£mm	£m	£m
2009						
Títulos de dívida	143,3	70,3	71,7	1,3	90	(50)
Acções	2,9	0,5	1,7	0,7	100	(90)
	146,2	70,8	73,4	2,0	190	(140)
2008						
Títulos de dívida	132,8	20,9	108,9	3,0	90	(120)
Acções	7,2	4,8	2,1	0,3	60	(110)
	140,0	25,7	111,0	3,3	150	(230)
2007						
Activo						
Empréstimos e adiantamentos						
- bancos	71,6	–	71,5	0,1	–	–
- clientes	106,9	–	93,8	13,1	160	(120)
Títulos de dívida	292,0	115,2	164,1	12,7	330	(460)
Acções	53,0	42,3	9,0	1,7	70	(70)
Derivados	277,4	1,9	270,3	5,2	50	(50)
Total do activo	800,9	159,4	608,7	32,8	610	(700)
Passivo						
Depósitos por bancos e clientes	133,4	–	132,0	1,4	10	(10)
Títulos de dívida em emissão	51,3	–	42,1	9,2	30	(30)
Posições curtas	73,5	63,6	9,9	–	–	–
Derivados	272,1	2,1	265,6	4,4	70	(70)
Outros passivos financeiros (4)	1,1	–	0,9	0,2	10	(10)
Total passivo	531,4	65,7	450,5	15,2	120	(120)

Notas:

(1) Nível 1: avaliado usando preços cotados não ajustados em mercados activos, exemplo incluem títulos de governos de G10, acções cotadas, certos derivados negociados na bolsa e certos títulos de agências dos EUA.

Nível 2: inclui a maioria dos títulos das agências governamentais, obrigações de empresas investment-grade, certos produtos de hipotecas, a maiorias dos empréstimos bancários e créditos de curto prazo, *repos* e *reverse repos*, acções cotadas menos líquidas, obrigações estaduais e municipais, as mercadorias mais físicas, contratos de investimento emitidos por negócios de seguro de vida do Grupo e certos títulos de mercados monetários e autorizações de empréstimo e maioria dos derivados fora de bolsas.

Nível 3: inclui instrumentos de caixa que se transaccionam de modo pouco frequente, certos empréstimos de hipotecas comercial e sindicados, acções não cotadas, certos juros residuais em titularizações, super sénior tranches de alto grau e mezzanine CDO, outros produtos garantidos por hipotecas e títulos de dívida menos líquidos, certos títulos de dívida estruturados em emissão, derivados fora de bolsa em que a avaliação depende de contributos não observáveis como certos créditos e derivados exóticos. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumentos avaliado utilizando uma técnica que incorpora dados não observáveis significativas.

(2) A sensibilidade represente os efeitos favoráveis e desfavoráveis razoavelmente possíveis, respectivamente em demonstração de resultados ou demonstração de rendimento integral devido a alterações razoavelmente possíveis às avaliações utilizando dados alternativos razoavelmente possíveis às técnicas ou modelos de avaliação do Grupo. Os totais para a sensibilidade não são indicativos do efeito potencial total na demonstração de resultados ou demonstração de rendimento integral.

(3) Principalmente, inclui títulos de dívida emitidos por bancos e sociedades de financiamento imobiliários.

(4) Inclui passivos subordinados e abatimentos relativos a facilidade de empréstimos sindicadas não utilizadas.

Para cada categoria de carteira mostrada no quadro acima, estabelece-se a seguir uma descrição dos tipos de produtos que constituem a carteira e as técnicas de avaliação que são aplicadas na determinação do justo valor, incluindo uma descrição da técnicas de avaliação utilizadas para níveis 2 e 3, e contributos para esses modelos e técnicas. Quando pressupostos alternativos razoavelmente possíveis de dados não observáveis usados nos modelos possam alterar significativamente o justo valor da carteira, os dados alternativos são indicados, Quando houver alterações significativas às técnicas de avaliação durante o ano, será incluída uma discussão sobre as razões para tal.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos no nível 3 são principalmente constituídos por hipotecas comerciais.

Hipotecas comerciais

Estas hipotecas comerciais *senior* e *mezzanine* são empréstimos garantidos sobre terrenos e edifícios comerciais que foram originados ou adquiridos pela Grupo para titularização. As hipotecas comerciais séniores são remuneradas à taxa de juro variável e as hipotecas comerciais *mezzanine* ou mais juniores podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa ou variável. Os factores que têm influência nestes empréstimos podem incluir, de forma não exaustiva, o tipo de empréstimo, o tipo de imóvel subjacente e localização geográfica, taxa de juro do empréstimo, os rácios do principal sobre o activo, os rácios de cobertura do serviço da dívida, as taxas de pagamentos antecipados, a informação sobre perdas cumulativas de empréstimos, *yields*, procura dos investidores, volatilidade do mercado desde a última titularização e aumento da qualidade creditícia. Quando não estão disponíveis preços de mercado observáveis para um determinado empréstimo, o justo valor será normalmente determinado com referência às transacções de mercado observáveis noutros empréstimos ou produtos de crédito relacionados, incluindo títulos de divida e derivados de crédito. São feitos pressupostos sobre a relação entre o empréstimo e os dados de referência disponíveis.

Títulos de dívida

RMBS

Os RMBS em que os activos subjacentes são hipotecas apoiadas por agências dos EUA e em que há uma negociação regular são geralmente classificadas como nível 2 na hierarquia do justo valor. Os RMBS também são classificados como nível 2 quando a negociação regular não é prevalecente no mercado, mas negócios similares executados ou dados terceiros, incluindo índices, cotações de corretores e serviços de determinação de preço, podem ser utilizados para substanciar o justo valor. O RMBS são classificados como nível 3 quando a actividade de negociação não está disponível e é utilizado um modelo que utiliza dados não observáveis significativos.

Ao determinar se um instrumento é similar ao que está ao ser avaliado, o Grupo considera uma série de factores, principalmente: as normas de empréstimos dos corretores e tomadores firmes que originaram as hipotecas, o *lead manager* da garantia, a data de emissão das respectivas obrigações, a composição do activo subjacente (incluindo data de originação, rácios do principal sobre o activo, informações de perdas históricas e zona geográfica das hipotecas), a notação de crédito do instrumento e qualquer protecção de crédito de que o instrumento possa beneficiar, tal como seguro integrado ou tranches subordinadas. Onde houver casos de dados de mercado observáveis para várias tranches RMBS similares, o Grupo considera a extensão das características similares partilhadas com o instrumento a ser avaliado, juntamente com a frequência, duração restante e natureza dos negócios que foram observados. Este método é utilizado mais frequentemente nos RMBS dos EUA e Reino Unido. Os RMBS originados de hipotecas espanholas e holandesas, garantidos por esses governos, são avaliadas pelo uso de *spreads* de crédito da dívida do respectivo governo e certos pressupostos feitos pelo Grupo, ou com base em preços observáveis da Bloomberg ou serviços de fixação de preços por consenso.

O Grupo utiliza, em primeiro lugar, um modelo standard do sector para projectar os fluxos de caixa futuros esperado a receber das hipotecas subjacentes e prever como estes fluxos de caixa serão distribuídos pelos vários possuidores do RMBS. Este modelo utilizando dados fornecidos pelo gestor da carteira de hipoteca subjacente, assentes nos pressupostos para pagamentos antecipados da hipoteca, probabilidade de incumprimento, perdas esperadas e *yields*. O Grupo usa dados de fontes terceiras para calibrar os seus pressupostos, incluindo informação de fixação de preços de serviços de preços terceiros, pesquisa independente, cotações de corretores e outras fontes independentes. É feita uma avaliação da fonte de dados terceira para determinar a sua aplicabilidade e fiabilidade. O Grupo ajusta o preço do modelo com um prémio de liquidez para reflectir o preço a que o instrumento pode ser negociado no mercado e também fazer ajustes nas deficiências do modelo.

O justo valor de títulos de cada classe de activos altera-se numa base consistente em resposta às alterações em determinados factores do mercado. No entanto, a extensão da mudança e, por conseguinte, o leque de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode ser mais ou menos pronunciado, dependendo das condições e circunstâncias específicas do título individual. O Grupo

acredita que a probabilidade de incumprimento era o parâmetro menos transparente nas avaliações modeladas dos RMBS Alt-A e *prime* (e a mais sensível às variações).

Commercial mortgage backed securities
Os CMBS são avaliados pela utilização de um modelo standard de sector e os parâmetros, quando possível, são corroborados pelo uso de dados de mercado observáveis.

Collateralised debt obligations
Os CDO comprados a terceiros são avaliados pela utilização de cotações terceiras independentes ou por preços indicativos de *lead manager* independentes. Para as tranches *super senior* de CDO que foram originados pelo Grupo não está disponível informação específica de terceiros. Por conseguinte, a avaliação destes CDO *super senior* tem em conta os resultados de um modelo proprietário, os dados do mercado e ajustamentos de avaliação apropriados.

Uma metodologia de valor de activo líquido de colateral utilizado as marcas do lado comprador para determinar um limite superior para as avaliações *super senior* CDO. Uma avaliação de garantia de índice ABS implícito também é utilizada, o que proporciona um ponto de avaliação calibrado do mercado. Tanto a avaliação de índice ABS implícito como a metodologia de valor de activo líquido colateral aplicam uma abordagem assumida de liquidação imediata assumida.

Collateralised loan obligations
Para determinar o valor justo dos CLO adquiridos a terceiros, o Grupo utiliza cotações de corretores terceiros ou *lead manager* como fonte primária de preços. Estas cotações são aferidas com fontes de determinação de preços por consenso quando elas estão disponíveis.

Para CLO originados e ainda detidos pelo Grupo, o justo valor é determinado utilizando um modelo de correlação baseado num esquema de simulação de Monte Carlo. Os principais parâmetros do modelo são os *spreads* de crédito e taxas de recuperação dos activos subjacentes e suas correlações. É atribuída uma curva de crédito a cada activo subjacente com base nos preços, a partir de cotações de operadores terceiros e perfis de fluxo de caixa, provenientes de um modelo standard do sector. As perdas são calculadas tendo em conta o *attachment point* e o *detachment point* da exposição. Como os parâmetros da correlação para este modelo não são observáveis, os CLO são considerados como nível 3.

Outros títulos garantidos por activos e de dívida de empresas
Quando não estão disponíveis preços de mercado observáveis para um determinado tipo de título de divida, o justo valor será normalmente determinado por referência a transacções de mercado observáveis noutros produtos relacionados, tal como títulos de dívida e derivados de crédito similares. Os pressupostos baseiam-se na relação entre o título de divida em causa e os dados de referência disponíveis. Quando tiver sido aplicado uma significativa apreciação da gestão na identificação do produto relacionado relevante, ou na determinação da relação entre o produto relacionado e o próprio instrumento, a avaliação é mostrada no nível 3.

Acções
Os investimentos de *private equity* incluem participações de unidades e os interesses parceria limitada principalmente em fundos de capital privado, fundos de dívida e fundos de fundos de cobertura. Os fundos geridos externamente são avaliados utilizando os preços recentes disponíveis. Quando não estiver disponível, o justo valor dos investimentos em fundos geridos externamente geralmente é determinado usando declarações ou outras informações fornecidas pelos gestores de fundos.

Embora as avaliações sejam prestados por terceiros, o Grupo reconhece que tais avaliações podem basear-se significativamente em apreciações e estimativas feitas pelos gestores de fundos, especialmente na avaliação de componentes de *private equity*. Após a queda de liquidez nos mercados mundiais, o grupo acredita que há subjectividade suficiente em tais avaliações para os reportar nível 3.

Derivados
Os preços dos derivados são estabelecidos utilizando preços cotados para os mesmos instrumentos ou instrumentos similares quando estes estão disponíveis. No entanto, a maioria dos derivados é avaliada através de modelos de preços. Os dados de entrada para estes modelos são normalmente observados directamente no mercado ou derivados dos preços observados. Contudo, nem sempre é possível observar ou corroborar todos os dados de entrada do modelo. Os dados não observáveis são baseados em estimativas tendo em conta uma gama de informações disponíveis incluindo análise histórica, níveis históricos de negociação, prática de mercado, comparação com outros dados de referência relevantes observáveis e dados de determinação de preços por consenso.

Derivados de crédito – APS
O Grupo comprou protecção de cédito sobre uma carteira de activos e exposições especificados (activos cobertos) do HMT com um valor nominal de £282 mil milhões. A protecção está sujeita a uma primeira

perda de £60 mil milhões e cobre 90% de perdas subsequentes. Uma vez que o activo coberto tenha experimentado um acontecimento activador, as perdas e recuperações em relação a esse activo são incluídos no saldo a receber nos termos do APS. Os recebimentos provenientes do HMT elevar-se-ão, com o tempo, a 90% das perdas acumuladas (líquido de recuperações acumuladas) na carteira de activos cobertos menos o montante de primeira perda.

O Grupo tem o direito de terminar o APS em qualquer altura desde que a Financial Services Authority tenha confirmado por escrito ao HMT que não tem objecções à terminação proposto. Ao terminar, o Grupo tem que pagar ao HMT o mais elevado da libertação de capital regulamentar e £2,5 mil milhões menos prémios pagos, mais o acumulado de montantes recebidos do governo do Reino Unido no âmbito do APS. Em compensação pela protecção fornecida pelo APS, o Grupo pagou um prémio inicial de £1,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2009. Um prémio subsequente de £700 milhões é pagável em 3 de Dezembro de 2010 e, subsequentemente, prémios anuais de £500 milhões até a primeira das duas datas, 2099 e a terminação do acordo.

O APS é um contrato único fornecendo problema de crédito em relação aos activos cobertos: Nos termos do IFRS, a protecção de crédito é tratada como um contrato de garantia financeira ou como um derivado de instrumento financeiro, dependendo das condições do acordo e da natureza dos activos e exposições protegidas. O Grupo concluiu, principalmente por causa da carteira coberta incluir uma exposição significativa na forma de derivados, que o APS não cumpre os critérios para ser tratado como um contrato de garantia financeira. O contrato tem, por isso, que ser contabilizado como um instrumento financeiro derivado. Foi reconhecido inicialmente e mensurado subsequentemente ao justo valor com alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. Não há alteração no reconhecimento e medição dos activos cobertos como resultado do APS.

Quando a protecção é fornecida numa a prioridade específica de exposição, como é o caso do APS, que as perdas iniciais sejam assumidas pelo Grupo, é chamada uma protecção “em tranches”. O modelos a ser usados para avaliar o modelo APS – Cópula Gaussina com recuperações estocástica é utilizado pelo Grupo para avaliar as tranches negociadas pelo balcão de crédito exótico e é um modelo que está a ser correntemente utilizado no mercado mais geral.

A opção de saída dp APS não está, actualmente, presente nesses negócios em tranches e consequentemente, não há prática de mercado standard para reflectir esta parte do negócio dentro do quadro de modelo standard. A abordagem que foi adoptado assumido que o Grupo não sairá do negócio antes de ser atingido o nível mínimo de comissões ter sido atingido e nesse ponto será claro se deve sair da negociação ou não. O derivado de APS é avaliado conforme o pagamento do nível mínimo de comissões em contrapartida das receitas de protecção que estão em excesso tanto da primeira perda como dos prémios totais futuros.

O modelo usa primariamente a seguinte informação, obtida em relação a cada activos individual: nocional, vencimento, probabilidade de incumprimento e taxa de recuperação esperada dado o incumprimento. Outras informação necessária é a correlação entre os activos subjacentes; e a dimensão da primeira perda.

O APS protege uma grande gama de tipo de activos e, por isso, a correlação entre os activos subjacentes não podem ser observados dos dados do mercado. Na ausência disto, o Grupo determina um nível razoável deste parâmetro. A taxa de recuperação esperada dado o incumprimento é baseado em níveis internamente avaliados. A probabilidade de incumprimento é calculada em referência aos dados observadores no mercado. Quando possível, os dados são obtidos para cada activo dentro do APS, mas para a maioria dos activos, esses dados observáveis não existem. Por conseguinte, o parâmetro importante é determinado pela informação disponível para as carteiras em entidades com o mesmo rating. Como os parâmetros no modelo de avaliação não estão todos observáveis, o derivado APS é um derivado de nível 3. O valor da protecção de crédito em 31 de Dezembro de 2009 era de £1,4 mil milhões, representando o prémio inicial pago em 31 de Dezembro de 2009.

O Grupo utilizou os seguintes pressupostos alternativos razoavelmente possíveis em relação àqueles parâmetros que possam ter um efeito significativo na avaliação do APS CDS:

- correlação: +/- 10%
- perdas esperadas nos activos cobertos que activaram: +/- £1 mil milhões
- gama de taxas de recuperação possíveis em activos não activados: +/- 10%
- *spreads* de crédito: +/- 10 pontos-base

Utilizando os pressupostos alternativos razoavelmente possíveis, o justo valor do derivado APS pode ser superior em aproximadamente £1.370 milhões ou inferior em aproximadamente £1.540 milhões.

Derivados de crédito - Outros

Os derivados de crédito do Grupo incluem tranches de carteiras de *vanilla* e personalizadas, produtos de *gap risk* e certos outros negócios únicos. As tranches da carteira personalizadas são tranches sintéticas referenciadas a uma carteira personalizada de nomes de empresas em que o Grupo compra protecção de crédito. As tranches das carteiras personalizadas são avaliadas pelo uso da Cópula gaussiana, um método padrão que utiliza dados de mercados observáveis (*spreads* de crédito, preços de índice de tranche e taxas de recuperação) para gerar um preço resultante para a tranche através de uma metodologia de mapeamento. Em essência, este método leva a perda esperada da tranche expressa como uma fracção da perda esperada da totalidade da carteira subjacente e calcula qual o *detachment point* do índice líquido, e portanto, qual o nível de correlação, coincide com essa fracção das perdas esperadas. Sempre que os dados para esta técnica de avaliação são observáveis no mercado, as tranches personalizadas são consideradas como activos de nível 2. Quando os dados não são observáveis, estas tranches são consideradas como activos de nível 3. No entanto, todas as transacções realizadas com uma contraparte CDPC são consideradas de nível 3, pois a avaliação do risco de crédito de contraparte é um componente significativo destas avaliações.

Os produtos de *gap risk* são negócios alavancados, com a perda potencial da contraparte limitada ao montante do capital inicial investido. O *gap risk* é a probabilidade de que o mercado se mova de forma descontínua demasiadamente rápida para sair de uma carteira e devolver o capital à contraparte, sem incorrer em perdas, caso haja um evento que o desencadeie. Essa opção é incorporada dentro destas estruturas de carteira e muito raramente é negociado abertamente no mercado. O *gap risk* não é observável no mercado e, como tal, estas estruturas são considerados como instrumentos de nível 3.

Outros negócios únicos são avaliados pelo uso de um modelo especializado para cada instrumento e os mesmos dados de entradas de mercado como todos os outros negócios, quando aplicável. Pela sua natureza, a avaliação também é impulsionada por uma variedade de outros dados de entrada no modelo, muitos dos quais não são observáveis no mercado. Onde estes instrumentos incorporaram a opção, ela é avaliada usando uma variação da fórmula de determinação de preço Black-Scholes, e onde eles têm uma exposição de correlação é avaliada pelo uso de uma variante do modelo de Cópula gaussiana. Os dados de entrada de volatalidade ou correlação única são necessárias para avaliar estes produtos são geralmente não observáveis e os instrumentos são, por isso, considerados como instrumentos de nível 3.

Derivados de acções

Os produtos derivados de acções estão divididos em derivados de acções exóticas e híbridos de capital, Os derivados exóticos de acções têm pagamentos baseados no desempenho de uma ou mais acções, fundos de acções ou índices. A maioria dos pagamentos baseia-se no desempenho de um único activo e são avaliados utilizando dados de opção do mercado observáveis. Dados não observáveis e transacções de derivados são opções de cabaz tipicamente complexa sobre acções. Tais pagamentos de opções do cabaz dependem do desempenho de mais do que um activo e exige correlações para a sua avaliação. A avaliação é então executada usando modelos de avaliação standard do sector, com parâmetros de correlação não observáveis calculado por referência a correlações observada entre subjacentes semelhantes.

Os híbridos de capital têm pagamentos baseados no desempenho de um cesto de subjacentes em que os subjacentes são de classes de activos diferentes. As correlações entre estes diferentes subjacentes são tipicamente sem informação do mercado para activos estreitamente relacionados disponíveis, Quando não há mercado para existir o parâmetro da correlação, estes parâmetros são baseados numa série de temporal história.

Derivados de taxas de juros e matérias-primas

As opções de taxa de juros e matérias-primas fornecem um pagamento (ou série de pagamentos), associados ao desempenho de uma ou mais subjacente, incluindo taxas de juros, taxas de câmbio e matérias-primas.

As opções exóticas não são transaccionadas em mercados activos, excepto num pequeno número de casos. Consequentemente, o Grupo usa modelos para determinar o justo valor utilizando técnicas de avaliação típicas do sector. Estas técnicas podem ser divididas, em primeiro lugar, em abordagens de modelização e, por outro, em métodos de avaliação dos níveis adequados para os dados de entradas do modelo. O Grupo usa uma variedade de modelos proprietários para avaliar negócios exóticos.

Os dados de entrada da avaliação das opções exóticas incluem a correlação entre taxas de juros, taxas de câmbio e preços de matérias-primas. Correlações para pares de taxas mais líquidos são avaliadas utilizando níveis de fixação de preços por consenso de fonte independente. Sempre que um valor de referência de preços de consenso não está disponível, estes instrumentos são classificados como nível 3.

Títulos de dívida em emissão

O valor contabilístico dos títulos de dívida em emissão é representado parcialmente por caixa subjacente e parcialmente através de um componente derivado. A classificação do montante em nível 3 é impulsionada por o componente derivado e não pelo elemento de caixa.

Outros instrumentos financeiros

Para além das carteiras discutidas acima, há outros instrumentos financeiro detidos ao justo valor determinado a partir de dados que não são observáveis no mercado, ou incorporando ajustamento materiais para dos observados no mercado. Isto inclui passivos subordinados e abatimentos relativos a facilidade empréstimos sindicados não realizados.

Quadro de movimento da carteira de nível 3

	Em 1 de Janeiro de 2009	Ganhos ou perdas reconhecidos da demonstração de resultados ou SOCI (2)	Transf. Ent/saída e Nível 3	Reclassificação	Compras e emissões	Vendas e liquidações	Divisa	Em 31 de Dezembro de 2009	Ganhos ou perdas relacionados com instrumentos detidos no final do ano
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Activo									
FVTPL (2):									
Empréstimos e adiantamentos	3.148	130	330	(1.537)	22	(898)	(136)	1059	11
Títulos de dívida	3.846	(49)	104	(157)	378	(1.207)	(133)	2782	(165)
Acções	793	(49)	133	–	22	(151)	(37)	711	(48)
Derivados	10.265	(3.672)	(211)	–	1811	(1.301)	(463)	6429	(1.079)
Activos FVTPL	18.052	(3.640)	356	(1.694)	2233	(3.557)	(769)	10981	(1.281)
AFS (3):									
Títulos de dívida	3.102	(376)	(929)	–	128	(491)	(109)	1325	(9)
Acções	325	(141)	632	–	53	(75)	(45)	749	(51)
Activos AFS	3.427	(517)	(297)	–	181	(566)	(154)	2074	(60)
Total do activo	21.479	(4.157)	59	(1.694)	2414	(4.123)	(923)	13055	(1.341)
Passivo									
Depósitos	290	43	(217)	–	15	(23)	(5)	103	–
Títulos de dívida em emissão	4.362	57	(1.682)	–	493	(638)	(247)	2345	(41)
Posições curtas	41	(45)	188	–	4	(4)	–	184	12
Derivados	4.035	(215)	(978)	–	76	(744)	(187)	1987	(244)
Outros passivos financeiros	257	–	–	–	–	(242)	(14)	1	–
Total passivo	8.985	(160)	(2.689)	–	588	(1.651)	(453)	4620	(273)

Notas:

(1) Perdas líquidas reconhecidas na demonstração de resultados e demonstração de rendimento integral foram de £4.257 milhões e £60 milhões, respectivamente. As perdas líquidas nos activos e passivos FVTPL de £3.800 milhões foram incluídos em resultados de actividades de negociação. As perdas líquidas de £457 milhões relacionam-se com os activos AFS e foram registados em proveitos de juros, proveitos de dividendos e perdas por imparidade, como apropriado.

(2) FVTPL: Justo valor através dos resultados.

(3) AFS Disponível para venda

Os activos reduziram-se no ano devido a alienações, abatimentos, transferências e reclassificações. A diminuição em empréstimos e adiantamentos a clientes de £2,089 milhões, reflectiram primariamente a reclassificação de certos empréstimos de financiamento alavancado e de imobiliário de detido para negociações para empréstimos e contas a receber no primeiro semestre do ano. A diminuição em títulos de dívida de £2,841 milhões reflecte a eliminação da carteira de fundos derivados do EUA, £929 milhões de títulos disponíveis para venda transferidos para nível 2 devido a uma observabilidade aumentada, bem como liquidações e abatimentos. Os activos derivados incluíram coberturas com CDPC, crédito ilíquido e derivados de taxa de juros.

A diminuição em títulos de dívida em emissão é devido a uma transferência para nível 2 de £1.600 milhões de notas de seguro da carteira de proporção constante reflectindo a componente mínima residual de acções dentro destas notas em 31 de Dezembro de 2009.

As vendas e liquidações incluem £577 milhões de activos derivados e £437 milhões de passivos derivados relativos à Sempra, incluída nos grupos de alienação em 2009.

Adicionalmente, £1.533 milhões de títulos de dívida de governos não G10, derivados de taxas de câmbios (activos - £1.846 milhões, passivos - £1.836 milhões) foram transferidos de nível 1 para nível 2,reflectindo melhoramentos na classificação de nível hierárquico em 2009.

Justo valor de instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor

O quadro seguinte mostra os valores contabilísticos e os justos valores dos instrumentos financeiros inscritos no balanço a custo amortizado.

	Grupo					
	2009 Valor contabilístico	2009 Justo valor	2008 Valor contabilístico	2008 Justo valor	2007 Valor contabilístico	2007 Justo valor
	£mm	£mm	£mm	£mm	£mm	£mm
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52,3	52,3	12,4	12,4	17,9	17,9
Empréstimos e adiantamentos a bancos	46,3	46,0	82,0	81,9	147,8	147,8
Empréstimos e adiantamentos a clientes	684,1	650,9	821,1	776,1	721,7	723,7
Títulos de dívida	9,9	9,0	13,0	11,5	2,7	2,6
Saldos de compensação	12,0	12,0	17,8	17,8	16,6	16,6
Passivos financeiros						
Depósitos por bancos	88,5	88,3	176,9	176,3	246,8	246,6
Contas de clientes	552,8	552,1	575,5	576,4	614,4	614,1
Títulos de dívida em emissão	222,1	218,5	248,8	241,3	222,9	222,8
Saldos de compensação	10,4	10,4	11,7	11,7	17,5	17,5
Passivos subordinados	36,4	31,6	47,6	36,4	37,1	35,8

O justo valor de passivos subordinados da empresa em 31 de Dezembro de 2009 é £4,9 mil milhões em comparação com o valor contabilístico de £8,8 mil milhões (2008 - £8,8 mil milhões justo valor no valor contabilístico de £10,3 mil milhões; 2007 - £7,0 mil milhões justo valor num valor contabilístico £7,7 mil milhões). O justo valor de outros activos e passivos financeiros da empresa não são materialmente diferentes dos seus valores contabilísticos.

O justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser permutado ou um passivo liquidado, entre partes que actuam com pleno conhecimento de causa e de livre vontade, de modo independente. Os valores de mercados cotados são utilizados quando disponíveis; caso contrário, os justos valores foram estimados baseados em fluxos de caixa descontados futuros esperado e outras técnicas de avaliação. Estas técnicas envolvem incertezas e exigem pressupostos e opiniões que cobrem adiantamentos, risco de crédito e taxas de desconto. As alterações nestes pressupostos afectariam significativamente os justos valores estimados. Os justos valores reportados não seriam necessariamente realizados numa venda ou liquidação imediata. Como está disponível uma larga gama de técnicas, pode ser inapropriado comparar a informação de justo valor do Grupo com os mercados independentes ou os justos valores de instituições financeiros.

Os justos valores de activos intangíveis, como a base permanentes de depósitos, cartões de créditos e outras relações com os clientes não estão incluídos no cálculo destes justos valores, visto que não são instrumentos financeiros.

Os pressupostos e metodologias subjacentes ao cálculo dos justo valores de instrumentos financeiros na data de balanço são mostrados a abaixo:

O justo valor de instrumentos financeiros que são de curto vencimento (3 meses ou menos) aproxima-se do seu valor contabilístico. Isto aplica-se principalmente a caixas e disponibilidades em bancos centrais, rubricas em curso de cobrança de outro bancos, saldos de compensação, rubricas no curso da transmissão para outros bancos e depósitos à ordem.

Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

O justo valor é estimado pelo agrupamentos de empréstimos em carteiras homogéneas e aplicando uma taxa de desconto aos fluxos de caixa. A taxa de desconto é baseada na taxa de mercado aplicável na data de balanço para uma carteira semelhante com um vencimento semelhante e características de risco de crédito.

Títulos de dívida

Os justos valores são determinados usando preços cotados quando disponível ou por referência a preços cotados de instrumentos similares.

Depósitos por bancos e cotas de clientes

Os justos valores dos depósitos são estimados utilizando as técnicas de avaliação dos fluxos de caixa descontados.

Títulos de dívida em emissão e passivos subordinados

Os justos valores são determinados usando preços cotados quando disponível ou por referência a técnicas de avaliação e ajustando os *spreads* de crédito próprio quando apropriado.

Vencimento restante

O quadro seguinte mostra a maturidade residual dos instrumentos financeiros, com base na data de contrato da maturidade

	Grupo								
			2009			2008			2007
	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52.229	32	52.261	12.364	36	12.400	17.866	–	17866
Empréstimos e adiantamentos a bancos	89.622	2.131	91.753	133.565	4.632	138.197	187.969	31.491	219.460
Empréstimos e adiantamentos a clientes	22.7745	500.648	728.393	338.751	535.971	874.722	395.753	432.785	828.538
Títulos de dívida	69.197	198.057	267.254	69.912	197.637	267.549	70.088	224.568	294.656
Acções	–	19528	19.528	–	26330	26.330	–	53026	53.026
Saldos de compensação	12.022	11	12.033	17.795	37	17.832	16.561	28	16.589
Derivados	70.537	370.917	441.454	184.278	808.281	992.559	50.841	226.561	277.402
Passivo									
Depósitos por bancos	135.641	6.503	142.144	248.896	9.148	258.044	302.934	9.360	312.294
Contas de clientes	586.628	27.574	614.202	611.047	28.465	639.512	650.685	31.678	682.363
Títulos de dívida em emissão	140.826	126.742	267.568	174.507	125.782	300.289	156.020	118.152	274.172
Saldos de compensação e posições curtas	17.952	32.924	50.876	24.448	29.829	54.277	44.466	46.555	91.021
Derivados	7.1625	352.516	424.141	175.908	795.456	971.364	54.624	217.428	272.052
Passivos subordinados	2,144	35.508	37.652	3.394	45.760	49.154	1.896	36.147	38.043

									Empresa
			2009			2008			2007
	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Activo									
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16447	14.791	31.238	16.096	10.935	27.031	1.655	6.031	7.686
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	2777	2.777	–	–	–	307	–	307
Títulos de dívida	52	1.234	1.286	–	–	–	–	–	–
Saldos de compensação	11	–	11	–	–	–	–	–	–
Derivados	80	1.089	1.169	221	947	1.168	127	46	173
Passivo									
Depósitos por bancos	93	–	93	1.802	–	1802	5.572	–	5572
Contas de clientes	13264	–	13264	26	–	26	–	–	–
Títulos de dívida em emissão	4965	6.823	11.788	7.253	6.926	14.179	8.855	4.598	13.453
Derivados	53	393	446	227	134	361	102	77	179
Passivos subordinados	130	8.632	8.762	424	9.890	10.314	119	7.624	7.743

Os quadros seguintes mostram os fluxos de caixa contratuais não descontados pagáveis até um período de 20 anos, incluindo pagamentos de juros futuros.

Passivos no balanço

	Grupo					
	0-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3-5 anos	5-10 anos	10-20 anos
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Depósitos por bancos	65.966	15.541	3.934	2.301	632	12
Contas de clientes	521.400	15.619	5.944	4.221	8.490	4.392
Títulos de dívida em emissão	100.220	49.300	56.869	25.915	27.326	3.819
Derivados detidos para cobertura	660	1.566	3.232	1.264	1.674	1.508
Passivos subordinados	1.929	1.892	3.654	4.963	20.157	6.105
Saldos de compensação e outros passivos	12.048	100	139	104	239	83
	702.223	84.018	73.772	38.768	58.518	15.919
Garantias e compromissos – montante nocional						
Garantias (1)	39.952	–	–	–	–	–
Compromissos (2)	291.634	–	–	–	–	–
	331.586	–	–	–	–	–
2008						
Depósitos por bancos	154.614	14.347	3.345	2.754	2.048	34
Contas de clientes	523.268	33.450	6.577	6.337	7.298	5.319
Títulos de dívida em emissão	131.714	48.652	40.067	38.223	38.667	5.626
Derivados detidos para cobertura	394	2.216	2.543	1.334	2.682	1.373
Passivos subordinados	1753	4.271	6.824	5.793	24.503	13.030
Saldos de compensação e outros passivos	13.351	5	12	6	10	6
	825.094	102.941	59.368	54.447	75.208	25.388

Notas:

(1) O Grupo apenas é obrigado a satisfazer uma garantia quando o beneficiário da garantia não cumpre as suas obrigações. O Grupo espera que a maioria das garantias que prestou se vençam sem serem utilizadas.

(2) O Grupo deu autorizações para fornecer fundos a clientes sob facilidades formais, linhas de créditos e outros compromissos não utilizados para emprestar caso certas condições sejam cumpridas pela contraparte. O Grupo não espera que todas as facilidades sejam utilizadas e algumas podem terminar antes de serem utilizadas.

	Empresa					
	0-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3-5 anos	5-10 anos	10-20 anos
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Depósitos por bancos	93	–	–	–	–	–
Contas de clientes	964	12.337	–	–	–	–
Títulos de dívida em emissão	3.132	2.080	2.732	3.615	1.255	–
Derivados detidos para cobertura	(5)	(23)	(19)	13	64	–
Passivos subordinados	106	406	1.146	2.010	2.634	3.923
	4.290	14.800	3.859	5.638	3.953	3.923
2008						
Depósitos por bancos	116	1.707	–	–	–	–
Títulos de dívida em emissão	4.448	3.105	1.334	6.105	–	–
Derivados detidos para cobertura	186	16	30	1	–	–
Passivos subordinados	158	458	1.464	1.376	4.241	5.149
	4.908	5.286	2.828	7.482	4.241	5.149

Os quadros acima mostram o momento das saídas de caixa para regularizar os passivos financeiros. Eles foram elaborados nas seguintes bases:

Os passivos financeiros estão incluídos na primeira data em que a contraparte pode pedir o reembolso, independentemente de esse reembolso antecipado ter ou não como resultado uma penalização. Se o reembolso for activado por, ou é sujeito a, critérios específicos tal como barreiras de preço de mercado a serem atingido, o passivo é incluído na primeira data possível em que as condições possam ser cumpridas, sem considerar a probabilidade das condições serem cumpridas. Por exemplo, se um título estruturado for amortizado antecipadamente de forma automática quando um índice de capital exceder um certo nível, a saída de caixa será incluída no período inferior a três meses seja qual for o nível do índice no final do ano. A data de liquidação dos títulos de divida em emissão, emitidos por certos veículos de titularização consolidados pelo Grupo, depende do momento em que os fluxos de caixa são recebidos do activo titularizado. Quando estes activos podem ser amortizados antecipadamente, a data da saída de caixa relacionada com os títulos pressupõe que cada activo seja antecipadamente amortizado na primeira data possível.

Passivos com vencimento contratual superior a 20 anos - os montantes de capital dos passivos financeiros que são reembolsáveis após 20 anos ou quando a contraparte não tem direito a reembolso do capital estão excluídos da tabela, tal como os pagamentos de juros após 20 anos.

Activos e passivos detidos para negociação - activos e passivos detidos para negociação, no valor de £650,5 mil milhões (activos) e £568,5 mil milhões (passivos) (2008 - 1.226,8 mil milhões em activos e £1.146,7 mil milhões em passivos) foram excluídos do quadro atendendo à sua natureza de curto prazo.

12 Activos financeiros - imparidades

O quadro seguinte mostra o movimento na provisão para perdas por imparidades para empréstimos e adiantamentos.

	Grupo					
	Avaliadas individualmente	Avaliadas colectivamente	Latente	Total 2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Em 1 de Janeiro	4.970	4.102	1.944	11.016	6.452	3.935
Transferência para grupos de alienação	(155)	(111)	(58)	(324)	(767)	–
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(330)	(78)	(122)	(530)	1441	137
Aquisição de subsidiárias	–	–	–	–	–	2221
Alienação de subsidiárias	(65)	–	–	(65)	(178)	–
Aumento líquido em provisões de operações descontinuadas	–	–	–	–	–	46
Montantes abatidos	(3.940)	(2.999)	–	(6.939)	(3.148)	(2.011)
Recuperações de montantes previamente abatidos	94	305	–	399	319	342
Imputado na demonstração de resultados	8.625	4.197	1.312	14.134	7.091	1.946
Compensação do desconto	(246)	(162)	–	(408)	(194)	(164)
Em 31 de Dezembro (1)	8953	5.254	3.076	17.283	11.016	6.452

Nota:

(1) A provisão para perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2009 inclui £157 milhões em relação a empréstimos e adiantamentos a bancos (2008 – £127 milhões; 2007 – £3 milhões).

(2) Não há provisão para perdas por imparidade na empresa.

	Grupo		
	2009	2008	2007
Perdas por imparidade imputadas à demonstração de resultados	£m	£m	£m
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14.100	6.973	1.946
Empréstimos e adiantamentos a bancos	34	118	—
	14.134	7.091	1.946
Títulos de dívida	601	878	20
Acções	215	103	2
	816	981	22
	14.950	8.072	1.968

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Proveitos brutos não reconhecidos mas teriam sido reconhecidos sob as condições originais de empréstimos não contabilizados e reestruturados			
Nacionais	625	393	390
Estrangeiros	1.079	342	155
	1.704	735	545

Juros de empréstimos não contabilizados e reestruturados incluídos na margem financeira			
Nacionais	226	150	165
Estrangeiros	182	43	16
	408	193	181

Os quadros que se seguem mostram uma análise dos activos financeiros em imparidade

	Grupo								
	2009			2008			2007		
	Custo	Provisão	Valor Contabilístico	Custo	Provisão	Valor contabilístico	Custo	Provisão	Valor Contabilístico
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Empréstimos e contas a receber									
Empréstimos e adiantamentos a bancos (1)	206	157	49	129	127	2	25	3	22
Empréstimos e adiantamentos a clientes (2)	34.801	14.050	20.751	19.350	8.945	10.405	10.337	5.399	4.938
	35.007	14.207	20.800	19.479	9.072	10.407	10.362	5.402	4.960

	Grupo		
	Valor Contabilístico	Valor Contabilístico	Valor Contabilístico
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Disponível para venda			
Títulos de dívida	758	618	1
Acções	180	87	72
Acções	938	705	73

Nota:

(1) Provisões para imparidades avaliados individualmente

(2) Provisões para imparidades avaliadas individualmente com saldos de £24.540 milhões (2008 - £11,313 milhões; 2007 – £3,178 milhões).

O Grupo detém colaterais relativamente a certos empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes que estão em mora ou em imparidade. Este colateral inclui hipotecas sobre imóveis (pessoais e comerciais); encargos sobre o activo das actividades, nomeadamente instalações, existências e devedores comerciais; e garantias de empréstimos de partes que não são o mutuário. O quadro seguinte apresenta os activos financeiros e não financeiros, reconhecido no balanço do Grupo, obtido durante o exercício através da posse de colaterais ou de outras melhorias de crédito.

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Imóveis residenciais	52	41	32
Outros bens imóveis	110	6	8
Caixa	283	59	18
Outros activos	42	30	5
	487	136	63

Em geral, o Grupo tenta alienar os bens imóveis e outros activos obtidos através da posse de colaterais que não são facilmente convertíveis em numerário tão rapidamente quanto o mercado para o activo individual o permite.

Os empréstimos que foram renegociados nos passados 12 meses que de outro modo teriam ficado em mora ou em imparidade cifraram-se em £2,698 milhões em 31 de Dezembro de 2009, (2008 - £2,637 milhões; 2007 – £930 milhões).

13 Derivados

As empresas do Grupo transaccionam derivados como capital, no âmbito da sua actividade de negociação ou para gerir operações cambiais, taxas de juro e risco de crédito.

O Grupo participa em coberturas ao justo valor, coberturas de fluxos de caixa e coberturas de investimentos líquidos em operações estrangeiras. A maioria das cobertura de taxa de juro do Grupo relacionam-se com a gestão do risco da taxa de juros de não negociação do Grupo. O Grupo gere estes limites do Valor em Risco. O risco é avaliado utilizando *gap reports* que mostram as disparidades de vencimentos. Na medida em que essas disparidades excedam limites predeterminados, eles são fechados pela execução dos derivados, principalmente *swaps* de taxas de juro. Instrumentos financeiros adequados de maior valor são cobertos ao justo valor; a restante exposição, quando possível, é coberta por derivados documentados como coberturas de fluxo de caixa e elegíveis para contabilidade de cobertura. A maioria das coberturas de justo valor do Grupo envolve principalmente *swaps* de taxas de juro para cobertura do risco da taxa de juro em activos e passivos financeiro reconhecidos. As coberturas dos fluxos de caixa estão relacionadas com a exposição à variabilidade dos pagamentos de juros futuros e recebimentos de transacções previstas e de activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos. O Grupo faz a cobertura dos seus investimentos líquidos em operações estrangeiras com empréstimos obtidos em moeda estrangeira e contratos de operações cambiais *forward.*

Para relações de cobertura de fluxos de caixa devido ao risco da taxa de juro, os elementos cobertos são fluxos de caixa da taxa de juro variável real e prevista decorrentes dos activos financeiros e dos passivos financeiros com taxas de juro indexadas à LIBOR, EURIBOR ou Taxa Bancária Oficial do Banco de Inglaterra. Os activos financeiros consistem em empréstimos a clientes e os passivos financeiros em depósitos de clientes e títulos a médio prazo indexados à LIBOR e outros títulos emitidos. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos financeiros de taxas variáveis de £47,9 mil milhões e os passivos financeiros de taxas variáveis de £49,9 mil milhões foram cobertos nessas relações de cobertura de fluxo de caixa.

Para as relações de cobertura de fluxos de caixa, a eficácia prospectiva inicial e continua é avaliada comparando os movimentos do justo valor dos fluxos de caixa com taxa de juro previsível altamente provável com os movimentos do justo valor das alterações esperadas dos fluxos de caixa do *swap* da taxa de juro de cobertura ou comparando as respectivas alterações do valor do preço de um ponto base. A eficácia prospectiva é medida numa base cumulativa, i.e., ao longo de toda a duração de relação de cobertura. O método de cálculo da ineficácia da cobertura é o método derivado hipotético. A eficácia retrospectiva é avaliada comparando os movimentos reais do justo valor dos fluxos de caixa e os movimentos reais do justo valor dos fluxos de caixa cobertos do *swap* da taxa de juro ao longo do período até á data da relação de cobertura.

Os contratos de taxa de câmbio em relações de cobertura de fluxos de caixa cobrem as entradas e saídas de caixa de divisas futuras; principalmente capital e juros de empréstimos em divisa.

Para as relações de cobertura do justo valor do risco da taxa de juro, os elementos cobertos são normalmente empréstimos a grandes empresas a taxa fixa, locações financeiras a taxa fixa, notas a médio prazo a taxa fixa ou acções preferenciais classificados como dívida. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos financeiros de taxas fixas de £53,7 mil milhões e os passivos financeiros de taxas fixas de £52,9 mil milhões foram cobertos por *swaps* de taxas de juro em relações de cobertura de justo valor.

A eficácia prospectiva inicial e contínua das relações de cobertura do justo valor é avaliada numa base cumulativa comparando os movimentos do justo valor do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto com alterações do justo valor do swap da taxa de juro da cobertura ou comparando as respectivas alterações do valor do preço de um ponto base. A eficácia retrospectiva é avaliada comparando os movimentos reais do justo valor dos elementos cobertos atribuíveis ao risco coberto com os movimentos reais do justo valor do derivado de cobertura ao longo do período até à data da relação de cobertura.

O quadro seguinte mostra os montantes nocionais e justos valores dos derivados do Grupo.

	Grupo								
	2009			2008			2007		
	Montantes Nocionais £mm	Activo £m	Passivo £m	Montantes Nocionais £mm	Activo £m	Passivo £m	Montantes Nocionais £mm	Activo £m	Passivo £m
Contratos de taxa de câmbio									
Spot, forwards e futuros	2.004	26.744	24.898	2.316	83.065	83.568	2.134	29.829	29.629
Swaps de divisas	922	25.883	23.466	1.074	53.398	54.728	887	14.785	13.789
Opções compradas	440	16.656	–	616	36.762	–	488	13.750	–
Opções subscritas	476	–	15555	668	–	35017	519	–	13892
Contratos de taxa de juros									
Swaps de taxas de juros	30.956	265.528	253.793	37.901	548.040	532.180	24.798	142.470	141.479
Opções compradas	3.180	55.976	–	5673	99.192	–	4084	30.681	–
Opções subscritas	2.539	–	55589	3.775	–	102216	3.640	–	31199
Futuros e *forwards*	6.555	2.088	2.033	8.555	7.600	6.620	3.164	807	987
Derivados de crédito	1621	41.748	39.127	2.208	142.366	132.734	2.402	34.123	29.855
Contratos de capital e matérias-primas	188	6.831	9.680	622	22.136	24.301	281	10.957	11.222
		441.454	424.141		992.559	971.364		277.402	272.052

Certos saldos de activos e passivos derivados com a London Clearing House, que cumprem os critérios de compensação da IAS 32 "Instrumentos Financeiros" Apresentação", são mostrados líquidos

Incluído acima estão os derivados detidos para fins de cobertura, como se segue:

	2009		2008		2007	
	Activo £m	Passivo £m	Activo £m	Passivo £m	Activo £m	Passivo £m
Cobertura de justo valor:						
Contratos de taxa de câmbio	160	38	1.257	1.412	62	344
Contratos de taxa de juros	2.672	3.292	2.944	3.330	1.598	1.062
Coberturas de fluxo de caixa:						
Contratos de taxa de câmbio	2	7	2	90	155	78
Contratos de taxa de juros	1.753	3.080	2.503	2.834	738	1.014
Contratos de matérias-primas	–	–	39	14	–	–
Coberturas de investimento líquidas						
Contratos de taxa de câmbio	10	90	114	596	–	211

A ineficácia de cobertura reconhecida em outros proveitos operacionais incluiu:

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Cobertura de justo valor:			
Ganhos/(perdas) em elementos cobertos atribuíveis ao risco de cobertura	512	(965)	81
(Perdas)/ganhos nos instrumentos de cobertura	(455)	884	(87)
Ineficácia do justo valor	57	(81)	(6)
Ineficácia de cobertura de fluxos de caixa	14	(16)	9
	71	(97)	3

13 Derivados continuação

Os quadros mostram, para o Grupo, quando se espera que os fluxos de caixa ocorram e quando eles afectarão os proveitos das coberturas de fluxos de caixa designados.

	2009								
Fluxos de caixas cobertos previstos que se espera que ocorram	0-1 anos £m	1-2 anos £m	2-3 anos £m	3-4 anos £m	4-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m	Mais de 20 anos £m	Total £m
Fluxos de caixa previstos a receber	504	466	423	267	163	379	141	–	2.343
Fluxos de caixa previstos a pagar	(554)	(521)	(416)	(350)	(299)	(990)	(819)	(167)	(4.116)
Fluxos de caixas cobertos previstos que afectam os resultados									
Fluxos de caixa previstos a receber	503	467	422	255	163	371	141	–	2.322
Fluxos de caixa previstos a pagar	(554)	(518)	(409)	(346)	(296)	(978)	(818)	(167)	(4.086)

	2008								
Fluxos de caixas cobertos previstos que se espera que ocorram	0-1 anos £m	1-2 anos £m	2-3 anos £m	3-4 anos £m	4-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m	Mais de 20 anos £m	total £m
Fluxos de caixa previstos a receber	985	779	667	554	423	1.323	407	45	5.183
Fluxos de caixa previstos a pagar	(1.732)	(1.614)	(1.390)	(1.059)	(890)	(2.880)	(1.397)	(257)	(11.219)
Fluxos de caixas cobertos previstos que afectam os resultados									
Fluxos de caixa previstos a receber	871	758	659	548	421	1.284	397	40	4.978
Fluxos de caixa previstos a pagar	(1.701)	(1.576)	(1.323)	(1.023)	(878)	(2.771)	(1.337)	(128)	(10.737)

O quadro seguinte mostra os montantes nocionais e justos valores dos derivados da empresa.

	Empresa								
	2009			2008			2007		
	Montantes Nocionais £mm	Activo £m	Passivo £m	Montantes Nocionais £mm	Activo £m	Passivo £m	Montantes Nocionais £mm	Activo £m	Passivo £m
Contratos de taxa de câmbio	10	875	422	7	792	353	13	154	178
Contratos de taxa de juros	4	294	24	5	376	8	1	19	1
		1.169	446		1.168	361		173	179

Incluído acima estão os derivados detidos para fins de cobertura, como se segue:

	2009		2008		2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Cobertura de justo valor:	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Contratos de taxa de câmbio	–	–	–	225	–	54
Contratos de taxa de juros	239	14	193	–	–	–

14 Títulos de dívida

	Grupo							
	Governo central e local Reino Unido	Governo central e local Reino Unido	Governo central e local Outros	Bancos e sociedades de financiamento imobiliário	Hipotecas e outras asset backed securities (1)	Empresas	Outros (2)	Total
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Detido para negociação	8.128	10.427	50.219	6.103	28.820	6.892	893	111.482
Designado ao justo valor através dos resultados	122	3	402	483	394	1.178	21	2.603
Disponível para venda	19.071	12.972	45.512	11.210	51.044	3.365	124	143.298
Empréstimos e contas a receber	1		–	–	7924	1.853	93	9.871
	27.322	23.402	96.133	17.796	88.182	13.288	1.131	267.254
Disponível para venda								
Ganhos brutos não realizados	109	213	1.062	148	783	90	7	2.412
Perdas brutas não realizadas	(60)	(89)	(266)	(119)	(3.314)	(56)	(6)	(3.910)
2008								
Detido para negociação	5.372	9.859	37.519	11.021	39.879	11.057	1.573	116.280
Designado ao justo valor através dos resultados	2.085	510	472	89	236	1.580	456	5.428
Disponível para venda	11.330	6.152	32.480	13.139	62.067	5.400	2.288	132.856
Empréstimos e contas a receber	–	–	–	114	8.961	3.749	161	12.985
	18.787	16.521	70.471	24.363	111.143	21.786	4.478	267.549
Disponível para venda								
Ganhos brutos não realizados	41	41	1.104	1.372	1.238	332	266	4.394
Perdas brutas não realizadas	–	(166)	(3.457)	(168)	(3.533)	(426)	(80)	(7.830)
2007								
Detido para negociação	10.370	12.670	60.356	16.234	62.430	27.365	1.246	190.671
Designado ao justo valor através dos resultados	2235	397	101	154	340	2.125	425	5.777
Disponível para venda	1030	2.169	31.597	11.835	36.607	6.551	5.747	95.536
Empréstimos e contas a receber	–	–	1896	–	704	–	72	2.672
	13.635	15.236	93.950	28.223	100.081	36.041	7.490	294.656
Disponível para venda								
Ganhos brutos não realizados	29	14	56	12	18	22	1	152
Perdas brutas não realizadas	–	(62)	(276)	(42)	(181)	(22)	(10)	(593)

Nota:

(1) Inclui títulos emitidos por organismos federais e entidades patrocinadas pelo governo dos EUA e obrigações garantidas.

(2) Inclui títulos, que não asset-backed securities, emitidas por organismos federais e entidades patrocinadas pelos governo dos EUA.

(3) Durante 2009 e 2008, o Grupo reclassificou activos financeiros das categorias detidos para negociação e disponíveis para venda para a categoria empréstimos e contas a receber e da categoria detidos para negociação para a categoria disponível para venda (ver páginas 275 a 277).

A empresa detém outros títulos de dívida emitidos por uma negócio do Grupo de £1.286 milhões, classificada como empréstimos e contas a receber.

13 Títulos de dívida continuação

O quadro seguinte analisa por emitente os títulos de dívida do Grupo disponíveis para venda por vencimento remanescente e o *yield* relacionado (baseado nas médias ponderadas).

	Até 1 ano		Mais de 1 ano mas menos de 5 anos		Mais de 5 anos mas menos de 10 anos		Mais de 10 anos		Total	
	Montante	Yield	Montante	Yield	Montante	Yield	Montante	Yield	Montante	Yield
2009	£m	%	£m	%	£m	%	£m	%	£m	%
Governo central e local Reino Unido	11.815	–	2618	4,0	2.439	4,8	2.199	4,3	19.071	1,7
Governo central e local Reino Unido	294	2,4	5.620	1,4	6.957	3,7	101	7,0	12.972	2,6
Governo central e local Outros	11.446	2,6	17.736	3,3	10.496	4,0	5.834	5,0	45.512	3,5
Bancos e sociedades de financiamento imobiliário	4617	2,2	4.972	3,0	972	3,7	649	2,1	11.210	2,7
Mortgage-backed securities (1)	1.377	3,2	12.016	2,5	13.055	2,2	24.596	2,5	51.044	2,5
Empresas	469	4,4	1.586	3,1	633	3,6	677	2,8	3.365	3,3
Outros (2)	8	3,3	116	4,0	–	–	–	–	124	3,9
Total Justo valor	30.026	1,5	44.664	2,9	34.552	3,2	34.056	3,1	143.298	2,7

Nota:

(1) Inclui títulos emitidos por organismos federais e entidades patrocinadas pelo governo dos EUA.

(2) Inclui títulos, que não *asset-backed securities*, emitidas por organismos federais e entidades patrocinadas pelosgoverno dos EUA.

O quadro abaixo mostra o justo valor dos títulos de dívida que estavam numa posição de perda não realizada em 31 de Dezembro de 2009.

	Menos de 12 meses		Mais de 12 meses		Total	
	Justo valor:	Perdas não realizadas brutas	Justo valor:	Perdas não realizadas brutas	Justo valor:	Perdas não realizadas brutas
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Governo central e local Reino Unido	2.824	60	26	—	2850	60
Governo central e local Reino Unido	5.526	88	7	1	5.533	89
Governo central e local Outros	6.935	260	391	6	7.326	266
Bancos e sociedades de financiamento imobiliário	8.965	60	869	59	9.834	119
Mortgage-backed securities	3.185	983	23.950	2.331	27.135	3.314
Empresas	384	14	167	42	551	56
Outro	710	3	16	3	726	6
	28.529	1.468	25.426	2.442	53.955	3.910

Ganhos brutos de £1.288 milhões (2008 - £1.633 milhões; 2007 – £60 milhões) e perdas brutas de£1,255 milhões (2008 - £1.411 milhões (2007 – £12 milhões) foram realizados na venda de títulos disponíveis para venda.

As perdas por imparidades em títulos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos quando há provas objectivas de imparidade. O grupo revê as suas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda procurando essas provas, o que inclui: incumprimento ou mora nos pagamentos de juros ou capital; dificuldades financeiras significativas do emitente ou devedor; e se se torna provável que o emitente entrará em falência ou outra reorganização financeira. No entanto, o desaparecimento de um

mercado activo devido ao facto dos instrumentos financeiros de uma entidade já não serem publicamente transaccionados não é uma prova de imparidade. Além disso, a redução do risco de crédito de uma entidade também não, por si só, uma prova de imparidade, embora possa ser uma indício de imparidade quando considerado com outras informações disponíveis. Um declínio do justo valor de um activo financeiro abaixo do seu custo ou custo amortizado também não é necessariamente uma prova de imparidade. A existência de uma protecção de crédito isolada de um título de dívida disponíveis para venda não tem efeito na avaliação do Grupo sobre se o título está ou não em imparidade. Se o título de dívida disponível para venda beneficia de protecção de crédito que é parte integrante do título, a solvabilidade do fornecedor dessa protecção é tomada em conta quando se determina se há uma prova objectiva que o título está em imparidade. Determinar se há uma prova objectiva de imparidade exige o exercício da apreciação da gestão. As perdas não realizadas nos títulos de dívida disponíveis para venda do Grupo estão concentradas nas suas carteiras de *mortgage-backed securities*. As perdas reflectem o aumento dos *spreads* de crédito como resultado de uma liquidez de mercado reduzida nestes títulos e das actuais incertezas sobre as perspectivas macroeconómicas nos EUA e Europa. Os títulos subjacentes continuam a não estar em imparidade.

15 Acções

	Grupo								
	2009			2008			2007		
	Cotada	Não Cotada	Total	Cotada	Não Cotada	Total	Cotada	Não Cotada	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Detido para negociação	14.394	49	14.443	15.894	1.160	17.054	33.696	3.850	37.546
Designado ao justo valor através dos resultados	1.548	644	2.192	1.340	761	2.101	1.856	6.010	7.866
Disponível para venda	937	1.956	2.893	4.882	2.293	7.175	5.622	1.992	7.614
	16.879	2.649	19.528	22.116	4.214	26.330	41.174	11.852	53.026
Disponível para venda									
Ganhos brutos não realizados	293	312	605	1.505	172	1.677	3.467	130	3.597
Perdas brutas não realizadas	(14)	(68)	(82)	(225)	(103)	(328)	(3)	(7)	(10)

Ganhos brutos de £393 milhões (2008 - £190 milhões; 2007 – £475 milhões) e perdas brutas de£132 milhões (2008 - £70 milhões (2007 – £9 milhões) foram realizados na venda de acções disponíveis para venda.

Os proveitos de dividendos de acções disponíveis para venda foram de £86 milhões (2008 – £281 milhões; 2007 – £137 milhões).

Os investimentos em acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade são contabilizados pelo de custo e classificados como activo financeiro disponível para venda. Incluem capital (resgatável ao preço de custo) do Federal Home Loans Bank e do Federal Reserve Bank de £0,8 mil milhões (2008 - £0,9 mil milhões; 2007 – £0,5 milhões) que as subsidiárias bancárias do Grupo nos EUA são obrigadas a deter; e uma série de participações individualmente pequenas em empresas não cotadas. As alienações no exercício geraram perdas de £21 milhões (2008 – nada; 2007 – £0.5 milhões de ganhos).

16 Investimentos em empresas do Grupo

Os investimentos nas empresas do grupo são contabilizados pelo custo menos imparidade. Os movimentos durante o ano foram os seguintes:

	Empresa		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Em 1 de Janeiro	42.196	43.542	21.784
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(566)	2.839	535
Investimentos adicionais em empresas do Grupo	36.202	10.323	3.663
Adições	-	26	17.566
Resgate de investimentos em empresas do Grupo	(7.908)	-	-
Alienações	(19)	(213)	(6)
Imparidade no investimento na RFS Holdings B.V.	(5.025)	(14.321)	-
Outras imparidades	(114)	-	-
Em 31 de Dezembro	64.766	42.196	43.542

As principais subsidiárias da empresa estão indicadas a seguir. O seu capital consiste em acções ordinárias e acções preferenciais que não estão cotadas, à excepção de certas acções preferenciais emitidas pelo NatWest e ABN AMRO. The Royal Bank of Scotland plc, RBS Insurance Group Limited e RFS Holdings B.V. são directamente detidos a 100% pela empresa e todas as outras subsidiárias são detidas por estas empresas directa ou indirectamente através de sociedades holding intermediárias, por estas empresas. Todas estas subsidiárias estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e têm a data de referência contabilística de 31 de Dezembro

	Natureza do negócio	País de constituição e área principal de operação	Participação do Grupo
The Royal Bank of Scotland plc	Banca	Grã-Bretanha	100%
National Westminster Bank Plc (1)	Banca	Grã-Bretanha	100%
Citizens Financial Group, Inc.	Banca	EUA	100%
Coutts & Company (2)	Banca privada	Grã-Bretanha	100%
RBS Securities Inc.	Corretor	EUA	100%
RBS Insurance Group Limited	Seguros	Grã-Bretanha	100%
Ulster Bank Limited (3)	Banca	Irlanda do Norte	100%
ABN AMRO Holding N.V. (4)	Banca	Holanda	38%

Notas:

(1) A empresa não detém quaisquer acções preferenciais NatWest em emissão.

(2) Coutts & Company é uma sociedade de responsabilidade limitada. A sua sede social é em 440 Strand, London WC2R 0QS.

(3) Ulster Bank Limited e as suas subsidiárias também operam na República da Irlanda.

(4) RFS Holdings B.V. (RFS) detém 100% das acções em circulação da ABN AMRO Holding N.V. (ABN AMRO). A empresa detém 38% da RFS; as restantes acções são detidas pelo Estado da Holanda, sucessor do Fortis N.V., Fortis SA/NV, e Banco Santander S.A. (os membros do consórcio) Embora a empresa não disponha da maioria dos direitos de voto na RFS, através dos termos do Contrato de Consórcio e Accionistas e dos Estatutos da RFS, ela controla o conselho de administração da RFS e a RFS é uma subsidiária da empresa. O capital e os direitos aos proveitos das acções emitidas pela RFS estão ligados ao activo líquido e aos proveitos das unidades de negócio do ABN AMRO que os membros do consórcio individualmente concordaram em adquirir. Em preparação para o desinvestimento dos negócios do ABN AMRO a serem adquiridos pelo Estado Holandês, em 6 de Fevereiro de 2010, os negócios de ABN AMRO adquiridos pelo Estado Holandês foram legalmente esta cisão em relação aos negócios adquiridos pelos RBS. Como resultado, há agora dois bancos separados no ABN AMRO Holding N.V., The Royal Bank of Scotland plc e a nova entidade chamada ABN AMRO Bank N.V., cada um licenciado separadamente pelo Banco Central Holandês. Ambos os bancos serão governados pelos conselhos de administração e fiscal do ABN AMRO Holding N.V. até à separação jurídica do novo ABN AMRO Bank N.V. da ABN AMRO Holding N.V.. que se espera que ocorra dentro de dois meses após a cisão jurídica e está sujeita à aprovação pelo Banco Central Holandês. A partir desse ponto o RBS deixará de consolidar os interesses dos Membros do Consórcio no ABN AMRO nos resultados oficiais do RBS Group.

A informação acima é fornecida em relação às principais empresas relacionadas como permitido pela Secção 410(2) da Lei das Sociedade de 2006. A informação completa sobre todas as empresas relacionadas será incluída na Declaração Anual entregue na Conservatória do Registo Comercial da Escócia,

17 Activos intangíveis

	Grupo				
	Goodwill	Intangíveis depósito base	Outros intangíveis comprados	Software gerado internamente	Total
	£m	£m	£m	£m	£m
2009					
Custo					
Em quinta-feira, 1 de Janeiro de 2009	45.624	2.780	4.367	4.524	57.295
Transferência para grupos de alienação	(238)	-	-	-	(238)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(2.743)	(225)	(281)	(65)	(3.314)
Adições	-	-	53	559	612
Alienação de subsidiárias	-	-	-	(16)	(16)
Alienações e abatimento do activo totalmente amortizados	-	(2)	-	(187)	(189)
Em 31 de Dezembro de 2009	42.643	2.553	4.139	4.815	54.150
Amortização e imparidade acumuladas:					
Em 1 de Janeiro de 2009	30.062	1.407	2.369	3.408	37.246
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(2.046)	(106)	(137)	(58)	(2.347)
Alienação de subsidiárias	-	-	-	(13)	(13)
Alienações e abatimento do activo totalmente amortizados	-	(1)	-	(138)	(139)
Encargo para o exercício	-	262	345	586	1.193
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	363	-	-	-	363
Em quinta-feira, 31 de Dezembro de 2009	28.379	1.562	2.577	3.785	36.303
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2009	14.264	991	1.562	1.030	17.847
2008					
Custo					
Em terça-feira, 1 de Janeiro de 2008	42.953	2.344	3.489	3.882	52.668
Transferência para grupos de alienação	(3.692)	(240)	(105)	(146)	(4.183)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	8.905	680	961	214	10.760
Aquisição de subsidiárias	524	-	-	-	524
Adições	-	-	23	602	625
Alienação de subsidiárias	(3.066)	-	-	(7)	(3.073)
Alienações e abatimento do activo totalmente amortizados	-	(4)	(1)	(21)	(26)
Em 31 de Dezembro de 2008	45.624	2.780	4.367	4.524	57.295
Amortização e imparidade acumuladas:					
Em terça-feira, 1 de Janeiro de 2008	-	238	223	2.291	2.752
Transferência para grupos de alienação	-	-	-	(37)	(37)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	-	150	210	69	429
Alienações e abatimento do activo totalmente amortizados	-	(3)	(1)	(19)	(23)
Encargo para o exercício	-	337	582	651	1.570
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	30.062	685	1.355	453	32.555
Em 31 de Dezembro de 2008	30.062	1.407	2.369	3.408	37.246
Valor residual líquido em quarta-feira, 31 de Dezembro de 2008	15.562	1.373	1.998	1.116	20.049
2007	£m	£m	£m	£m	£m
Custo					
Em segunda-feira, 1 de Janeiro de 2007	17.889	265	275	2.642	21.071
Conversão de divisa e outros ajustamentos	1187	105	177	52	1.521
Aquisição de subsidiárias	23917	1.974	3.034	791	29.716
Adições	-	-	6	481	487
Goodwill abatido	(40)	-	-	-	(40)
Alienações e abatimento do activo totalmente	-	-	(3)	(84)	(87)

	Grupo				
	Goodwill	Intangíveis depósito base	Outros intangíveis comprados	Software gerado internamente	Total
	£m	£m	£m	£m	£m
amortizados					
Em 31 de Dezembro de 2007	42.953	2.344	3.489	3.882	52.668
Amortização acumulada:					
Em 1 de Janeiro de 2007	-	127	97	1.943	2.167
Conversão de divisa e outros ajustamentos	-	1	3	3	7
Alienações e abatimento do activo totalmente amortizados	-	-	(1)	(80)	(81)
Encargo do exercício – operações continuadas	-	110	124	401	635
Encargo do exercício – operações descontinuadas	-	-	-	24	24
Em 31 de Dezembro de 2007	-	238	223	2.291	2.752
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2007	42.953	2.106	3.266	1.591	49.916

Análise da imparidade

O goodwill do Grupo adquirido em concentrações de negócios é analisado anualmente em 30 Setembro quanto a imparidades, comparando o montante recuperável de cada unidade geradora de caixa (CGU) a que o goodwill foi atribuído com o seu valor contabilístico.

Foram feitas alterações no relato do Grupo no primeiro semestre de 2009, que são detalhadas na página 341. No seguimento da reorganização da estrutura do Grupo, o goodwill do ABN AMRO e NatWest foi realocado às apropriadas CGU.

As CGUs do Grupo, excluindo os interesses minoritários da RFS Holdings em que a subida do goodwill é significativa, principalmente nas aquisições de NatWest, ABN AMRO, Charter One e Churchill são as seguintes:

2009	Montante recuperável baseado em:	Goodwill em 30 de Setembro £m
UK Retail	Valor em uso	2.697
UK Corporate	Valor em uso	2.693
Wealth	Valor em uso	611
Global Transaction Services	Valor em uso	2.749
US Retail & Commercial	Valor em uso	2.761
RBS Insurance	Valor em uso	935

2008	Montante recuperável baseado em:	Goodwill quantos do goodwill £m	Abatimento £m	Goodwill em 31 de Setembro £m
UK Retail & Commercial Banking	Valor em uso	6.009	-	6,009
Global Banking & Markets	Valor em uso	8.946	(8.946)	-
Global Transaction Services	Valor em uso	3.121	-	3,121
Europe & Middle East Retail & Commercial Banking	Valor em uso	1.201	(1.201)	-
Asia Retail & Commercial Banking	Valor em uso	970	(863)	107
US Retail & Commercial Banking	Valor em uso	7.405	(4.382)	3,023
RBS Insurance	Valor em uso	935	-	935

A análise de goodwill por segmento operacional é mostrada na Nota 38.

Os montantes recuperáveis para todas as CGU em Setembro 2009 eram baseados no teste do valor em uso, utilizando as previsões da gestão dos últimos cinco anos. As taxas de crescimento de longo prazo foram baseadas nas taxas do PIB dos respectivos países ajustada para a inflação. As taxas de desconto de risco são baseadas nos *yields* de títulos do estado de longo prazo observáveis no mercado e betas médios do sector ajustados por um prémio de risco apropriado com base na análise independente

A taxa recuperável da UK Retail, baseada numa taxa de crescimento terminal de 4% e 14,6% de taxa de desconto antes de imposto, excedeu o valor contabilístico em £0,7 mil milhões. Uma variação de 1% na taxa de desconto na taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável em aproximadamente £0,9 mil milhões e £0,5 mil milhões, respectivamente. Além disso, uma variação de 5% na previsão de ganhos antes de imposto alteraria o montante recuperável em aproximadamente £0,4 mil milhões.

A taxa recuperável da UK Corporate, baseada numa taxa de crescimento terminal de 4% e 15,1% de taxa de desconto antes de imposto, excedeu o valor contabilístico em £6,1 mil milhões. Uma variação de 1% na taxa de desconto ou uma variação similar na taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável em aproximadamente £1,4 mil milhões e £0,9 mil milhões, respectivamente. Além disso, uma variação de 5% na previsão de ganhos antes de imposto alteraria o montante recuperável em aproximadamente £0,8 mil milhões.

A taxa recuperável da Wealth, baseada numa taxa de crescimento terminal de 4% e 15,3% de taxa de desconto antes de imposto, excedeu o valor contabilístico em £5,6 milmilhões. Uma variação de 1% na taxa de desconto ou uma variação similar na taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável em aproximadamente £0,6 mil milhões e £0,5 mil milhões, respectivamente. Além disso, uma variação de 5% na previsão de ganhos antes de imposto alteraria o montante recuperável em aproximadamente £0,4 milhões.

O montante recuperável da Global Transaction Services, baseada numa taxa de crescimento terminal de 3% (2008 - 3%) e numa taxa de desconto antes de imposto de 16,7% (2008 - 15,7%), excedeu o seu valor contabilístico em mais de 100% (2008 - 100%) e foi insensível a uma alteração razoavelmente possível nos principais pressupostos.

O montante recuperável da US Retail & Commercial, baseada numa taxa de crescimento terminal de 5% (2008 - 5%) e numa taxa de desconto antes de imposto de 14,8% (2008 - 18%), excedeu o seu valor contabilístico em mais £2,1 mil milhões (2008 - imparidade de £4,4 mil milhões). Uma variação de 1% na taxa de desconto ou uma variação similar na taxa de crescimento terminal alteraria o montante recuperável em aproximadamente £1,0 mil milhões (2008 - mil milhões de libras) e £0,8 mil milhões (2008 - £0,7 mil milhões), respectivamente. Além disso, uma variação de 5% na previsão de ganhos antes de imposto alteraria o montante recuperável em aproximadamente £0,7 mil milhões (2008 - £0,5 mil milhões).

O montante recuperável da RBS Insurance, baseada numa taxa de crescimento terminal de 3% (2008 - 3%) e numa taxa de desconto antes de imposto de 13,9% (2008 - 14,6%), excedeu o seu valor contabilístico em mais de £3 mil milhões (2008 - £3 mil milhões) e foi insensível a uma alteração razoavelmente possível nos principais pressupostos.

Uns posteriores £1,4 mil milhões (2008 - £1,5 mil milhões) de goodwill são atribuíveis ao interesse minoritário do Estado da Holanda resultante da aquisição do ABN AMRO. A taxa recuperável com bases nas últimas previsões da gestão, uma taxa de crescimento terminal de 0% e 17,5% de taxa de desconto antes de imposto, suportaram o valor contabilístico do goodwill. Em 2008, foi registado o encargo para imparidade de £14,5 mil milhões.

Durante o ano foi registado um encargo de imparidade de £363 milhões, principalmente em relação ao NatWest e ABN AMRO, goodwill alocado às divisões Non-Core, no seguimento da reestruturação do Grupo.

Em 2008, os montantes recuperáveis para todas as CGU foram baseados nos testes do valor em uso. Os abatimentos de goodwill foram registados nas divisões Global Banking &Markets, US Retail &Commercial, Europe &Middle East Retail &Commercial Banking e Asia Retail &Commercial Banking.

18 Activos tangíveis

	Investimento imobiliário	Instalações da empresa	Instalações arrendadas a longo prazo	Instalações arrendadas a curto prazo	Computadores e outros equipamentos	Activos de locação operacional	Grupo Total
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Custo ou avaliação							
Em 1 de Janeiro de 2009	3.868	4.032	224	1.867	4.168	9.334	23.493
Transferência para grupos de alienação	-	(32)	-	(62)	(80)	-	(174)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(85)	(134)	-	(65)	(131)	(561)	(976)
Alienação de subsidiárias	-	(15)	-	-	(19)	-	(34)
Reclassificações	1	18	1	(34)	14	-	-
Adições	1.634	304	8	153	750	2.241	5.090
Despesas em investimentos imobiliários	8	-	-	-	-	-	8
Alterações no justo valor de investimentos imobiliários	(117)	-	-	-	-	-	(117)
Alienações e abatimento do activo totalmente depreciado	(426)	(75)	(19)	(56)	(420)	(1.456)	(2.452)
Em 31 de Dezembro de 2009	4.883	4.098	214	1.803	4.282	9.558	24.838
Amortização, depreciação e imparidades acumuladas:							
Em 1 de Janeiro de 2009	-	422	79	492	1.916	1.635	4.544
Transferência para grupos de alienação	-	-	-	(7)	(31)	-	(38)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	-	(1)	-	(11)	(48)	(69)	(129)
Alienação de subsidiárias	-	(1)	-	-	(14)	-	(15)
Abatimento de activos tangíveis	-	5	-	5	-	-	10
Alienações e abatimento do activo totalmente depreciado	-	-	-	(2)	(126)	(419)	(547)
Encargo para o exercício	-	128	8	164	699	617	1.616
Em 31 de Dezembro de 2009	-	553	87	641	2.396	1.764	5.441
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2009	4.883	3.545	127	1.162	1.886	7.794	19.397
2008							
Custo ou avaliação							
Em 1 de Janeiro de 2008	3431	3.645	215	1.688	3.929	11.437	24.345
Transferência para grupos de alienação	-	(262)	-	(188)	(349)	-	(799)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	320	452	5	149	436	1.313	2.675
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	30	31	-	61
Alienação de subsidiárias	-	-	-	(2)	(57)	(5.015)	(5.074)
Reclassificações	-	(176)	-	197	(14)	(7)	-
Adições	417	486	22	61	837	3.794	5.617
Despesas em investimentos imobiliários	8	-	-	-	-	-	8
Alterações no justo valor de investimentos imobiliários	(86)	-	-	-	-	-	(86)
Alienações e abatimento do activo totalmente depreciado	(222)	(113)	(18)	(68)	(645)	(2.188)	(3.254)
Em 31 de Dezembro de 2008	3868	4.032	224	1.867	4.168	9.334	23.493
Amortização, depreciação e imparidades acumuladas:							
Em terça-feira, 1 de Janeiro de 2008	-	391	74	436	1.952	2.747	5.600
Transferência para grupos de alienação	-	(60)	-	(91)	(243)	-	(394)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	-	(9)	1	9	148	202	351

							Grupo
	Investimento imobiliário	Instalações da empresa	Instalações arrendadas a longo prazo	Instalações arrendadas a curto prazo	Computadores e outros equipamentos	Activos de locação operacional	Total
2009	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Alienação de subsidiárias	-	-	-	(1)	(39)	(1.447)	(1.487)
Reclassificações	-	17	(2)	1	(9)	(7)	-
Abatimento de activos trangíveis	-	19	-	-	7	-	26
Alienações e abatimento do activo totalmente depreciado	-	(22)	-	(31)	(539)	(544)	(1.136)
Encargo para o exercício	-	86	6	169	639	684	1.584
Em 31 de Dezembro de 2008	-	422	79	492	1.916	1.635	4.544
Valor residual líquido em quarta-feira, 31 de Dezembro de 2008	3.868	3.610	145	1.375	2.252	7.699	18.949
2007							
Custo ou avaliação							
Em segunda-feira, 1 de Janeiro de 2007	4.885	2.579	310	1.254	3.069	11.589	23.686
Conversão de divisa e outros ajustamentos	96	65	1	11	12	(10)	175
Aquisição de subsidiárias	-	950	-	157	191	202	1.500
Reclassificações	3	(4)	3	1	(3)	-	-
Adições	450	592	34	309	857	2.791	5.033
Transferência para grupos de alienação	-	(4)	(13)	-	-	(422)	(439)
Despesas em investimentos imobiliários	41	-	-	-	-	-	41
Alterações no justo valor de investimentos imobiliários	288	-	-	-	-	-	288
Alienações e abatimento do activo totalmente depreciado	(2.332)	(533)	(120)	(44)	(197)	(2.713)	(5.939)
Em segunda-feira, 31 de Dezembro de 2007	3,431	3.645	215	1.688	3.929	11.437	24.345
Depreciação e amortização acumuladas:							
Em segunda-feira, 1 de Janeiro de 2007	-	446	96	374	1.670	2.680	5.266
Conversão de divisa e outros ajustamentos	-	(4)	-	(1)	(1)	2	(4)
Transferência para grupos de alienação	-	-	-	-	-	(52)	(52)
Reclassificações	-	(2)	2	-	-	-	-
Alienações e abatimento do activo totalmente depreciado	-	(122)	(32)	(25)	(132)	(610)	(921)
Encargo do exercício – operações continuadas	-	66	8	87	409	727	1.297
Encargo do exercício – operações descontinuadas	-	7	-	1	6	-	14
Em segunda-feira, 31 de Dezembro de 2007	-	391	74	436	1.952	2.747	5.600
Valor residual líquido em 31 de Dezembro de 2007	3.431	3.254	141	1.252	1.977	8.690	18.745

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Activos tangíveis dados em garantia	-	-	935

Os investimentos imobiliários são avaliados de modo a reflectirem o justo valor, ou seja, o valor de mercado da participação do Grupo na data de reporte, excluindo quaisquer termos ou circunstâncias especiais relacionados com o uso ou financiamento do bem e os custos de transacção que seriam incorridos com a venda. Os dados do mercado observáveis, como o rendimento das rendas, o custo de

substituição e a vida útil, reflectem relativamente poucas transacções em que estejam envolvidos bens que não são necessariamente idênticos aos bens detidos pelo Grupo.

As avaliações são efectuadas por inspectores que são membros do Royal Institution of Chartered Surveyors, ou um organismo estrangeiro equivalente. A avaliação de 31 de Dezembro de 2009 para uma maioria significativa dos investimentos imobiliários do Grupo foi realizada por avaliadores externos.

Os investimentos imobiliários adquiridos em 2009 incluem £1.336 milhões resultantes da retoma de controlo pelo Grupo de propriedades para as quais tinha providenciado financiamento a um cliente.

O justo valor dos investimentos imobiliários inclui £84 milhões (2008 – £172 milhões; 2007 - £234 milhões) de valorização desde a aquisição. O rendimento das rendas dos investimentos imobiliários foi de £233 milhões (2007 – £257 milhões; 2006 – £300 milhões). As despesas operacionais directas dos investimentos imobiliários foram de 16 milhões (2008 – £22 milhões; 2007 – £49 milhões).

Os activos tangíveis, excluindo os investimentos imobiliários, incluem £213 milhões (2008 - £1.132 milhões; 2007 – £717 milhões) de activos em curso de construção.

Bens próprios e arrendados com um valor residual líquido de £5 milhões (2008 – nada; 2007 – £451 milhões) foram vendidos mediante locações operacionais.

19 Acréscimos de proveitos, custos antecipados e outros activos

	Grupo			Empresa		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Pagamentos antecipados	1.872	1.949	1.988	-	-	-
Acréscimos de proveitos	897	1.206	1.214	-	-	-
Despesas diferidas	596	709	385	-	-	-
Planos de pensões em excedente líquido	58	36	575	-	-	-
Outros activos	17.562	20.502	11.500	43	489	127
	20.985	24.402	15.662	43	489	127

20 Operações descontinuadas e activos e passivos de grupos de alienação

(a) Resultado de operações descontinuada, líquidas de imposto

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Operações descontinuadas			
Total de proveitos	-	2571	749
Despesas operacionais	-	(1.407)	(493)
Reclamações de seguros líquidas	-	-	(28)
Perdas por imparidades	-	(564)	(160)
Lucro antes de impostos	-	600	68
Ganho na alienação	-	3.859	-
Lucro operacional antes de impostos	-	4.459	68
Imposto sobre o lucro	-	(204)	(8)
Imposto sobre o ganho na alienação	-	(33)	-
Lucro após de impostos	-	4.222	60
Negócios adquiridos exclusivamente com vista a alienação			
Perdas após de impostos	(99)	(251)	(136)
Resultado de operações descontinuada, líquidas de imposto	(99)	3971	(76)

As operações descontinuadas em 2008 reflectem os resultados do Banco real vendido ao Santander em 24 de Julho de 2008.

Os negócios adquiridos exclusivamente com vista a alienar incluem aqueles negócios do ABN AMRO, incluindo Banca Antoveneta, Gestão de Activos e Private Equity, classificados como grupos para alienação na aquisição do ABN AMRO de 17 de Outubro de 2007. O negócio de Gestão de Activos foi vendido ao Fortis em 3 de Abril de 2008. Banca Antoveneta, excluindo a sua subsidiária Interbanca, foi vendido ao Banca Monte dei Paschi di Siena S.p.A. em 30 de Maio de 2008.

Para cumprir com os requisitos CE sobre a ajuda do Estado, o Grupo concordou em fazer uma série de desinvestimento durante os próximos quatro anos. A Sempra foi o único desses desinvestimentos que cumpriu os critérios para classificação como grupo de alienação em 31 de Dezembro de 2009. Os outros activos e passivos associados classificados como grupos de alienação incluem certos interesses Non-Core na Ásia e América Latina.

b) Fluxos de caixa atribuíveis a operações descontinuadas

Incluídos nos fluxos de caixa do Grupo estão os seguintes montantes atribuíveis a operações descontinuadas:

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais	-	(124)	(1.304)
Fluxos de caixa líquidos de actividades investimento	-	(368)	4341
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	-	339	(25)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	287	3.172

c) Activos e passivos de grupos de alienação

	Sempra	Outro	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m
Activos de grupos de alienação					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	129	129	-	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	314	74	388	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	306	2.910	3.216	-	-
Títulos de dívida e acções	56	848	904	-	-
Derivados	6.361	-	6361	-	-
Activos intangíveis	238	-	238	-	-
Saldos de compensação	1.579	-	1579	-	-
Activos tangíveis	92	44	136	66	395
Outros activos	5.257	160	5.417	-	-
Operações descontinuadas e outros grupos de alienação	14.203	4.165	18.368	66	395
Activos adquiridos exclusivamente com vista a alienação	-	174	174	1.515	45.455
	14.203	4.339	18.542	1.581	45.850
Passivo de grupos de alienação					
Depósitos por bancos	560	58	618	-	-
Contas de clientes	1.961	6.946	8.907	-	-
Derivados	6.262	421	6.683	-	-
Saldos de compensação	950	-	950	-	-
Passivos subordinados	-	6	6	-	-
Outros passivos	1.260	415	1.675	-	-
Operações descontinuadas e outros grupos de alienação	10.993	7.846	18.839	-	-
Activos adquiridos exclusivamente com vista a alienação	-	51	51	859	29.228
	10.993	7.897	18.890	859	29.228

21 Saldos de compensação e posições curtas

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Saldos de compensação (custo amortizado)	10.413	11.741	17.520
Posições curta (detidos para negociação):			
Títulos de dívida			
– Governo	26.647	32.519	41.048
– Outros emitentes	10.871	6.374	25.310
Acções	2.945	3.643	7.143
	50.876	54.277	91.021

22 Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos

	Grupo			Empresa		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Notas em circulação	1.889	1.619	1.545	-	-	-
Impostos correntes	429	585	1.630	169	-	-
Acréscimos	7.429	7.531	8.377	3	3	-
Proveitos diferidos	5.818	7.640	6.289	3	4	-
Outros passivos (1)	14.762	14.107	16.367	1.182	40	8
	30.327	31.482	34.208	1.357	47	8

Nota:

(1) Outros passivos incluem £5 milhões (2008 - £1 milhão; 2007 – £9 milhões) referentes a incentivos com base em acções

Incluídos em outros passivos são provisões para passivos e encargos são o seguinte:

Grupo	£m
Em 1 de Janeiro de 2009	222
Conversão cambial e outros ajustamentos	78
Alienação de subsidiárias	(4)
Alteração à demonstração de resultados	482
Transferências para a demonstração de resultados	(57)
Provisões utilizadas	(159)
Em 31 de Dezembro de 2009	562

Notas:

(1) Inclui as provisões para imóveis e outras provisões emergentes no decurso normal da actividade

23 Impostos diferidos

A provisão para impostos diferidos foi feita da seguinte forma:

	Grupo			Empresa		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Passivo por impostos diferidos	2.811	4.165	5.400	-	-	3
Activo por impostos diferidos	(7.039)	(7.082)	(3.119)	(2)	(3)	-
Impostos diferidos líquidos	(4.228)	(2.917)	2281	(2)	(3)	3

	Pensão	Dotações de capital aceleradas	Provisões	Ganhos diferidos	Transição IFRS	Justo valor de instrumentos financeiros	Activos financeiros disponíveis para venda	Intangíveis	Coberturas de fluxo de caixa	Planos de acções	Perdas fiscais transitadas	Outro	Total
	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	(51)	3,384	(886)	606	(619)	(233)	-	1253	(252)	(11)	(904)	(6)	2281
Transferência para grupos de alienação	19	69	528	36	-	-	80	(29)	-	-	-	238	941
Aquisição / (alienações) de subsidiárias	-	(509)	-	-	6	2	(2)	3	1	-	-	58	(441)
Encargo/(crédito) na demonstração de resultados	157	(127)	(106)	21	195	(125)	350	(898)	286	(2)	(3.079)	63	(3.265)
(Crédito)/Encargo no capital próprio	(476)	-	-	(6)	1	3	(547)	-	(317)	10	(709)	(3)	(2.044)
Outro	(31)	267	(350)	(46)	(3)	-	84	445	(201)	-	(38)	(516)	(389)
Em 1 de Janeiro de 2009	(382)	3.084	(814)	611	(420)	(353)	(35)	774	(483)	(3)	(4.730)	(166)	(2.917)
Transferência para grupos de alienação	-	-	2	-	-	(2)	-	-	-	-	-	11	11
Aquisições / (alienações) de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Encargo/(crédito) na demonstração de resultados	691	(165)	(740)	(81)	(6)	164	(483)	397	165	(6)	(973)	305	(732)
(Crédito)/Encargo no capital próprio	(1.033)	-	-	(501)	1	-	126	-	204	-	554	1	(648)
Conversão cambial e outros ajustamentos	-	(104)	72	107	52	7	1	(63)	54	1	15	(76)	66
Em 31 de Dezembro de 2009	(724)	2815	(1.480)	136	(373)	(184)	(391)	1.108	(60)	(8)	(5.134)	67	(4.228)

Empresa	Transição IFRS	Coberturas de fluxo de caixa	Outro	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2008	-	(2)	5	3
(Crédito)/Encargo na demonstração de resultados	(4)	2	(5)	(7)
Outro	1	-	-	1
Em 1 de Janeiro de 2009	(3)	-	-	(3)
Alteração à demonstração de resultados	1	-	-	1
Em 31 de Dezembro de 2009	(2)	-	-	(2)

Notas:

(1) Activos por impostos diferidos são reconhecidos, como acima referido, dependentes da disponibilidade de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de outras diferenças temporárias. Projecções de negócios preparadas para análises de imparidade (ver Nota 17) indicam que é provável que proveitos futuros tributáveis suficientes estejam disponíveis contra os quais se compensam estes activos por impostos diferidos reconhecidos no prazo de oito anos. As perdas do Reino Unido não expiram e as perdas na Holanda expiram após nove anos. Nas jurisdições onde houver dúvida sobre a disponibilidade de lucros tributáveis futuros, os activos por impostos diferidos de £2.163 milhões (2008 – £1.748 milhões; 2007 - £687 milhões) não foram reconhecidos em matéria de prejuízos fiscais transitáveis de £7.759 milhões (2008 – £5.779 milhões; 2007 - £2.043 milhões). Destas perdas, £27 milhões irão expirar dentro de um ano, £18 milhões dentro de cinco anos e de £6.837 milhões depois. O saldo dos prejuízos fiscais transitados não tem limite de tempo.

(2) Não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos de £279 milhões (2008 – £980 milhões; 2007 – £977 milhões) relativamente a resultados transitados de subsidiárias no estrangeiro e ganhos pendentes da incorporação de sucursais estrangeiras. Espera-se os resultados transitados de subsidiárias estrangeiras sejam infinitamente reinvestidos ou remetidos para o Reino Unido sem mais impostos. Não são de esperar impostos no futuro previsível relativamente aos ganhos pendentes. As diferenças temporárias à data do balanço estão significativamente reduzidos em relação ao ano anterior como resultado da mudança da

legislação fiscal do Reino Unido que isenta em grande medida dos impostos britânicos os dividendos estrangeiros recebidos em ou depois de 1 de Julho de 2009.

24 Actividade de seguros

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Proveitos de prémios de seguro	5807	6.626	6.376
Parte de resseguro	(263)	(300)	(289)
Proveitos de prémios líquidos	5.544	6.326	6.087
Reclamações de seguros	4.992	4.603	4.742
Parte de resseguro	(135)	(173)	(118)
Reclamações líquidas	4.857	4.430	4.624

			Grupo
	2009	2008	2007
Passivos de seguros	£m	£m	£m
Actividade de seguros de ramo vida			
Contratos de seguros unit-linked	292	256	364
Contratos de seguros indexados	1.090	1.331	1.490
Obrigações participantes	2.793	2.602	2.544
Outros contratos de seguros	304	309	298
	4.479	4.498	4.696
Actividade de seguros de ramos reais	5.802	5.478	5.466
	10.281	9.976	10.162

Actividade de seguros de ramos reais

(i) Despesas de ajustamentos de reclamações e perdas

	Grupo		
	Bruto	Resseguro	Líquido
	£m	£m	£m
Reclamações notificadas	3.894	(264)	3.630
Incorridas mas não reportadas	1.572	1	1.573
Em 1 de Janeiro de 2008	5.466	(263)	5.203
Pagamento de caixa para liquidação de reclamações no exercício	(3.969)	97	(3.872)
Aumento/(diminuição) no passivo			
– resultante de reclamações do ano corrente	4.079	(45)	4.034
– resultante de reclamações do ano anterior	(241)	(66)	(307)
Diferenças cambiais líquidas	143	(10)	133
Em 31 de Dezembro de 2008	5.478	(287)	5.191
Reclamações notificadas	4.052	(260)	3.792
Incorridas mas não reportadas	1.426	(27)	1.399
Em 1 de Janeiro de 2009	5.478	(287)	5.191
Pagamento de caixa para liquidação de reclamações no exercício	(3.812)	69	(3.743)
Aumento/(diminuição) no passivo			
– resultante de reclamações do ano corrente	4.383	(23)	4.360
– resultante de reclamações do ano anterior	(79)	(53)	(132)
Alienação de subsidiária	(124)	5	(119)
Diferenças cambiais líquidas	(44)	3	(41)
Em 31 de Dezembro de 2009	5.802	(286)	5.516
Reclamações notificadas	4.101	(276)	3.825
Incorridas mas não reportadas	1.701	(10)	1.691
Em 31 de Dezembro de 2009	5.802	(286)	5.516

As provisões para reclamações em curso não são descontadas pelo valor tempo do dinheiro, excepto as reclamações regularizadas por pagamentos periódicos nos termos do Lei dos Tribunais de 2003. O total de reservas para reclamações regularizadas antes do fim do exercício por pagamentos periódicos é de £91,6 milhões (2008 – £29,0 milhões) bruto e £26,1 milhões (2008 – £3,6 milhões) líquido de resseguro. Os montantes descontados correspondentes são £275,7 milhões (2008 – £85,0 milhões) brutos e £61,8 milhões (2008 – £12.1 milhões) líquidos de resseguro. A categoria das reclamações sujeita a pagamentos periódicos é a responsabilidade automóvel. A taxa de juro usada para o cálculo dos valores presente é de 4,14%, sendo a taxa das obrigações a 40 anos em Outubro 2009. O intervalo médio entre a data do último fluxo de caixa a ser descontado e o final do ano financeiro é 49,8 anos. As reservas incluem a provisão para reclamações que podem ser regularizadas em devido tempo por pagamento periódicos nos termos da Lei tos Tribunais de 2003.

(ii) Provisões para prémios não recebidos riscos de seguros de curto prazo não expirados

	Grupo		
	Bruto	Resseguro	Líquido
Provisão para prémios não recebidos	£m	£m	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	2.752	(41)	2.711
Movimentos no exercício	(105)	(38)	(143)
Diferenças cambiais	64	—	64
Em 1 de Janeiro de 2009	2.711	(79)	2.632
Aumento no exercício	1.747	(63)	1.684
Libertação no exercício	(1.813)	75	(1.738)
Alienação de subsidiária	(145)	—	(145)
Diferenças cambiais	(10)	—	(10)
Em 31 de Dezembro de 2009	2.490	(67)	2.423

A provisão para prémios não recebidos está incluída em Acréscimos de custos, proveitos diferidos e outros passivos (Nota 22)

.

	Grupo		
	2009	2008	2007
Desempenho bruto do ramo vida (contratos de seguros de vida))	£m	£m	£m
Activos líquido inicial	588	604	579
Lucro das actividades existentes:			
Retorno esperado	35	41	35
Variâncias de experiência	(38)	(15)	(23)
	(3)	26	12
Contribuição de novos negócios (1)	31	14	5
Alterações dos pressupostos operacionais	10	2	6
Variâncias do retorno do investimento	32	(46)	(14)
Alterações de pressupostos económicos	(4)	(2)	—
Transferência para fundos de accionistas	(106)	—	—
Outro	6	(10)	16
Activos líquidos finais	554	588	604

Notas:

(1) A contribuição dos novos negócios representa o valor actual dos futuros lucros dos novos negócios de contratos de seguros subscritos durante o exercício.

24 Actividade de seguros continuação

	Grupo	
	Contratos Vida	Contratos Investimento
Movimento em provisões para passivos sob contratos de seguros de vida e *unit-linked* e outros contratos de investimento	£m	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	4.696	5.555
Prémios recebidos	868	330
Comissões e despesas	(21)	(38)
Retorno de investimento	17	(970)
Ajustamentos actuariais	(233)	—
Saldos de contas pagos por resgate e outros cancelamentos no exercício	(734)	(455)
Transferência para grupos de alienação	(686)	—
Câmbios e outros ajustamentos	591	904
Em 1 de Janeiro de 2009	4.498	5.326
Prémios recebidos	528	349
Comissões e despesas	(16)	(13)
Retorno de investimento	400	442
Ajustamentos actuariais	(205)	—
Saldos de contas pagos por resgate e outros cancelamentos no exercício	(546)	(712)
Câmbios e outros ajustamentos	(180)	(263)
Em 31 de Dezembro de 2009	4.479	5.129

Os contratos de investimento são apresentados nos depósitos de clientes.
As alterações dos pressupostos durante o exercício não foram relevantes para o lucro reconhecido.

	Grupo		
	2009	2008	2007
Passivos ligados a garantias de activos	£m	£m	£m
Títulos de dívida	4.484	4.500	2.899
Títulos de participação	4.642	4.816	6.863
Caixa e equivalente a caixa	102	81	68
O passivo associado consiste em			
Contratos de capital variável classificados como contratos de seguro	4.175	4.189	4.398
Contratos de capital variável classificados como contratos de investimento	5.053	5.208	5.432

Não existem opções e garantias relacionadas com contratos de seguro de vida que globalmente possam ter um efeito relevante no valor, no calendário e na incerteza dos fluxos de caixa futuros do Grupo.

Risco de seguro

O risco de seguro é o risco de flutuações em oportunidade, frequência ou gravidade de eventos seguros, relativamente às expectativas do Grupo no momento da subscrição da apólice

Risco de subscrição e preço:

O Grupo gere o risco de subscrição e preços através do uso de orientações de subscrição que pormenorizam a classe, natureza e tipo de negócios que podem ser aceitada, políticas de preço por linha de produto e por marca e controlo centralizado do fraseado da apólice e quaisquer alterações subsequentes;

Risco de gestão de reclamações

O risco de as reclamações serem incorrectamente tratadas ou pagas é gerido pelo uso de uma gama de controlos do sistema TI e de processos manuais conduzidos por pessoal experiente. Isto, juntamente com uma série de políticas e procedimentos detalhados, garante que todas as reclamações são tratadas de um modo atempado, apropriado e exacta.

Risco de resseguro

O resseguro é usado para proteger contra o impacto de grandes eventos catastróficos ou volumes nunca vistos, ou tendências adversas, de reclamações individuais e transferir o risco que está fora do apetite pelo risco actual do Grupo.

O resseguro de risco acima do apetite pelo risco do Grupo apenas é eficaz se o prémio de resseguro tem sentido económico e a contraparte é financeiramente segura. Os resseguradores aceitáveis têm uma classificação A- ou melhor, excepto se especificamente autorizado.

Risco de reserva

O risco de reserva relaciona-se com prémios e reclamações. É o risco de as reservas serem avaliadas incorrectamente de modo foram guardados fundos insuficiente para pagar ou tratar os sinistros conforme os montantes se vencem. Os dados de desenvolvimento dos sinistros fornecem informação sobre o padrão histórico do risco de reserva.

	Ano de acidente									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Reclamações de seguros – bruto	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Estimativa dos derradeiros custos de reclamações										
No final do ano de acidente	2.395	3.013	3.658	3.710	4.265	4.269	4.621	4.080	4.383	34.394
Um ano depois	(70)	91	(140)	(186)	(92)	(275)	(71)	29		(714)
Dois anos depois	20	1	(106)	(88)	(147)	(77)	(5)			(402)
Três anos depois	12	(12)	(55)	(85)	(60)	(16)				(216)
Quatro anos depois	(40)	(17)	(47)	(31)	(55)					(190)
Cinco anos depois	(1)	(19)	(21)	–						(41)
Seis anos depois	(9)	(11)	(32)							(52)
Sete anos depois	6	(14)								(8)
Oito anos depois	4									4
Estimativa corrente das reclamações acumuladas	2.317	3.032	3.257	3.320	3.911	3.901	4.545	4.109	4.383	32.775
Pagamentos acumulados até à data	(2.247)	(2.961)	(3.110)	(3.080)	(3.582)	(3.316)	(3.716)	(2.995)	(2.179)	(27.186)
	70	71	147	240	329	585	829	1.114	2.204	5.589
Passivo relativamente aos anos anteriores										109
Custos de tratamento das reclamações										104
Passivo de reclamações de seguros gerais bruto										5.802

	Ano de acidente									
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2007	2008	2009	Total
Reclamações de seguro – líquido de resseguro	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Estimativa dos derradeiros custos das reclamações										
No final do ano de acidente	2.011	2.584	3.215	3.514	4.168	4.215	4.572	4.034	4.360	32.673
Um ano depois	(61)	59	(106)	(168)	(67)	(261)	(90)	24		(670)
Dois anos depois	22	(12)	(103)	(90)	(161)	(87)	(17)			(448)
Três anos depois	13	(3)	(53)	(81)	(64)	(23)				(211)
Quatro anos depois	(41)	(21)	(44)	(46)	(60)					(212)
Cinco anos depois	1	(24)	(23)	(19)						(65)
Seis anos depois	(19)	(5)	(34)							(58)
Sete anos depois	–	(11)								(11)
Oito anos depois	1									1
Estimativa corrente das reclamações acumuladas	1.927	2.567	2.852	3.110	3.816	3.844	4.465	4.058	4.360	30.999
Pagamentos acumulados até à data	(1.881)	(2.513)	(2.759)	(2.923)	(3.503)	(3.278)	(3.665)	(2.970)	(2.157)	(25.649)
	46	54	93	187	313	566	800	1.088	2.203	5.350

Passivo relativamente aos anos anteriores	62
Custos de tratamento das reclamações	104
Passivo de reclamações de seguros gerais líquido	5.516

Reservas de reclamações

É política do grupo manter reservas de reclamações não descontadas (incluindo reservas para cobrir reclamações que foram incorridas mas não reportadas (reservas IBNR)) para todas as classes a um nível suficiente para cumprir todas as obrigações quando elas se vencerem.
A ênfase do Grupo está no alto volume e produtos relativamente simples, por exemplo habitação e automóvel. Isto facilita a geração de dados completos de subscrição e reclamações, que são utilizados para fazer um preço correcto e monitorizar os riscos aceites.

O quadro seguinte mostra os rácios de perdas para cada classe significativa de actividade, brutos e líquidos de resseguro.

		2009			2008		2007	
		Prémios adquiridos	Reclamações incorridas	Rácio de perdas	Prémios adquiridos	Rácio de perdas	Prémios adquiridos	Rácio de perdas
		£m	£m	%	£m	%	£m	%
Imóveis residenciais	Bruto	1.129	597	53	1.103	48	1.087	82
	Líquido	1.065	596	56	1.034	51	1.020	86
Automóvel particulares	Bruto	2.984	3.062	103	3.173	84	3.254	80
	Líquido	2.901	2.997	103	3.075	83	3.161	81
Imobiliário comercial	Bruto	182	74	41	194	41	211	55
	Líquido	166	74	45	174	46	191	60
Automóvel comercial	Bruto	136	136	100	143	91	142	75
	Líquido	135	132	98	141	91	133	80
Outro	Bruto	848	435	51	994	42	851	40
	Líquido	845	429	51	828	51	839	41
Total	Bruto	5.279	4.304	82	5.607	68	5.545	73
	Líquido	5.112	4.228	83	5.252	71	5.344	75

O Grupo não tem exposição à taxa de juro de passivos de seguros gerais porque as provisões para reclamações por contratos de seguros de curto prazo não são descontadas.

Frequência e gravidade de riscos específicos e fontes de incerteza

A maioria dos contratos de seguros de ramos reais é assinado numa base anual, o que significa que a responsabilidade do Grupo se prolonga por um período de 12 meses, após o que o Grupo tem o direito de recusar a renovação ou impor condições de renovação por alteração do prémio, termos e condições.
A frequência e severidade das reclamações e as fontes de incerteza para as principais classes que o Grupo está exposto são as seguintes:

Contratos de seguro automóvel (particulares e comercial):

A experiência de reclamações é muito variável devido a uma larga gama de factores, mas os principais são idade, sexo e experiência de condução do condutor, tipo e natureza do veículo, uso do veículo e zona.

Há muitas fontes de incerteza que afectarão a experiência do Grupo no ramo automóvel, incluindo risco operacional, risco de reserva, taxas de prémios que não igualam a taxas de inflação das reclamações, condições meteorológicos e ambiente social, económico e legislativos e risco de falência de resseguro.

Contratos de seguro de imóveis (residenciais e comerciais):

A maioria das causas para sinistros em seguro de imóveis é motivada pelo roubo, inundações, fugas de água, incêndio, tempestades, subsidência e vários tipos de danos acidentais.
A maior fonte de incerteza nas contas de imóveis do Grupo é a volatilidade das condições meteorológicas. Durante um longo período, a robustez da economia também é um factor.

Outros contratos de seguros comerciais

Outros sinistros comerciais são provenientes da interrupção da actividade e de prejuízos decorrentes de negligência do segurado (seguro de responsabilidade civil). As perdas por interrupção são provenientes da perda de proveitos, rendimentos e/ou lucros como resultado de reclamações de danos em imóveis. O seguro de responsabilidade inclui a responsabilidade do empregador e a responsabilidade pública/de produtos. O seguro de responsabilidade e subscrito numa base de ocorrência e está sujeito a reclamações que são identificadas num período de tempo substancial, mas onde o evento de perda ocorreu durante a vida da apólice.

As flutuações no clima social e económica são uma fonte de incerteza na interrupção do negócio do Grupo e contas de responsabilidade geral. Outras fontes de incerteza são alterações nas leis ou na sua interpretação e risco de reserva. Outras incertezas são eventos significativos (por exemplo, ataques terroristas) e quaisquer novos prejuízos ou tipos de reclamação emergentes que não eram considerados quando a apólice foi escrita.

O quadro que se segue mostra o vencimento esperado das responsabilidades de seguros até vinte anos, excluindo aqueles directamente ligados aos activos financeiros que apoiam estes contratos, £4.175 milhões (2008 – £4,189 milhões; 2007 – £4,398 milhões).

	Grupo					
	0-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3-5 anos	5-10 anos	10-20 anos
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
2009	561	1.685	1.898	949	665	73
2008	623	1.645	1.899	903	487	53
2007	710	1.796	1.961	882	395	33

24 Actividade de seguros continuação

Ramo Vida

As três companhias de seguros de vida do Grupo reguladas no Reino Unido, National Westminster Life Assurance Limited (NatWest Life), Royal Scottish Assurance plc (RSA) e Direct Line Life Insurance Company Limited, são obrigadas a cumprir requisitos de capital mínimo permanentemente de acordo com o Prudential Sourcebook da Financial Service Authority do Reino Unido. Os recursos de capital que cobrem o requisito regulamentar não são transferíveis para outras áreas do Grupo. Para garantir que o requisito de capital é permanentemente cumprido, cada empresa detém um montante amortecedor voluntários adicional acima do mínimo regulamentar.

O Grupo não está exposto ao risco de preço, cambial, crédito ou de juro nos contratos de seguros de vida unit-linked, mas está exposto à variação em comissões de gestão. Uma diminuição de 10% no valor dos activos reduziria as comissões de gestão dos activos em £1 milhão por ano (2008 – £5 milhões). O Grupo redige os contratos de seguros com benefícios garantidos mínimos por morte que o expõe ao risco de que os declínios no valor dos investimentos subjacentes pode aumentar a exposição líquida do Grupo ao risco de morte. Os contratos de seguros de longo prazo do Grupo incluem contratos de seguros de vida inteira, seguro temporário, seguros mistos, vida inteira flexível, pensão e de rendas que se espera que se mantenham em vigor durante um longo período de tempo.

Os contratos sob os quais o Grupo não aceita riscos de seguros significativos são classificados como contratos de investimento. Conforme exigido pela IFRS 4 “Contratos de seguros”, as provisões de negócios de longo prazo são calculados de acordo com os GAAP existentes locais (norma contabilística do Reino Unido, FRS 27 “Seguro de vida”).

As estimativas (pressupostos) que incluem mortalidade, morbidade, persistência e níveis de despesas futuros são realizados calculando reservas actuariais. Os elementos principais de mensuração no Reino Unido incluem:

Pressupostos	2009	2008	2007
Taxa de juro de avaliação			
Seguro temporário		2,9%	2,50%	3,00%
Juro		2,9%	2,50%	3,00%
Crescimento unitário		4,4%	3,70%	3,50%
Inflação de despesas		4,4%	3,00%	4,00%

As taxas de mortalidade de amostra, expressas como mortes por milhões por ano, para produtos de seguros temporários (idade 40).

Mortalidade	2009	2008	2007
Homem não fumador	674	723	810
Homem fumador	1542	1.590	1.830
Mulher não fumadora	497	568	460
Mulher fumadora	1136	1.277	1.310

Despesas:			
	2009	2008	2007
Pré-produtos 2000 – RSA	por ano	por ano	por ano
Plano de protecção do estilo de vida	£26,68	£29,30	£25,18
Plano de poupança hipotecário	£59,80	£65,92	£56,67
Produtos pré-2000 – NatWest Life			
Seguros temporários	£23,23	£26,01	£26,01
Obrigações de vida indexadas	£23,23	£26,01	£23,17
Produtos pós-2000			
Seguros temporários	£20,70	£23,17	£23,16
Obrigações garantidas	£23,00	£25,71	£25,71

Frequência e gravidade das reclamações – para contratos onde a morte é o risco seguro, os factores mais significativos que podem aumentar a frequência global das reclamações são as epidemias ou grandes transformações no estilo de vida, resultando em reclamações antecipadas ou em maior número que o esperado.

Para contratos em que a sobrevivência é o risco seguro, o factor mais significativo é a contínua melhoria da ciência médica e das condições sociais que aumentarão a longevidade.

Para contratos com benefícios fixos e garantidos e prémios fixos futuros, não há termos e condições de mitigações que reduzam o risco de seguro aceite. Os contratos de participação podem resultar numa porção significativa no risco de seguro partilhado com p segurado.

Fontes de incerteza na estimativa de futuros pagamentos de benefícios e recebimentos de prémios – o Grupo usa as tabelas base de mortalidade standard apropriada para o tipo de contrato a ser subscrito e o território em que a pessoa segura reside. Estes são ajustados para reflectir a experiência do Grupo, melhoramentos na mortalidade e comportamento de resolução voluntária.

Factor de sensibilidade	Descrição do factor de sensibilidade aplicado
Taxa de juro e retorno de investimento	Alteração nas taxas de juro de mercado de ±1%.
	O teste permite de modo consistente para alterações similares ao Retorno de investimentos e movimentos no valor do mercado dos títulos apoiados por juros fixos.
Despesas	Aumento nas despesas de manutenção de 10%
Mortalidade/morbidade do seguro	Aumento nas taxas de mortalidade/morbidade para contratos de seguro de 5%
Mortalidade de quem recebe rendas	Redução nas taxas de mortalidade de contratos de renda de 5%

Os factores de sensibilidade acima são aplicados por modelos actuariais e estatísticos, com o seguinte impacto nas demonstrações financeiras.

	Aumento/(diminuição) em resultados e capital próprio		
	2009	2008	2007
Factor de risco	£m	£m	£m
Taxas de juro	(11)	(11)	(18)
Taxas de juro	10	11	15
Despesas	(9)	(7)	(5)
Mortalidade/morbidade do seguro	(12)	(9)	(8)

Limitações da análise de sensibilidade: os quadros acima demonstram o efeito de uma alteração num pressuposto essencial no Reino Unido, enquanto os outros pressupostos se mantêm inalterados. Na realidade, tal facto é improvável, devido à correlação entre pressupostos e outros factores. Também deve ser notado que estas sensibilidades são não lineares e impactos maiores ou menos não deve ser interpolados ou extrapolados destes resultados. A análise de sensibilidade não toma em consideração que os activos e passivos são activamente geridos e podem variar no momento em que qualquer movimento real do mercado ocorra.

25 Passivos subordinados

	Grupo			Empresa		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Empréstimos subordinados a prazo fixo	24.597	30.162	23.065	6.526	7.421	5.585
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	8.164	11.697	9.866	574	1.071	781
Acções preferenciais	2.000	2.194	1.686	1.662	1.822	1.377
Trust preferred securities	2.891	5.101	3.426	—	—	—
	37.652	49.154	38.043	8.762	10.314	7.743

25 Passivos subordinados continuação

Em Abril 2009, o Grupo concluiu uma série de ofertas de troca e ofertas de adjudicação com titulares de um certo número de títulos de Tier 1 e Upper Tier 2. As trocas envolvendo instrumentos classificados como passivo cumpriram todos os critérios das IFRS em relação ao tratamento para a extinção a responsabilidade original e o reconhecimento do novo passivo financeiro. As mais-valias nestas trocas e o resgate dos títulos classificados como passivo para caixa, totalizando £3.790 milhões, foram créditos em proveitos. Nenhum montante foi reconhecido em proveitos em relação ao resgate de títulos classificados como capital próprio ou interesses minoritários nas Demonstrações Financeira do Grupo. A diferença entre a contrapartida e o valor contabilístico para estes títulos elevou-se a £829 milhões e foi registado em capital próprio.

O grupo assumiu, salvo se acordado de outra forma com a Comissão Europeia, que nem a empresa nem qualquer das suas subsidiárias directas ou indirectas (excluindo as empresas no grupo ABN AMRO) pagarão aos investidores quaisquer dividendos ou cupões em instrumentos de capital híbrido (incluindo acções preferenciais, acções B e instrumentos upper e lower tier 2) a partir de uma data de início não posterior a 30 de Abril de 2010 e por um período de dois seguintes ("o período de diferimento") ou exercerão quaisquer direitos de compra em relação a esses instrumentos de capital entre 24 de Novembro de 2009 e o final do período de diferimento, a menos que haja uma obrigação legal para o fazer. Os instrumentos de capital híbrido emitidos após 24 de Novembro de 2009 não estarão, em geral, sujeitos à restrição dos pagamentos de dividendos ou cupão ou opções de compra.

Certas acções preferenciais emitidas pela empresa são classificadas como passivos; estes títulos mantêm-se sujeitos às regras de manutenção de capital da Lei de Sociedades 2006.

Os quadros que se seguem analisam o vencimento restante dos passivos subordinados em (1) data de resgate final; e (2) a próxima data de compra (*call*).

	Grupo						
	2010	2011	2012-2014	2015-2019	Depois	Perpétuo	Total
2009 – resgate final	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	122	8	164	1.778	–	2603	4.675
Dólar EUA	407	196	1.457	5.314	323	5.294	12.991
Euro	1.589	443	1.414	7.360	1.664	4.410	16.880
Outro	26	–	554	1.905	–	621	3.106
Total	2.144	647	3.589	16.357	1.987	12.928	37.652

	Grupo							
	Nesta data	2.010	2.011	2012-2014	2015-2019	Depois	Perpétuo	Total
2009 – data de resgate	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	174	408	202	496	1.720	1.504	171	4.675
Dólar EUA	1.811	1.814	1.429	3.171	1.139	1.891	1.736	12.991
Euro	564	2.849	1.755	3.142	5.501	709	2.360	16.880
Outro	419	576	–	1025	914	172	–	3106
Total	2.968	5.647	3.386	7.834	9.274	4.276	4.267	37.652

	Grupo						
	2009	2.010	2011-2013	2014-2018	Depois	Perpétuo	Total
2008 – resgate final	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	192	15	176	1.458	370	6.287	8.498
Dólar EUA	1.308	342	1.123	7.435	561	7.655	18.424
Euro	1.865	1.378	1.991	7.923	1.957	4.087	19.201
Outro	29	–	7	2.284	34	677	3.031
Total	3.394	1.735	3.297	19.100	2.922	18.706	49.154

	Grupo							
	Nesta data	2009	2.010	2011-2013	2014-2018	Depois	Perpétuo	Total
2008 – data de resgate	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	–	192	752	1.039	2.729	3.615	171	8.498
Dólar EUA	1.833	3.247	2.601	4.814	1.951	2.053	1.925	18.424
Euro	–	2351	3.137	5.699	7.021	942	51	19.201
Outro	–	500	405	922	954	250	–	3031
Total	1.833	6.290	6.895	12.474	12.655	6.860	2.147	49.154

Grupo

	2008	2009	2010-2012	2013-2017	Depois	Perpétuo	Total
2007 – resgate final	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	194	–	34	1.405	389	5.818	7.840
Dólar EUA	903	1.540	620	5.477	743	3.985	13.268
Euro	764	1.312	1.405	5.711	1.674	3.164	14.030
Outro	35	–	6	2.076	325	463	2.905
Total	1896	2.852	2.065	14.669	3.131	13.430	38.043

Grupo

	Nesta data	2008	2009	2010-2012	2013-2017	Depois	Perpétuo	Total
2007 – data de resgate	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	–	194	–	1497	2.456	3.527	166	7.840
Dólar EUA	1347	1.492	2.585	4.485	1.678	1.681	–	13268
Euro	–	1612	1.685	4.992	5.091	611	39	14.030
Outro	–	35	431	843	1.468	128	–	2905
Total	1347	3.333	4.701	11.817	10.693	5.947	205	38.043

Empresa

	2010	2.011	2012-2014	2015-2019	Depois	Perpétuo	Total
2009 – resgate final	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	13	–	–	–	400	200	613
Dólar EUA	62	185	1.075	630	2.578	2.013	6.543
Euro	55	–	–	–	1551	–	1606
Total	130	185	1.075	630	4.529	2.213	8.762

Empresa

	Nesta data	2.010	2.011	2012-2014	2015-2019	Depois	Perpétuo	Total
2009 – data de resgate	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	–	212	–	–	400	–	1	613
Dólar EUA	1039	48	185	2.794	630	1.847	–	6543
Euro	–	55	–	1107	444	–	–	1606
Total	1039	315	185	3.901	1.474	1.847	1	8.762

Empresa

	2009	2.010	2011-2013	2014-2018	Depois	Perpétuo	Total
2008 – resgate final	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	9	–	–	–	400	200	609
Dólar EUA	415	–	717	1.381	2.863	2.661	8.037
Euro	–	–	–	–	1668	–	1668
Total	424	–	717	1.381	4.931	2.861	10.314

Empresa

	Nesta data	2009	2.010	2011-2013	2014-2018	Depois	Perpétuo	Total
2008 – data de resgate	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	–	9	199	–	400	–	1	609
Dólar EUA	582	1.511	682	1.296	2.710	1.256	–	8.037
Euro	–	–	–	1.190	478	–	–	1.668
Total	582	1.520	881	2.486	3.588	1.256	1	10.314

Empresa

	2008	2009	2010-2012	2013-2017	Depois	Perpétuo	Total
2007 – resgate final	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	13	–	–	–	399	199	611
Dólar EUA	61	199	148	1.204	2.259	1.935	5.806
Euro	45	–	–	–	1,281	–	1.326
Total	119	199	148	1.204	3.939	2.134	7.743

Empresa

	Nesta data	2008	2009	2010-2012	2013-2017	Depois	Perpétuo	Total
2007 – data de resgate	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Libra esterlina	–	13	–	198	399	–	1	611
Dólar EUA	425	435	620	643	2.594	1.089	–	5.806
Euro	–	45	–	914	367	–	–	1.326
Total	425	493	620	1.755	3.360	1.089	1	7.743

25 Passivos subordinados continuação

Empréstimos subordinados a prazo fixo

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
A empresa			
US$400 milhões 6.4% notas subordinadas 2009 (resgatado Abril 2009)	–	278	202
US$300 milhões 6.375% notas subordinadas 2011 (1)	201	231	163
US$750 milhões 5% notas subordinadas 2013 (1)	503	579	382
US$250 milhões 5% notas subordinadas 2014 (1)	521	616	386
US$250 milhões 5% notas subordinadas 2014 (1)	153	169	123
US$675 milhões 5,05% notas subordinadas 2015 (1)	468	550	357
US$350 milhões 4,7% notas subordinadas 2018 (1)	231	286	173
	2.077*	2.709*	1.786*
The Royal Bank of Scotland plc			
€255 milhões 5,25% notas subordinadas 2008	–	–	192
€300 milhões 4,875% notas subordinadas 2009 (resgatada Março 2009)	–	298	228
€1.000 milhões 6% notas subordinadas 2013	1.014	1.083	790
US$50 milhões notas subordinadas a taxa variável 2013	36	36	26
€1.000 milhões notas subordinadas a taxa variável 2013	–	–	744
€500 milhões 6% notas subordinadas 2013	452	487	374
£150 milhões 10.5% obrigações subordinadas 2013 (2)	177	180	169
US$1.250 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2014 (resgatada Julho 2009)	–	862	630
AUD590 milhões 6% notas subordinadas 2014 (resgatável Abril 2010)	330	281	254
AUD410 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2014 (resgatável Abril 2010)	229	195	182
AUD700 milhões 4,25% notas subordinadas 2015 (resgatável Março 2010)	419	409	358
£250 milhões 9.625% obrigações subordinadas 2015	301	311	286
US§750 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2015 (resgatável Setembro 2010)	462	513	374
€750 milhões notas subordinadas a taxa variável 2015	741	783	564
CHF400 milhões 2,375% notas subordinadas 2015	244	257	166
CHF100 milhões 2,375% notas subordinadas 2015	69	72	41
CHF200 milhões 2,375% notas subordinadas 2015	117	125	86
US§500 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2016 (resgatável Outubro 2011)	308	346	252
US$1.500 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2016 (resgatável Abril 2011)	926	1.038	757
€500 milhões 4,5% notas subordinadas 2016 (resgatável Janeiro 2011)	476	511	379
CHF200 milhões 2,75% notas subordinadas 2017 (resgatável Dezembro 2012)	120	129	89
€100 milhões notas subordinadas a taxa variável 2017	89	97	73
€500 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2017 (resgatável Junho 2012)	445	482	371
€750 milhões 4,35% notas subordinadas 2017 (resgatável Janeiro 2017)	728	770	548
AUD450 milhões 6,5% notas subordinadas 2017 (resgatável Fevereiro 2012)	255	217	202
AUD450 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2017 (resgatável Fevereiro 2012)	250	214	199
US$1.500 milhões notas subordinadas a taxa flutuante resgatáveis *step up* 2017 (resgatável Agosto 2012)	925	1.029	752
€2.000 milhões 6,93% notas subordinadas 2018 (resgatável Abril 2018)	2.017	2.136	–
US$125,6 milhões notas subordinadas a taxa variável 2020	78	87	64
€1.000 milhões 4,625% notas subordinadas 2021 (resgatável Abril 2016)	962	1.019	724
€300 milhões notas subordinadas a taxa variável CMS linked 2022	292	303	228
€144,4 milhões notas subordinadas a taxa flutuante 2022 (resgatável Junho 2022)	143	152	–
National Westminster Bank Plc			
US$1.000 milhões 7,375% notas subordinadas 2009 (resgatada Outubro 2009)	–	697	507
€600 milhões 6% notas subordinadas 2010	564	623	474
€500 milhões 5,125% notas subordinadas 2011	455	488	376
€300 milhões 7,875% notas subordinadas 2015	365	379	349
€300 milhões 6,5% notas subordinadas 2021	351	376	330
Charter One Financial, Inc.			
US$400 milhões 6,375% notas subordinadas 2012	255	287	212

RBS Holdings USA Inc.			
US$170 milhões notas de passivos subordinados a taxa variável 2009 (resgatada Outubro 2009)	–	116	85
US$100 milhões 5,575% crédito revolving senior subordinado 2009 (resgatado Outubro 2009)	–	69	50
US$500 milhões notas de passivos subordinados a taxa variável 2010 (resgatável em qualquer data de pagamento de empréstimos)	311	342	249
First Active plc			
£60 milhões 6,375% obrigações subordinadas 2018 (resgatável Abril 2013)	66	66	65
Emissões subordinadas de outros interesses minoritários	12	16	16
ABN AMRO e subsidiárias			
€113 milhões 7.50% notas subordinadas 2008	–	–	83
€182 milhões 6.00% notas subordinadas a taxa fixa 2009 (resgatado Abril 2009)	–	169	132
€182 milhões 6.13% notas subordinadas a taxa fixa 2009 (resgatado Junho 2009)	–	165	127
€1,150 milhões 4.63% notas subordinadas a taxa fixa 2009 (resgatado Maio 2009)	–	1104	848
€250 milhões 4.70% notas subordinadas CMS linked 2019	189	195	131
€800 milhões 6.25% notas subordinadas a taxa fixa 2010	733	795	598
€100 milhões 5.13% notas subordinadas flip flop Bermudan resgatável 2017 (resgatável Dezembro 2012)	84	89	75
€500 milhões nota subordinada lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2018 (resgatável Maio 2013)	426	455	350
€1,000 milhões nota subordinada lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável notes 2016 (resgatável Setembro 2011)	862	923	710
€13 milhões notas subordinadas cupão zero 2029 (resgatável Junho 2010)	4	8	2
€82 milhões notas subordinadas a taxa variável 2017	68	72	55
€103 milhões notas subordinadas lower tier 2 a taxa variável 2020	83	89	68
€170 milhões notas subordinadas sinkable a taxa de variável 2041	190	205	184
€15 milhões notas subordinadas lower tier 2 CMS linked a taxa variável 2020	10	10	11
€1,500 milhões nota subordinada lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2015 (resgatável Junho 2010)	1.326	1.419	1.087
€5 milhões nota subordinada lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2015 (resgatável Outubro 2010)	4	5	4
€65 milhões nota subordinada lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2015 (resgatável Outubro 2010)	58	62	48
US$12 milhões notas subordinadas a taxa variável 2008	–	–	6
US$12 milhões notas subordinadas a taxa variável 2008	–	–	6
US$165 milhões 6.14% notas subordinadas 2019	132	152	94
US$72 milhões 5.98% notas subordinadas 2019	34	49	7
US$500 milhões 4.65% notas subordinadas 2018	293	359	214
US$500 milhões floating rate Bermudan resgatável notas subordinadas 2013	–	–	232
US$1,500 milhões floating rate Bermudan resgatável notas subordinadas 2015 (resgatável Março 2010)	887	982	717
US$100 milhões notas subordinadas lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2015 (resgatável Outubro 2010)	62	68	50
US$36 milhões notas subordinadas lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2015 (resgatável Outubro 2010)	22	25	18
US$1,000 milhões notas subordinadas lower tier 2 Bermudan resgatável a taxa variável 2017 (resgatável Janeiro 2012)	598	661	479
AUD575 milhões 6,50% notas subordinadas lower tier 2 Bermudan resgatável 2018 (resgatável Maio 2013)	318	286	231
AUD175 milhões 7,46% notas subordinadas lower tier 2 Bermudan resgatável 2018 (resgatável Maio 2013)	93	79	73
€26 milhões 7.42% notas subordinadas 2016	27	28	20
€7 milhões 7,38% notas subordinadas 2016	7	8	6
€256 milhões notas subordinadas a taxa fixa 5,25% 2008	–	–	190
$13 milhões notas subordinadas a taxa variável 2008	–	–	9
£42 milhões 8,18% notas subordinadas 2010	7	15	19
£25 milhões 9.18% notas subordinadas lower tier 2 amoirt. MTN 2011	8	9	15
£750 milhões 5% notas subordinadas upper tier 2 Bermudan resgatável a taxa fixa 2016	727	728	642
US$250 milhões 7.75% notas subordinadas a taxa fixa 2023	155	173	127

US$150 milhões 7.13% notas subordinadas a taxa fixa 2093	93	104	76
US$250 milhões 7.00% notas subordinadas a taxa fixa 2008	–	–	127
US$68 milhões notas subordinadas a taxa variável 2009 (6)	–	–	34
US$12 milhões notas subordinadas a taxa variável 2009 (6)	–	–	6
BRL50 milhões notas subordinadas a taxa variável 2013 (6)	–	–	14
BRL250 milhões notas subordinadas a taxa variável 2013 (6)	–	–	71
BRL250 milhões notas subordinadas a taxa variável 2014 (6)	–	–	71
BRL885 milhões notas subordinadas a taxa variável 2014 (6)	–	–	251
BRL300 milhões notas subordinadas a taxa variável 2014 (6)	–	–	85
PKR0.80 milhões notas subordinadas a taxa variável 2012	–	7	6
MYR200 milhões notas subordinadas de cupão zero 2017	36	40	30
TRY60 milhões notas subordinadas 2012 resgatável a taxa flutuante (resgatado Setembro 2009)	–	34	25
	24.597	30.162	23.065

* Além disso, a empresa tem em emissão €166 milhões (2008 e 2007 - €500 milhões) de notas de empréstimos subordinados no valor de €1.000 cada, US$827 milhões (2008 e 2007 – US$1.950 milhões) notas de empréstimos subordinados US$1.000 cada e £93 milhões (2008 e 2007 – £400 milhões) notas de empréstimos subordinados de £1.000 cada. Estas notas de empréstimos estão incluídos no balanço da empresa como empréstimo subordinado, mas são reclassificados como t*rust preferred securities* de interesses minoritários em consolidação (ver Nota 26).

Notas:

(1) Arrendado ao The Royal Bank of Scotland plc numa base subordinada.
(2) Garantido incondicionalmente pela empresa.
(3) No caso de certas alterações da legislação fiscal, as emissões de capital de empréstimo a prazo fixo podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, à opção do emitente pelo montante do capital e juros acrescidos, mediante a aprovação prévia das entidades reguladoras.
(4) Excepto conforme referido acima, as reclamações relativas ao capital de empréstimo a prazo fixo do Grupo, são subordinadas às reclamações de outros credores. Nenhuma parte do capital de empréstimo a prazo fixo do Grupo está garantida.
(5) Juro sobre todos os títulos subordinados a taxa variável é calculado por referência às taxas de mercado.
(6) Transferido para o Santander S.A..

25 Passivos subordinados continuação

Empréstimos subordinados sem prazo fixo

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
A empresa			
US$163 milhões (2008 e 2007 – US$350 milhões) notas de capital primário a taxa variável sem data fixa (resgatável em qualquer data de pagamento de juros) (3)	101	240	175
US$762 milhões (2008 e 2007 – US$1.200 milhões) 7,648% títulos teir one regular. perpétuo (resgatável Setembro 2031) (1, 2, 3)	473	831	606
	574	1.071	781
The Royal Bank of Scotland plc			
£150 milhões 5.625% notas subordinadas sem prazo (resgatável Junho 2032)	144	144	144
£96 milhões (2008 e 2007 – £175 milhões) 7.375% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Agosto 2010) (3)	101	190	183
€152 milhões 5.875% notas subordinadas sem prazo	–	–	114
£117 milhões (2008 e 2007 – £350 milhões) 6.25% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Dezembro 2012) (3)	126	380	354
£138 milhões (2008 e 2007 – £500 milhões) 6% notas subordinadas sem prazo (resgatável Setembro 2014) (3)	143	565	517
€197 milhões (2008 e 2007 – €500 milhões) 5.125% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Julho 2014) (3)	194	516	371
€243 milhões (2008 e 2007 – €1,000 milhões) rate notas subordinadas sem prazo fixo a taxa variável (resgatável Julho 2014) (3)	214	966	742
£178 milhões (2008 e 2007 – £500 milhões) 5.125% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Março 2016) (3)	189	556	499
£200 milhões 5.125% notas subordinadas upper tier 2 (resgatável Setembro 2026)	210	210	210
£260 milhões (2008 e 2007 – £600 milhões) 5.5% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Dezembro 2019) (3)	272	677	595
£174 milhões (2008 e 2007 – £500 milhões) 6.2% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Março 2022) (2)	206	614	543
£145 milhões (2008 e 2007 – £200 milhões) 9.5% obrigações subordinadas sem prazo fixo (resgatável Agosto 2018) (3, 4)	176	253	228
£400 milhões 5.625% notas subordinadas upper tier 2 (resgatado Abril 2009)	–	397	397
£83 milhões (2008 e 2007 – £300 milhões) 5.625% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Setembro 2026) (3)	90	431	318
£51 milhões (2008 e 2007 – £350 milhões) 5.625% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Junho 2032) (3)	55	364	363
£190 milhões (2008 e 2007 – £400 milhões) 5% notas subordinadas sem prazo fixo (resgatável Março 2011) (3)	197	424	402
JPY25 mil milhões 2.605% notas subordinadas sem prazo fixos (resgatável Novembro 2034)	173	217	103
CAD700 milhões 5.37% notas subordinadas sem prazo a taxa fixa (resgatável Maio 2016)	452	464	363
National Westminster Bank Plc			
US$293 milhões (2008 e 2007 – US$500 milhões) notas primary capital a taxa variável, Série A (resgatável em qualquer data de pagamento de juros) (3)	205	343	251
US$312 milhões (2008 e 2007 – US$500 milhões) notas primary capital a taxa variável, Série B (resgatável em qualquer data de pagamento de juros) (3)	182	347	256
US$332 milhões (2008 e 2007 – US$500 milhões) notas primary capital a taxa variável, Série C (resgatável em qualquer data de pagamento de juros) (3)	192	346	255
€400 milhões 6.625% notas subordinadas sem prazo fixo a taxa fixa/variável (resgatável Abril 2010)	358	388	303
€100 milhões notas step-up sem prazo fixo a taxa variável notes (resgatável Abril 2010)	90	97	74
£162 milhões (2008 e 2007 – £325 milhões) 7.625% notas subordinadas step-up sem prazo fixo (resgatável Janeiro 2010) (3)	174	363	357
£127 milhões (2008 e 2007 – £200 milhões) 7.125% notas subordinadas step-up sem prazo fixo (resgatável Outubro 2022) (3)	127	201	205
£68 milhões (2008 e 2007 – £200 milhões) 11.5% notas subordinadas sem prazo (resgatável Dezembro 2022) (3, 5)	79	269	269
First Active plc			
£20 milhões 11.75% perpétuo tier two capital	26	26	23

€38 milhões 11.375% perpétuo tier two capital	51	52	39
£1.3 milhões perpétuo tier two capital a taxa variável	2	2	2
ABN AMRO e subsidiárias			
€9 milhões 4.650% acções preferenciais de financiamento convertíveis perpétuas	–	–	7
€1,000 milhões 4.310% notas subordinadas tier 1 Bermudan resgatável perpétuas (resgatável Março 2016)	834	824	598
€800 milhões 10.00% notas tier obrigatórias convertíveis perpétuas a taxa fixa 2099 (emissão Julho 2009)	716	–	–
€967 milhões 10.00% notas tier obrigatórias convertíveis perpétuas a taxa 2072 (emissão Dezembro 2009)	866	–	–
€833 milhões 10.00% notas tier obrigatórias convertíveis perpétuas a taxa 2073 (issued Dezembro 2009)	746	–	–
	8.164	11.697	9.866

Notas:

(1) Arrendado ao The Royal Bank of Scotland plc numa base subordinada.

(2) A empresa pode cumprir as obrigações de pagamento de juros emitindo acções ordinárias a *Trustees* nomeados, em número suficiente para lhes permitir, ao vender estas acções, liquidar os juros.

(3) Parcialmente resgatada no seguimento da conclusão das ofertas e permuta em Abril 2009.

(4) Garantido pela empresa.

(5) Permutáveis à opção do emitente por 200 milhões 8,392% (bruto) de acções preferenciais não cumulativas de £1 cada do National Westminster Bank Plc a qualquer momento.

(6) Excepto como indicado acima, as reclamações relativamente ao capital emprestado sem prazo fixo do Grupo estão subordinadas às reclamações de outros credores. Nenhuma parte do capital emprestado sem prazo fixo do grupo está garantida.

(7) No caso de certas alterações da legislação fiscal, as emissões de capital de empréstimo a prazo fixo podem ser resgatadas na totalidade, mas não em parte, à opção do Grupo, pelo montante do capital acrescido de juros mediante a aprovação prévia das entidades reguladoras.

(8) O juro sobre todos os títulos subordinados a taxa variável é calculado por referência às taxas do mercado

Acções preferenciais

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
A empresa			
Acções preferenciais não cumulativas de US$0.01 (1)			
Série F US$200 milhões 7,65% (resgatável à opção do emitente)	123	137	100
Série H US$300 milhões 7,25% (resgatável à opção do emitente)	185	205	150
Série L US$850 milhões 5,75% (resgatável Dezembro 2049)	524	582	421
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de US$0.01 (1)			
Series 1 US$1,000 milhões 9.118% (resgatável Março 2010)	630	698	510
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0.01 (1)			
Series 1 £200 milhões 7.387% (resgatável Dezembro 2010)	199	211	201
Acções preferenciais cumulativas de £1			
£0,5 milhões 11% e £0,4 milhões 5.5% (não resgatável)	1	1	1
	1.662	1.834	1.383
National Westminster Bank Plc			
Acções preferenciais não cumulativas de £1			
Série A £140 milhões 9% (não resgatável)	145	145	143
Acções preferenciais não cumulativas de US$25			
Series C US$300 milhões 7,7628% (2)	193	215	160
	2.000	2.194	1.686

Notas:

(1) Na Nota 27, nas página 326 e 327, encontram-se mais dados sobre os termos contratuais das acções preferenciais.

(2) As acções preferenciais da série C proporcionam um dividendo bruto de 8,625% cada, incluindo o crédito fiscal associado. Resgatáveis à opção do emitente ao par.

Trust preferred securities

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
€391m (2008 e 2007 – €1250) 6.467% (resgatável Junho 2012) (1,2)	362	1.325	979
US$486m (2008 e 2007 – US$750) 6.8% (resgatável Dezembro 2049) (1,2)	300	514	374
US$322m (2008 e 2007 – US$850) 4.709% (resgatável Julho 2013) (1, 2)	196	640	421
US$394m (2008 e 2007 – US$650) 6.425% (resgatável Janeiro 2034) (1,2)	280	677	344
ABN AMRO e subsidiárias			
US$1,285 milhões 5.90% Trust Preferred V	696	760	464
US$200 milhões 6.25% Trust Preferred VI	107	121	82
US$1,800 milhões 6.08% Trust Preferred VII	950	1.064	762
	2.891	5.101	3.426

Notas:

(1) Os *Trust Preferred Securities* emitidos pelas subsidiárias não têm data de vencimentos e não são resgatáveis à opção dos titulares a qualquer momento. Estes títulos podem ser resgatados, com a autorização da Financial Services Authority do Reino Unido, pelo emitente, nas datas especificadas acima ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente. Também podem ser resgatados na totalidade, mas não em parte, após a ocorrência de certos acontecimentos fiscais e legislativos. A empresa classifica as suas obrigações para com estas subsidiárias como empréstimo subordinado a prazo fixo.

(2) Parcialmente resgatada no seguimento da conclusão das ofertas e permuta em Abril 2009.

26 Interesses minoritários

	ABN AMRO	Outros interesses	Total
	£m	£m	£m
Em 1 de Janeiro de 2008	32.997	5.391	38.388
Conversão de divisa e outros ajustamentos	8.098	1.158	9.256
Aquisição de acções ordinária em circulação do ABN AMRO	356	–	356
(Perda)/lucro atribuível a interesses minoritários	(11.244)	412	(10.832)
Dividendos pagos	–	(285)	(285)
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda, líquidos de imposto	(144)	(1.303)	(1.447)
Movimentos em reservas de cobertura de fluxos de caixa	(831)	–	(831)
Perdas actuariais reconhecidas em planos de pensões, líquidos de imposto	(478)	–	(478)
Capital aumentado	–	1.071	1.071
Capital retirado	(12.571)	(1.008)	(13.579)
Em 31 de Dezembro de 2008	16.183	5.436	21.619
Conversão de divisa e outros ajustamentos	(1.282)	(152)	(1.434)
(Perda)/lucro atribuível a interesses minoritários	(299)	648	349
Dividendos pagos	–	(313)	(313)
Ganhos/(perdas) em activos financeiros disponíveis para venda, líquidos de imposto	133	(336)	(203)
Movimentos em reservas de cobertura de fluxos de caixa	(150)	–	(150)
Ganhos actuariais reconhecidos em planos de benefícios de reforma, líquidos de imposto	92	–	92
Capital aumentado	–	9	9
Capital retirado	(9)	(2.436)	(2.445)
Transferência para resultados transitados	–	(629)	(629)
Em 31 de Dezembro de 2009	14.668	2.227	16.895

ABN AMRO representa os interesses dos outros membros do consórcio na RFS Holdings B.V. O capital e os proveitos dos direitos de acções emitidas pelo RFS Holdings B.V. estão associadas aos activos líquidos e proveitos das unidades de negócio ABN AMRO que os membros individuais do consórcio acordaram em adquirir. A distribuição a outros membros do consórcio dos seus respectivos interesses é esperada para 2010. Outros interesses minoritários incluem *trust preferred securities* de £664 milhões (2008 - £1.821 milhões; 2007 – £1.821 milhões) e, em anos anteriores, RBS China Sarl (2008 – £1.898 milhões; 2007 – £2.438 milhões). O capital retirado a propósito do ABN AMRO relaciona-se com distribuições para os membros do consórcio.

Nos interesses minoritários estão incluídos os seguintes *Trust Preferred Securities* (1):

	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
US$357 milhões (2008 e 2007 – US$950 milhões) 5.512% (resgatável Setembro 2014)	198	529	529
US$470 milhões (2008 e 2007 – US$1,000 milhões) 3 mês US$ LIBOR mais 0.80% (resgatável Setembro 2014)	261	555	555
€166 milhões (2008 e 2007 – €500 milhões) 4.243% (resgatável Janeiro 2016)	112	337	337
£93 milhões (2008 e 2007 – £400 milhões) 5.6457% (resgatável Junho 2017)	93	400	400
	664	1.821	1.821

Nota:

(1) Os *Trust Preferred Securities* emitidos pelas subsidiárias não têm data de vencimentos e não são resgatáveis à opção dos titulares a qualquer momento. Estes títulos podem ser resgatados, com a autorização da Financial Services Authority do Reino Unido, pelo emitente, nas datas especificadas acima ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente. Também podem ser resgatados na totalidade, mas não em parte, após a ocorrência de certos acontecimentos fiscais e legislativos. A empresa classifica as suas obrigações para com estas subsidiárias como capital emprestado a prazo fixo.

Os *trust preferred securities* acima foram incluídas na série de ofertas e permutas celebradas pelo Grupo em Abril 2009 (ver página 318).

27 Capital social

	Atribuído, exigido e realizado				Autorizado (1)
	1 de Janeiro de 2009	Emitido durante o ano	Resgatado durante o ano	31 de Dezembro de 2009	31 de Dezembro de 2008
	£m	£m	£m	£m	£m
Acções ordinárias de 25p	9.864	4.227	–	14091	11.151
Acções B de £0,01	–	510	–	510	–
Acção de acesso a dividendo de £0,01	–	–	–	–	–
Acções diferidas sem direito a voto de £0,01	27	–	–	27	323
Acções de valor adicional de £0,01	–	–	–	–	27
Acções preferência não cumulativas de US$0,01	2	–	–	2	3
Acções preferenciais não cumulativas convertíveis de US$0,01	–	–	–	–	–
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01	–	–	–	–	–
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0,01	–	–	–	–	–
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0,25	–	–	–	–	225
Acções preferenciais não cumulativas convertíveis de £0,01	–	–	–	–	–
Acções preferenciais cumulativas de £1	1	–	–	1	1
Acções preferenciais não cumulativas de £1	6	–	(5)	1	300

	Atribuído, exigido e realizado			Autorizado (1)	
Número de acções – milhares	2009	2008	2007	2008	2007
Acções ordinárias de 25p	56.365.721	39.456.005	10.006.215	44.603.278	12.070.492
Acções B de £0,01	51.000.000	–	–	–	–
Acção de acesso a dividendo de £0,01	–	–	–	–	–
Acções diferidas sem direito a voto £0,01	2.660.556	2.660.556	2.660.556	32.300.000	32.300.000
Acções de valor adicional de £0,01	–	–	–	2700000	2.700.000
Acções preferência não cumulativas de US$0,01	308.015	308.015	308.015	516.000	419.500
Acções preferenciais não cumulativas convertíveis de US$0,01	1.000	1.000	1.000	3.900	3.900
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01	2526	2.526	2.526	66.000	66.000
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0.01	–	–	–	3000	3.000
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0.25	–	–	–	900000	900.000
Acções preferenciais não cumulativas convertíveis de £0,01	200	200	200	1.000	1.000
Acções preferenciais cumulativas de £1	900	900	900	900	900
Acções preferenciais não cumulativas de £1	750	5.750	750	300.000	300.000

Movimento em acções ordinária e B em emissão - milhares

	Acções ordinárias de 25p	Acções B de £0,01
Em 1 de Janeiro de 2008	1.0006.215	–
Acções ordinárias emitidas em relação à emissão de direitos de subscrição	6.123.010	–
Acções emitidas no âmbito da emissão de direitos de capitalização	403.468	–
Acções emitidas no âmbito da oferta e colocação	22.909.776	–
Outras acções emitidas	13.536	–
Em 1 de Janeiro de 2009	39.456.005	–
Acções emitidas no âmbito da oferta e colocação	16.909.716	–
Acções B emitidas		– 51.000.000
Em 31 de Dezembro de 2009	56.365.721	51.000.000

Notas:

(1) Antes da Lei de Sociedades de 20006, o capital social autorizado das sociedades do Reino Unido foi dividido entre capital emitido e capital não emitido cuja atribuição foi determinada pelos Estatutos de uma sociedade e autorizações específicas conferidas aos administradores. Desde 15 de Dezembro, quando a empresa mostrou a sua constituição para reflectir a Lei de Sociedade de 2006, não há capital social autorizado. Esta

assembleia aprovou as alterações e deliberou também conferir aos administradores o poder de emitir um montante nominal de £1.610 milhões de acções B de 1p cada e 344.250 milhões de acções ordinárias de 25 p cada em associação com a participação da empresa no Programa de Protecção de Activos do governo do Reino Unido

27 Capital social continuação

Acções ordinárias

Na Assembleia-Geral Anual em Abril 2009, o capital social autorizado da empresa foi aumentado em £7,5 mil milhões, através da criação de 30 mil milhões de novas acções ordinárias de 25p cada.
Na Assembleia-Geral em Abril 2009, o capital social autorizado da empresa foi aumentado em mais £4,2 mil milhões, através da criação de 16,9 mil milhões de novas acções ordinárias de 25p cada.

Em Abril 2009, a empresa emitiu 16,9 mil milhões de acções ordinárias de 31,75p cada, através de uma oferta e colocação. A colocação e oferta foi totalmente subscrita pelo Tesouro britânico. Os proveitos líquidos foram £5,4 mil milhões.

No seguimento das acções preferenciais esterlinas não cumulativas de £1 cada, o capital social autorizado da empresa foi aumentado em £5 milhões através da criação de 20 milhões de novas acções ordinárias de 25p cada (ver abaixo).

Durante o ano findo a 31 de Dezembro de 2009, foram concedidas mais de 1,5 mil milhões de acções ordinárias nos termos dos planos de acções para executivos e acções-poupança da empresa. Em 31 de Dezembro de 2009, foram concedidas opções nos termos dos vários planos da empresa, que podem ser exercidas até 2019 a preços que vão de 28,2p a 586p por acção, estavam pendentes em relação a 1,4 mil milhões de acções ordinárias.

Nenhumas acções ordinárias foram emitidas durante o ano terminado em 31 de Dezembro de 2009, no seguimento do exercício das opções nos termos dos planos de acções da empresa. Todas as opções exercidas foram satisfeitas utilizando as compras de acções no mercado detidas no Trust. Nenhumas opções concedidas sob o plano para executivos do NatWest estavam pendentes em 31 de Dezembro de 2009.

Os trusts de acções de trabalhadores compraram 86,2 milhões de acções ordinárias a um custo de £33 milhões e concederam 8,7 milhões de acções ordinárias na recepção de £0,06 milhões no exercício de prémio sob os planos de acções para trabalhadores.

Os trusts de acções de trabalhadores incorreram em custos de £0,2 milhões em compras das acções ordinárias da empresa.

As acções B e acção de acesso de dividendos (Dividend Access Share)

Em Dezembro 2009, a empresa celebrou um acordo de aquisição e capital contingente com o Tesouro britânico. O Tesouro britânico concordou em comprar a 50p por acção 51 mil milhões de acções B com um valor nominal de 1p cada e uma Acção de Acesso a Dividendo com um valor nominal de 1p; estas acções foram emitidas para o Tesouro britânico em 22 de Dezembro de 2009. Os proveitos líquidos foram £25,1 mil milhões. O Tesouro britânico também concordou, ainda, em subscrever até 16 mil milhões de acções B com o valor nominal de 1p cada a 50p, sujeito a certas condições, incluindo o rácio de capital Core tier 1 do Grupo a descer abaixo de 5%. O justo valor da contrapartida pagável pela empresa na celebração deste acordo cifrou-se em £1.458 milhões; destes, £1.208 milhões foram debitados à reserva de capital contingente.

As acções B, em geral, não têm direitos de voto na assembleia-geral dos accionistas ordinários. Cada acção B tem o direito ao mesmo dividendo em numerário que uma acção ordinárias (sujeita a ajustamentos antidiluição). Os acções B podem ser convertidas em acções ordinárias a uma taxa fixa do preço de emissão (50p), dividida por preço de conversão (50p sujeita a ajustamentos antidiluição) por opção do titular em qualquer altura após a emissão.

No seguimento da emissão das acções B, a participação do Tesouro britânico em acções ordinárias da empresa manteve-se em 70,3%, embora o seu interesse económico tenha subido para 84,4%. O Tesouro britânico concordou em não converter as suas acções B em acções ordinárias, na medida em que a sua participação de acções ordinárias no seguimento da conversão representaria mais de 75% do capital social emitido em acções ordinários da empresa.

A Acção de Acesso a Dividendo dá direito ao titular igualizar o maior de 7% do preço de emissão agregado das acções B emitidas para o Tesouro britânico e 250% vezes a taxa de dividendo ordinário multiplicado pelo número de acções B emitidas, menos quaisquer dividendos pago nas acções B e nas acções ordinárias emitidas na conversão. Os dividendos pela acção de acesso a dividendo são discricionários, salvo se o dividendo tiver sido pago sobre acções ordinários, caso em que os dividendos se tornam obrigatórios. A Acção de Acesso a Dividendo não tem em geral direitos de voto na assembleia-geral de accionistas ordinários e não é convertível em acções ordinárias.

O acordo de compromisso de capital contingente pode ser resolvido no todo ou em parte pela empresa, com o consentimento da FSA, em qualquer altura. Ele expira ao fim de cinco ano ou, se antes, quando for terminado integralmente.

Acções preferenciais

Nos termos das IFRS, certas acções preferenciais do Grupo estão classificadas como dívida e estão incluídos em passivos subordinados no balanço.

No seguimento da Oferta e Colocação em Abril 2009, a empresa resgatou os cinco milhões de acções preferenciais esterlinas não cumulativas de £1 emitidas a £1.000 cada (£5 mil milhões no total) detidas pelo Tesouro britânico a 101 por cento do seu preço de emissão, mais o dividendo acrescido das acções preferenciais de 1 de Dezembro de 2008 até à data de resgate e a comissão pagável ao Tesouro britânico nos termos do Acordo da Segunda Oferta e Colocação. De acordo com os Estatutos da empresa, o montante nominal destas acções foi, após o resgate das acções, dividido e reclassificado como 20 milhões de novas acções ordinárias de 25p cada.

Outros títulos

Certos passivos subordinados do Grupo na forma legal de dívida são classificados como capital próprio pelas IFRS.

Estes títulos habilitam os titulares a juros que podem ser diferidos, à discrição exclusiva da empresa. O reembolso dos títulos é à discrição exclusiva da empresa, com um pré-aviso entre 30 a 60 dias.

Acções preferenciais não cumulativas

As acções preferenciais não cumulativas habilitam os titulares das mesmas (sujeito às condições da emissão) a receber dividendos em numerário não cumulativos periódicos a taxas fixas especificadas para cada Série, pagável dos lucros distribuídos pela empresa.

As acções preferenciais não cumulativas são resgatáveis à opção da empresa, no todo ou em parte, oportunamente, em taxas detalhadas na próxima página, mais dividendos, pagáveis durante o então corrente período dividendo, acrescidos até à data de resgate.

Classe de acção preferencial	Número de acções em emissão	Taxa de juro	Data de resgate em ou depois	Preço de resgate por acção	Dívida ou capital próprio (1)
Acções preferenciais não cumulativas de US$0,01					
Série F	8 milhões	7,65%	31 de Março 2007	US$25	Dívida
Série H	12 milhões	7,25%	31 de Março 2.004	US$25	Dívida
Série L	34 milhões	5,75%	30 de Setembro 2009	US$25	Dívida
Série M	37 milhões	6,4%	30 de Setembro 2009	US$25	Capital próprio
Series N	40 milhões	6,35%	30 de Junho 2010	US$25	Capital próprio
Série P	22 milhões	6,25%	31 de Dezembro 2010	US$25	Capital próprio
Series Q	27 milhões	6,75%	30 de Junho 2011	US$25	Capital próprio
Series R	26 milhões	6,125%	30 de Dezembro 2011	US$25	Capital próprio
Series S	38 milhões	6,6%	30 de Junho 2012	US$25	Capital próprio
Série T	64 milhões	7,25%	31 de Dezembro 2012	US$25	Capital próprio
Série U	15.000	7,64%	29 de Setembro 2017	US$100.000	Capital próprio
Acções preferenciais não cumulativas convertíveis de US$0,01					
Série 1	1 milhão	9,118%	31 de Março 2.010	US$1.000	Dívida
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01					
Série 1	1,25 milhões	5,5%	31 de Dezembro 2009	€1.000	Capital próprio
Série 2	1,25 milhões	5,25%	30 de Junho 2.010	€1.000	Capital próprio
Série 3	26.000	7,0916%	29 de Setembro 2.017	€50.000	Capital próprio
Acções preferenciais não cumulativas convertíveis de £0,01					
Série 1	200.000	7,387%	31 de Dezembro 2.010	£1,000	Dívida
Acções preferenciais não cumulativas de £1					
Série 1	750.000	8,162%	5 de Outubro 2.012	£1,000	Capital próprio

Notas:

(1) As acções preferenciais em que o Grupo tem a obrigação de pagar dividendos são classificadas como dívida; aquelas em que as distribuições são discricionárias são classificadas como capital próprio. Os direitos de conversão ligados às acções preferenciais convertíveis podem ter como resultado a distribuição, pelo Grupo, de um número variável de acções de participação aos titulares de acções preferenciais; estas acções preferenciais convertíveis são tratadas como dívida.

(2) A totalidade de cada série de acções preferenciais é emitida ou resgatada ao mesmo tempo.

No caso de as acções preferenciais convertíveis não cumulativas não serem resgatadas na ou após a data do resgate, o titular pode convertê-las em acções ordinárias da empresa., ao preço prevalecente no mercado.

Ao abrigo dos acordos existentes, a empresa não pode efectuar qualquer resgate ou compra de acções preferenciais não cumulativas sem o consentimento prévio da Financial Services Authority do Reino Unido.

Em caso de dissolução ou liquidação da empresa, os titulares das acções preferenciais não cumulativas terão o direito a receber, de qualquer activo excedente disponível para distribuição aos accionistas da empresa (após o pagamento dos dividendos em mora sobre as acções preferenciais cumulativas até à data do reembolso) *pari passu* com as acções preferenciais cumulativas e todas as outras acções da empresa classificadas *pari passu* com as acções preferenciais não cumulativas no que se refere à participação no activo excedente da empresa, uma distribuição de liquidação por acção igual ao preço de resgate aplicável indicado na tabela acima, juntamente com um montante igual aos dividendos no período de dividendos então corrente acumulado até á data de pagamento, antes de qualquer distribuição ou pagamento aos titulares das acções ordinárias no que se refere à participação no activo excedente da empresa.

Excepto conforme descrito acima, os titulares das acções preferenciais não cumulativas não têm direito a participar no activo excedente da empresa.

Os titulares de acções preferenciais não cumulativas não têm direito a receber notificação das assembleias gerais da empresa nem de assistir às mesmas, excepto se for proposta qualquer resolução de adopção, pelos accionistas da empresa, para alterar ou cancelar qualquer um dos direitos ligados às acções preferenciais não cumulativas ou de dissolução ou liquidação da empresa. Nesse caso, têm o direito a receber a convocatória e assistir à assembleia-geral de accionistas em que tal resolução vai ser proposta e de se pronunciarem e votarem a referida resolução (mas não em qualquer outra resolução). Além disso, no caso de, antes de qualquer assembleia-geral de accionistas, a empresa não ter efectuado, na totalidade, os três pagamentos trimestrais de dividendos mais recentes sobre as acções preferenciais não cumulativas em dólares (exceptuando a Série U) os dois mais recentes pagamentos de dividendos semestrais sobre as acções preferenciais em dólares não cumulativas convertíveis e os pagamentos de dividendos mais recentes sobre as acções preferenciais em euros não cumulativas, as acções preferenciais em libras não cumulativas, as acções preferenciais em dólares não cumulativas da série U e as acções preferenciais em libras convertíveis não cumulativas, os titulares têm direito a receber convocatória, assistir, pronunciar-se e votar nessa assembleia em todas as questões, juntamente com os titulares das acções ordinárias e, nessas circunstâncias apenas os direitos de voto dos titulares das acções preferenciais não cumulativas de votar se manterão até a empresa retomar o pagamento, na totalidade, dos dividendos em mora.

O grupo assumiu, salvo se acordado de outra forma com a Comissão Europeia, que nem a empresa nem qualquer das suas subsidiárias directas ou indirectas (excluindo as empresas no grupo ABN AMRO) pagarão aos investidores quaisquer dividendos ou cupões em instrumentos de capital híbrido (incluindo acções preferenciais, acções B e instrumentos upper e lower tier 2) a partir de uma data de início não posterior a 30 de Abril de 2010 e por um período de dois seguintes ("o período de diferimento") ou exercerão quaisquer direitos de compra em relação a esses instrumentos de capital entre 24 de Novembro de 2009 e o final do período de diferimento, a menos que haja uma obrigação legal para o fazer. Os instrumentos de capital híbrido emitidos após 24 de Novembro de 2009 não estarão, em geral, sujeitos à restrição dos pagamentos de dividendos ou cupão ou opções de compra.

28 Reservas

Em 1 de Janeiro de 2007, a reserva para fusões inclui o prémio das acções emitidas para a aquisição do NatWest, menos a amortização do goodwill contabilizada ao abrigo dos anteriores GAAP. Não foi registado qualquer prémio de acções nas demonstrações financeiras da empresa em virtude das cláusulas de isenção aplicáveis às fusões, nos termos da Lei das Sociedades de 1985.

A legislação britânica determina que apenas as reservas da empresa sejam tidas em conta para efeitos de distribuições e apuramento das aplicações admissíveis da conta de prémios de acções.

O grupo optimiza a eficiência de capital mantendo reservas nas subsidiárias, incluindo as entidades reguladas. Certas acções preferenciais e dívidas subordinadas também estão incluídas no capital regulamentar. A remessa de reservas para a empresa-mãe ou o resgate de acções ou capital subordinado pelas entidades reguladas pode estar sujeita à manutenção dos recursos de capital exigidos pela autoridade reguladora competente.

Os prémios de emissão de acção representam títulos emitidos ao abrigo do programa de notas de médio prazo da empresa com o valor nominal de US$1.600 milhões e CAD600 milhões, que são classificadas como capital próprio segundo as IFRS. Os títulos atraem cupões de 6,99% e 6,666%, respectivamente, até Outubro de 2017, data em que se alteram para 2,67% acima da taxa LIBOR para os depósitos em dólares dos EUA a três meses e 2,76% acima da taxa para os dólares canadianos, respectivamente. US$1,036 milhões deste capital foi resgatado em Abril 2009.

Em conformidade com a oferta e colocação em Dezembro 2008, as empresas emitiu acções por troca de acções na Encuentro Limited. Nenhum prémio de acções foi registado nas demonstrações financeira em virtude das cláusulas de isenção aplicáveis às fusões, nos termos da Lei das Sociedades de 2006. O subsequente resgate destas acções deu origem a lucros distribuíveis de £14.273 milhões que foram transferidos das reservas para fusões para resultados transitados.

Em conformidade com os acordos para acesso ao APS em Dezembro 2009, a empresa emitiu acções B em troca de acções na Aonach Mor Limited. Nenhum prémio de acções foi registado nas demonstrações financeira em virtude das cláusulas de isenção aplicáveis às fusões, nos termos da Lei das Sociedades de 2006. O subsequente resgate destas acções deu origem a lucros distribuíveis de £9.950 milhões que foram transferidos das reservas para fusões para resultados transitados.

Em 31 de Dezembro de 2009, os Fundos de Acções dos Trabalhadores detinham 138.695.912 (2008 – 61.165.254) acções ordinárias de 25p cada da empresa, relativas aos prémios e opções em acções concedidos aos trabalhadores.

29 Locações

Montantes mínimos a receber e pagáveis ao abrigo de locações não canceláveis.

	Grupo								
	Contratos de locações financeiras				Acordos de locação/compra				
Anos em que o recebimento ocorrerá:	Montante bruto £m	Proveitos financeiros não realizados £m	Outros movimentos £m	Valor actual £m	Montante bruto £m	Proveitos financeiros não realizados £m	Outros movimentos £m	Valor actual £m	Activos locação operacional rendas leasing mínimas futuras £m
2009									
Montantes a receber									
Até 1 ano	1.507	(470)	(23)	1.014	2.110	(64)	(7)	2039	781
Mais de 1 anos, mas menos de 5	5.496	(1.790)	(131)	3.575	3.086	(100)	(81)	2905	2.514
Mais de 5 anos	10.942	(2.455)	(313)	8.174	309	(6)	(21)	282	1.018
Total	17945	(4.715)	(467)	12.763	5.505	(170)	(109)	5226	4.313
2008									
Montantes a receber:									
Até 1 ano	1.485	(613)	(24)	848	2.298	(171)	–	2127	918
Mais de 1 anos, mas menos de 5	6.112	(2.004)	(128)	3980	3.731	(284)	(34)	3413	2.479
Mais de 5 anos	12.567	(3.094)	(341)	9132	395	(30)	(44)	321	1.141
Total	20164	(5.711)	(493)	13960	6.424	(485)	(78)	5861	4.538
2007									
Montantes a receber:									
Até 1 ano	1.297	(390)	(23)	884	2.028	(153)	–	1.875	1.073
Mais de 1 anos, mas menos de 5	4.968	(1.766)	(144)	3.058	3.442	(300)	(25)	3.117	3.046
Mais de 5 anos	11.648	(3.187)	(288)	8.173	281	(7)	(29)	245	1.473
Total	17913	(5.343)	(455)	12115	5.751	(460)	(54)	5237	5.592

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Natureza dos activos de locação operacionais no balanço			
Transporte	6.039	5.883	6.859
Viaturas particulares e comerciais ligeiros	1.352	1.199	1.390
Outro	403	617	441
	7.794	7.699	8.690
Montantes reconhecidos como proveitos e despesas			
Locações financeiras – proveitos de rendas contingentes	(139)	(37)	(23)
Locações operacionais – rendas mínimas a pagar	647	566	322
Contratos de locação financeira e acordos de locação/compra			
Provisão acumulada para contas a receber mínimas incobráveis	313	213	222

Exposições de valor residual

Os quadros abaixo indicam os valores residuais não garantidos incluídos no valor contabilístico das contas a receber de locações financeiras (ver página 270 a 272) e do activo em locações operacionais (ver página 304 e 305).

	Anos em que o valor residual será recuperado				
	Até 1 ano	Mais de 1 anos, mas menos de 2 anos	Mais de 2 anos, mas menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2009	£m	£m	£m	£m	£m
Locações operações					
Transporte	164	327	1.607	2.255	4.353
Viaturas particulares e comerciais ligeiros	624	134	113	7	878
Outro	31	32	40	7	110
Contratos de locações financeiras	23	35	96	313	467
Acordos locação/compra	64	25	75	109	273
	906	553	1.931	2.691	6.081
2008					
Locações operacionais					
Transporte	794	130	1.701	2.103	4.728
Viaturas particulares e comerciais ligeiros	577	195	182	8	962
Outro	112	35	48	8	203
Contratos de locações financeiras	24	29	99	341	493
Acordos locação/compra	–	9	25	44	78
	1.507	398	2.055	2.504	6.464
2007					
Locações operações					
Transporte	485	253	1.762	2.505	5.005
Viaturas particulares e comerciais ligeiros	331	467	118	–	916
Outro	26	47	64	18	155
Contratos de locações financeiras	23	29	115	288	455
Acordos locação/compra	–	7	18	29	54
	865	803	2.077	2.840	6.585

O Grupo fornece financiamento de activo aos seus cliente através da sua actuação como locador. Compra instalações, equipamentos e propriedade intelectual e arrenda-os aos clientes mediante contratos de locação que, dependendo dos respectivos termos, são considerados locações operacionais ou locações financeiras.

30 Garantias e titularizações

Acordos de recompra de títulos e transacções de empréstimos

O Grupo celebra contratos de recompra de títulos e transacções de empréstimo de títulos ao abrigo dos quais transacção de empréstimo de títulos ao abrigo dos quais recebe ou transfere garantias segundo a prática normal do mercado. Geralmente, os contratos requerem garantias adicionais se o valor dos títulos descer abaixo de um nível predeterminado.

Segundo os termos habituais das transacções de recompra nos mercados do Reino Unido e EUA, o beneficiário da garantia tem o direito sem restrições de a vender ou dar de garantia, mediante a entrega de títulos equivalentes para liquidação da transacção.

O justo valor (e o calor contabilístico) dos títulos transferidos através de transacções de recompra incluído nos títulos de dívida no balanço foi de 366,9 mil milhões (2008 - £80,6 mil milhões; 2007 - £107.7 mil milhões). Todos estes títulos podem ser vendidos ou ser dados em garantia pelo detentor. Os títulos recebidos como garantia com compra com acordo de revenda a £74,0 mil milhões (2008 - £89,3 mil milhões), dos quais £73,0 mil milhões (2008 – 49,0 mil milhões) foram revendidos ou dados novamente em garantia para as próprias transacções do Grupo.

Outras garantias dadas

Activos do Grupo dados em garantia por passivos do Grupo	2009 £m	2008* £m
Empréstimos e adiantamentos a bancos	13	13
Empréstimos e adiantamentos a clientes	147.150	125.463
Títulos de dívida	8.723	15.490
	155.886	140.966

Passivos garantidos por activos do Grupo	2009 £m	2008 £m
Depósitos por bancos	12.724	15.429
Contas de clientes	3.362	11.050
Títulos de dívida em emissão	35.670	58.689
	51.756	85.168

* revisto

Nota:

(1) O quadro acima inclui activos utilizados como garantia para programas de liquidez de bancos centrais.

Dos activos acima, £137.3 mil milhões (2008 – £111.3 mil milhões) são relativos a titularizações. Adicionalmente, o Grupo tem activos e passivos colateralizados relativamente a acordos de colateral de activos.

Titularizações e outras transferências de activos

Reconhecimento continuado

O quadro abaixo apresenta as categorias de activos e os valores contabilísticos dos activos e passivos associados para essas titularizações (ver páginas 201 e 202) e outras transferências de activos onde substancialmente todos os riscos e recompensas dos activos foram retidos pelo Grupo.

	2009		2008 *	
Tipo de activo	Activos £m	Passivos £m	Activos £m	Passivos £m
Hipotecas residenciais	69.927	15.937	55.714	20.075
Saldos de cartões de crédito	2.975	1.592	3.004	3.197
Outros empréstimos	36.448	1.010	1.679	1.071
Conduits de papel comercial	27.366	25.583	49.857	48.684
Contas a receber de locações financeiras	597	597	1.077	857
	137.313	44.719	111.331	73.884

* revisto

Envolvimento contínuo

Em 31 Dezembro 2009, os activos titularizados foram £3,1 mil milhões (2008 – £1,1 mil milhões); juros retidos £101,9 milhões (2008 – £50 milhões); activos subordinados £90,7 milhões (2008 – £9 milhões); e passivos relacionados £32,7 milhões (2008 – £9 milhões).

31 Recursos de capital

Os recursos de fundos próprios regulamentares do Grupo em 31 de Dezembro de acordo com as definições da Financial Services Authority (FSA) eram os seguintes:

Composição de capital regulamentar	2009 £m	2008 £m
Tier 1		
Capital próprio acções ordinárias e B	69.890	45.525
Interesses minoritários	16.895	21.619
Ajustamentos para:		
– Goodwill e outros activos intangíveis	(17.847)	(20.049)
– Goodwill e outros activos intangíveis de negócios descontinuados	(238)	–
– Menos-valias não realizada em títulos disponíveis para venda	1888	3.687
– Reservas resultantes na reavaliação de imobiliário e mais-valias não realizadas em acções disponíveis para venda	(207)	(984)
– Realocação de acções preferenciais e títulos inovadores	(656)	(1.813)
– Outros ajustamentos regulamentares	(1.184)	(362)
Menos perdas esperadas sobre provisões	(2.558)	(770)
Menos posições de titularização	(1.353)	(663)
Menos primeira perda APS	(5.106)	–
Core Tier 1 capital	59.524	46.190
Acções preferenciais	11.265	16.655
Títulos inovadores Tier 1	5.213	7.383
Imposto sobre o excesso de perdas esperadas sobre provisões	1.020	308
Menos deduções de capital Tier 1	(601)	(689)
Total capital de Tier 1	76.421	69.847
Tier 2		
Reservas resultantes da reavaliação de imóveis e ganhos não realizados em acções disponíveis para venda	207	984
Provisões para imparidades colectivas	796	666
Dívida subordinada perpétua	4.950	9.829
Dívida subordinada a prazo	20.063	23.162
Interesses minoritários e outros em capital Tier 2	11	11
Menos deduções de capital Tier 2l	(5.532)	(2.429)
Menos primeira perda APS	(5.106)	–
Total capital de Tier 2	15.389	32.223
Tier 3	–	260
Deduções de supervisão		
Investimentos não consolidados	(4.472)	(4.044)
Outras deduções	(93)	(111)
Deduções de capital total	(4.565)	(4.155)
Total capital regulamentar	87.245	98.175

Notas:

(1) O grupo adoptou Basileia II, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008; dados para 2007 não fornecidos, pois não eram directamente comparáveis.

É política do Grupo manter um forte capital de base, para expandi-lo conforme for apropriado e utilizá-lo eficientemente em todas as suas actividades para optimizar a rentabilidade do investimento para os accionistas enquanto mantém uma relação prudente entre o capital base e os riscos subjacentes da actividade. Ao aplicar esta politica, o Grupo tem em conta os requisitos de supervisão da FSA. A FSA utiliza o Rácio de Solvabilidade como parâmetro de avaliação da adequação do capital dos bancos britânicos, comparando os recursos de capital de um banco com os seus activos ponderados pelo risco (os activos e as exposições extrapatrimoniais são 'ponderados' de modo a reflectirem o risco de crédito e os outros riscos inerentes); por convenção internacional, o rácio de solvabilidade não deve ser inferior a 8% com um componente Tier 1 de pelo menos 4%. O Grupo cumpriu com os requisitos de capital da FSA durante todo o ano.

Uma série de subsidiárias e subgrupos no seio do grupo, principalmente entidades bancárias e de seguros, estão sujeitas a vários requisitos de capital regulamentares individuais no Reino Unido e no estrangeiro.

32 Rubricas para memória

Passivos contingentes e compromissos

Os montantes indicados no quadro abaixo destinam-se apenas a dar uma indicação do volume de negócios pendentes em 31 de Dezembro. Embora o Grupo esteja exposto ao risco de crédito em caso de não cumprimento das obrigações assumidas pelos clientes, os montantes indicados não dão nem se destinam a dar qualquer indicação das expectativas do Grupo no que se refere a futuras perdas.

	Grupo						
	Menos de 1 ano £m	Mais de 1 ano, mas menos de 3 anos £m	Mais de 3 anos, mas menos de 5 anos £m	Mais de 5 anos £m	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Passivos contingentes							
Garantias e activos dados como garantia	23.995	6.354	2.821	6.838	40.008	49.262	46.441
Outros passivos financeiros	6.057	3.265	1.103	3.587	14.012	22.275	15.479
	30.052	9.619	3.924	10.425	54.020	71.537	61.920
Compromissos:							
Facilidades formais stand-by, linhas de crédito e outras autorizações não autorizadas							
– menos de um ano	127.423	–	–	–	127.423	166.572	181.914
– um ano e mais	19.864	80.906	37.238	26.203	164.211	185.826	150.897
Outros compromissos	2.597	77	11	3.322	6.007	9.326	5.368
	149.884	80.983	37.249	29.525	297.641	361.724	338.179

Os compromissos bancários e as obrigações contingentes, que foram assumidos em nome dos clientes e para os quais existem obrigações correspondentes da parte destes não estão incluídos no activo e no passivo. A exposição máxima do Grupo às perdas de crédito, em caso de não cumprimento pela outra parte e em que todas as outras contra-reclamações, colaterais ou garantias demonstrem ser inúteis, está representada pelo montante nominal contratual destes instrumentos incluídos na quadro acima. Estes compromissos e obrigações contingentes estão sujeitos aos processos de aprovação de crédito normais do Grupo.

Passivo contingente

Garantias – o Grupo dá garantias em nome dos clientes. Uma garantia financeira representa um compromisso irrevogável de que o Grupo cumprirá as obrigações do cliente perante terceiros se este não o fizer. O montante máximo que o Grupo pode ser obrigado a pagar ao abrigo de uma garantia é o montante de capital indicado no quadro acima. O Grupo espera que a maioria das garantias que prestou se vençam sem serem utilizadas.

Outro passivo contingente – inclui cartas de crédito standby, apoio aos clientes com problemas de dívidas e passivo contingente relacionado com as actividades comerciais dos clientes, como as que resultam de obrigações de execução e alfandegárias, garantias e indemnizações.

Compromissos

Compromissos de empréstimo – ao abrigo de um compromisso de empréstimo, o Grupo concorda em disponibilizar fundos a um cliente numa data futura. Os compromissos de empréstimo, que são válidos normalmente durante um período especificado, podem ser incondicionalmente canceláveis ou persistir, desde que todas as condições da facilidade de empréstimo sejam satisfeitas ou haja uma renúncia às mesmas. Os compromissos de empréstimo incluem facilidades comerciais standby e linhas de crédito, facilidades de liquidez para *conduits* de papel comercial e facilidades de descoberto não utilizadas.

Outros compromissos – incluem créditos documentários, designadamente cartas de crédito comerciais que prevêem o pagamento, pelo Grupo, a um beneficiário designado, contra apresentação de documentos especificados, compras de activos a prazo, depósitos a prazo e emissão de títulos não utilizados e facilidades de subscrição renováveis e outras transacções relacionadas com operações comerciais a curto prazo.

Obrigações contratuais para despesa futura não prevista nas contas

O quadro seguinte mostra as obrigações contratuais para despesa futura não prevista nas contas no final do ano.

	Grupo		
	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Locações operações			
Rendas mínimas a pagar em locações não canceláveis (1)			
Adiantamentos > 1 ano	479	579	359
Mais de 1 anos, mas menos de 5	1.691	1.727	1.224
Mais de 5 anos	3.055	3.299	3.017
	5.225	5.605	4.600
Activos tangíveis			
Contratos para comprar, valorizar ou manter investimentos imobiliários	–	7	9
Contratos para activos a ser locado em locações operacionais (2)	2724	6.063	1.350
Outras despesas de capital	89	128	201
	2.813	6.198	1.560
Contratos de compra de bens e serviços (3)	665	2.127	1.598
Total	8703	13.930	7.758

Notas:

(1) Predominantemente locações imobiliárias

(2) Dos quais devidos a menos de 1 ano: £370 milhões (2008 – £3.769 milhões; 2007 – £713 milhões)

(3) Dos quais devidos a menos de 1 ano: £480 milhões (2008 – £1.129 milhões; 2007 – £1.448 milhões)

Trustee e outras actividades fiduciárias

Na sua qualidade de *trustee* ou outra função fiduciária, o Grupo pode deter ou aplicar activo em nome de particulares, fundos, empresas, planos de pensões e outros. Os activos e o respectivo rendimento não estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo obteve um rendimento de comissões de £1.355 milhões (2008 – £1.442 milhões; 2007 – £695 milhões) destas actividades.

Financial Services Compensation Scheme

O Financial Services Compensation Scheme (FSCS), é o fundo legal do Reino Unido de último recurso para clientes de entidades de serviços financeiros autorizados, paga indemnizações se uma entidade for incapaz de cumprir as suas obrigações. O FSCS financia as indemnizações aos clientes ao impor taxas de despesas de gestão e taxas de indemnização no sector. Em relação aos depósitos protegidos, cada instituição tomadora de depósitos contribui para estas taxas em proporção da sua quota no total dos depósitos protegidos em 31 de Dezembro do anos anterior ao ano do esquema (que funciona de 1 de Abril a 31 de Março), sujeito ao máximo anual estabelecido pela Financial Services Authority (FSA). Além disso, o FSCS tem o poder de impor taxas ("taxas de saída") em entidades que cessem de participar no esquema e estão em processo de deixarem de estarem autorizadas, pelo valor que se iria, de outro modo, pedir à entidade que pagasse durante o ano de contribuição relevante. O FSCS também tem o poder de impor taxas de saída às entidades que olham para a sua responsabilidade potencial em pagar taxas em anos futuros.

O FCCS obteve empréstimos do Tesouro britânico para financiar os custos de indemnização associados com o Bradford & Bingley, Heritable Bank, Kaupthing Singer & Friedlander, Landsbanki 'Icesave' e London Scottish Bank plc. Estes empréstimos são numa base só juros até Setembro 2011. O limite anual das taxas sobre despesas de gestão do FSCS para os próximos três anos desde Setembro de 2008 em relação a estas instituições foi limitado superiormente em mil milhões de libras esterlinas por ano.

O FSCS receberá fundos de vendas de activos, fluxos de caixa excedentes ou outras recuperações em relação a estas instituições, que serão utilizados para reduzir o montante de capital dos empréstimos do FSCS. Apenas após o período de juros, que se espera terminar em Setembro 2011, haverá um plano

para reembolso de qualquer capital remanescente no saldo (após recuperações) dos empréstimos, a ser acordados entre o FSCS e o Tesouro britânico. Espera-se que, a partir desse ponto, o FSCS comece a pedir taxas de indemnização (reembolsos de capital). Nenhuma provisão foi feita para estas taxas, pois o montante ainda não é conhecido e é improvável que venha a ser conhecido antes de 2011.

O Grupo acrescentou £135 milhões para a sua parte nas taxas de despesas de gestão do para os anos do programa FSCS de 2009/10 e 2010/2011.

Contencioso

Como participante no sector dos serviços financeiros, o Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litigação potencialmente significativos. Como resultado, a empresa e outros membros do Grupo estão envolvidos em vários litígios e processos judiais nos Reino Unido, Estados Unidos e outras jurisdições, incluindo litígios. Estes casos estão sujeitos a muitas incertezas e o seu resultado é frequentemente difícil de predizer, particularmente nas fases iniciais de um processo.

Para além do estabelecido nesta secção, tanto que o Grupo tenha conhecimento, nem a empresa nem qualquer membro do Grupo está ou esteve envolvido ou tem pendente ou ameaçado de quaisquer processos governamentais, jurídicos ou arbitragem que possam ter ou tenham tido no passado recente (cobrindo os 12 meses imediatamente anteriores a data deste documento) um efeito significativo na posição financeira ou rentabilidade do Grupo.

Comissões por descoberto não autorizado

Em comum com outros bancos no Reino Unido, o Royal Bank e NatWest receberam reclamações e queixas de um grande número de clientes no Reino Unido pedido reembolso das comissões por descoberto não autorizado (as “Comissões”). A vasta maioria destas reclamações e queixas contestavam as Comissões com a fundamentação de que elas infringe o Regulamento sobre Cláusula Abusivas nos contratos celebrados com os consumidores de 1999 (“Unfair Terms in Consumer Contracts Regulations 1999”) (o “Regulamento”) ou são inaplicáveis sob a doutrina penal da *common law* (ou ambos).

Em Julho 2007, o Office of Fair Trading (“OFT”) intentou acção judicial num caso de teste no English High Court contra os bancos que tinha a intenção de determinar algumas questões quanto ao estatuto legal e aplicabilidade das cláusulas contratuais relativas às Comissões. Este caso exemplar terminou em Novembro 2009 com um acórdão do Supremo Tribunal em favor dos bancos. Como resultado da decisão do tribunal tomada neste caso de teste, o Grupo estima que, substancialmente, todas as reclamações e queixas dos clientes que recebeu relativamente às Comissões não tenham sucesso. O Grupo não pode, nesta fase, predizer com qualquer certeza o resultado final de todas as reclamações e queixas dos clientes. É incapaz de estimar com fiabilidade qualquer responsabilidade que pode emergir como resultado ou em conexão com estas matérias ou o seu efeito nos activos líquidos consolidados, resultados operacionais ou fluxos de caixa do Grupo em qualquer exercício específico.

Litígios com accionistas

A empresa, algumas das suas subsidiárias e certos quadros superiores e administradores foram constituídos réus numa acção colectiva intentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova Iorque. A petição emendada consolidada alega que certas divulgações falsas e enganosas e omissões nas declarações públicas e outras comunicações durante o período de 1 de Março de 2007 a 19 de Janeiro de 2009 e fazendo várias reclamações nos termos das Secções 11, 12 e 15 da Securities Act 1933, Secções 10 e 20 da Securities Exchange Act 1934 e Rule 10b-5 do mesmo.

O putativo colectivo é composto por (1) todas as pessoas que compraram ou de qualquer modo adquiriram valores imobiliários do Grupo entre 1 de Março de 2007 e 19 de Janeiro de 2009; e/ou (2) todas as pessoas que compraram ou de qualquer modo adquiriram as Séries Q, R, S, T e/ou U acções preferenciais não cumulativas em dólares nos termos ou rastreáveis da declaração de registo de 8 de Abril 2005 na SEC e sofreram prejuízos pelo facto. Os autores pedem uma indemnização não quantificada em nome do putativo colectivo.

O Grupo também recebeu comunicação de possíveis queixas semelhantes no Reino Unido e em outros países, mas nenhum processo judicial foi intentado em relação a essas queixas..

O Grupo considera que tem defesas legais e factuais substanciais e credíveis contra estas acusações e defender-se-á vigorosamente. O Grupo é incapaz de, com fiabilidade, estimar a responsabilidade, caso exista, que possa surgir ou o seu efeito nos activos líquidos consolidados do Grupo, resultados operacionais ou fluxos de caixa em qualquer período específico.

Outras titularizações e títulos relacionados com litígios nos Estados Unidos

Algumas empresas do Grupo foram constituídas rés em várias acções colectivas propostas e outros processos judiciais nos Estados Unidos que se relacionam com negócios de titularização e subscrição de

valores mobiliários. Em geral, os casos envolvem a emissão de *mortgage backed securities*, *collateralised debt obligations*, ou dívida pública ou participações em que os autores intentaram acções contra os emitentes e tomadores firmes desses valores mobiliários (incluindo empresas do Grupo), alegando que certas divulgações feitas relativamente com as ofertas relevantes desses valores mobiliários eram falsas ou enganosas em relação à alegada exposição a hipotecas "sub-prime". O Grupo considera que tem defesas legais e factuais substanciais e credíveis contra estas acusações e defender-se-á vigorosamente. O Grupo é incapaz de, com fiabilidade, estimar a responsabilidade, caso exista, que possa surgir destes processos judiciais, ou com eles relacionados, individualmente ou em agregado, ou do seu efeito nos activos líquidos, resultados operacionais ou fluxos de caixa do Grupo em qualquer período específico.

World Online International N,V.

Em Novembro 2009, o Supremo Tribunal da Holanda proferiu uma sentença declarativa contra World Online International N.V., Goldman Sachs International e ABN AMRO Bank N.V. em relação a queixas emergentes da oferta pública inicial do World Online em 2000. Foi sustentado que estes Réus cometeram certos actos ilícitos em conexão com a oferta pública inicial. A sentença não estabelece responsabilidades ou o montante de qualquer perda. A administração não crê que qualquer final responsabilidade ou perda tenha um efeito significativo na posição financeira ou rentabilidade do Grupo.

Resumo de outros litígios, processos judiciais e contencioso

Os membros do Grupo estão envolvidos em outros contenciosos no Reino Unido e em várias jurisdições estrangeiras, incluindo os Estados Unidos, relacionado com reclamações por e contra eles resultantes do decurso normal da sua actividade. O Grupo reviu estas reclamações e processos reais, ameaças de processos ou potenciais processos conhecidos e segundo os seus consultores jurídicos, não é de esperar que o resultado destas reclamações e processos tenha um efeito adverso relevante nos seus activos financeiros consolidados, nos resultados operacionais ou nos fluxos de caixa em qualquer período determinado.

Investigações

Os negócios e condição financeira do Grupo podem ser afectados por políticas fiscais ou outras e outras acções de vários governos e autoridades reguladoras no Reino Unido, União Europeia, Estados Unidos e noutros países. O Grupo empenhou-se, e continuará a empenhar-se, em discussões com as autoridades reguladoras relevantes, nomeadamente no Reino Unido e os Estados Unidos, numa base contínua e regular, prestando-lhes informações sobre avaliações operacionais, de sistemas e controlos e questões consideradas apropriadas ou necessárias e é possível que algumas das questões discutidas ou identificadas possam resultar em acções de investigação pelos reguladores, aumentando os custos incorridos pelo Grupo, correcção de sistemas e controles, censura pública ou privada ou multas. Qualquer um destes eventos ou circunstâncias pode ter um impacto adverso sobre o Grupo, os seus negócios, reputação, resultados operacionais ou cotação das acções por ele emitidas. Em particular, há um contínuo escrutínio político e regulamentar da banca de retalho e do sector do crédito ao consumo no Reino Unido e noutros países. A natureza e o impacto das mudanças futuras nas políticas e acção reguladora não se podem prever e estão para além do controlo do Grupo, mas podem ter um impacto adverso sobre os negócios e resultados do Grupo.

Banca de retalho

Na União Europeia, as acções de regulação incluíram um inquérito à banca de retalho iniciado em 13 de Junho de 2005, em todos os então 25 estados-membros pela Direcção-Geral da Concorrência da União Europeia. O inquérito examinou a banca de retalho na Europa, em geral. Em 31 de Janeiro de 2007, a Comissão Europeia anunciou que foram identificadas barreiras à concorrência em certas áreas da banca de retalho, cartões de pagamento e sistema de pagamento na União Europeia. A Comissão Europeia indicou que considerará o uso dos seus poderes para remover estas barreiras e encorajará as autoridades nacionais da concorrência a implementarem as leis europeias e nacionais sobre a concorrência, onde apropriado.

Em 31 de Janeiro de 2007, a Comissão Europeia anunciou que identificou barreiras à concorrência em certas áreas da banca de retalho, cartões de débito e sistemas de pagamentos na União Europeia. A Comissão Europeia indicou que considerará o uso dos seus poderes para resolver estas barreiras e encorajará as autoridades nacionais da concorrência para aplicar as leis da concorrência europeias e nacionais onde apropriado.

Comissões interbancárias multilaterais

Em 2007, a Comissão Europeia emitiu uma decisão que, embora a comissão interbancária não seja ilegal *per se*, o actual de tarifário de comissões interbancárias multilaterais (MIF) da MasterCard para

transacções com cartões para pagamentos transfronteiriços com cartões de crédito ao consumo e débito das marcas MasterCard e Maestro na Europeia infringem a lei da concorrência. Pela decisão, a MasterCard foi obrigada a retirar as relevantes MIF transfronteiriças (i.e., pôr estas comissões a zero) em 21 de Junho de 2008.

A MasterCard apresentou recurso contra a decisão no Tribunal Europeu de Primeira Instância em 1 de Março de 2008, e o grupo interveio em certos procedimentos de recurso. Além disso, no Verão de 2008, a MasterCard anunciou várias alterações no seu tarifário. A União Europeia estava preocupada que estas alterações pudessem ser utilizadas para iludir os requisitos da decisão de infracção. Em Abril 2009, a MasterCard concordou num acordo intercalar sobre o nível das MIF transfronteiriças com a União Europeia, pendente do resultado do processo de recurso e, como resultado disso, a União Europeia anunciou que deixaria de investigar a questão de não cumprimento (embora a MasterCard está a continuar com o seu recurso).

As MIF transfronteiriças foram isentas em 2002 pela Comissão Europeia por um período de cinco anos até 31 de Dezembro de 2007, sujeitas a certas condições. Em 26 de Março de 2008, a Comissão Europeia abriu um inquérito foram sobre o actual tarifário MIF da Visa para transacções com cartões para pagamentos transfronteiriços com os cartões de débito e crédito com marca Visa na União Europeia e, em 6 de Abril de 2009, a Comissão Europeia anunciou que emitiu uma Comunicação de Objecções à Visa. Ao mesmo tempo, a Visa anunciou alterações os seus níveis de comissões interbancárias e introduziu algumas alterações para melhorar a transparência. Não há prazo limite para a conclusão do inquérito.

No Reino Unido, o OFT realizou investigações sobre as comissões interbancárias dos cartões de crédito Visa e MasterCard. A decisão do OFT, no caso do tarifário interbancário da MasterCard intercâmbio foi anulado pelo Tribunal de Recurso da Concorrência ("CAT") em Junho de 2006. Estão em curso as investigações da OFT no caso da comissão interbancária Visa e o segundo caso de comissão interbancária MasterCard. O resultado ainda não é conhecido, mas estas investigações podem ter um impacto sobre o sector de crédito ao consumo em geral e, por conseguinte, sobre a actividade do Grupo no sector. Em 9 de Fevereiro de 2007, o OFT anunciou que estava a alargar a sua investigação sobre as comissões interbancárias internas para incluir os cartões de débito. As investigações do OFT no caso das comissões interbancárias Visa e um segundo caso de comissões interbancárias MasterCard estão em curso. Em 9 de Fevereiro de 2007, o OFT anunciou que estava a alargar a sua investigação às comissões interbancárias nacionais para incluir cartões de débito. Em Janeiro 2010, o OFT informou que não antecipada emitir uma Comunicação de Objecções antes da sentença dos tribunais europeus, embora se reserva no direito de o fazer, se o considerar apropriado.

O resultado destas investigações não é conhecido, mas pode ter impacto no sector de crédito ao consumo em geral e, por conseguinte, no negócio do Grupo nesta área.

Seguro de Protecção de Pagamentos

Tendo conduzido um estudo de mercado relativamente ao Seguros de Protecção de Pagamentos ("PPI"), em 7 de Fevereiro de 2007, o OFT enviou o mercado PPI para a Comissão da Concorrência ("CC") para uma investigação aprofundada. A CC publicou o seu relatório final em 29 de Janeiro de 2009 e anunciou a sua intenção de criar uma gama de medidas correctivas, incluindo uma proibição de vender activamente os PPI no ponto de venda de um produto de crédito (e nos 7 dias seguintes), uma proibição em apólices de prémio único e outras medidas para aumentar a transparência (e de modo a melhorar a capacidade dos clientes em procurar e melhorar a concorrência de preços). Subsequentemente, Barclays Bank PLC apresentou recurso de certas conclusões do CC no Tribunal de Recurso da Concorrência ("CAT"). Em 16 de Outubro de 2009, o CAT proferiu um acórdão anulando a proibição de venda de PPI no ponto de venda de produtos de crédito e reenviou a questão de novo para a CC para reanálise. O actual Calendário Administrativo ("Administrative Timetable") irá publicar um relatório suplementar no Verão de 2010 uma avaliação complementar à sua gama completa de medidas correctivas recomendadas e uma proposta de decisão para as implementar durante o Outono de 2010.

A FSA tem realizado uma ampla análise temática do sector das práticas de vendas PPI e em Setembro de 2008 anunciou que pretendia aumentar o seu nível de intervenção regulamentar. Foi feito um número substancial de reclamações de clientes, alegando uma venda enganosa de apólices PPI, aos bancos e ao Provedor de Serviços Financeiros (FOS) e muitas delas foram confirmadas pelo FOS contra os bancos. Prosseguem as discussões entre a FSA, o FOS e entidades do sector sobre a melhor forma de lidar com estas queixas. Separadamente, estão em curso discussões entre a FSA e o Grupo em relação às preocupações manifestadas pela FSA sobre certas categorias de vendas PPI históricas.

Em Setembro 2009, a FSA publicou um documento de consulta relativo às orientações para uma justa avaliação das queixas de vendas abusivas PPI e, onde necessário, uma provisão para um nível adequado de reparação. O documento de consulta também cobrem as propostas regras que requerem que as

firmas reavaliem (no âmbito das novas orientações) todas as queixas de vendas abusivas de PPI recebidas e rejeitadas desde Janeiro 2005. É esperada uma declaração da política contendo uma orientação e regras definitivas no início de 2010. Em separado, continuam as conversações entre a FSA e o Grupo em relação às preocupações expressas pela FSA sobre certas categorias de vendas PPI.

Contas-correntes de particulares

Em 16 de Julho de 2008, o OFT publicou os resultados de seu estudo de mercado sobre contas-correntes de particulares no Reino Unido. O OFT encontrou provas de concorrência e vários aspectos positivos no mercado actual contas-correntes de particulares, mas acredita que o mercado como um todo não está a funcionar bem para os consumidores e que a capacidade do mercado funcionar bem tornou-se distorcida.

O OFT está actualmente em consultas com o sector bancário, organizações de consumidores partes interessadas no seu relatório. Após esta consulta, o OFT irá decidir sobre os próximos passos, que podem incluir novas discussões ou soluções de correcção acordadas com o sector, ou um possível envio deste mercado para a CC.

Em 7 de Outubro de 2009, o OFT publicou um relatório de seguimento que resume as iniciativas acordadas entre o OFT e os fornecedores de contas-correntes de particulares para responder às preocupações do OFT acerca da transparência e transferência, no seguimento do seu estudo de mercado. Os fornecedores de contas-correntes particulares tomarão algumas medidas para melhorar a transparência, incluindo fornecer aos clientes um resumo anual do custo da conta e sublinhando os encargos nos extractos mensais. Para melhorar o processo de transferência, estão a ser introduzidas várias medidas no seguimento do trabalho com o BACS, o processador de pagamento, incluindo medidas para reduzir o impacto nos consumidores de quaisquer problemas na transferência de débitos directos.

Em 22 de Dezembro de 2009, o OFT publicou mais um relatório em que afirmou que continua a ter preocupações significativas acerca do funcionamento do mercado de contas-correntes de particulares no Reino Unido, em especial, em relação a descobertos não autorizados e que acredita que são necessárias alterações para que o mercado funcione os melhores interesses dos clientes dos bancos. O OFT afirmou que discutiria estas questões intensamente com os bancos, associações de consumidores e outras organizações, com a finalidade de comunicar os progressos no final de Março 2010.

Actividades de compensação de dólares nos EUA

Em ligação com uma investigação anteriormente divulgada da filial de Nova Iorque do ABN AMRO pelas autoridades de regulação dos EUA, o ABN AMRO e membros da gestão do ABN AMRO continua a fornecer informação ao Departamento de Justiça dos EUA relativamente às actividades de compensação de dólares do ABN AMRO, os procedimentos de cumprimento do Departamento do Tesouro do Estados Unidos e outras questões de cumprimento da Lei do Sigilo Bancário de 1970. O ABN AMRO chegou a um acordo de princípio com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos que resolverá todos os aspectos actualmente conhecido da investigação em curso, embora nenhum acordo escrito tenha ainda sido atingido e as negociações continuarem. Nos termos do acordo em princípio, o ABN AMRO e os Estados Unidos realizarão um acordo de acusação diferida (*deferred prosecution agreement*) em que o ABN AMRO evitaria a acusação e acordaria em apresentar uma informação no Tribunal Distrital dos Estados Unidos com a acusação de algumas violações à lei federal com base na informação divulgada numa declaração factual acordada. O ABN AMRO também acordaria em continuar a cooperar com as investigações em curso nos Estados Unidos e resolver todas as queixas cíveis e criminais actualmente em curso por parte dos EUA pelo montante de US$500 milhões. Os termos exactos do DPA ainda estão em negociação.

Titularização e negócio de *collateralised debt obligation*

O Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque enviou citações para um vasto leque de participantes do sector das titularizações e valores imobiliários, centrando-se na informação de tomadores firmes obtidas como parte do processo de *due diligence* de firmas independentes de *due diligence.* O RBS Greenwich Capital apresentou os documentos solicitados pelo Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque, principalmente com relação a empréstimos que foram agrupados numa operação de titularização e continuará a cooperar com a investigação. Mais recentemente o Procurador-Geral do Massachusetts enviou citações à RBS Securities Inc. procurando informações relacionadas com as práticas de empréstimos baseados em hipotecas residenciais e as vendas e titularização de empréstimos de hipotecas residenciais. As investigações respectivas estão nas fases iniciais e, por conseguinte, é difícil prever a potencial exposição dessas investigações. A empresa e as suas subsidiárias estão a cooperar com estas várias investigações e pedidos.

Outras investigações

No Reino Unido, o OFT tem estado a investigar o Grupo por alegada conduta em infracção do Artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e/ou a proibição do Capítulo 1 da Lei da

Concorrência de 1988, relativamente à prestação de produtos de empréstimos a firmas de serviços profissionais. O Grupo está a cooperar completamente com a investigação do OFT.

Em Abril 2009, a FSA notificou o Grupo de que estava a começar uma análise de supervisão sobre a aquisição do ABN AMRO em 2007 e dos aumentos de capital de 2008 e uma investigação sobre a conduta, sistemas e controlos na divisão Global Banking & Markets do Grupo. A empresa e as suas subsidiárias estão a cooperar totalmente com esta análise e investigação.

Em Novembro 2009, a FSA informou o Grupo que estava a começar uma investigação em certos aspectos das políticas, bem como da informação e controlos, de certas subsidiárias do Grupo no Reino Unido, relativamente ao cumprimentos das regulações britânicas contra o branqueamento de capitais durante o período entre Dezembro 2007 e Dezembro 2008. A empresa e as suas subsidiárias estão a cooperar totalmente com esta investigação.

Em Janeiro 2010, a FSA informou o Grupo que pretendia começar uma investigação a certos aspectos do tratamento das queixas dos clientes. O âmbito da investigação proposta (incluindo que negócios e subsidiárias serão afectadas) não é claro. A empresa a as suas subsidiárias pretendem cooperar totalmente com esta investigação.

Nos Estados Unidos, algumas subsidiárias do Grupo têm recebido pedidos de informação de várias agências governamentais, organizações de auto-regulação d agências governamentais estaduais, incluindo em conexão de hipotecas *sub-prime* e operações de titularização, *collateralised debt obligations* e produtos sintéticos relacionados com as hipotecas *sub-prime*. Em particular, em Março de 2008, o Grupo foi informado pela SEC, que tinha iniciado uma investigação formal não pública relativa às exposições de títulos sub-prime e exposições de hipotecas residenciais do Grupo nos EUA. O Grupo e as suas subsidiárias estão a cooperar com esses vários pedidos de informações e investigações.

33 Entrada/(saída) de caixa líquida de actividades operacionais

	Grupo			Empresa		
	2009	Reexpresso 2008	2007	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Resultado operacional antes de impostos	(2.595)	(40.836)	9832	(1.286)	(10.017)	2372
Resultado operacional antes de impostos de actividades descontinuadas	(101)	4208	68	–	–	–
(Aumento)/diminuição em pagamento antecipados acréscimos de proveitos	433	(921)	(662)	–	–	(1)
Juros sobre passivos subordinados	1.490	2.144	1.518	537	499	470
Aumento/(diminuição) em acréscimos e proveitos diferidos	(1.538)	3961	(818)	(1)	7	–
Provisões para perdas por imparidades	14.950	8.072	1.968	–	–	–
Empréstimos e adiantamentos abatido, líquido de recuperações	(6.540)	(2.829)	(1.669)	–	–	–
Compensação de desconto por perdas por imparidade	(408)	(194)	(164)	–	–	–
Lucro na venda de activos tangíveis	(43)	(167)	(741)	–	–	–
Mais-valias na venda de subsidiárias e associadas	135	(943)	(67)	–	(487)	–
Mais-valia na venda de títulos	(294)	(342)	(544)	–	–	–
Encargos por planos de pensão de benefícios definidos	659	490	489	–	–	–
Ganhos de redução dos regimes de pensão	(2.148)	–	–	–	–	–
Contribuição em numerário para planos de pensão de benefícios definidos	(1.153)	(810)	(599)	–	–	–
Outras provisões utilizadas	(159)	(32)	(211)	–	–	–
Depreciação e amortização	2.809	3.154	1.932	–	–	–
Ganho em resgate de dívida própria	(3.790)	–	–	(238)	–	–
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	363	32.581	–	–	–	–
Abatimento de investimentos em subsidiárias	–	–	–	5139	14.321	–
Eliminação de diferenças cambiais	12.217	(41.874)	(10.282)	(753)	1778	(58)
Eliminação de rubricas não caixa em actividades descontinuadas	–	592	62	–	–	–
Outros rubricas não caixa	1.404	2.167	(327)	21	2	2
Entrada/(saída) líquida de caixa de actividades de negociação	15.691	(31.579)	(215)	3419	6.103	2.785
Diminuição/(aumento) em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	151.568	(5.469)	(90.829)	4.121	(15.542)	(8)
(Aumento)/diminuição em títulos	(5.902)	75964	(26.167)	(1.286)	–	–
(Aumento)/diminuição em outros activos	(1.839)	(5.845)	(384)	(10)	(73)	–
Diminuição/(aumento) em activos derivados	544.744	(708.607)	(88.948)	(1)	(995)	(173)
Alterações em activos operacionais	688.571	(643.957)	(206.328)	2824	(16.610)	(181)
(Diminuição)/aumento em depósitos por bancos e clientes	(131.685)	(78.166)	81645	11.533	(4.064)	4677
Aumento/(diminuição) em passivos de seguros	429	(186)	2706	–	–	–
(Diminuição)/aumento em títulos de dívida em emissão	(34.528)	27222	59.735	(1.828)	(1.794)	10936
Aumento/(diminuição) em outros passivos	20	(8.869)	(1.036)	(66)	32	(7)
(Diminuição)/aumento em passivos derivados	(540.540)	699601	83.466	85	182	137
Aumento/(diminuição) em saldos de compensação e posições curtas	1.769	(37.864)	8073	(11)	–	–
Alterações em passivos operações	(704.535)	601738	234.589	9.713	(5.644)	15743
Total de impostos sobre os rendimentos (pagos)/recebidos	(719)	(1.540)	(2.442)	409	119	6
Entrada/(saída) de caixa de actividades operacionais	(992)	(75.338)	25.604	16.365	(16.032)	18353

34 Análise do investimento líquido em participações comerciais e activos intangíveis

(a) Aquisição de ABN AMRO

Em 17 de Outubro de 2007, o Grupo, através da sua subsidiária RFS Holdings B.V. ("RFS"), adquiriu 99% das acções ordinárias da ABN AMRO Holding N.V., a empresa holding de um grande grupo bancário europeu sediado na Holanda com subsidiárias que realizam operações de banca comercial, banca de investimento e outras actividades financeiras relacionadas. Durante 2008, a RFS adquiriu o restante 1% de acções ordinárias do ABN AMRO

Os justos valores dos activos e passivos do ABN AMRO à data de aquisição foram os seguintes:

	Valores contabilísticos pré-aquisição £m	Grupos de alienação £m	Ajustamentos de justo valor £m	Valores de aquisição reconhecidos £m
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7.263	(186)	—	7.077
Empréstimos e adiantamentos a bancos	120.120	(3.646)	—	116.474
Empréstimos e adiantamentos a clientes	314.287	(26.158)	(2.542)	285.587
Bilhetes de tesouro e outros bilhetes elegíveis e títulos de dívida e de participação	166.018	(3.804)	—	162.214
Derivados	86.695	(322)	—	86.373
Activos intangíveis	4.239	(3.522)	5070	5.787
Activos tangíveis	2.062	(747)	170	1.485
Outros activos	32.710	(7)	1.177	33.880
Activos de grupos de alienação (1)	2.987	38.392	689	42.068
Depósitos por bancos	(160.906)	2.808	1	(158.097)
Contas de clientes	(253.583)	13.786	(150)	(239.947)
Títulos de dívida em emissão	(134.630)	5.937	225	(128.468)
Saldos de compensação e posições curtas	(44.748)	36	—	(44.712)
Derivados	(85.491)	417	—	(85.074)
Passivos subordinados	(11.748)	868	624	(10.256)
Outros passivos	(21.268)	271	(1.928)	(22.925)
Passivos em grupos de alienação (1)	(2.377)	(24.123)	—	(26.500)
Activos e passivos identificáveis líquidos	21.630	—	3336	24.966
Interesses minoritários				(242)
Goodwill na aquisição				23.851
Contrapartida				48.575
Satisfeito por:				
Emissão de 531 milhões de acções ordinárias da empresa				2.719
Caixa				45.786
Comissões e despesas relativas à aquisição				70
Contrapartida				48.575
Caixa líquido:				
Pagamento em numerário				45.856
Caixa adquirido				(60.093)
				(14.237)

Nota:

(1) Banca Antoveneta SpA. e a unidade de negócios de gestão de activos do ABN AMRO foram identificados como grupos para alienação durante a aquisição do ABN AMRO e vendidos durante 2008. Além disso, segundo os termos do Acordo de Consórcio e Accionistas, os membros do Consórcio, excepto o Grupo, concordaram em adquirir, em devido curso, de vários negócios do ABN AMRO incluindo as operações no

Brasil (vendida em 1 de Julho de 2008), os negócios comerciais e de retalho na Holanda, os negócios de clientes privados e Interbanca.

Estima-se que o Grupo teria reportado um total de proveitos de £37,2 mil milhões e um lucro após impostos de £7,7 mil milhões de operações continuadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, caso todas as aquisições tivessem ocorrido em 1 de Janeiro de 2007.

(b) Outras aquisições e alienações

	Grupo		
	2009	2008	2007
	£m	£m	£m
Justo valor atribuído aos negócios adquiridos	(115)	(1.810)	(280)
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos	—	—	5
Contrapartida de rubricas não monetárias	—	(17)	—
Saída de caixa líquida em relação a compras	(115)	(1.827)	(275)
Caixa e equivalentes a caixa nos negócios vendidos	—	—	21
Outros activos vendidos	896	739	16
Contrapartida de rubricas não monetárias	—	(103)	(2)
(Menos-valia)/Mais-valia na alienação	(135)	943	67
Entrada de caixa líquida em relação a alienações	761	1.579	102
Dividendos recebidos de *joint venture*	21	89	11
Despesas de caixa em activos intangíveis	(562)	2.411	(435)
Entrada/(saída) líquida	105	2.252	(597)

O resultado reportado pelo Grupo das operações continuadas para 2008 e 2009 não teria sido materialmente afectado tivessem todas as aquisições ocorrido em 1 de Janeiro de 2008 ou 1 de Janeiro de 2009. A mais-valia na alienação resulta das vendas dos negócios Angel Trains, Tesco personal Finance e European Consumer Finance durante 2008.

35 Juros recebidos e pagos

	Grupo			Empresa		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Juros recebidos	36.396	52.393	31.552	1.140	794	457
Juros pagos	(21.224)	(31.614)	(18.407)	(866)	(1.325)	(746)
	15.172	20.779	13.145	274	(531)	(289)

36 Análise de alterações de financiamentos durante o exercício

	Grupo						Empresa					
	Capital social, prémio de acções, capital realizado e reserva de fusões			Passivos subordinados			Capital social, prémio de acções, capital realizado e reserva de fusões			Passivos subordinados		
	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Em 1 de Janeiro	49.323	31.806	24.178	49.154	38.043	27.654	38.442	20.925	13.297	10.314	7.743	8.194
Emissão de acções ordinárias	—	49	77	—	—	—	—	49	77	—	—	—
Emissão de outros títulos de capital	—	—	4673	—	—	—	—	—	4673	—	—	—
Resgate de acções preferenciais	(5.000)	—	—	—	—	—	(5.000)	—	—	—	—	—
Oferta e colocação	5.274	19.741	—	—	—	—	5.274	19.741	—	—	—	—
Emissão de direitos de subscrição	—	12000	—	—	—	—	—	12000	—	—	—	—
Emissão de acções B	25101	—	—	—	—	—	12.801	—	—	—	—	—
Resgate de prémios de acções	(308)	—	—	—	—	—	(308)	—	—	—	—	—
Proveitos líquidos da emissão de passivos subordinados	—	—	—	2.309	2.413	1.018	—	—	—	—	—	—
Reembolso de passivos subordinados	—	—	—	(5.145)	(1.727)	(1.708)	—	—	—	(458)	—	(469)
Entrada/(saída) de caixa líquida de financiamento	25.067	31.790	4.750	(2.836)	686	(690)	12767	31.790	4.750	(458)	—	(469)
Investimento em subordinadas	—	—	2719	—	—	10256	12.300	—	2719	—	—	—
Transferência para resultados transitados	(10.150)	(14.273)	—	—	—	—	(10.150)	(14.273)	—	—	—	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos	—	—	159	(8.666)	10425	823	—	—	159	(1.094)	2.571	18
Em 31 de Dezembro	64.240	49.323	31.806	37.652	49.154	38.043	53.359	38.442	20.925	8.762	10.314	7.743

37 Análise de caixa e equivalentes a caixa

	Grupo			Empresa		
	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Em 1 de Janeiro						
- caixa	72.425	52.796	28.378	—	5	11
- equivalentes a caixa	62.500	96.159	43.273	5.069	1.568	646
	134.925	148.955	71.651	5.069	1.573	657
Aquisição de subsidiárias	—	—	60.098	—	—	—
Alienação de subsidiárias	—	(3.171)	—	—	—	—
(Saída)/entrada de caixa líquida	9.261	(10.859)	17.206	11.379	3.496	916
Em 31 de Dezembro	144.186	134.925	148.955	16.448	5.069	1.573
Incluindo						
Caixa e saldos em bancos centrais	51.811	12007	17.428	—	—	—
Bilhetes de tesouro e títulos de dívida	15.818	15.623	6.818	—	—	—
Empréstimos e adiantamentos a bancos	76.557	107.295	124.709	16.448	5.069	1.573
Caixa e equivalentes a caixa	144.186	134.925	148.955	16.448	5.069	1.573

Certas empresas subsidiárias são obrigadas a manter saldos no Banco da Inglaterra que, em 31 de Dezembro de 2009, ascendiam a £450 milhões (2008 – £393 milhões; 2007 – £439 milhões). Certas empresas subsidiárias são obrigadas por lei a manter saldos de reserva no Banco da Reserva Federal dos EUA. Esses saldos de reserva cifravam-se em nada em 31 de Dezembro de 2009 (2008 – nada; 2007 – US§ 1 milhão). O ABN AMRO tinha depósitos de reserva obrigatórios €6 milhões em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - €3 milhões; 2007 – €6 milhões).

38 Análise por segmento

(a) Divisões

No seguimento de uma análise estratégica global, foram realizadas alterações dos segmentos operacionais do Grupo em 2009. Foi criada a divisão Non-Core que inclui aquelas linhas de negócios, carteiras e activos individuais que no Grupo pretende eliminar ou vender. Além disso, Business Services (ex-Group Manufacturing) deixou de ser reportada como uma divisão separada e os seus custos são agora alocados às divisões que atendem clientes com certos custos centrais. A UK Retail & Commercial Banking foi dividida em três segmentos (UK Retail, UK Corporate e Wealth). O Ulster Bank tornou-se um segmento específico. Os restantes elementos da Europe & Middle East Retail & Commercial Banking, Asia Retail & Commercial Banking e Share of shared assets formam parte de Non-Core. A mensuração do segmento é agora o Resultado antes de impostos que difere da Contribuição utilizada previsamente; Exclui certos elementos não frequentes e os interesses minoritários da RFS Holdings, que não é um segmento operacional do Grupo. Os dados comparativos foram reexpressos em conformidade.

Os administradores gerem o Grupo principalmente por classe de negócio e apresentam a análise por segmento nessa base. Os segmentos debitam preços de mercado pelos serviços que prestam a outras partes do Grupo; os encargos de financiamento entre os segmentos são determinados pela Tesouraria do Grupo tem dom conta as procuras comerciais.

As actividades do Grupo estão organizadas da seguinte forma:

UK Retail oferece uma gama completa de produtos bancários e serviços financeiros relacionados para o mercado de particulares. Serve os seus clientes através das redes de balcões e ATM do Royal Bank e NatWest no Reino Unido e, também, através de canais de telefone e Internet.

UK Corporate é um dos principais fornecedores de serviços bancários, financeiros e gestão de risco ao sector empresarial e PME no Reino Unido. Oferece uma grande gama de produtos bancários e serviços financeiros relacionados através de uma rede nacional de gestores de relação e, também, através de canais de telefone e canais. A gama de produtos inclui financiamento de activos através da marca Lombard.

Wealth presta serviços de banca privada e de investimento no Reino Unido através da Coutts & Co e da Adam & Company; banca offshore através do RBS International, NatWest Offshore e Isle of Man Bank; e banca privada internacional através de RBS Coutts.

Global Banking & Markets (GBM) é um parceiro bancário importante para as maiores empresas e instituições financeiras do mundo, proporcionando uma larga gama de financiamento de dívida e de capital próprio, gestão de risco e serviços de investimento aos seus clientes. A divisão está organizada seis linhas de negócios principais: mercados monetários; taxas *flow trading*; divisas e matérias-primas; acções; mercados de crédito e gestão e originação de carteiras.

Global Transaction Services classifica-se entre os cinco maiores prestadores de serviços de serviços de transacções globais, oferecendo pagamentos globais, gestão de caixa e liquidez, bem como financiamento comercial e produtos e serviços de cartões comerciais. Inclui as actividades de transferência monetária empresarial do Grupo no Reino Unido e Estados Unidos, bem como a Global Merchant Services, o negócio de aquisições comerciais do Grupo no Reino Unido e internacional.

Ulster Bank é o banco de retalho e comercial líder na Irlanda do Norte e o terceiro maior grupo bancário da ilha da Irlanda. Fornece uma gama completa de serviços financeiros, tanto na sua divisão de Retail Markets, que tem uma rede de balcões e opera nos sectores de particulares e *bancassurance*, como na sua divisão Corporate Markets, que fornece serviços para clientes de negócios PME, grandes empresas e mercados institucionais.

US Retail & Commercial fornece serviços financeiros principalmente através das marcas Citizens e Charter One. US Retail & Commercial está envolvido nas actividades de banca de retalho e empresarial através da sua rede de balcões em 12 estados dos Estados Unidos e através de unidades não balcões em outros estados. Está entre os cinco maiores bancos da Nova Inglaterra.

RBS Insurance vende e subscreve seguros de retalho e às PME pelo telefone e a internet, bem como através de mediadores e parcerias. As suas marcas incluem Direct Line, Churchill e Privilege, que vendem produtos de seguros gerais directamente ao cliente, bem como a Green Flag e NIG. Através da sua divisão internacional, o RBS Insurance vende seguros gerais, principalmente automóvel, na Alemanha e Itália. A divisão de Intermediários e mediadores vende produtos gerais através de mediadores independentes.

Central Functions inclui funções de grupo e empresariais, tal como tesouraria, financiamento, gestão de risco, jurídico, comunicações e recursos humanos. “The Centre” gere os recursos de capital do Grupo e os projectos regulamentares a nível do Grupo e presta serviços às divisões operacionais.

Divisão Non-Core gere os activos separados que o Grupo pretende eliminar ou alienar. A divisão contém, uma gama de negócios e carteiras de activos, principalmente, da divisão GBM, incluindo a RBS Sempra Commodities, associadas à negociação por conta própria, carteiras de activos com perfil de risco mais elevado, incluindo o excesso de concentrações de risco e outras carteiras ilíquidas. Também inclui um certo número de carteiras e negócios, incluindo negócios de mercados regionais, que o Grupo chegou à conclusão que deixaram de ser estratégicos.

38 Análise por segmento continuação

	Grupo						
2009	Margem financeira £m	Proveitos não provenientes de juros £m	Total de proveitos £m	Despesas operacionais e reclamações de seguro £m	Depreciação e amortização £m	Perdas por imparidade £m	Resultado operacional £m
UK Retail	3.452	1.629	5.081	(3.170)	(3)	(1.679)	229
UK Corporate	2.292	1.290	3.582	(1.376)	(154)	(927)	1125
Wealth	663	446	1.109	(645)	(11)	(33)	420
Global Banking & Markets	2.375	8.634	11.009	(4.482)	(178)	(640)	5709
Global Transaction Services	912	1.575	2.487	(1.462)	(13)	(39)	973
Ulster Bank	780	254	1.034	(748)	(5)	(649)	(368)
US Retail & Commercial	1.775	949	2.724	(2.063)	(72)	(702)	(113)
RBS Insurance	354	4.106	4.460	(4.363)	(31)	(8)	58
Central Items	(284)	524	240	1.017	(964)	(1)	292
Core	12.319	19.407	31.726	(17.292)	(1.431)	(4.678)	8325
Non-Core	1.248	(3.549)	(2.301)	(2.593)	(442)	(9.221)	(14.557)
	13.567	15.858	29.425	(19.885)	(1.873)	(13.899)	(6.232)
Elementos de reconciliação							
Interesses minoritários RFS Holdings	2.937	2.406	5.343	(3.950)	(646)	(1.051)	(304)
Amortização de activos intangíveis adquiridos	—	—	—	—	(272)	—	(272)
Abatimento de goodwill	—	—	—	(363)	—	—	(363)
Custos de integração e reestruturação	—	—	—	(1.268)	(18)	—	(1.286)
Ganho no resgate de própria dívida	—	3.790	3.790	—	—	—	3.790
Alienações estratégicas	—	132	132	—	—	—	132
Ganhos em reduções de pensões	—	—	—	2.148	—	—	2.148
Bónus fiscal	—	—	—	(208)	—	—	(208)
	16.504	22.186	38.690	(23.526)	(2.809)	(14.950)	(2.595)
2008							
UK Retail	3.187	1.935	5.122	(3.378)	(2)	(1.019)	723
UK Corporate	2.448	1.289	3.737	(1.487)	(150)	(319)	1781
Wealth	578	481	1.059	(686)	(9)	(16)	348
Global Banking & Markets	2.326	388	2.714	(3.705)	(283)	(522)	(1.796)
Global Transaction Services	937	1.494	2.431	(1.372)	(3)	(54)	1002
Ulster Bank	708	331	1.039	(715)	—	(106)	218
US Retail & Commercial	1.726	861	2.587	(1.471)	(151)	(437)	528
RBS Insurance	496	3.934	4.430	(3.767)	(37)	(42)	584
Central Items	1.710	(1.198)	512	1.148	(654)	19	1.025
Core	14.116	9.515	23.631	(15.433)	(1.289)	(2.496)	4413
Non-Core	1648	(4.680)	(3.032)	(2.840)	(543)	(4.936)	(11.351)
	15.764	4.835	20.599	(18.273)	(1.832)	(7.432)	(6.938)
Rubricas de reconciliação							
Interesses minoritários RFS Holdings	2.911	1.916	4.827	(3.303)	(843)	(640)	41
Amortização de activos intangíveis adquiridos	—	—	—	—	(443)	—	(443)
Abatimento de goodwill e outros activos intangíveis	—	—	—	(32.581)	—	—	(32.581)
Custos de integração e reestruturação	—	—	—	(1.321)	(36)	—	(1.357)
Alienações estratégicas	—	442	442	—	—	—	442
	18.675	7.193	25.868	(55.478)	(3.154)	(8.072)	(40.836)
2007							
UK Retail	3.230	2.508	5.738	(3.525)	(6)	(975)	1232
UK Corporate	2.252	1.227	3.479	(1.378)	(120)	(178)	1803
Wealth	653	465	1.118	(613)	(11)	(3)	491
Global Banking & Markets	418	3.429	3.847	(2.624)	(133)	(66)	1024
Global Transaction Services	647	1.150	1.797	(888)	—	(14)	895
Ulster Bank	659	328	987	(619)	(5)	(46)	317
US Retail & Commercial	1.613	801	2.414	(1.312)	(113)	(246)	743
RBS Insurance	514	4.060	4.574	(3.987)	(45)	—	542
Central Items	497	56	553	893	(598)	(3)	845
Core	10.483	14.024	24.507	(14.053)	(1.031)	(1.531)	7892
Non-Core	1.041	3.986	5.027	(1.920)	(561)	(399)	2147
	11.524	18.010	29.534	(15.973)	(1.592)	(1.930)	10.039
Rubricas de reconciliação							
Interesses minoritários RFS Holdings	545	287	832	(573)	(58)	(38)	163
Amortização de activos intangíveis adquiridos	—	—	—	(40)	(222)	—	(262)
Custos de integração e reestruturação	—	—	—	(48)	(60)	—	(108)
	12.069	18.297	30.366	(16.634)	(1.932)	(1.968)	9832

Total de receitas	2009 Externo £m	2009 Inter-segmento £m	2009 Total £m	2008 Externo £m	2008 Inter-segmento £m	2008 Total £m	2007 Externo £m	2007 Inter-segmento £m	2007 Total £m
UK Retail	7.156	599	7.755	8.416	1.652	10.068	8.376	1.689	10.065
UK Corporate	4.563	118	4.681	8.309	225	8.534	7.877	43	7.920
Wealth	813	820	1.633	1.125	2.122	3.247	1.082	2.218	3.300
Global Banking & Markets	13.756	9.142	22.898	11.059	11.078	22.137	6.803	6.462	13.265
Global Transaction Services	2.923	60	2.983	2.937	81	3.018	2.940	77	3.017
Ulster Bank	1.604	104	1.708	2.762	748	3.510	2.500	197	2.697
US Retail & Commercial	4.080	378	4.458	4.200	475	4.675	4.370	504	4.874
RBS Insurance	5.018	19	5.037	5.040	33	5.073	5.221	89	5.310
Central Items	787	10.825	11.612	1.166	13.388	14.554	1.650	9.973	11.623
Core	40.700	22.065	62.765	45.014	29.802	74.816	40.819	21.252	62.071
Non-Core	3.358	1.292	4.650	4.242	1.657	5.899	10.678	2.778	13.456
	44.058	23.357	67.415	49.256	31.459	80.715	51.497	24.030	75.527
Rubricas de reconciliação									
Interesses minoritários RFS Holdings	11.127	(1.044)	10.083	9.703	(24)	9.679	1.534	(255)	1.279
Ganho no resgate de própria dívida	3.790	–	3.790	–	–	–	–	–	–
Alienações estratégicas	132	–	132	442	–	442	–	–	–
Abatimentos	–	(22.313)	(22.313)	–	(31.435)	(31.435)	–	(23.775)	(23.775)
	59.107	–	59.107	59.401	–	59.401	53.031	–	53.031

Total de proveitos	2009 Externo £m	2009 Inter-segmento £m	2009 Total £m	2008 Externo £m	2008 Inter-segmento £m	2008 Total £m	2007 Externo £m	2007 Inter-segmento £m	2007 Total £m
UK Retail	5.157	(76)	5081	5.499	(377)	5.122	6.091	(353)	5.738
UK Corporate	4.422	(840)	3582	6.372	(2.635)	3.737	5.723	(2.244)	3.479
Wealth	409	700	1.109	(761)	1820	1.059	(956)	2.074	1.118
Global Banking & Markets	10.125	884	11.009	1.336	1.378	2.714	3.171	676	3.847
Global Transaction Services	2.438	49	2.487	1.967	464	2.431	2.153	(356)	1797
Ulster Bank	1.003	31	1.034	1.315	(276)	1039	1.422	(435)	987
US Retail & Commercial	2.380	344	2.724	2.141	446	2.587	1.944	470	2.414
RBS Insurance	4.475	(15)	4460	4.413	17	4.430	4.567	7	4.574
Central Items	(2.854)	3.094	240	(3.841)	4.353	512	(2.948)	3.501	553
Core	27.555	4.171	31.726	18.441	5.190	23.631	21.167	3.340	24.507
Non-Core	616	(2.917)	(2.301)	1620	(4.652)	(3.032)	7.968	(2.941)	5.027
	28.171	1.254	29.425	20.061	538	20.599	29.135	399	29.534
Rubricas de reconciliação									
Interesses minoritários RFS Holdings	6.597	(1.254)	5.343	5.365	(538)	4.827	1.231	(399)	832
Ganho no resgate de própria dívida	3.790	–	3.790	–	–	–	–	–	–
Alienações estratégicas	132	–	132	442	–	442	–	–	–
	38.690	–	38.690	25.868	–	25.868	30.366	–	30.366

	Grupo								
	2009			2008			2007		
	Activos £m	Passivos £m	Custos para adquirir os activos fixos e activos intangíveis £m	Activos £m	Passivos £m	Custos para adquirir os activos fixos e activos intangíveis £m	Activos £m	Passivos £m	Custos para adquirir os activos fixos e activos intangíveis £m
UK Retail	110.987	91.755	–	102.429	82.721	4	100.318	80.586	1
UK Corporate	114.854	89.306	598	120.990	84.076	1.418	103.332	68.643	1.467
Wealth	17.952	36.273	11	16.130	35.079	41	14.041	34.591	34
Global Banking & Markets	826.054	822.830	513	1.395.032	1.456.138	880	975.978	978.866	497
Global Transaction Services	18.380	64.684	17	22.162	54.259	7	21.821	58.148	8
Ulster Bank	44.021	40.597	–	49.107	47.672	1	42.453	44.004	32
US Retail & Commercial	75.369	72.407	179	88.673	89.254	204	67.099	55.874	171
RBS Insurance	11.973	7.775	33	11.018	7.510	61	10.574	7.036	92
Central Items	82.041	150.739	804	70.217	157.331	1.235	3.054	72.946	1.001
Core	1301.631	1.376.366	2.155	1.875.758	2.014.040	3.851	1.338.670	1.400.694	3.303
Non-Core	220.850	66.152	3.259	342.935	140.338	2.225	256.396	135.943	1.583
	1.522.481	1.442.518	5.414	2.218.693	2.154.378	6.076	1.595.066	1.536.637	4.886
Rubricas de reconciliação									
Interesses minoritários RFS Holdings	174.005	159.337	296	182.959	166.776	174	245.763	212.766	675
	1.696.486	1.601.855	5.710	2.401.652	2.321.154	6.250	1.840.829	1.749.403	5.561

Nota:

(1) Resultados por segmento para 2008 e 2007 foram reexpressos para reflectir as transferências de negócios entre segmentos em 2009.

A análise por segmento do goodwill é a seguinte:

	Segmentos relatados										
	Global UK Retail £m	Global UK Corporate £m	Wealth £m	Global Banking & Markets £m	Global Transaction Services £m	Ulster Bank £m	US Retail & Commercial £m	RBS Insurance £m	Non-Core £m	Interesses minoritátios RFS Holdings £m	Total £m
Em 1 de Janeiro de 2007	2.803	2.741	746	1.065	1.657	820	5.429	1.064	1.564	–	17889
Conversão de divisa e outros ajustamentos	–	–	7	137	18	38	(103)	–	133	957	1.187
Aquisições	–	–	–	2.989	721	–	66	–	2.677	17.464	23.917
Goodwill abatido	–	–	–	–	–	–	–	–	(40)	–	(40)
Em 1 de Janeiro de 2008	2.803	2.741	753	4.191	2.396	858	5.392	1.064	4.334	18,421	42.953
Transferência para grupos de alienação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.692)	(3.692)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	–	–	56	879	680	133	2.013	7	801	4.336	8.905
Aquisições	–	–	–	147	35	–	–	–	342	–	524
Alienações	–	–	–	–	–	–	–	–	(49)	(3.017)	(3.066)
Abatimento de goodwill	–	(46)	(9)	(5.179)	(44)	(991)	(4.382)	(42)	(4.831)	(14.538)	(30.062)
Em 1 de Janeiro de 2009	2.803	2.695	800	38	3.067	–	3.023	1.029	597	1.510	15.562
Transferência para grupos de alienação	–	–	–	–	–	–	–	–	(238)	–	(238)
Conversão de divisa e outros ajustamentos	–	–	(12)	(1)	(233)	–	(302)	(8)	(34)	(107)	(697)
Abatimento de goodwill	–	–	–	–	–	–	–	(66)	(297)	–	(363)
Em 31 de Dezembro de 2009	2.803	2.695	788	37	2.834	–	2.721	955	28	1.403	14.264

(b) Segmentos geográficos

As análises geográficas apresentadas no quadro abaixo foram compiladas com base no local das instalações em que as transacções foram registadas.

	Grupo				
2009	Reino Unido £m	USA £m	Europa £m	Resto do Mundo £m	Total £m
Total de receitas	28.490	10.783	16.102	3.732	59.107
Margem financeira	7.824	2.974	4.348	1.358	16.504
Serviços e comissões líquidos	3.670	1.589	1.297	453	7.009
Resultado de actividades comerciais	106	2.470	636	669	3.881
Outros proveitos/(perdas) operacionais	6.067	119	(102)	(332)	5752
Proveitos de prémios de seguros (líquido de parte de resseguradores)	4.872	–	672	–	5544
Total de proveitos	22.539	7.152	6.851	2.148	38.690
Resultado operacional antes de impostos	1.856	97	(3.526)	(1.022)	(2.595)
Total do activo	949.765	338.649	320.008	88.064	1.696.486
Total passivo	873.716	322.698	321.133	84.308	1.601.855
Activos líquidos atribuíveis a accionistas e interesses minoritários	76.049	15.951	(1.125)	3756	94.631
Passivos contingentes e compromissos	175.392	93.694	65.026	17.549	351.661
Custo para adquirir activos tangíveis e activos intangíveis	1.974	390	3.252	94	5.710
2008					
Total de receitas	23.748	8.518	21.112	6.023	59.401
Margem financeira	9.853	2.790	5.018	1.014	18.675
Serviços e comissões líquidos	3.728	1.492	1.648	577	7.445
Resultado de actividades comerciais	(7.103)	(1.604)	(552)	782	(8.477)
Outros proveitos/(perdas) operacionais	2.337	49	(528)	41	1.899
Proveitos de prémios de seguros (líquido de parte de resseguradores)	5.190	–	1.136	–	6326
Total de proveitos	14.005	2.727	6.722	2.414	25.868
Resultados operacional antes de impostos	(8.158)	(5.809)	(26.883)	14	(40.836)
Total do activo	1.304.714	607.511	368.290	121.137	2.401.652
Total passivo	1.253.814	592.272	361.590	113.478	2.321.154
Activos líquidos atribuíveis a accionistas e interesses minoritários	50.900	15.239	6.700	7.659	80.498
Passivos contingentes e compromissos	200.763	131.435	79.941	21.122	433.261
Custo para adquirir activos tangíveis e activos intangíveis	3.415	445	2.204	186	6.250

2007	Grupo Reino Unido £m	USA £m	Europa £m	Resto do Mundo £m	Total £m
Total de receitas	33.743	8.570	8.140	2.578	53.031
Margem financeira	8350	2.054	1.510	155	12.069
Serviços e comissões líquidos	3.933	1.176	560	416	6.085
Resultado de actividades comerciais	1.252	(486)	348	178	1.292
Outros proveitos/(perdas) operacionais	3.844	260	587	142	4.833
Proveitos de prémios de seguros (líquido de parte de resseguradores)	5.562	–	525	–	6087
Total de proveitos	22.941	3.004	3.530	891	30.366
Resultados operacional antes de impostos	7.761	719	1.136	216	9.832
Total do activo	938.064	340.170	422.058	140.537	1.840.829
Total passivo	902.340	326.499	392.362	128.202	1.749.403
Activos líquidos atribuíveis a accionistas e interesses minoritários	35.724	13.671	29.696	12.335	91.426
Passivos contingentes e compromissos	197.637	95.547	82.316	24.599	400.099
Custo para adquirir activos tangíveis e activos intangíveis	3.305	238	1.793	225	5.561

39 Remuneração de administradores e dos principais quadros de gestão

Remuneração dos administradores	2009 £000	2008 £000
Administradores não executivos – emolumentos	823	1.408
Presidente e administradores executivos – emolumentos	4.971	7.132
– contribuições e subsídios relativamente aos planos de pensões de contribuição definida	-	3
	5.974	8.543
– montantes a receber ao abrigo dos planos de incentivos a longo prazo	1.103	646
– ganhos do exercício de opções de acções	-	77
	6.897	9.266

São contabilizados benefícios de pensão para um administrador (2008 – um) ao abrigo de planos de benefícios definidos. Não há administradores (2008 – nenhum) com benefícios contabilizados ao abrigo de planos de contribuição definida.

Os administradores executivos também podem participar nos planos *executive share option* e *sharesave* da empresa e os pormenores das suas participações são dadas na página 233. Os pormenores sobre as remunerações e os planos de que cada administrador beneficiou são dados nas páginas 232 a 236.

Compensações dos principais quadros de gestão

As remunerações acumuladas dos administradores e outros quadros de gestão principais durante o exercício foram:

	Grupo 2008 £000	2007 £000
Benefícios a curto prazo	29.292	16.813
Benefícios pós -relação laboral	9.781	13.174
Outros benefícios a longo prazo	-	496
Benefícios de fim de relação laboral	-	345
Pagamentos com base em acções	8.953	2.078
	48.026	32.0906

40 Transacções com administradores, quadros superiores e outros

(a) Em 31 de Dezembro de 2009, os montantes em dívida relacionados com transacções, acordos e contratos celebrados por instituições autorizadas no Grupo, como definido na legislação britânica, ascenderam a 33.596.978 referentes a empréstimos a 15 pessoas que foram administradoras da empresa, em qualquer momento durante o exercício financeiro

(b) Para efeitos da IAS 24 'Divulgações de Partes Relacionadas', os quadros de gestão principais compreendem os administradores da empresa e os membros da Comissão de Gestão Executiva do Grupo. As legendas nas demonstrações financeiras principais do Grupo incluem os seguintes montantes atribuíveis, em termos globais, aos principais quadros de gestão:

	2009 £000	2008 £000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.196	4.217
Contas de clientes	11.713	9.572

Os quadros de gestão principais têm relações bancárias com entidades do Grupo, que são realizadas no decurso normal da actividade e substancialmente nas mesmas condições, incluindo taxas de juro e garantia, que transacções comparáveis com outras pessoas de posição similar ou, quando aplicável, com outros colaboradores. Estas transacções não envolveram um risco de reembolso superior ao normal nem apresentaram outras características desfavoráveis.

Os quadros de gestão principais não efectuaram transacções reportáveis ou saldos com a empresa exceptuando os dividendos.

41 Partes relacionadas

Governo do Reino Unido

Em 1 de Dezembro de 2008, o governo do Reino Unido através do Tesouro tornou-se a parte derradeira de controlo do The Royal Bank of Sctoland Group plc. A participação social do governo é gerida pelo UK Financial Investments Limited, uma empresa totalmente detida pelo governo do Reino Unido. Como resultado, o governo do Reino Unido e os organismos controlados pelo governo do Reino Unido tornaram-se partes relacionados do Grupo.

O Grupo realiza muitas transacções com estes organismos numa base independente. As principais transacções durante 2009 foram: em Abril 2009, a resgate de acções preferências não cumulativas em libras esterlinas e a colocação e oferta a preço aberto subscrita pelo Tesouro britânico e, em Dezembro 2009, a emissão de acções B para o Tesouro britânico (ver Nota 27); bem como o Programa de Protecção de Activos, as facilidades do Banco de Inglaterra e a emissão de dívida garantida pelo governo do Reino Unido abaixo descritos. Outras transacções incluem o pagamento de: impostos, incluindo o imposto sobre sociedades do Reino Unido e o imposto sobre o valor acrescentado; contribuições nacionais de seguros; taxas de autoridades locais; e comissões e taxas regulamentares juntamente com transacções bancárias, tais como empréstimos e depósitos assumidos no decorrer normal das relações banco/cliente. O volume e diversidade destas transacções são tão elevados que a divulgação dos seus montantes não é praticável.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos com o governo do Reino Unido e com entidades controladas por governo do Reino Unido eram:

	Governo central (incluindo Banco da Inglaterra) £m	Governo local £m	Bancos, firmas financeiras e entidade pública £m	2009 Total £m	Governo central (incluindo Banco da Inglaterra) £m	Governo local £m	Bancos, firmas financeiras e entidade pública £m	2008 Total £m
Activo								
Saldos em bancos centrais	16.617	–	–	16.617	393	–	–	393
Empréstimos e adiantamentos a bancos	–	–	664	664	–	–	1.081	1.081
Empréstimos e adiantamentos a clientes	53	1.231	340	1.624	5	721	468	1.194
Títulos de dívida	19.681	–	100	19.781	21.628	–	113	21.741
Derivados	204	62	7	273	1.286	64	17	1.367
Outros	4.514	–	3	4.517	249	–	–	249
Passivo								
Depósitos por bancos	–	–	436	436	26.541	–	633	27.174
Contas de clientes	1.480	3.646	668	5.794	1.536	3.320	598	5.454
Derivados	156	39	628	823	276	78	29	383
Outros	118	–	–	118	176	–	–	176

Nenhumas perdas por imparidades foram reconhecidas pelo Grupo em 2009 ou 2008 em relação aos saldos com o governo do Reino Unido ou organismos controlados pelo Reino Unido.

Notas:

(1) Para além da participação do governo do Reino Unido no Grupo, o governo do Reino Unido e os organismos controlados pelo governo do Reino Unido pode deter títulos de dívida, passivos subordinados e outros passivos ou acções emitidas pelo Grupo no curso normal do seu negócio. Não é praticável averiguar e divulgar estes montantes.

(2) Alguns dos saldos de passivo estão seguros.

Programa de protecção de activos

Em 22 de Dezembro de 2009, o Grupo celebrou um acordo (o Programa de Protecção de Activos ("APS")) com o Tesouro britânico ("HMT"), agindo em nome do governo do Reino Unido, no quadro do qual o Grupo comprou protecção de crédito sobre uma carteira de activos e exposições especificados (activos cobertos) do HMT. A carteira de activos cobertos tem um valor nominal de £282 mil milhões. A protecção está sujeita a uma primeira perda de £60 mil milhões e cobre 90% das perdas subsequentes. Uma vez a primeira perda exaurida, as perdas e recuperações em relação aos activos para o qual ocorreu um acontecimento activador – incapacidade de pagar, insolvência ou reestruturação – estão incluídas no saldo de contas a pagar no âmbito do APS. As receitas provenientes do HMT elevar-se-ão, com o tempo, a 90% das perdas cumulativas (líquidos de 90% das recuperações cumulativas) sobre a carteira dos activos cobertos, menos o montante da primeira perda. O Grupo tem o direito de terminar o APS em qualquer altura desde que a Financial Services Authority tenha confirmado por escrito ao HMT que não tem objecções à terminação proposto. Na terminação, o Grupo deve pagar ao HMT o mais elevado da libertação do capital regulamentar recebido e £2,5 mil milhões menos prémios pagos mais o agregado dos montantes recebeu do governo do Reino Unido no âmbito do APS. Em contrapartida pela protecção fornecida pelo APS, o Grupo pagou num prémio inicial de £1.400 milhões em 31 de Dezembro de Esquema especial de liquidez – foi lançado em Abril 2008 para permitir que as instituições financeiras troquem activos temporariamente ilíquidos por obrigações de tesouro, com taxas debitadas com base no *spread* entre a LIBOR a 3 meses e a taxa de operação de recompra de empréstimo com aval de estado a 3 meses.2009. Um prémio subsequente de £700 milhões é pagável em 31 de Dezembro de 2010 e, subsequentemente, prémios anuais de £500 milhões até a primeira das duas datas, 2099 e a terminação do acordo.

O APS é um contrato único que fornece protecção de crédito em relação a uma carteira de activos financeiros. Nos termos do IFRS, a protecção de crédito é tratada como um contrato de garantia financeira ou como um derivado de instrumento financeiro, dependendo das condições do acordo e da natureza dos activos e exposições protegidas. O Grupo concluiu, principalmente por causa da carteira de activos inclui uma exposição significativa na forma de derivados, que o APS não cumpre os critérios para ser tratado como um contrato de garantia financeira. O contrato, por conseguinte, foi contabilizado como um instrumento financeiro derivado: foi reconhecido inicial e mensurado subsequentemente ao justo valor com as alterações do justo valor reconhecidos através dos resultados. Não há alteração no reconhecimento e medição dos activos cobertos como resultado do APS. As provisões por imparidade nos activos cobertos medidos ao custo amortizado são avaliados e imputados de acordo com a política de contabilidade do grupo; activos detidos para negociação, activos designados ao justo valor e activos disponíveis para venda na carteira APS continuam a ser medidas ao justo valor sem ajustamento reflectir a protecção fornecida pelo APS. Não há alteração em como os ganhos e perdas nos activos cobertos são reconhecidos na demonstração de resultados ou no outro rendimento integral.

O Grupo também participa em vários esquemas operados pelo Banco de Inglaterra e o governo do Reino Unido e disponibilizados para bancos e sociedade de financiamento de habitação elegíveis.

As facilidades do Banco de Inglaterra incluem:

- Operações de mercado aberto – elas fornecem aos participantes de mercado financiamento com taxas de mercado numa base de proposta na forma de operações de recompra de curto e longo prazo numa ampla gama de colaterais e compras definitivas de obrigações de grande qualidade para lhes permitir as reservas que eles devem deter no Banco da Inglaterra.

- Operações de reporte de dólares norte-americanos – começaram em Setembro 2008, tomando a forma de leilão. O colateral elegível consiste em títulos habitualmente elegíveis nas operações de mercado aberto de operações de recompra de curto prazo do Banco de Inglaterra juntamente com bilhetes do tesouro convencionais dos Estados Unidos.

- Esquema especial de liquidez – foi lançado em Abril 2008 para permitir que as instituições financeiras troquem activos temporariamente ilíquidos por obrigações de tesouro, com taxas debitadas com base no *spread* entre a LIBOR a 3 meses e a taxa de operação de recompra de empréstimo com aval de estado a 3 meses. O esquema funcionará até três meses após o final do período de levantamento (30 de Janeiro de 200) à discrição do Banco de Inglaterra.

Em 31 de Dezembro de 2009, a utilização do Grupo destas facilidades elevaram-se a £21,4 mil milhões (2008 – £41,8 mil milhões).

Esquema de garantia de crédito do Governo – anunciado em Outubro 2008, o esquema proporciona uma garantia em nova dívida elegível emitida por instituições qualificadas em retorno de uma comissão. (50 pontos base mais o *Credit Default Spread* mediano de 5 anos do Banco durante 12 meses até 7 de Outubro de 2008), garante empréstimos novos sem garantias.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo obteve financiamento do Banco de Inglaterra e dívida emitida garantida pelo Governo, totalizando £51,5 mil milhões (2008 – £32,2 mil milhões)

Outras partes relacionadas

(a) As empresas do Grupo dão apoio de desenvolvimento e outros tipos de apoio em termos de capital às actividades, nas suas funções de financiadores. Estes investimentos são efectuados no decurso normal da actividade e em regime de independência. Em certos casos, o investimento pode estender-se à propriedade ou controlo sobre 20% ou mais dos direitos de cotação da empresa onde o investimento é efectuado. No entanto, não se considera que estes investimentos dêem origem a transacções com uma dimensão que exija a sua divulgação ao abrigo da IAS 24.

(b) O Grupo reimputa ao Fundo de Pensões do The Royal Bank of Scotland Group o custo de serviços de administração por ele incorridos. Os montantes envolvidos não são relevantes para o Grupo.

(c) De acordo com acordo com a IAS 24, as transacções ou saldos entre as entidades do Grupo que foram anuladas em consolidação não são reportadas.

(d) As legendas nas principais demonstrações financeiras da empresa-mãe incluem os montantes atribuíveis às subsidiárias. Estes montantes foram divulgados no seu conjunto nas notas das respectivas demonstrações financeiras.

42 Acontecimentos após o período de relato

Não houve acontecimentos significativos entre o final do ano e a data de aprovação destas contas que exijam uma mudança ou divulgação nas contas.

Informações complementares

350 Resumo financeiro
359 Taxas de câmbio
360 Conjuntura económica e monetária
361 Supervisão
362 Descrição de instalações e equipamentos
363 Principais accionistas
363 Contratos importantes

Informações complementares

Resumo financeiro

As demonstrações financeiras do Grupo são elaboradas de acordo com as IFRS. Os dados seleccionados segundo as IFRS para cada um dos cinco anos findos em 31 de Dezembro de 2009 são apresentados nas páginas 350 a 359. A informação financeira em dólares a seguir incluída foi convertida da libra esterlina à taxa de £1,00 para US$1,6167, sendo a Noon Buying Rate em 31 de Dezembro de 2009

Resumo da demonstração de resultados consolidada	2009 $m	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Margem financeira	26.682	16.504	18.675	12.069	10.596	9.918
Proveitos não provenientes de juros (1,2)	35.868	22.186	7.193	18.297	17.406	15.984
Total de proveitos	62.550	38.690	25.868	30.366	28.002	25.902
Despesas operacionais (3, 4, 5, 6, 7)	(34.723)	(21.478)	(54.202)	(13.942)	(12.480)	(11.946)
Resultado antes de outros encargos operacionais e perdas por imparidade	27.827	17.212	(28.334)	16.424	15.522	13.956
Reclamações de seguros líquidas	(7.852)	(4.857)	(4.430)	(4.624)	(4.458)	(4.313)
Imparidade	(24.170)	(14.950)	(8.072)	(1.968)	(1.878)	(1.707)
Resultado operacional antes de impostos	(4.195)	(2.595)	(40.836)	9832	9.186	7.936
Impostos	600	371	2.323	(2.044)	(2.689)	(2.378)
Resultado das operações continuadas	(3.595)	(2.224)	(38.513)	7788	6.497	5.558
Resultado de operações descontinuada, líquidas de imposto	(160)	(99)	3971	(76)	—	—
Resultado do exercício	(3.755)	(2.323)	(34.542)	7712	6.497	5.558
(perdas)/Lucro atribuível a:						
Interesses minoritários	564	349	(10.832)	163	104	57
Accionistas preferenciais	1.420	878	536	246	191	109
Pagamento a accionistas	92	57	60	—	—	—
Acções ordinárias e B	(5.831)	(3.607)	(24.306)	7303	6.202	5.392

Notas:

(1) Inclui ganhos em alienações estratégicas de £132 milhões em 2009 (2008 – £442 milhões; 2007 e 2006 – nada; 2005 – £333 milhões).
(2) Inclui ganho no resgate de dívida própria de £3.790 milhões em 2009.
(3) Inclui perda na venda de subsidiárias de £93 milhões em 2005.
(4) Inclui custos de integração e reestruturação de £1.286 milhões em 2009 (2008 – £1.357 milhões; 2007 – £108 milhões; 2006 – £134 milhões; 2005 – £458 milhões).
(5) Inclui amortização de intangíveis adquiridos de £607 milhões em 2009 (2008 – £919 milhões; 2007 – £234 milhões; 2006 – £94 milhões; 2005 – £97 milhões).
(6) Inclui abatimentos de goodwill e outros activos intangíveis de £363 milhões em 2009 (2008 – £32.581 milhões).
(7) Inclui perda na redução de pensões de £2.148 milhões em 2009.

Resumo do balanço consolidado	2009 $m	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Empréstimos e adiantamentos	1.325.930	820.146	1.012.919	1.047.998	549.499	487.813
Títulos de dívida e acções	463.641	286.782	293.879	347.682	146.246	135.804
Derivados e saldos de compensação	733.152	453.487	1.010.391	293.991	109.506	89.470
Outros activos	219.986	136.071	84.463	151.158	51.581	51.542
Total do activo	2.742.709	1.696.486	2.401.652	1.840.829	856.832	764.629
Situação líquida	125.676	77.736	58.879	53.038	40.227	35.435
Interesses minoritários	27.314	16.895	21.619	38.388	5.263	2.109
Passivos subordinados	60.872	37.652	49.154	38.043	27.654	28.274
Depósitos	1.222.785	756.346	897.556	994.657	516.365	453.274
Derivados, saldos de compensação e posições curtas	767.960	475.017	1.025.641	363.073	152.988	128.228
Outros passivos	538.102	332.840	348.803	353.630	114.335	117.309
Total do passivo e capital próprio	2.742.709	1.696.486	2.401.652	1.840.829	856.832	764.629

Outros dados financeiros	2009	2008	2007	2006	2005
Perda/(ganho) básica por acção ordinária e B de operações continuadas - pence	(6,3)	(146,2)	64,0	54,4	47,3
(Perda)/ganho diluído por acção ordinária e B de operações continuadas – pence (1)	(6,3)	(146,2)	63,4	53,9	47,0
Perda/(ganho) ajustado por acção ordinária e B - pence	(13,2)	(43,1)	65,5	55,8	49,1
Dividendos por acção ordinária - pence	—	19,3	27,0	21,6	17,0
Rácio dividendo/pagamentos (2)	—	—	43%	45%	41%
Preço por acção ordinária no final do ano – £	0,292	0,494	3,72	5,56	4,90
Capitalização de mercado no final do ano – £bn	16,5	19,5	44,4	62,8	56,1
Valor do activo líquido por acção ordinária - £	0,65	1,15	3,74	3,24	2,83
Retorno da média do activo total (3)	(0,18%)	(1,19%)	0,65%	0,74%	0,73%
Retorno da média do capital dos titulares de acções ordinárias e B (4)	(7,2%)	(50,1%)	18,7%	18,5%	17,5%
Retorno ajustado da média do capital dos titulares de acções ordinárias e B (5)	(15,0%)	(14,8%)	19,8%	18,8%	17,8%
Média das participações como percentagem da média do total do activo	2,8%	2,9%	3,9%	4,4%	4,5%
Rácio risco/activos – Tier 1	14,1%	10,0%	7,3%	7,5%	7,6%
Rácio risco/activos – Total	16,1%	14,1%	11,2%	11,7%	11,7%
Rácio de ganhos para encargos fixos combinados e dividendos de acções preferenciais (6)					
– incluindo juros em depósitos	0,81	(0,29)	1,45	1,62	1,67
– excluindo juros em depósitos	(0,19)	(11,96)	5,73	6,12	6,05
Rácio de ganhos para encargos apenas (6)					
– incluindo juros em depósitos	0,85	(0,30)	1,47	1,64	1,69
– excluindo juros em depósitos	(0,28)	(14,71)	6,53	6,87	6,50

Notas:

(1) Os número de acções ordinárias em emissão nos anos anteriores foram ajustados retrospectivamente para ter em conta o elemento de bónus das emissões de direitos de subscrição concluído em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008. O acordo contingente com o Tesouro britânico permitindo-lhe colocar até 16 mil milhões de novas acções B a 50p cada teve um efeito de diluição em 2009. Nenhuma das acções preferenciais convertíveis teve um efeito de diluição em 2009 e 2008. Todas as acções preferenciais convertíveis tiveram um efeito de diluição em 2007, 2006 e 2005 e como tal foram incluídos no cálculo dos ganhos por acção..

(2) O rácio de distribuição de dividendos representa o dividendo intercalar pago e o dividendo final do exercício corrente proposto como percentagem do lucro atribuível aos titulares de acções ordinárias e acções B antes de operações descontinuadas, custos de integração e reestruturação, amortização de activos intangíveis adquiridos e ganho líquido da venda de investimentos estratégicos e subsidiárias (líquido de impostos).

(3) O retorno da média do activo total representa o lucro atribuível ao capital próprio de acções ordinárias e acções B como percentagem da média do activo total.

(4) O retorno da média do capital próprio de acções ordinárias e acções B representa o lucro a atribuível ao capital próprio de acções ordinárias e acções B expresso como percentagem da média do capital próprio de acções ordinárias e acções B.

(5) O retorno ajustado do capital próprio de acções ordinárias e acções B representa o lucro atribuível ao capital próprio de acções ordinárias e acções B antes de operações descontinuadas, custos de integração e reestruturação, ganho no resgate de dívida própria, alienações estratégicas, ganhos em reduções de pensões, bónus fiscal e abatimentos de goodwill e outros activos intangíveis expressos como percentagem da média do capital próprio de acções ordinárias e acções B.

(6) Para este efeito, os ganhos consistem nos proveitos antes de impostos e interesses minoritários, mais encargos fixos, menos os proveitos não remetido das empresas associadas (comparticipação nos lucros menos dividendos recebidos). Os encargos fixos consistem nas despesas de juros totais, incluindo ou excluindo os juros sobre depósito e os títulos de divida em emissão, conforme apropriado, e a proporção das despesas de arrendamento consideradas representativas do factor de juro (um terço do valor total das despesas de arrendamento).

Resumo financeiro continuação

Análise de empréstimos e adiantamentos a clientes

O quadro seguinte analise os empréstimos e adiantamentos a clientes antes de provisões por vencimento restante, zona geográfica e tipo de cliente.

	Até 1 ano £m	Mais de 1 mas menos de 5 anos £m	Mais de 5 anos £m	Total 2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Reino Unido								
Governo central e local	2.403	27	744	3.174	3.091	3.135	6.732	3.340
Indústria	6.215	3.328	1.889	11.432	15.074	13.452	11.051	11.615
Construção	4.603	1.677	1.500	7.780	10.171	10.202	8.251	7.274
Sector financeiro	28.094	4.441	3.748	36.283	42.432	70.006	25.017	27.091
Indústrias de serviço e actividades comerciais	18.727	14.384	18.744	51.855	58.638	53.965	43.887	40.687
Agricultura, silvicultura e pescas	1.233	365	1.315	2.913	2.972	2.473	2.767	2.645
Imobiliário	15.557	18.301	15.037	48.895	52.127	50.051	39.296	32.899
Particulares – hipotecas residenciais	1.642	3.122	87.819	92.583	80.967	73.916	70.884	65.286
– outros	16.917	3.996	4.341	25.254	26.989	28.186	27.922	26.323
Locações financeiras e créditos a prestações	3.024	6.012	7.150	16.186	17.363	15.632	14.218	13.909
Juros acumulados	922	10	60	992	2.463	2.344	1.497	1.250
Total nacional	99.337	55.663	142.347	297.347	312.287	323.362	251.522	232.319
Residentes no estrangeiro	32.666	36.049	21.176	89.891	119.656	98.845	69.242	52.234
Total estabelecimentos Reino Unido	132.003	91.712	163.523	387.238	431.943	422.207	320.764	284.553
Estrangeiro								
EUA	31.860	30.043	31.666	93.569	126.277	135.059	92.166	90.606
Resto do Mundo	81.008	51.875	131.829	264.712	327.391	277.721	57.896	45.951
Total escritórios ultramar	112.868	81.918	163.495	358.281	453.668	412.780	150.062	136.557
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto	244.871	173.630	327.018	745.519	885.611	834.987	470.826	421.110
Provisões para imparidades de empréstimos				(17.126)	(10.889)	(6.449)	(3.933)	(3.884)
Empréstimos e adiantamentos a clientes – líquido				728.393	874.722	828.538	466.893	417.226
Taxa fixa	53.294	40.920	144.542	238.756	183.693	351.336	115.240	100.748
Taxa variável	191.577	132.710	182.476	506.763	701.918	483.651	355.586	320.362
Empréstimos e adiantamentos a clientes – bruto	244.871	173.630	327.018	745.519	885.611	834.987	470.826	421.110

Exposições transfronteiriças

As exposições transfronteiriças são definidas como empréstimos a bancos e clientes (incluindo locações financeiras e crédito a prestações a receber) e outros activos monetários, incluindo reclamações noutras divisas que não a moeda local de estabelecimentos no estrangeiro sobre habitantes locais).

O Grupo monitoriza a distribuição geográfica destas exposições com base no país de domicílio do mutuário ou do avalista do risco final.

O quadro abaixo indica os valores pendentes transfronteiriços do Grupo que excedem 0,75% do valor total de activos do Grupo (incluindo aceitações), que totalizaram £1.696,5 mil milhões de libras em 31 de Dezembro de 2009 (2008 - £2.401,7 mil milhões; 2007 – £1.840,8 mil milhões). Nenhum destes países teve dificuldades de reembolso que exigissem o refinanciamento do montante em dívida.

	2009 £m	**2008 £m**	**2007 £m**
Estados Unidos	74.409	91.544	91.653
Alemanha	41.727	40.812	51.123
França	37.489	58.251	65.430
Espanha	27.118	36.441	31.651
Holanda	20.262	34.283	27.707
Japão	18.939	*	31.922
República da Irlanda	14.902	18.662	17.736
Itália	14.412	*	23.925
Ilhas Caimão	*	18.126	17.099

* Menos de 0,75% do total de activos do Grupo.

Provisões para imparidade dos empréstimos

Para uma discussão sobre os factores que determinam o valor das provisões, ver 'Elementos de riscos e Imparidades" na página 142 e "Políticas contabilísticas críticas – Provisões para imparidade de empréstimos" nas páginas 255 e 256.

O quadro seguinte mostra a informação complementar em relação às provisões por imparidades de empréstimos.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Provisões no início do ano					
Nacionais	4.474	3.258	3.037	2.759	2.675
Estrangeiros	6.542	3.194	898	1.128	1.470
	11.016	6.452	3.935	3.887	4.145
Transferência para grupos de alienação					
Nacionais	—	—	—	—	—
Estrangeiros	(324)	(767)	—	—	—
	(324)	(767)	—	—	—
Conversão de divisa e outros ajustamentos					
Nacionais	(228)	107	5	(17)	(7)
Estrangeiros	(302)	1334	178	(44)	58
	(530)	1441	183	(61)	51
(Alienações)/aquisições de negócios					
Nacionais	—	(108)	10	—	—
Estrangeiros	(65)	(70)	2211	—	—
	(65)	(178)	2221	—	—
Montantes abatidos					
Nacionais	(2.895)	(1.446)	(1.222)	(1.360)	(1.252)
Estrangeiros	(4.044)	(1.702)	(789)	(481)	(788)
	(6.939)	(3.148)	(2.011)	(1.841)	(2.040)
Recuperações de montantes abatidos nos anos anteriores					
Nacionais	175	116	158	119	97
Estrangeiros	224	203	184	96	75
	399	319	342	215	172
Imputado na demonstração de resultados (1)					
Nacionais	5.370	2.698	1.420	1.663	1.376
Estrangeiros	8.764	4.393	526	214	327
	14.134	7.091	1.946	1.877	1.703
Compensação do desconto					
Nacionais	(226)	(151)	(150)	(127)	(130)
Estrangeiros	(182)	(43)	(14)	(15)	(14)
	(408)	(194)	(164)	(142)	(144)
Provisões no final do ano (2)					
Nacionais	6.670	4.474	3.258	3.037	2.759
Estrangeiros	10.613	6.542	3.194	898	1.128
	17.283	11.016	6.452	3.935	3.887
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes					
Nacionais	297.347	312.287	323.362	251.522	232.319
Estrangeiros	448.172	573.324	511.625	219.304	188.791
	745.519	885.611	834.987	470.826	421.110
Regularizações de fim de exercício de clientes como % de empréstimos e adiantamentos brutos a clientes (3)					
Nacionais	2,24%	1,43%	1,01%	1,21%	1,19%
Estrangeiros	2,33%	1,12%	0,62%	0,41%	0,60%
Total	2,30%	1,23%	0,77%	0,84%	0,92%
Encargo do cliente para a demonstração de resultados como % dos empréstimos e adiantamentos brutos a clientes					

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Nacionais	1,81%	0,86%	0,44%	0,66%	0,59%
Estrangeiros	1,95%	0,75%	0,10%	0,10%	0,17%
Total	1,89%	0,79%	0,23%	0,40%	0,40%

Notas:

(1) Exclui £34 milhões relativos a empréstimos e adiantamentos a bancos (2008 – £118 milhões; 2007, 2006 e 2005 – nada).

(2) Inclui regularização do fim de exercício relativa a empréstimos e adiantamentos a bancos de £157 milhões (2008 – £127 milhões; 2007 – £3 milhões; 2006 - £2 milhões; 2005 - £3 milhões).

(3) Regularizações de fim de exercício excluem regularizações de fim de exercício para empréstimos e adiantamentos a bancos.

Resumo financeiro continuação

Provisões para imparidade dos empréstimos

O quadro seguinte mostra a informação complementar em relação às provisões por imparidades de empréstimos.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Provisões por imparidades de empréstimos no final do ano:					
– clientes	17.126	10.889	6.449	3.933	3.884
– bancos	157	127	3	2	3
	17.283	11.016	6.452	3.935	3.887
Média de empréstimos e adiantamentos a clientes (brutos)	821.155	858.333	567.900	445.766	402.473
Como % da média de empréstimos e adiantamentos a clientes durante o exercício:					
Total de provisões a clientes imputadas à demonstração de resultados	1,72%	0,81%	0,34%	0,42%	0,42%
Montante abatidos (líquido de recuperações) – clientes	0,80%	0,33%	0,29%	0,36%	0,46%

Análise das regularizações finais por imparidade de empréstimos

O quadro seguinte analisa as provisões por imparidades de empréstimos de clientes por zona geográfica e tipo de cliente nacional.

	2.009		2.008		2.007		2.006		2.005	
	Regularização final £m	% de empréstimos em relação a total de empréstimos %	Regularização final £m	% de empréstimos em relação a total de empréstimos %	Regularização final £m	% de empréstimos em relação a total de empréstimos %	Regularização final £m	% de empréstimos em relação a total de empréstimos %	Regularização final £m	% de empréstimos em relação a total de empréstimos %
Nacionais										
Governo central e local	—	0,4	—	0,3	—	0,4	—	1,4	—	0,8
Indústria	153	1,5	127	1,7	93	1,6	94	2,4	138	2,8
Construção	355	1,0	254	1,1	75	1,2	63	1,8	74	1,7
Sector financeiro	26	4,9	67	4,8	52	8,4	33	5,3	104	6,4
Indústrias de serviço e actividades comerciais	962	7,0	778	6,6	562	6,5	647	9,3	647	9,7
Agricultura, silvicultura e pescas	20	0,4	19	0,3	21	0,3	25	0,6	26	0,6
Imobiliário	908	6,6	490	5,9	85	6,0	70	8,3	63	7,8
Particulares:										
– hipotecas residenciais	196	12,4	36	9,1	36	8,8	37	15,1	36	15,5
– outros	2.527	3,4	2.235	3,0	2.054	3,4	1.826	5,9	1.513	6,3
Locações financeiras e créditos a prestações	341	2,2	194	2,0	132	1,9	103	3,0	88	3,3
Juros acumulados	—	0,1	—	0,3	—	0,3	—	0,3	—	0,3
Total nacional	5.488	39,9	4.200	35,1	3.110	38,8	2.898	53,4	2.689	55,2
Estrangeiros	8.562	60,1	4.745	64,9	2.289	61,2	442	46,6	652	44,8
Provisões de carteira em imparidade	14.050	100,0	8.945	100,0	5.399	100,0	3.340	100,0	3.341	100,0
Provisões de carteira latente	3.076		1.944		1.050		593		543	
Total de provisões	17.126		10.889		6.449		3.933		3.884	

Análises de abatimentos

O quadro seguinte analisa os montantes de abatimentos por zona geográfica e tipo de cliente nacional.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Nacional					
Indústria transformadora	217	61	29	41	40
Construção	243	51	21	29	17
Sector Financeiro	105	31	47	17	21
Indústria de serviços e actividades comerciais	702	299	190	212	176
Agricultura, silvicultura e pescas	3	5	4	5	4
Imobiliário	320	34	9	6	25
Particulares – hipotecas residenciais	2	1	—	5	4
- outros	1.188	938	909	1.021	950
Locações financeiras e créditos a prestações	115	26	13	24	15
Total a nível nacional	2.895	1.446	1.222	1.360	1.252
Estrangeiro	4.044	1.702	789	481	788
Total de abatimentos (1)	6.939	3.148	2.011	1.841	2.040

Nota:

(1) Inclui £2 milhões de abatimentos em relação a empréstimos e adiantamentos a bancos em 2005.

Análises de recuperações

O quadro seguinte analisa as recuperações de montantes de abatimentos por zona geográfica e tipo de cliente nacional.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Nacional					
Indústria transformadora	1	2	—	—	1
Construção	—	—	—	—	1
Sector Financeiro	2	2	—	—	—
Indústria de serviços e actividades comerciais	13	12	7	5	2
Imobiliário	—	—	—	1	2
Particulares – hipotecas residenciais	3	—	—	—	—
- outros	99	96	143	101	84
Locações financeiras e créditos a prestações	57	4	8	12	7
Total a nível nacional	175	116	158	119	97
Estrangeiro	224	203	184	96	75
Total de recuperações	399	319	342	215	172

Elementos de risco em empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos

O controlo e os procedimentos de revisão dos empréstimos pelo Grupo não inclui a classificação dos empréstimos como não contabilizados, contabilizados vencidos, reestruturados e potencialmente problemáticos, conforme definido pela SEC nos EUA.

O quadro seguinte mostra o valor estimado dos empréstimos que seriam reportados utilizando as classificações da SEC. Os números são expressos antes de deduzir o valor da garantia detida ou das provisões relacionadas.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Empréstimos registados numa base de juros não contabilizados (2):					
Nacional	13.572	8.588	5.599	5.420	4.977
Estrangeiro	21.453	10.891	4.763	812	949
Total	35.025	19.479	10.362	6.232	5.926
Empréstimos com juros contabilizados que estão contratualmente em mora de 90 dias ou mais em capital ou juros (3):					
Nacional	2.224	1.201	217	81	2
Estrangeiro	1.000	581	152	24	7
Total	3.224	1.782	369	105	9
Empréstimos não incluídos acima, que são classificadas como “reestruturações de dívidas perturbadas” pela SEC:					
Nacional	—	—	—	—	2
Estrangeiro	—	—	—	—	—
Total	—	—	—	—	2
Total elementos de risco na concessão de empréstimos	38.249	21.261	10.731	6.337	5.937
Empréstimos potencialmente problemáticos (4)					
Nacional	424	218	63	47	14
Estrangeiro	585	8	608	5	5
Total de empréstimos potencialmente problemáticos	1.009	226	671	52	19
Regularizações finais para imparidades como % dos elementos de risco totais na concessão de empréstimos	46%	52%	60%	62%	65%
Regularizações finais para imparidades como % dos elementos de risco totais na concessão de empréstimos e empréstimos potencialmente problemáticos	45%	51%	57%	62%	65%
Elementos de risco na concessão de empréstimos como % do crédito bruto a clientes excluindo *reverse repos* (5)	5,35%	2,51%	1,55%	1,55%	1,60%

Notas:

(1) Para a análise acima, "Nacionais" consiste nas transacções nacionais do Grupo no Reino Unido. "Estrangeiros" inclui as transacções do Grupo realizadas por estabelecimentos fora do Reino Unido e aqueles estabelecimentos no Reino Unido especialmente organizados para servir transacções de banca internacional.

(2) Todos os empréstimos para os quais é detida uma provisão de imparidade são reportados na categoria “não contabilizados”.

(3) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não foi reconhecida qualquer imparidade. Esta categoria é utilizada para facilidades de crédito não renováveis totalmente colateralizadas.

(4) Empréstimos em que ocorreu um caso de imparidade, mas não é necessária qualquer provisão para imparidade. Esta categoria é utilizada para adiantamentos e facilidades de crédito renováveis totalmente colateralizados em que a identificação como crédito em mora de 90 dias não é exequível.

(5) Bruto de provisões e exclui operações de reporte. Inclui negociação bruta relativa a grupos de alienação em 2009.

	2009 £m	2008 £m	2007 £m	2006 £m	2005 £m
Proveitos brutos não reconhecidos mas que teria sido reconhecidos nos termos originais dos empréstimos sem juros contabilizados e empréstimos reestruturados					
Nacional	625	393	390	370	334
Estrangeiro	1.079	342	155	77	62
	1.704	735	545	447	396
Juros sobre empréstimos com juros não contabilizados e empréstimos reestruturados incluídos na margem financeira					
Nacional	226	150	165	142	130
Estrangeiro	182	43	16	15	14
	408	193	181	157	144

Análise de depósitos – análise de produtos

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos depósitos do Grupo por tipo e zona geográfica:

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Reino Unido			
Nacional:			
Depósitos à ordem – não remunerados	45.855	43.376	43.721
- remunerados	136.157	107.159	121.343
Depósitos a prazo – poupança	67.450	88.434	41.185
- outros	65.937	130.951	207.263
Residentes no estrangeiro:			
Depósitos à ordem – não remunerados	1.072	907	563
- remunerados	13.618	16.320	25.129
Depósitos a prazo – poupança	1.288	1.819	605
- outros	61.341	67.477	87.437
Total estabelecimentos no Reino Unido	392.718	456.443	527.246
Estrangeiro			
Depósitos à ordem – não remunerados	36.458	29.253	27.959
- remunerados	91.482	92.354	70.758
Depósitos a prazo – poupança	78.423	68.014	52.381
- outros	157.265	251.492	316.313
Total estabelecimentos no estrangeiro	363.628	441.113	467.411
Total de depósitos	756.346	897.556	994.657
Detidos para negociação	106.477	137.080	125.917
Designados pelo justo valor através dos resultados	8.580	8.054	7.505
Custo amortizado	641.289	752.422	861.235
Total de depósitos	756.346	897.556	994.657
Estrangeiro			
EUA	126.075	153.163	152.324
Resto do mundo	237.553	287.950	315.087
Total estabelecimentos no estrangeiro	363.628	441.113	467.411

Empréstimos obtidos a curto prazo

	2009 £m	2008 £m	2007 £m
Papel comercial			
Em dívida no fim do exercício	44.473	78.581	78.612
Máximo em dívida no fim de qualquer mês durante o exercício	74.656	111.108	81.187
Valor médio aproximado durante o exercício	58.615	98.150	32.498
Taxa de juro média ponderada aproximada durante o exercício	1,2%	3,3%	4,8%
Taxa de juro média ponderada aproximada no fim do exercício	1,2%	3,0%	5,5%
Outros empréstimos obtidos a curto prazo			
Em dívida no fim do exercício	138.951	194.346	280.526
Máximo em dívida no fim de qualquer mês durante o exercício	202.812	395.132	312.557
Valor médio aproximado durante o exercício	162.235	299.513	188.326
Taxa de juro média ponderada aproximada durante o exercício	1,4%	3,2%	4,6%
Taxa de juro média ponderada aproximada no fim do exercício	0,4%	2,5%	4,1%

As taxas de juros médias durante o exercício são calculadas dividindo o total de encargos com juros pela quantia média do empréstimo. As taxas de juro médias no fim do exercício são taxas médias para um único dia e como tal podem reflectir distorções de mercado de um dia que podem não ser indicativas das taxas geralmente aplicáveis. Os vencimentos originais do papel comercial não ultrapassam um ano. A rubrica “Outros empréstimos obtidos a curto prazo” consiste principalmente em empréstimos nos mercados monetários incluídos em “Depósitos de bancos” e “Contas de clientes” nas demonstrações e geralmente têm vencimentos a um ano ou menos

Certificados de depósito e outros depósitos a prazo

O quadro seguinte apresenta os dados dos certificados de depósito do Grupo e outros depósitos a prazo no montante de $100.000 dólares ou equivalente por maturidade residual.

	Até 3 meses £m	Mais de 3 meses mas menos de 6 meses £m	Mais de 6 meses mas menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	Total £m
2009					
Empresas e sucursais baseadas no Reino Unido					
Certificados de depósito	13.329	6.673	2.795	3.240	26.037
Outros depósitos a prazo	50.913	8.083	4.484	21.609	85.089
Empresas e sucursais baseadas no estrangeiro					
Certificados de depósito	24.157	8.503	2.567	218	35.445
Outros depósitos a prazo	45.157	12.469	6.264	13.215	77.105
	133.556	35.728	16.110	38.282	223.676

	Até 3 meses £m	Mais de 3 meses mas menos de 6 meses £m	Mais de 6 meses mas menos de 12 meses £m	Mais de 12 meses £m	Total £m
2008					
Empresas e sucursais baseadas no Reino Unido					
Certificados de depósito	23.076	7.475	9.236	13	39.800
Outros depósitos a prazo	62.623	7.665	5.939	12.359	88.586
Empresas e sucursais baseadas no estrangeiro					
Certificados de depósito	32.263	1.666	1.316	-	35245
Outros depósitos a prazo	111.542	13.498	7.983	15.641	148.664
	229.504	30.304	24.474	28.013	312.295

Outras obrigações de caixa contratuais

O quadro abaixo resume as outras obrigações de caixa contratuais por data de pagamento.

	Grupo					
	0-3 meses £m	3-12 meses £m	1-3 anos £m	3-5 anos £m	5-10 anos £m	10-20 anos £m
2009						
Locações operacionais	140	339	965	726	1.219	1.836
Obrigações contratuais para comprar bens ou serviços	180	300	168	16	—	1
	320	639	1.133	742	1.219	1.837
2008						
Locações operacionais	146	433	976	751	1.448	1.851
Obrigações contratuais para comprar bens ou serviços	237	892	486	208	303	1
	383	1.325	1.462	959	1.751	1.852

As facilidades formais não utilizadas do Grupo, linhas de crédito e outros compromissos de concessão de empréstimos atingiram £291.634 milhões (2008 – £352.398 milhões). Embora o Grupo tenha assumido os compromissos para fornecer estes fundos, algumas facilidades podem estar sujeitas ao cumprimento de certas condições pela contraparte. O Grupo não espera que todas as facilidades sejam utilizadas e algumas podem expirar antes de serem utilizadas.

Taxas de câmbio

Excepto como indicado, os quadros seguintes mostram, para as datas ou períodos indicados, a Noon Buying Rate em Nova Iorque para as transferências telegráficas em libras esterlinas como certificadas para efeitos alfandegários pelo Banco da Reserva Federal de Nova Iorque.

USD por £1	Janeiro 2010	Dezembro 2009	Novembro 2009	Outubro 2009	Setembro 2009	Agosto 2009
Noon Buying Rate						
Elevada	1,6370	1,6641	1,6795	1,6610	1,6695	1,6977
Baixa	1,5912	1,5892	1,6383	1,5878	1,5910	1,6212

	2009	2008	2007	2006	2005
Noon Buying Rate					
Taxa no fim do período	1,6167	1,4619	1,9843	1,9586	1,7188
Taxa média no período (1)	1,5707	1,8424	2,0073	1,8582	1,8147
Taxa de consolidação (2)					
Taxa no fim do período	1,6222	1,4604	2,0043	1,9651	1,7214
Taxa média no período	1,5657	1,8528	2,0015	1,8436	1,8198

Notas:

(1) A média das Noon Buying Rates no último dia de negociação de cada mês durante o período.

(2) As taxas utilizadas pelo Grupo para converter dólares dos EUA em libra esterlina para a elaboração das demonstrações financeiras.

(3) Em 23 de Fevereiro de 2010, a Noon Buyin Rate era £1,00 = US$1,5432.

Conjuntura económica e monetária

As condições mantiveram-se difíceis em quase toda a economia mundial de em 2009. Nos primeiros três meses do ano, o abrandamento económico, com muitas economias industrializadas a registarem a mais rápida contracção económica de uma geração. A natureza sincronizada da contracção resultou numa deterioração do mercado no comércio internacional, pois as firmas diminuíram os seus inventários e cortaram às encomendas. As condições de mercado mantiveram-se turbulentas com os preços das acções a tocarem no fundo a 60% abaixo do seu pico de Março de 2007, com o aumento do desemprego a aumentar a pressão sobre os gastos dos consumidores. Os legisladores tomaram medidas sem precedentes para combater o declínio, aumentando os anteriores pacotes de estímulos fiscais e iniciando acções de política monetária extraordinárias. Um certo número de bancos centrais cortou ainda mais as taxas de juros, fazendo importantes compras de activos e fornecendo liquidez adicional aos mercados financeiros. O crescimento em mercados financeiros manteve-se moderadamente bem, em comparação, com excepção dos estados da Europa de Leste que sofreram acentuadamente com dificuldades na balança de pagamentos.

Os sinais de estabilização começaram a emergir no segundo trimestre de 2009. Alemanha, França e Japão anunciaram uma retoma do crescimento económico trimestral a partir de Junho e o ritmo da recessão começou a abrandar noutros locais. As dificuldades nos mercadores financeiros começaram a abrandar, como foi evidenciado por um declínio gradual dos mercadores de empréstimos interbancários em relação à política de taxas e uma descida dos *spreads* de crédito. Os preços dos activos começaram a recuperar durante o primeiro trimestre, apoiados por uma provisão de liquide substancial fornecida pelos bancos centrais, As perspectivas para a rentabilidade e o emprego mantêm-se difíceis, pois os trabalhadores continuam a enfrentar condições do mercados de trabalho difíceis e os rendimentos desceram. Os preços das matérias-primas encetaram uma recuperação no segundo semestre de 2009, apoiados por um optimismo acrescido pelas perspectivas económicas e condições de procura mais resilientes em muitos mercados emergentes, onde o crescimento é mais intensivo em recursos.

A economia do Reino Unido contraiu-se mais durante o primeiro trimestre de 2009 do que durante toda a recessão dos anos 90. A actividade continuou a contrair-se durante os segundos e terceiros trimestres, mas o ritmo de declínio foi mais moderado. O abrandamento significativo foi evidente com a os negócios a funcionarem bem abaixo da capacidade total e a taxa de desemprego a subir para cerca de 8%. Menor despesa dos consumidores agiu como um obstáculo significativo para o crescimento, pois as famílias lutavam contra uma queda do emprego e um crescimento médio dos salários mais fraco. Condições de procura mais fracas no país e no estrangeiro, um nível elevado de capacidade instalada não utilizada e perspectivas incertas resultaram num acentuado declínio no investimento em negócios. Apesar da retoma precoce dos maiores parceiros comerciais do Reino Unido, as exportações falharam a sua contribuição para darem um empurrão significativo. A libra esterlina valorizou-se modestamente desde o seu mínimo em Janeiro em termos de transacções ponderadas, mas manteve-se em níveis competitivos em relação às divisas mais importantes quando comparado com o período pré-crise. A inflação caiu de 5,2% em Setembro 2008 para menos da meta de 2% do Banco de Inglaterra em Junho. A inflação manteve-se acima de 1% durante o ano – em contraste com períodos de queda de preços nos EUA e Zona Euro – em parte como resultado de uma taxa de câmbio mais fraca.

A Taxa Bancária foi reduzida de 5,0% em Outubro 2008 para 0,5% em Março 2009. Isto levou a taxa base para o seu nível mais baixo dos 316 anos de história do Banco de Inglaterra. Com taxas de juros a aproximarem-se de zero, os legisladores iniciaram um programa de contra de activos, conhecido como flexibilização quantitativa (QE), para fornecer ainda mais apoio à economia. Inicialmente, foram alocados £75 mil milhões para compra de activos, que foram expandidos para £200 mil milhões no decorrer do ano. O impacto da QE foi creditado com a redução dos custos de longo prazo de obtenção de empréstimos para as empresas e evitar a deflação na economia em geral, embora o contrafactual – o estado prevalecente do mundo se a QE não tivesse sido realizada – seja desconhecido.

Nos EUA, a recessão foi mais grave no primeiro trimestre de 2009. A economia contraiu 6,4% na taxa trimestral em cadeia, mas estabilizou no segundo semestre e voltou a crescer no terceiro trimestre. As medidas de estímulo fiscal adicional em 2009 ajudaram a apoiar a despesa em automóveis e a encorajar os compradores a voltarem ao moribundo mercado da habitação. Preços de casas mais baixos, também aumentaram a acessibilidade, pois os preços bateram no fundo no meio do ano, tendo a actividade recuperado gradualmente. Mais as condições mantêm-se difíceis. Entre Janeiro 2008 e Dezembro 2009, os empregados assalariados diminuíram oito milhões, tendo 2009 contando com sessenta por cento desse valor. A fraqueza do mercado laboral irá, possivelmente, actuar como um peso morto na procurar do consumidor por algum tempo. A contínua fraqueza do dólar proporcionou um impulso na exportações líquidas no segundo semestre do ano.

A Reserva Federal baixou as taxas de juro para 0,25% em Dezembro 2008, não deixando espaço para futuros cortes de taxas. Os programas para ajudar a normalizar as condições em mercados financeiros a a suportar a liquidez foram prolongados em 2009. Num esforço para baixa as taxas de juros de longo prazo do mercado, a Reserva Federal anunciou que compraria $200 mil milhões de dívida de Empresa

Patrocina pelo Governo, $1,25 biliões de *mortgage backed securities*, e $300 mil milhões de títulos de tesouraria de longo prazo. *Yields* longos caíram a cerca de meio do ano, mas recuperaram no final do ano.

A Zona Euro entrou em 2009 numa situação semelhante a outras economias desenvolvidas, contraindo-se acentuadamente no primeiro trimestre antes de recomeçar a crescer nos três meses até Setembro. No entanto, há uma variação significativa no desempenho das economias dentro da região. A recessão na Alemanha foi profunda com a actividade a contrair 6,7% entre o segundo trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009. O crescimento regressou no segundo semestre de 2009. A recessão na França foi similarmente curta mas não tão profunda (com uma contracção de 3,5% durante a recessão), As economias periféricas com níveis de dívida mais elevado, como Irlanda ou Espanha, foram atingidas por aumentos rápidos e elevados no desemprego e por um período prolongado de contracção.

O Banco Central Europeu reduziu a sua taxa de juro principal de 2,5% no início do ano para 1% em Maio 2009, e iniciou um programa modesto de compras de activos (foram anunciadas €60 mil milhões de compras de obrigações garantidas para reduzir as taxas mais longas). Também adoptou uma política de provisão de liquidez ilimitada para s bancos da Zona Euro. No entanto, os empréstimos às famílias e negócios caíram, reduziram a taxa de crescimento de fornecimento de dinheiro quase zero no final do ano. A inflação dos preços ao consumidor na zona da moeda única foi negativa durante seis meses, antes de voltar a território negativo em Outubro. A força do Euro ajudou a fazer diminuir a pressão nos custos de importação, mas também ameaçou agir como um peso motor para a recuperação, ao reduzir a competitividade das exportações da região nos mercados mundiais.

A retracção do comércio internacional no final de 2008 teve severas consequências para as economias na Ásia Pacífico, algumas das quais viram as suas exportações a caírem mais de 50% em taxa homóloga. A intensificação da recessão nos primeiros três meses de 2009 ainda exacerbou a contracção, reduzindo a produção industrial e levando a rápidos aumentos do desemprego. Os pacotes de estímulos dos governos introduzidos no final de 2008 deram frutos no segundo trimestre do ano, combinados com a reconstituição de stock da indústria para marcar o regresso a um crescimento moderado em muitas partes da região. Uma política fiscal expansionistas na China ajudou a economia a voltar para um crescimento homólogo de 9% no terceiro trimestre de 2009, mas aí, como em muitos economias vizinhas, a procura do sector privado manteve-se moderada, deixando as economias dependentes do suporte governamental em 2010.

Supervisão

Reino Unido

A Financial Services Authority (FSA) do Reino Unido é o supervisor consolidado do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2009, 30 empresas no Grupo (à excepção da subsidiárias do ABN AMRO), abrangendo vários sectores dos serviços financeiros (actividades de banca, seguros e investimentos) estavam autorizadas a realizar actividades financeiras reguladas pela FSA.

Os bancos do Grupo autorizados no Reino Unido incluem o Royal Bank, o NatWest, o Coutts & Co e o Ulster Bank Limited. As actividades grossistas, que não as actividades de Tesouraria do Grupo, estão concentradas nas divisões de Global Banking Markets e Corporate Banking do Grupo e são realizadas sob as denominações de Royal Bank e do NatWest. As actividades de banca de retalho no Reino Unido são geridas pela divisão de UK Retail. A excepção é o Ulster Bank Limited, que é gerido como uma divisão separada no seio do Grupo. O Ulster Bank Group transformar-se-á numa marca única na República da Irlanda, com a fusão do First Active com o Ulster Bank. O Ulster Bank Limited presta serviços bancários na Irlanda do Norte, enquanto o serviço bancário na República da Irlanda é prestado pelo Ulster Bank Ireland Limited e (por enquanto) First Active plc, que é supervisionado principalmente pelo regulador financeiro irlandês.

A actividade de gestão dos investimentos é realizada principalmente pelas empresas da divisão Wealth Management, incluindo a Coutts & Co., Adam & Company Investment Management Limited e na divisão de Global Banking Markets através do RBS Asset Management Limited.

A actividade de seguros gerais está predominantemente a cargo da Direct Line Insurance plc e a Churchill Insurance Company Limited. O ramo de seguros de vida é principalmente realizado pelo Royal Scottish Assurance plc e a National Westminster Life Assurance Limited (em parceria com a AVIVA plc).

OI Grupo está sujeito a extensas regulamentações que impõem obrigações sobre as instituições financeiras para manter as políticas, procedimentos e controlos apropriados para garantir o cumprimento comas regras e regulamentos a que estão sujeitos.

Estados Unidos

O grupo é uma empresa holding bancária e uma empresa holding financeira segundo os termos da Lei sobre as Empresas Holding Bancárias dos EUA de 1956. Como tal, está sujeito à regulação e supervisão do Conselho de governadores do Sistema da Reserva Federal (a “Reserva Federal”). Entre outros

serviços, as actividades e investimentos directos e indirectos do Grupo nos Estados Unidos são apenas de 'natureza financeira' ou 'incidental' ou 'complementar' a uma actividade financeira, determinada pela Reserva Federal. O Grupo também é obrigado a obter a aprovação prévia da Reserva Federal antes de adquirir, directa ou indirectamente, a propriedade ou controlo de mais de 5% de qualquer classe de acções com direito a voto de qualquer banco ou empresa holding bancária dos EUA. Segundo a política actual da Reserva Federal, o Grupo é obrigado a actuar como fonte de financiamento para as suas subsidiárias bancárias nos EUA. Entre outros aspectos, esta obrigação de financiamento pode exigir que o Grupo injecte capital em qualquer uma das suas subsidiárias bancárias nos EUA se estas ficarem subcapitalizadas.

Os regulamentos da luta contra o branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo e as sanções económicas são um ponto importante para o governo dos Estados Unidos em relação Às instituições financeiras e são rigorosamente aplicados pelas agências governamentais dos EUA.

As subsidiárias bancárias e não bancárias do Grupo nos EUA e as sucursais do Royal Bank nos EUA também estão sujeitas à supervisão e regulação de vários outros organismos reguladores dos EUA. O RBS Citizens, NA é actualmente supervisionado pelo Office of the Comptroller of the Currency, encarregado da regulação e supervisão dos bancos que operam ao nível nacional. O Citizens Bank of Pennsylvania está sujeito à regulação e supervisão do Pennsylvania Department of Banking e do US Federal Deposit Insurance Corporation. Estes bancos representam aproximadamente 80 por cento e 20 por cento dos activos do Citizen Financial Group, respectivamente. O Citizens Financial Group está sob a supervisão da Reserva Federal como empresa holding bancária. A sucursal de Nova Iorque do Royal Bank é supervisionada pelo Departamento Bancário do Estado de Nova Iorque e a sua sucursal de Connecticut é supervisionada pelo Departamento Bancário de Connecticut. Ambas as sucursais estão sujeitas à supervisão da Reserva Federal, através do Federal Reserve Bank of Boston.

O mediador de seguros do Grupo nos EUA, RBS Securities Inc (RBSSI), anteriormente conhecida como Greenwich Capital Markets, Inc, está sujeita a regulação e supervisão da US Securities and Exchange Commission (SEC) e da Financial Industry National Regulatory Association (FINRA) no que se refere às suas actividades de títulos. As actividades de futuros do RBSSI estão sujeitas à regulação e supervisão pela US Commodity Futures Trading (CFTC) Commission e a Chicago Board of Trade (CBOT). Os negócios de matérias-primas do Grupo nos EUA, RBS Sempra Commodities, têm como seu regulador primárioo federal Reserve Bank of Boston, com supervisão adicional da Federal Energy Regulatory Commission (FERC) e da Commodity Futures Trading Commission (CFTC).

Holanda

O supervisor consolidado do ABN AMRO é o Banco Central Holandês, De Nederlandsche Bank (DNB). O DNB opera como supervisor prudencial dos bancos, companhias de seguro e fundos de pensões, e também como parte do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Outras jurisdições

O Grupo opera em mais de 50 países através de uma rede de balcões, bancos locais e subsidiárias não bancárias e estas actividades estão sujeitas a supervisão na maioria dos casos por um regulador ou banco central local.

Análise e desenvolvimentos sobre a regulação

O Grupo trabalha com as associações comerciais nacionais e internacionais e envolve-se proactivamente com as autoridades reguladoras e outras autoridades, como o Comité de Basileia, a Comissão Europeia dos Supervisores Bancários e a Comissão da UE, a fim de compreender as implicações das alterações regulamentares propostas e contribuir para o desenvolvimento de política de regulação.

O Grupo e suas subsidiárias têm cooperado plenamente com as várias análises e desenvolvimentos sobre a regulação no Reino Unido e internacionalmente, incluindo os inquéritos ou investigações sobre alegadas ou possíveis infracções aos regulamentos.

Reino Unido

No Reino Unido, o Grupo envolveu-se activamente num grande número de consultas legislativas e regulamentares. Reflectindo os desenvolvimentos mundiais, a estabilidade financeira – nomeadamente os requisitos prudenciais bancários e a protecção dos depositantes – tem sido um ponto essencial para as autoridades reguladoras do Reino Unido.

O grupo participou empenhadamente nos processos de consulta sobre a Lei de Reforma Bancária e a Lei dos Serviços Financeiros. Também se envolveu com os legisladores na revisão de Lord Turner, "Uma resposta da regulação à crise bancária mundial", e às consultas conexas. Isto estabeleceu uma larga gama de ideias e propostas visando o reforço da resiliência do sistema bancário e respondendo às insuficiências percebidas na regulação existente, nomeadamente, em relação ao montante e qualidade do

capital bancário regulamentar. Muitas delas foram subsequentemente reflectidas em propostas mais detalhadas emitidas pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária em Dezembro 2009 (ver abaixo).

Ligado a estas questões está o debate político sobre bancos sistémicos. O Grupo contribuiu para respostas a um certo número de propostas de bancos sistémicos e está a participar no estudo piloto da FSA para o desenvolvimento de Planos de Recuperação e Resolução ("Living Wills"). Ele desenvolverá Planos de Recuperação e Resolução adequados, em consonância com requisitos regulamentares futuros.

Por fim, a FSA tomou um papel activo na implementação dos princípios do G20 sobre as estruturas de remuneração, introduzindo um Código de Práticas de Remunerações que, formalmente, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010. Durante o segundo semestre de 2009, o Grupo trabalhou com a FSA no seu Código conforme ele era desenvolvido e implementou novos processos de política de governo da empresa para cumprir o estabelecido. Mais informações sobre estes aspectos podem ser encontrados na página 225.

Para além do acima mencionado. O Grupo continuou a comentar outras alterações específicas regulamentares e legais que possam ter impacto no seu negócio. Exemplos incluem as análises dos mercados de distribuição de retalho e de hipotecas da FSA; e o Department for Business, Innovation and Skills e as reformas do consumidor do Tesouro britânico, incluindo em relação com os mercados de cartões de crédito.

Os novos requisitos que entraram em vigor durante o período em análise incluem a Directiva de Serviços de Pagamento (Directiva n.º 2007/64/CE – "DSP"), que entrou em vigor em 1 de Novembro de 2009 e o novo regime de liquidez para bancos da FSA, cujos requisitos de sistemas e controlos entraram em vigor em 1 de Dezembro de 2009. A DSP estabelece um extenso quadro de regulação para os mercados de pagamentos europeus, ao abrir a prestação de serviços de pagamentos a prestadores não bancários; protecção aumentada ao consumidor através de novas regras sobre tempos de execução, transparência da informação, responsabilidade e tarifário; e regulação dos prestadores de serviços de pagamentos através de licenciamento. O novo regime de liquidez da FSA exigirá que *buffers* de liquidez muito maiores sejam detidos por bancos especificados, a introduzir durante um certo número de anos.

As firmas do Grupo reguladas no Reino Unido são membros do Financial Services Compensation Scheme (FSCS), que proporciona indemnizações a clientes elegíveis de firmas de serviços financeiros autorizadas que são incapazes de cumprir as suas obrigações. O FSCS é financiado por taxas anuais debitadas às firmas reguladas no Reino Unido. Estas taxas são repartidas entre as firmas com base nas suas quotas da tarifa base do FSCS: no caso dos tomadores de depósito, isto significa que as caixas são determinadas pela sua quota de depósitos protegidos. Como resultado do envolvimento da FSCS em vários incumprimentos bancários em 2008, haverá um impacto significativo sobre as taxas debitadas aos tomadores de depósitos, a começar por aquelas de 2008/09. Esses impactos estão reflectidos nas contas. Também um aspecto significativo da resposta do RBS aos desenvolvimentos da regulação durante o ano foi responder aos novos requisitos para os bancos desenvolver a capacidade de sistemas "vista integrada do cliente", criada para gerar a informação exigida pelo FSCS de modo a facilitar um pagamento a horas pelo Esquema de compensação de depositantes. O sector espera ter a Vista Integrada do Cliente prescrita instalada no final de 2010).

A FSA, no seu Plano de Negócios de 2009/10, enfatizou a focalização contínua no "Tratar honestamente o cliente". O Grupo continua a empreender processos de melhoramento contínuo de informação da gestão e análise de causas dos problemas com clientes, de modo a garantir que pode demonstrar que está a tratar, constantemente, os clientes com honestidade durante toda a vida útil do produto.

O Grupo também continua a cooperar com o Information Commissioner's Office, o organismo público independente do Reino Unido, criado para promover o acesso à informação oficial e à informação pessoal protegida. O Grupo continua a melhorar o seu processo de acordo com as orientações em evolução de modo a cumprir os requisitos de segurança da informação.

Desenvolvimentos na União Europeia/Mundiais

Na UE, o Grupo também respondeu a várias propostas para alterações regulamentares e legislativas, incluindo alterações propostas às Directivas sobre os Fundos Próprios e o estabelecimento de novas autoridades de regulação da UE, que visam reforçar significativamente o nível de supervisão e coordenação dos supervisores nacionais. Grupo também segue de perto o trabalho (e recomendações) do G7 e G20, bem como os organismos que estabelecem regras, como o Comité de Basileia para a Supervisão Bancária. De especial nota foram as propostas iniciais do Comité para alterações importantes no montante e qualidade do capital regulamentar do banco, que foram publicadas em Dezembro 2009. O banco está a revê-los, o que o Comité de Basileia está a visar para finalizar no fim de 2010 para implementação do fim 2002 em diante.

Estados Unidos
Nos EUA, o Grupo também se envolve construtivamente com os reguladores e outros organismos sobre alterações regulamentares e legislativa e procura assegurar uma implementação e cumprimento correctos. As questões actuais incluem a reforma das hipotecas e os empréstimos a estudantes.

Outras jurisdições
O Grupo está activo na monitorização dos desenvolvimentos de regulação em cada país em que opera para garantir que as políticas internas são suficiente para garantir a efectiva gestão de risco regulamentar.

Descrição dos activos tangíveis
O Grupo opera em vários locais em todo o mundo, principalmente no Reino Unido. Em 31 de Dezembro de 2008, o Royal Bank e o NatWest tinham 649 e 1.612 sucursais de retalho, respectivamente, no Reino Unido. O Ulster Bank tem uma rede de 238 balcões e uma extensa rede de escritórios de banca de negócios na Irlanda do Norte e no Reino da Dinamarca. US Retail & Commercial tem 1512 balcões bancários disponíveis (incluindo balcões em lojas) cobrindo o Connecticut, Delaware, Illinois, Indiana, Massachusetts, Michigan, New Hampshire, Nova Jérsia, Nova Iorque, Ohio, Pensilvânia, Rhode Island e Vermont. Uma maioria substancial dos balcões do Reino Unido são propriedade do Royal Bank, do NatWest e das suas subsidiárias ou são detidas por arrendamento com prazos não expirados superiores a 50 anos. Os principais imóveis do Grupo incluem a sua sede em Gogarburn, Edimburgo, os seus estabelecimentos principais em Londres, em 135 e 280 Bishopsgate, e o centro de administração Drummond House situado em South Gyle, Edimburgo.

Os gastos totais em instalações (excluindo investimentos imobiliários), computadores e outros equipamentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram de £1.215 milhões (2008 – £1,406 milhões; 2007 – £1,792 milhões).

Principais accionistas
Os dados dos principais accionistas das acções ordinárias, acções B e acções preferenciais da empresa figuram na página 213.

Em Dezembro 2008, The Solicitor for the Affairs of Her Majesty's Treasury (Tesouro britânico) adquiriu 22.854 milhões de acções ordinárias representando 57,92% das acções ordinárias de capital emitidas. Durante 2009, o Tesouro britânico adquiriu mais 16.791 milhões de acções ordinárias aumentando a sua participação para 70,3% do capital social emitido em acções ordinárias na empresa,

Em Dezembro de 2009, o Tesouro britânico adquiriu 51 mil milhões de acções B na empresa, representando todo o capital emitido em acções B.

Para além do acima mencionado, não se verificaram alterações significativas, em termos percentuais, dos principais titulares de acções ordinárias, acções B e acções preferenciais da empresa durante os três anos findos em 24 de Fevereiro de 2010. Todos os accionistas dentro de uma classe de acções da empresa têm os mesmos direitos de voto.

Em 24 de Fevereiro de 2010, os administradores da empresa detinham opções de compra de um total 12.138.546 acções ordinárias da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2009, quase todas as acções preferenciais denominadas em dólares dos EUA e American Depositary Shares, que representam acções ordinárias da empresa, eram detidos por accionistas registados nos EUA. Todas as outras acções eram predominantemente detidas por accionistas registados fora dos EUA.

Contratos relevantes
A empresa e as suas subsidiárias são parte de vários contratos no decurso normal do negócio. Os contratos relevantes incluem o seguinte:

Acordo de Consórcio e Accionistas (CSA)
Em 28 de Maio de 2007, Fortis, a empresa, Santander e a RFS Holdings celebraram o CSA. O Fortis Bank Nederland aderiu ao CSA em 26 de Julho de 2007. Em 3 de Outubro de 2008, o Estado Holandês adquiriu o Fortis Bank Nederland. Em 24 de Dezembro de 2008, o Estado da Holanda acedeu ao CSA no seguimento da sua aquisição das acções detidas pelo Fortis Bank Nederland no RFS Holdings de acordo com uma Escritura de Adesão, celebrada entre a RFS Holdings, a empresa, o Fortis Bank Nederland, Santander e o Estado da Holanda. O CSA rege as relações entre as partes do mesmo em relação às aquisições pela RFS Holdings do ABN AMRO. O CSA detalha, *inter alia*, o financiamento da RFS

Holdings em conexão com a aquisição do ABN AMRO, os interesses de participação da RFS Holdings, o governo do RFS Holdings tanto antes como depois da aquisição do ABN AMRO, os acordos para a transferência de certos negócios do ABN AMRO, activos e passivos, para o Estado da Holanda (previamente Fortis Bank Nederland), a empresa e o Santander pós-aquisição do ABN AMRO, posteriores obrigações de financiamento do Estado da Holanda, empresa e Santander após a aquisição do ABN AMRO onde o financiamento é exigido pela autoridades reguladoras em conexão para os negócios do ABN AMRO, a alocação de capital Core Tier 1 capital e alocações de impostos de conduta dos assuntos fiscais.

Acordo de *underwriting*

Em 22 de Abril de 2008, a empresa, Goldman Sachs International, Merrill Lynch International, UBS e Royal Bank celebraram um acordo de *underwriting*, nos termos do qual a Merrill Lynch International, a Goldman Sachs International e UBS concordaram em procurar subscritores, ou falhando, subscreverem eles as Acções Ordinárias não tomadas no âmbito de uma Emissão de Direitos, em cada caso, ao preço de emissão pertinentes. Nos termos do acordo de *underwriting*, a empresa concordou em pagar determinadas comissões e despesas à Merrill Lynch International, Goldman Sachs International e UBS como contrapartida pelo seu compromisso de *underwriting*. A empresa fez algumas declarações e deu algumas garantias e cauções para as pessoas definidas como *underwriters* no Acordo de *Underwriting*. As responsabilidades da empresa não foram limitadas quanto a tempo e quantidade.

Venda da Angel Trains

Em 6 de Agosto de 2008, a empresa concluiu a venda da Angel Trains Group a um consórcio assessorado pela Babcock & Brown para um valor de empresa de £ 3, 6 mil milhões.

Venda da Tesco Personal Finance

Em 28 de Julho de 2008, a empresa anunciou que tinha concordado em vender sua participação de 50 por cento no capital da Tesco Personal Finance ao seu parceiro de *joint venture* Tesco plc, por um montante de £950 milhões, sujeito a ajustes de transacções. No âmbito desta operação, o Grupo continuará a prestar determinados serviços comerciais à Tesco Personal Finance após conclusão do acordo. A venda foi concluída em 19 de Dezembro de 2008.

Acordo de Primeira Oferta e Colocação

Nos termos de um contrato de oferta e colocação, efectivo a partir de 13 de Outubro de 2008, celebrado entre a empresa, UBS, Merrill Lynch International e o Tesouro britânico, (i) a empresa concordou em convidar accionistas qualificados a subscreverem novas acções ao preço de emissão de 65,5 pence por meio de uma Primeira Oferta, (ii) a UBS e Merrill Lynch International foram designados como co-patrocinadores, *bookrunners* conjuntos e agentes de colocação conjuntos e concordaram usar esforços razoáveis para encontrar subscritores para adquirir as novas acções a um preço não inferior ao da emissão de 65,5 pence, nos termos aprovados pelo Tesouro britânico, com base em que as novas acções colocadas estão sujeitas a *clawback*, na medida em que foram tomadas no âmbito da Oferta e (iii) o Tesouro britânico concordou que, na medida em que não sejam colocados ou tomadas no âmbito da Primeira Oferta e sujeita aos termos e condições estabelecidos no Acordo de Primeira Oferta e Colocação, o Tesouro britânico adquiriria essas novas acções ao preço de emissão de 65,5 pence.

Em contrapartida pelos seus serviços no âmbito da Primeira Oferta e Colocação, foi pago ao Tesouro britânico (i) uma comissão de 0,5 por cento do valor agregado das novas acções ao preço de emissão de 65,5 pence por nova acção a pagar na Admissão (conforme definido no Acordo de Primeira Oferta e Colocação) e no segundo dia útil após o dia em que o Acordo de Primeira Oferta e Colocação terminou, e (ii) uma comissão suplementar de 1 por cento do valor agregado das novas acções adquiridas por subscritores (incluindo o Tesouro britânico) com o preço de emissão de 65,5 pence por nova acção a pagar na Admissão (conforme definido no Acordo de Primeira Oferta e Colocação). A empresa pagou todos os custos legais e outros gastos do Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International devidamente incorridos e os custos e despesas que os consultores financeiros do Tesouro britânico incorreram em relação à Primeira Oferta e Colocação e a emissão de Acções Preferenciais.

A empresa também suportou todos os custos e despesas relacionadas com a Primeira Oferta e Colocação e a Emissão de Acções Preferenciais, incluindo (de forma não exaustiva) comissões e despesas dos seus consultores profissionais, o custo de preparação, publicidade, impressão e distribuição dos prospectos da Primeira Oferta e Colocação e os outros documentos relacionados com a Primeira Oferta e Colocação e Emissão de Acções Preferenciais, as taxas de anúncio da FSA, todos os encargos pelo CREST e os honorários do Bolsa de valores de Londres e Euronext.

A empresa assumiu alguns compromissos para com o Tesouro britânico em relação a questões como concessão de empréstimos hipotecários, empréstimos às PME e de remuneração do Conselho de Administração. Estes compromissos foram destinadas a assegurar que todas as ajuda do estado envolvidas na aquisição potencial de novas acções e eventual participação da empresa no Programa de Garantia de Crédito a ser promovido pelo Tesouro britânico, como parte de seu apoio ao sector bancário

do Reino Unido, são compatíveis com o mercado comum nos termos da legislação da UE. Estas restrições deixarão de ser aplicáveis quando, em geral, for determinado que a empresa já não necessita de ajuda do Estado.

Os compromissos que a empresa deu ao Tesouro britânico incluíram o seguinte:

(i) nenhum bónus será concedido a qualquer administrador em 2008 e quaisquer bónus recebidos pelos administradores em relação a 2009 serão pagos em acções restritas, a remuneração vai procurar recompensar a criação de valor a longo prazo e não incentivar a assunção de riscos excessivos (indicadores de curto prazo serão tomadas em conta apenas quando totalmente coerentes com a criação de valor a longo prazo e não encorajar riscos excessivos) e os Administradores que são demitidos receberão um pacote indemnizatório razoável e tido como justo;

(ii) trabalhar com Tesouro britânico na nomeação de até três novos administradores independentes não executivos;

(iii) manter a disponibilidade de crédito às PME e hipotecário nos níveis, no mínimo, de 2007 até o final de 2011 com a comercialização activa de produtos de empréstimos com preços competitivos;

(iv) aumentar o seu apoio a projectos de capital partilhado até o final de 2009, a fim de ajudar aqueles com dificuldades nos pagamentos das suas hipotecas para permanecerem nas suas casas, seja através de esquemas bancários individuais ou pago para um fundo central gerido pelo sector; e

(v) publicar um relatório anual, por cada ano até 2011, dos seus empréstimos às PME e redigir relatórios públicos transparentes tanto para os créditos às PME como hipotecários, tal como acordado com o Tesouro britânico.

Os compromissos relativos aos empréstimos a PME e hipotecas foram substituídos pela Carta de Compromissos de Empréstimos delineada na secção da Carta de Compromissos de Crédito adiante. Além disso, a empresa concordou em limitar as suas actividades ao mais elevado de: (i) taxa anual de crescimento nominal do PIB do Reino Unido no ano anterior, e (ii) o crescimento histórico médio dos balanços do sector bancário do Reino Unido durante o período de 1987-2007, a menos que haja evidência que os limites são ultrapassados por razões não relacionadas com a prestação da ajuda.

Venda do investimento no Bank of China

Em 14 de Janeiro de 2009, nos termos do (i) um contrato de colocação celebrado entre a empresa, RBS China Investments Sarl (uma subsidiária da empresa constituída no Luxemburgo) e ABN AMRO Bank N.V., Sucursal de Hong Kong (ii) um contrato de colocação celebrado entre a empresa, RBS China Investments Sarl, ABN AMRO Bank NV, Sucursal de Hong Kong e Morgan Stanley & Co. International plc, e (iii) um contrato de compra e venda de acções celebrado entre RBS China Investments Sarl., Primestar Resource Holdings Limited e Orientmax Capital Limited, a empresa (através da RBS China Investments Sarl.) vendeu toda a sua participação de 4,26 por cento no Banco da China por HKD18,4 milhões.

Acordo da Segunda Oferta e Colocação

Nos termos de um contrato de oferta e colocação datada de 19 de Janeiro de 2009 celebrado entre a empresa, UBS, Merrill Lynch International e Tesouro britânico, (i) a empresa concordou em convidar accionistas qualificados a subscreverem novas acções ao preço de emissão de 31,75 pence por meio da Oferta, (ii) a UBS e Merrill Lynch International foram designados como co-patrocinadores, *bookrunners* conjuntos e agentes de colocação conjuntos e concordaram usar esforços razoáveis para encontrar subscritores para adquirir as novas acções nos termos aprovados pela empresa e o Tesouro britânico, a um preço não inferior ao Preço de emissão de 31,75 pence por nova acção, com base em que as novas acções colocadas estão sujeitas a *clawback*, na medida em que foram tomadas no âmbito da Oferta e (iii) o Tesouro britânico concordou que, na medida em que não sejam colocados ou tomadas no âmbito da Oferta e sujeito aos termos e condições estabelecidos no Acordo de Oferta e Colocação, o Tesouro britânico subscreverá ele próprio estas Novas acções ao preço de emissão de 31,75 pence.

Nos termos do Acordo da Segunda Oferta e Colocação, os proveitos agregados da Oferta e Colocação (líquidos de despesas) serão utilizados integralmente para financiar o resgate na Admissão (conforme definido no Acordo da Segunda Oferta e Colocação) das acções preferenciais detidas pelo Tesouro britânico a 101 por cento do seu preço de emissão (£5.05 mil milhões), juntamente com os dividendos acumulados sobre as acções preferenciais (desde a 1 de Dezembro de 2008, mas excluindo a data de Admissão (conforme definido no Acordo da Segunda Oferta e Colocação)) e as comissões a pagar ao Tesouro britânico no âmbito do Acordo da Segunda Oferta e Colocação.

Em contrapartida da prestação dos seus serviços segundo o Acordo da Segunda Oferta e Colocação, a empresa pagou ao Tesouro britânico: (i) uma comissão de 0,5 por cento do valor agregado das novas acções ao preço de emissão de 31,75 pence por nova acção a pagar no início de Admissão (conforme definido no Acordo da Segunda Oferta e Colocação) e no segundo dia útil após o dia em que o Acordo de Segunda Oferta e Colocação estiver encerrado e (ii) uma Comissão posterior de 1 por cento do valor agregado das novas acções subscritas por subscritores ao preço de emissão de 31,75 pence por nova acção pagável na data de Admissão o (conforme definido no Acordo da Segunda Oferta e Colocação).

A empresa pagou ao Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International todos os custos legais e outros custos e despesas (devidamente incorridos no caso das UBS e Merrill Lynch International) e aqueles que os consultores financeiros do Tesouro britânico incorreram em relação à Oferta e Colocação, resgate das acções preferenciais ou quaisquer acordos no Acordo da Segunda Oferta e Colocação.

A empresa também deve assumir todos os custos e despesas relativas à Oferta e Colocação e ao resgate das acções preferenciais, incluindo (de forma não exaustiva) comissões e despesas dos seus consultores profissionais, o custo de preparação, publicidade, impressão e distribuição dos prospectos datado de 16 de Março de 2009 e de todos os outros documentos conexos com a Segunda Oferta e Colocação e o resgate de acções preferenciais, as taxas de anúncio da FSA, todos os encargos pelo CREST e os honorários do Bolsa de Valores de Londres e Euronext.

O Tesouro britânico tem o direito de ceder os seus direitos no âmbito do Acordo da Segunda Oferta e Colocação a qualquer entidade que seja detida, directa ou indirectamente, pelo Tesouro britânico.

A empresa prestou certas declarações, garantias e cauções ao Tesouro britânico, UBS e Merrill Lynch International nos termos da Segunda Oferta e Colocação. As responsabilidade da empresa são ilimitadas quanto a tempo e montante.

A empresa também assumiu perante o Tesouro britânico os seguintes compromissos:

(i) estender os compromissos de empréstimos feitos pelo Tesouro britânico no Acordo de Primeira Oferta e Colocação em matéria de mercado de crédito de hipotecas e às PME no Reino Unido. Estes compromissos também se aplicarão, agora, empréstimos para empresas maiores e industriais no Reino Unido; e

(ii) um compromisso para aumentar o nível em que a concessão de empréstimos a preços competitivos é disponibilizado e activamente comercializado pelo Grupo no Reino Unido por £6 mil milhões.

Os compromissos da empresa descritos acima em (i) e (ii) foram substituídos pela Carta de Compromissos de Empréstimos (ver abaixo), nos temos da qual a empresa concordou em, entre outras coisas, emprestar £16 mil milhões acima do montante que a empresa tinha orçamento para emprestar nos negócios do Reino Unido e £9 mil milhões acima do montante orçamentado para emprestar a proprietários de habitação no ano a começar em 1 de Março de 2010. Para mais detalhes, ver a Carta de Compromissos de Empréstimos, na secção abaixo.

Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais

Nos termos de um acordo de subscrição de acções preferenciais, efectivo a partir de 13 de Outubro de 2008, entre a empresa e o Tesouro britânico, o Tesouro britânico subscreveu, e a empresa atribuiu e emitiu para o Tesouro britânico, as acções preferenciais por um valor total de £5 mil milhões. A empresa e o Tesouro britânico concordaram que seriam feitos pedidos à UKLA para que as acções preferenciais fossem admitidas na Lista Oficial e na Bolsa de Valores de Londres para Acções Preferenciais, para serem admitidas à negociação na Bolsa. De acordo com o Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais, a empresa concordou em pagar os custos e despesas de ambas as partes em relação à negociação do Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais e à subscrição, atribuição e emissão das Acções Preferenciais (incluindo, de forma não exaustiva, qualquer imposto de selo ou imposto de selo sobre títulos transaccionáveis). O Tesouro britânico tem o direito de ceder os seus direitos, sob o Acordo de Subscrição de Acções Preferenciais, a qualquer entidade detida, directa ou indirectamente, pelo Tesouro britânico.

O Acordo Preferencial de Acções Preferenciais estava condicionada ao Acordo de Primeira Oferta e Colocação se tornar incondicional de acordo com seus termos.

Acordos de Subscrição e Transferência

Em conexão com a Primeira Oferta e Colocação, a empresa, Merrill Lynch International, UBS, Computershare e Encuentro Limited celebraram diversos acordos em 4 de Novembro de 2008, no que diz

respeito à subscrição e transferência de acções ordinárias e acções preferenciais resgatáveis na Encuentro Limited. Nos termos destes acordos:

(i) a empresa e UBS e /ou a Merrill Lynch International concordaram a adquirir acções ordinárias na Encuentro Limited e entrar em opções de compra e venda em relação às acções ordinárias na Encuentro Limited subscritas pelo UBS e /ou a Merrill Lynch, que podiam ser exercidas se a Oferta e Colocação não prosseguisse;

(ii) Merrill Lynch International ou UBS, conforme o caso, concordaram em aplicar as verbas recebidas de accionistas qualificados, subscritores ou Tesouro britânico no âmbito da Oferta e Colocação, subscrever as acções preferenciais remíveis na Encuentro Limited a um valor agregado igual a essas verbas, após dedução do montante de certas comissões e despesas; e

(iii) a empresa concordou em atribuir e emitir Novas Acções àqueles beneficiários no mesmo contrapartida para a Merrill Lynch International ou UBS, conforme o caso, transferindo a sua participação de acções preferenciais remíveis e acções ordinárias na Encuentro Limited para a empresa.

Assim, em vez de receber dinheiro como contrapartida para a emissão de novas acções, na conclusão da Primeira Oferta e Colocação, a enpresa detinha a totalidade do capital de acções ordinárias e preferenciais remíveis da Encuentro Limited, cujos únicos activos eram as suas reservas de caixa, que representavam um montante equivalente ao proveito líquido da Primeira Oferta e Colocação. A empresa foi capaz de utilizar essa quantia equivalente aos proveitos líquidos da Primeira Oferta e Colocação ao exercer o seu direito de resgate sobre as acções preferenciais remíveis que detinha na Encuentro Limited.

Os accionistas qualificados não eram parte destes acordos e, portanto, não adquirem qualquer direito directo contra a Merrill Lynch International, UBS e Computershare, em conformidade com estes acordos. A empresa foi responsável por fazer cumprir as obrigações das outras partes, segundo os mesmos.

Carta de Compromissos Pré-Adesão

Em 26 de Fevereiro de 2009, o Royal Bank celebrou um acto unilateral em favor do Tesouro britânico, nos termos dos quais o Royal Bank dava uma série de compromissos em nome de cada membro do Grupo, com efeito imediato, salvo se indicações em contrário, em relação à cláusula de informação e gestão de activos, compromissos e exposições (os "Activos Propostos") no período anterior à adesão proposta e participação do Royal Bank no Programa de Protecção de Activos ("APS") do governo britânico:

O Royal Bank comprometeu-se como o Tesouro britânico, entre outras coisas, a:

(i) fornecer todas a assistência e informação e dados se pedidos com razoabilidade e for pertinente para a implementação do APS e da potencial participação do RBS no APS;

(ii) fornecer, logo que praticável, uma lista indicativa dos activos, compromissos e exposições que o Royal Bank propõe incluir no APS com vista a atingir o acordo sobre essa lista até 30 de Abril de 2009.

(iii) fornecer, tão rapidamente quanto praticável, informação e dados relativos aos Activos Propostos, pedidos com razoabilidade, para fins de due diligence e fornecer certas outras informações relativas aos negócios do Grupo e desempenho financeiro e risco dos Activos Propostos.

(iv) permitir acesso às instalações, livros, registos, gestores de topo, pessoal relevante e consultores profissionais do Grupo em termos razoáveis;

(v) consultar com o Tesouro britânico relativamente à gestão e operações dos Activos Propostos e garantir que a gestão dos Activos Propostos está de acordo com as práticas habituais do negócio e também sem ter em conta os possíveis benefícios no âmbito do APS;

(vi) desenvolver e, sujeito às condições do mercado, implementar um plano de gestão de passivo que é concebido para permitir que o Grupo satisfaça certas metas de capital Core Tier 1 para 2009; e

(vii) usar os melhores esforços (tendo em conta os requisitos operacionais razoáveis) para manter de modo regular, adequado e eficazes os controlos e procedimentos de monitorização, relato, gestão de risco e auditoria de modo a, entre outras coisas, garantir que os riscos relativos aos processos de negócios principais que afectam os Activos

Propostos estão identificados, avaliados e relatados e são geridos e mitigados de modo apropriado.

Além disso, o Royal Bank concordou em princípio que, se e somente se o Royal Bank aderisse ao APS, que não reclamaria e que assumiria certas perdas e provisões fiscais do Reino Unido emergentes em membros do Grupo em relação a qualquer período contabilístico que termine em ou após 31 de Dezembro de 2008, desde que este compromisso não se aplique em relação a quaisquer benefícios fiscais que resultem, o que tiver acontecido primeiro, de (a) o primeiro período contabilístico ter começados há mais de cinco anos após a data de adesão relevante e (b) o primeiro período contabilístico a começar após a data de adesão relevante em que o Grupo se torna rentável.

Os compromissos da empresa, descritos nesta secção foram substituídos pelas as Regras do Programa e Acordo de Adesão (para detalhes do Acordo de adesão, ver abaixo), com excepção de um compromisso de informar o Departamento de Negócios, Inovação e Habilidades antes de fazer reduções significativas do nível de crédito a ser disponibilizado para os certos mutuários ou contrapartes, que será aplicável até 28 de Fevereiro de 2011, em consonância com a duração dos compromissos no âmbito da Carte de Compromissos de Empréstimos descrita abaixo.

Carta de Compromissos de Empréstimos
Em 26 de Fevereiro de 2009, a empresa celebrou um acto unilateral em favor de certos departamentos do governo britânico ao abrigo do qual se comprometeu a financiar empréstimos aos mutuários solventes no Reino Unido de uma forma comercial, com efeitos a partir de 1 de Março de 2009. Em 18 de Maio de 2009, a empresa fez uma alteração a este acto unilateral, com efeitos a partir de 29 de Maio de 2009 e em 20 de Novembro de 2009, a empresa executou mais uma alteração a este acto unilateral. Este compromisso de empréstimo era um pré-requisito para a participação da empresa no APS e outros programas apoiados pelo Governo, cujo objectivo era reforçar a estabilidade do sistema financeiro e apoiar a recuperação da economia.

De acordo com este compromisso de empréstimo, a empresa concordou em aumentar os seus empréstimos nos 12 meses que se iniciam em 1 Março de 2009 pelas suas operações bancárias no Reino Unido para empresas do Reino Unido por, no total, £16 mil milhões acima do valor anteriormente orçamentado.

A empresa também assumiu o compromisso de aumentar os empréstimos à habitação, incluindo compradores pela primeira vez, no Reino Unido. A empresa comprometeu-se a aumentar os seus empréstimos hipotecários residenciais em, pelo menos, £9 mil milhões acima do valor previamente orçamentado nos 12 meses que se iniciam em 1 de Março de 2009.

Estamos actualmente em discussões com o Tesouro britânico sobre eventuais ajustamentos aos compromissos de empréstimo para reflectir circunstâncias económicas ao longo dos próximos 12 meses a partir de Março de 2010.

Esses empréstimos adicionais estão sujeitos aos preços e outras condições no decurso normal do negócio da empresa e com a avaliação de certos riscos comerciais, de crédito e de regulamentação.

A empresa também assumiu o compromisso de aumentar os empréstimos à habitação, incluindo compradores pela primeira vez, no Reino Unido. A empresa comprometeu-se a aumentar os seus empréstimos hipotecários residenciais em, pelo menos, £9 mil milhões acima do valor previamente orçamentado nos 12 meses que se iniciam em 1 de Março de 2009 e de manter nos 12 meses a começar em 1 de Março de 2010 similar níveis de empréstimos de hipotecas residenciais como os dos 12 meses começados e 1 de Março de 2009, sujeitos a ajustamentos dos compromissos pelos departamento do governo do Reino Unido, quando oportuno.

O cumprimento da empresa com seus compromissos de empréstimos é monitorizado pelo Governo do Reino Unido e está sujeito a um processo de relato.

A empresa também assumiu certos compromissos relativamente a divulgações em apoio aos seus compromissos de empréstimos e certas matérias relativas ao seu negócio e práticas e políticas de empréstimos comerciais e residenciais. Os compromissos de empréstimos feitos no acto unilateral substituem os compromissos dados pela empresa no Acordo da Primeira Ordem e Colocação e Acordo de Oferta Aberta.

Acordo de Aquisição de Acções B e Capital Contingente
Em 26 de Novembro de 2009, a empresa e o Tesouro britânico celebraram um Acordo de Aquisição de Acções B e Capital Contingente nos termos dos quais o Tesouro britânico subscreveu as acções B iniciais e a Dividend Access Share (as "Aquisições") e acordou as condições da subscrição do Tesouro britânico

para uns adicionais £8 mil milhões em agregado sob a forma de mais acções B (as "acções contingentes B"), que serão emitidas nas mesmas condições do que as acções B iniciais. As Aquisições estavam sujeitas à satisfação de várias condições, incluindo a empresa ter obtido a aprovação dos accionistas em relação às Aquisições.

A empresa e o Tesouro britânico e acordou ainda os termos da Subscrição Contingente de £8 mil milhões das acções Contingentes B no Acordo de Aquisição e Capital Contingente. Por um período de cinco anos a partir 22 de Dezembro de 2009 ou, se anterior, até a ocorrência de um evento de terminação ou até a empresa decidir (com o consentimento FSA) terminar essa Subscrição Contingente (o "Período Contingente"), se o rácio Core Tier 1 da empresa descer abaixo de cinco por cento (e se certas outras condições forem satisfeitas), o Tesouro britânico comprometeu-se a subscrever as acções Contingentes B em não menos de duas tranches de £6 mil milhões e £2 mil milhões (ou quantidades menores conforme a empresa e o Tesouro britânico acordarem). Qualquer parte não utilizada dos £8 mil milhões pode ser subscrita em uma ou mais tranches posteriores.

A empresa pode, sob certas condições, a qualquer momento, terminar a Subscrição Contingente, no todo ou em parte, com o consentimento da FSA. A empresa é obrigada a pagar uma taxa anual para o período contingente, relativa às Aquisições e Subscrição Contingente de £320 milhões menos quatro por cento ao ano do valor de quaisquer acções B subscritas no âmbito da Subscrição Contingente. Esta taxa é paga em dinheiro ou com o consentimento do Tesouro britânico, através da renúncia a determinadas isenções fiscais do Reino Unido que são tratadas como impostos diferidos activos ou através de uma nova emissão de acções B do Tesouro britânico. A taxa anual deixa de ser paga pela rescisão da Subscrição Contingente e se a empresa terminar a Subscrição Contingente em parte, a taxa irá reduzir-se-á proporcionalmente.

A empresa prestou certas divulgações e garantias ao Tesouro britânico na data do Acordo de Aquisições e Capital Contingente, na data em que a circular foi enviada aos accionistas, na primeira data em que todas as condições anteriores foram satisfeitas, ou renunciadas, e na data das Aquisições. A empresa acordou prestar essas declarações e garantias em cada uma das datas (se as houver) em que for activada uma Subscrição Contingente e em cada data (se houver) em que acções B são emitidas de acordo com a Subscrição Contingente..

A empresa concordou em reembolsar o Tesouro britânico pelas suas despesas incorridas em relação com as Aquisições e concordou fazê-lo em conexão com as acções Contingentes B, se a Subscrição Contingente for subscrita.

A empresa concordou vários compromissos, inclusive no que diz respeito a: (i) as restrições ao pagamento de dividendos ou outras distribuições e resgate de determinados títulos, (ii) as expectativas relativas à recompra das acções B pela empresa; (iii) a renegociação dos termos da Subscrição Contingente como resultado de futuras alterações legislativas ou regulamentares, (iv) negociação de boa fé para manter o estatuto das acções B e Dividend Access Share como capital Core Tier 1, e (v) restrições em relação à sociedade na conta de prémio de emissão de acções.

O Tesouro britânico concordou em renunciar aos seus direitos legais de preferência decorrentes das acções B e o Dividend Access Share em relação a qualquer problema futuro de valores mobiliários pela companhia, excepto acções B, e concordou em votar as suas acções B e o Dividend Access Share, conforme o caso, em favor de cada uma resolução especial para não aplicar os seus direitos de preferência no âmbito das acções B e /ou o Dividend Access Share então detidas pelo Tesouro britânico cada vez que surgir. Também será retirada a aplicação do direito de preferência decorrentes das acções B e os Dividend Access Share dos Estatutos.

O Tesouro britânico concordou que não deve ter o direito de exercer a sua opção de conversão de acções B em acções ordinárias, na medida em que detém mais de 75 por cento das acções ordinárias da empresa ou na medida em que o exercício de tal opção resultaria em deter mais de 75 por cento das acções ordinárias da empresa.

O Tesouro britânico concordou que não terá direito de voto das acções B ou do Dividend Access Share, na medida em que os votos expressos em tais acções B e Dividend Access Share, juntamente com quaisquer outros votos a que Tesouro britânico tem direito em relação a quaisquer outras acções ordinárias detidas ou em nome do Tesouro britânico, seria superior a 75 por cento do total dos votos elegíveis a serem expressos numa proposta de resolução na assembleia-geral da empresa.

Enquanto for um accionista substancial da empresa (na acepção de Regras de Cotação da UKLA), o Tesouro britânico comprometeu-se em não votar em resoluções relativas de transacção de partes relacionadas nas assembleias-gerais e ordenar que as suas controladas não votem também.

Acordo de Adesão

A empresa aderiu ao APS através de um acordo de adesão (o "Acordo de Adesão"), celebrado com o Tesouro britânico, que entrou em vigor em 22 de Dezembro de 2009. O Acordo de Adesão incorpora os termos e condições do APS estabelecidos no documento intitulado “Termos e condições do Programa de Protecção de Activos do Reino Unido", que está disponível no sítio Web do Tesouro britânico (as "Condições do Programa"). O Acordo de Adesão, que integra as Condições do Programa é contabilizado como um derivado de crédito e personaliza o APS para a empresa (por, entre outras coisas, definir limites específicos aplicáveis a banco e tratar de um número limitado de outras questões específicas do banco).

No âmbito do APS, o Tesouro britânico é responsável por fazer pagamentos à empresa no âmbito de um conjunto pré-definido de activos e exposições ("Activos Cobertos") em relação aos quais ocorra, ou possa ocorrer, o activador de uma falta pagamento especificada, insolvência ou reestruturação. Os pagamentos no âmbito do APS são destinados a proteger a empresa, ao longo do tempo, por 90% do valor pelo qual as perdas acumuladas em todo a carteira de Activos Cobertos (conforme redução por recuperações cumulativas da carteira) excedam o limiar de primeira perda fixado de £60 mil milhões. As perdas acumuladas (conforme redução por recuperações acumuladas) abaixo do limiar de primeira perda, e uma fatia de 10% vertical de eventuais prejuízos acumulados (conforme de recuperação cumulativo) que excedam o limite primeira perda, são por conta da empresa.

A protecção sob o APS está sujeita a várias requisitos ao abrigo das Condições do Programa, providenciados em relação aos Activos Cobertos no balanço consolidado da empresa em 31 de Dezembro de 2008, com um valor total coberto de £ 282 mil milhões. A protecção ao abrigo do APS pode ser perdida ou limitada em certas circunstâncias específicas, incluindo a falha de um Activo Coberto satisfazer certos critérios de elegibilidade estabelecidos das Condições do programa.

Durante a vida do APS, a empresa pagará ao Tesouro britânico uma taxa não reembolsável anual (paga antecipadamente) de £700 Milhões por ano para os três primeiros anos do APS e £500 Milhões por ano até, a primeira das duas, (i) a data de terminação do APS e (ii) 31 de Dezembro de 2099. A taxa anual pode, mediante autorização do Tesouro britânico ser paga, total ou parcialmente, por meio da renúncia a certas isenções fiscais do Reino Unido que são tratadas como activos por impostos diferidos ou financiado através da emissão de acções B adicionais para o Tesouro britânico.

A empresa tem o direito de, em certas circunstâncias, retirar-se do APS permanentemente, de modo total ou parcial, um Activo Coberto. Além disso, a empresa tem o direito contratual de rescindir o APS, direito que pode ser exercido em qualquer momento, desde que a FSA tenha confirmado por escrito o Tesouro britânico que não tem nenhuma objecção à proposta de rescisão. Uma comissão de saída e, potencialmente, um reembolso dos pagamentos líquidos feitos pelo Tesouro britânico no âmbito do APS devem ser pagos pela empresa no momento da rescisão. As Condições do Programa também contêm várias disposições e restrições relativas à gestão e administração dos Activos Cobertos e de certos activos relacionados. A empresa é obrigada a gerir esses activos em conformidade com o objectivo de gestão de activos, que é maximizar o valor líquido presente esperado de tais activos (descontado de uma taxa do Tesouro britânico), incluindo a minimização de perdas e perdas potenciais e maximizando as recuperações e potenciais recuperações. A empresa também tem obrigações de monitorização e comunicação no âmbito das Condições do Programa que visam a transparência em relação aos Activos Cobertos, para permitir que o Tesouro britânico possa gerir e avaliar a sua exposição no âmbito da APS. Além disso, as Condições de Programa e o Acordo de Adesão também contêm os requisitos para o desenvolvimento de uma política de remuneração para o Grupo e os requisitos de remuneração específicos para certos quadros e trabalhadores da empresa.

O Tesouro britânico tem o direito de nomear um ou mais gestores de intervenção para exercer amplos direitos de intervenção em relação a todos ou parte dos Activos Cobertos pela ocorrência de determinados acontecimentos activadores específicos.

Certas Condições do Programa estão sujeitas a alterações a qualquer momento, com efeitos retrospectivos à discrição do Tesouro britânico sem o consentimento da empresa. Os direitos de modificação surgem de forma ampla e sob certas condições quando o funcionamento, interpretação ou aplicação desses conflitos das Condições do Programa com qualquer princípio primordial geral estabelecido nas Condições do Programa.

Há restrições de material sobre a forma e o conteúdo dos anúncios ou declarações públicas (incluindo as exigidas por lei ou as regras de qualquer bolsa de valores) feito pelo grupo em relação ao APS ou ao Tesouro britânico no âmbito do APS, sem o consentimento do Tesouro britânico

Em conexão com a sua participação no APS, a empresa comprometeu-se a uma série de compromissos de comportamento em relação aos empréstimos a empresas no Reino Unido, contas-correntes pessoais no Reino Unido, bem como para desenvolver e implementar um exercício de optimização do capital concebido para aumentar o capital Core Tier 1 d Grupo.

Assinatura de Segundo Subscrição e de Transferência

Em conexão com a emissão de acções B, que teve lugar no dia 22 de Dezembro de 2009, a empresa, Tesouro britânico e Aonach Mor Limited celebraram diversos acordos, em matéria de subscrição e transferência de acções ordinárias e acções preferenciais resgatáveis em Aonach Mor Limited. Nos termos destes acordos:

(i) empresa e Tesouro britânico adquiriu acções ordinárias Aonach Mor Limited e realizou opções de compra e venda em relação às acções ordinárias em Aonach Mor Limited subscritas pelo Tesouro britânico que teriam sido exercíveis se a emissão das acções B não tivesse precedido;

(ii) O Tesouro britânico aplicou verbas pagas sob a emissão de acções B para subscrever a acções preferenciais resgatáveis na Aonach Mor Limited para um valor agregado igual a essas verbas, e

(iii) a empresa atribuiu e emitiu as acções B para o Tesouro britânico em contrapartida pelo Tesouro britânico transferir a sua participação de acções preferenciais resgatável e acções ordinárias na Aonach Mor Limited para a empresa.

Assim, ao invés de receber dinheiro como contrapartida pela emissão das acções B, na conclusão da emissão das acções B a empresa detinha todo o capital accionista ordinário e preferencial resgatável da Aonach Mor Limited, cujo único activo são as suas reservas de dinheiro, que representam um montante equivalente ao proveitos da emissão das acções B. A empresa é capaz de utilizar este montante equivalente ao proveitos líquidos da emissão de acções B ao exercer o seu direito de resgate sobre as acções preferenciais resgatáveis que detém na Aonach Mor Limited.

Renúncia a perda fiscal

Em 26 de Novembro de 2009, a empresa celebrou três acordos (em conjunto incluindo a Renúncia a Perda Fiscal), que prevêem o direito, por opção da empresa, sujeito ao consentimento do Tesouro britânico, de pagar a totalidade ou parte da taxa anual em relação ao APS ou o acordo de Subscrição Contingente, e a taxa de saída a pagar em relação a qualquer rescisão do Grupo no APS (mas não o reembolso dos pagamentos líquidos que recebeu da Tesouro britânico no âmbito da APS), através da renúncia ao direito de tributar a certas isenções fiscais do Reino Unido que são tratadas como activos por impostos diferidos. A Renúncia a Perda Fiscal contém compromissos destinados a impedir o Grupo de participar em acordos que têm uma finalidade principal de reduzir o custo líquido para o Grupo de qualquer renúncia de isenções fiscais nos termos da Renúncia de Perda Fiscal.

Acto de compromisso de ajuda do Estado

Como resultado dos auxílios estatais concedidos à empresa, foi preciso trabalhar com o Tesouro britânico para apresentar um plano de reestruturação de ajuda do Estado à Comissão Europeia, que já foi aprovado ao abrigo das regras das ajudas do Estado. A empresa aceitou uma série de medidas a serem implementadas ao longo de um período de quatro anos, que complementam as medidas no plano estratégico da empresa.

O Grupo celebrou um Acto de Compromisso de Ajuda do Estado com o Tesouro britânico, que prevê que o Grupo irá cumprir ou procurará cumprir essas medidas e compromissos de comportamento. O Grupo concordou em fazer todos os actos e as coisas necessárias para assegurar o cumprimento do Tesouro britânico com suas obrigações ao abrigo de qualquer decisão da Comissão Europeia de aprovação da ajuda estatal ao Grupo.

O Acto de Compromisso de Ajuda do Estado também prevê que se a Comissão Europeia adoptar uma decisão que o governo britânico tem que recuperar os auxílios do Estado (uma "Decisão de Reembolso") e a ordem de recuperação não tiver sido anulada ou suspensa pelo Tribunal de Primeira Instância ou do Tribunal Europeu de Justiça, o Grupo deve reembolsar Tesouro britânico de quaisquer auxílios que devam ser recuperados nos termos da Decisão de Reembolso.

O Acto de Compromisso de Ajuda do Estado também está previsto para as empresas do Grupo em matéria de auxílios estatais, a ser modificado em determinadas circunstâncias limitadas. No entanto, o Tesouro britânico comprometeu-se que, sem o consentimento do Grupo, não irá aprovar alterações às empresas do Grupo no que diz respeito aos auxílios estatais que são significativamente mais onerosas para o Grupo do que as concedidas, a fim de obter a aprovação dos auxílios estatais.

Acto de reembolso dos custos da ajuda do Estado

No âmbito do Acto de reembolso dos custos da ajuda do Estado, o Grupo concordou em reembolsar Tesouro britânico pelas taxas, custas e despesas associadas com a ajuda do Estado e aprovação da ajuda estatal.

Ofertas públicas de troca e ofertas públicas de compra

Nos termos de dois Acordos de Gestão de Intermediação datados de 26 de Março de 2009 celebrado entre (i) RBS Financing Limited, o Royal Bank, UBS Limited e o HSBC Bank plc e (ii) a empresa, RBS Financing Limited, Greenwich Capital Markets Inc., UBS Securities LLC e HSBC Securities (USA) Inc. e memorandos das ofertas relacionados datados da mesma data, a RBS Financing Limited, uma subsidiária integral da empresa, convidou (1) os titulares de certos títulos de capital Tier 1 e upper Capital Tier 2 do Grupo para oferecer a troca de alguns ou todos esses títulos para as novas notas sénior sem garantia da empresa e (2) os titulares de certos títulos de capital Tier 1 e upper Capital Tier 2 do Grupo de concurso que façam ofertas de parte ou todos esses títulos para compra por numerário. Como resultado das ofertas de troca e ofertas públicas de aquisição, o Grupo realizou um ganho total antes de impostos de £4,6 bilhões (incluindo os ganhos das coberturas associadas).

Acordo pela RBS Sempra Commodities para vender as suas linhas de negócios de metais, petróleo e energia europeia

Em 16 de Fevereiro de 2010, a empresa anunciou que a RBS Sempra Commodities, uma *joint venture* da RBS e da Sempra Energy plc, foi acordado vender à J.P. Morgan as suas linhas de negócios de metais, petróleo e energia europeia por uma contrapartida em dinheiro igual ao valor total dos activos tangíveis líquidos acrescido de um prémio de US$468 milhões, US$1,7 mil milhões em 30 de Novembro de 2009 (não auditado), dos quais as distribuições da quota pós-sócia da RBS será aproximadamente de 47 por cento. A conclusão da transacção está sujeita a determinadas condições, incluindo aprovações de reguladores.

Informação aos accionistas

Informação aos accionistas
Índice

372 Calendário financeiro
372 Perguntas dos accionistas
373 Imposto sobre as mais-valias
373 Análise dos titulares de acções ordinárias
374 Mercado de negociação
377 Historial dos dividendos
378 Tributação dos accionistas nos Estados Unidos
382 Controlos cambiais
382 Estatutos
382 Constituição e registo
383 Código de ética
388 Endereços importantes
388 Estabelecimentos principais

Calendário financeiro

Assembleia-geral	28 de Abril de 2010 às 13H00 Edinburgh International Conference Centre, The Exchange, Morrison Street, Edimburgo
Resultados intercalares	Agosto 2010

Dividendos

Datas de pagamento:

Acções preferenciais cumulativas	28 de Maio e 31 de Dezembro de 2010
Acções preferenciais não cumulativas	31 de Março, 30 de Junho 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2010

Datas ex-dividendos:

Acções preferenciais cumulativas	28 de Abril de 2010

Datas de registo:

Acções preferenciais cumulativas	30 de Abril de 2010

Para mais informações sobre pagamento de dividendos, ver página 377.

Perguntas dos accionistas

As participações na empresa podem ser verificadas consultando a secção “Shareholder Services” no nosso sítio Web (www.rbs.com/shareholder). Para ter acesso a esta informação é necessário o número de referência do accionista impresso no certificado das acções ou o comprovativo fiscal.

Também pode verificar a sua participação contactando o nosso Secretariado:

Computershare Investor Services PLC
The Pavilions
Bridgwater Road
Bristol BS99 6ZZ
Telefone: +44 (0) 870 702 0135
Fax: +44 (0) 0870 703 6009
Web: web.investorcentre.co.uk/contactus

Os accionistas também podem descarregar um formulário através da secção “Shareholder Services” no nosso sítio Web (www.rbs.com/shareholder).

Revisão e Resumo das Demonstrações Financeira Anuais em Braille e áudio

Os accionistas que pretendam uma versão em braille ou áudio da Revisão e Resumo das Demonstrações Financeiras Anuais devem contactar o Secretariado pelo +44 (0) 870 702 0135.

ShareGift

A empresa sabe que os accionistas que detêm um pequeno número de acções podem estar a reter essas acções porque devidos aos custos de negociação pode não ser economicamente vantajoso aliená-las. O ShareGift, o plano de doação de acções para obras de beneficência é um serviço grátis operado pela Orr Mackintosh Foundation (instituição registada sob o nº 1052686) a fim de permitir aos accionistas doarem acções para fins de caridade.

Se pretender doar as suas acções a estas instituições, contacte o ShareGift para mais informações:

ShareGift, The Orr Mackintosh Foundation,
17 Carlton House Terrace, London SW1Y 5AH
Tel: 020 7930 3737
www.ShareGift.org

Doar as suas acções desta forma não dá origem a um ganho nem a uma perda para efeitos do imposto britânico sobre as mais-valias. Talvez possa reclamar o imposto sobre o rendimento referente às acções doadas. Para mais informações contacte o HM Revenue & Customs.

Aviso aos accionistas – fraude "boiler room"

Durante o último ano, muitas empresas tomaram consciência de que os seus accionistas tinham recebido chamadas telefónicas ou correspondência não solicitadas relativamente a questões de investimento. Normalmente, vinham do "corretores" sedeados no estrangeiro visando accionistas do Reino Unido, oferecendo-lhes para venda o que depois se verifica serem acções sem valor ou de elevado risco de investimentos nos EUA ou Reino Unido. Estas operações são comummente conhecidas como "boiler rooms". Estes "corretores" podem ser muito persistente e extremamente persuasivos e, num inquérito de 2006, pela Financial Services Authority (FSA), foi reportado que o valor médio perdido pelos investidores foi de cerca £20.000.

Não foi apenas os investidores novatos que foram enganados desta maneira; muitas das vítimas já investem com sucesso há vários anos. Os accionistas são avisados a desconfiarem de qualquer conselho não solicitado para comprar acções com desconto ou ofertas de relatórios gratuitos sobre empresas. Se receber um conselho de investimento não solicitado:

- Assegurar-se de que obtém os nomes correctos da pessoa e organização;
- Verificar se eles estão devidamente autorizados pela FSA antes de se envolver, visitando www.fsa.gov.uk/register;
- Comunicar o assunto à FSA por telefone pelo n.º 0845 606 1234 ou visitando www.moneymadeclear.fsa.gov.uk; e
- Se as chamadas persistirem, desligar.

Se estiver a tratar com uma firma não autorizada, não será elegível para receber pagamento sob o Financial Services Compensation Scheme. A FSA pode ser contactada por preenchimento de um formulário *on-line* em www.moneymadeclear.fsa.gov.uk/contactus

Os pormenores de quaisquer facilidades de negociação de acção que a empresa apoiar serão incluídos os mailings da empresa.

Mais informações detalhadas sobre esta ou actividade similar podem encontrar-se no sítio Web da FSA website ww.moneymadeclear.fsa.gov.uk

Imposto sobre as mais-valias

Para os accionistas que detinham acções ordinárias do RBS em 31 de Março de 1982, o valor de mercado de uma acção ordinária detida era de 103p. Após ajustamento para o seguinte:

- emissão de direitos de 1 de Março de 1985;
- emissão de capitalização de 1 de Setembro de 1989;
- emissão de Acções de Valor Adicional Bonificadas em 12 de Julho de 2000;
- emissão de acções ordinárias bonificadas em 8 de Maio de 2007;
- emissão de direitos de 6 de Junho de 2008;
- emissão de capitalização de 15 de Setembro de 2008; e

o valor base ajustado de 31 de Março de 1982 de uma acção ordinária detida presentemente é 83,3p. Mais ajustes serão necessários para accionistas que exerceram o seu direito básico nos termos das ofertas abertas de 1 de Dezembro de 2008 e/ou 14 de Abril de 2009.

Para os accionistas que detinham acções ordinárias do NatWest em 31 de Março de 1982, o valor de mercado de uma acção ordinária detida era de 91,2p para os accionistas que aceitaram os termos básicos da oferta do RBS. Este valor tem em conta o seguinte:

- emissão de direitos de acções ordinárias do NatWest de Agosto de 1984;
- emissão de direitos de acções ordinárias do NatWest de Junho de 1986;
- emissão de acções ordinárias bonificadas do NatWest de Junho 1989;
- emissão de Acções de Valor Adicional Bonificadas em 12 de Julho de 2000;
- emissão de acções ordinárias bonificadas em 8 de Maio de 2007;
- emissão de direitos de 6 de Junho de 2008; e
- emissão de capitalização de 15 de Setembro de 2008;

Mais ajustes para o valor ajustado de 31 de Março de 1982 será necessário para os accionistas que exerceram o seu direito básico nos termos das ofertas abertas de 1 de Dezembro de 2008 e/ou 14 de Abril de 2009.

A informação apresentada acima constitui apenas um guia de carácter geral, baseado apenas na legislação actual do Reino Unido e nas práticas do HM Revenue & Customs nesta data. A presente informação refere-se apenas à situação dos accionistas particulares residentes no Reino Unido para efeitos fiscais, que são os proprietários reais das suas acções e que as detêm como investimento. Não se refere à situação dos accionistas que não são accionistas particulares, dos que residem fora do Reino Unido para efeitos fiscais ou de certos tipos de accionistas, como os correctores de títulos.

Análises dos titulares de acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2008

	Participações	Número de acções – milhões	%
Particulares	216,834	1.205,3	2,1
Bancos e empresas titulares nominais	19.579	54.118,0	96,0
Fundos de investimento	169	37,1	0,1
Companhias de seguros	223	3,7	0,1
Outras empresas	1.654	694,6	1,2
Fundos de pensões	39	2,7	—
Outras pessoas colectivas	99	304,3	0,5
	238.597	56.365,7	100,0

Série de participações			
1 – 1.000	75.577	32,9	0,1
1.001 – 10.000	131.549	486,5	0,8
10.001 – 100.000	29.634	673,7	1,2
100.001 – 1.000.000	1.161	320,0	0,6
1.000.001 – 10.000.000	473	1.601,3	2,8
A partir de 10.000.001 e acima	203	53.251,3	94,5
	238.597	56.365,7	100,0

Mercado de negociação

Acções preferenciais não cumulativas em dólares

Em 26 de Março de 1997, 8 de Fevereiro de 1999, 30 de Setembro de 2004, 26 de Agosto de 2004, 19 de Maio de 2005, 9 de Novembro de 2005, 25 de Maio de 2006, 27 de Dezembro de 2006, 28 de Junho de 2007, 27 de Setembro de 2007 e 4 de Outubro de 2007 a empresa emitiu as seguintes Acções Depositárias Americanas (ADS) que representam acções preferenciais não cumulativas em dólares da empresa, nos Estados Unidos, que em 31 de Dezembro de 2009 estavam em circulação:

8.000.000 Série F ("ADS da Série F") que representam 8.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série F;

12.000.000 Série H ("ADS da Série H") que representam 12.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série H;

34.000.000 Série L ("ADS da Série L") que representam 34.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série L;

37.000.000 Série M ("ADS da Série M") que representam 37.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série M;

40.000.000 Série N ("ADS da Série N") que representam 40.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série N;

22.000.000 Série P ("ADS da Série P") que representam 22.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série P;

27.000.000 Série Q ("ADS da Série Q") que representam 27.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série Q;

26.000.000 Série R ("ADS da Série R") que representam 26.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série R;

38,000,000 Série S ("ADS da Série S") que representam 38.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série S;

64.000.000 Série T ("ADS da Série T") que representam 64.000.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série T; e

15.000 Série U ("ADS da Série U") que representam 15.000 acções preferenciais não cumulativas em dólares, Série U.

Cada uma das respectivas ADS acima indicadas representa o direito a receber uma acção preferencial correspondente, é comprovada por um Recibo de Depósito Americano (ADR) e está cotada na Bolsa de Valores de Nova Iorque, uma subsidiária da Euronext NYSE ("NYSE").

Os ADR que comprovam as ADS acima foram emitidos de acordo com os Contratos de Depósito entre a empresa, The Bank of New York, como depositário, e todos os titulares ocasionais de ADR emitidos ao abrigo dos mesmos. Actualmente não existe mercado de negociação fora dos Estados Unidos para qualquer uma das acções preferenciais não cumulativas em dólares. Todas as acções preferenciais não cumulativas em dólares são detidas pelo depositário, como depositário, sob a forma de acções ao portador.

Em 31 de Dezembro de 2009 existiam 99 accionistas registados de ADS da Série F, 66 accionistas registados de ADS da Série H, 29 accionistas registados de ADS da Série L, 7 accionistas registados de ADS da Série M, 39 accionistas registados de ADS da Série N, 42 accionistas registados de ADS da Série P, 14 accionistas registados de ADS da Série Q, 2 accionistas registados de ADS da Série R, 5 accionistas registado de ADS da Série S, 24 accionistas registados de ADS da Série T e 1 accionista registado de ADS da Série U.

PRO

Em 20 de Agosto de 2001, a empresa emitiu US$1,2 mil milhões em títulos perpétuos tier 1 (PRO) ligados a uma oferta pública nos Estados Unidos. Os PRO estão cotados na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

ADS que representam acções ordinárias

Em Outubro de 2007, as ADS cotadas da empresa, cada uma representavam uma acção ordinária com o valor nominal de 25p (ou o direito de receber uma acção ordinária) comprovados por um ADR ou títulos não certificados, na NYSE. Com efeito a partir de 7 de Novembro de 2008, o rácio de uma ADS que

representava uma acção ordinária alterou-se para um ADS representar 20 acções ordinárias. Em 31 de Dezembro de 2009, estavam em circulação 14,2 milhões de ADS. As ADS foram emitidas no âmbito da oferta da empresa sobre as acções do capital social em circulação do ABN AMRO Holding N.V.

As ADS descritas no parágrafo acima foram emitidas de acordo com um Contrato de Depósito entre a empresa, o Bank of New York Mellon, como depositário, e todos os proprietários e titulares ocasionais de ADS emitidas ao abrigo do mesmo. As acções ordinárias da empresa estão cotadas e são negociadas na bolsa de valores de Londres. Todas as acções ordinárias estão depositadas no estabelecimento principal, em Londres, do Bank of New York Mellon, como entidade de custódia, para o depositário.

A tabela seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda alto e baixo de cada uma das ADS em circulação que representa acções preferenciais não cumulativas em dólares e PRO, conforme reportado na NYSE ou NASDAQ:

Números em US$		Série F ADS	Série H ADS	Série L ADS	Série M ADS	Série N ADS	Série P ADS	Série Q ADS	Série R ADS	Série S ADS	Série T ADS	Série U ADS	PRO (1)
Por mês													
Janeiro 2010	Alto	18,34	17,26	14,60	13,45	13,40	13,22	13,60	13,03	13,45	14,62	66,00	77,67
	Baixo	16,57	15,10	13,67	11,50	11,40	11,15	11,81	11,02	11,73	12,90	54,00	67,13
Dezembro 2009	Alto	16,04	15,19	13,40	11,36	11,29	11,06	11,29	11,06	11,25	12,08	54,00	69,25
	Baixo	15,34	14,16	12,70	10,25	10,10	10,10	10,53	9,87	10,22	10,96	47,00	62,00
Novembro 2009	Alto	17,06	15,90	13,65	11,25	11,05	11,16	11,69	11,05	11,12	11,83	48,50	62,25
	Baixo	13,26	12,80	10,13	8,41	8,38	8,20	8,41	8,33	8,36	9,21	43,00	60,12
Outubro 2009	Alto	14,82	14,09	11,77	11,00	11,00	11,00	11,41	11,00	11,15	12,47	51,95	60,38
	Baixo	12,40	11,59	9,51	9,40	9,50	9,28	9,91	9,17	9,75	10,73	45,00	55,62
Setembro 2009	Alto	15,20	14,24	11,86	11,94	12,01	11,60	12,42	11,65	12,18	14,02	57,50	55,63
	Baixo	12,50	10,84	9,00	9,41	9,30	9,10	9,69	8,94	9,50	10,66	42,25	52,25
Agosto 2009	Alto	18,30	16,46	13,14	14,07	14,11	13,91	15,15	13,63	14,45	16,48	54,00	52,25
	Baixo	12,50	10,79	9,08	9,26	9,14	9,19	9,80	9,04	9,57	10,75	43,00	50,25
Por trimestre													
2009: Quatro trimestre	Alto	17,06	15,90	13,65	11,36	11,29	11,16	11,69	11,06	11,25	12,47	54,00	69,25
	Baixo	12,40	11,59	9,51	8,41	8,38	8,20	8,41	8,33	8,36	9,21	43,00	55,62
2009: Terceiro trimestre	Alto	18,30	16,46	13,14	14,07	14,11	13,91	15,15	13,63	14,45	16,48	57,50	55,63
	Baixo	12,50	10,79	9,00	9,26	9,14	9,10	9,69	8,94	9,50	10,66	39,00	50,25
2009: Segundo trimestre	Alto	15,73	14,10	11,36	12,80	12,54	12,36	13,20	11,98	13,11	14,24	43,25	50,50
	Baixo	6,99	6,13	4,90	5,62	5,40	5,25	5,76	5,25	5,74	6,00	21,25	28,00
2009: Primeiro trimestre	Alto	14,19	12,99	10,89	12,25	11,75	11,50	12,18	11,30	11,84	13,51	43,96	56,03
	Baixo	3,00	2,77	2,21	2,63	2,55	2,43	2,64	2,37	2,58	2,78	8,98	20,00
2008: Quatro trimestre	Alto	14,10	13,40	10,94	11,36	11,70	11,10	12,20	11,16	11,98	13,09	74,78	84,10
	Baixo	5,10	5,00	4,37	4,51	4,20	4,50	4,34	4,16	4,36	5,43	39,84	53,60
2008: Terceiro trimestre	Alto	24,00	22,11	17,31	19,36	19,29	18,76	20,49	18,32	20,06	22,42	92,03	96,30
	Baixo	8,39	7,00	4,74	8,49	5,98	5,24	5,80	5,40	6,25	8,00	74,34	83,82
2008: Segundo trimestre	Alto	25,74	24,95	20,22	22,64	22,73	22,01	23,74	21,57	22,99	24,73	96,63	93,76
	Baixo	21,50	20,15	16,12	17,90	18,10	17,34	18,78	17,08	18,62	20,40	85,25	89,23
2008: Primeiro trimestre	Alto	25,59	25,30	22,27	24,12	24,01	23,85	24,95	23,52	24,66	25,66	105,61	107,55
	Baixo	24,50	24,00	18,05	20,60	19,78	20,05	21,80	19,79	20,77	23,95	86,13	93,76
Por mês													
2009	Alto	18,30	16,46	13,65	14,07	14,11	13,91	15,15	13,63	14,45	16,48	57,50	69,25
	Baixo	3,00	2,77	2,21	2,63	2,55	2,43	2,64	2,37	2,58	2,78	8,98	20,00
2008	Alto	25,74	25,30	22,27	24,12	24,01	23,85	24,95	23,52	24,66	25,66	105,61	107,55
	Baixo	5,10	5,00	4,37	4,51	4,20	4,50	4,34	4,16	4,36	5,43	39,84	53,60
2007	Alto	26,50	25,85	24,75	25,99	25,75	25,83	26,91	25,50	25,20	25,48	107,98	122,07
	Baixo	23,60	22,70	17,90	19,68	19,50	19,25	20,71	18,96	20,26	22,61	98,34	100,49
2006	Alto	27,25	25,95	24,62	26,08	25,96	26,07	26,76	-	-	-	-	122,23
	Baixo	25,29	25,01	21,15	23,58	23,32	22,76	24,67	-	-	-	-	106,06
2005	Alto	28,00	26,19	24,99	26,75	26,23	25,50	-	-	-	-	-	129,57
	Baixo	26,02	25,20	22,67	24,77	24,70	24,60	-	-	-	-	-	116,70

Notas:

(1) Preço cotado como % de US$1,000 nominal

Acções ordinárias

O quadro seguinte apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda altos e baixos das acções ordinárias da empresa na Bolsa de Valores de Londres, com base na Lista Diária Oficial da Autoridade de Cotações do Reino Unido e reformulada pelo efeito da emissão de direitos em Junho 2008 e a emissão de capitalização em Setembro 2008.

Por mês		£	Por trimestre		£	Por ano		£
Janeiro 2010	Alto	0,3834	2009: Quarto	Alto	0,5055	2009	Alto	0,5765
	Baixo	0,3210	trimestre	Baixo	0,2841		Baixo	0,1030
Dezembro 2009	Alto	0,3512	2009: Terceiro	Alto	0,5765	2008	Alto	3,7054
	Baixo	0,2841	trimestre	Baixo	0,3546		Baixo	0,4140
Novembro 2009	Alto	0,3940	2009: Segundo	Alto	0,4800	2007	Alto	6,0208
	Baixo	0,3299	trimestre	Baixo	0,2510		Baixo	3.3265
Outubro 2009	Alto	0,5055	2009: Primeiro	Alto	0,5500	2006	Alto	5,5770
	Baixo	0,3960	trimestre	Baixo	0,1030		Baixo	4,6559
Setembro 2009	Alto	0,5690	2008: Quarto	Alto	1,8620	2005	Alto	5,1081
	Baixo	0,5160	trimestre	Baixo	0,4140		Baixo	4,2456
Agosto 2009	Alto	0,5765	2008: Terceiro	Alto	2,4293			
	Baixo	0,4283	trimestre	Baixo	1,6098			
			2008: Segundo	Alto	3,2156			
			trimestre	Baixo	2,0707			
			2008: Primeiro	Alto	3,7054			
			trimestre	Baixo	2,5540			

Em 23 de Fevereiro de 2010, o preço de fecho das acções ordinárias na Bolsa de Valores de Londres foi de £0,36, equivalente a $0,56 por acção, convertido à Noon Buying Rate de $1,5432 por £1,00 em 23 de Fevereiro de 2010.

ADS

O quadro seguinte mostra, para os períodos indicados, os preços de venda altos e baixos para as ADS ordinárias da empresa, conforme reportado na fita de teleinformação da NYSE e reexpresa para o efeito da emissão de direitos em Junho de 2008 e a emissão de capitalização em Setembro de 2008.

Por mês		US$	Por trimestre		US$	Por ano		US$
Janeiro 2010	Alto	12,74	2009: Quarto trimestre	Alto	16,00	2009	Alto	18,95
	Baixo	10,21		Baixo	9,17		Baixo	3,33
Dezembro 2009	Alto	11,49	2009: Terceiro trimestre	Alto	18,95	2008	Alto	149,05
	Baixo	9,17		Baixo	11,45		Baixo	12,20
Novembro 2009	Alto	13,52	2009: Segundo trimestre	Alto	14,85	2007	Alto	189,25
	Baixo	11,12		Baixo	7,35		Baixo	141,18
Outubro 2009	Alto	16,00	2009: Primeiro trimestre	Alto	16,70			
	Baixo	12,96		Baixo	3,33			
Setembro 2009	Alto	18,95	2008: Quarto trimestre	Alto	66,00			
	Baixo	16,59		Baixo	12,20			
Agosto 2009	Alto	18,74	2008: Terceiro trimestre	Alto	93,85			
	Baixo	14,18		Baixo	55,00			
			2008: Segundo trimestre	Alto	129,96			
				Baixo	83,71			
			2008: Primeiro trimestre	Alto	149,05			
				Baixo	105,18			

Com efeitos a partir de 7 de Novembro de 2008, o rácio de uma ADS representando uma acção ordinária foi alterado para uma ADS representando 20 acções ordinárias. Os preços no quadro foram ajustados em conformidade.

Em 24 de Fevereiro de 2010, o preço de fecho das ADS ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque foi $11,00.

Historial dos dividendos

Dividendos de acções preferenciais e outros dividendos não relacionados com o capital próprio

	2009				2008		2007		2006		2005	
	Passivos subordinados		Capital próprio		Passivos subordinados	Capital próprio	Passivos subordinados	Capital próprio	Passivos subordinados	Capital próprio	Passivos subordinados	Capital próprio
Montante por acção	$	£	$	£	£	£	£	£	£	£	£	£
Acções preferenciais não cumulativas de US$0.01												
– Série D (resgatada Março 2006)	-	-			-		-		0,21		1,13	
– Série E (resgatada Janeiro 2007)	-	-			-		0,04		1,10		1,12	
– Série F	1,91	1,22			1,04		0,96		1,03		1,06	
– Série G (resgatada Janeiro 2007)	-	-			-		0,04		1,00		1,02	
– Série H	1,81	1,15			0,99		0,91		0,98		1,00	
– Série I (resgatada Março 2006)	-	-			-		-		0,20		1,10	
– Série J (resgatada Novembro 2005)	-	-			-		-		-		1,06	
– Série K (resgatada Janeiro 2007)	-	-			-		0,04		1,06		1,09	
– Série L	1,44	0,92			0,78		0,72		0,78		0,79	
– Série M			1,60	1,02		0,89		0,80		0,87		0,88
– Série N			1,59	1,01		0,88		0,79		0,86		0,55
– Série P			1,56	0,99		0,87		0,78		0,85		0,13
– Série Q			1,69	1,07		0,94		0,84		0,53		-
– Série R			1,53	0,97		0,85		0,77		-		-
– Série S			1,65	1,05		0,92		0,41		-		-
– Série T			1,81	1,15		1,01		0,23		-		-
– Série U			7.640	5.019		3.935		-		-		-
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de US$0.01												
– Série 1	91,18	60,33			49,66		45,58		50,26		50,33	
– Série 2 (resgatada Março 2005)	-	-			-		-		-		11,60	
– Série 3 (resgatada Dezembro 2005)	-	-			-		-		-		43,03	
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de €0.01												
– Série 1 (resgatada Março 2005)	-	-			-		-		-		11,54	
Acções preferenciais não cumulativas de €0,01												
– Série 1			79,96	49,46		46,53		39,63		37,18		41,14
– Série 2			74,36	46,00		41,79		35,52		36,22		-
– Série 3			5.052	3.125		2.782		-		-		-
Acções preferenciais convertíveis não cumulativas de £0.01												
– Série 1	119,43	73,87			73,87		73,87		73,87		73,87	
Acções preferenciais não cumulativas de £1												
– Série 1			131,96	81,62		80,73		-		-		-
– Série 2 (resgatada Abril 2009)			88,45	54,71		-		-		-		-

O Grupo assumiu que, salvo se acordado de modo diferente com a Comissão Europeia, nem a empresa nem nenhuma das suas subsidiárias directas ou indirectas (excluindo as empresas do grupo ABN AMRO) pagará aos investidores externos quaisquer dividendos ou cupões em instrumentos de capitais híbridos existentes (incluindo acções preferenciais, acções B e instrumentos de upper e lower tier 2) a partir de uma data a começar não após 30 de Abril de 2010 e por um período de dois anos subsequentes ("o período de diferimento"), ou exercer quaisquer direitos de compra em relação a esses instrumentos de capital entre 24 de Novembro de 2009 e no final do período de diferimento, a menos que haja uma obrigação legal de o fazer. Os instrumentos de capital emitidos após 24 de Novembro de 2009, não

estarão, em geral, sujeitos à restrição de pagamentos de dividendos ou cupões ou das opções de compra.

Para mais informações, ver Nota 7 das contas.

Dividendos ordinários

Os dividendos ordinários por acção dos anos anteriores indicados no quadro abaixo foram reexpressos para ter em conta o efeito da emissão de direitos de subscrição em Junho 2008 e emissão de capitalização de Setembro 2008.

Valor por acção e Acções Depositárias Americanas (1)	2009 pence	2008 pence	2007 pence	2006 pence	2005 Pence
Intercalar (2)	-	-	8,5	6,8	5,4
Final (3)	-	-	19,3	18,5	14,8
Total de dividendos de acções de participação	-	-	27,8	25,3	20,2

Notas:

(1) Cada Acção Depositária Americana representa 20 acções ordinárias. Os valores históricos indicados na tabela aplicam-se às acções ordinárias, já que as Acções Depositárias Americanas só foram emitidas em Outubro 2007 como descrito acima em Mercado de Negociação.

(2) Em 2008, a empresa emitiu novas acções ordinárias por meio de uma emissão de capitalização, em vez de pagar um dividendo intercalar.

(3) Dividendos finais para cada ano foram propostos no ano indicado e pagos no ano seguinte.

Para mais informações, ver Nota 8 das contas.

Tributação dos titulares dos EUA

Segue-se um resumo de certas consequências fiscais nos EUA e no Reino Unido da aquisição, propriedade e alienação de acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS que representam acções ordinárias (ADS ordinários), ADS que representam acções preferenciais não cumulativas em dólares (ADS preferenciais) ou PRO para um proprietário real que seja cidadão dos Estados Unidos ou residente nos Estados Unidos ou que de outro modo esta sujeito ao imposto sobre o rendimento nos EUA, numa base de rendimento liquido relativamente às acções ordinárias, às acções preferenciais não cumulativas em dólares, às ADS ordinárias, às ADSs preferenciais ou PRO (um "titular dos EUA"). Este resumo parte do princípio de que um titular dos EUA detém acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS ordinárias, ADS preferenciais ou PRO, conforme aplicável, como activo em capital. Não se refere às consequências fiscais para um titular dos EUA (i) que resida (ou, no caso de um residente particular proprietário de títulos ordinários) no Reino Unido para efeitos fiscais no Reino Unido ou (ii) que exerça uma ofício, profissão ou vocação através de uma sucursal, agência ou estabelecimento permanente no Reino Unido em conexão com as suas acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS ordinárias, ADS ou PRO preferenciais são detidas, utilizadas ou adquiridas, ou (iii) que seja, de um modo geral, uma empresa que, isoladamente ou em conjunto com uma ou mais empresas associadas, controle, directa ou indirectamente, 10% ou mais das acções com direito a voto da empresa, nem este resume se destina a tratar das consequências fiscais para os titulares dos EUA sujeitos a regras especiais, tal como certas instituições financeiras, corretores, negociadores em valores mobiliários que usam o método *mark-to-market* de contabilização fiscal pessoas que detêm acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS ordinárias, ADS ou PRO preferenciais como parte de transacção de cobertura, *straddle*, transacção fictícia, transacção de conversão, ou transacção integrada ou pessoas que celebram uma venda construtiva em relação a esses valores mobiliários, pessoas cuja moeda funcional para os fins fiscais federais nos EUA não é o dólar norte-americano, entidades consideradas como parcerias para fins do imposto sobre o rendimento federal dos EUA, entidades ou pessoas isentas que detêm ou se consideram como detendo 10% ou mais dos direitos de voto da empresa.

As declarações e práticas abaixo enunciadas relativamente à legislação fiscal dos EUA e do Reino Unido, incluindo a convenção sobre dupla tributação EUA/Reino Unido relacionada com o rendimento e as mais-valias, que entrou em vigor em 31 de Março de 2003 (o Tratado) e a convenção sobre dupla tributação EUA/Reino Unido relacionada com o imposto sucessório e o imposto sobre doações (Tratado sobre o Imposto Sucessório), baseiam-se nas leis e práticas em vigor e aplicadas na data do presente Relatório. Este resumo não abrange de forma exaustiva todas as situações fiscais, pelo que os titulares são aconselhados a informarem-se eles próprios sobres as consequências fiscais, incluindo especificamente as consequências ao abrigo da legislação federal estatal, local e outras leis e possíveis alterações das leis fiscais, nos EUA, da aquisição, propriedade e alienação de acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS ordinários, ADS preferenciais ou PRO, junto dos seus consultores fiscais.

O texto seguinte parte do principio de que a empresa não é nem virá a ser uma empresa estrangeira de investimento passivo (PFIC) – ver "Consideração Sobre as Empresas Estrangeira de Investimentos Passivos" na página 382.

Acções ordinárias, acções, preferenciais, ADSs ordinários e ADSs preferenciais
Tributação dos dividendos

Para efeitos do Tratado, do Tratado sobre o Imposto Sucessório e do Internal Revenue Code dos EUA de 1986, revisto (o Código), os Titulares norte-americanos de ADS ordinários e ADS preferenciais devem ser tratados como proprietários de acções ordinárias e de acções preferenciais não cumulativas em dólares que estão subjacentes a essas ADS.

O Departamento do Tesouro do EUA expressou a preocupação de que as partes a quem os ADS são pré-atribuídos ou os intermediários na cadeia de propriedade entre titulares dos EUA e o emitente do título subjacente às ADS podem tomar medidas que sejam inconsistentes com as reivindicações de créditos fiscais estrangeiros para Titulares dos EUA de ADS. Essas medidas também seriam inconsistentes com a reivindicação da redução da taxa de imposto aplicável aos dividendos recebidos por certos titulares não empresariais norte-americanos. Assim, a disponibilidade da redução da taxa de imposto para os dividendos recebidos por certos titulares não empresariais norte americanos de ADS ordinários pode ser afectada por medidas tomadas por essas partes ou intermediários.

A empresa não é obrigada a reter na fonte o imposto britânico sobre os pagamentos de dividendos que efectua ou de qualquer montante (incluindo montantes relacionados com dividendos acumulados) distribuídos pela empresa. Os titulares norte-americanos que não sejam residentes ou que não sejam habitualmente residentes no RU e não exerçam uma actividade, profissão ou vocação no Reino Unido através de uma sucursal, agência ou estabelecimento permanente em relação com o qual as suas acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS ordinários ou ADS preferenciais são detidas, utilizadas ou adquiridas não estão sujeitos ao imposto britânico sobre quaisquer dividendos recebidos das respectivas acções ou ADS.

As distribuições efectuadas pela empresa constituirão rendimento de dividendos de fonte estrangeira para efeitos de tributação do rendimento nos EUA na medida da distribuição dos ganhos correntes ou cumulados e dos lucros da empresa, conforme determinado para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Como a empresa não mantém cálculos dos seus ganhos e lucros segundo os princípios do imposto federal sobre o rendimento nos EUA, é de esperar que as suas distribuições sejam consideradas pelos Titulares norte americanos como dividendos. Os pagamentos não serão elegíveis para a dedução aplicável aos dividendos recebidos que é permitida aos titulares empresariais norte-americanos.

Sujeito as limitações aplicáveis que podem variar dependendo das circunstâncias individuais do titular, os dividendos pagos a certos titulares não empresariais norte-americanos em anos tributáveis com início antes de 1 de Janeiro de 2011 serão tributados a uma taxa de imposto máxima de 15%. Os Titulares não empresariais norte-americanos devem informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais se estão sujeitos a quaisquer regras especiais que limitem a sua capacidade para serem tributados a essa taxa favorável.

Os dividendos recebidos pelos titulares norte-americanos serão incluídos no seu rendimento na data em que esses titulares (ou no caso das ADS, o Depositário) os receba. O montante do rendimento do dividendo pago em libras esterlinas ou em euros será um montante em dólares dos EUA calculado por referência à respectiva taxa de câmbio em vigor na data do recibo independentemente de o pagamento ser de facto convertido em dólares dos EUA. Se o dividendo for convertido em dólares na data em que for recebido, o titular norte-americano não deve, de um modo geral, ser obrigado a reconhecer mais ou menos-valias relativamente ao rendimento do dividendo. Se o montante desse dividendo não for convertido em dólares na data em que for recebido, o titular norte-americano pode ter mais ou menos-valias cambiais.

Tributação das mais valias

Um titular norte-americano que não seja residente (ou no caso de um individuo normalmente residente) no Reino Unido não será normalmente obrigado a pagar o imposto, no Reino Unido, sobre mais-valias realizadas com a alienação de uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial a menos que, na altura da alienação, no caso de um titular empresarial norte americano, esse titular exerça uma actividade no Reino Unido através de um estabelecimento permanente ou, no caso de qualquer outro titular norte-americano, este exerça uma actividade, profissão ou vocação no Reino Unido através de uma sucursal ou agência no Reino Unido e essa acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial é ou foi utilizada, detida ou adquirida por ou para efeitos dessa actividade (profissão ou vocação), estabelecimento permanente, sucursal ou agência. Aos indivíduos que são temporariamente não residentes ou normalmente residentes no Reino Unido aplicam-se regras especiais.

Um titular norte-americano, ao vender ou alienar de outro modo uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial, ou ao resgatar uma acção preferencial não cumulativa em dólares ou ADS preferenciais, geralmente reconhece mais ou menos-valias para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA (pressupondo que no caso de um resgate de uma acção preferencial não cumulativa em dólares ou uma ADS preferencial, esse titular norte-americano não possui nem se considera que possui quaisquer acções ordinárias ou ADS ordinárias da empresa) num montante igual à diferença entre o montante realizado (excluindo no caso de um resgate de qualquer montante tratado como dividendo para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA, que será tributado em conformidade) e a base fiscal do titular norte-americano nessa acção ou ADS. Esta mais ou menos-valia será uma mais ou menos-valia de capital a longo prazo se o titular norte-americano detinha a acção ou ADS assim vendida, alienada ou resgatada há mais de um ano.

Um titular norte-americano que seja obrigado a pagar imposto sobre mais-valias reconhecidas no Reino Unido e nos EUA sobre a alienação de uma acção ordinária, uma acção preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial terá geralmente direito, dentro de certos limites, de creditar o imposto no Reino Unido por contrapartida do imposto federal sobre o rendimento dessa mais-valia aplicável nos EUA

Imposto sucessório e imposto sobre as doações

Sujeito à discussão do Tratado sobre o Imposto Sucessório no parágrafo seguinte, as acções ordinárias, as acções preferenciais não cumulativas em dólares, as ADS ordinárias ou as ADS preferenciais que um indivíduo detenha como proprietário real podem estar sujeitas ao imposto sucessório no Reino Unido (com isenções e reduções) por morte do individuo ou em certas circunstancias se essas acções ou ADS forem doadas (incluindo uma transferência a um preço inferior ao valor de mercado) por esse individuo. (O imposto sucessório não se aplica geralmente às doações a indivíduos feitas mais de 7 anos antes da morte do doador). As acções ordinárias, as acções preferenciais não cumulativas em dólares, as ADS ordinárias ou as ADS preferenciais detidas pelos administradores de uma liquidação também estão sujeitos ao imposto sucessório no Reino Unido. A essas liquidações aplicam-se regras especiais.

Uma acção ordinária, uma acção não preferencial não cumulativa em dólares, uma ADS ordinária ou uma ADS preferencial detida por um proprietário real cujo domicilio esta determinado como os Estados Unidos para efeitos do Tratado Sobre o Imposto Sucessório e que não é um cidadão do Reino Unido, não está sujeito ao imposto sucessório no Reino Unido por morte do individuo ou por transferência em vida dessa acção ou ADS, excepto em certos casos em que a acção ou ADS (i) está incluída numa liquidação (a menos que no momento da liquidação, o individuo que efectua a liquidação esteja domiciliado nos Estados Unidos e não seja um cidadão do Reino Unido); (ii) faz parte do património comercial de um estabelecimento permanente de uma empresa no Reino Unido; ou (iii) faz parte da base fixa de um indivíduo no Reino Unido utilizada para a prestação de serviços pessoais independentes. O Tratado sobre o Imposto Sucessório geralmente proporciona um crédito fiscal no fisco dos Estados Unidos, pelo valor de qualquer imposto pago no Reino Unido no caso de acção ordinária, acção preferencial não cumulativa em dólares, ADS ordinária ou ADS preferencial estar sujeita tanto ao imposto sucessório no Reino Unido como ao imposto federal sucessório e ao imposto sobre as doações.

Imposto de selo e Imposto de selo sobre acordos de transmissão de títulos transaccionáveis (SDRT) do Reino Unido

Segue-se um resumo das consequências, em termos de imposto de selo e SDRT no RU, da transferência de uma ADS ou um ADR sob a forma registada (que não para um depositário ao cancelar uma ADS) ou da transferência de uma acção ordinária ou de uma acção preferencial não cumulativa. A transferência de uma ADS ou um ADR registada, executada e detida nos Estados Unidos não está sujeita ao imposto de selo e um acordo de transferência de um ADR ou de uma ADS registada não está sujeita ao SDRT.
O imposto de selo ou SDRT será normalmente pago sobre ou relativamente a transferências de acções ordinárias ou acções preferenciais não cumulativas em dólares, por isso, qualquer titular que adquira ou tencione adquirir acções ordinárias ou acções preferenciais não cumulativas em dólares é aconselhado a informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais em relação ao imposto de selo e ao SDRT.

PROS

Estados Unidos

Os pagamentos de juros sobre um PRO (incluindo qualquer imposto de retenção no Reino Unido, explicitado abaixo) constituem rendimento sobre o dividendo de origem estrangeira para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA em função do dividendo recebido com base nos ganhos correntes ou acumulados e nos lucros da empresa, conforme determinado para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Por que a empresa não mantém cálculos dos seus ganhos e lucros sob os princípios do imposto federal sobre os rendimentos dos EUA, espera-se que as distribuições serão reportadas para os titulares norte-americanos como dividendos. Os pagamentos não serão elegíveis para

a dedução sobre os dividendos recebidos que é permitida aos titulares empresariais norte-americanos. Um titular norte-americano que tenha direito, ao abrigo do Tratado, ao reembolso do imposto no Reino Unido, se existir, retido sobre um pagamento não terá direito a exigir o crédito fiscal no estrangeiro relativamente a esse imposto.

Sujeito às limitações aplicáveis, que podem variar dependendo das circunstâncias individuais do titular, os dividendos pagos a certos titulares não empresariais norte-americanos em anos tributáveis com início antes de 1 de Janeiro de 2011, será tributado a uma taxa máxima de 15%. Os titulares não empresariais norte-americanos devem informar-se junto dos seus próprios consultores fiscais se estão sujeitos a regras especiais que limitem a sua capacidade para serem tributados a esta taxa favorável. Um titular norte-americano, ao vender, permutar ou resgatar um PRO, reconhece geralmente mais ou menos-valias para efeitos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA (supondo que no caso de um resgate, esse titular norte-americano não possui nem se considera que possui acções ordinárias ou ADS ordinárias da empresa) num montante igual à diferença entre o montante realizado (excluindo qualquer montante relativo a um juro obrigatório e pagamentos omitidos que devem ser efectuados numa data de pagamento não cumprida e que seriam tratados como rendimento ordinário) e a matéria colectável do titular norte-americano no PRO.

Um titular norte-americano que esteja sujeito ao imposto, tanto no RU como nos EUA, sobre as mais valias reconhecidas com a alienação de PROs terá geralmente direito, mediante certas limitações, a creditar no imposto britânico o seu imposto sobre o rendimento federal nos EUA relativamente a essa mais valia.

Reino Unido

Tributação dos pagamentos relativos aos PROS

Os pagamentos relativos aos PRO constituirão juro e não dividendos para efeitos do imposto de retenção não britânico Contudo, os PRO constituem 'eurobonds cotados' na acepção da secção 987 da Lei do Imposto sobre o Rendimento de 2007 e, por conseguinte, os pagamentos de juros não estão sujeitos a retenção ou dedução para ou por conta da tributação no Reino Unido desde que os PRO permaneçam sempre cotados numa 'bolsa de valores reconhecida' nos termos da secção 1005 da Lei do Imposto sobre o Rendimento de 2007. Em todos os outros casos, será retido um montante por conta do imposto sobre o rendimento no Reino Unido à taxa de poupança (actualmente 20%) salvo orientações em contrário do HM Revenue & Customs ao abrigo do Tratado e exceptuando o facto de que a obrigação de retenção não se aplica relativamente aos pagamentos a pessoas que a empresa razoavelmente acredite estarem abrangidas pelo IRC ou inseridas em várias categorias que beneficiam do estatuto de imposto especial (incluindo instituições de beneficência e fundos de pensões), ou se trate de sociedades constituídas por essas pessoas (salvo se o HM Revenue & Customs der instruções em contrário). Se o juro tiver sido pago com retenção do imposto no Reino Unido, os titulares norte-americanos podem ter direito a receber o imposto deduzido ao abrigo do Tratado.

Qualquer agente pagador ou outra pessoa ou através da qual o juro é pago ou por quem o juro é recebido em nome de um indivíduo, pode ser obrigada a dar informações em relação ao pagamento e ao indivíduo em causa ao HM Revenue & Customs. O HM Revenue & Customs pode comunicar esta informação às autoridades fiscais de outras jurisdições.

O HM Revenue & Customs confirmou, na altura da emissão dos PRO, que os pagamentos de juros não seriam tratados como distribuições para efeitos fiscais no Reino Unido em virtude (i) de o juro poder ser diferido nos termos da emissão; ou (ii) da natureza não datada dos PRO, desde que na altura em que o pagamento do juro é efectuado, os PRO não sejam detidos por uma empresa 'associada' ou por uma 'empresa financiada'. Uma empresa será associada da empresa se, em termos globais, fizer parte do mesmo Grupo que a empresa. Será uma empresa financiada 'para estes efeitos se existirem acordos segundo os quais a empresa seja faça parte de fundos (directa ou indirectamente) da empresa ou uma entidade associada à empresa. Neste aspecto, o HM Revenue & Customs confirmou que uma empresa com uma participação em PROs que casualmente possua instalações bancárias com qualquer empresa associada à empresa não será uma 'empresa financiada' em virtude dessas facilidades.

O juro sobre os PROs constitui rendimento na fonte no Reino Unido para efeitos fiscais no Reino Unido e, como tal, pode estar sujeito ao imposto sobre rendimento por avaliação directa mesmo quando pago sem retenção. Contudo, o juro com fonte no Reino Unido recebido sem dedução ou retenção por conta do imposto no Reino Unido não estará sujeito ao imposto no Reino Unido se for propriedade de um titular norte-americano a menos que, no caso de um titular empresarial norte-americano, esse titular exerça uma profissão no Reino Unido através de um estabelecimento permanente no Reino Unido ou no caso de outros titulares norte-americanos, essas pessoas exerçam uma actividade, profissão ou vocação no Reino Unido através de uma sucursal ou agência no Reino Unido em relação à qual o juro é recebido ou à qual os PRO são detidos. Existem isenções para o juro recebido por certas categorias de agentes (como alguns corretores e gestores de investimentos).

Directiva da UE relativa à tributação do rendimento de poupanças

A União Europeia adoptou uma directiva relativa à tributação de rendimentos de poupanças. A directiva exige que os Estados-Membros da União Europeia forneçam às autoridades fiscais dos outros Estados - Membros dados sobre os pagamentos de juros e outros rendimentos similares pagos por uma pessoa a um indivíduo ou a outras pessoas residentes noutro Estado-Membro, excepto se se tratar do Luxemburgo ou da Áustria, que podem, em vez disso, impor um sistema de retenção durante um período de transição a menos que durante esse período decidam de outro modo.

Alienação (incluindo resgate)

Uma alienação (incluindo resgate) de PRO por um titular não empresarial norte-americano não está sujeita a tributação de mais-valias, no Reino Unido, salvo se o titular norte-americano exercer uma profissão (que para este efeito inclui uma profissão ou vocação) no Reino Unido através de uma sucursal ou agência e os PRO forem ou tiverem sido detidos ou adquiridos para efeitos dessa actividade, sucursal ou agência.

A transferência de PROs para um titular norte-americano não está sujeita ao imposto britânico sobre os pagamentos de juros acrescidos mas não pagos, excepto se o titular norte-americano for um sujeito passivo não empresarial e a qualquer momento no ano da aplicação ou do período contabilístico exercer uma actividade no Reino Unido através de uma sucursal ou agência à qual os PRO são atribuíveis.

Impostos anuais

Os titulares empresariais norte-americanos de PRO podem estar sujeitos ao pagamento (ou isenção) de impostos anuais no Reino Unido em virtude de flutuações das taxas cambiais e lucros, ganhos e perdas resultantes dos PRO, mas apenas se esses titulares empresariais norte-americanos exercerem uma actividade, profissão ou vocação no Reino Unido através de um estabelecimento permanente no Reino Unido a que os PRO sejam atribuíveis.

Imposto sucessório

Em relação aos PROs detidos através de DTC (ou qualquer outro sistema de compensação), a situação em matéria de imposto sucessório britânico não é totalmente clara no que diz respeito a uma transferência vitalícia ou morte de um titular norte-americano que não esteja domiciliado nem seja considerado domiciliado no Reino Unido para efeitos do imposto sucessório; como se sabe, o HM Revenue & Customs considera que o *situs* de títulos detidos desta forma não é necessariamente determinado pelo local onde os títulos estão registados. Em circunstâncias apropriadas, pode haver lugar ao imposto sucessório britânico em resultado de uma transferência vitalícia por um valor inferior ao valor de mercado por esse titular norte-americano ou por morte dele. O imposto sucessório não é geralmente aplicável às doações a indivíduos efectuadas mais de dez anos antes da morte do doador. No entanto, a isenção de ou a redução dessa obrigação fiscal no Reino Unido pode estar disponível ao abrigo do Tratado Sobre o Imposto Sucessório (ver abaixo). Os titulares norte-americanos devem informar-se junto dos seus consultores profissionais em relação a essa possível obrigação. Os PRO detidos a titulo de proprietário real por um indivíduo cujo domicilio esteja determinado como sendo os Estados Unidos para efeitos do Tratado Sobre o Imposto Sucessório e que não seja cidadão do Reino Unido não estão sujeitos ao imposto sucessório no Reino Unido por morte do indivíduo ou transferência vitalícia do PRO excepto em certos casos em que o PRO (i) faz parte de uma liquidação (a menos que, na altura da liquidação, o liquidatário esteja domiciliado nos Estados Unidos e não seja um cidadão do Reino Unido); (ii) faz parte do imóvel comercial de um estabelecimento permanente de uma empresa no Reino Unido; ou (iii) faz parte da base fixa no Reino Unido de um indivíduo utilizada para a prestação de serviços pessoais independentes. O Tratado Sobre o Imposto Sucessório geralmente permite um crédito sobre o Estado Federal dos EUA ou uma responsabilidade fiscal por doação pelo montante de qualquer imposto pago no Reino Unido no caso de o PRO estar sujeito ao imposto sucessório britânico e ao imposto federal sobre as doações nos EUA

Imposto de selo e SDRT

A emissão, transferência ou resgate dos PRO não está sujeito ao imposto de selo, SDRT ou imposto similar no Reino Unido.

Considerações sobre as empresas de investimento passivo estrangeiras (PFIC)

Uma empresa estrangeira será uma PFIC em qualquer ano tributável em que, após ter em conta o rendimento e o activo da empresa e certas subsidiárias de acordo com as “look-through rules”, (i) pelo menos 75% do seu rendimento bruto é “rendimento passivo” ou (ii) pelo menos 50% do valor médio do seu activo é atribuível a activo que produz rendimento passivo ou é detido para a produção de rendimento passivo. A empresa não pensa ser uma PFIC no ano tributável de 2009. Embora o rendimento sobre o juro seja geralmente rendimento passivo, uma regra especial permite aos bancos tratar o seu rendimento da actividade bancária como não passivo.

Para se qualificar para esta regra o banco deve cumprir certos requisitos em termos de licenças e actividades. A empresa está convicta de que neste momento cumpre esses requisites. Contudo, o estatuto possível da empresa como PFIC deve ser determinado anualmente e pode estar sujeito a alterações se a empresa não se qualificar ao abrigo desta regra especial em qualquer ano em que um titular norte-americano detenha acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas em dólares, ADS preferenciais ou PRO. Se a empresa fosse tratada como PFIC em qualquer ano durante o qual um titular norte-americano detivesse acções ordinárias, acções preferenciais não cumulativas, ADS ordinárias, ADS preferenciais ou PRO, os titulares norte-americanos estariam normalmente sujeitos a consequências adversas em termos do imposto federal sobre o rendimento nos EUA. Os titulares devem aconselhar-se com os seus próprios consultores fiscais quanto à potencial aplicação das regras PFIC à propriedade e alienação das acções ordinárias, das acções preferenciais não cumulativas em dólares, das ADS ordinárias, das ADS preferenciais ou dos PRO da empresa.

Controlos cambiais
A empresa foi informada de que presentemente não existem leis, decretos ou regulamentos britânicos que impeçam a importação ou exportação de capital, incluindo a disponibilidade de caixa ou equivalentes de caixa para utilização pelo Grupo ou a remessa de dividendos, juros ou outros pagamentos a proprietários de títulos da empresa não residentes no Reino Unido.

Não existem restrições, ao abrigo dos estatutos da empresa ou da legislação britânica presentemente em vigor, que restrinjam o direito de proprietários não residentes no Reino Unido deterem, ou, quando tiverem direito a voto, votarem livremente os títulos da empresa.

Estatutos
Os Estatutos da Empresa em vigor na data do presente relatório anual estão inscritos na Conservatória do Registo Comercial da Escócia. Foram revistos pela última vez em 15 de Dezembro de 2009 e apresentados à SEC.

Constituição e registo
A empresa foi constituída e registada na Escócia ao abrigo da Lei das Sociedades de 1948, como empresa por quotas, desde 25 de Março de 1968 sob a denominação National and Comercial Banking Group Limited. Em 10 de Março de 1982 mudou de denominação para a actual e foi registada ao abrigo da Leis das Sociedades de 1948 a 2006 como empresa pública de responsabilidade limitada. Está registada sob o número SC 45551.

Código de ética
Conforme referido na página 210, o Grupo adoptou um código de conduta que se aplica a todos os seus colaboradores e que pode ser disponibilizado a qualquer pessoa gratuitamente, a pedido, contactando o Secretariado do Grupo para o número de telefone indicado na página 388.

Glossário de termos

Empréstimo hipotecário de juro variável (ARM) – nos EUA, um empréstimo hipotecário na qual a taxa de juros é ajustada periodicamente. Os ARM incluem: ARM híbridos que têm tipicamente um período de taxa fixa seguido por um período de taxa variável; ARM só juros em que apenas o juro é pagável durante um número especificado de anos, tipicamente de três a dez anos; e ARM com opção de pagamento que permite que o mutuário para escolher periodicamente entre as várias opções de pagamento.

Alt-A (Alternative A-paper) são empréstimos hipotecários com uma qualidade de crédito superior aos empréstimos *sub-prime* mas com características que desqualificam o mutuário de um empréstimo tradicional *prime*. As características de um empréstimo Alt-A incluem uma documentação limitada; um elevado rácio do principal sobre o activo; garantidos por imóveis não ocupadas pelos proprietários; e rácio de endividamento acima dos limites normais.

Mora é o acumulado dos pagamentos contratuais devido numa dívida que não foram satisfeitos pelo mutuário. Um empréstimo ou outro activo financeiro é dito como estando "em mora" quando os pagamentos ainda não foram feitos.

Asset-backed commercial paper (ABCP) – uma forma de título garantido por activos emitido por um *conduit* de papel comercial.

Asset-backed securities (ABS) são valores mobiliários que representam interesses em carteiras específicas de activos. São emitidos por uma entidade de finalidade especial no seguimento de uma titularização. As carteiras subjacentes incluem comburente hipotecas residenciais ou comerciais, mas podem incluir qualquer classe de activo que renda fluxos de caixa previsíveis. Os pagamentos nos valores mobiliários dependem primariamente dos fluxos de caixa gerados pelos activos na *pool* subjacente e outros direitos designados para assegurar um pagamento atempado, tal como garantias ou outros incrementos da qualidade creditícia. As *collateralised bond obligations, collaterised debt obligations, collateralised loan obligations, commercial mortgage backed securities* e *residential mortgage backed securities* são todos eles tipos de ABS.

Activos sob gestão são activos geridos pelo Grupo por conta dos clientes.

Collateralised bond obligations (CBO) são títulos garantidos por activos, para os quais as carteiras de activos subjacentes são obrigações, algumas das quais podem ser *sub-investment grade*.

Collateralised debt obligations (CDO) são títulos garantidos por activos, para os quais as carteiras de activos subjacentes são obrigações de dívida: quer obrigações (*collateralised bond obligations*) ou empréstimos (*collateralised loan obligations*) ou ambas. A exposição de crédito subjacente das CDO sintéticas deriva dos *credit default swaps*. As CDOs emitidas por um veículo individual são habitualmente divididas em tranches diferentes: tranches sénior (com *rating* AAA), tranches *mezzanine* (AA a BB), e tranches *equity* tranches (sem *rating*). As perdas são sustidas primeiro pelas tranches *equity*, a seguir os títulos júnior, e por fim os títulos sénior; as tranches júnior oferecem cupões maiores (pagamentos de juros) para compensar o seu risco aumentado.

Collateralised debt obligation squared (CDO-squared) é um tipo de *collateralised debt obligation* em que a carteira de activos subjacente inclui tranches de outrosr CDO.

Collateralised loan obligations (CLO) são títulos garantidos por activos para os quais as carteiras de activos subjacentes são empréstimos, frequentemente os empréstimos alavancados.

Provisões por imparidades de empréstimos avaliadas colectivamente – provisões para perdas por imparidades em relação a empréstimos em imparidade, tal como cartões de crédito ou empréstimos pessoais, que estão abaixo de limiares de avaliações individuais. Estas provisões são estabelecidas na base de uma carteira, tendo em conta o nível de moras, garantias, experiências de perdas passadas, pontuações de crédito e incumprimentos baseadas em tendências de carteiras.

Commercial mortgage backed securities (CMBS) são títulos garantidos por activos para os quais as carteiras de activos subjacentes são empréstimos garantidos em imobiliário comercial.

Papel comercial (CP) inclui obrigações não garantidas emitidas por uma empresa ou banco directamente ou obrigações garantidas (*asset-backed CP*), frequentemente emitidas através de um *conduit* de papel comercial, para financiar o fundo de maneio. Os vencimentos, tipicamente, vão de dois a 270 dias. No entanto, a profundidade e fiabilidade de alguns mercados CP significa que os emitentes podem lançar repetidamente emissões de CP e, efectivamente, conseguirem um financiamento de prazo mais longo. O papel comercial é emitido numa larga gama de denominações e pode ser quer descontado ou remunerado por juros.

Conduit de papel comercial é uma entidade de finalidade especial que emite papel comercial e usa os proveitos para comprar ou financiar uma *pool* de activos. O papel comercial é garantido pelos activos e é resgatado quer por mais emissão de papel comercial, reembolso dos activos ou levantamentos de liquidez.

Imobiliário comercial – propriedades próprias ou arrendadas utilizadas para actividades comerciais. O imobiliário comercial inclui edifícios de escritórios, construções industriais, centros médicos, hotéis, lojas de retalho, centros comerciais, terrenos e construções agrícolas, armazéns, garagens, etc.

Emissões de seguros de carteira de proporção constante (Emissões CPPI) – CPPI é o nome dado a uma estratégia que é concebida para garantir que um retorno fixo mínimo é conseguido quer em todos os momentos ou, mais tipicamente, numa data estabelecida no futuro. Essencialmente, a estratégia envolve um reequilíbrio contínuo da carteira de investimentos durante o prazo do produto entre os activos de desempenho e os activos seguros utilizando uma fórmula pré-estabelecida. As emissões CPPI proporcionam aos investidores com um retorno ligado a uma carteira CPPI.

Vencimento contratual é a data no prazo de um instrumento financeiro em que o último pagamento ou recebimentos nos termos do contrato é devido para liquidação.

Capital Core Tier 1 – capital social exigido e reservas elegíveis, mais capital de interesses não controlados, menos activos intangíveis e outras deduções regulamentares.

Rácio capital Core Tier 1 – O capital Core Tier 1 como percentagem de activos ponderados pelo risco.

Rácio custo/proveitos – despesas operacionais como uma percentagem do total de proveitos.

Obrigações hipotecárias garantidas são títulos de dívida garantidos por uma carteira de hipotecas que é segregada dos outros activos do emitente apenas para benefício dos titulares das obrigações garantidas.

Credit default swap (CDS) é um contrato em que o vendedor da protecção recebe um prémio ou pagamentos relacionados com juros em contrapartida por contratar fazer pagamento aos comprador da protecção através de um evento de crédito definido em relação a um activo financeiro ou carteira de activos financeiros de referência. Os eventos de crédito incluem usualmente a insolvência, incumprimento de pagamentos e redução de notação de risco de crédito.

Sociedade de produtos derivados de crédito (CDPC) é uma entidade de finalidade especial que vende protecções de crédito sob a forma de *credit default swaps* ou certas formas de apólices de seguro. Algumas vezes também podem comprar protecção de crédito. As CDPC são semelhantes às seguradoras *monoline*. No entanto, ao contrário das seguradoras *monoline*, não são reguladas como as seguradoras.

Derivados de crédito são acordos contratuais que fornecem protecção contra um acontecimento de crédito em uma ou mais entidades ou activos financeiros de referência. A natureza de um acontecimento de crédito é estabelecida pela protecção do comprador e protecção do vendedor no início de uma transacção e esses acontecimento incluem a falência, insolvência ou incumprimento de obrigações de pagamento quando devidas. O comprador do derivado de crédito paga uma comissão periódica em contrapartida de um pagamento pelo vendedor da protecção após uma ocorrência, se o houver, de uma acontecimento de crédito. Os derivados de crédito incluem *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit swap options*.

Incrementos da qualidade creditícia são técnicas que melhoram a qualidade de crédito de obrigações financeiras; geralmente, estes são emitidos por uma SPE numa titularização. Os incrementos da qualidade creditícia externos incluem garantias financeiras e cartas de crédito de fornecedores terceiros. Incrementos internos incluem excedente de *spread* – a diferença entre a taxa de juro recebida numa carteira subjacente e o cupão nos títulos emitidos; e *over-collateralisation* – na titularização, o valor da carteira subjacente é superior aos títulos emitidos.

Activos de risco de crédito (não auditado) – empréstimos e adiantamentos (incluindo facilidades de descoberto), crédito a prestações, contas a receber de locação financeira e outros instrumentos negociados em todos os tipos de clientes.

Spread de risco de crédito é a diferença entre o cupão num instrumento de dívida e a referência ou a taxa de juro isenta de risco para a estrutura de vencimento do instrumento. É o prémio sobre a taxa isenta de risco pelo mercado pela qualidade de crédito de um instrumento de dívida individual.

Ajustamentos da avaliação de crédito (CVA) são ajustamentos aos justos valores de activos derivados para reflectir a solvabilidade da contraparte.

Swap de divisa – um acordo em que duas partes trocam montantes principais específicos de diferentes divisas no início e subsequentes pagamentos de juros sobre os montantes de principal. Frequentemente, uma parte pagará uma taxa de juro fixa, enquanto a outra pagará uma taxa de juro variável (embora haja também acordos fixo/fixo e flutuante/flutuante). No vencimento do *swap*, os montantes do principal são habitualmente permutados de novo.

Contas de clientes incluem o dinheiro depositado no Grupo pelas contrapartes que não sejam bancos e classificados como passivos. Incluem os depósitos à ordem, de poupança e a prazo; títulos vendidos sob acordos de recompra; e outros depósitos de curto prazo. Os depósitos receberam recebidos de bancos são classificados como depósitos como bancos.

Reestruturação de dívida – ver empréstimos renegociados

Títulos de dívida são instrumentos transferíveis criando ou reconhecendo a dívida. Incluem obrigações, certificados de depósito, notas e papel comercial. O titular de um título de dívida tem tipicamente direito ao pagamento do capital e do juro, juntamente com outros direitos contratuais sob os termos da emissão, tal como o direito de receber certa informação Os títulos de dívida são geralmente emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente no final do seu prazo. Os títulos de dívida podem ser garantidos ou não garantidos.

Títulos de dívida em emissão incluem títulos de dívida não subordinados emitidos pelo Grupo. Incluem papel comercial, certificados de depósito, obrigações e notas de médio prazo.

Activos por impostos diferidos – impostos sobre o rendimento recuperáveis em exercícios futuros como resultados de diferenças temporais dedutíveis – diferenças temporais entre a contabilização e o valor tributável um activo ou passivo que resultará em montantes de imposto dedutíveis em exercícios futuros – perdas fiscais transitadas e créditos fiscais não utilizados.

Passivos por impostos diferidos – impostos sobre os rendimentos a pagar em exercícios futuros como resultado de diferenças temporárias tributáveis (diferenças temporárias entre a contabilização e o valor tributável de um activo ou passivo que resultará em montantes tributáveis em exercícios futuros).

Obrigação de benefícios definidos – o valor actual dos pagamentos futuros esperados exigidos para regularizar as obrigação de um plano de benefícios definidos resultante do serviço de empregados.

Plano de benefícios definidos – plano de pensão ou outro de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida.

Plano de contribuição definida – plano de pensão ou outro plano de pós-emprego em que a obrigação da entidade empregadora é limitada às suas contribuição para o fundo.

Atraso – uma dívida ou outra obrigação financeira é considerada em atraso quando um ou mais pagamentos contratuais estão em mora, Atraso é frequentemente definido em termos de dias de atraso do pagamento. "Atraso" e "em mora" são sinónimos.

Depósitos por bancos incluem o dinheiro depositado no Grupo por bancos e registado com passivo. Incluem os depósitos de mercado monetário, títulos vendidos no âmbito de vendas com valores de recompra, fundos federais adquiridos e outros depósitos de curto prazo. Depósitos recebidos de outros clientes são registados como contas de clientes.

Derivado – um contrato ou acordo cujo valor se altera com alterações no índice subjacente tal como taxas de juros, taxas de câmbios, cotações de preços ou índices e que não exige um investimento inicial ou então um investimento inicial que é mais pequeno do que seria necessário para outros tipos de contratos com uma resposta similar aos factores de mercado. Os principais tipos de derivados são: *swaps*, *forwards* futuros e opções.

Operação descontinuada é uma componente do Grupo que foi alienada ou está classificada como detida para venda. Uma operação descontinuada é uma operação que é: quer uma linha de negócio ou área geográfica de operações importantes separadas ou parte de um único plano coordenado para alienar uma linha de negócio ou área geográfica importantes separadas; ou uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista a revenda.

Exposição ao incumprimento (EAD) – uma estimativa do nível esperado de utilização de uma facilidade de crédito no momento do incumprimento de um mutuário. A EAD pode ser superior do que a utilização corrente (p. ex., no caso em que mais levantamentos podem ser feitas no âmbito de uma facilidade de crédito de *revolving* antes de incumprimento), mas tipicamente não excederá o limite total da facilidade.

Fannie Mae (Federal National Mortgage Association) é uma empresa patrocinada pelo governo EUA. Ela compra hipotecas, principalmente emitida por bancos, no mercado secundário, faz uma *pool* com eles, e vende-as como *residential mortgage-backed securities* a investidores no mercado aberto. As suas obrigações não são explicitamente garantidas pela responsabilidade geral do governo dos EUA..

Federal Home Loan Mortgage Corporation ver Freddie Mac.

Federal National Mortgage Association ver Fannie Mae.

FICO score – um *score FICO* é calculado com o uso de um software proprietário desenvolvido pelo Fair Isaac Corporation nos EUA a partir de um perfil de crédito de consumidor. A pontuação estabelece-se entre 300 e 850 é utilizado para decisões de crédito tomadas por bancos e outros fornecedores de crédito.

Primeiro/segundo penhor – um direito de retenção é um encargo como uma hipoteca detida por uma parte, sobre propriedade detida por uma segunda parte, como garantia para o pagamento de alguma obrigação de dívida, ou dever devido por essa segunda da parte. O titular do primeiro penhor tem precedência sobre os outros ónus nessa propriedade, i.e., o segundo e penhores subsequentes.

Contrato de forward – um contrato para comprar (ou vender) um montante especificado ou um bem físico ou financeiros, a um preço acordado, numa data futura acordada.

Freddie Mac (Federal Home Loan Mortgage Corporation) é uma empresa patrocinada pelo governo dos EUA (GSE). Ele compra hipotecas, principalmente emitidas por instituições de créditos, no mercado secundário, faz uma *pool* com eles, e vende-os como *residential mortgage-backed securities* a inestidores no mercado aberto. As suas obrigações não são explicitamente garantidas pela responsabilidade geral do governo dos EUA.

Contrato de futuro é um contrato que proporciona para a entrega futura (ou aceitação de entrega) de algum tipo de instrumento financeiro ou bem sob os termos estabelecidos desde o início. Os futuros diferem dos contratos *forwards* porque são negociados em bolsas reconhecidas e raramente resultam numa entrega real; a maioria dos contratos é fechada antes do vencimento por aquisição de uma posição de compensação.

G10 – o Grupo dos dez inclui onze países industrializados (Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos) que acordaram participar no “Acordo Geral para a obtenção de empréstimos” do FMI.

Ginnie Mae (Government National Mortgage Association) é uma agência governamental dos EUA que garante aos investidores o pagamento oportuno do capital e dos juros dos títulos garantidos por activos para os quais as carteiras de activos subjacentes incluem empréstimos seguros ou garantidos – principalmente empréstimos seguros pela Federal Housing Administration ou garantida pelo Departamento dos Assuntos dos Veteranos. As obrigações Ginnie Mae são total e explicitamente garantida quanto ao pagamento atempado do capital e juros pela responsabilidade geral dos governos dos EUA.

Empresas patrocinadas pelo governo (GSE) são um grupo de empresas de serviços financeiros criadas pelo Congresso dos EUA. A sua função é melhorar a eficiência dos mercados de capitais e superar as imperfeições regulamentares e outras do mercado que, de outro modo, impediriam os fundos de se moverem facilmente dos fornecedores de fundos para áreas de grande procura de fundos. Incluem o Fannie Mae e Freddie Mac.

Yield bruto é a taxa de juro ganha na média de activos remunerados por juros, i.e., o rendimento de juros dividido pela média dos activos remunerados por juros.

Hipotecas garantidas são hipotecas que são garantidas pelo governo ou agência governamental. Nos EUA, os programas de garantia de empréstimos são oferecidos pela Federal Housing Administration, o Departamento dos Assuntos dos Veteranos e o Rural Housing Service do Departamento da Agricultura. Na Holanda, o programa Gemeentegarantie é gerido parcialmente pelo governo central e parcialmente pelos municípios.

Empréstimo home equity é um tipo de empréstimo em que o mutuário usa a hipoteca da sua casa como garantia. O empréstimo *home equity* cria um encargo contra a casa do mutuário.

Empréstimos em imparidade – um empréstimo ou outro activo financeiros ou carteira de activos financeiros classificados como detidos até ao vencimento, disponível para venda ou empréstimos e contas a receber está em imparidade se houver uma evidência objectiva que um acontecimento ou

acontecimento após o reconhecimento inicial do activo afectaram adversamente o montante ou a oportunidade de futuro fluxos de caixa do activo.

Abatimento por imparidade – ver provisões por imparidade de empréstimos.

Perdas por imparidade – para activos financeiros em imparidade mensurados ao custo amortizado, as perdas por imparidade – a diferença entre o valor contabilístico e o valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva original – são reconhecidas nos resultados do activo financeiro reduzido pelo estabelecimento de uma provisão (abatimento). Para activos financeiros detidos para venda em imparidade, a perda cumulativa que foi reconhecida directamente em capital próprio é removida de capital próprio e reconhecida nos resultados como uma perda por imparidade.

Provisões por imparidades de empréstimos avaliadas individualmente – as provisões por imparidades de empréstimos para empréstimos em imparidade individualmente significativos avaliadas numa base caso a caso, tendo em conta a condição financeira da contraparte e de qualquer fiador e o valor realizável de qualquer garantia detida.

International Accounting Standards Board (IASB) é o organismo independente que produz normas da Fundação IASC. Os seus membros são responsáveis pelo desenvolvimento e publicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e pela aprovação das Interpretações das IFRS conforme desenvolvidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

Swap de taxa de juro – um contrato no qual duas contrapartes concordam em trocar pagamentos de juros periódicos sobre um capital monetário pré-determinado, o montante nocional.

Spread de juros é a diferença entre o yield bruto e a taxa de juro paga em passivos remunerados médios.

Investment grade representa geralmente um perfil de risco similar a uma notação de risco "BBB-"/"Baa3" ou melhor, conforme definido pelas agências de notação de risco de crédito independentes.

Provisões para perdas latentes – provisões para imparidade de empréstimos contra imparidades numa carteira de empréstimos produtiva que foram incorridas como resultado de acontecimentos ocorridos antes da data de balanço, mas que não foram identificadas como imparidades no balanço. O Grupo desenvolveu metodologias que estimam as provisões de perdas latentes que reflectem a experiência de perda histórica (ajustada para as condições económicas e actuais de crédito) e o período entre a ocorrência de uma imparidade e um empréstimos ser identificado e relatado como em imparidade.

Empréstimos alavancados – financiamento (*leveraged finance*) fornecido a um negócio resultando num nível global de débito que excede o que deveria ser considerado usual para o negócio ou para o sector em que ele opera. A *leveraged finance* é habitualmente utilizada para conseguir um objectivo específico, frequentemente temporário: fazer uma aquisição, realizar um *buy-out* ou recomprar acções.

Incrementador de liquidez tornam os fundos disponíveis para garantir que o emitente dos títulos, geralmente um *conduit* de papel comercial, possa resgatar os títulos no vencimento. Tipicamente toma a forma de uma facilidade autorizada por um banco terceiro.

Provisões para imparidades de crédito – são estabelecidas para reconhecer as perdas por imparidade incorridas numa carteira ou empréstimos classificados como empréstimos e contas a receber e inscritas pelo valor amortizado. Tem três componentes: provisões para imparidades de crédito avaliadas individualmente, provisões para imparidades de crédito avaliadas colectivamente e provisões para perdas latentes,

Rácio do principal sobre o valor – o montante do empréstimo garantido como percentagem do valor avaliado da garantia, p. ex., o montante excedente de um empréstimo hipotecário como percentagem do valor da propriedade.

Perda dada o incumprimento (LGD) – a perda económica que pode ocorrer no caso de um incumprimento, i.e., a perda real – aquela parte da exposição que não se espera que venha a ser recuperada – mais quaisquer custos de recuperação.

Acordo-quadro de compensação é um acordo entre duas contrapartes que têm múltiplos contratos derivados entre si que proporciona uma liquidação líquida de todos os contratos através de um único pagamento, numa única divisa, no caso de incumprimento, cessação de qualquer um dos contratos.

Notas de médio prazo (MTN) são títulos de dívida usualmente com um vencimento de cinco a dez anos, mas o prazo pode ser inferior a um ano, ou pode chegar aos 50 anos. Podem ser emitidas numa base de cupão fixo ou variável, ou com um cupão exótico; com uma data de vencimento fixa (não resgatável) ou

com opções de compra e venda incorporadas ou actrivadores de reembolso antecipado. As MTN são geralmente emitidas como dívida sénior não garantida.

Seguradores monoline são entidades que se especializam em fornecer protecção de crédito contra fluxos de caixa nocionais e fluxos de caixas de juros devido aos titulares dos investimentos de crédito. Esta protecção é tipicamente na forma de derivados, tais como *credit default swaps*.

Títulos garantidos por hipotecas (mortgage-backed securities) – são *asset-backed securities* para os quais a carteira de activos subjacentes são empréstimos garantidos por imóveis. Ver *residential mortgage backed securities* e *commercial mortgage backed securities*.

Direitos de serviço de hipoteca são os direitos de um gestor de hipotecas tem de cobrar os pagamentos das hipotecas e enviá-las, após deduzir uma comissão, para o mutuante da hipoteca.

Origem da hipoteca – o ano em que o empréstimo hipotecário foi feito ao cliente.

Hipotecas de valor negativo – hipotecas em que o valor da propriedade hipotecada é inferior ao saldo pendente da hipoteca.

Margem financeira é a diferença entre os juros a receber em activos financeiros classificados como empréstimos e contas a receber ou disponíveis para venda e os juros a pagar em passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Margem de juros líquida é a margem financeira como percentagem da média de activos remunerados.

Exposição líquida do capital é o valor contabilístico de um activo financeiro após tomar em consideração a protecção de crédito comprada, mas excluindo o efeito de qualquer ajustamento de avaliação de crédito de uma contraparte a essa protecção.

Empréstimos não produtivos incluem todos os empréstimos para qual foi estabelecida uma provisão; para empréstimos avaliados colectivamente, as provisões de perda por imparidade não são alocadas a empréstimos individuais e toda a carteira é incluída em empréstimos não produtivos.

Hipotecas não conformes – empréstimos hipotecários que não cumprem os requisitos para venda para as agências governamentais dos EUA e as empresas patrocinadas pelo governo dos EUA. Estes requisitos incluem limites nos rácios do principal sobre o valor, prazos de empréstimos, montantes de empréstimos, solvabilidade do mutuário e outros requisitos.

Opção – uma opção é um contrato que dá ao titular o direito, mas não a obrigação, de comprar (ou vender) um montante especificado de um activo físico ou financeiro subjacente, a um preço especificado, numa data acordada ou durante um certo período. As opções podem ser transaccionadas na bolsa ou fora da bolsa.

Vencido – um activo financeiro como um empréstimo está vencido quando a contraparte falhou o seu pagamento quando era contratualmente devido.

Empréstimos potencialmente problemáticos – empréstimos, que não sejam empréstimos não produtivos, empréstimos produtivos que estão vencidos contratualmente há 90 dias ou mais tanto no capital como nos juros e reestruturações de dívidas com problemas onde é conhecida informação acerca de possível problemas de crédito do mutuário faz com que a gestão tenha sérias dúvidas acerca da capacidade do mutuário para satisfazer as condições de pagamento do empréstimo.

Prime – os empréstimos hipotecários *prime* são empréstimos que, geralmente, têm um risco baixo de incumprimento, feito a mutuários com bons registos de crédito e um rendimento mensal que é pelo menos três a quatro vezes que as suas despesas de habitação mensais (pagamentos da hipoteca mais impostos e outros pagamentos de dívida). Estes mutuários fornecem uma documentação completa e, em geral, têm histórias de pagamento fiáveis.

Investimentos de private equity são investimentos em participações sociais em empresas operacionais não cotadas em bolsa de valores. O capital para investimento em *private equity* é angariado em investidores de retalho ou institucionais e utilizados para financiar estratégias de investimento tais como *buy-outs* alavancados, investimentos em dificuldades e capital *mezzanine*.

Rácio custo/proveitos pró-forma – despesas operacionais excluindo amortização de intangíveis adquiridos, abatimento de goodwill e outros activos intangíveis, custos de integração e reestruturação e parte de activos partilhados, expressas como percentagem do total dos proveitos excluindo abatimentos de mercado de crédito e elementos isolados.

Probabilidade de incumprimento (PD) – a possibilidade de que um cliente incumprir no pagamento total e atempado das suas obrigações de crédito durante o horizonte temporal de um ano.
Compra ou venda de modo regular é uma compra ou venda de um activo financeiro através de um contrato cujas condições exigem a entrega do activo dento do quadro temporal estabelecido, geralmente, por regulamento ou convenção no mercado em questão.

Empréstimos renegociados – os empréstimos são geralmente renegociados ("reestruturados") quer como parte das relações bancárias normais em curso com um cliente com boa solvabilidade ou como resposta às dificuldades financeiras do mutuário. No último caso, a renegociação pode resultar numa extensão da data de vencimento do pagamento, uma taxa de juro favorável ou outras alterações nas condições do empréstimo; o empréstimo continua a estar em atraso e será colocado individualmente em imparidade se os pagamentos renegociados dos juros e capital forem insuficientes para recuperar o valor contabilístico original do empréstimo.

Acordo de recompra (repo) ver Acordos de venda e recompra.

Residential mortgage backed securities (RMBS) são *asset-backed securities* em que as careiras de activos subjacentes são hipotecas residenciais.

Empréstimos de retalho são empréstimos feitos a particulares, não a pessoas colectivas. Os empréstimos podem ser para compras de automóveis, de habitação, assistência médica, reparações em casa, férias e outros usos de consumo.

Operações de reporte (reverse repo) – ver Acordos de venda e recompra.

Rácio de solvabilidade (RAR) – capital regulamentar total como percentagem dos activos ponderados pelo risco.

Elementos de risco em empréstimo (REIL) incluindo empréstimos não produtivos, empréstimos produtivos que está contratualmente vencidos há 90 dias ou mais, tanto no capital como juros, e reestruturações de dívida perturbadas.

Activos ponderados pelo risco – activos ajustados pelos seus riscos associados utilizando ponderações estabelecidas de acordo com o Acordo de fundos próprios de Basileia como implementada pela FSA. Certos activos não estão ponderados, mas deduzidos do capital.

Acordos de venda e recompra – num acordo de venda e recompra, uma parte, o vendedor, vende um activo financeiro a outra parte, o comprador, ao mesmo tempo o vendedor concorda em recomprar e o vendedor em revender o activo numa data posterior. Do ponto de vista do vendedor estes acordos são vendas com acordo de recompra (*repos*) e para o comprador são compras com acordo de revenda (*reverse repos*).

Titularização é um processo pelo qual os activos e fluxos de caixa são transformados em títulos transferíveis. Os activos subjacentes ou fluxos de caixa são transferidos pelo originador ou um intermediário, tipicamente, um banco de investimento, para uma entidade de finalidade especial que emite títulos para investidores. As titularizações de activos envolvem a emissão de títulos de dívida (*asset-backed securities*) que são garantidas por fluxos de caixa de activos geradores de proveitos (que vão de contas a receber de cartões de crédito a empréstimos hipotecários residenciais). As titularizações de passivos, tipicamente, envolvem a emissão de obrigações que assumem o risco de uma responsabilidade de seguro potencial (que vai de um acontecimento natural catastrófico a um nível de sinistros inesperado num certo tipo de produto).

Entidade de finalidade especial (SPE) é uma entidade criada por um patrocinado, tipicamente, um banco importante, sociedade financeira, banco de investimento ou companhia de seguros. Uma SPE pode tomar a forma de uma sociedade, *trust*, parceria, sociedade anónima e sociedade limitada. As suas operações são tipicamente limitadas, por exemplo, numa titularização à aquisição e financiamento de activos ou passivos específicos.

Veículo de investimento estruturado (SIV) é uma sociedade operacional de objecto limitado que realiza actividades de arbitragem pela compra de activos de rendimento fixo, com elevado *rating* e de médio e longo prazo e financiar-se a si mesmo com papel comercial de curto prazo e *rating* elevado e notas de médio prazo.

Notas estruturas são títulos que pagam um retorno ligado ao valor ou nível de um activo especificado ou índice. As notas estruturadas podem ser ligadas a acções, taxas de juros, fundos, matérias-primas e divisas.

Activos relacionados com empréstimos a estudantes são activos que estão referenciados a empréstimos a estudantes subjacentes.

Passivos subordinados são passivos que no caso de insolvência ou liquidação do emitente, estão subordinados às reclamações dos depositantes e outros credores do emitente.

Sub-prime –empréstimos de hipotecas *sub-prime* são concebidos para clientes com uma ou mais características de alto risco, tais como, histórico de pagamento mau ou pouco fiável; rácio de principal sobre o valor superior a 80%; rácio dívida/rendimentos elevado; o empréstimo não é garantido sobre a residência principal do mutuário; ou uma história de moras ou pagamentos atrasados no empréstimo.

Super sénior CDO é a classes superior de instrumentos emitidos por um veículo CDO. Beneficiam de uma subordinação de todos os outros instrumentos , incluindo títulos com *rating* AAA, emitidos pelo veículo CDO.

Capital Tier 1 – Capital core Tier 1 mais outros títulos Tier 1 em emissão, menos participações importantes em empresas financeiras.

Rácio capital Tier 1 – O capital Tier 1 como percentagem de activos ponderados pelo risco.

Capital Tier 2 – dívida subordinada qualificada e outros títulos Tier 2 em emissão, provisões para imparidades colectivas elegíveis, ganhos disponíveis para venda não realizados e reservas de reavaliação, menos certas deduções regulamentares.

Reestruturações de dívida perturbadas – inclui aqueles empréstimos que são reestruturações de dívida perturbadas, mas não estão incluídos em empréstimos não produtivos ou em empréstimos produtivos que estão contratualmente vencidos há 90 dias ou mais, tanto no capital como juros. Uma reestruturação de um empréstimo é uma reestruturação de dívida perturbada se o mutuante, por razões económicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, concede uma derrogação ao mutuário que de outro modo nunca o faria..

US Government National Mortgage Association ver Ginnie Mae.

Não auditado – informação financeira não auditada é informação que não foi sujeita a procedimentos realizados pelos auditores do Grupo para lhes permitir expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo.

VaR é uma técnica que produz estimativas da alteração potencial no valor de mercado de uma carteira sobre um horizonte temporal especificado a níveis de confiança dados.

Garantia incorporada – uma garantia incorporada é uma garantia de dívida em que o titular beneficia de uma protecção de crédito fornecida por um terceiro, geralmente um fiador financeiro ou seguradora *monoline*.

Abatimento – uma redução no valor contabilístico de um activo para registar uma diminuição do seu justo valor ou valor em uso.

Endereços importantes

Perguntas dos accionistas

Secretariado

Computershare Investor Serviços PLC
The Pavilions
Bridgwater Road
Bristol BS99 6ZZ
Telefone: +44 (0)870 702 0135
Fax: +44 (0)870 703 6009
Sítio Web: www.investorcentre.co.uk/contactus

ADR Depositary Bank

BNY Mellon Shareowner Services
PO Box 358516
Pittsburgh, PA 15252-8516
Telefone: +1 888 269 2377 (Estados Unidos)
Telefone: +1 201 680 6825 (Internacional)
Email: shrrelations@bnymellon.com
Sítio Web: www.bnymellon.com/shareowner

Secretariado do Grupo

The Royal Bank of Scotland Group plc
PO Box 1000
Business House F
Gogarburn
Edinburgh EH12 1HQ
Telefone: +44 (0)131 556 8555
Fax: +44 (0)131 626 3081

Relações com os Investidores

280 Bishopsgate
London EC2M 4RB
Telefone: +44 (0)207 672 1758
Fax: +44 (0)207 672 1801
E-mail: investor.relations@rbsir.com

Sede social

36 St Andrew Square
Edinburgh EH2 2YB
Telefone: +44 (0)131 556 8555
Registado na Escócia sob o Nº 45551

Sítio Web

www.rbs.com

Estabelecimentos principais

The Royal Bank of Scotland Group plc

PO Box 1000 Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ
Telefone: +44 (0)131 626 0000

The Royal Bank of Scotland plc

PO Box 1000 Gogarburn Edinburgh EH12 1HQ
280 Bishopsgate London EC2M 4RB

National Westminster Bank Plc

135 Bishopsgate London EC2M 3UR

Citizens

Citizens Financial Grupo, Inc.
One Citizens Plaza Providence Rhode Island 02903 USA

Ulster Bank
11-16 Donegall Square East Belfast BT1 5UB
George's Quay Dublin 2

RBS Insurance
Direct Line House 3 Edridge Road Croydon Surrey CR9 1AG
Churchill Court Westmoreland Road Bromley BR1 1DP

RBS Holdings USA Inc.
600 Washington Blvd
Stamford CT
06901 USA

Coutts Group
440 Strand London WC2R 0QS

The Royal Bank of Sctoland International Limited
Royal Bank House 71 Bath Street
St Helier Jersey Channel Islands JE4 8PJ

NatWest Offshore
23/25 Broad Street
St Helier Jersey Channel Islands JE4 8QJ

ABN AMRO Holding N.V.
Gustav Mahlerlaan 10, PO Box 12925
1100 AX Amesterdão Holanda